LUGARES, TEMPOS E PESSOAS.

POVOAMENTO RURAL NO ALTO ALENTEJO EM ÉPOCA ROMANA

VECTORES ESTRUTURANTES DURANTE O IMPÉRIO E ANTIGUIDADE TARDIA

(VOLUME II)

2011
ANDRÉ CARNEIRO

Dissertação de Doutoramento em Arqueologia
Orientadores: Professor Doutor Jorge de Oliveira (Universidade de Évora) e Professor Doutor Carlos Fabião (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

(Esta tese não inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri)

Índice deste volume

Considerações prévias	3
Concelho de Alter do Chão	5
Concelho de Borba	49
Concelho de Campo Maior	58
Concelho de Castelo de Vide	79
Concelho de Crato	100
Concelho de Elvas	127
Concelho de Estremoz	163
Concelho de Fronteira	188
Concelho de Gavião	224
Concelho de Marvão	229
Concelho de Monforte	255
Concelho de Nisa	288
Concelho de Ponte de Sôr	303
Concelho de Portalegre	316
Concelho de Sousel	324
Concelho de Vila Viçosa	337

Considerações prévias

Este volume é dedicado à análise do que poderemos designar de "informação de campo" relativa a cada sítio individual, e às redes de povoamento concelhias na sua generalidade. Não será portanto um mero inventário da informação, ou uma simples listagem, mas apresenta várias considerações sobre cada sítio em particular, e sobre as inter-relações que se poderiam estabelecer entre eles, em geral. Esta informação respeitante a cada ponto de povoamento foi recolhida por múltiplos autores, e do universo total em causa apenas uma parte foi confirmada no terreno, como no capítulo respeitante ao espaço territorial se procura explicitar. Portanto, esta premissa metodológica de base acabou por condicionar todo o modelo de apresentação do presente volume, no qual optei por proceder a um breve balanço historiográfico da investigação em cada concelho, não de forma sistemática, mas procurando ler as tendências e as prioridades da pesquisa. Finalmente, e porque a realidade fisiográfica é muito diversificada na região como um todo, mas também em cada concelho, é feita uma breve apresentação da paisagem de cada território, de modo a enquadrar a análise.

A melhor forma de conceder objectividade à massa de informação relativa aos sítios em estudo seria apresentá-la sob a forma de base de dados, recorrendo a um suporte informático específico. Essa opção já havia sido tomada por mim no estudo sobre o concelho de Fronteira[1], no qual o volume informativo havia sido obtido quase integralmente a partir do zero, recorrendo sobretudo a prospecções de terreno. Decalcando o modelo então adoptado, poder-se-ia apresentar um *corpus* informativo claro, padronizado e objectivo. O presente volume tomaria assim a forma de uma listagem com campos específicos, contendo informação neles carregada e relativa a cada um dos sítios da área territorial em análise, passível de ser mais facilmente comparada ou analisada.

A heterogeneidade da informação recolhida conduziu a que, desde muito cedo, se tomasse uma outra opção. Para certos locais, o volume de conhecimentos é muito elevado: alguns foram objecto de escavações, outros são casos paradigmáticos a nível nacional, muitos apresentam relevantes conteúdos informativos, alguns foram trabalhados por distintos autores, com diferentes preocupações e motivações. Para outros sítios – a maioria – os dados são ténues, por vezes limitados a uma mera mancha de cerâmica de construção. Vários foram localizados no terreno; alguns são mesmo inéditos; mas uma grande maioria não foi agora visitada, e alguns ter-se-ão mesmo perdido para sempre. Para certos casos existem dados variados, com possibilidade de analisar categorias distintivas (estruturas, materiais arqueológicos, evoluções diacrónicas, relações com vias ou com outros sítios, etc.), para outros, o que há a descrever ocupa um simples parágrafo, por ser tão parca e imprecisa a informação. Para além do mais, também a própria historiografia da investigação exige comentários específicos, diferentes do realizado no volume principal, pois aqui encontramos investigadores específicos de cada concelho ou sub-área, com ciclos e dinâmicas próprias ao nível local. Os agentes de informação podem ser muito específicos: alguns fogem à norma e ao padrão habitual, por apresentarem múltiplas formações e objectivos, por vezes bem distintos da investigação histórico-arqueológica em sentido estrito; em outros casos, temos investigadores que procuravam realidades muito definidas, ao abrigo de um trabalho académico ou de um estudo de impacto ambiental. Em algumas situações observamos mesmo a existência de ciclos ou de conjunturas mais favoráveis, onde se delinearam programas de investigação, mas temos também agentes individuais que, com grande sacrifício pessoal, percorreram o terreno ou se dedicaram a um tema. Portanto, era necessário apresentar os sítios, mas também enquadrar as investigações, os promotores dos trabalhos, e o que no fundo se pretendia.

Por este conjunto de motivos, rapidamente foi assumido que a apresentação da informação em bases de dados formatadas de modo uniforme e sistemático seria, afinal, inviável, porque obrigaria a uma *formatação* de cada sítio que, em muitos casos, ocultaria ou

[1] Carneiro, 2004.

deixaria de lado realidades relevantes. Seria preferível assumir um discurso descritivo, de teor problematizante, assumindo a inerente carga de subjectividade, mas criando uma lente de análise mais ampla. Se, desde o primeiro momento, optei pela arrumação dos sítios por concelhos, que seria o modelo mais lógico de organização da informação, entendi então proceder a um enquadramento historiográfico do que de mais relevante sucedeu em cada município, sem uma preocupação de exaustividade para cada um, pois em alguns casos existem agentes locais com programas de investigação em curso a quem compete essa tarefa ou existem situações pontuais que de algum modo são laterais a esta análise mais ampla. E para melhor enquadrar os trabalhos, e os lugares que foram estudados, foi desenhado para cada concelho uma descrição paisagística específica, distinta daquela realizada no capítulo sobre o território, na medida em que as paisagens do Alto Alentejo são muito variadas, e em todos os concelhos a diversidade interna é também uma marca evidente. Portanto, para cada município, uma descrição de cada um dos sítios em estudo, com textos genéricos de enquadramento historiográfico e paisagístico, e a criação de textos de fecho tentando diagnosticar as dinâmicas específicas. Porque existem tendências, *case studies*, linhas de força mais localizadas que mereciam análises próprias que no texto principal, dedicado à area territorial encarada como um todo, ficariam sem espaço.

O critério de arrumação foi definido da seguinte forma: para cada concelho apresentam-se os sítios arqueológicos com ocupação romana (Império) ou durante a Antiguidade Tardia, organizados de acordo com cada Carta Militar de Portugal em leitura sequencial (1: 25.000), nas quadrículas lidas no sentido Oeste-Este e Norte-Sul[2]. Por isso, sítios que podem estar contíguos no terreno, ou a curta distância, podem aqui ser apresentados com algum afastamento entre si, respeitando o critério utilizado. No texto, a existência de campos específicos foi reduzida ao mínimo: apenas o topónimo, a indicação da Carta Militar Portuguesa, a menção do Código Nacional de Sítio (CNS), a redacção de um texto genérico descritivo e crítico, e a indicação das principais referências bibliográficas não inseridas no bloco anterior (remetidas para rodapé), com a inclusão apenas das mais significativas para a compreensão dos conteúdos apresentados.

Note-se ainda que o critério de reunião dos sítios que seguidamente se apresentam, foi presidido por um ponto fundamental: o objectivo do presente estudo centra-se na reconstituição das redes de povoamento, e portanto o critério "sítio arqueológico" foi considerado decisivo. Foram considerados apenas os indicadores respeitantes à existência comprovável de um ponto de povoamento em época romana (Império) ou durante a Antiguidade Tardia. Desta forma, foram eliminados todos os indicadores que se referem a "achados isolados" (com excepção das epígrafes funerárias, que remetem para um espaço sepulcral que, de resto, é dificilmente detectável em prospecção de superfície), a situações dúbias e que dificilmente são passíveis de esclarecimento no terreno, e ainda a imprecisões informativas. Por exemplo, muitos objectos arqueológicos, ou mesmo manchas de materiais, são identificadas em contextos secundários, e nesse sentido não foram consideradas, por não ser possível a sua correspondência a um local concreto. As descrições dubitativas também não foram consideradas, a menos que contivessem critérios inequívocos. Por exemplo, em fichas constantes da base de dados *Endovelico* observa-se que a atribuição à categoria "romano" não é compatível com algumas descrições que são realizadas nos campos respectivos, sendo que a situação também se apresenta em alguns Estudos de Impacto Ambiental (EIA) mais recentes, onde por vezes se nota alguma impreparação dos arqueólogos de terreno que atribuem à época romana realidades que, pela descrição, se percebem serem posteriores. Note-se ainda que, nos sítios apresentados, o critério de escolha refere-se sempre a locais de povoamento ou a espaços tumulares. Desta forma, estruturas isoladas também não foram consideradas (como barragens, por exemplo), a menos que em relação directa com sítios. Embora o foco de análise seja a rede de povoamento rural, e portanto a estruturação e orgânica dos *espaços de vida*, as necrópoles

[2] De acordo com o consagrado modelo apresentado em *Roman Portugal* (RP: Alarcão, 1988).

foram incluídas por serem um contraponto fundamental à percepção das gentes que habitaram este território, mas a atenção e desenvolvimento que a elas são dedicados é compreensivelmente muito menor do que a destinada aos pontos de povoamento.

1. Concelho de Alter do Chão

Em termos teóricos, este seria um território que se poderia constituir como privilegiado *case study* para o conhecimento das redes de povoamento romano no Alto Alentejo. Aqui, encontramos uma das paragens referidas no Itinerário de Antonino – *Abelterium*, dado já comprovado arqueologicamente[3] – e o troço de via pertencente ao percurso XIV, que atravessa o concelho no sentido longitudinal já no seu terço sul, cruzando com a via XV na proposta que em outra ocasião dei a conhecer[4].

Desta forma, olhando para o plano teórico da investigação em que estamos a trabalhar, poderíamos considerar que em Alter do Chão estariam duas componentes essenciais para o estudo da arquitectura do povoamento rural em época romana:

• a relação entre um *sítio congregador* – e utilizo intencionalmente este termo neutro para evitar a discussão sobre se *Abelterium* terá sido uma *civitas*, *vicus*, *mansio* ou ainda uma outra realidade[5]; certo é que terá desempenhado funções suficientemente importantes para estar mencionado no roteiro viário – e o seu território envolvente. Ou seja (e sempre funcionando em plano teórico), olhando para os campos de Alter, o desafio imediato seria tentar perceber se este pólo teria de alguma forma escalonado ou centralizado os sítios rurais em volta, e se na leitura dessa dinâmica poderíamos perceber as interacções campo – aglomerado (urbano?).

• a relação entre um elemento estruturante de qualquer rede de povoamento – o troço de via de um itinerário principal – e os diversos sítios rurais, tentando perceber se a passagem da estrada funcionaria de algum modo como elemento *deformador* dos diversos pontos de ocupação, promovendo a sua proximidade (e nesse caso procedendo ao *alinhamento sequencial* desses mesmos sítios) e/ou a sua hierarquização (colocando os sítios com evidências mais relevantes junto a si, seguindo-se uma franja periférica de locais de segunda ordem em territórios mais afastados).

Estas eram as premissas de partida, que tornavam a expectativa lançada sobre o concelho de Alter do Chão como uma possibilidade de se encontrarem modelos de leitura para este território e também para outros cenários em que se pudessem discernir as relações entre um povoado central e o mundo rural envolvente.

Infelizmente, no patamar actual da investigação, não é ainda possível confirmar expectativas, embora se possam enunciar tentativas de leitura. Por enquanto, e na ausência de mais dados (leia-se, prospecções sistemáticas e publicações sobre sítios e conjuntos de materiais), as hipóteses de reconstrução da rede de povoamento antigo estão em larga medida comprometidas por uma notória insuficiência de informação. O povoamento rural do concelho de Alter está confinado a uns poucos sítios, cuja distribuição cartográfica tão esparsa e rarefeita que impede que possamos conceder profundidade a uma análise que,

---

[3] A partir de um grafito realizado sobre um imbrice: António & Encarnação, 2009a.

[4] Ver Carneiro, 2008, em particular pp. 58-67.

[5] Não sendo este o lugar para tecer considerações sobre o perfil de povoamento alterense, nem cabendo fazê-lo visto que decorrem trabalhos de campo em várias frentes, limito-me apenas a chamar a atenção para o facto de ser possível assumir duas valências concretas em *Abelterium*: primeiro, porque não está (ainda?) claro que o local seria dotado de uma malha urbana e de funções cívicas concretas (com tudo o que tal implica em época romana), não me parece que seja possível para já optar por qualquer uma das realidades conceptuais acima descriminadas; todavia, as recentes escavações já deixaram evidente que seria um povoado relevante do ponto de vista social, económico e (provavelmente) administrativo, mesmo que ainda não saibamos em concreto *o que foi;* segundo aspecto, que a já relevante concentração de epígrafes votivas neste território leva a pensar que o mesmo se encontraria dotado de uma carga simbólica muito forte, esteja esta localizada no actual núcleo de Alter ou nas suas imediações. O facto de todas as epígrafes apresentarem o teónimo não nomeado (embora também por desgaste impossibilitador da sua leitura) implica a provável existência de um santuário. Quanto a este ponto, ver IRCP nº 614 (Reguengo) e nº 635 (Passareira ou Passadeiras) e a mais recente descoberta em António & Encarnação, 2009b.

para ser efectivada, necessitaria de uma massa informativa mais densa. Os poucos pontos existentes não permitem que efectivamente se perceba se existe alguma estruturação ou hierarquização. Note-se, por exemplo, que existem freguesias inteiras que não apresentam indícios registados, como Cunheira ou Chanca. E em outros pontos as notícias existentes não permitem, efectivamente, perceber se ali existiu um sítio arqueológico concreto ou um, digamos, *erro de leitura*.

Como interpretar este vazio?

Para já, esta dificuldade de análise resulta apenas da *geografia da investigação* e não se deve a uma ausência de sítios nem a um qualquer desinteresse que o mundo romano tenha tido por esta zona (ilógico, aliás, se considerarmos a presença de *Abelterium* e do troço viário pertencente a um dos principais itinerários de ligação para a capital provincial). Apesar de um estudo relativamente precoce para o contexto distrital[6], trata-se de um espaço mal conhecido, porque ó muito recentemente se começaram a desenvolver em *Abelterium* projectos conducentes ao conhecimento do que em época romana Alter efectivamente foi[7]. Esta situação é tanto mais difícil de explicar quanto as potencialidades locais já de há muito eram conhecidas. Para além das ressonâncias toponímicas entre Alter e *Abelterium*, os dados arqueológicos já tinham sido identificados, embora eventualmente confundidos com as lendas que muitas vezes enturvam o passado das localidades. Mas as referências existiam, e não apenas para o espaço urbano.

Já em 1635 o cónego Novaes, na sua relação do bispado elvense, dizia que "vense ainda muitos alicerces destes edificios antiguos, muitos pedaços de muros terraplenados, como são os que chamão da Caza da Vallada, muitas taipas de cal e ladrilho moído, e outras empedradas de pedrinhas e varias côres, do tamanho d'uma unha; e destas pedrinhas, affirmavam os antigos, estava edificado um famoso templo d'idolos, e alcançaram ver muita parte d'elle em pé. Entre as ruínas destes cahidos, e arrazados edificios, se tem achado em varios lugares, e tempos, algumas figuras de idolos de pedra, e não há muitos annos se achou huma estatua de Cupido, com aljava, settas, e venda tudo de gentil escultura"[8], mencionando em seguida o troço de via romana junto à vila.

Também nesta época um outro documento contém várias referências a sítios arqueológicos na zona de S. Bartolomeu. Apenas um é reconhecível, a "Casa da Aveleda" (Casa de Alvalade), referenciando-se ainda "alicerces de monumentos sumptuosos" em Cabeça d'El Rei e no sítio "chamado Outeiro do Clarinho ao Caminho da Mó", além de uma possível necrópole na "Courela chamada da Retorta"[9].

Esta lembrança cristalizou na memória global, surgindo repetida em entradas de dicionários corográficos, nas *Memórias Paroquiais* da freguesia[10] ou mesmo em textos mais genéricos de divulgação. Mas apesar de sugestiva, não desencadeou qualquer processo de investigação, e apesar da corrente identificação entre *Abelterium* e Alter (do Chão ou Pedroso, consoante os autores), até tempos recentes nenhuma experiência no terreno se tentou para averiguar a veracidade toponímica, nem mesmo quando Bairrão Oleiro[11] iniciou escavações no conjunto de Ferragial d'El-Rei, começando a colocar à vista um balneário termal que faria parte do precioso complexo estrutural de *Abelterium*.

No espaço rural, esta situação apenas se alterou em 1978, quando um conjunto de investigadores locais deu a conhecer o "subsídio para o estudo" da "Arqueologia romana de Alter do Chão". Logo salientaram que "Não obstante a riqueza arqueológica de que dá

---

6 Timóteo, 1978.

7 Moura, Paulo, "César, Virgílio, Joviano, António e o mosaico mais belo do império", *In: Público* de 16.02.2009.

8 O autor refere-se ao sítio de Casa de Alvalade: Novaes, 1635: 28. No seguimento da chamada de atenção sobre os elementos votivos do concelho não deixa de ser curioso (embora de acordo com o espírito da época) que Novaes mencione um "templo d'idolos".

9 Documento intitulado *Antiguidades de Alter do Chão*, em manuscrito anónimo da segunda metade do século XVII, guardado na Biblioteca Pública de Évora. Encontra-se transcrito em Oliveira, 2000: 234-235.

10 Figueiredo, 1895: 371.

11 Oleiro, 1956.

provas, a bibliografia sobre este concelho revela-se assaz escassa e, pior do que isso, limitada quanto aos assuntos"[12]. Deu-se então a conhecer o Cabeço de Santa Luzia, Convento de São Veríssimo, Casa de Alvalade, Quinta do Pião, e dois pontos no interior da vila, o já conhecido Ferragial, e ainda a Cerca do Convento.

Em rigor, a investigação sobre o mundo rural de Alter do Chão não avançou de forma significativa desde então, o que obviamente constitui um entrave ao conhecimento da realidade envolvente a *Abelterium*. Exceptua-se o sistemático projecto de trabalho levado a cabo no perímetro murado da Coudelaria de Alter[13], do qual acabou por não resultar a detecção de quaisquer sítios de época romana, o que constitui um dado curioso (pela ausência) para se avaliar a existência de *vazios territoriais* no período cronológico da nossa referência, mesmo após a realização de prospecções intensivas.

Quanto ao quadro geográfico, o concelho de Alter do Chão apresenta uma assinalável diversidade paisagística. Quando olhamos para Cunheira, hoje envolvida por eucaliptais que cobrem os relevos suaves e arenosos dos terraços fluviais quaternários, não encontramos grandes semelhanças com Chança, onde o terreno apresenta ainda os solos cascalhentos que se prolongam a partir da bacia do Tejo e da área de Ponte de Sôr. E muito menos as vemos com Alter Pedroso, coroando o maciço rochoso que marca os relevos vigorosos do Alto Alentejo central. Trata-se portanto de um concelho heterogéneo, onde rapidamente se passa do substrato granítico para os relevos acentuados do xisto, ou para áreas de contacto geo-morfológico que apresentam uma notável variedade, originando também distintos modelos de paisagem.

O concelho é claramente marcado pela passagem da ribeira de Seda que, embora no seu percurso atravesse o território pela franja situada mais a noroeste (e portanto descentrada), acaba por modelar e centralizar a rede hidrográfica do concelho, constituída, na sua maior parte, pelos seus afluentes. De qualquer modo, e ao contrário de outros concelhos, a rede hidrográfica não é muito densa e abundante, reconhecendo-se a ausência de outros eixos fluviais mais importantes, o que inclusivamente, com a prática de uma agricultura mais agressiva, e com o represamento dos cursos secundários, tem conduzido a situações de *stress hídrico* bastante significativas, acentuadas ainda por uma agressiva «campanha do trigo» que nestas paragens foi conduzida no século XX. Por este último motivo, largas extensões de terreno foram limpas, para possibilitar o cultivo em larga escala dos cereais, o que contribuiu decisivamente para as modificações da paisagem (e para o apagamento de realidades como os monumentos megalíticos que, sobretudo na área sul, foram quase completamente desmantelados). Também o incremento da exploração bovina, com a necessária produção de forragem, contribuiu para uma decisiva alteração no quadro natural, eliminando-se o carrascal que certamente seria típico destas paragens.

Neste campo, existe para o perímetro da Coudelaria um estudo antracológico que, embora para períodos mais recuados, nos fornece uma imagem do que seria a paleopaisagem desta área do concelho[14]. Apesar de algumas limitações qualitativas na análise, evidenciou-se o modo como o quadro paisagístico se foi alterando lentamente, passando de um bosque de árvores de combinação mista (freixos, *Fraxinus angustifolia* e azinheiras, *Quercus ilex*) predominante no Neolítico, para uma paisagem mais centrada em espécimes perenes (azinheiras, *Quercus ilex* e oliveiras, *Olea europaea*) que denunciam a antropização do território, culminando no espectro atribuído à época romana, onde já

12 Timóteo, 1978: 275.

13 Oliveira, 2000. No extenso conjunto de trabalhos aqui realizados, quer de prospecção, quer de escavações de sítios, apenas foi identificada uma evidência de ocupação em época romana constituída por um "abrigo improvisado" (p. 226) no interior da Anta da Horta (relatório de escavação entre as pp. 103-151) e também da Anta da Soalheira (*idem* pp. 152-169). Estes dois registos não foram considerados no presente inventário por em rigor não estarmos perante "sítios", mas por se tratarem de ocupações pontuais e esporádicas de estruturas pré-existentes.

14 David Duque, "El médio vegetal de la Coudelaria de Alter do Chao a partir de los resultados antracológicos." *In*: Oliveira, 2006: 242-256. Ver também Duque, 2005.

dominam matos de *Leguminosae sp.* que demonstram o impacto dos sistemas agro-pecuários e a prática de uma pastorícia extensiva.

O relevo do concelho é bastante irregular, oscilando entre as paisagens onduladas com cabeços suaves e algumas elevações de grande porte, que funcionam como verdadeiros marcadores territoriais. Destacam-se algumas cumeadas, que poderão ter albergado povoados proto-históricos, embora sobre este período o desconhecimento seja total: pontos onde hoje se erguem povoações, como Seda (201m) ou Alter Pedroso (413m), ou outros como São Miguel (onde se implantam as antenas junto da sede de concelho a 359m) ou ainda S. Lourenço (368m), são exemplos de grandes volumes que, mesmo por vezes não apresentando uma altimetria absoluta muito imponente, se destacam na paisagem e funcionam como referenciais do território. Na metade Sudeste do concelho, merecem referência as Serras dos Arneirinhos e Almanhares, hoje deixadas a mato, e que albergam várias antas e povoados da Idade do Ferro. Estas duas faixas de rochas xistosas e de grauvaques estendem-se em direcção ao concelho de Fronteira, irrompendo na paisagem como um filão aflorando quase na vertical. Constituem o limite Noroeste do designado Planalto carbonatado do Câmbrico de Elvas, que no seu desenvolvimento para Sudeste irá modelar decisivamente as paisagens de outros concelhos, com as suas cotas entre a altimetria 200 e 400 funcionando como elementos de separação do território, condicionando as linhas de festo e as zonas de passagem. Neste campo, não deixa de ser curioso notar que a passagem da via XIV se faça aproveitando um dos mais cómodos e confortáveis circuitos de transição que transita entre estes conjuntos de mais acentuada variação altimétrica.

Sítios e comentários

01.01. Monte da Ferraria

CMP 357

Nesta herdade, próxima da passagem da ribeira de Seda, existem informações sobre o aparecimento de "seis sepulturas contendo as respectivas ossadas, e cuja arquitectura parece corresponder ao período romano"[15].

01.02. Cabeço de Santa Luzia

CMP 357 / CNS 489

A elevação que, na margem direita está sobranceira à ponte de Vila Formosa, albergou em tempos a abandonada Capela de Santa Luzia. No alto, "numa área total de cerca de 600 m^2"[16], encontrar-se-iam muitos fragmentos de cerâmica de construção (tegula e imbrices), um peso de tear, bordo de *dolium* e uma asa de ânfora, além de escória de vidro. Interpretado como "uma espécie de «estaleiro»" das obras da ponte, esta hipótese não convence por se tratar de uma elevação que a torna pouco adequada para esta função. Dada a presença do peso de tear e da cerâmica de armazenamento, poderemos pensar na existência de um casal agrícola, ou de algum ponto de armazenamento e prestação de serviços próximo da via, embora a eminência do local e a pervivência religiosa possam remeter para algum templo na proximidade da ponte. Em prospecções efectuadas no local, efectuadas com óptima visibilidade, nada foi encontrado, à excepção de alicerces e cerâmica de construção moderna que talvez correspondam ao templo que ali existiu. Já Félix Alves Pereira afirmava que "examinei sem resultado os destroços"[17].

Outras referências: RP 6/98.

01.03. Moradeia da Froia 1

CMP 358 / CNS 11089

15 Timóteo, 1978: 276.
16 Timóteo, 1978: 276.
17 Pereira, 1912: 218.

A primeira de três "moradeias" descritas por Agostinho Isidoro[18]. "Está num pequeno cabeço desta herdade, na folha do Apiadeiro, a uns 400m do Apiadeiro da Mata, e para nascente deste. A linha do caminho de ferro passa-lhe a norte, a uns 200m. Tem a área de uns 2500m2. À superfície do terreno encontram-se muitas pedras afeiçoadas e alinhadas; umas estão fixas ao terreno e outras, desagregadas pelos arados, permanecem soltas."[19] Em entrada no *Endovelico* lê-se: "no local são abundantes as cerâmicas de construção e comuns, em dois locais a cerca de 50 metros um do outro. No seu conjunto cobrem uma área de cerca de 2000 m2, atingindo a concentração de maiores dimensões cerca de 1800 m2, e apresentando ainda vestígios de muros de considerável espessura à superfície", apontando-se uma "*villa*, talvez fortificada". Finalmente, Oliveira e Palmeiro assinalam que "Encontra-se muito destruída, talvez pela construção de barragens que ocupa parte da sua área […]."[20] Discrepâncias entre os diferentes autores, portanto. Nos trabalhos de campo constatou-se a existência de eucaliptos no local atribuído, pelo que a visualização do solo não foi conseguida.

01.04. Moradeia da Froia 2

CMP 358 / CNS 11090

Cedendo a palavra ao autor: "Fica a norte da 1ª moradeia e distante dela cerca de 70m, para norte. Tem uma área de 100m2. À superfície do terreno há fragmentos de telhas e tijolos"[21]. A consulta da entrada no *Endovelico* remete para uma laje de granito e "esteios de uma caixa da sepultura", que obviamente não têm nada que ver com o sítio descrito por Isidoro. Em trabalho de índole local, o sítio foi dado como destruído "restando apenas no local uma pedra com o comprimento de um metro"[22].

01.05. Moradeia do Couto da Balsinha

CMP 358 / CNS 11088[23]

Do terceiro sítio desta tipologia fica a descrição: "Encontra-se num sítio em que o terreno é plano, na folha do Talefe, pertencente à courela da Balsinha. A 150m de distância para sul há um cabeço, que tem no cimo um talefe. É uma *moradeia* pequena, pois a sua área anda à volta dos 40m^2. Há seis pedras aparelhadas e alinhadas, cravadas no terreno e em volta das mesmas muitos fragmentos de tijolos e de telhas, estas de cor castanha e vermelha."[24] Em data posterior, o sítio ainda era visível: "Moradeia em forma circular, de pequenas dimensões, onde se pode encontrar cinco pedras que possivelmente terão pertencido a uma anta hoje desmantelada. […] Três destas pedras, encontram-se no interior da Moradeia e as restantes estão numa posição vertical, aparentando ser a entrada da moradeia". A limitar a entrada desta, verifica-se e [*sic*] existência de um conjunto de pedras de pequena dimensão, as quais formam um muro"[25].

01.06. Monte Redondo

CMP 358

---

[18] 1966. O termo foi originalmente cunhado por Leite de Vasconcellos (1921-1922) para designar antigos pontos de povoamento de época indeterminada (com sinais de época romana, mas eventualmente mais tardios) em sítios elevados. Em artigo de 1930-1931 explica este regionalismo: "vim a averiguar que se dava aquele nome a um môrro em que existiam vestígios de muralhas e de casas: o que tudo constituia uma *moradeia*, pois *moradeia* para o povo de aqui designa ruinas de habitações antigas, de tempos geralmente muito remotos: pelo menos, romanos e pre-romanos." (174)

[19] Isidoro, 1966: 33.

[20] Oliveira e Palmeiro, 1993/1994 [sem número de página]. A fotografia mostra uma grande pedra vertical que talvez sinalizasse uma entrada; as autoras referem a existência de "algumas pedras de pequena dimensão".

[21] Isidoro, 1966: 34.

[22] Oliveira e Palmeiro, 1993/1994 [sem número de página].

[23] Registada como "Courela da Balsinha".

[24] Isidoro, 1966: 33.

[25] Oliveira e Palmeiro, 1993/1994 [sem número de página]. A fotografia mostra um conjunto ainda bem preservado, com um alinhamento de pedras de formato sub-circular.

Conjunto de materiais oferecidos a José Leite de Vasconcellos que deverão pertencer a um ambiente funerário: uma taça de terra sigillata, uma garrafa de cerâmica "avermelhada", uma lucerna com marca "ACATOS"[26]. Da mesma herdade foram oferecidos outros objectos, pertencentes a outras épocas. A vastidão da propriedade, e o facto de hoje ser uma reserva de caça (logo, sem prática agrícola e consequentemente com muita vegetação), objectivamente impedem que se proceda à relocalização do local.

Outras referencias: RP 6/96.

01.07. Casa de Alvalade 2

CMP 358

Situa-se no topo da elevação suave fronteira ao sítio de Alvalade, com o qual mantém proximidade e contacto visual. Na margem oposta do pequeno curso de água encontram-se lajes de xisto (em zona de granitos) e cerâmica de construção dispersa. Deverá corresponder a uma necrópole.

Referência: Inédita.

01.08. Casa de Alvalade 1

CMP 358 / CNS 487

Um sítio promissor, com um conjunto de indicadores que merecem um olhar muito atento, mas também apresentando um elevado grau de destruição em curso (menção a detectores de metais). Situado no cruzamento de duas linhas de água (a que corre a sul está mais encaixada e apresenta condições para a existência de uma barragem), implanta-se no alto de uma elevação suave, situada mesmo junto ao troço de via XIV, dominando o horizonte, em especial para norte e oeste. Embora sem qualquer destaque na paisagem, as construções deveriam conceder ao local uma função de referente visual observável a larga distancia.

O sítio já era conhecido por referências documentais antigas[27] e pela visita dada a conhecer por Maria Abranches Timóteo, onde se descreve "um muro de *opus incertum*, com aproximadamente 30m de comprimento e 0,70 de espessura"[28]. Efectivamente o muro ainda hoje se encontra no local, uma extensa recta que marca o coroamento da elevação. Mas mais elementos existem. Mesmo no topo, no ponto mais elevado, está um pavimento de *opus signinum*, e encontra-se um outro lanço de muro, com 1,50 por 50cm de altura; no terço superior encontra-se a estrutura já referida, muito sólida e com excelente qualidade na alvenaria, aflorando em 1,20m no topo mais elevado, e lentamente desaparecendo na progressão para Este, até ser recoberto pelo solo actual (mesmo assim, definindo uma extensa plataforma que funciona como uma acrópole). Um pouco mais abaixo, um terceiro lanço de muro, com um metro de comprimento por 40cm de altura. É difícil perceber a funcionalidade do conjunto: Timóteo alude a "ângulos rectos" nas suas extremidades, formando "uma espécie de esplanada", parecendo efectivamente que aqui existiria uma fachada monumental panorâmica, eventualmente coroada por um espelho de água, dado o *opus signinum* do topo.

No terreno há uma profusão de cerâmicas e blocos de pedra que foram empregues em construções. Encontram-se imbrices, alguns com excesso de cozedura, tégulas,

---

[26] Vasconcellos, 1927-1929: 178-179.

[27] Retomo a passagem atrás apresentada de Figueiredo, 1895: 317: "37. De Alter do Chão (Alemtejo)
«Em diversas partes dentro, e fóra desta povoação, se vem ainda hoje muitos alicesses de edificios antigos, com muy grandes pedaços de muros terraplanados, como são os que chamão Casa de Avelada; grandes taipas de cal, e ladrilho moído, e outras empedradas de pedrinhas de varias côres do tamanho de uma unha [mosaico]; e d'estas pedrinhas affirmão alguns antiquarios, que estava guarnecido hum grande templo de idolos, do qual haverá cem annos se via ainda alguma parte em pé, e que entre as ruinas destes cahidos, e arrazados edificos, se tem achado em varios lugares, e tempos, algumas figuras de idolos de pedra, e, segundo afirma o Conego Novaes, pouco tempo antes do em que elle escrevia a sua Relação do Bispado de Elvas, se tinha descoberto huma estatua de Cupido, com aljava, settas, e venda tudo de gentil escultura.»

[28] Timóteo, 1978: 277 e fig. 2.

fragmentos de *dolium* (fundos e bordos) e cerâmica comum, maioritariamente clara. Os materiais cerâmicos estão genericamente muito bem conservados. Nas três visitas feitas, sempre com excelente observação da superfície do solo, não se encontrou qualquer fragmento de cerâmica de importação, mas existem menções que apontam para *terra sigillata*. Timóteo recolheu aqui um fundo de ânfora, um peso de tear e um bordo de *dolium* com a marca *FLACCINI*.

Na encosta a norte, vêem-se materiais pétreos queimados, e na primeira visita ao local eram mesmo visíveis algumas bolas de cinza espaçadas no terreno. Várias lajes de xisto também se encontram no sítio. Sob uma azinheira estão depositados alguns silhares de grande volume e de grão muito grosso, indicadores de monumentalidade a acrescentar a uma base de coluna e um fragmento de fuste recolhidos por Timóteo[29].

De acordo com o proprietário de uma das parcelas, encontraram-se "azulejos de pavimento", e o peso de lagar depositado junto ao Monte da Porra será daqui proveniente.

Na elevação suave a oeste encontra-se mais uma mancha de materiais, e na seguinte, ainda mais para ocidente, encontra-se uma mancha ainda mais extensa, onde está depositado um girante de mó. Portanto existem dois núcleos nas duas elevações progressivamente menos elevadas.

Como comentário final, devo salientar que não é fácil interpretar o sítio de Casa de Alvalade. Aparentemente tratar-se-á de uma *villa*, com diversos indicadores de monumentalidade: fuste e coluna, silhares, a referência a mosaicos, a óbvia robustez dos muros. Todavia, a implantação é um pouco atípica, no alto de uma elevação (embora suave e ondulada), e muito próxima de um caminho que teve utilização em época romana. Finalmente, os nódulos de cinzas e as marcas de fogo visíveis em objectos à superfície são um elemento cuja origem deveria ser averiguada, parecendo indicar uma também atípica contiguidade entre estruturas e um possível espaço sepulcral de incineração.

Outras referências: RP 6/108; Saa, 1956: 179.

01.09. Reguengo

CMP 358 / CNS 2726

Epígrafe que possivelmente terá tido um carácter votivo, o que, salvaguardadas as dificuldades de leitura, aponta para a existência de um templo ou santuário. Foi encontrada *numa arrecadação da Coudelaria de Alter, mas provém de um sítio próximo denominado Reguengo*[30]. Apesar um projecto de investigação recente ter realizado prospecções sistemáticas no perímetro da Coudelaria, a situação permaneceu inconclusiva: *Desconhecemos onde estes autores terão obtido essa informação, contudo, na área do Reguengo, tanto no interior da Coudelaria, como fora, não identificámos vestígios romanos que justificassem a presença desta ara* [31].

Outras referências: RP 6/107; IRCP nº 614; Carneiro, 2009-2010.

01.10. Vila Formosa

CMP 369

Uma das incógnitas sobre o povoamento romano de Alter do Chão residem nas frequentes referencias a um aglomerado populacional que estaria situado na actual herdade, próximo da conhecida ponte homónima. Por estes terrenos subsiste a memória da existência de uma povoação, onde viviam as pessoas que construíram a ponte, e que, após uma invasão, foi abandonada, tendo os seus habitantes encontrado refugiado no alto de Seda. Todavia, não existem provas materiais que suportem este relato.

01.11. Herdade da Comenda

CMP 369 / CNS 5430

[29] 1978: 278. Segundo os autores a base apresentava 0,45m x 0,45m; o fuste, 0,25m de diâmetro.

[30] Timóteo 1978: 282.

[31] Oliveira 2006: 226. Informação de Jorge de Oliveira adiantou que a peça poderá ser proveniente do próprio núcleo urbano de Alter do Chão.

Na base de dados *Endovelico* está uma entrada com esta designação, referindo uma *villa*, sem mais informação. O Monte da Comenda encontra-se na margem oposta do Monte de Vila Formosa, e por aqui não existe memória de achados. Parece-me que a confusão com o sítio seguinte é evidente, pelo que este registo deverá ser apagado.

Referência: Endovelico, Processo IPA 6D/071.

01.12. Convento de S. Veríssimo

CMP 369 / CNS 488

Defronte da elevação onde se ergue Seda, na margem esquerda da ribeira. Temos assim uma relação directa entre uma provável *villa* e um possível povoado fortificado da Idade do Ferro, reocupado em época medieval[32]. Aqui se encontram estruturas que reaproveitam pedras aparelhadas, e foi recolhido uma base de coluna e um fuste[33]. São visíveis numerosos fragmentos de tegulas, imbrices e tijolos, alem de blocos de *opus signinum*. Localmente mencionam-se a existência de "termas"; existe também uma menção a mosaicos[34]. O sítio encontra-se em plataforma sobranceira à ribeira, com pelo menos um hectare de dispersão de vestígios.

01.13. Porto das Passadeiras

CMP 369 /CNS 2652[35] e 5782[36]

Uma epígrafe possivelmente votiva, embora com severas dificuldades de leitura. Atribuída ao local de "Passareira", local na realidade designado como Porto das Passadeiras, ancestral local de passagem a vau da ribeira de Seda, onde ainda hoje se encontra uma poldra. A ser correcta a interpretação votiva, aqui poderia existir algum templete.

Referência: Timóteo, 1978: 281 e fig. 14; IRCP nº 635; RP 6/101.

01.14. Horta da Moura

CMP 370 / CNS 5778

Sítio mencionado como necrópole, topónimo hoje não localizável. Certamente junto à via de saída para Este de *Abelterium*.

Referência: Pereira, 1912: 216; RP 6/117.

01.15. Cascalheira

CMP 370

Pequena mancha de materiais mesmo junto ao percurso da possível ligação entre as vias XIV e XV, do lado Sul. Trata-se de uma concentração de tegulas e imbrices com cerca de 100m^2, colada ao leito de rodagem, no ponto mais elevado de uma lomba que separa duas bacias hidrográficas. Provável *mutatio* a cerca de 7km de Alter.

Referência: inédito.

01.16. Quinta do Pião

CMP 370 / CNS 486

A descrição contida no *Endovelico* surpreende pela contenção: "situado num patamar registaram-se à supefície [*sic*], vestígios de cerâmica romana e materiais de construção (imbrex e tegulae)." E surpreende, porque este é um dos grandes valores patrimoniais do

[32] Havendo localmente a registar mais uma das conhecidas *lendas de transferência*: segundo se conta, a população habitava nesta elevação mais baixa, até surgir uma invasão de formigas que levou as pessoas a refugiarem-se no alto da elevação.

[33] Timóteo, 1978: 276-277. Base com 0,48m por 0,48m, fuste com 0,38m de diâmetro.

[34] RP 6/102.

[35] Porto das Passadeiras.

[36] Passadeira.

concelho de Alter do Chão e da região, um conjunto ainda em previsível excelente estado de conservação, protegido por um punhado de oliveiras centenárias que inibiram a prática agrícola e salvaguardaram as estruturas.

A Quinta do Pião encaixa perfeitamente nos cânones vitruvianos: ocupando o terço inferior de uma elevação, o "patamar" mais não é do que o volume de construções no subsolo que se eleva dois ou três metros acima da pendente da encosta, delimitando perfeitamente o edificado em cerca de oito mil m^2. Voltada a oeste, dispõe nas proximidades de abundantes recursos hídricos, incluindo o "Açude" que certamente terá origem romana. E dispunha de bons acessos próprios para a via romana, que transita a cerca de quinhentos metros.

Aquando de uma outra descrição[37], a *villa* apresentava duas absides, uma delas com muros conservados em cerca de meio metro de altura, e outra com indícios de ali ter decorrido uma escavação, e que ainda apresentava um revestimento parietal a fresco pintado, posto a descoberto por remeximentos de terra. Entre várias estruturas que afloravam à superfície, era evidente um grande alicerce em *opus mixtum* que se erguia a um metro de altura, embora encoberto por um silvado. Outros muros percebiam-se entre as raízes das oliveiras. Subindo a encosta, outros bocados de muros se encontravam, arrancados pelos tractores, indicando que a área construída seria muito mais extensa. Inclusivamente, junto ao monte encontravam-se mais muros, e as canalizações da horta pareciam ser de fábrica romana. Todas as estruturas apresentavam esmerado fabrico e grande robustez. Existem ainda notícias de mosaicos[38].

Outro elemento que impressionava o visitante era a qualidade de preservação da cerâmica de construção (unicamente se observavam estas morfologias, estando ausentes os tipos de cerâmica comum e de importação, o que sem dúvida se devia ao bom estado de preservação dos níveis arqueológicos), com pastas bem depuradas, acabamentos com polimento cuidado, morfologias bem desenhadas, solidez geral e uma característica tonalidade laranja-encarniçado em todos os espécimes. Como então apontei, empiricamente notava-se que existia uma grande proximidade entre estes elementos e os recolhidos nos sítios próximos de São Pedro e Horta da Torre, o que poderia indicar a mesma fonte de abastecimento, situação que seria interessante averiguar com análises conjuntas de pastas que esclarecessem a situação.

A Quinta do Pião representa um dos melhores exemplos de *villa* de elevada monumentalidade e requinte nos componentes visíveis. Será fundamental averiguar a sua relação com *Abelterium* (a cinco quilómetros de distância em linha recta), podendo ter funcionado como uma *villa* suburbana de algum detentor de magistraturas locais ou, pelo menos, de alguém com importante estatuto social e económico.

Desde 2008 encontra-se em curso de escavação.

Outras referências: RP 6/121; TIR J-29:127; Processo IPA S-00486; RP 6/121.

01.17. Courela do Gafanhoto

CMP 370

Em 2004 localizei alguns elementos em granito à porta de uma residência em Vale de Seda[39]. Foi-me mencionado que o local de proveniência estaria na zona do regolfo da barragem de Alter, em local onde também se encontravam silhares, elementos de coluna e cerâmicas de construção.

Por várias vezes tentei localizar o sítio, mas fosse pela extensão da área, pelo facto de em várias folhas se encontrar gado bravo, ou por maus caminhos e acessos, tal não foi conseguido. Todavia, junto ao casão agrícola abandonado, que fica no topo de uma elevação, um pouco distante da barragem e em local que não corresponde à descrição,

[37] Carneiro, 2004: 152-153 e ficha 59, que por um lamentável lapso foi obliterada na publicação monográfica, devendo por isso recorrer-se ao original de 2002.

[38] Timóteo, 1978: 278-279.

[39] Uma base de coluna e uma mó. Noticiei-os em Carneiro, 2004: 152, nota 1.

encontram-se vários blocos pétreos, um deles que parece ter sido um silhar, embora fracturado, e uma base de coluna. Junto ao monte está uma eira, onde se encontram blocos de pedra talhados, que foram embutidos no conjunto, e uma mancha de cerâmica de construção cuja dimensão não foi possível avaliar (dado o mato existente), mas que seguramente será de pouca extensão.

O sítio principal decerto estará ainda por encontrar, devendo este ser um ponto secundário, apresentando cerâmica de construção e algumas pedras de alvenaria de uma estrutura, tendo os materiais pétreos de maior porte sido trazidos para o local, e aqui depositados.

Referência: inédito.

01.18. Monte de São Pedro

CMP 371 / CNS 17692[40]

V. entrada respectiva no concelho de Fronteira.

01.19. Alto da Alavada *

CNS 27923

Classificado como "casal rústico", descreve-se uma "pequena concentração de material de construção de época romana" interpretada como uma pequena unidade de povoamento. Não foi localizado pela imprecisão toponímica e informativa.

Referência: Processo IPA 2006/1(524)

Herdade do Arraial *

CMP 358 / CNS 5777

De acordo com o *Endovelico*, em algum ponto desta herdade foram identificados "alicerces, *opus signinum* e cerâmica de construção". Surge também em RP6/116, remetendo para a fonte: Mário Saa refere a Herdade do Arraial quando descreve a Casa de Alvalade ("Avelada", na sua denominação[41]). Portanto, um sítio a apagar dos registos.

Comentários gerais

A primeira impressão, quando olhamos para um concelho que contém dois traçados de via romana que o percorrem (Itinerários XIV e XV), e um putativo aglomerado urbano, resulta na escassez de sítios identificados. Esta contingência, que fere qualquer tentativa de análise, já foi comentada, e portanto será redundante regressar ao tema. Devo no entanto acrescentar que, para além da escassez, os poucos dados são desconexos, porque frutos de uma identificação ditada por factores aleatórios e onde falta a sistematicidade, além de pouco precisos, misturando-se as notícias antigas com os achados casuais e/ou noticiados de modo pouco rigoroso, que por vezes, caiem no domínio da lenda e da mitologia local.

Olhando para o concelho de Alter, algumas impressões emergem de imediato. Uma delas, talvez a principal, reside no modo como, em extensões mais afastadas dos traçados das vias, a rarefacção de povoamento se torna óbvia. Para algumas freguesias, como Cunheira ou Chança, nenhuma informação temos; na zona norte do concelho, apenas as notícias de Agostinho Isidoro sobre as moradeias nos trazem dados; mesmo para sudeste, em direcção a Vale de Seda, poucas informações existem. Em resumo, o panorama parece ser – com as necessárias reticências – relativamente semelhante ao verificado em Ponte de Sôr: os itinerários estruturam o povoamento, funcionando como um factor de atracção para a implantação de sítios, e à medida que nos afastamos da via a densidade de locais diminui. Este fenómeno é bastante curioso, e mais visível nas citadas freguesias, onde ainda subsiste muita da paisagem característica da bacia do Tejo, no prolongamento pontessorense, e portanto distante dos arquétipos vivenciais latinos. Portanto, prospectar melhor estas paisagens impõe-se, não sendo de excluir ainda que possamos estar perante

[40] "S. Pedro 2".

[41] Saa, 1956: 179.

sítios com um (como dizer?), *registo arqueológico minimalista*, feito de indicadores diferentes dos quais estamos habituados a reconhecer, como construções em adobe e taipa (dada a escassez de rocha disponível em solos arenosos), que deixem um menor registo arqueológico de superfície, obstando à sua detecção.

O outro factor aliciante residia na possibilidade de encontrarmos um ponto polarizador de povoamento – *Abelterium*, independentemente da dimensão e estatuto que possa ter tido –, que tivesse à sua volta um conjunto de *satélites* rurais de povoamento. Aqui, os dados são mais animadores, embora escassos: conforme foi exposto, creio que Quinta do Pião poderá ter funcionado claramente como uma *villa* articulada com o sítio alterense (uma *villa urbana*), e o mesmo poderá ter ocorrido com Casa de Alvalade (se puder ser inserida nesta tipologia), e no eventual sítio da Courela do Gafanhoto/Barragem de Alter (se for confirmada a informação de partida). Chamo no entanto a atenção para o facto de, a ser assim, o pólo de *Abelterium* funcionar de modo débil: os sítios referidos dividem a proximidade urbana com a evidente relação com os itinerários já referidos. Se *Abelterium* tivesse promovido esse povoamento do território envolvente, então encontraríamos mais sítios próximo da actual vila, e em áreas que nos surgem vazias de povoamento, como a extensa zona para norte, em direcção ao Crato, onde para mais temos uma zona pedologicamente mais próxima do ideal latino.

Ou seja, o principal factor de atracção de povoamento parecem ter sido os itinerários viários, e não tanto a presença de um presumido aglomerado urbano, o que deve ser realçado na análise. Este fenómeno é concordante com o fortíssimo investimento que localmente foi feito nos troços viários: relembre-se que ao longo da via XIV foram noticiados vários marcos miliários, e a ponte de Vila Formosa é um exemplo eloquente desta mesma dinâmica de construção. Olhar para as vias na zona de Alter é perceber o papel fundamental que estas infra-estruturas desempenharam, quer enquanto depositárias de investimento, quer enquanto eixos articuladores da presença humana.

Note-se no entanto que, nesta progressão para Este desde o vale do Tejo, é chegando a estas paragens que começamos a identificar as grandes *villae* – ou pelo menos, as grandes estruturas rurais – que caracterizam esta área do Alentejo. Quinta do Pião, sem dúvida, tê-lo-á sido; Casa de Alvalade, o eventual sítio da Barragem de Alter e Convento de S. Veríssimo, poderão também ser integrados nesta classe. O concelho de Alter, sob este ponto de vista, marca a progressão para uma paisagem mais caracteristicamente latina, com os sítios rurais de grande volumetria organizando a propriedade fundiária. O facto mais interessante, sob este ponto de vista, e dentro da massa de informação disponível, reside no facto de estes sítios se encontrarem em relação com os traçados viários (o mais distante, Convento de S. Veríssimo, a cerca de três quilómetros), o que pode fornecer o dado indirecto de esta paisagem se encontrar ainda muito *selvagem* e pouco colonizada, com o progressivo arroteamento dos solos a iniciar-se a partir dos eixos referenciais construídos. Este movimento não foi radicular – a partir de um centro urbano – mas capilar, em função dos traçados viários e das acessibilidades geradas.

Também será ao longo dos caminhos que encontramos as poucas referências a necrópoles: Monte da Ferraria, Monte Redondo, Horta da Moura e, naturalmente, o sítio 2 de Casa de Alvalade. Olhar para esta *geografia tumular* é também vermos o alinhamento viário, o que nos alerta para duas situações: o cuidado redobrado que seria necessário ter no acompanhamento das dinâmicas de transformação da paisagem ao longo destes eixos (situação para que já Mário Saa alertara[42]) e o modo como é ainda insuficiente a

[42] O desmantelar ou ocultar da rede viária romana terá sido um dos impulsos determinantes para que Mário Saa empreendesse a escrita da sua monumental obra, conforme o próprio autor enuncia logo no preâmbulo do primeiro Tomo: "Esta nossa obra, *As Grandes Vias da Lusitânia,* surge precisamente no momento em que se efectua o completo desfazimento da rede dos caminhos velhos, (nunca tal como hoje), rede que, por constância de circunstâncias naturais, trasladava para o nosso século a dos romanos. Estamos nos últimos dias dos sulcos viais da antiguidade. Em meia dúzia de anos tudo terá desaparecido. Esta nossa obra passará, então, a prova testemunhal do Passado, muita embora já distante dele..." (Saa, 1956: Tomo I, p. 7).

correspondência entre lugares de povoamento e necrópoles, por existirem ausências nestes pares.

Um comentário para as epígrafes votivas, uma ocorrência que nos deve recordar o facto de existirem outro tipo de estruturas ainda não caracterizadas. Uma proveniente do sopé da elevação de Seda (poderemos relacioná-la com Convento de São Veríssimo?), outra da área da Coudelaria (e não havendo registo de sítios neste perímetro, poderemos atribuí-la a Casa de Alvalade?), ambas infelizmente com a divindade inominada, o que tanto pode significar um santuário votivo, como a integração dentro de uma estrutura doméstica. Em ambas as situações, seria de todo o interesse compreender melhor o seu contexto original, o que se aplica também para a terceira, cuja atribuição deverá ser feita ao núcleo de *Abelterium* tendo em conta o local de achado.

Fora dos eixos viários ficaram apenas as três *moradeias* (sítios 3, 4 e 5). Agostinho Isidoro, profundo conhecedor do concelho do Crato, deixou-nos este relato de três sítios na freguesia de Cunheira, muito próximos de Aldeia da Mata e hoje em zona muito despovoada, apropriadamente designada como "Mato de Alter"[43]. Englobam-se no complexo de sítios designados como "moradeias", que Leite de Vasconcellos atribuía a uma longa diacronia de povoamento que remontava a comunidades da Idade do Ferro, dada a presença de "louça pré-romana"[44]. Do complexo que encontramos alastrando para Tolosa e Gáfete, estes são os sítios localizados mais a sul, mas no mesmo ambiente paisagístico. Embora nenhum deles tenha sido localizado nas prospecções efectuadas, há dois aspectos a referir: ambos estão próximos de antigos caminhos de circulação e de passagem da ribeira de Seda, quer em zona de Froia[45], quer em Mato de Alter. Segundo, os sítios encaixam perfeitamente no modelo de povoamento em zonas marginais – ou, diria *menos romanizadas, periféricas* – que encontramos em outras áreas. Embora a ampla diacronia proposta por Leite de Vasconcellos possa ser revista (a "louça pré-romana" pode corresponder aos modelos cerâmicos da Antiguidade Tardia em que o retrocesso nas técnicas faz ressurgir os modelos em torno lento e de cozeduras a baixas temperaturas), são pequenos povoados que constituem uma fórmula alternativa ao modelo das *villae* e dos casais, com lajes verticais (confundidas com tampas de sepultura) funcionando como estelas, que marcam a entrada para o interior de compartimentos rectangulares.

Aqui, alguns comentários se impõem. Primeiro, a dificuldade de percepção do conceito: o que quer que tenham sido, não foram certamente *villas fortificadas*, conceito que de resto não parece ter existido na área territorial em estudo. Poderemos estar perante povoados do *fundo indígena*, que mantém as suas dinâmicas evolutivas mesmo perante o domínio romano, eventualmente porque, ocupando áreas marginais e não integradas em *fundi* de *villae*, persistem no seu modelo vivencial? Ou estaremos perante povoados de tipo aldeias, aglomerados dispersos instalados em época imperial, e que procedem ao aproveitamento agro-pecuário de territórios periféricos? Ou resultam do desmantelamento da rede de povoamento imperial, e são fundados em época alto-medieval, como o retrocesso nas técnicas de execução cerâmica parece levar a entender? Seja como for, no plano conceptual, o entendimento do significado do termo, e do que ele representa em termos arqueológicos, deverá ser mais bem definido, e com prospecções sistemáticas ampliado o seu universo.

Segundo aspecto, o facto de se encontrarem agrupados - os três sítios *em cacho* - pode também significar um de dois fenómenos: ou a zona está insuficientemente prospectada, e com o decorrer da investigação mais locais aparecerão, ou estamos perante a faixa Sul de um modelo de povoamento que, vindo de Gáfete e Tolosa, a norte, encontrou nesta área

---

[43] A utilização dos topónimos Aldeia da *Mata* e *Mato* de Alter mostra bem como esta é uma zona de pouca presença humana. Note-se contudo que, na literatura agrarista do século XIX (em especial Picão, 1983 e Costa & Castro, 1900), o conceito de "Mato" aplica-se a terrenos de montado de sobreiro. Ou seja, trata-se de um termo que sofreu alterações nos seus significantes.

[44] 1921-1922: 121.

[45] Saa, 1959: 127.

uma identidade comum e vinculada a um território (e a um quadro paisagístico) concreto. Ou seja, as moradeias – seja o que for que entendemos como tal – podem ser a expressão arqueológica de uma identidade vinculada a uma área geográfica específica. E desse ponto de vista, torna-se aliciante defini-las na sua globalidade.

2. Concelho de Arronches

Entre as diversas acções com vista à detecção e caracterização do património arqueológico em alguns dos concelhos do distrito de Portalegre, talvez o caso de Arronches seja o mais surpreendente. Não porque se desconhecesse o potencial dos sítios aqui implantados – afinal, pertence a Leite de Vasconcellos uma das primeiras notícias sobre um sítio romano no distrito, aquando da identificação do local situado em Coutada do Povo[46]. E também não se pode alegar a inexistência de investigação arqueológica, dada a concretização dos projectos conduzidos por Isabel Pinto[47]. Mas a situação alterou-se com os trabalhos promovidos no estudo académico de António Lopes[48], que ampliaram exponencialmente o volume informativo disponível, possibilitando desde já uma visão de síntese, que se espera que possa vir a ser ampliada com o decurso da investigação do autor, muito ancorada em prospecções intensivas no terreno. Desta forma se conseguiu um salto qualitativo que permitiu enriquecer o conhecimento sobre o povoamento romano no concelho, pois até aí a mais profusa menção a sítios permanecia o desequilibrado conjunto de referências contidas nos volumes de Mário Saa[49].

Não que esta expectativa não fosse aguardada. Os 314 km^2 do concelho de Arronches albergam todas as condições para uma plena ocupação do território em época romana: a passagem de um itinerário viário fundamental (para mais, com evidências ainda muito bem conservadas no terreno), e um conjunto de aptidões naturais que tornam a presença humana muito propiciada pelas condições existentes.

O concelho de Arronches marca a transição dos contrafortes da Serra de S. Mamede – ainda presente na franja Norte do território – para uma peneplanície de modelação suave, que se estende por quase todo o território, conformando um espaço de fácil transição, sem grandes acidentes naturais que obstruam a passagem. Portanto, os relevos são amenos, proporcionando amplos domínios visuais, muito conformes com a *delectatio* tão cara ao espírito latino.

O coberto que hoje domina o território é o montado de sobro e/ou azinho, permitindo amplas pastagens que alimentam o gado bovino e sobretudo o suíno, ainda hoje um dos elementos mais importantes na vivência concelhia, e um verdadeiro emblema da economia local. Raras são as bolsas de solos mais férteis que permitam uma forma de

---

46 Vasconcellos, 1927-1929: 180, onde se lê: "Ao Poente da vila de Arronches, na Coutada do Povo, onde existem alicerces de casas antigas, e se descobrem, ao cavar, pilares de marmore, e ladrilhos muito grossos de barro, apareceu em 1899 um lanço de mosaico policromico (pavimentum, ou opus, vermiculatum), de que a dona da hospedaria em que nos alojámos me ofereceu um pedacinho, de 0m,124 de comprimento [...] e de que outro fragmento, disseram-me que com a figura de um veado, fôra levado para o Museu de Elvas. O pedacinho aqui figurado tem tesselas de tres côres: branca, vermelha (ou avermelhada) e azul (ou azulada). Duas series de tesselas azuis formam um angulo, em que está incluso outro, composto de tesselas vermelhas (com falha de uma); dentro d'este ha um triangulo de tesselas brancas, com uma azul no centro. Fóra do primeiro angulo vêem-se tesselas vermelhas e azuis colocadas paralelamente a um dos lados; ao outro lado encostavam-se tambem series de tesselas, mas só resta uma de cor branca. A existencia do mosaico e das outras vèlharias faz crer que na Coutada do Povo houve uma villa, ou quinta, romana." É uma das primeiras notícias de mosaicos em sítios do Alto Alentejo e também umas das mais precoces identificações de um sítio na categoria *villa*.

47 Escavação na *villa* da Capela e PNTA/98 – Estudo do povoamento rural no actual concelho de Arronches. Do primeiro resultou a publicação em Pinto, 1999-2000, do segundo foi dado notícia em Pinto, 2000.

48 Lopes, 2009.

49 Genericamente, 1956-1967, embora sejam os tomos II (1959) e VI (1967) os que mais menções contêm. Apelido de "desequilibrado" porque naturalmente o intuito do autor consistia na enumeração dos pontos de povoamento ao longo dos traçados viários, sem qualquer atenção aos restantes ou sem qualquer intuito de sistematicidade.

exploração agrícola mais intensa: os amplos terraços junto aos rios não são, como em outros espaços, de deposição aluvionar, mas periodicamente são varridos pelas grandes cheias que, até ao recente represamento dos cursos de água, caracterizavam este território. Desta forma, apenas em alguns pontos específicos encontramos uma aptidão que permita o policultivo de forma sustentada; no geral predominam os solos do maciço granítico, leves e fáceis de trabalhar, mas que para a economia romana não apresentam um patamar de rendimento que os torne suficientemente atractivos para uma agricultura de horta. É portanto plausível que, na generalidade do território, o fácies de exploração económica das *villae* se centrasse na existência de uma agricultura extensiva de sequeiro, combinada com a pecuária. Como iremos ver, assim se explicaria a grande densidade de elementos de mós e pesos de lagar que encontramos nestes sítios, ficando a agricultura de regadio e de enxada mais adstrita a pontos de povoamento concretos, que beneficiam de bolsas de solos mais férteis, como acontece, por exemplo, nas *villae* da Capela ou da Coutada do Povo, em que os meandros da ribeira de Arronches criam uma situação favorável.

Embora não existam contrastes na harmónica paisagem do concelho, a dominância da Serra de S. Mamede faz com que a Norte se encontrem as principais elevações: a Serra do Almo, com os seus 584m, é o ponto culminante, seguindo-se a Serra dos Louções (452m) e a Serra da Cabaça (460m). Os restantes relevos, no entanto, são muito suaves, não ultrapassando genericamente os 300m, embora se note uma ondulação nos sentidos noroeste/sudeste que genericamente percorrem o concelho, provocando alguns vales fluviais mais recortados, embora nunca com perfis declivosos ou acidentados. Portanto, e em resumo, uma paisagem amena e aprazível, de grandes espaços ondulados.

Para sul, embora existam alguns acidentes topográficos, motivados pela ocorrência de cristas quartzíticas na dependência da Serra de S. Mamede, os relevos tornam-se ondulados, dada a dominância dos solos graníticos. Como já frisei, são estes os domínios dos montados de sobro e azinho: outras ocorrências no coberto vegetal são mais raras, havendo apenas a registar algumas manchas de olival e, em áreas pontuais, de eucaliptos. É por esta paisagem ondulada que correm as principais linhas de água: a mais relevante é o rio Caia, cujo regolfo da barragem avança pela área sudeste do concelho de Arronches. Serpenteando desde a zona norte do concelho, onde se origina o seu curso nos contrafortes da Serra de S. Mamede, este rio modela em larga escala a rede hidrográfica do concelho, e funciona como factor de atracção do povoamento romano, que encontra em alguns terraços fluviais a rara oportunidade de aproveitar algumas bolsas de solos de mais elevada aptidão. Quanto à área actualmente menos povoada do concelho, orienta-se para a ribeira de Abrilongo, com o seu curso paralelo ao rio Caia, e também hoje represada pela barragem homónima. Ao longo do território, verifica-se ainda que os aquíferos não são abundantes, ocorrendo poucos poços e fontes, o que motivou certamente uma gestão da água muito apurada e uma provável opção pela agricultura extensiva, sendo provável que o quadro dominante fosse afinal semelhante ao de hoje.

Uma atenção especial merece a ocorrência de filões mineiros passíveis de exploração em época romana, dada a presença de escórias em grande quantidade em alguns sítios. Os minerais aproveitados seriam o ferro e o cobre. Em época posterior alguns voltaram a ser usufruídos, tendo sido criadas explorações de grande escala nos finais do século XIX nas minas da Tinoca, já próximo do limite com Degolados (onde ainda subsiste o topónimo "Ferreiros"), o que certamente terá obliterado as evidências romanas. Ainda neste campo, outra opção poderia ser o aproveitamento dos aluviões fluviais na freguesia da Esperança, onde áreas de impressionantes escoriais denunciam uma actividade que, em época romana, poderá ser vinculada à base de subsistência primordial de alguns pequenos pontos de povoamento.

Sítios e comentários

02.01. Monte da Silveira/Moinho da Monsoa

CMP 372

Sítio implantado na zona baixa junto à linha de água, próximo do encaixe dos relevos junto a Mosteiros. Implantação muito adequada, em encosta suave protegida a norte, mas sem desfrutar de qualquer visibilidade. Trata-se de uma plataforma onde se encontram materiais dispersos: cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos), cerâmica comum e pesos de tear, um grafitado. Área de dispersão atribuída de um hectare, mas na visita feita, com boas condições de visibilidade, apresentava-se circunscrita a não mais de 2000m^2.

Referência: Lopes, 2009 nº 5.

02.02. Alto da Silveira

CMP 372

Implantação completamente atípica: materiais romanos junto à crista quartzítica, mesmo no topo do esporão rochoso. Cerâmica comum, escassa cerâmica de construção, que se apresenta em maior quantidade na zona onde a crista faz uma depressão, e se encontra uma plataforma que pode corresponder ao espaço de edificação. Imponente domínio visual, incluindo em contacto com o Pego do Inferno[50].

Torna-se complexo propor uma funcionalidade para o local. A perspectiva estratégica é evidente. Pelo facto de se implantar mesmo defronte da igreja de Mosteiros, actualmente um imponente *locus sacer* na paisagem, talvez exista também uma componente simbólica neste local. Dados os fracos índices de monumentalidade, a hipótese que deve ser mais seriamente considerada será a presença de um pequeno sítio de controlo de pastagens e de gado.

Referência: Lopes, 2009: nº 6.

02.03. Mosteiros

CMP 372 / CNS 5115

Um local que merece uma investigação atenta, pois certamente esconde conteúdos relevantes. Situa-se junto a uma antiga via – ainda hoje marcada pelo topónimo *Canada* -, e os dados históricos sobre o estabelecimento, neste local, da sede de freguesia e da imponente igreja, deveriam ser averiguados com estudos documentais e com prospecção intensiva no terreno.

De concreto existem dois indicadores arqueológicos: o *podium* do cruzeiro, inteiramente constituído por silhares romanos, que também se encontram dispersos pelo adro da igreja, servindo de bancos; e uma sepultura de incineração, dentro da qual foi encontrado um fragmento de um unguentário[51].

As várias prospecções feitas, por mim e por António Lopes, não trouxeram novos dados, estando a questão em aberto.

Outra referência: Lopes, 2009 nº 16; RP 6/130.

02.04. Monte das Algueireiras

CMP 372

Próximo das casas do Monte existem referências à descoberta de sepulturas, em caixas de lajes de granito, e com pelo menos uma tampa em mármore. Também se mencionam telhas e outros indícios de um povoado, situado possivelmente onde hoje se encontra a charca. A prospecção feita foi inconclusiva, mas António Lopes encontrou tegulas e tijolos que relaciona com "montes de terra artificiais resultantes da actividade mineira".

Referência: A partir de informação oral e Lopes, 2009: nº 15.

02.05. Moinho de Zuzarte

[50] Povoado em esporão ribeirinho com ocupação em momento republicano, mas aparentemente sem continuidade para o Império. Um possível fortim controlando a portela de passagem para o interior da serra. Lopes, 2009 nº 4 e p. 9-10.

[51] Vasconcellos, 1896: 4; Pires, 1901: 223; Alarcão, 1968: 7.

CMP 372

Junto da ribeira de Arronches foi encontrada uma pequena mancha de dispersa de materiais de cerâmica comum, de *dolia* e de tegulas e tijolos.

Referência: Lopes, 2009 nº 7.

02.06. Rei Santo/Nave Fria

CMP 372

Outro sítio com implantação peculiar. Encontra-se mesmo no topo, onde está o marco geodésico, mas os materiais (certamente devido a escorrências) começam a encontrar-se na subida para o último terço da elevação, junto à depressão entre elevações onde se ergue a igreja de Rei Santo. Entre materiais de diversas épocas (desde o Bronze Final até à época moderna) estão tegulas muito dispersas, e talvez alguma cerâmica comum, embora a mistura de materiais de diversas épocas seja evidente. Os materiais romanos parecem mais concentrados na plataforma junto ao penedo (abaixo da muralha da Idade do Ferro) e na encosta em direcção ao templo cristão.

É difícil ler a situação, que aponta para uma de duas hipóteses: um posto de vigilância, dado o fabuloso alcance visual a partir dos 506m do topo, ou uma estrutura de algum modo relacionada com conteúdos sagrados, eventualmente com memória sacra prolongada pela ermida ali próxima.

Referência: Inédito a partir de informação oral.

02.07. Monte das Algueireirinhas

CMP 372

No cruzamento das estradas, na zona baixa, foi encontrada uma sepultura no decurso de trabalhos agrícolas. Foi retirado o espólio e destruída. No local não se encontram evidências.

Referência: Inédito a partir de informações orais

02.08. Monte das Ronceiras

CMP 372

Implantação adequada, em encosta suave voltada a Este junto aos meandros da ribeira de Arronches. Mancha de materiais com imbrices, tegulas e tijolos, alem de uma mó. Certamente um casal, votado à exploração dos bons solos agrícolas da envolvente.

Referência: Lopes, 2009 nº 8.

02.09. Monte da Capela

CMP 372 / CNS 15697

Projecto de investigação iniciado com escavações em 1999 e 2000, da responsabilidade de Isabel Pinto, dos quais foi realizada uma notícia sumária[52], sendo que da última campanha não existem dados publicados. No essencial, porém, a área intervencionada não forneceu dados de interpretação clara e evidente, o que constitui um exemplo ilustrativo das dificuldades que as estruturas de época romana levantam, especialmente quando os projectos são precocemente interrompidos. Para mais, os elementos identificados encontravam-se muito perturbados pelas raízes de árvores e pela prática agrícola no local. Portanto, e apesar da filosofia de *open area*, os contextos postos a descoberto não foram de leitura indiscutível.

O interesse pelo sítio surgiu a partir da existência de uma escultura de aqui proveniente[53], além de elementos arquitectónicos ainda hoje depositados junto às casas, como colunas e capitéis. Existe ainda a memória do achado de um mosaico polícromo.

---

[52] Pinto, 1999-2000.

[53] Possivelmente um Eros, doado pelo Dr. Barahona ao Museu Nacional de Arqueologia: mais informações e referências em Gonçalves, 2007: nº 95.

Quanto à escavação, permitiu a identificação do que se pensa ser parte de um sector termal de uma *villa*: uma sala ampla, com uma caixa-de-ar entre os pavimentos de *opus signinum* e os muros, e o que seriam bancos para assento, fazendo parte de um *apodyterium*. O espaço era servido por duas entradas, uma voltada para um corredor, protegido por um telhado, acesso que foi interpretado como ligando à *pars urbana*. Em outro ponto identificaram-se duas absides, intersectando-se, no que poderia ser uma estrutura de *hypocaustum* entretanto refeita[54].

Na primeira campanha, foram recolhidos fragmentos de um painel em estuque com pinturas em tons de vermelho pompeiano e de verde; menciona-se ainda cerâmica comum, sem presença de outros tipos, o que levantou dificuldades à inserção cronológica dos contextos. Na segunda campanha foram encontrados três fragmentos de *terra sigillata* hispânica. Mesmo assim, o conjunto artefactual parece ser para já algo pobre, o que se poderá justificar pela elevada erosão a que o sítio esteve sujeito.

De acordo com Emílio Moitas, a sul da escavação de Monte da Capela encontra-se uma malhada abandonada. Aí, aquando do grande surto de peste suína africana, quando foi feito um covão para enterrar porcos, apareceram sepulturas romanas.

Finalmente, quer Emílio Moitas quer o proprietário do Monte da Capela mencionaram outros pontos de povoamento de época romana nos terrenos da herdade e seus arredores; em alguns casos, as prospecções não se revelaram conclusivas (também pela existência de vegetação superficial), em outros não foi possível confirmar as indicações. Portanto, toda esta área necessitaria de um programa de prospecções intensivas.

Outras referências: Reis, 2004: nº 84; Lopes, 2009: nº 21; Processo IGESPAR S-15697.

02.10. Monte da Freirinha

CMP 372

Junto às casas estão depositados um peso de lagar e uma mó manual. Na elevação a Nordeste, separada pela estrada, encontra-se uma plataforma de cariz claramente artificial, em pequena elevação aplanada, e os materiais concentram-se nessa zona, em grande densidade com cerca de 1000m^2: cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* (bordos e fundos) e notícia do achado de mós. Para Norte, em direcção às minas dos Fartos, Emílio Moitas recolheu um tijolo de quadrante, mas as prospecções não trouxeram novidades.

Na plataforma, em concreto, encontrar-se-á um casal.

Referência: Inédito a partir de informação oral.

02.11. Monte do Rebolo/Monte da Venda

CMP 372

Pequena mancha de cerâmica de construção romana, ocupando uma plataforma no topo de uma elevação. É feita referência a estruturas, sem discriminação de época.

Referência: Lopes, 2009 nº 11.

02.12. Monte das Pereiras

CMP 372

Sítio muito relevante, próximo do itinerário da Calçada do Alicerce, com o qual mantém contacto visual. Junto às casas estão silhares e uma coluna.

Os elementos encontram-se sob e à volta da malhada em ruínas: silhares, elementos estruturais e alguns materiais de cerâmica de construção compõem o que parece ser uma elevação artificial, constituída por estruturas ainda no subsolo, indicando um excelente estado de preservação estrutural. Embora a área não seja muito extensa (até 5000m^2), também não foram realizadas prospecções na envolvente para avaliar a existência de mais núcleos ou evidências materiais, mas nas fotografias aéreas são perfeitamente visíveis vários

[54] Pinto, 1999-2000: 103.

alinhamentos no coberto arbóreo. Concedendo que a informação é ainda escassa, a atribuição do local à categoria *villa* parece provável.

Referência: Lopes, 2009 nº 17.

02.13. Coutada do Povo

CMP 372 / CNS 4521

Implantação típica de uma *villa*, próximo do topo de uma elevação suave voltada a sul e a oeste, entre linhas de água. Contacto visual com a via XIV, mas sem que se divise um *diverticulum* de ligação. Em zona onde hoje está um olival, existem bons solos agrícolas em cotas mais baixas na envolvente, junto aos recursos hídricos. A abertura da estrada deve ter afectado apenas uma extremidade do sítio, que estará preservado mais para o topo.

Área com cerca de um hectare, em especial em torno de uma plataforma que é claramente visível no terreno, próxima da cota mais elevada, e que certamente corresponde a um núcleo construtivo. Numerosas cerâmicas de construção, blocos de granito, incluindo um elemento de lagar, mas não se encontrou cerâmica comum ou *terra sigillata*. Boa qualidade de fabrico dos elementos cerâmicos visíveis. Leite de Vasconcellos deu a conhecer um fragmento de mosaico policromo, mencionando um outro com uma representação de um veado[55], e ainda materiais de construção em mármore. Por todos estes indicadores, será claramente um dos mais perfeitos exemplos de *villa* no actual concelho de Arronches.

Outras referências: RP 6/ 131; TIR J-29: 71; Lopes, 2009 nº 20.

02.14. Herdade do Bacharel

CMP 372

Mancha de dispersão de materiais, em zona onde hoje se encontra um olival, e que topograficamente corresponde ao cimo de um outeiro suave de onde se desfruta uma ampla visibilidade sobre a ribeira de Arronches. Cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos) e comum.

Referência: Lopes, 2009 nº 9.

02.15. Monte de Martim Tavares

CMP 372

Ampla extensão de materiais em plataforma, relacionada localmente com a existência de uma capela dedicada a N. Sr.ª da Aparecida.

No local encontra-se um largo quadrilátero, de talvez 50 x 50 metros de cada lado, que apresenta um desnível de cerca de meio metro, que o sobre-eleva aos terrenos envolventes, e o marca claramente na paisagem. Está definido por estruturas em pedra, que por vezes afloram, parecendo de construção romana, pois a sua colocação é muito cuidada, apesar do grande volume dos blocos. O material de superfície é abundante: tegulas, tijolos, imbrices, sempre em bom estado de preservação, além de fragmentos de cerâmica comum, de *dolium* e bojos de ânfora. Servindo de marco de propriedade encontra-se uma coluna em granito, e outra está tombada junto ao monte.

Certamente uma *villa*, eventualmente recoberta por uma igreja, mas que ainda se apresenta em estado de conservação muito promissor.

Referência: Lopes, 2009 nº 10.

02.16. Vinha do Desembargador

CMP 372

Sítio fronteiro a Arronches, entre o núcleo urbano e a Coutada do Povo, do qual está pouco distante. Boa exposição a sul, com ribeira na base. Abundam as cerâmicas de construção, como tegulas e imbrices, e alguma cerâmica comum, além de bojos de ânfora.

[55] Vasconcellos, 1927-1929: 180; para a descrição remeto para a nota 1 deste capítulo.

A área de dispersão está bem definida em torno de uma plataforma, mas o sítio está severamente rasurado pelos trabalhos agrícolas, que aqui são agravados pela escassa potência de solo, rasgando o afloramento. A atribuição do local como *villa* deve ser revista, não só pela área de dispersão limitada (cerca de 3000m^2), pela ausência de cerâmica de importação, como ainda pela proximidade do sítio já referido.

Referência: Lopes, 2009 nº 78.

02.17. Monte dos Passões/Horta da Carapeta

CMP 372

Cerâmica de construção dispersa em elevação entre duas linhas de água de pouco caudal. Certamente um pequeno sítio de apoio ao pastoreio.

Referência: Lopes, 2009 nº 12.

02.18. Monte do Regato dos Alfaiates

CMP 373

Implantação adequada, em encosta suave com ribeira na base, embora os solos envolventes sejam de pouca aptidão agrícola (junto encontra-se um olival), e a paisagem seja já de âmbito serrano. São visíveis estruturas de planta rectangular e muitas cerâmicas de construção e comum. Existe uma menção a sepulturas. Na área envolvente encontram-se evidências de mineração, mas a sua cronologia romana é incerta.

Referência: Lopes, 2009 nº 26[56]*; Oliveira, Bairinhas e Ballesteros, 1996: nº 6*[57].

02.19. Monte Velho das Ligeiras

CMP 373

Pequeno sítio com cerâmica de construção romana e uma mó girante.

Referência: Lopes, 2009 nº 35.

02.20. Monte dos Louções

CMP 373

Informação oral menciona abundantes achados de cerâmica em torno do monte (de onde derivaria o topónimo). De concreto existe a localização, no topo de uma elevação, de mancha de cerâmica de construção circunscrita com tegulas e imbrices. Mais uma situação que exige prospecções intensivas para um esclarecimento adequado.

Referência: Lopes, 2009 nº 34.

02.21. Vale de Junco

CMP 373 / CNS 20800

Notícias antigas mencionam descobertas de estelas funerárias, uma lança e um escopro[58]. Também existem menções ao aparecimento de sepulturas junto à linha de água. No local encontram-se cerâmicas de construção dispersas e lajes de xisto, confirmando o espaço funerário. Próximo do cabeço encontra-se "uma ocupação de pequenas dimensões, do período romano"[59].

Outras referências: Oliveira, Bairinhas e Ballesteros, 1996: nº 5 e nº 6; Pinto, 2000; Lopes, 2009 nº 30.

---

[56] Embora denominado de "Monte do Regato dos Algarves", a localização cartográfica confirma ser este sítio.
[57] É com o nome de "Monte do Regato dos Alfaiates" que se encontra mencionado no inventário do Parque de São Mamede com o nº 1.
[58] Vasconcellos, 1927-1929.
[59] Processo IGESPAR S-20799, Informação nº 016/IPA-Crato de 19 de Janeiro de 2005 de Nélson Almeida. No *Endovelico* surge classificado como *villa.*

02.22. Monte da Granja

CMP 385

Notável sítio, em processo de destruição acelerado, devido à exploração suína que aqui conduziu a extremos revolvimentos no solo.

Implantação paisagística perfeita, com o troço da via XV no horizonte a oeste, e na direcção oposta uma enorme abrangência visual sobre a Serra de S. Mamede e a zona de Albuquerque, conferindo-lhe uma *amoenitas* muito particular. A meia-encosta, com poço e duas linhas de água nas proximidades.

A plataforma de construções ergue-se acima da pendente da encosta, com uma forma rectangular que ocupa uma superfície estimada em 3000m^2 (embora o sítio seja seguramente maior, com mais núcleos que existem nas proximidades, mas que ainda não foram cartografados em prospecções sistemáticas). Como indica a porta de entrada ainda visível, conservada sob uma construção posterior, o edificado estaria completamente voltado a oriente, contemplando a Serra e deixando nas suas costas a via. Com a porta sensivelmente a meio, observa-se um muro com cerca de cinquenta metros, que define a distância mais ampla, partindo das extremidades dois muros com cerca de quarenta metros cada. Pontualmente afloram silhares, tornando evidente ao olhar o perímetro rectangular da estrutura.

Os revolvimentos do solo estão a destruir os contextos arqueológicos: são abundantes as cerâmicas de construção que agora afloram à superfície, além de cerâmicas comuns, fragmentos de *dolium* e de ânforas da zona Tejo/Sado, bem como blocos de escória. As cerâmicas de importação são, apesar da excelente visibilidade, escassas. Sob um sobreiro, aflora um pavimento em *opus signinum*, a uma cota mais elevada do que a restante construção.

Um sítio que merece uma urgente salvação, com um levantamento topográfico que permita o registo de estruturas em acentuado risco de perda. Certamente uma *villa*, apesar dos indicadores de conforto e monumentalidade não serem para já muito óbvios.

Referência: Lopes, 2009 nº 36.

02.23. Monte do Campino

CMP 385

Provavelmente uma dependência do sítio anterior, mas em que, por falta de comprovação arqueológica directa, se mantém aqui o desdobramento. Na direcção oposta da linha de água, na encosta fronteira do sítio anterior, encontra-se a meio de uma ligeira elevação de pendente suave. Com uma área de dispersão apreciável, superior ao sítio anterior (5000m^2), encontram-se sobretudo cerâmicas de construção e blocos de granito. Nas casas do monte estão depositados silhares de granito e duas bases de coluna. Confirmando-se uma relação directa, aqui poderia estar a *pars urbana* de uma *villa*, frente à *pars rustica* constituída pelo sítio anterior. Mas para já talvez seja precipitado assumir essa hipótese.

Referência: Lopes, 2009 nº 37.

02.24. Torre

CMP 385

A enigmática construção alcandorada no alto da elevação tem uma óbvia relação com a via XV, havendo um *diverticulum* de ligação, muito bem conservado, que permite o trânsito até ao itinerário principal. Ainda hoje esta construção é conhecida como a *Estalagem*. O edificado, ainda imponente, é indiscutivelmente de época moderna, embora empregue na alvenaria algumas cerâmicas de construção e vários silhares de granito. No entanto, alguns muros aflorando à superfície poderão ser de época romana. Em colecção particular guardam-se mós e aras anepígrafas provenientes deste local.

É complexa a proposta funcional para este sítio: não parece corresponder, pela implantação e ausência de sinais mais distintivos, a uma *villa*; a óbvia relação com a via advoga uma possível *mansio*, embora as aras constituam um referente importante.

Referências: Saa, 1959: 145; Carneiro, 2008: 74, nota 136; Lopes, 2009 nº 34.

02.25. Monte da Quinta

CMP 385

Sítio afectado pela actual utilização do local como horta, com intensa agricultura de regadio e edificados que parcialmente se sobrepõem a estruturas romanas. Merece por isso, também, uma análise atenta.

As evidências são várias e abundantes: concentração de cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijoleiras), dois pesos de lagar e topos de muros aflorando, que deverão ser romanos. O tanque da horta tem também uma alvenaria que poderá ser desta época, ou então refeito sobre uma estrutura original. Pela implantação espacial, dispondo de férteis solos e abundantes aquíferos que possibilitam todas as condições para uma agricultura de regadio, pela exposição a ocidente e boa visibilidade, poderá ser uma *villa*, a menos de um quilómetro da via mas sem relação visual directa.

Referência: Carneiro, 2008: 74, nota 136; Lopes, 2009 nº 42.

02.26. Monte da Rasquilha

CMP 385

Pelas evidências de superfície temos um pequeno sítio: área circunscrita a 500m^2 com tegulas, imbrices e cerâmica comum. Junto ao monte, contudo, estão dois silhares: provenientes deste sítio ou de outro ponto de povoamento nas imediações, ainda não detectado? Seja como for, a relação do ponto de povoamento com a exploração de filões superficiais é óbvia, ainda se encontrando nas imediações muita cascalheira resultante do desmonte de afloramentos.

Referência: Lopes, 2009 nº 55.

02.27. Mina do Baloco

CMP 385

Junto a um dos poços da exploração do século XIX encontra-se uma mancha de materiais romanos. Os poços, a galeria e as escombreiras serão certamente de época contemporânea, mas sobreviveu a evidência de um pequeno ponto de povoamento (unicamente tegulas e imbrices, com não mais de 500m^2), que talvez procedesse à exploração de algum filão superficial.

Referência: Lopes, 2009 nº 56.

02.28. Belmonte

CMP 385 / CNS 5744[60]

Ao longo da via XV, e em curta distância, as evidências sucedem-se, não sendo fácil discernir, pela leitura de Mário Saa, as fronteiras espaciais entre todos. Ensaiemos portanto uma separação, ficando o vizinho sítio de Safara aparte, com a presença de um povoado de altura da Idade do Ferro protegido por um cordão de muralhas, embora com sinais de presença romana republicana[61].

"No m.^{te} de Belmonte, que é junto do sinal geodésico da Safra [Safara, onde está o povoado] e na berma da Calçada, acha-se, por entre enredadas fragas de granito, singular dispersão de fragmentos de telharia romana, alicerces, paredes e sepulturas, por vezes degraus sobre as rochas."[62] Já antes o autor mencionara que "No sítio da Sáfara, no cruzamento do Alicese com o caminho de Arronches para o M.^{te} de El-Rei, apareceram

[60] Na base de dados surge localizado no concelho de Elvas.
[61] Gamito, 1982.
[62] 1967: 39-40.

sepulturas (eu próprio as vi), por baixo do pavimento da calçada. Eram orladas de tégulas, sendo, pois, anteriores ao calcetamento do Alicese" [63].

Portanto, em curto espaço de centenas de metros teríamos dois povoados, um de cada lado da via (Belmonte, com alicerces, paredes e sepulturas, e El-Rei), além de sepulturas "por baixo" do pavimento da calçada, fronteiras ao povoado indígena de Safara.

Nos trabalhos de campo por mim realizados não encontrei qualquer indicador que confirmasse as notícias de Saa, embora apenas tivesse feito prospecções caminhando junto à via. António Lopes[64], sobre Belmonte, encontrou, em "meio de um olival", "uma área de dispersão bastante grande e constante" com cerâmica de construção e comum, além de *dolium* e "muitos fragmentos de ânfora". Existe ainda um conjunto de estruturas, onde a mancha de materiais se torna mais concentrada. Encontram-se silhares no local e uma lagareta, tratando-se possivelmente de uma *villa*.

Outras referências: RP 6/150.

02.29. Monte d'El-Rei

CMP 385 /CNS 5764

No lado oposto do itinerário XV, a norte, Saa afirma que "Aqui se vêem, à beira da via, restos de construções romanas, e há sinais de povoado"[65]. Nos trabalhos de campo nada sinalizei; António Lopes menciona uma "pequena mancha de materiais" que se apresenta "bastante dispersa"[66].

*Outras referências: RP 6/*** (p. 150).*

02.30. Monte da Tapada do Diogo

CMP 385

Pequeno ponto de povoamento com cerâmica de construção e doméstica. A relação com a via é também óbvia, podendo indicar um pequeno sítio ou uma *mutatio*.

Referência: Lopes, 2009 nº 46.

02.31. Porto das Escarninhas

CMP 385 / CNS 5748

Ponto de povoamento junto à travessia do Caia, no local onde presumivelmente se ergueria a grande ponte pelo registo documental publicado por Pedro Azevedo[67], à qual poderiam pertencer os silhares que ainda servem de poldra no leito do rio (e um peso de lagar, certamente deste sítio).

Na margem oeste, mesmo junto ao caminho, encontra-se um sítio romano. Tem uma área de dispersão circunscrita, com não mais de 1000m^2, praticamente limitado à envolvente da elevação que ali se encontra. Aqui vemos uma densa concentração de tegulas (não foram encontrados imbrices), tijoleiras, *dolia*, cerâmica comum, ânforas e um peso de tear rectangular. Em conjunto de pedras mais afastadas, e também dispersas pelas lavras, alguns blocos de granito róseo aparelhados e um fragmento de mó girante. Junto ao moroiço há uma depressão circular circundada por pedras, talvez um poço que foi entulhado. No local encontra-se tombada uma coluna de granito[68].

Sendo óbvia a relação espacial com a via, talvez tenhamos uma *mansio* ou um qualquer ponto de apoio na passagem do curso de água, embora as evidências materiais sejam diversificadas e, pelo menos os pesos de tear e de lagar, indiquem uma actividade económica de produção.

---

[63] 1959: 146.
[64] 2009: nº 43.
[65] Tomo II, 146-147.
[66] Lopes, 2009: nº 45.
[67] 1896: 264.
[68] Medindo cem centímetros de altura por 39 de largura.

Próximo encontra-se a arruinada igreja de Santo Isidro, um hagiotopónimo habitualmente associado às rotas da transumância.

Referências: RP 6/ 154; Deus, Louro & Viana, 1955: 574; Pinto, 2000; Carneiro, 2008: 74: nota 134; Lopes, 2009: 50.

02.32. Monte da Rabasca 2

CMP 385

Ocupando uma plataforma em ligeira elevação, com linha de água na base e recursos hídricos (poços) nas proximidades, encontram-se cerâmica de construção e fragmentos de *dolium* em área de 1000m^2. Nas casas do monte encontram-se diversos silhares, mas não parece possível que sejam provenientes de um local com indicadores relativamente escassos. Na base corre a via XV, distando do local menos de trezentos metros.

Referência: Lopes, 2009 nº 54.

02.33. Monte da Rabasca 1

CMP 385

Na malhada do gado no acesso ao monte observa-se que a esquina noroeste é formada por blocos de granito rosa, e no interior da construção encontram-se silhares e blocos de granito.

Na sequência de elevações para noroeste encontra-se, ao longo da linha de cumeada, um alinhamento de manchas de cerâmicas de construção, de fragmentos de *dolium* bem conservados e alguns blocos de granito. Não é possível definir uma mancha central; os materiais surgem em continuidade, muito dispersos ao longo de mais de quinhentos metros.

Apresentando uma grande visibilidade, não é fácil interpretar este sítio, podendo o local corresponder a dois ou três casais, ou pequenos sítios, em sequência.

Referência: Lopes, 2009 nº 53.

02.34. Monte das Escarninhas

CMP 385

Implantação privilegiada, em duas extensas plataformas de onde se observa o curso do Caia, notando-se que ambas se encontram direccionadas para o rio. Encontra-se muito distante do leito de cheia e no terço superior da elevação, protegida dos ventos de norte, desfrutando por isso de agradável panorâmica, com o povoado da Idade do Ferro do Castro do Baldio erguendo-se ao fundo no horizonte.

Notam-se construções aflorando, em especial o topo de um muro que parece formar uma abside. No patamar inferior, de menor extensão, não se notam estruturas, mas encontra-se um paralelepípedo de granito rosa de grandes dimensões[69].

Como foi referido, o sítio tem dois patamares: o de cota mais elevada contém as estruturas e os materiais cerâmicos, e mais abaixo há menor densidade de elementos. Na primeira observa-se um recinto quadrangular, de cerca de cinquenta metros em cada limite, que está definido por um cordão de tegulas. Os materiais são variados: um peso de tear, tijolos de *suspensurae*, fragmentos de ânfora, de *dolium* e de cerâmica comum, em área que, somando as duas plataformas, atingirá dois hectares. Finalmente, deve ser referida a existência de alguns silhares, deslocados do seu contexto original e acumulados no limite da encosta.

Alguns materiais pétreos que se encontram no monte deverão ser daqui provenientes: um capitel, um elemento cilíndrico, talvez de peso de lagar, e mais alguns elementos de construção.

[69] 150 cm de comprimento por 50 de largura por 52 de espessura.

Talvez seja aqui o local mencionado onde "se encontram alicerces de edifícios romanos, e uma necrópole, também romana, na qual há dez anos destruíram algumas sepulturas"[70].

Em resumo, uma *villa* com indicadores relevantes (uma das mais interessantes do concelho de Arronches), apresentando a particularidade de estar claramente voltada para a contemplação da paisagem fluvial que o curso do Caia aqui permite, e de parecer funcionar em patamares, com pelo menos duas plataformas bem marcadas. Parece ainda estar em bom estado de conservação.

Outras referências: Lopes, 2009 nº 51.

02.35. Monte da Sancha 2

CMP 385

Trata-se de um largo recinto de feição quadrangular, defronte de Sancha 1, do outro lado do caminho e de uma linha de água. Está virado a este e a sul, desfrutando de ampla visibilidade. Além da estrutura, encontram-se vários blocos de granito e uma grande quantidade de cerâmica de construção. Dentro do recinto notam-se patamares internos, correspondentes a estruturas. Sob os moroiços vêm-se troços de muros aflorando. No canto sudeste estão dois blocos de granito alinhados, parecendo constituir a base de um alpendre. Na plataforma acima do sítio estão também materiais. Com uma área de cerca de um hectare, apresenta indicadores muito relevantes, certamente correspondentes a uma *villa*, e com um grau de conservação promissor.

Referência: Lopes, 2009 nº 85.

02.36. Monte da Sancha 1

CMP 385

No lado sul do acesso ao monte. Está em encosta suave, voltada a oeste e a norte. Nota-se uma pequena plataforma entre dois moroiços, onde se vê muito material cerâmico – tegulas, imbrices, *dolium* e uma asa de ânfora. Em um dos moroiços está um grande silhar, e alguns blocos de granito. Certamente relacionado com o sítio 2, com o qual tem contacto visual, podendo corresponder a uma dependência rústica.

Referência: Lopes, 2009 nº 86[71].

02.37. Monte das Cabanas

CMP 385

Pequeno sítio, próximo de linha de água: mancha de tegulas e imbrices.

Referência: Lopes, 2009 nº 40.

02.38. Monte do Alfeirão

CMP 385 / CNS 5745[72]

Foi encontrada uma pequena mancha de cerâmica de construção e uma mó; será por aqui a "oficina de cerâmica" que Mário Saa indica?[73]

Outras referências: Lopes, 2009 nº 41; RP 6/151 (Alfeijão).

---

[70] Deus, Louro & Viana, 1955: 574.

[71] Número da referência cartográfica, pois a ficha de sítio apresenta outra correspondência.

[72] "Alfeijão" e colocado no concelho de Elvas. "Alfeirão", o topónimo aqui adoptado, está grafado na Carta Militar.

[73] Embora a menção se localize em Safara, mas existe a aproximação toponímica: "Vi também sepulturas antropomórficas abertas em granito, perto da Sáfara, no Mte de Alfeijão. No mesmo monte existiu oficina de *tegula* e *imbrex*, cujos calcinados restos aí se patenteavam em montões, defronte da casa do lavrador. Por motivo de remodelação desta, desapareceram de lá." (1959: 147: nota 1).

02.39. Monte de Paiva

CMP 385

Em implantação propícia, um vale formado pelo encaixe de duas pequenas linhas de água, no topo de uma elevação sem visibilidade envolvente. A notícia de descoberta menciona fragmentos de *terra sigillata*, alem de bordos de cerâmica comum e ainda cerâmica de construção. Um casal agrícola, porque não parece existir área nem elementos para um ponto de povoamento de maiores dimensões.

Referência: Lopes, 2009 nº 52.

02.40. S. Bartolomeu/Herdade de Revelhos

CMP 385 / CNS 5203

Um caso de estudo muito interessante, dada a epígrafe daqui proveniente: *LIBI/RAII*, de menção inusual pois "são pouco frequentes as dedicatórias feitas exclusivamente a Libera; a deusa surge associada, dum modo geral, a Liber, formando um par favorável à fecundidade ligado ao movimento dionisíaco"[74]. A peça foi encontrada "junto da parede do antigo forno da casa do ermitão da referida Igreja"[75].

No local já António Thomaz Pires havia recolhido algum material arqueológico para o Museu de Elvas, registando ainda a existência de mosaicos[76]. A curta distância encontramos um troço de via romana, possivelmente incluído no Itinerário XV de Antonino, que apresenta outros testemunhos nas proximidades. Aliás, na base da elevação onde se ergue o Monte de Revelhos, junto a um portão, encontra-se uma coluna em granito[77].

Os vestígios no local seriam suficientemente relevantes para que Mário Saa[78] tivesse proposto aqui a localização da *mansio* de *Matusarum*, e de facto, por informações orais obtidas no local, menciona-se que na base da elevação da igreja de S. Bartolomeu existem muitas telhas e "azulejos".

Realizei várias prospecções no local, quer no entorno da igreja, quer na zona baixa, próximo da ribeira de Revelhos, mas sem qualquer sucesso, confirmando apenas o traçado da via. A questão permanece, por isso, em aberto, sem que seja possível propor a presença de uma *villa*, uma *mansio* ou outro qualquer tipo de povoado.

A igreja, atribuída aos finais do século XIV, e hoje em dramática delapidação, de algum modo perpetua a memória sacra que existiu no local.

Outras referências: RP 6/157; Azevedo, 1897; Lopes, 2009: nº 57.

02.41. Monte da Valada

CMP 385

Implantação em elevação muito acentuada e distante de bons solos, com indicadores em área circunscrita (não mais de 2000m^2, contando com as escorrências): tegulas, imbrices, cerâmica comum e tijolos; também um silhar. Provavelmente um casal.

Referência: Lopes, 2009 nº 58.

02.42. Monte da Chamorra

CMP 385

Sítio em encosta suave, com linha de água no fundo, reforçada por poços. Uma implantação privilegiada, portanto. Os materiais presentes apontam para um casal: cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijolos), uma mó, pesos de tear e cerâmica comum.

Referência: Lopes, 2009 nº 75.

---

74 IRCP nº 567.

75 Emílio Moitas, "Arronches romana – Pedras com História de Revelhos e Reguengo". *Fonte Nova* nº 1251 de 09 de Abril de 2005, p. 14.

76 1901, recolhendo também a epígrafe.

77 Ou fragmento de miliário? As dimensões não o parecem autorizar: 35cm de largura por 55 de altura

78 1967: 40-41

02.43. Monte do Zambujal

CMP 385

Notável implantação, em península que avança sobre o encaixe da ribeira de Algalé com o rio Caia, dominando o que é hoje um amplo regolfo da albufeira. Sob as construções do volumoso monte com igreja anexa, os indicadores estão sobretudo na encosta voltada a nascente, no que é hoje uma horta. Os materiais que periodicamente são postos a descoberto pelo trabalho da enxada estão em muito bom estado: tijoleiras de pavimentos, tegulas e imbrices, de excelente qualidade de fabrico, e alguma cerâmica comum. Nos muros que rodeiam a casa encontram-se, no pano de construção, pedras de granito trabalhado (estranho ao contexto local) que certamente provém do sítio. Para mais, estas pedras apenas se encontram no lanço de muro junto ao sítio romano. Da mesma forma, e apesar de caiada, as juntas da esquina da igreja têm uns grandes blocos de granito que certamente serão do sítio romano, que então teria alguma volumetria.

Descendo na direcção das sepulturas escavadas na rocha começamos a encontrar materiais cerâmicos pertencentes a outro momento: imbrices e tegulas muito mais imperfeitos, certamente de um povoado alto-medieval que se encontrará na plataforma a meia-encosta, mais próxima da água, onde está uma grande azinheira que recobre muros e estruturas que são visíveis por entre as raízes. Nas escorrências da encosta são visíveis um grande número de materiais cerâmicos, chamando a atenção a elevada quantidade de escória. Mais junto à base encontram-se cinco sepulturas escavadas na rocha, um afloramento com marcas de corte, e uma pia escavada na rocha.

Referência: Pinto, 2000; Lopes, 2009 nº 61.

02.44. Horta Nova

CMP 385

Na listagem, é este o primeiro povoado junto à albufeira do Caia. Está situado na margem norte da ribeira das Furadas, ocupando um pequeno alto que domina a foz do curso de água, mas que em fases de maior enchimento fica submerso. Vêem-se vários compartimentos, uns com maiores dimensões e outros mais pequenos, de planta quadrangular, oscilando entre os 50 e os 200m^2 cada. Indubitavelmente de construção com método romano, usando pedras fincadas exteriormente e miolo preenchido de pedra miúda e terra húmida, sem utilização de argamassa. Em certos pontos, o afloramento foi cavado para a inserção das paredes, que assim arrancavam directamente a partir da rocha. Dos diversos sítios da zona, este será um dos que se encontram em melhores condições de preservação, mas o refluxo sazonal das águas da barragem está a danificá-lo irremediavelmente.

Encontram-se pesos de tear, *dolia*, fundos e bordos de panelas, sempre sem que se verifique a presença de cerâmica de importação. Os únicos elementos alógenos serão as ânforas, de que se encontram alguns bojos. Encontram-se tegulas, algumas com excesso de cozedura, mas sempre bem vincadas e perfeitas, tal como os imbrices. Estão presentes escórias em grandes quantidades.

Ao contrário de outros sítios seus vizinhos, este parece ser plenamente imperial. Dada a presença de espaços votados a actividades de transformação, e espólio representativo, poderá ser um casal (ou um pequeno povoado?) de cariz agro-pecuário.

Referência: Lopes, 2009 nº 75.

02.45. Monte do Reguengo/Igreja de N. Sr.ª da Lameira

CMP 386

Um alinhamento muito extenso, feito com enormes blocos de pedra sem qualquer preparo ou talhe, verdadeiramente uma construção megalítica. Particularmente impressionante o cordão que forma um recinto de planta rectangular ou elíptica com talvez cem metros de comprimento, na sua maior extensão, embora a outras cotas se vejam mais

alinhamentos deste tipo. Em alguns pontos, este muro apresenta um enchimento rude com cerâmica e pedra miúda, mas o miolo encontra-se geralmente ausente, situação que não é de estranhar dado o facto desta estrutura se encontrar no regolfo da albufeira, que o vai desgastando. Define-se um recinto com uma área de um hectare, que forma uma plataforma sobranceira à junção das duas linhas de água. Escassa cerâmica de construção (menos que nos outros sítios), mas encontram-se sempre tegulas e imbrices, alem de blocos de *opus signinum* muito fragmentados.

Subindo um pouco, na direcção da igreja (antiga sede de freguesia), encontra-se um extenso sítio romano, ao qual pertencerão os materiais de escorrências mais abaixo. O sítio está no meio da plantação de pinheiros recentemente realizada, e aquando da prospecção as condições de observação não foram as melhores. Mesmo assim, nota-se que a extensa plataforma a 50m a Este da igreja será artificial, derivada de construções. Domina todo o vale, virado a sul e oeste. Muito revolvidos pela plantação recente encontram-se numerosas cerâmicas de construção, algumas em muito bom estado. Por vezes vêem-se pedras reviradas pelas máquinas. São escassos os materiais, mas em contrapartida toda a zona baixa apresenta inúmeros fragmentos de cerâmica comum e também de construção. Pela área, deverá tratar-se de uma *villa*, com a estrutura em curva na zona baixa correspondendo ao perímetro de uma horta.

Próximo encontra-se um extenso troço de via, que segue atravessando a linha de água em direcção ao seguimento do Reguengo/Freiras.

O local tem uma carga de conteúdos simbólicos que atravessam a diacronia. Próximo encontra-se a "Pedra dos Desejos", um afloramento de cultos litolátricos de fertilidade; junto ao sítio está a antiga igreja de N. Sr.ª da Lameira, hoje arruinada. O templo encontra-se muito destruído e coberto por silvas, o que impediu a sua observação. Tem anexa uma casa, parecendo que a igreja deve datar do século XVI ou XVII. Incorporados alguns silhares de granito na alvenaria de construção, mas é difícil perceber se são aproveitados do sítio romano, ou feitos propositadamente para a igreja, pois a técnica de talhe não é explícita.

Na envolvente, entre o templo e a via, encontra-se um possível sarcófago, reutilizado como bebedouro, em granito muito bem trabalhado[79].

Referência: Lopes, 2009 nº 66; RP 6/159.

02.46. Monte Branco 1

CMP 386

Pequeno sítio, com mancha circunscrita de materiais cerâmicos.

Referência: Lopes, 2009 nº 86.

02.47. Monte Branco 2

CMP 386

Plataforma aproveitada para a construção de um sítio que deverá ser interpretado como casal: mancha muito concentrada de cerâmicas de construção, comuns e referência a pesos de tear. Domina o vale de uma linha de água, sem dispor de grande visibilidade envolvente.

Referência: Lopes, 2009 nº 87.

02.48. Monte Branco 3

CMP 386

Outro pequeno sítio, com mancha reduzida de cerâmicas. Menção a estruturas, situação não confirmada.

Referência: Lopes, 2009 nº 88.

[79] Tem de largura 34 cms, 170 de comp., 18 de profundidade.

02.49. Monte do Reguengo 2

CMP 386

Sítio habitualmente submerso, mesmo no extremo da península que separa Reguengo de Freiras. Do outro lado da elevação corre um dos mais bem conservados troços viários do Alto Alentejo, com miliário.

Estruturas de habitação de planta rectangular, com áreas individuais delimitadas entre os 50 e os 100m^2, sendo a observação tornada mais confusa pelo péssimo estado de conservação em que as mesmas se encontram (no leito de cheia). Grande abundância de materiais, com tegulas, imbrices e cerâmicas comuns, alem de fragmentos de *dolium*. Próximo encontram-se seis sepulturas escavadas na rocha, aproveitando a abundância de afloramentos graníticos que pontuam esta zona.

Referência: Lopes, 2009 nº 67.

02.50. Monte das Freiras

CMP 386

Na encosta voltada a oeste, na direcção do antigo leito do rio, sem qualquer destaque na paisagem. As sepulturas estão mais próximas do topo, na pendente para o leito de cheia. São visíveis três, com cistas rectangulares feitas com lajes de pedra local (um granito mal consolidado), com duas pedras nas cabeceiras, e duas de cada lado, em cutelo. Uma ainda conserva as tampas. Próximo encontra-se uma grande concentração de tegulas, todas com o perfil abatido e linhas pouco vincadas. Vêem-se numerosos fragmentos de grandes contentores, em especial bilhas, com asas largas de canelura central, mas existem também pequenos recipientes de cerâmica comum, talvez pertencentes a copos, dada a verticalidade das paredes.

Na zona de habitação, alguns alinhamentos supõem compartimentos, mas a paisagem é muito desordenada. É evidente o espaço da necrópole contíguo ao do povoado (mas não entre este, ou seja, existe uma separação espacial entre a área funerária e as habitações), que está mais próximo do regolfo, a uma cota mais baixa. Mas em certos pontos do topo, junto a um poste, existem compartimentos quadrangulares, com alinhamentos de pedras de diversas proveniências.

Seguindo para norte, na suave elevação seguinte, encontra-se uma grande mancha de cerâmicas, e uma sepultura com a estela marcando a cabeceira. Próximo, mais junto ao topo, está uma sepultura escavada na rocha.

Junto à actual linha de água encontra-se um grande compartimento, com fiadas de pedra alternadas, em aparelho de cerca de 80cm de espessura com uma área de 36m^2, perfeitamente quadrangular. No interior encontram-se tégulas.

Continuando sempre para norte, rodeando o topo, a meia-encosta, está um recinto em aparelho de construção mais irregular, com pedras de grande volumetria, cavalgando o afloramento. Seguem-se mais uns pequenos compartimentos, com tegulas no interior, de bom fabrico, e vêem-se tijoleiras de pavimento *in situ* formando um piso ainda conservado.

Trata-se de um sítio com realidades difíceis de interpretar, dada a variedade de modos de construir e de estruturas ao longo do espaço, havendo ainda a contiguidade habitações/necrópole. Área muito extensa, ocupando todo o rebordo sul e oeste da península, com uma grande variedade de estruturas e de ambientes, e amplas diacronias, quer na zona funerária (sepulturas de inumação em cista/sepulturas escavadas na rocha) quer nas áreas habitacionais (compartimentos rectangulares com métodos de construção romanos e alinhamentos megalíticos em curva).

Referência: Lopes, 2009 nº 68.

02.51. Monte da Contenda

CMP 386

Sítio junto á estrada de acesso à barragem, em zona baixa, sem grande domínio visual.

São visíveis numerosas estruturas, sobressaindo um recinto rectangular com muro de cerca de dez metros de comprimento. Tem aparelho de construção claramente imperial: pedras fincadas nas faces externas, enchimento com pedra miúda e ligante de terra húmida. Grande densidade de tegulas, tijolos e imbrices. O sítio prolonga-se para o outro lado da ribeira do Vidigão, ocupando um total de dois ou três hectares; apesar de, na visita, o nível da albufeira estar baixo, não foi possível perceber até onde vão as estruturas na direcção do antigo leito de rio, mas parecem circunscritas às cotas mais elevadas. Encontram-se muros em grande densidade, uns de maior dimensão, outros mais pequenos, por vezes paralelos. Em determinado ponto distingue-se claramente um alpendre, com pedras de suporte alinhadas. Os materiais são escassos, mas de boa qualidade de fabrico: cerâmica comum, *dolia* e bojos de ânforas.

Referência: Lopes, 2009 nº 69.

Comentários gerais

No quadro de conhecimentos sobre os diversos territórios do Alto Alentejo, o concelho de Arronches ocupa presentemente um lugar singular. De um espaço periférico, mal conhecido e pouco explorado, passou a deter uma posição invejável – quanto mais não seja, sob o ponto de vista quantitativo – no elenco desta área geográfica. Mais de cinquenta pontos de povoamento estão agora identificados, muitos deles de grandes dimensões e visibilidade, trazendo para o plano da investigação uma estratégia de abordagem completamente diferente.

É certo que o inventário de António Lopes[80] apresenta ainda um conjunto de lacunas, que se espera venham a ser ultrapassadas com o decorrer dos trabalhos, agora dotados de novos objectivos e de maior profundidade de leitura. Entre essas lacunas, a menor não será a de terem sido privilegiadas áreas específicas em detrimento de outras: olhando para a distribuição cartográfica dos sítios, realçam-se vazios, como na bacia de Abrilongo ou no Baldio de Arronches, que poderão, não tanto reflectir as realidades antigas, mas tão somente as estratégias de prospecção adoptadas, que foram realizadas individualmente e orientadas em função de focos de atenção específicos. É evidente que o prosseguir dos trabalhos, com outras margens temporais e, eventualmente, mais recursos, poderá trazer um preenchimento cartográfico destas áreas em branco.

O segundo aspecto a notar é o facto de a caracterização dos sítios ainda necessitar de progressivas afinações. A maioria foi visitada apenas uma vez; não ficaram claros, nem as evidências da cultura material, que agora poderão ser mais detalhadas, quer nas ocorrências (diversificando os tipos de materiais encontrados), quer nas especificações (que fabricos de *terra sigillata*, que protótipos e origens anfóricas, etc.), quer nas as categorizações conceptuais: em certos casos é difícil discernir se o sítio será uma *villa*, um casal, ou uma outra qualquer classe de sítio, simplesmente porque é necessário visitá-lo várias vezes, avaliando as distintas cambiantes que o local apresenta em função das modulações da paisagem, das condições de observação, etc. Ou seja, exige-se agora uma possibilidade de, em face da contínua leitura das realidades de terreno, expandindo os critérios de trabalho e apertando os crivos conceptuais, se colocar a caracterização dos sítios romanos do concelho de Arronches em patamares avaliativos mais elevados.

O panorama já obtido é, contudo, surpreendente, e permite olhar para este território com uma leitura completamente distinta do que até recentemente sucedia.

Colocando os pontos no mapa, a situação que mais capta a atenção reside na desigual distribuição pelo território – situação que, como já vimos para outros territórios, não é surpreendente na sua essência, apenas no *parti-pris* historiográfico que proclamava a paisagem como um todo homogéneo. O mais notório e aliciante, porém, é que se distinguem claramente perfis específicos, em função da potencialidade económica e estratégica oferecida pelas envolventes onde os sítios se implantam. Esta situação já havia

[80] 2009. Realizado no ano académico de 2008/2009.

sido detectada por António Lopes ao definir três grandes sub-áreas: povoamento a Norte do concelho, ao longo da via XV e na albufeira do Caia[81]. Raras vezes, como em Arronches, se consegue olhar distintamente para esta realidade.

Esta possibilidade de definirmos áreas sectorizadas de exploração, certamente motivadas pelos recursos económicos específicos, é muito aliciante e obriga a um olhar mais pormenorizado. E portanto, podem ser isoladas bolsas específicas de sítios, analisadas separadamente.

Assim, impõe-se um comentário mais detalhado aos sítios da CMP 373 (sítios 18, 19, 20, 21 do presente inventário). Porque o povoamento romano na freguesia da Esperança necessita de ser aferido com a realização de prospecções sistemáticas mas, em análise preliminar, configura um modelo de ocupação do território alternativo ao das paisagens de sobro e azinho, e estruturado em torno dos recursos mineiros da bacia da ribeira de Abrilongo. Estas ocorrências estão bem presentes na toponímia local (Monte da Mina, Alto da Mina) e com evidências de exploração ainda hoje presentes na paisagem, embora de cronologia incerta[82].

O que temos aqui? Uma paisagem agricolamente pobre, de relevos acidentados e linhas de água sinuosas e escavadas, entre as elevações terminais da Serra. Claramente uma área marginal, periférica e afastada das vias e das grandes unidades de povoamento. E no entanto, os vestígios de presença humana existem: pequenos casais, com áreas restritas de dispersão de materiais, conjuntos artefactuais pobres mas, curiosamente, com evidências estruturais bem preservadas, fruto certamente do fraco impacto da mecanização agrícola mais recente. O que parece motivar a exploração do território serão então as ocorrências de filões de mineral que afloram nas penedias rochosas, o que levou ao estabelecimento de pequenos casais. Um modelo de povoamento alternativo, que certamente se prolonga para o território de Portalegre e de Espanha, onde a investigação tem sido menos sistemática. Portanto, a área norte, nos contrafortes da Serra de S. Mamede, está claramente vinculada a um território menos forte do ponto de vista agrícola, mas aliciante para a exploração mineira. Os escoriais de Monte da Cabeça[83], ou as cortas e valas em sítios da freguesia da Esperança, atestam este recurso, e encontra-se também em sítios da zona que, por precaução, não incluí no inventário, por não ser segura a sua ocupação em época romana. O que parece claro, contudo, é o facto de estas áreas marginais e pedologicamente menos aptas terem sido colonizadas em momento imperial, por permitirem o sustento de pequenas unidades que exploravam recursos mineiros superficiais, ou que exigiam menor esforço no desmonte de terras. Já encontrámos estes sítios em concelhos serranos como Marvão, Castelo de Vide e Portalegre, prolongando-se agora para as freguesias de Mosteiros e Esperança, no encontro com os relevos mais planos da planície que aqui se inicia. E, já na franja sudeste, voltamos a encontrar estes sítios, próximo das Minas da Tinoca, sendo possível que outros pontos de povoamento, aparentemente mais isolados, se dedicassem a estas actividades, mais difíceis de detectar arqueologicamente, com o rápido esgotamento dos filões determinando abandonos precoces.

Na área oeste, e depois, com a inflexão para a travessia do Caia, no plano sul, temos o povoamento ao longo da provável via XV. Um conjunto de sítios que estão em alinhamento sequencial, que parecem respeitar um espaçamento constante. Em todos eles não encontramos indicadores de monumentalidade ou de conforto – as únicas notícias de mosaicos, por exemplo, referem-se à Coutada do Povo, mais distante da via – mas ressalta uma clara vinculação à exploração agro-pecuária do espaço envolvente. Alguns apresentam indicadores materiais dessa actividade – pesos de tear, pesos de lagar, cerâmicas de armazenamento – mas, em quase todos, detectamos uma implantação próxima de hortas ou de bolsas de solos mais férteis, reforçadas por recursos hídricos. Em Pereiras, em

[81] 2009: ponto 4.: 11-19.

[82] O sítio de Monte dos Algarves [Monte do Regato dos Alfaiates] (Lopes, 2009: nº 25), com valas de extracção mineira e conjuntos de fossas que podem apontar para uma exploração do tipo *ruína montium*.

[83] Ver concelho de Portalegre.

Granja e Campino (eventualmente dois sectores do mesmo sítio), em Monte da Quinta ou em Monte da Sancha, por exemplo, estas situações são absolutamente cristalinas. Certamente que, nestes locais, a economia seria muito heterogénea, aproveitando os abastecimentos (e escoamentos) que a via propiciava, uma agricultura de regadio possibilitada pelas hortas, e ainda a agro-pastorícia extensiva de sequeiro, com uma paisagem envolvente que seria certamente semelhante aos montados de sobro e azinho que hoje marcam estas extensões. Ao longo da via encontramos ainda pequenos sítios, às vezes muito próximos do traçado (*mutationes*?), e ainda pontos de perfil indeterminado, cuja caracterização será certamente um dos próximos passos a tomar.

As grandes *villae* estão a média distância. Destacam-se três: Coutada do Povo, Capela e Monte das Escarninhas. De um modo geral, o panorama artefactual de superfície libertado por estes sítios não é tão exuberante como em outros concelhos vizinhos: resta saber se tal se deve a contingências específicas dos factores pós-deposicionais, ou se reflecte uma efectiva repercussão em época antiga. Mas deste elenco surgem duas impressões: o facto de Monte das Escarninhas poder ser claramente uma *villa* de *otium* e contemplação da paisagem (neste caso fluvial), com a sua implantação atípica por se situar em cota bastante elevada; e o facto de os outros dois sítios pertencerem a uma, digamos quarta *área cultural* não referida por António Lopes: a zona central do concelho.

Entre as freguesias de Arronches e Mosteiros, no corredor centro-norte arronchense, e ao longo da ribeira que banha a sede de concelho, encontramos um conjunto de sítios que apresentam relativa densidade e, em alguns casos específicos, grande relevância. Já mencionei as duas *villae*, porventura os dois pontos de maior exuberância material, mas esta sub-área encontra-se muito preenchida por outros sítios: alguns seriam outras possíveis *villae*, como Pereiras, Martins Tavares ou Monte da Silveira/Moinho da Monsoa, e outros seriam certamente casais, por vezes com alguma expressão material (como Vinha do Desembargador). Este conjunto de sítios beneficia do curso da ribeira para o que poderá ter propiciado uma prática agrícola mais intensiva, permitindo uma maior aproximação de sítios que assim teriam *fundi* mais restritos, como se parece deduzir do menor intervalo de distâncias intra-sítios. Mas, mais uma vez, menciono que este panorama necessita de ser aferido com prospecções mais intensivas.

Quanto aos sítios da margem esquerda do rio Caia: os locais 43, 44, 45, 49, 50 e 51 da presente listagem, os conteúdos que apresentam podem ser ainda mais longamente problematizados.

Os povoados da albufeira do Caia ocorrem em pelo menos seis núcleos nos territórios do concelho de Arronches. Não deve ser esquecido, contudo, que algumas notícias de sítios similares também existem sobre a margem direita, na actual freguesia de Santa Eulália, concelho de Elvas, incluindo o bem conhecido caso da Ermida de Santa Catarina, onde foi encontrada a dedicatória a Belona[84]. Todavia, nem António Lopes (cujo foco primacial de atenção se limitava ao concelho de Arronches), nem eu próprio, fizemos prospecções na margem direita, estando por estabelecer a efectiva extensão deste território. Da mesma forma, não se exclui a existência de outros sítios similares mesmo na própria margem arronchense, quer devido à difícil progressão e visualização que esta paisagem apresenta, quer devido às flutuações no nível de cheia do regolfo[85], que poderão esconder mais realidades.

Quero com isto dizer que, se o panorama é já significativo, o seu contingente numérico poderá ainda vir a sofrer acrescentos. E este facto significa que, em todo o Alto Alentejo, um dos focos de povoamento mais densos reside precisamente neste conjunto de sítios do Caia. E o dado mais relevante será porventura o facto de, até recentemente, estar completamente ignorado e ausente da investigação.

---

[84] FE 46 nº 207, ver concelho de Elvas.

[85] Embora as prospecções feitas por mim e por António Lopes tenham decorrido entre finais de 2008 e finais de 2009, com a ocorrência de um estio prolongado e, portanto, com boas condições de visualização de cotas mais baixas.

Os diversos sítios da albufeira do Caia estão listados em seis entradas próprias, mas eventualmente até poderão constituir mais unidades específicas. Em Contenda, as estruturas espalham-se pelas duas margens de um meandro interior do regolfo da albufeira (ou seja, duas margens da margem norte, passe a expressão), podendo tratar-se de um local em continuidade espacial, ou de dois pontos diferentes. O mesmo acontece em Horta Nova e Freiras, com vários núcleos espacialmente distintos. Por outro lado, tal não significa que estivessem ocupados em simultaneidade: embora seja de destacar a notável homogeneidade da cultura material visível em todos – nomeadamente as similitudes nas cerâmicas de construção –, em alguns temos apenas estruturas romanas, em outros estruturas romanas com acrescentos tardios, e pelo menos em Monte das Freiras, sepulturas tardias contíguas ao espaço de povoamento. Registe-se ainda que as sepulturas escavadas na rocha pontuam todo este território (havendo informações orais que mencionam a sua existência também do lado elvense), funcionando como um momento de tumulação posterior, eventualmente documentando a pervivência temporal da presença humana nestas unidades.

Um aspecto que deve ser realçado reside no facto de estes sítios serem de ambiência completamente rústica. Em nenhum se encontram indicadores de conforto, de monumentalidade ou de riqueza (por exemplo, cerâmicas de importação para alem das ânforas que por vezes surgem). Nem um deles pode sequer ser levemente considerado como integrando a categoria *villa*. E no entanto, todos estão plenamente inseridos nos circuitos da romanidade: não bastasse a presença de um troço de via que, na prática, une todos estes sítios, temos ainda a qualidade das cerâmicas de construção e comum que denuncia uma elevada capacidade de abastecimento a estes locais. Não estamos na presença de sítios em territórios marginais; pelo contrário, com o possível nó viário de *Ad Septem Aras* unindo os troços das vias XIV e XV[86], encontramo-nos em pleno centro das rotas de circulação de gentes e materiais que temos presente no Alto Alentejo. Mas aqui temos um modelo próprio, bem distinto das grandes *villae* que a sul e este, entre Elvas e Campo Maior, organizam a paisagem, e dos núcleos rurais que a norte, no restante concelho, se distribuem pelo espaço. Note-se o contraste: quase todos os sítios arronchenses apresentam silhares de granito, mesmo os interpretados como casais; no Caia, nem um silhar se encontrou em qualquer destes locais.

O que temos, portanto? Um modelo de povoamento fortemente vinculado com a exploração agro-pecuária deste território. Em todos os sítios encontramos cerâmicas de armazenamento, em alguns deles, escórias e pesos de tear, havendo ainda espaços que se assemelham a armazéns e outros a estruturas de lagar. Em todos a matriz rústica é evidente. Em dois casos – Contenda e Reguengo – encontram-se mesmo patamares murados que serviram claramente como antigas hortas que ficaram fossilizadas na paisagem. Sítios onde a vinculação agrária é plenamente evidente, onde a romanidade entrou – no domínio das técnicas de edificação dos muros, por exemplo – mas de modo aparentemente superficial, com uma matriz identitária que sobrevive ao fim do Império, mantendo-se a presença humana por mais algum tempo. Zonas hoje abandonadas, actualmente escassamente povoadas, mas que aqui sustentaram muita gente, dada a sequência no espaço de muitas destas unidades que facilmente atingem os hectares no seu conjunto, embora sem continuidade, funcionando como habitats dispersos polinucleados. Mais: lugares onde se observa uma carga simbólica muito forte, com um culto litolátrico, uma epígrafe votiva e duas ermidas, o que indica uma persistência de significados que sobrevivem ao longo dos tempos.

Na tentativa de encaixe destes dados de terreno com os parâmetros conceptuais encontramos evidentes dificuldades. Estamos perante casais rústicos operando em sistema de laboração autónoma? A grande mancha contínua de dispersão de algumas destas unidades leva a afastar esta hipótese. Teremos um *vicus*? Com as evidentes dificuldades que

[86] Remeto para o respectivo capítulo sobre as vias e itinerários de circulação.

tal categoria implica do ponto de vista operacional, deve ser considerada a distância entre Horta Nova, o sítio mais a noroeste, e Contenda, ou mesmo Santa Catarina, se englobarmos a margem oposta. Tal facto leva a afastar a hipótese de um modelo de tipo "aldeia", que concebemos como espacialmente mais limitado, e em caso algum leva a supor uma matriz de tipo urbano ou proto-urbano, pois o que temos são pontos de povoamento dispersos entre si mas concentrados nas diversas unidades (passe o paradoxo do termo). Considero a hipótese de aqui se situar *Ad Septem Aras*, a *mansio* que é peça comum nos itinerários XIV e XV, mas resta definir o perfil de povoamento em que a mesma consistiu, pois claramente não estamos perante uma *mansio* viária, embora para esse factor de dispersão já a menção toponímica original aludisse.

Da mesma forma, em nenhum dos sítios se encontram indicadores de uma presença alto-imperial, parecendo todos corresponder a um momento mais tardio e que se prolonga para lá do Império. É tentador encontrar nestes sítios um modelo de economia agro-pecuária de largo espectro, eventualmente enquadrável no processo definido por Claude Raynaud como "des zones vides ou peu fréquentées jusqu'alors, en particulier basses vallées, deltas et régions lagunaires, font l'objet d'une intense colonisation aux IVe et Ve siècles.[87]"

Em resumo, estamos perante um modelo de povoamento polinucleado, de cariz vincadamente rústico (no sentido económico do termo), de tipo não-urbano e persistente na diacronia. Plenamente inserido nos circuitos viários, dele não parece haver beneficiado para incrementar os índices de conforto e de monumentalidade, mantendo um *fácies* de exploração agrícola intensiva (dada a presença de hortas) e simultaneamente (passe o paradoxo) extensiva no espaço, porque disposto ao longo de uma larga área. Não posso deixar de salientar a semelhança – eventualmente, não mais do que isso – com os modelos de povoamento de Póvoa e Meadas, curiosamente também em torno de uma actual barragem.

É porém nestes locais que se encontram as únicas marcas que o concelho apresenta de uma persistência de presença humana para além do fim do Império. Em Zambujal, Horta Nova, Reguengo, Freiras e Contenda encontramos de forma clara uma diacronia que rompe os limites temporais, e que inclusivamente se prolonga sob a forma de conteúdos simbólicos que por ora nos escapam: como já anteriormente referi, esta zona está pontuada de estruturas de culto cristão, ou ainda de pé, ou já em ruínas, consubstanciando uma densa carga de marcações na paisagem. Mesmo para alem dos locais de culto, a contiguidade de áreas funerárias a estruturas de povoamento marca alguns destes locais (para não mencionar a ocorrência permanente de sepulturas escavadas na rocha em toda a paisagem); e mesmo a evolução da cultura material e o facto de em alguns destes locais se encontrarem estruturas que são encerradas, cortadas ou rearranjadas, ou ainda zonas de materiais romanos contíguos a outros tardo-romanos, evidencia uma continuidade da presença humana nestes terraços junto ao rio Caia. Claramente uma das formas de povoamento mais originais e relevantes do alto Alentejo, os núcleos do Caia necessitam de um levantamento topográfico urgente antes que as constantes variações no nível da albufeira apaguem de vez as diversas evidências estruturais e sepulcrais.

Esta persistência não se encontra nos outros locais de Arronches. Na *villa* da Capela, o único local escavado, o balneário parece ter sido abandonado durante o século III ou inícios do IV; mesmo não dispondo de publicações alusivas ao espólio, não se menciona materiais mais tardios. Nos outros sítios, por só existirem materiais de superfície, as leituras são mais frágeis, mas não se encontram indicadores de uma presença pós-imperial. É certo que esta impressão não é sustentada em qualquer dado concreto, necessitando de ser aferida com o decorrer da investigação; mas sendo assim, estaríamos perante uma retracção de povoamento brutal, que deixaria como sítios ocupados unicamente os da zona do Caia. Sendo perigoso supor um movimento destes com tão frágeis dados, a hipótese não poderá

[87] 2000-2001: 492. Também Van Ossel & Ouzoulias (2000: 139) mencionam idênticos fenómenos em torno de cursos de água, nomeadamente dando como exemplo o vale do Meuse e a região Oeste de Paris.

ser totalmente descartada, pois olhando para os sítios de Arronches não parecemos estar em paisagem *plenamente romana*: por enquanto faltam os sítios de grande porte e de elevada monumentalidade de gosto urbano, notando-se sobretudo nos dados de prospecção a ausência de locais com uma cultura material mais exuberante e significativa (ausência de mármore, por exemplo). Em nenhum ponto temos grandes *villae*, pois mesmo na Coutada do Povo as evidências de superfície são escassas ou, digamos, pouco impressivas. Raros são os sítios com *terra sigillata*, com variedades anfóricas significativas ou com diversos morfotipos de cerâmica de construção, por exemplo; o que, sendo uma impressão somada ao longo das prospecções, vale o que vale, mas deve ser registada.

Nesta leitura necessariamente superficial, falta-nos um dado essencial, pois sobre o concelho a presença epigráfica é pouco expressiva do ponto de vista numérico[88]. Conhecer as onomásticas, as raízes destas populações[89], poderia dar-nos uma imagem sobre a inserção deste território na escala do Império, conferindo-nos uma leitura que confirmasse ou infirmasse o que parecem ser estas distintas áreas específicas.

O estudo de terreno deverá ser incrementado, para que esta visão, necessariamente preliminar, ganhe consistência. O conhecimento dos sítios – mesmo que unicamente através dos achados de superfície – está intimamente dependente da sedimentação de dados obtidos em consecutivas prospecções; esta acumulação será tanto mais efectiva, quanto diferentes visitas ocorram em diferentes momentos do ano, com diferentes condições de observação, mas que também sejam realizadas por diferentes investigadores, com distintos olhares e capacidades de detecção. Os sítios romanos de Arronches só nos últimos anos começaram a ser observados. Esta impressão de um território com sub-unidades distintas, onde os padrões materiais são pouco diversificados, e que poderá ter entrado em retracção precoce, é apenas uma leitura preliminar fundada em bases ainda muito pouco sólidas. Em resumo, é apenas o ponto de partida.

3. Concelho de Avis

Um extenso concelho com oito freguesias e uma área total de 606 km^2, a mais elevada do distrito, o que de algum modo demonstra a amplitude do território aqui considerado.

O concelho de Avis apresenta uma área homogénea em termos genéricos, mas com algumas particularidades dignas de nota. Uma delas, talvez a mais curiosa, e derivada da acção antrópica recente, reside no facto de uma extensa área pertencer ao regolfo da barragem do Maranhão, sendo que também a albufeira de Montargil abrange uma pequena fatia de uma zona no limite oeste do concelho. Portanto, em termos de *área real de prospecção* o espaço disponível é efectivamente mais curto.

Avis situa-se na mesma área sub-regional que abrange também Ponte de Sôr e Gavião, concelhos que se caracterizam por marcarem a transição das paisagens da bacia do Tejo para o designado Maciço Antigo do interior alentejano. Como nos anteriores, ao longo deste concelho, a progressão de ocidente para oriente permite a progressiva mutação da paisagem, que vai deixando de apresentar os solos arenosos ou de cascalheira típicos dos terraços do quaternário, para entrarmos em relevos mais ondulados, já modelados por uma milenar erosão, e onde a paisagem típica de montado substituiu o esteval, único coberto vegetal que progride em solos de muito baixa aptidão agrícola.

O concelho é também cortado por uma rede hidrográfica orientada sobretudo em função da ribeira de Seda, cujo represamento alterou profundamente a percepção da paisagem. Este curso de água seria originalmente bravio, alteroso e, na sua orientação nordeste/sudoeste, certamente um obstáculo sério a quaisquer vias e eixos de

[88] Exceptua-se uma epígrafe específica, ainda não divulgada, que em futuro estudo irá ser analisada de modo detalhado, dados os feixes de leitura que propicia, e que de algum modo eram laterais ao projecto que agora se conclui.

[89] Para já visível apenas no excepcional testemunho epigráfico apresentado em Carneiro, Encarnação, Oliveira &Teixeira, 2008.

comunicação. A grande maioria dos cursos de água são seus afluentes, mas o facto do relevo ser genericamente suave leva a que apenas na freguesia de Figueira e Barros – a mais ocidental – encontremos cursos de água correndo encaixados e com margens alcantiladas. Ou seja, embora pela sua orientação a rede hidrográfica fosse um obstáculo natural para o trânsito, a sua dificuldade de transposição é sobretudo sazonal, mas coloca mesmo assim algumas dificuldades genéricas à passagem.

De um modo geral, a rede hidrográfica não é muito densa, nem os recursos aquíferos particularmente abundantes. Destacam-se alguns cursos de água secundários, como a ribeira de Santa Margarida, de Sarrazola, de Almadafe e do Alcórrego, todos cursos de água com algum volume de transporte. No entanto, em largas extensões, sobretudo para ocidente, a rede é débil e muito dependente da pluviosidade, o que constitui uma natural condicionante à presença humana e à prática agrícola.

Genericamente o relevo é suave, não se apontando na área do concelho grandes elevações. A altimetria vai progressivamente ascendendo até aos 250 metros que se verificam já na transição para o concelho de Fronteira, onde o substrato xistoso já conduz à existência de relevos mais vigorosos. Mas, em termos genéricos, este é o concelho mais plano e suave da área em estudo, e embora ocorram alguns ondulamentos, em especial na zona de Valongo e Aldeia Velha, o panorama é substancialmente moderado. Esta homogeneidade de superfície é enganadora, pois o substrato geológico apresenta grande variedade, com rápidas transições: temos sobretudo a ocorrência de xistos, quartzitos e grauvaques, com uma matéria-prima pobre, mas algumas ocorrências pontuais permitem a existência de rochas mais consolidadas, as mesmas que, por exemplo, encontramos empregues em alguns dos maiores monumentos megalíticos do Alto Alentejo como os que se encontram nas manchas graníticas de Ervedal e Figueira e Barros.

Já quanto ao potencial agrícola, o concelho apresenta uma aptidão genericamente baixa, fruto da ocorrência dominadora de solos delgados, em geral de tipo mediterrânico amarelo ou claro, tonalidades que aliás caracterizam alguma da cerâmica que se encontra nos sítios arqueológicos locais, denunciando a utilização do próprio substrato argiloso disponível em alguns pontos. Na zona de Figueira e Barros já encontramos os solos vermelhos que barram os solos recobrindo os substratos xistosos, criando zonas onde o alagamento aquando das chuvas ocorre com frequência (e justificando o topónimo local). Não é em vão que próximo da passagem para o concelho de Fronteira encontramos a Defesa de Barros, onde se implanta a *villa* homónima, aproveitando os solos de maior aptidão.

Temos portanto um concelho muito extenso e de transição entre os territórios ribatejanos e o interior alentejano. Um espaço de ressonâncias milenares, pela existência das bem conhecidas necrópoles megalíticas, mas também com uma fortíssima carga histórica, por ter albergado a ordem militar homónima. E temos uma terra com um dos poucos museus municipais com colecções de Arqueologia que encontramos na área em estudo, não esquecendo ao facto de em Ervedal se encontrar sedeada a Fundação Arquivo Paes Telles, onde se guarda o espólio recolhido por Mário Saa.

Portanto, e *a priori*, um espaço propício para encontrarmos muita e bem estudada informação.

Acrescentemos outra realidade.

Um dos dados mais curiosos em relação ao conhecimento do passado avisense reside no facto de, em diversos momentos, algumas individualidades se terem interessado pelo concelho e pelas suas raízes. Infelizmente nenhuma destas personagens tinha formação na área, pelo que a atenção foi muito episódica e sem qualquer propósito sistemático. É o caso de Mattos Silva, que inclusivamente chegou a realizar algumas escavações em monumentos megalíticos do concelho[90]. Mas sobretudo temos a figura de António Pais da Silva Marques, tio de Mário Saa e principal influência do autor que mais tarde se dedicaria ao estudo das

[90] Silva, 1895 e 1896; sobre o autor, Carneiro e Serras *no prelo*.

vias da Lusitânia, que foi um dedicado correspondente de Leite de Vasconcellos[91] e que sobretudo foi o principal incentivador para a realização de escavações arqueológicas no sítio de Ladeira, onde foi recolhida a conhecida epígrafe de dedicatória a *Fontanus*[92]. Posteriormente irá manter-se uma sólida amizade entre ambos, ficando António Pais da Silva Marques como um atento informador do Director do Museu, embora progressivamente o foco da correspondência se vá deslocando para os domínios etnográficos que progressivamente vão captando mais o interesse leitiano na parte final da sua vida. Quanto a Mário Saa, embora o investigador radicado no Ervedal não se tivesse dedicado profundamente ao estudo do património arqueológico concelhio, existem, mesmo assim, alguns materiais que certamente terão sido recolhidos na zona, bem como notas e documentação de âmbito local.

Outros investigadores, de forma episódica ou mais prolongada, circulam pelo património arqueológico do concelho de Avis, mas o centro das atenções reside sobretudo no valioso conjunto de monumentos megalíticos, enumerando-se Vergílio Correia e o casal Vera e Georg Leisner. Todavia, e como em outros concelhos da região, o rasto da investigação perde-se durante os anos cinquenta e sessenta dos século XX, para ressurgir de forma voluntarista com a formação de uma associação local sediada no Ervedal, o Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense, com a sua secção de Arqueologia, que na década de setenta irá proceder a algumas escavações não documentadas em sítios romanos e também em antas, sobretudo na freguesia do Ervedal. O dado mais relevante deste momento reside no embrião daquele que é hoje o Museu Municipal, onde foram guardados algum espólio e documentação, a par de uma importante recolha de património etnográfico.

Os anos setenta e oitenta assistem a um conjunto de operações sobre o património arqueológico local que, infelizmente, estão muito insuficientemente documentadas. Além da referida associação local, também Gustavo Marques realizou algumas prospecções no concelho e procedeu à escavação da já então destruída *villa* de Bembelide. No final da década, realizam-se trabalhos na necrópole de Carapeta, sendo também realizadas mais algumas prospecções não documentadas.

O panorama adquire contornos mais profissionalizados com a integração da arqueóloga Ana Ribeiro na autarquia, que para além das necessárias intervenções arqueológicas em âmbito urbano, se irá dedicar a partir de 2005 à realização da necessária Carta Arqueológica concelhia, bem como irá retomar os trabalhos em Ladeira (Ervedal), abandonados desde os tempos de Vasconcellos. Dos trabalhos realizados no âmbito do primeiro projecto já foram dados a conhecer alguns resultados[93], sendo de esperar que a intensidade da investigação possa vir a trazer profícuos dados para o conhecimento do passado avisense.

Sítios e comentários

03.01. Goiã 2

CMP 369 / CNS 29699

Área de dispersão de materiais romanos, onde predomina a cerâmica de construção. Um conjunto de pedras pode marcar a implantação de uma estrutura. Apesar de não existirem mais dados sobre o local, deverá tratar-se de um casal, implantado em zona com abundantes recursos hídricos (constituídos pelo ribeiro da Goiã, mais dois poços).

Referência: Processo IGESPAR 2004/1(190)

---

91 Nº 2538 do Epistolário depositado no MNA, tendo trocado uma copiosa correspondência com o então Director do Museu, avançando para uma relação que rapidamente se tornou de grande amizade e cordialidade mútua.

92 Relato em Vasconcellos, 1912.

93 Ribeiro, 2008. O seu resumo da investigação (pp. 2-3) constitui o único texto historiográfico sobre a investigação arqueológica no concelho e forneceu importantes pistas para a redacção deste texto.

03.02. Monte da Barrada

CMP 369

De acordo com informação oral, junto à malhada em ruínas encontra-se uma concentração de tegulas e imbrices com alguma expressão. O sítio implanta-se em elevação com excelente visibilidade envolvente, mas sem qualquer destaque ou preocupação defensiva. Duas notas: a estrutura absidada de uma das malhadas, bastante suspeita; o facto de a propriedade seguinte se designar de Monte da Capela. Sítio que pode ser interpretado como casal, mas recomendam-se prospecções intensivas nestas duas propriedades.

Referência: Inédito a partir de informação de Jorge de Oliveira.

03.03. Entre Águas 1

CMP 382 / CNS 1629[94] e 29676

De há muito que se conhece a lápide romana embutida na parede posterior da igreja de N.ª Sr.ª de Entre Águas[95], que documenta *Lobesa*, filha de *Lovesius*, dois antropónimos pré-romanos. Todavia, não tem sido mencionado que todo o edifício possui com vários silhares embutidos na construção, em especial no anexo que, por não estar caiado, tem o aparelho bem visível, e também se encontra um peso de lagar que está reaproveitado nos degraus da entrada principal. Inclusivamente, é possível que referido anexo onde se encontra a epígrafe, a possível sacristia do templo, cavalgue uma estrutura anterior, dado o perfeito alinhamento dos silhares aqui conservados, em método construtivo pouco habitual em época medieval.

O templo sobrepõe-se a um sítio romano de largas dimensões, possivelmente uma *villa*. À superfície encontra-se cerâmica comum, de construção, *terra sigillata* e fragmentos de *opus signinum*, em área ampla com cerca de um hectare, que se espalha pela península, mas também pelo topo imediatamente a norte, onde o recente arranque do olival deixou ver mais manchas de material. É provável que os materiais se espalhassem pela actual área do regolfo.

Particularmente interessante a sobreposição do edifício de culto cristão ao sítio romano, bem como a fundação do núcleo urbano de Benavila na margem fronteira, documentando continuidades de presença humana e relevâncias simbólicas que deverão ser melhor aferidas.

Outras referências: RP 6/115; Processo IGESPAR 2004/1(190); Saa, 1962: 268.

03.04. Monte do Castelo 1

CMP 382 / CNS 29678

Um sítio muito relevante dado o conteúdo epigráfico aqui encontrado: um teónimo pertencente ao grupo *Band-*, com o epíteto *Saisabro*[96]. Acresce o topónimo "Castelo", que poderia remeter para um qualquer povoado fortificado, o que não parece ser o caso. Seja como for, o *fundo indígena* manifesta-se presente, restando saber qual a sua reformulação e continuidade em momento imperial.

Do local existem informações orais que apontam para a recolha de ânforas e para o achado de mosaicos. No terreno encontra-se material cerâmico de construção e elementos pétreos que deverão ter pertencido a estruturas. Junto à ribeira, em leito de cheia, estão silhares de granito. Infelizmente, os indicadores são ainda demasiado imprecisos para uma leitura de conjunto.

Outras referências: Processo IGESPAR 2004/1(190).

[94] A lápide mereceu CNS próprio.

[95] IRCP nº 459, com referências.

[96] FE 46, nº 206, 1994; ver ainda Carneiro, 2009: XIII.

03.05. Bembelide

CMP 382 / CNS 29677

No terreno ainda se nota uma área de dispersão de materiais, que deverá corresponder a uma *villa* destruída por movimentação de terras. O sítio foi intervencionado de emergência por Gustavo Marques na década de oitenta, guardando-se os materiais então recolhidos no Museu Municipal de Avis. O relatório dos trabalhos produzido, muito completo mas já documentando o elevado grau de destruição do local, nunca foi publicado.

Outras referências: Processo IGESPAR 2004/1(190).

03.06. Monte do Chafariz 1 (Benavila)

CMP 382 / CNS 29675

No próprio local foi referido que o sítio romano foi escavado nos anos setenta pelo grupo de arqueologia concelhio. Hoje está em parte submerso pela barragem. No âmbito da carta arqueológica concelhia, foi encontrada uma área com cerâmica de construção, comum, *terra sigillata*, de armazenamento, ânforas e pesos de tear[97]. Aquando da visita, as condições de observação eram muito más, observando-se apenas uma densidade de imbrices muito fragmentados e rolados. Junto às casas estão dois silhares. Note-se ainda que o sítio está na margem fronteira ao sítio de Castelo. Pelos materiais, poderemos pensar na existência de uma *villa*.

Outras referências: Processo IGESPAR 2004/1(190)

03.07. Monte do Chafariz 2

CMP 382 / CNS 29681

Informação oral referente à identificação de uma necrópole de inumação aquando da abertura de um tanque de rega. Descobertas duas sepulturas, uma coberta com tijoleiras e com abundante espólio: *terra sigillata*, cerâmica comum, recipientes em vidro. A outra não apresentava espólio mas continha restos osteológicos. De acordo com o *Endovelico*, no local existem algumas cerâmicas de construção de época romana.

Referências: Processo IGESPAR 2004/1(190).

03.08. Torre do Ervedal 8

CMP 382 / CNS 16389

Sítio classificado como casal rústico, onde se encontraram fragmentos de telhas muito roladas, cerâmica fina alaranjada e fragmentos de *dolium*. Pode corresponder ao sítio 9 (CNS 16388), onde se detectou uma pequena área com imbrices, tegulas e um silhar em granito depositado em morouço que pode esconder um peso de lagar e mós.

Referências: Processo IGESPAR 2004/1(190)

03.09. Ladeira

CMP 382 / CNS 1702[98], 5693 e 29707[99]

Sítio que foi intervencionado por Leite de Vasconcellos, tendo descoberto "parte de uma casa". O dado mais conhecido referente ao local é, todavia, a dedicatória a *Fontanus*[100], de cuja proveniência o próprio nos deixou indicação: "[...] a ara encontrou-se em 1870 num campo chamado Tapada da Alameda [...]. Ao pé havia uma nascente grande de agoa [...]. À superfície do terreno descobrem-se muitos cacos antigos[101]. No local encontra-se uma fonte, motivo do agradecimento *ob aqua inventas*. A epígrafe apresenta ainda duas particularidades: uma de âmbito onomástico, a identificação dos *tria nomina* de Gaio

97 Ribeiro, 2008.

98 "Ervedal" e classificado como "balneário romano", seguramente refere-se ao sítio de Ladeira.

99 Como "Azenhas 1/Quinta da Fontana", referindo-se à epígrafe.

100 IRCP nº 437; Carneiro, 2009: XII.

101 Vasconcellos 1912: 620-621.

Apuleio Silão, o detentor da propriedade, e outra o cariz da relação social – *servus* – de Threpto, que poderia ser um *villicus*, se acaso se confirmar a existência de uma *villa* no local.

Sobre o sítio, precisamente, os indicadores de superfície registados em prospecções no âmbito da carta arqueológica avisense foram promissores: "cerâmica de construção, cerâmica doméstica de armazenamento, fina e comum. Foram identificados, para além do *opus signinum*, alguns fragmentos de granito e mármore, provavelmente associados a estruturas. Destacam-se do conjunto de materiais recolhidos dois almofarizes em mármore branco, um dos quais de reduzidas dimensões."[102] Todavia, as recentes escavações no local, também conduzidas por Ana Ribeiro, ainda não permitiram caracterizar de forma mais precisa e extensiva o tipo de ocupação no local. Também é de notar que, dada a imprecisão das noticias existentes, em especial da intervenção de Leite de Vasconcellos, em rigor não é possível perceber que tipo de sítio terá este sido, embora o achado de tesselas seja relevante[103].

*Outras referências: Processo IGESPAR S-05693 e 2004/1 (190); RP 6/135 e /***; Saa, 1956: 124 e 1962: 269; Reis, 2004: nº 084.*

03.10. Carapeta 1

CMP 382 / CNS 29674

Sítio implantado junto à área de inundação da albufeira do Maranhão, e por isso hoje semi-submerso. No âmbito da carta arqueológica concelhia noticia-se uma área de dispersão de materiais romanos, com cerâmica de construção e um elemento de mármore. Aqui decorreram trabalhos de escavação no final de década de oitenta, nunca publicados. Nas proximidades, uma estrutura de planta rectangular associada a tegulas e fragmentos de *dolium* (a designada Carapeta 3, possivelmente um núcleo do sítio principal).

Referência: Processo IGESPAR 2004/1(190)

03.11. Carapeta 2

CMP 382 / CNS 5202

Sepulturas identificadas durante o plantio de um olival, e que foram objecto de escavação não publicada na década de oitenta. Registam-se caixas sepulcrais definidas por lajes, contendo no interior esqueletos em conexão anatómica e com jarras de barro de pequenas dimensões, colocadas próximo do crânio.

Referência: Processo IGESPAR S-05202 e 2004/1(190).

03.12. Cardoso

CMP 383 / CNS 29710

Um sítio bastante interessante, por ser difícil de enquadrar do ponto de vista conceptual. Implantado em elevação suave sobre a ribeira Grande, em zona sem particulares aptidões pedológicas ou paisagísticas. O elemento mais evidente é um troço de muro que aflora sob as raízes de uma oliveira, com um aparelho de construção muito sólido. Por toda a elevação notam-se tegulas, bastante dispersas, e alguns elementos pétreos de granito que poderão ter servido como silhares. Depois existem algumas estruturas circulares em pedra, com difícil enquadramento cronológico e funcional. A visita posterior ao local confirmou um dado já evidente em 2002[104], a ausência de qualquer elemento datante no local, nem sequer se encontrando os habituais fragmentos de cerâmica comum. Poderá assim tratar-se de um casal, mas não são de excluir outras leituras.

Outras referências: Batata, Boaventura e Carneiro, 2000: 244; Carneiro, 2004: nº 60.

[102] Ribeiro, 2008: 8.

[103] Segundo a autora, 444 unidades recolhidas em contexto secundário. Ribeiro, 2010: 52.

[104] Carneiro, 2004: 154.

03.13. Defesa de Barros

CMP 397 / CNS 32148

Villa com conteúdos muito relevantes. Implantação típica desta classe, em encosta suave voltada a sul, com recursos hídricos e bons solos agrícolas (pesados e argilosos, como indica o topónimo) na envolvente. O sítio é facilmente localizável por se encontrar sob a igreja abandonada, em mais um dos interessantes fenómenos de cristianização (neste caso em momento mais tardio, pois o templo não será anterior ao século XVII).

Quanto às evidências arqueológicas, a visita a 16.08.2007 trouxe muito poucas novidades em relação aos momentos em que já havia sido reconhecido o sítio, pois as obras agora realizadas na igreja espalharam montes de entulho sobre a área em volta. No acesso ao local era evidente um extenso pavimento de *opus signinum* oculto sob as oliveiras, que ocorria em dois pontos diferentes. Em área muito extensa, não inferior a um hectare, encontravam-se materiais muito diversos, como cerâmica de construção, cerâmica comum, pesos de tear, fragmentos de *terra sigillata* e de ânforas. Depositados no pequeno adro da igreja estavam silhares e um tambor de coluna em granito, cuja ocorrência geológica aqui não se verifica, e que na visita mais recente já não encontrei.

O elemento mais conhecido é todavia uma ara funerária finamente decorada, uma peça de enorme qualidade de fabrico que inclusivamente motivou a visita ao local de Leite de Vasconcellos expressamente para a sua aquisição[105]. Decorada por motivos faunísticos, arquitectónicos e vegetalistas, destaca-se a onomástica grega, quer de Calpúrnia (?) Hegesístrate, quer de Calpúrnio (?) Alexandre, eventualmente libertos, de acordo com a sugestão de José d'Encarnação[106].

Seguramente teremos aqui uma *villa* com necrópole associada,[107] sendo de presumir, a partir da qualidade da epígrafe, uma elevada capacidade aquisitiva e um refinado gosto dos eventuais proprietários.

Outras referências: RP 6/134.

Casas Novas 1 *

CNS / 29682

Sítio romano muito destruído por actividades agrícolas. No Monte conservam-se pesos de tear, fragmentos de cerâmica comum e um elemento de mó. No local foi destruída uma sepultura.

Processo IGESPAR 2004/1(190)

Comentários gerais

A primeira impressão que se retém sobre o povoamento romano de Avis centra-se na sua dispersão. É certo que estamos perante um extenso território, que para mais apresenta condicionantes que em alguns casos são severas para a investigação – como o facto de existirem largas extensões absolutamente despovoadas, zonas de completo abandono, onde o mato irrompe desordenadamente, ou um quadro ambiental genericamente pouco apto para o perfil de exploração latino. É certo também que estamos claramente perante um problema de intensidade da investigação: note-se como, do escasso elenco de sítios conhecidos, boa percentagem são *villae*, ou seja, locais com elevado registo de indicadores de superfície, que captam a atenção de outras pessoas que não apenas os investigadores; ou de como para alguns destes sítios foram as epígrafes que primeiro chamaram a atenção, levando a uma posterior identificação dos pontos de povoamento propriamente ditos. Portanto, e em resumo, poderemos optimisticamente esperar que o aprofundar da investigação, nomeadamente com a carta arqueológica concelhia em curso,

105 1916a: 317; IRCP nº 448; Matos, 1995: nº 42.

106 IRCP, nº 531.

107 Sendo que em nenhum caso, quer em prospecções realizadas em 2000-2001, quer mais recentemente, realizei prospecções no local, mas uma mera visita ao sítio (que para mais é fácil de localizar), pelo que não tentei identificar a necrópole nem possuo dados sobre este tema.

permita avançar no plano de conhecimentos para realidades de mais difícil detecção e para uma malha mais fina de registos.

Regressando ao tema, o povoamento romano do concelho de Avis caracteriza-se sobretudo pela sua dispersão. Quero com isto dizer que a distância entre sítios é assinalável, não se observando as habituais concentrações ou alinhamentos que em outros concelhos encontramos. É certo que existem algumas associações, algumas *pequenas sociedades*: Monte do Castelo 1, Bembelide e Chafariz 1 e 2 estão relativamente próximos, e também em Ervedal os locais de Ladeira e Torre do Ervedal 8 não estão muito distantes. Mas não existem nexos de ligação entre os sítios (se exceptuarmos Chafariz 1 e 2, que poderemos entender como uma *villa* com necrópole associada), ou seja, torna-se complexo perceber se estes locais tiveram algum tipo de ligação ou de espacialidade simultânea.

Para além de rarefeito, os focos de povoamento surgem-nos aparentemente desestruturados, ou seja, não é claro um qualquer tipo de organização da rede de povoamento. Quero com isto dizer que os sítios de Avis apresentam a situação paradoxal de, nem por um lado nos surgirem de forma hierarquizada, nem (ao inverso) nos surgirem muito nivelados entre si. Esta (estranha) impressão deriva, por um lado, da sua insuficiente caracterização e entendimento (por exemplo, o que foi a Ladeira?), e por outro, da dificuldade já mencionada de conseguirmos estabelecer níveis de leitura comuns transversais entre os sítios.

Portanto, o povoamento romano de Avis surge-nos muito esparso, com um conjunto de sítios sobre os quais temos poucos indicadores, e a partir dos quais é complexa a tarefa de desenhar níveis de entendimento desta realidade.

Note-se que, sobre o concelho, não é fácil esboçar o panorama da rede viária. As propostas adiantadas por Mário Saa parecem manifestamente exageradas, nomeadamente a centralidade concedida a Ervedal que surge claramente como uma hipervalorização da localidade onde o autor tinha um dos seus espaços de trabalho[108]. Aliás, a rede viária do concelho nem sequer é discernível, em dois planos: nas evidências de terreno, completamente ausentes (calçadas e/ou obras de arte), e em uma qualquer *linearização* na disposição de sítios no terreno a partir da qual pudéssemos supor um trajecto existente no terreno. Ora, faltando esse suporte para o conhecimento das redes de povoamento, também ficamos sem um precioso instrumento de entendimento e percepção da estrutura local.

Ausência de estruturação das redes de povoamento, e ausência de indicadores de rede viária, são então dois elementos que caracterizam a presença romana em Avis. Ambos têm em comum um dado, a *ausência*. E no entanto, os sítios romanos de Avis apresentam conteúdos de *presença* muito relevantes.

Um deles tem a ver com a existência de um conjunto de *villae*. Ou pelo menos, de sítios interpretáveis como tal. Em alguns casos destruídas, ou severamente danificadas, o que é sempre de lastimar: Casas Novas, Bembelide, eventualmente Carapeta e Chafariz. Em outros, sítios que ainda poderão dar frutos para a investigação: Defesa de Barros e eventualmente os sítios de Ladeira (Threpto possivelmente seria um *villicus*, sendo o motivo do agradecimento epigráfico a descoberta de um manancial que, não tendo propriedades salutíferas, seria de extrema importância para a prática agrícola) e Entre Águas, que pela área de dispersão poderá corresponder a um local desta categoria.

Temos portanto sete possíveis *villae* em quatorze sítios registados, o que é manifestamente uma inversão da estrutura piramidal que geralmente caracteriza o povoamento romano hierarquizado. Note-se que, nos sítios de tipo "casal", temos um magro lote, com apenas Goiã, Monte da Barrada, Torre de Ervedal 8 e, eventualmente, Cardoso (um sítio mais difícil de enquadrar conceptualmente). Castelo poderá ter tido conteúdos mais ligados ao mundo votivo (a invocação teonímica é relevante, apontando para um culto religioso permanente, e não apenas um agradecimento fortuito como em

[108] Ervedal, "grande estância romana, das mais intensas desta parte da Lusitânia. Apresenta casario romano, legendas, inscrições em caracteres latinos e ibéricos" (Saa, 1956: 129).

Ladeira), e restam-nos as necrópoles de Chafariz e Carapeta, ambas curiosamente associadas de modo seguro a pontos de povoamento, uma ligação nem sempre fácil de estabelecer.

Desta forma, em Avis temos mais *villae* do que "casais", pelo menos no actual estado da investigação, e em face dos elementos descritivos (muito imperfeitos, é certo). Ora, este facto é relevante por dois motivos.

Um prende-se claramente (e mais uma vez) com a *geografia da investigação*. É normal que sítios com maior densidade de vestígios captem a atenção das pessoas que os noticiam, sobretudo quando estamos perante um território em que muitos dos agentes eram cidadãos com escassa formação na área, ou agindo de forma voluntarista. Certamente que, com mais pesquisa, as outras categorias de sítios virão a aparecer. O facto nada tem de extraordinário e reflecte a natural progressão da investigação.

O outro dado é mais curioso e merece uma reflexão mais atenta. Na verdade, o simples facto de surgirem vários sítios classificáveis como *villae* (mesmo que alguns o possam não ser, mas essa é outra questão) significa simplesmente que elas terão existido, ou seja, que já estamos a entrar no território das *villae*. Ou seja, nesta área territorial nós teríamos três concelhos com um ambiente claramente marcado pela bacia do Tejo: Gavião, Ponte de Sôr e Avis. Mas enquanto nos dois outros concelhos as *villae* estão genericamente ausentes, em Avis já as recenseamos. E em rigor porque Avis é um concelho misto, de transição entre ambientes paisagísticos distintos. Na verdade, se olharmos mais para oeste, para Mora, aí sim, encontramos uma generalizada ausência dos sítios classificáveis nesta categoria. No concelho do Mora os recentes dados da carta arqueológica local trouxeram um generalizado vazio de povoamento em época romana[109], concordante de resto com os restantes concelhos do mesmo contexto paisagístico. Em Avis, pelo contrario, já encontramos *villae* pelo simples facto de que *elas já lá estão* – muito dispersas, é certo, indicando grandes territórios de exploração ou extensas áreas em vazio, uma situação que se prolonga para os concelhos limítrofes de Fronteira e Sousel, e que nos mostra como, apesar de tudo, ainda não estamos em territórios onde este modelo de povoamento estruturado nestas grandes unidades encontra o seu pleno potenciamento.

Outra hipótese explicativa, também tentada para Ponte de Sôr, reside na utilização de materiais de construção e na sua possibilidade de detecção pelo olhar do arqueólogo. Se as grandes *villae* mantêm a sua fisionomia construtiva, nestes solos onde a pedra muitas vezes escasseia é possível que os pequenos casais adoptassem soluções baseadas nos recursos locais: o adobe e a taipa, elementos que, como é sabido, mais facilmente se diluem com o passar do tempo e deixam, na formação do registo arqueológico, traços mais ténues. A dificuldade de identificação dos materiais de superfície seria assim dificultada pela própria matéria-prima desses mesmos materiais; e nos solos arenosos, de charneca e largas extensões de coberto silvícola que ainda predominam, estes pequenos sítios mais rapidamente vão-se apagando e mesclando com o solo natural. As largas extensões de território vazio poderiam não o estar, pelo menos de forma tão absoluta; só que estes pontos de povoamento estão perdidos na paisagem, sendo mais difícil chegar até eles.

Claro que temos de conhecer melhor o registo material destas unidades, e este raciocínio não passa de uma mera hipótese a ser testada; mas por enquanto não é de descartar esta leitura.

Se o território avisense já se encontra pontuado por *villae*, que tipo de sítios eram estes? A questão assume pertinência, pois estamos em território teoricamente periférico, nas margens da infra-estruturação imperial e, para mais, em zona pedologicamente menos apta.

Os dados são interessantes. Passemos em revista os diversos indicadores: elementos de mármore conhecem-se em Ladeira (incluindo dois almofarizes), Carapeta e Defesa de Barros (a ara), ou seja, uma razoável frequência, embora sem elementos arquitectónicos

[109]Informação de Leonor Rocha, que muito agradeço.

noticiados. Quanto ao granito, silhares em Entre Águas, Castelo 1, Chafariz 1, Torre de Ervedal 8 (um sítio classificado como casal, que assim teria uma certa monumentalidade) e Defesa de Barros, além de Ladeira (elementos de granito, sem especificação). Inexistência de colunas ou capiteis noticiados. Podemos acrescentar as menções a *opus signinum* em Entre Águas, Ladeira e Defesa de Barros, pois a sua presença mostra o domínio das técnicas de *saber-fazer* romanas, além de poderem pertencer a estruturas funcionais ou lúdicas. Finalmente, de mosaicos, temos apenas uma ténue menção em Castelo 1 e a recolha de tesselas em Ladeira.

Passemos aos indicadores produtivos: notícia de peso de lagar em Torre do Ervedal 8, único local com esta ocorrência. Mós noticiam-se neste mesmo sítio e em Casas Novas. Ânforas estão presentes em Castelo 1 (?), Chafariz 1 e Defesa de Barros. Quanto a pesos de tear, temos Chafariz 1, Defesa de Barros e Casas Novas. Para já, as escórias estão ausentes das notícias.

Em resumo: um feixe de dados que aponta para um conjunto de unidades rurais dotadas de uma relativa monumentalidade, embora ainda estejam ausentes os elementos mais genericamente considerados, como colunas, capiteis, mosaicos e estuques. Mas de um modo geral, os sítios de Avis apresentam pautas de registos materiais reveladores de uma certa capacidade aquisitiva. Não podemos, neste momento, falar de *materiais de prestígios* ou de *gosto urbano*, mas existem efectivamente elementos caracterizadores das *villae*, com o seu expoente máximo na ara de Defesa de Barros, efectivamente uma peça de requinte e erudição significativas. Mais, a oferta de Threpto indica uma situação em que existe um investimento considerável em uma peça que se destina a honrar um acontecimento relativamente secundário (ou pelo menos como tal visto na óptica do investigador, pois nunca saberemos se foi a descoberta do manancial que afinal viabilizou algum tipo de investimento no local), a descoberta de uma nascente de água, querendo isto dizer que existem recursos aplicáveis naquela situação concreta.

Quanto aos indicadores económicos, ou de exploração, verifica-se que quase todos os sítios apresentam elementos que cobrem o leque de actividades tradicionalmente considerado. É certo que há uma curiosa inexistência dos elementos que temos vindo a encontrar assiduamente, em especial mais a Norte: os pesos de lagar (tirando Entre Águas, reaproveitado no templo cristão), quase omnipresentes em múltiplas *villae*. Mas dispomos de um lote de outras presenças, como pesos de tear, *dolia* e mós, além de ânforas, que denunciam a vitalidade das redes comerciais. Ou seja, um território plenamente inserido nos circuitos de troca (apesar da escassez dos conjuntos artefactuais para já noticiados) e plenamente votado a uma intensa exploração agro-pecuária do espaço envolvente.

Em resumo: um conjunto de ocorrências plenamente conforme aos que encontramos em territórios mais a oriente, mas distante do que encontramos no espaço geográfico da bacia do Tejo, a ocidente (concelhos de Ponte de Sôr, Gavião e, fora desta área de estudo, Mora). É certo que esta repartição não se faz de forma homogénea, mas tem uma fronteira natural: a ribeira de Seda, pois os sítios com o registo material analisado estão todos para Este desse curso de água. É nas freguesias de Avis, Benavila, Alcórrego ou Ervedal, que encontramos os sítios arqueológicos que apresentam as características mencionadas, e não em Valongo ou Aldeia Velha, por exemplo. E este dado é, também, interessante, porque o curso de água configura aqui um limite que não é meramente cultural mas influi na expressão material dos sítios.

Portanto, o concelho de Avis apresenta um cariz específico na distribuição de sítios, uma situação que certamente o desejável progresso da investigação já em curso poderá confirmar ou infirmar. Aqui, sem uma rede viária organizadora ou sem um elemento que estruture a rede de forma concêntrica (e refiro-me a um centro urbano ou agregador), delineia-se um quadro bastante disperso e heterogéneo, com alguns agrupamentos de sítios que estariam certamente motivados por recursos específicos (nichos de exploração em torno de manchas de solos férteis ou de pontos hídricos), mas onde não se distingue uma

arquitectura do povoamento estratificada. O dado mais relevante reside então na implantação de sítios potencialmente considerados como *villae* nesta paisagem dispersa.

Outro foco de informação interessante reside na presença epigráfica, que é substantiva para um concelho onde a investigação arqueológica se tem processado de um modo pouco profundo. Temos quatro epígrafes, todas alocadas a sítios concretos: Entre Águas, Castelo 1, Defesa de Barros e Ladeira. A impressão mais significativa reside na variabilidade antroponímica: duas manifestam presenças autóctones: a *Lobesia* filha de *Lovesius*, em Entre Águas e *Rufinus* filho de *Rufus*, em Castelo, sendo que aqui o cultuante, embora se apresente com onomástica indígena, identifica-se ao modo latino. Aliás, a epígrafe de Castelo é culturalmente muito relevante, como já tive ocasião de comentar[110], pois aqui temos uma divindade do *fundo local* cultuada por um elemento do *fundo local*, que no entanto se apresenta como um devoto que age de acordo com os preceitos e normas latinas (embora a epígrafe apresente uma óbvia rusticidade). Temos aqui claramente mais um exemplo de *revestimento cultual* que a romanização levou a este território. Também por este facto, seria extremamente importante localizar o santuário de *Band- Saisabro* para se perceber se este *revestimento* atingiu a própria dimensão arquitectónica do local de culto.

Regressando aos antropónimos, temos ainda o exemplo de Ladeira, com *Threpto* fazendo o seu voto a *Fontanus*, e explicitamente auto-identificando-se como *SER(vus)* de *Caius Appuleius Silonis*. Aqui, o elemento mais curioso reside precisamente nesta auto-nomeação servil, demonstrando a existência de redes sociais muito precisas e implementadas. Threpto seria um *villicus* de Silão, funcionando a Ladeira como sede de exploração agrícola, destinando-se a água da fonte a fins de regadio? E estaria Silão residindo na *villa*, em outra *villa*, ou seria um *dominus* absentista por residir em um qualquer centro urbano? Acrescente-se o facto de Threpto[111] ser um antropónimo que ocorre nesta área geográfica, neste caso como *servus* de um possível cidadão itálico. Como é evidente, os conteúdos epigráficos desencadeiam um conjunto de leituras (hipotéticas) sobre o sítio em causa que se espera possam vir a ser esclarecidas com o decorrer das escavações no local.

Resta-nos a peça de Defesa de Barros, um exemplar notável pela delicada decoração escultórica e na simbologia erudita que demonstram um requintado gosto por parte do encomendante. Aqui temos *C(alpurnius?) Alexander*[112] e *Cal(purnia?) Hegesistrate*, este um antropónimo deveras raro. O facto mais relevante reside na denominação, de origem helénica, o que pode indicar uma de três situações: uma proveniência daquela região (situação provável, tendo em conta a transmissão do nome), um modismo (bastante frequente na época) ou a presença de libertos (com atenção para a magnífica expressão plástica, embora aqui com uma notável contenção e sobriedade para o geralmente conhecido neste grupo social). Seja qual for a hipótese correcta, obriga-nos a olhar para o sítio de proveniência como uma *villa* que seria urgente conhecer, quer pela possibilidade de relacionarmos a cultura material (aqui entendida em sentido lato) com esta peça, quer para que se perceba a razão de, em momento já avançado, aqui ser erguida uma igreja. Em lugar de ser construída no meio do edificado do monte, como é natural nesta região, a implantação do templo coincide precisamente com a sobreposição à estrutura pagã, ficando assim a igreja no descampado em que actualmente se encontra. Provavelmente o edifício romano seria ainda bem visível, ou certamente teria algo que levou à necessidade de o recobrir, de o integrar na esfera religiosa (aliás, os pavimentos de *opus signinum* ainda hoje afloram).

Encontramos este fenómeno da cristianização de sítios anteriores também em Entre Águas, indicando que estes locais seriam ainda, de alguma forma, simbolicamente muito

110 Carneiro, 2009: XIII.

111 Threpto: Mérida (ILER 6205); Threptario, Merida (HAE, 1008). A designação é de origem grega; um elemento curioso se pensarmos na epígrafe vizinha de Defesa de Barros.

112 Sendo de destacar a escassez de denominações de *Alexander*: na Lusitânia apenas quatro, ocorrendo também na capital provincial (AE 1982: 484), Condeixa-a-Velha (FE 24: nº 109) e na zona de Tavira (IRCP nº 395).

relevantes – embora no sítio próximo de Benavila haja a particularidade de a epígrafe ter ficado bem exposta, na traseira do templo mas voltada para o caminho de passagem. Portanto, poderemos deduzir que a pervivência destes sítios terá sido longa, pelo menos enquanto marcos na paisagem.

Torna-se no entanto muito complexo percepcionar o que terá ocorrido ao espaço avisense entre o final do Império e a chegada muçulmana. Já discuti o modo como este parece ser um território periférico e de algum modo autónomo na sua organização, sem depender de uma rede viária consolidada ou de focos de potenciamento da estrutura de ocupação territorial. Portanto, poderemos pensar em que este seria um espaço onde ocorresse o *esvaziamento* típico da Antiguidade Tardia, dada a sua posição excêntrica à rede de povoamento principal.

E de algum modo tal poderá ter acontecido, pois a única ocorrência tardia parece ser a necrópole de Carapeta, onde poderemos pensar em enterramentos do século III em diante. Como se vê, o conceito de *tardio* é aqui muito relativo, pois poderemos estar ainda em órbita plenamente imperial. Mas a verdade é que a escassez de dados tanto pode ser interpretada como uma situação pontual, derivada da investigação, como um sintoma do que efectivamente ocorreu. E neste momento, após as visitas aos sítios, não existe qualquer dado sobre o povoamento de Avis a partir do século IV.

4. Concelho de Borba

O concelho de Borba apresenta-se como um dos de menor extensão territorial na área considerada. Apenas 145 km^2, distinguindo-se ainda por uma grande superfície ocupada pelos seus núcleos urbanos: Borba, Orada e Rio de Moinhos como os principais pontos a considerar. Desta forma, poder-se-ia pensar que a realidade arqueológica seria simples, linear e reduzida.

Não é assim.

Borba apresenta um conjunto de valências que, em época romana, foram determinantes para a polarização de pontos de povoamento em espaço tão circunscrito. Desde logo o facto de a maior parte do concelho ser atravessada pelo anticlinal marmóreo de Estremoz, cuja exploração terá sido intensa, embora obliterada pela industrialização registada do século XX, sendo ainda hoje (apesar do declínio recente) um dos principais sustentáculos económicos do concelho.

Todavia, o concelho apresenta uma assinalável diversidade geológica, não se circunscrevendo apenas aos afloramentos de âmbito calcáreo. Borba situa-se em área de transição, e aqui assistimos à progressiva passagem dos acentuados relevos originados pelos contrafortes da Serra d'Ossa para as igualmente vigorosas (mas correndo a cotas baixas) paisagens de xisto da freguesia da Orada. A diversidade geomorfológica é um dado a ter em consideração, criando uma grande vitalidade nos elementos paisagísticos, e uma assinalável gama de recursos económicos e agrícolas aos quais recorrer. Embora pequeno, o concelho apresenta uma relevante heterogeneidade, com cambiantes paisagísticas que rapidamente se alteram e criam um ambiente muito diversificado.

Do ponto de vista dos recursos económicos, além do mármore, elementos importantes terão sido os recursos minerais, que se sabem ter existido em alguns pontos do concelho[113] e que poderão ter possibilitado alguma relevância económica. Também na freguesia de Rio de Moinhos se conhecem algumas minas e zonas de escoriais, indicando uma exploração antiga de minérios, embora a sua alegada cronologia romana seja para já incerta[114]. Em outro âmbito, também junto à cidade, sede de concelho, se conhecem

[113] Existem notícias antigas que apontam para a exploração de pedras semipreciosas no Outeiro da Mina e da exploração junto à vila de "minas de sulfureto de chumbo, prata, cobre e manganez", de acordo com Ribeiro, 2003: 47 (com referências anteriores).

[114] "3.6. Minas [...] Destaca-se o Tuno, vala ou galeria nas imediações dos Vilares (25), por ter sido reaproveitada como ponte [*sic*, o autor refere-se a fonte]. Por outro lado, a mina do Batanete (43), de todas

nascentes de água com propriedades alegadamente salutíferas[115], embora, pelo menos a abundância do manancial aquífero, seja avaliável pela Fonte das Bicas que polariza a praça da cidade.

Neste âmbito o concelho de Borba apresenta-se como um espaço densamente irrigado, com grande profusão de aquíferos que permitem o estabelecimento humano e uma intensa prática agrícola. Dois cursos de água se destacam pelo volume do seu caudal: a ribeira do Lucefece, a sudeste, que funciona como um separador natural entre as pendentes da Serra d'Ossa – de onde recebe o maior volume de escorrências, que em alguns momentos ali afluem desordenadamente, originando um volume de água bravio e de muito difícil gestão – e o território mais interior do concelho; e a ribeira de Borba, que domina uma área importante do território, para onde desembocam os escoamentos a Este, e que nasce quase junto ao núcleo urbano. Temos ainda a ribeira de Alcaraviça, embora mais irregular, mas que funciona como ordenador da área norte, correndo progressivamente mais encaixada à medida que se aproxima da freguesia de Veiros. Ao longo deste curso orientam-se várias antigas azenhas que demonstram a importância económica da ribeira, que também origina férteis várzeas da qual beneficia, por exemplo, a *villa* de Zumbrete, implantada muito próximo do seu traçado.

Estas condicionantes locais propiciam uma rica variedade de aptidões pedológicas e de valências várias a nível económico. Embora pequeno em dimensão, o concelho de Borba é um reconhecido pólo económico de excelência na produção agrícola. Inclusivamente, como demonstrou João Miguel Simões[116], foi a reorientação de um perfil económico assente na cerealicultura, para a aposta na produção vitivinícola, que reactivou a exploração marmórea no século XVII, permitindo a fixação local de um conjunto de artífices fortemente especializados em diversas artes, que viram nos gastos sumptuários a melhor forma de investir os seus proveitos. O dado mais curioso – fazendo uma analogia com a época em estudo, embora com as necessárias cautelas – reside no modo como a praga da filoxera em finais do século XIX obrigou a uma nova reorientação estratégica, diversificando explorações e conduzindo a uma aposta económica na produção de azeite de elevada qualidade. Entre o cereal, o vinho e o azeite, temos uma sucessão de vocações agrícolas que, também em época romana, poderão ter encontrado um outro momento de convergência.

Em leitura geral trata-se portanto de um concelho pequeno, heterogéneo, rico nas suas ocorrências, e muito diverso no leque de valências naturais que apresenta. Tem ainda uma outra particularidade, a de estar claramente orientado em eixo norte/sul, parecendo "entalado" entre os seus vizinhos, o que se deve à existência de uma separação – até do ponto de vista natural, com a passagem da Serra de Alcaraviça, um obstáculo natural – entre as freguesias mais a sul e a de Orada, que se estende já inserida em quadro natural muito diverso.

Trata-se de um concelho que motivou a fixação de uma elite económica e cultural bastante activa, mas funcionando de uma forma que não direccionou o seu olhar para o património histórico-arqueológico.

Em momentos recuados algumas notícias existem sobre elementos do concelho, mas são demasiado imprecisas e eivadas de elementos mitológicos para que possam ser avaliadas com rigor[117]. Na verdade, é apenas a realização do Plano Director Municipal de 1993 que conduz a uma melhor definição do património arqueológico do concelho, motivando a realização de alguns trabalhos de campo e de sistematização da informação

---

elas, a mais complexa em termos de estrutura. [...]" (EMDEME (1993), texto da autoria de Manuel Calado, Plano Director Municipal E.A.3.2. Património Arqueológico, p. 14). A cronologia de exploração é geralmente atribuída à época romana, mas na proximidade de alguns destes e de outros pontos encontram-se por vezes sepulturas escavadas na rocha.

115 Ribeiro (2002), *Plano de Pormenor de Salvaguarda da zona antiga de Borba,* p. 21, com referências.

116 2007, em especial 11 a 28.

117 Listadas em Ribeiro, 2003: 48, nota 4.

dispersa que irá conduzir à identificação de 64 pontos no território concelhio. Destes, um lote de 23 são individualizados como tendo ocupação em época romana. Todavia, dos sítios é feita apenas uma sumária listagem, reforçada com indicação cartográfica; de alguns verifica-se que a sua atribuição à época romana não é segura nem conclusiva, e sobre alguns outros a menção não é minimamente explícita. Apresenta ainda o problema de a freguesia de Rio de Moinhos se encontrar sobre-valorizada em relação às restantes, sobretudo a Orada, criando desequilíbrios na leitura cartográfica[118].

Em momento posterior são promovidas duas acções com vista ao conhecimento do passado romano do concelho, ambas integrados no Gabinete Técnico Local e promovidos pela arqueóloga Ana Ribeiro. O primeiro consubstancia-se no projecto intitulado *Programa de Estudo Arqueológico do Concelho de Borba*, e o segundo reflecte-se na escavação da *villa* da Cerca, então ameaçada pela expansão do núcleo urbano de Borba e que posteriormente irá também ser intervencionada por Artur Rocha, antes de ser destruída. Dos dois projectos, irá ser publicado um artigo que reúne os principais dados e que constitui até ao momento a visão de conjunto possível sobre o passado romano do concelho[119].

De 2003 para cá não existem mais dados a reter sobre acções tendentes ao conhecimento do património arqueológico de Borba.

Sítios e comentários

04.01. Vale de Zebro

CMP 412

Sítio cartografado no PDM concelhio (nº 3) como apresentando materiais de superfície, tendo os trabalhos de campo confirmando estas indicações. Maior quantidade de lajes de xisto (material autóctone) que no restante terreno, indicando a sua utilização em construções, pois apresentam-se em lâminas talhadas. Pequeno sítio com mancha de imbrices e tegulas em área limitada, sobranceira a curso de água hoje represado.

04.02. Zumbrete

CMP 426

Cartografados dois sítios no PDM de Borba, mas na realidade trata-se de um único ponto de povoamento, por sinal de grande extensão.

Villa romana com cerca de dois hectares, ocupando uma plataforma já em terraço fluvial próximo da ribeira, no terço inferior da encosta, o que não lhe permite desfrutar de grande visibilidade para a envolvente. Nota-se com grande clareza a área de implantação estrutural, quebrando o declive da encosta e sobre-elevando-se em relação à envolvente, sendo aqui que ocorre a maior densidade de vestígios de superfície. Infelizmente, a surriba original, e as lavras anuais para manutenção da vinha que aqui se encontra, têm conduzido a lesivas acções de revolvimento do sítio.

O sítio foi visitado em três ocasiões, permitindo a recolha de uma importante massa informativa. Grande densidade de materiais, sobretudo na plataforma: tegulas de muito bom fabrico, com ângulos bem marcados e pastas depuradas; imbrices; um tijolo de quadrante e tijolos de *suspensura*; tijoleiras de pavimento, algumas com marcas de *caliga*. São visíveis pedras com argamassa, blocos de *opus signinum* e nódulos de argamassa. Encontram-se bastantes fragmentos de mármore, incluindo uma base de coluna muito fragmentada, com talvez 50 a 60cm de diâmetro.

Nas cerâmicas encontram-se vários fragmentos de *dolium*, de ânforas de fabrico lusitano, de *terra sigillata* hispânica e africana clara D, e ainda um de cerâmica de paredes finas de fabrico emeritense. Foram encontrados dois pesos de tear e numerosos blocos de escória. Foi ainda encontrada uma tampa em xisto. Finalmente, nos elementos marmóreos

[118] Observe-se por exemplo que a na CMP 412, onde se encontram alguns dos melhores solos e terraços fluviais, apenas se encontra registado um sítio, Vale de Zebro.

[119] Ribeiro, 2003. No já referido *Plano de Pormenor de Salvaguarda da zona antiga de Borba* surgem listadas com maior desenvolvimento as actividades desenvolvidas pela arqueóloga no âmbito do GTL.

há a registar uma placa moldurada em mármore e um elemento escultórico em mármore, um fragmento de perna.

Na encosta a Norte, existem condições para a existência de uma barragem.

Apesar da densa mancha de materiais, o sítio poderá encontrar-se ainda em razoável estado de conservação, pois os elementos estruturais visíveis à superfície não são muito significativos, predominando antes uma rica cultura material que deixa entrever ser este um dos sítios de mais elevado potencial desta área regional.

Referência: PDM Borba nº 12; Processo IPA 2002/1(128): 11[120].

04.03. Moinho do Zurrague[121]

CMP 426

Também situado em vinha. Materiais muito escassos e dispersos, sem que seja possível determinar uma mancha mais concentrada. Alguma cerâmica de construção, incluindo tegulas. Possível pequeno sítio, muito afectado por lavras.

04.04. Freixo

CMP 426

No topo da elevação fronteira à *villa* de Zumbrete encontra-se um sítio com materiais muito dispersos: unicamente imbrices, tijolos e alguns fragmentos de *dolia*. Mancha de 2000 m^2, muito dispersa, mas também muito alterada e mexida pelo plantio da vinha existente, que aqui rasga o afloramento. Foi encontrado um percutor.

Tem um enorme campo visual para todos os lados menos para Oeste, em que algumas elevações cortam a visibilidade. Muito exposta a norte.

Difícil de determinar a tipologia do local, dada a implantação tão atípica, e não foram encontrados elementos que confirmem inequivocamente a sua atribuição à época romana.

Referência: PDM Borba nº 13.

04.05. Sr.ª dos Convertidos

CMP 426 / CNS 543

Referências antigas à existência de um sítio romano de grandes dimensões em torno do templo cristão (um dos vários que se encontram, isolados na paisagem, nesta zona de Alcaraviça). O sítio foi prospectado em várias ocasiões sem que nada fosse encontrado, embora a propriedade aqui se encontre muito dividida e nem sempre seja de fácil acesso.

Referência: Processo IGESPAR 86/1(115).

04.06. Cerca

CMP 426 / CNS 10786

Villa romana com uma história recente muito atribulada. Ameaçada pela expansão urbana da cidade, foi intervencionada em primeiro momento por Ana Ribeiro, que aqui realizou uma escavação em sondagem que, pelos resultados, depois se ampliou para *open area*. Desta fase resultou a publicação dos primeiros resultados em artigo mais amplo[122]. Em processo conturbado, o sítio foi entregue a Artur Rocha, que em 2004 efectuou algumas sondagens que todavia não trouxeram qualquer avanço na leitura do local, dada a escassa área disponível na opção metodológica tomada. Da mesma forma, desta segunda fase não resultou qualquer publicação. Aparentemente, de então para cá o local foi entregue à sua sorte, eventualmente sacrificado pela prevista realização de loteamentos na área de implantação.

---

120 Na fotografia 17 está representado um molde de lucerna que então foi aqui recolhido; na fotografia 18 encontra-se um fragmento de terra sigillata clara D decorado com círculos concêntricos.

121 Designado no PDM (nº 11) de Borba como "Zambrete" e descrito como habitat, preferi a designação de Moinho do Zurrague por ser este o topónimo mais próximo.

122 Ribeiro, 2003.

Desta forma, escrever sobre o local é uma tarefa complexa, porque em rigor nenhuma área estrutural foi claramente identificada, e porque a compreensão da unidade de povoamento não ficou completa.

A *villa* já havia ficado afectada pela construção de um loteamento na década de oitenta, que a terá rasurado em medida incerta. As futuras escavações vieram a revelar a superficialidade estrutural, o que muito terá contribuído para a erosão e depredação do local.

Na sondagem 1 foi recuperada parte da planta de um edifício que apresenta absides geminadas, revestidos interiormente a estuque de cor branca[123]. Não é fácil perceber a que tipo de edifício pertenceriam, mas certamente a uma estrutura áulica, revestida parcialmente a mosaico, aparentemente monocromático de cor branca. Este pavimento sobrepunha-se a um outro em tijoleira, que se encontrava sobre um outro em *opus signinum*, testemunhando-se assim uma sobreposição estrutural, demonstrando o que parece ser um rápido ritmo de remodelações e de beneficiações neste espaço. Infelizmente, contudo, e apesar do mosaico, não é claro o ambiente estrutural que aqui decorreu. Um outro mosaico, em área anexa, apresentava já tesselas policromáticas.

Em intervenção posterior, não especificada, menciona-se que "Foi identificado, de igual modo uma possível estrutura hidráulica (caleira e tanque)"[124]. Não é claro se é a este contexto que se refere "um muro/parede e um pavimento de *opus signinum* revestido com mármore em muito bom estado de conservação."[125] Em outro ponto, "Na sondagem XCIX/104 as áreas construtivas - não interpretadas – apresentam uma ligeira alteração nos eixos construtivos, denunciando dois momentos. A mesma sucessão verificou-se na Sondagem CII-CIII/100-101."[126]

Em resumo, portanto, não é clara, nem adiantada pelos autores das intervenções, a planta estrutural dos ambientes, sendo porém assumido que se trata de um sítio com uma diacronia complexa, eventualmente com um momento de profunda remodelação entre o Alto e o Baixo Império. Resulta relevante que na passagem da primeira para a segunda fase de intervenção não se note uma continuidade interpretativa, ou o propósito de adicionar informação ao conjunto já obtido, ou seja, a segunda fase decorreu sem qualquer articulação com a primeira, inviabilizando ainda mais a leitura estrutural.

Dada a superficialidade estrutural, o espólio foi relativamente escasso e sem a devida leitura estratigráfica. Apenas na notícia de 2003 se faz menção aos materiais recolhidos, estando essa situação ausente das memórias posteriores.

O espólio parece estar plenamente inserido em ambiente doméstico de recorte urbano. Numerosos fragmentos de *terra sigillata* e de cerâmica de paredes finas, "moedas, um alfinete de cabelo em osso e escassos fragmentos em vidro"[127]. Destaca-se a proporção de *terra sigillata* com 157 registos em 543, um total muito significativo, e indiciador de um sítio com uma capacidade aquisitiva significativa.

O que foi o sítio da Cerca não é possível determinar em face de informação tão fragmentária. A planta aponta para um conjunto de compartimentos, dois deles absidados, eventualmente desenvolvendo-se em patamares, conforme a topografia do local sugere.

Uma epígrafe funerária daqui proveniente sugere a existência de um espaço de necrópole[128].

123 Ribeiro, 2003: 51.
124 Rocha, 2004: ficha de sítio.
125 Rocha, 2004: 23.
126 Rocha, 2004: ficha de sítio.
127 Ribeiro, 2003: 52.
128 Alfenim & Encarnação, 1997 (*FE* 56).

04.07. Vilares

CMP 426

O PDM menciona "Vestígios de provável "villa" romana."[129] Surge também mencionado em projecto posterior como "[....] profundamente afectada pelos trabalhos agrícolas [...] materiais de superfície são escassos [...]."[130] Apesar da indicação cartográfica, o local não foi relocalizado, parecendo possível que a construção da estrada e de algumas casas o tenha severamente destruído.

04.08. Louseira

CMP 426 / CNS 539

Em ambiente de afloramentos de xisto e de núcleos de sepulturas escavadas na rocha existe a notícia de "2 sepulturas de inumação definidas por ortóstatos de mármore; recuperou-se espólio osteológico e objectos de bronze. Destruída."[131]

Outra referência: Processo IPA 86/1(115).

04.09. Travassos 2

CMP 440

Menção pouco representativa: "Área com materiais romanos de superfície."[132] O local não foi relocalizado.

04.10. Raposeira

CMP 440

Mina entulhada, com poço e galeria, e que actualmente não se encontra visível. A sua cronologia romana é estimada mas não segura, podendo ser posterior.

Referência: PDM Borba ficha nº 38.

04.11. S. Gregório

CMP 440

Materiais romanos pertencentes a um pequeno sítio e que se misturam com outros mais recentes, provenientes da aldeia próxima. Trabalhos de plantio de uma vinha tê-lo-ão danificado severamente.

Referência: PDM Borba ficha nº 40.

04.12. Laranjal

CMP 440 / CNS 542

Junto a uma ribeira, em terraço fluvial, estariam materiais romanos pertencentes a um sítio de tipo indeterminado, com menção à existência de uma mina de poço e galeria. O local foi visitado, mas o uso actual da propriedade impediu uma avaliação correcta.

Referência: PDM Borba ficha nº 42.

04.13. Nogueiras

CMP 440

Sob o ponto de vista dos conteúdos apresentados, este é um dos sítios mais interessantes desta sub-área regional, e que merece um olhar muito atento. Todavia, para a sua compreensão é necessário ampliar o espectro da análise.

Encontra-se próximo de uma grande estrutura conhecida por Horta do Forte ou Castelão das Nogueiras, hoje assinalavelmente destruída e tapada por limpezas de terrenos, devidos ao plantio de uma vinha. Este sítio, alegadamente escavado mas não publicado, testemunha um primeiro momento de ocupação romana republicana no local. Na

129 PDM Borba ficha nº 25.
130 Processo IPA 2002/1(128): 12.
131 PDM Borba ficha nº 30.
132 PDM Borba ficha nº 48.

fotografia aérea ainda se encontra, mais a Sul, uma mancha perfeitamente quadrangular (mas sem evidências no terreno, também devido à vegetação que cresce abundantemente porque o local se encontra em pousio) que talvez corresponda à passagem do ponto de povoamento do recinto fortificado para uma primeira instalação, eventualmente em pequena *villa* ou casal agrícola, predecessora das Nogueiras.

Subindo o curso da ribeira do Álamo, as imagens mostram também uma possível barragem fóssil que corta o curso da linha de água. Finalmente, ainda mais a montante (Horta Nova) encontram-se as antigas pedreiras de cantaria, com as linhas de extracção bem visíveis, e que foram poupadas pelas explorações modernas. Por aqui, segundo informações orais recolhidas[133], existiam nos anos oitenta um bloco de mármore picotado (onde se marcou o limite do bloco a extrair mas não se iniciou o seu talhe), mós inacabadas, um pé de altar visigótico, capiteis e colunas inacabados.

Quanto ao sítio. A *villa* situa-se na quebra da encosta, à esquerda do caminho de entrada da propriedade, em zona de plataforma sobre-elevada a meio da encosta virada a oeste (correspondendo o patamar certamente ao edificado romano). Tem amplo domínio visual para a Serra d'Ossa.

Encontra-se muita escória no caminho de acesso, e inclusivamente o terreno é aí mais escuro. Os vestígios ocupam cerca de dois hectares, com *opus signinum*, blocos de mármore trabalhado, fragmentos de ânforas lusitanas, *terra sigillata* galo-romana, hispânica e africana Clara D (um bordo denteado), *dolium* e cerâmicas de construção (tegulas, imbrices e tijolos de *suspensura*). Grande concentração de vestígios, apresentando elevada densidade. Junto ao ribeiro a Norte encontra-se uma grande laje de mármore[134].

No lado oposto da estrada, na plantação da vinha, no decorrer de trabalhos agrícolas surgiram colunas, e uma espécie de pia baptismal em mármore. Por isso existe aqui a lenda de uma igreja. Por aqui encontram-se alguns materiais dispersos, nomeadamente cerâmica de construção e alguma escória. Todavia, estão muito fragmentos e dispersos, sem que se perceba uma concentração. Portanto, claramente o núcleo principal do sítio encontra-se na margem oeste da estrada, podendo este corresponder a um momento posterior.

A interpretação do local como *villa* parece a proposta mais aceitável, tendo em consideração também a delimitação quase perfeita que se consegue da área edificada. Embora muito danificada pelo plantio do pomar que aqui se encontra, o sítio poderá ter resistido bem, não se observando pedras ou elementos de construção arrancados. Os indicadores de monumentalidade estão referenciados, e a cultura material do local demonstra uma inequívoca inserção nos circuitos de abastecimento comercial. O elemento mais relevante para a investigação, contudo, reside na correlação espacial que pode ser estabelecida com pontos de povoamento e evidências anexas, como o Castelão, o edifício quadrangular, a suposta igreja (e assim teríamos uma longuíssima diacronia de ocupação), além da possível barragem e das pedreiras. Sendo assim, a interpretação do local como uma *villa marmoraria* torna muito aliciante qualquer iniciativa que possibilite um melhor entendimento do local, sendo que as escórias que recobrem o solo poderão estar ligadas com esta actividade (manufactura de ferramentas, por exemplo), ou com as notícias de minas que no redor se encontram.

Referências: PDM Borba ficha nº 50; Processo IPA 86/1(115); Processo IPA 2002/1(128).

04.14. Defesa de Cima 1

CMP 440 / CNS 5013

Sítio referenciado no PDM concelhio como apresentando "vestígios de habitat: tegulae, imbrices, lateu [*sic*]; cerâmicas comuns". Não foi relocalizado, embora a área cartografada fosse prospectada. Notícia de recolha de vidros.

Referência: PDM Borba ficha nº 53; RP 6/264; Alarcão, 1971: 39.

133 Incluindo de Jorge de Oliveira, a quem agradeço.

134 Tem formato rectangular, uma das superfícies picada e no verso uma superfície mais lisa com o que parece ser uma depressão de soleira de porta. Comprimento 154cm, largura 91, espessura 14cm.

04.15. Defesa de Cima 2

CMP 440

Situado junto ao Monte da Defesa de Baixo, apesar da denominação toponímica atribuída. A área cartografada foi percorrida por mais de uma ocasião, sempre com excelentes condições de visibilidade. As informações apontavam para "Restos de uma "villa" romana, com abundantes materiais de superfície." Nenhum indicador foi registado. Eventualmente o recente plantio de sobreiros pode ter conduzido ao apagamento dos "abundantes" vestígios.

Referência: PDM Borba ficha nº 56.

04.16. Defesa de Baixo

CMP 440

Necrópole romana, actualmente em ponto não identificado. Notícias antigas sobre a recolha de uma epígrafe[135]. Eventualmente o local onde foi recolhido um recipiente de vidro proveniente de uma sepultura de incineração[136].

Referência: PDM Borba ficha nº 58; RP 6/266.

Comentários gerais

Mesmo considerando o facto de o concelho de Borba apresentar uma área relativamente circunscrita, e com severas limitações ao trabalho de campo (propriedade mais repartida, extensas áreas de extracção de mármore, zonas de agricultura intensiva), sobressai o relativamente baixo número de registos considerados. Olhando com mais atenção, a maioria organiza-se em torno de Rio de Moinhos, identificados no âmbito do PDM local. Para o estudo em apreço, alguns deles não foram relocalizados, certamente devido às alterações no uso do solo, e a eventuais destruições, o que de qualquer modo impede a possibilidade de se avaliar o perfil funcional dos sítios, e ainda de completar os descritores face às sintéticas menções do referido PDM.

Desta forma, sobre a malha de povoamento romano, continuam válidas as palavras escritas em 2003: "Esta realidade é, no entanto, mal conhecida, uma vez que os dados até agora disponíveis resultam de acções pontuais, orientadas segundo diferentes objectivos e modos de concretização, nunca tendo sido desenvolvido um plano sistemático de prospecções"[137] apesar das intenções de alguns investigadores. Os dados são por isso fragmentários e assimétricos.

Para a arquitectura do povoamento resulta relevante a confirmação da existência de três grandes *villae*, ficando por confirmar outros pontos de povoamento interpretados como tal, mas não localizados. Todavia, os três sítios apresentam diferentes conteúdos: Zumbrete, uma unidade que parece muito vinculada à exploração agro-pecuária da envolvente, embora com sinais de monumentalidade e requinte decorativo; Cerca, um local cuja hipótese de investigação se parece infelizmente ter perdido mas que, embora severamente mutilado, parece apresentar também elementos de gosto urbano muito significativos; e Nogueiras, cuja relação com a exploração marmórea parece evidente. Os três distribuem-se de forma muito espaçada (Zumbrete a Norte, Cerca no centro e Nogueiras na faixa Sul), mas esta aparente repartição equilibrada deverá ser ilusória, ficando por confirmar com uma possível melhor aferição dos outros sítios em falta. Pelo menos

---

135 "1. Pedra com lettras
Na herdade da Defesa de Baixo, proximo de Bencatel (Alemtejo), appareceu ha annos, segundo me disse o Sr. João Joaquim Catalão, do Redondo, uma «pedra-marmore lavrada e com lettras». Não pude saber mais nada, nem tambem se a pedra se conserva nessa herdade, ou se foi para o proximo convento da Luz. [...]." (Vasconcellos, 1895a: 64).

136 Nomeado todavia como "Defesa de Cima: Alarcão, 1971: 39, RP 6/264.

137 Ribeiro, 2003: 47.

Vilares, Congregados e Defesa de Baixo poderão ser acrescentados a este lote, acaso venham a ser localizados no futuro.

Um dos melhores exemplos do desequilíbrio existente é a ausência dos pontos de povoamento intermédios na pirâmide arquitectónica. Dos locais registados, nenhum pode ser enquadrável na categoria "casal". Existem as já referidas *villae* e depois um conjunto de pequenos sítios, concentrados em áreas específicas, o que certamente se deve ao decorrer da investigação. Mas os casais, os pontos de exploração agro-pecuária, caracterizados por vestígios de superfície já significativos, e sobretudo, com elementos vinculados à base económica de cariz agro-pecuário (mós, pesos de lagar, pesos de tear...) não se encontram registados. O vazio é surpreendente, pois estamos perante um território rico e afamado do ponto de vista agrícola, onde inclusivamente a tríade mediterrânica de produção tem todas as condições para o pleno desenvolvimento, aliás confirmado pela história recente.

Deste modo não temos indicadores de cariz agro-pecuário, à excepção dos pesos de tear encontrados em Zumbrete. Mais uma vez destaco que esta ausência é surpreendente, embora se tenha de ter em consideração o estado embrionário da investigação.

A importância da exploração do mármore encontra-se bem comprovada no eixo Nogueiras/Horta Nova, parecendo que nesta *villa* temos uma unidade de exploração de âmbito privado claramente vocacionada para o aproveitamento deste recurso económico. Seria muito importante intensificar a realização de prospecções no local, correlacionando-se com outros pontos de povoamento envolventes (aparentemente de épocas distintas) e também com zonas de actividades de pedreiras e de minas. Seja como for, a extracção e tratamento de mármore no local é certa, a julgar pelos numerosos blocos informes que se encontram à superfície, e pela laje picada e inacabada que ficou depositada junto à linha de água.

A utilização do mármore como elemento decorativo está também confirmada em Zumbrete, quer pelas placas molduradas, quer pelos blocos informes, quer ainda pelo elemento escultórico aqui encontrado. Em Cerca não são referidos materiais marmóreos.

A necessidade de se compreender melhor a malha de povoamento borbense é ainda avaliada por outra situação. Embora o seu traçado não esteja completamente determinado no terreno, é seguro que por aqui circula o itinerário da via XII no seu trânsito Este/Oeste. Ora, não existe nenhum ponto de povoamento claramente relacionado com este itinerário. A *villa* de Zumbrete encontra-se a média distância, mas note-se que estão ausentes os lugares habitualmente interpretados como *mutationes* ou como entrepostos de apoio ao traçado viário. Esta lacuna é notória, e é lesiva em dois planos: por um lado, impede-nos de perceber o próprio traçado da via, dada a inexistência de alinhamentos de sítios ou de uma lógica estratégica; e por outro, fractura-nos a própria percepção dos circuitos de abastecimentos e relações comerciais entre estes dois campos. Esta leitura seria essencial, também, para rastrear os próprios circuitos de escoamento marmóreo, mas infelizmente também neste campo os dados são praticamente inexistentes.

Com três *villae* apresentando indicadores relevantes, com uma malha de pequenos sítios cuja amostra indica o que poderá ser uma densa ocupação do território, e ainda com algumas necrópoles cartografadas, o concelho de Borba apresenta elevados índices de integração na esfera romana, como aliás seria de esperar pela passagem da via e pela geo-estratégia posicional (sobretudo face também ao anticlinal e aos recursos por ele proporcionados). Infelizmente, sobre a população e gentes que aqui ocuparam a paisagem, os dados são praticamente nulos. Apenas se percebe uma elevada capacidade aquisitiva, que aliás se poderá ter mantido ao longo da Antiguidade Tardia, tendo em consideração as presenças de *terra sigillata* africana em Zumbrete e Nogueiras (em Cerca os materiais não são descriminados).

Para os momentos tardios são estes os únicos dados que existem, a par dos "fragmentos de elementos arquitectónicos" paleocristãos reconhecidos em Nogueiras e

eventualmente concordantes com as lendas sobre a existência de uma igreja[138]. Desta forma, os dados não permitem uma análise mais profunda, embora os diversos núcleos de sepulturas escavadas na rocha demonstrem uma presença humana estabilizada durante os momentos posteriores.

5. Concelho de Campo Maior

Uma unidade territorial que apresenta um volume de informações muito estimulante, mas de algum modo também complexo e difícil de tratar. Embora não tenha atraído a atenção dos investigadores na escala que outros concelhos vizinhos apresentam, aqui decorreram já iniciativas muito relevantes. Foi estruturado um projecto de investigação específico sobre a rede de povoamento romano – no âmbito do PNTA/98, intitulado *Vias de Comunicação e Estratégia de Povoamento Romano: o Nó Viário de* Ad Septem Aras[139] - e foram realizadas escavações nos sítios de Defesa de S. Pedro, de S. Salvador e em Herdade das Argamassas, neste ultimo caso no âmbito de um projecto de investigação que se pretendia extensiva e plurianual, escapando às contingências das intervenções de salvamento que de algum modo caracterizam o panorama geral da arqueologia.

Sob a perspectiva do trabalho produzido, o concelho de Campo Maior poderia neste momento apresentar uma posição invejável no grau de conhecimento e conteúdos relativos à presença romana no Alto Alentejo. Todavia, sobre o concelho de Campo Maior a difusão dos dados foi pouca e sempre muito sumária (geralmente sob a forma de "notícias" ou de "informações"), o que inviabiliza uma percepção enquadradora do que foi conseguido. Nesta óptica, um bom documento ilustrativo desta realidade acaba por ser o PDM concelhio: apresenta um interessante conjunto de ocorrências cartográficas na entrada relativa ao património arqueológico, mas dos sítios apenas se apresenta uma listagem sumária, sem qualquer tipo de descrição, de caracterização ou de especificação, como aliás é norma neste género de documentos de ordenamento.

A realidade arqueológica campomaiorense sempre atraiu a atenção dos curiosos ou de investigadores. Já o Cónego Novaes[140] dava notícias de importantes informações relativas à Defesa de S. Pedro. Também os vestígios de Degolados surgem mencionados em documentação antiga[141], começando então a levantar-se a hipótese de um destes locais ter sido a *mansio* de *Ad Septem Aras* mencionado nos itinerários das vias XIV e XV. Será precisamente para tentar esclarecer estas questões que, na década de noventa já do século XX, é estruturado o projecto de investigação atrás mencionado, e que consubstancia uma atenção específica que Campo Maior vinha merecendo desde a década anterior. O despoletar destas iniciativas que foram lançadas terá sido a identificação, em 1980, de uma necrópole romana na zona de expansão urbana de Campo Maior, precisamente na Defesa de S. Pedro, aquando da abertura das valas de fundação do Bairro Social do Fundo de Fomento de Habitação, mas que ocorre na sequência de outras iniciativas que conduzem, por exemplo, à escavação do povoado pré-histórico de Santa Vitória.

Durante a década de oitenta, o movimento orienta-se em duas direcções: por um lado, escavações com carácter de urgência: em S. Pedro, como já foi mencionado, com campanhas sucessivas mas sem continuidade e estruturação lógica entre si, decorrendo de forma não sequenciada até 2001; e no sítio de S. Salvador, um local ameaçado por derrocadas, devido ao leito do rio Xévora se encontrar a escavar o terraço fluvial onde a *villa* se implanta, e devido à "abertura duma vala de protecção contra incêndios" em redor

---

138 Estes "fragmentos" são mencionados por Ana Ribeiro no *Plano de Pormenor de Salvaguarda da zona antiga de Borba* na p. 53 e visíveis na fig. 54 e atribuídos a uma colecção particular, não sendo fornecida qualquer outra descrição.

139 Da responsabilidade de Sandra Brazuna Lopes e de Sofia Melo Gomes.

140 1635; também mencionado em Azevedo, 1993 (manuscrito sem data).

141 Memorias Paroquiais da freguesia de Degolados de 1758, publicadas por Azevedo (1897) e recuperadas em Saa (1959: 149 e 1967: 43, nota 1).

do Monte[142]. Aqui, os trabalhos terão uma duração mais limitada[143], deles ficando uma notícia[144]. Já fora desta dinâmica, mas também compreendendo a escavação de grandes *villae*, temos o caso de Argamassas, onde se iniciaram trabalhos promovidos por uma empresa privada, mas na qual a duração foi limitada[145]. Em 1988 realizaram-se sondagens de diagnóstico, aprofundadas mais tarde por escavações dirigidas entre 2002 e 2004.

O outro foco de atenção relativa aos testemunhos romanos de Campo Maior centrou-se na publicação do rico legado epigráfico que o concelho alberga, situação que também data da década de oitenta. Assim, são sucessivamente dados a conhecer a ara votiva da Defesinha[146], uma placa funerária de Aveleda[147], e dois marcos miliários mencionado em notícias antigas e então redescobertos, um referente a uma notícia de Estevão Azevedo[148] e outro confirmando menção nas Memórias Paroquiais de 1758[149]. O conjunto será tão significativo que, conjuntamente com outras ocorrências epigráficas, irá merecer um artigo de síntese próprio[150].

Pelo exposto se conclui que a década de oitenta constituiu um "pico" na investigação sobre o território campomaiorense. De então para cá, assistiu-se a uma apatia, que acaba por ser surpreendente tendo em conta a qualidade dos resultados obtidos e o promissor campo que se abria à investigação.

Mas essa base de trabalho, constituída por um denso feixe de conteúdos materiais, já era de algum modo previsível, tendo em consideração a posição estratégica deste território.

A visão que no mapa se obtém quase sugere Campo Maior como um "enclave" destacado em território actualmente espanhol. O concelho assemelha-se a um triângulo, que sugere um espaço avançado e descentrado, oferecendo-lhe um perfil muito assimétrico. O que motiva este adiantamento tão evidente é a existência de dois acidentes topográficos, que funcionam como barreiras naturais para a defesa do território, aquando dos conflitos com Castela: a elevação onde se ergue Ouguela, com os seus prolongamentos para sul e norte, e a curva do rio Xévora, precisamente na sua busca para ultrapassar o acidente atrás mencionado, que origina um braço mais anguloso que, devido ao estrepitoso caudal do rio em momentos de acentuada pluviosidade, transforma-o em curso de água de difícil travessia e, à sua maneira, como um obstáculo natural que a fronteira sublinha.

No restante, o território concelhio é fortemente marcado por dois cursos de água, ambos afluentes do Guadiana: a oriente o Xévora, e o seu principal afluente, a ribeira de Abrilongo, que nos seus percursos acabam por definir toda a fronteira com o território actualmente espanhol. Portanto, a fronteira delimita-se não apenas pelo vale dos rios – que aliás correm em perfil muito aberto, circulando entre terraços – mas sobretudo devido à correnteza de elevações que os marginam, como a já citada Ouguela ou, mais para montante, Cabeço do Mourato, Adães ou Misericórdia. Não se tratam de elevações de cota substancial (a arruinada atalaia de Ouguela, um pouco acima da povoação, ergue-se a 275m), mas o facto de os rios quebrarem os relevos nos seus sopés permite que, destes pontos, se desfrute de um formidável domínio visual em direcção aos territórios de Albuquerque. O sítio romano dos Casarões da Misericórdia ergue-se apenas a 220m; no entanto, daqui se vislumbra um dos mais impressivos panoramas a partir de sítios romanos do Alto Alentejo, com o horizonte para sul, este e norte completamente limpo de barreiras,

---

142 Relatório dos trabalhos arqueológicos na *villa* do Monte de S. Salvador. Campanhas de 1987/1988, [policopiado] por Ana Carvalho Dias.

143 Nas memórias produzidas não é deixada menção a quaisquer datas de intervenção. Indicam-se "As sondagens de 87 e 88" (Informação *Villa romana do Monte de São Salvador (Campo Maior),* 27 Março 1992, A. C. Dias), mas as plantas produzidas mostram uma escavação em área, sem sondagens indicativas.

144 Dias, 1994: 122-124 (*Informação Arqueológica* nº 9).

145 Brazuna, 2005.

146 Diogo, 1984.

147 Carvalho, 1988a.

148 Carvalho, 1998c.

149 Carvalho, 1988b.

150 Encarnação, 1989a.

em larguíssima extensão. Estes terraços erguem-se a cotas baixas, mas quebradas, o que motivou então a ocorrência da linha de fronteira politica, e o facto de Ouguela ser uma das cidadelas mais inexpugnáveis do limite português.

Do lado oposto, outro grande curso de água serve de delimitador administrativo do concelho para ocidente. O rio Caia ajuda a estrangular o território campomaiorense, pois na freguesia de Degolados é, na realidade, uma estreita faixa de terra comprimida entre as duas linhas de água – hoje ambas estão represadas, formando extensos leitos de albufeira que ainda mais reduziram este corredor. Ambos são rios bravios, que em momentos de grande pluviosidade alteravam o seu volume de caudal, chegando a extravasar os seus cursos. O Xévora, sobretudo, era muito conhecido por saltar de leito, ou seja, mudar frequentemente o seu percurso de passagem. Desta forma, os dois rios constituem-se como elementos que definem o espaço concelhio, assumindo-se simultaneamente como fonte de vida e de fertilidade, mas também como obstáculos naturais que cavam o relevo e que, sazonalmente, podem ser impeditivos para o livre trânsito (ou, pelo menos, obrigando a outras soluções).

Uma das características do espaço campomaiorense é o facto de apresentar uma elevada heterogeneidade pedológica, com ocorrências muito distintivas de diversas aptidões agrícolas. Dominam os solos mediterrâneos pardos, e junto aos cursos de água ocorrem extensa plataformas de solos de capacidades A+B ou B, com terras muito escuras, pesadas e que são difíceis de trabalhar, mas que em contrapartida possibilitam um excepcional rendimento agrícola. Dando mostras do modo como em época romana se processou por estas paragens uma agricultura intensiva de regadio, é precisamente nesta área que se erguem os paredões de barragens como Muro, Olivã ou Mourinha, que constituem testemunhos indicadores do tipo de exploração económica que aqui se processou, e que colocam este como um dos concelhos nacionais com maior relevância de estruturas hidráulicas recenseadas[151]. Em contexto de grande diversidade geológica, encontram-se ainda zonas de calcários, de dioritos ou de gabros, o que tem necessários reflexos nas alvenarias de época romana, pois raramente encontramos os distintivos silhares de granito, predominando a matéria-prima local. Contudo, estas nem sempre são as melhores pedras para utilizar em construções de grande porte, e por isso (mas também pela intensa mecanização), encontramos os arrancamentos de alvenaria ou as paredes que juncam os solos onde os sítios romanos se encontram. Junto aos rios, aliás, a escassez de boa pedra para construção é ainda maior, e por isso deparamos com os muros compostos de seixos de rio, como em S. Salvador, ou com os calhaus rolhados embutidos em enchimentos de estruturas de grande porte, como na ponte da Sr.ª da Enxara. Na barragem romana de Muro, por exemplo, encontra-se a utilização de uma técnica de *opus mixtum* que, em parte, consegue contornar estas limitações, com blocos de gabros muito talhados e dispostos em fiadas intercaladas com cerâmica de construção, de modo a disfarçar a brandura de uma pedra que, naturalmente, não seria a escolha mais indicada para uma estrutura sujeita a tão grandes pressões.

Do ponto de vista do aproveitamento agrícola, portanto, estamos em territórios da máxima relevância económica e estratégica, permitindo combinar a agricultura de regadio e de horta com as largas extensões de vinha, olival ou de sequeiro, que ainda hoje caracterizam este espaço. Trata-se portanto de um espaço que permitia um policultivo muito do agrado da economia mediterrânica, com uma diversidade de estratégias que certamente terão marcado a presença humana aqui registada, e com um quadro paisagístico que seria mais variado e rico do que na actualidade.

Na economia não deve ser esquecida a ocorrência de recursos mineiros na zona de Degolados, onde as explorações de Tinoca e do Marco Alto remontam ao século XX. Ocorrem filões de cobre e de quartzo, com capas ferruginosas que permitem

[151] Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1987 e 1999.

simultaneamente uma laboração de tipo industrial, mas também o aproveitamento de pequenas ocorrências de superfície.

Em resumo, portanto, um concelho com especificidades muito marcadas pela ocorrência de duas amplas bacias hidrográficas. Um espaço de relevos suaves, pontuado por algumas elevações mais dominadoras – já referi o caso de Ouguela, mas também ao longo do Caia se encontram alguns pontos que são marcos na paisagem – que não são, no entanto, pontos culminantes de grande recorte. Um território com bons solos agrícolas, atravessado por uma via principal e onde todas as condições são propícias para o desenvolvimento de uma *paisagem romana*, com gentes habitando e circulando por esta área.

Sítios e comentários

05.01. Moinho da Lapagueira[152]

CMP 386 / CNS 5752

Uma menção muito difusa feita a "alicerces", em local onde foi recolhido um *turibulum* em bronze. Dois pontos surgem cartografados no PDM concelhio, em Riscas e nas proximidades do Moinho, sem que deles surja uma descrição (embora ao primeiro corresponda certamente uma anta). Possivelmente o sítio conhecido como "Moinho da Lapagueira 2", com "Mancha de Ocupação" onde "Encontraram-se cerâmica de construção e comum"[153].

Outras referências: PDM nº 12; Diogo, 1983: 52-53.

05.02. Herdade da Defesinha

CMP 386 / CNS 5738

"A ara tinha aparecido quando se arava com um tractor na Herdade da Defesinha[154]". Esta exploração, contudo, estende-se por centenas de hectares, pelo que localizar o ponto de proveniência da epígrafe foi tarefa não conseguida, apesar das prospecções ali realizadas[155]. Os conteúdos são muito relevantes: Q[...] P[...] D(*eae*) S(*anctae*) [*Turubrigensi*] /V(*otum*) Q(*uod*) F(*ecit*) A(*nimo*) L(*ibens*) [P(*osuit*)] / ... / E(*x*) M(*onitu*). Deve referir-se, como aliás se depreende da proposta de reconstituição, que o epíteto *Turubrigensis* é meramente especulativo.

Outras referências: RP 6/166; TIR J-29: 74; Encarnação, 1989a: 84-85; Carneiro, 2009: XVII.

05.03. Monte do Malha-Pão

CMP 386

Materiais de época romana depositados no MNA, sem que seja possível definir a sua proveniência no terreno, ou em função de um sítio concreto. Talvez sejam provenientes do local onde recolhas foram noticiadas: "Para o museu etnografico de Belem, pela mão do sábio Dr. Leite de Vasconcelos, foram varios objectos romanos, em bronze, que lhe haviam sido oferecidos pelo inteligente agricultor nosso amigo Luiz Videira, que encontrara numas escavações que fez na sua fazenda nas margens do Xévora [...]."[156]

---

152 Mencionado como "Herdade" da Lapagueira em RP 6/160, na realidade a referência cartográfica faz-se a uma "Quinta", embora o local se encontre atribuído nas proximidades da estrutura conhecida como "Moinho" da Lapagueira.

153 *Endovelico*, CNS 25393. No Processo 98/1(698) do IGESPAR o local é interpretado como um "pequeno sítio" implantado em elevação suave na baixa junto à margem direita do Xévora, em local sujeito a inundações. Cerâmica de construção e comum.

154 Diogo, 1984: 9 (FE 8 nº 32).

155 26.03.2008. Apenas se encontrou uma coluna de mármore, junto às casas, mas que deverá ser de um momento recente.

156 *Brados do Alentejo* de 05-05-1935, ano V, nº 223, p. 7, notícia da autoria de João Ruivo.

05.04. A-do-Rico

CMP 386 / CNS 5749

Necrópole em local indeterminado (sendo que Deus, Louro e Viana[157] explicitam a sua pertença a Degolados, embora a casa agrícola se encontre no concelho de Arronches[158]), e encontrada já em condições de grande destruição: "[...] por motivos de um grande chuvada, as águas de um ribeiro, saindo do leito, rasgou o terreno, pondo a descoberto uma necrópole de incineração, de onde os pequenos pastores extraíram umas 200 vasilhas de barro, que passaram a servir de brinquedo de crianças. [...] Exploramos duas sepulturas", com a recolha de um lacrimatório em ferro, pregos e cardas em metal e peças de cerâmica, uma delas com o grafito *FRONDICOMVS*. O espaço funerário seria portanto muito extenso.

Outras referências: RP 6/156; Viana, 1953: 240; Viana & Deus 1955: 265; Nolen, 1985: 13.

05.05. Minas da Tinoca

CMP 386

Minas com forte exploração em época contemporânea, deixando monumentais escombros no terreno. O seu aproveitamento em época romana é fortemente plausível, dada a qualidade do minério: "A testemunhar a possibilidade de as minas terem sido exploradas pelos romanos, regista-se a notícia de um jarrão de cobre atribuído aos romanos, encontrados em finais do Séc. XIX, soterrado na Mina da Tinoca, ao proceder-se a prospecções naquele local"[159]. O apoio a esta leitura surge também em autor antigo: "Junto da freguezia se vem vestigios de tanques e canos que mostrão aver ali algu dia fazendas de melhor qualidade, porque hoje se não semeão senão de trigo. Ha no meyo da Freguezia tres vestigios de minhas de ferro que inda hoje conservaõ o nome de ferrarias, e parece forão dos Romanos; porque a pouca distancia dellas se vem vestigios de huma calsada (a que aqui dão o nome de alicerse) muito antiga, que pelo meyo das pedras, tem azinheiras muito velhas, e se deixa ver em partes fora dos caminhos, que hoje tem, atravessando muitas erdades [...]."[160] Claude Domergue[161] localiza aqui vestígios de exploração de um filão de pirite de ferro e calcopirite.

Outras referências: TIR J-29: 152.

05.06. Malhada dos Covões

CMP 386

Junto ao troço da via XV, em local onde actualmente cruza com um outro caminho, proveniente de Degolados. É precisamente no encontro desses dois traçados que se encontra este pequeno sítio.

Mancha de materiais que se apresentam muito dispersos, ressalvando-se que as condições de observação não eram as melhores (terreno recentemente lavrado, mas com muito pó). Mancha de 200m^2 com tegulas, imbrices e alguma cerâmica comum.

Referência: Inédito.

---

157 1955: 574.

158 Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída ao concelho de Elvas.

159 Lopes & Vieira, 1987:13.

160 Memorias Paroquiais de Degolados, Tomo XIII, fl. 56, reproduzido em Azevedo, 1897, nº 141. Curiosamente, como se reproduz na passagem, o autor explicitamente fala em "junto da freguezia", mas a referência tomou-se em sentido literal como "sob a povoação", sendo assim referida em autores posteriores.

161 1987: 523.

05.07. Eiras do Pompílio

CMP 386 / CNS 5753

Sítio destacado por Mário Saa como sede de um extenso povoado[162] em "pequeno planalto que domina o chafariz do Monte Novo". O micro-topónimo já não é hoje reconhecível, e apesar das indicações e de intensas prospecções na zona, o sítio não foi localizado, podendo embora corresponder a um dos que em seguida se indicam.

Outras referências: RP 6/161.

05.08. Poço dos Surdos

CMP 386 / CNS 5755

Novamente a fonte provém de Saa, que aqui indica "restos de remotos edifícios, como alicerces"[163] em cruzamento de vias. Nos trabalhos de campo não localizei qualquer um dos indicadores. Todavia, no já referido projecto de investigação, o sítio foi localizado (sob a designação de "Poço dos Surdos 2[164]"), em "Terreno lavrado, e lavado pelas chuvas. Encontraram-se cerâmica de construção e comum, *terra sigillata* hispânica (Drag. 24/25), tijolo de *praefurnium* e um machado de pedra polida", presumindo-se uma possível *villa*. Um dos locais surge cartografado no PDM concelhio, tendo sido realizadas prospecções na área indicada, mas sem resultados.

Outras referências: RP 6/163; Processo IGESPAR S-05755; 98/1(698).

05.09. Monte da Cabecinha de Lebre

CMP 386 / CNS 25739

Sítio identificado no decurso do projecto de investigação sobre o nó de *Ad Septem Aras*, e então classificado como *villa*. Implantação privilegiada em topo de cabeço, com linha de água reforçada por um poço, dispondo de bons solos onde ainda hoje se encontra uma horta. Os materiais e evidências de superfície, todavia, parecem pouco representativos: são enumerados tijolos, tegulas e cerâmica comum, que foram confirmados no terreno.

Referência: Processo IGESPAR 98/1(698)

05.10. Herdade das Argamassas

CMP 386 / CNS 4427

Implantação típica de uma *villa*, beneficiando de uma óptima exposição solar, de bons acessos à via XV e de uma variedade de solos na sua envolvente, o que lhe permitiria adoptar um modelo de exploração plurifacetado. Para mais, as evidências de exploração mineira sugerem que os filões de cobre foram também aproveitados.

O projecto de investigação, que se previa plurianual, acabou por ser precocemente interrompido mas, ao contrário de outras situações, foi dado a conhecer, pelo que existem noções concretas sobre os resultados das escavações e a relevância do sítio e do seu espólio[165]. Contudo, a área escavada acabou por ser insuficiente para se perceber o modelo de *villa* que existiu neste território.

Na que se confirmaria ser a *pars urbana* implantou-se a Sondagem 1, onde foram escavados quinze compartimentos, registando-se os habituais índices de conforto com a presença de pavimentos musivos (sempre combinando motivos geométricos e vegetalistas, embora em um deles pareça ser identificável um corso), e elementos de bases e de colunas em mármore. Um dos aspectos mais interessantes reside no modo como os pavimentos já

---

162 1959: 154-155: "Houve aí diversas habitações romanas, cognoscíveis pela telharia" e 1967: 43: "[...] em cuja área se dispersa abundância de fragmentos de telha romana.

163 Saa, 1959: 155. No tomo final (1967: 41-42) menciona as "ruínas romanas", e aqui localiza *Ad Septem Aras*, conferindo ao local uma inusitada e não explicada importância.

164 CNS 25389.

165 Sirvo-me sobretudo da comunicação apresentada por Sandra Brazuna (2011) nas *III^as Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano* e dos relatórios dos trabalhos arqueológicos apresentados pela Era-Arqueologia S.A. e da responsabilidade de Brazuna, Jorge e Sarrazola (2002) e Brazuna (2002-2003) que permitem uma radiografia exaustiva dos trabalhos realizados.

se encontravam deteriorados antes dos derrubes de telhados terem selado os espaços, não tendo sido encontradas tesselas soltas e, inclusivamente, mostrando alguns destes pavimentos sinais de remendos.

Quanto aos espaços, pelas dimensões da área intervencionada não é possível perceber a planimetria da casa. Destaca-se claramente um espaço principal, o Compartimento 1 (em posição central face aos restantes, o que não significa que fosse essa a sua posição no edificado, visto que nos falta a noção global), com os seus 52.2m^2, o mais amplo de todos. Poderia anteceder uma sala de tripla abside – o espaço 7/11, pelo menos a julgar pelo arranque da parede de fecho a Sul, mas tal não é absolutamente claro. Mas a tomar esta hipótese, então poderia situar-se descentrado face ao eixo do peristilo, resultante contudo de um rearranjo da área em momento tardio, pois corta um muro anterior. Em olhar geral salienta-se a pequena área ocupada pela generalidade dos compartimentos, assemelhando-se a pequenos *cubiculae* ou a meros espaços de trabalho, a tal ponto que resulta complexo propor sentidos de circulação nos espaços do conjunto. Dentre eles destaco o 12, com uma base de lareira em posição central onde foram recolhidas várias mós e fragmentos de cerâmicas de armazenamento, parecendo um espaço de trabalho inserido em plena *pars urbana*. É difícil perceber se estamos perante um âmbito plenamente romano, concordante com o restante contexto de uso, ou se perante uma reocupação posterior, como em dado passo parece propor a autora, embora a primeira hipótese seja plenamente plausível. Assume-se que "a identificação de diversos instrumentos agrícolas sob o derrube das coberturas em compartimentos da área residencial, sobre pavimentos em mosaico, e a inexistência de espólio cerâmico, ou outro, que não seja residual, apontam para que este espaço tenha sido abandonado pelos seus proprietários de forma organizada, tendo posteriormente sido utilizado para diferente funcionalidade e talvez por outras pessoas."[166] Seria muito interessante perceber se são estas as actividades, ou pessoas, que realizam os rasgos nos pavimentos de mosaico.

Quanto ao espólio, note-se que sobre os níveis de pavimento foram encontrados elementos de cerâmica comum, cerâmica de paredes finas, lucernas e *terra sigillata* hispânica e norte africana, enquanto que, associado aos derrubes, foram exumados fragmentos de *terra sigillata* hispânica e clara D, configurando um momento de colapso algures no século V (ou VI, dependendo dos fabricos africanos). Particularmente interessante resulta a presença de alfaias agrícolas sobre os pavimentos[167], incluindo os de mosaico, o que pode reflectir um momento terminal de ocupação do sítio em que este tivesse perdido a sua vocação residencial, e se tivesse reconvertido em grande espaço de trabalho agrícola, ou de armazenamento e apoio a actividades rústicas. Contrariando esta leitura com uma perspectiva mais prosaica, poderia pensar-se que se tratam dos instrumentos com que o *dominus* procedia à manutenção do seu *hortus*, mas parece claramente não ser esse o caso, dadas as alterações estruturais (pavimentos de mosaico rompidos, lareira...). Ou seja, a *villa* de Argamassas documenta uma rara situação de transformação da *pars urbana* em actividades de cariz fortemente rural nos seus últimos momentos de ocupação, tornando-a em caso exemplar para a compreensão dos processos que conduzem ao final das *villae*.

Em outra área intervencionada – na Sondagem 9 – os sete compartimentos identificados parecem pertencer a outro sector dentro da mesma *pars urbana*. Detectaram-se dois momentos, com uma reformulação dos módulos estruturais, passando parte deste espaço a ser utilizado como lixeira, com grande quantidade de cerâmica comum, por vezes possibilitando colagens, além de outros materiais (*terra sigillata* clara, lucerna, duas moedas, um anel), mas sobretudo muitos ossos e carvões. Este conjunto sobrepunha-se aos vestígios de um muro anterior. De acordo com os materiais aqui encontrados, a duração de utilização deste espaço parece ser bastante tardia, com fragmentos de *terra sigillata* clara D,

166 Brazuna, 2003: 4.

167 No decurso dos trabalhos nas Sondagens 1 e 4 foram encontrados um escopro, um maço em ferro e uma foice sob o derrube (na 4); uma colher em ferro e um possível elemento de charrua, associados ao derrube (Sondagem 1).

embora estes elementos necessitassem de ser claramente aferidos[168]. A escassa potência de solo e o alto grau de destruição dos contextos e estruturas inviabilizam uma leitura mais clara, mas mais uma vez parece assistir-se à "ruralização" de um contexto residencial.

Em outra Sondagem – a 4 – foram intervencionados ambientes pertencentes à *pars rustica*, que assim não estaria muito distante do núcleo central. Os pavimentos em terra batida e os compartimentos de alvenaria mais grosseira albergaram uma área de fundição de metal, com inúmeras escórias e cerâmicas com marcas de sobre-aquecimento. Todavia, ficaram por localizar outros espaços de cariz artesanal e de transformação que certamente comporiam o núcleo de actividades económicas da propriedade.

Finalmente, nas Sondagens 5, 6 e 7 foram identificadas áreas de condução e contenção de água, nomeadamente com valas de drenagem e o que poderá ser uma boca de cisterna.

Em leitura geral, a *villa* da Herdade das Argamassas traz alguns dados relevantes para o debate, não esquecendo contudo que a área escavada e registada é ainda uma ínfima parte em relação ao total. Trata-se de uma unidade rural com um denso e coerente lote de testemunhos, sobretudo a partir do século III, dado que não existem materiais ou outros indicadores para os momentos anteriores (apenas fragmentos de cerâmica de paredes finas). É possível que este seja o século de uma ampla reformulação estrutural, diagnosticada em algumas estruturas que cortam espaços anteriores. A este momento pode então corresponder o processo de monumentalização da residência, com a possível ábside do Compartimento 7 assentando sobre estruturas anteriores. Não é fácil perceber em planta este espaço, e a sua relação com o restante edificado, mas a confirmar-se ser uma sala de tripla ábside, teríamos uma área muito extensa, seguramente acima dos 300m^2. Em momento terminal, o espaço parece entrar em rápida degradação antes do abandono final. É possível que a *pars urbana* tivesse sido transformada em outro tipo de ambiente: os mosaicos deixam de ser cuidados e o espaço "ruraliza-se". Admitamos que a propriedade tivesse mudado de mãos, e agora fosse utilizada como um mero armazém ou espaço de actividades produtivas. Se durante o século III/IV assistíamos à *monumentalização*, os séculos V e/ou VI trazem a *ruralização* do edificado. Em resumo, encontramos neste sítio um raro testemunho de um processo arqueologicamente difícil de diagnosticar, e que se prende com o final das *villae* enquanto espaço de representação do proprietário e sua passagem para um novo modelo de gestão.

05.11. Tapada da Pombinha

CMP 387 / CNS 6686

Sítio conhecido pela recolha de uma epígrafe, infelizmente quase ilegível na sua totalidade[169].

O provável ponto de proveniência encontra-se fixado no terreno, tendo sido localizado no decurso de prospecções: junto às casas encontram-se elementos arquitectónicos em granito: blocos simples, com talhe rudimentar (não se tratando de silhares), uma pedra de canto e um peso de lagar fracturado.

Os materiais estão muito dispersos, embora as condições de visibilidade não fossem as ideais (terrenos lavrados recentemente, com muito pó superficial). Encontram-se tegulas, de muito bom fabrico (baixas e de perfil arredondado) e tijolos de pavimentos. Não se encontraram imbrices. Alguma escória, mas registe-se a ausência de cerâmicas comuns e de

[168] Sem um correcto conhecimento dos morfotipos desta família é difícil ler as cronologias, mas parece-me que as propostas adiantadas pela autora (Brazuna, 2005) são para já excessivamente tardias, falando-se em uma "baliza cronológica muito lata que abrange, de momento, o séc. I ao séc. VI" ou mesmo no VII (2003: 80).

[169] IRCP nº 601; Encarnação, 1989a: 89-90, onde se tecem interessantes considerações sobre o facto de a epígrafe ter sido embutida "em monumento de uma certa grandiosidade" (p. 90), o que é perfeitamente compatível com o facto de haver um contacto visual com a via, logo, propiciar-se uma contemplação da estrutura da qual faria parte. Como tal, poderíamos não estar perante um simples casal, mas outro tipo de sítio.

outros tipos. Dada a dispersão de indicadores, não foi possível definir um núcleo central, mas ocupam uma área de cerca de 1000m^2, com desigual intensidade. Junto às casas da Guarda Fiscal, mais materiais: um peso de lagar reconvertido em mó e um tambor de coluna, sempre em granito.

Implantação dominadora, na última elevação antes do leito do rio Xévora, dominando perfeitamente a passagem na ponte de Sr.ª da Enxara.

Dados os elementos encontrados é inequívoca a existência de actividades de transformação agrícola (peso de lagar, mós), podendo pensar-se na existência de um casal ou de uma pequena *villa* (dado o escasso espaço de implantação) com área funerária anexa (a partir da epígrafe). A presença de metalurgia do cobre também deve ser notada. Resulta pouco habitual a completa ausência de imbrices e cerâmica comum, pelo menos na visita efectuada.

Outras referências: RP 6/167.

05.12. Monte da Quinta

CMP 387

Sítio classificado no PDM concelhio como "habitat romano" e cartografado mesmo junto ao leito do Xévora. Não foi possível relocalizá-lo, desconhecendo-se mais indicações.

05.13. Monte de S. Salvador

CMP 387 / CNS 7268

Sítio identificado no decurso de trabalhos agrícolas e que exigiu uma urgente intervenção, dado o iminente risco de colapso por se situar em terraço fluvial que se encontra (ainda hoje) a ser escavado pelo leito do rio Xévora. Aliás, o perigo de derrocada é neste momento substancialmente superior.

Esta íntima relação com o rio marca decisivamente a *villa* de S. Salvador, sendo provável que aqui tivéssemos um local de *otium* e de contemplação da paisagem, tão evidente é o alcandoramento das estruturas face ao curso de água. Na sua orientação o edificado acompanha o curso de água, parecendo que este funcionou como eixo vertebrador das construções, que lhe estão paralelas. A melhor forma de chegar ao local é ainda hoje atravessando o próprio rio, em passagem a vau que certamente já seria utilizada em época romana. De resto, a ermida que ali se ergue marcou este ponto como local de peregrinações e de demanda da população.

Os resultados da intervenção não foram integralmente publicados, embora uma notícia tenha sido dada a conhecer publicamente[170]. Com a leitura dos relatórios então produzidos[171], consegue-se obter uma noção da escavação realizada, embora a ausência de menções ao espólio encontrado torne mais complexa a interpretação total.

Visitando o local, dois elementos captam imediatamente a atenção: a presença de um grande peristilo, que forma a linha axial da casa; e a matéria-prima utilizada nas construções, com a inclusão de seixos de rio e de um composto que deveria ser de taipa ou adobe nas alvenarias, uma matéria mais negra e pouco compacta, que se dissolve com a passagem do tempo e das chuvas. Assim se contornou a ausência de pedra localmente disponível, embora junto à ermida os silhares de granito demonstrem a imponência de alguns elementos de alvenaria que teriam sido utilizados em pontos da construção que exigiam maior tensão de forças. O sítio teria pouca potência estratigráfica, o que certamente inviabilizou uma leitura cronológica mais apurada[172].

De acordo com a memória descritiva, "A observação das plantas e dos perfis estratigráficos mostra-nos uma casa que parece ter sido planeada e construída duma só vez, a sua longa utilização levou a pequenas e eventuais remodelações e a reparos. [... De acordo com os materiais e mosaicos, uma] construção tardia de finais do séc. III ou séc. IV. [...] A

170 Dias, 1994.

171 Processo IPPAR 4.04.009

172 Refere-se "uma profundidade entre os 12 e os 50cm (Dias, 1994: 122).

necrópole foi localizada, mas a área escavada é restrita pelo que não permite conhecer a sua evolução, a sepultura escavada é já tardia, situando-se num período tardo-romano.[173]" Esta menção à existência de uma área funerária remete para um outro local, junto à casa do guarda, e não é perceptível em que ponto da *villa* original se situaria, ou a relação do espaço sepulcral com a área residencial. De notar contudo que, na informação publicada, é explicitamente referido que "Por vezes há muros que se encontram adossados uns aos outros, o que nos parece confirmar diferentes fases de construção ou novas reutilizações dos compartimentos"[174], contrariando a informação atrás mencionada, que apontava para uma única fase de edificação. Também sobre o mosaico B se diz que "Este mosaico está a 31cm de profundidade e assenta directamente sobre *opus signinum* que poderá corresponder a 1 antigo pavimento ou mesmo a 1 anterior tanque"[175], esbatendo assim uma impressão de homogeneidade estrutural.

Planimetricamente trata-se de uma *villa* de peristilo[176]. Apresenta, entre o corredor e o rio, um conjunto de compartimentos amplos, mostrando que deveria existir uma forte vocação contemplativa no local. Foram identificados pelos menos seis espaços, que apresentam em comum o facto de terem vãos de ligação amplos, indicando o que parece ser uma *villa* pouco intimista e mais aberta à circulação interna e, sobretudo, à paisagem externa, embora seja difícil de definir esta situação dado o grau de arrasamento estrutural. Dois deles parecem funcionar como vestíbulos, servindo de passagem para compartimentos maiores, certamente os espaços de representação do proprietário. Quase todos eles teriam pavimentos em mosaico, mas encontrados já em estado de elevada degradação. O pavimento em mosaico da galeria porticada ainda se conservou, embora com remendos feitos com *opus signinum* aquando da implantação de uma canalização. Pelo menos em parte do peristilo um dos muros (M16) seria recoberto com estuque pintado, parcialmente conservado.

O compartimento mais importante parece ser o D, um vestíbulo de passagem com pavimento musivo apresentando "Uma faixa lateral de tesselas pretas e brancas, formando um motivo floral, ladeia toda a sala; o emblema central apresenta motivos geométricos com destaque para os "nós de Salomão". As entradas E e W, que dão passagem respectivamente ao peristilo e ao compartimento C, têm ao nível do mosaico uma representação distinta, organizando-se as tesselas pretas e brancas em desenho geométrico, demarcando uma soleira." Neste espaço existe um momento posterior, marcado por "uma cavidade circular (0,50 x 0,52m), cujo topo era revestido a opus signinum. [...] No seu interior jazia um almofariz fracturado, em mármore branco [...] tendo sobre ele parte de uma tijoleira. [...] Esta estrutura parece-nos corresponder a uma remodelação deste compartimento como o documenta a forma como o mosaico foi rompido e a alteração da área contínua à "soleira" em mármore que dava passagem ao peristilo, onde foram adossados tijoleiras e remendos em *opus signinum*."[177] Aqui encontrava-se uma parede com estuque pintado representando uma decoração de marmoreados com tons encarnados sobre fundo cor de rosa leve, em painéis estreitos delimitados por filetes de cor preta e assentes em faixa branca. Ou seja, estamos em plena zona de prestígio, embora em momento tardio aqui pareça ocorrer um

---

173 Memória descritiva constante no processo de classificação, IPPC, 5.Junho.1991, A. C. Dias.

174 Dias, 1994: 122.

175 Dias, 1994: 122.

176 "Peristilo. Galeria W: comp. máx: 19,60m e larg. máx.: 2,80m [...] grandes blocos de granito aparelhado, situado a uma distância que varia entre 1,80m e 1,90m. Sobre estes blocos, assentavam as bases de coluna [...] em mármore branco. Estes sustinham fustes, também em mármore branco, como o atesta o achado de um, fracturado ao meio e já deslocado do seu local original [...]. Estas colunas estavam ligadas por um pequeno murete de 0,20m de altura, construído em tijoleira e materiais cerâmicos reutilizados, que funcionaria como resguardo e divisória da área do *impluvium*." (Trabalhos arqueológicos na villa do Monte de S. Salvador. Campanhas de 1987/1988, Ana Carvalho Dias [relatório entregue ao IPPC, sem numeração], de onde se extraem as citações seguintes).

177 Embora o almofariz possa ali ter sido depositado por algum tipo de arrastamento, pois adiante refere-se que foi encontrado outro fragmento do mesmo junto ao muro destruído.

fenómeno de ruptura da vivencialidade do espaço com a inclusão de uma estrutura de depósito.

A restante estrutura edificada é menos fácil de caracterizar. O Compartimento C, uma sala rectangular[178], caiu em parte ao rio. Tinha também várias saídas de comunicação para outros espaços. O maior espaço seria o A[179], seguindo-se outros mais pequenos e de feição rectangular, como o E, onde foram encontrados vários restos de fauna (o que levou a autora a propor a sua utilização como espaço de cozinha, embora esta interpretação seja feita na ausência de uma estrutura de combustão ou de lareira). Também o B se encontrava muito destruído pela erosão provocada pelo leito do rio, podendo ter funcionado como uma varanda de contemplação. Neste caso havia apenas uma faixa de mosaico, funcionando a área restante em piso de *opus signinum*. Outros espaços funcionais foram apenas parcialmente escavados, inviabilizando uma leitura mais clara.

Em segundo patamar, mais próximo do rio, junto "ao caminho de acesso ao monte", foi intervencionada uma Zona 2: "Aqui escavou-se uma área de 32 cm, limitando-nos a identificar revestimentos em *opus signinum* e muros. Estes vestígios encontravam-se entre os 5 e os 10cm de profundidade, o *opus* estava bastante danificado na área de passagem das viaturas, mas conservava o seu suporte em seixos de rio."[180] É provável que a *villa* tivesse um patamar entre o rio e o edificado principal, eventualmente servindo como porto de acostagem para pequenas embarcações, ou simplesmente como um contraforte de sustentação e de prevenção contra subidas de um curso de água tão bravio.

Finalmente, na Zona 3, foi encontrado um muro ao lado do qual se situavam quatro sepulturas. Apenas foi escavada a nº 1: "de planta rectangular, foi construída com grandes blocos de pedra e tijolos, a cobertura era também constituída por tijolos, que na sua maioria, foram arrancados pelas máquinas. O interior forneceu apenas uma pequena bilha de bocal trilobado [...] os vestigios antropológicos assentavam directamente no solão, e o seu estado de conservação era muito mau." Seguramente documenta um momento de utilização funerária em período muito tardio, dada a menção à bilha trilobada. Refira-se que o muro N1 rompeu algumas sepulturas, mas não é mencionado se a nº1 foi uma delas; assim, ou teríamos uma área funerária romana rompida por um muro, ao qual se segue uma sepultura tardia, ou uma necrópole tardia rompida por um muro ainda posterior (relacionado já com a capela?). Em outro ponto, a abertura de uma fossa séptica irá conduzir à destruição de "parte do complexo termal da villa, nomeadamente dois arcos dum hipocausto"[181].

Em capítulo final são apresentadas considerações sobre os tapetes de mosaicos – todos com motivos geométricos e vegetalistas – e sobre o conjunto artefactual, apresentado genericamente: "O espólio da *villa urbana* rareia e é pouco característico. Após o levantamento do telhado surge imediatamente o pavimento [...]. Recolheram-se alguns fragmentos de sigillata clara, um fragmento de ânfora, um fragmento de lucerna. As moedas exumadas provêm da zona revolvida pela máquina ou da camada humosa, dum total de 5, só uma é romana, uma FEL TEMP. REPARATIO, as outras 4 são moedas portuguesas, destacamos uma de D. Fernando, uma de D. Sebastião e uma de D. João V. Outros objectos metálicos foram recolhidos tais como 3 botões, parte de 1 espelho (?), um pequeno fragmento de bronze que eventualmente poderá ser um elemento de uma estátua."

Em leitura geral, trata-se de uma estrutura fundiária muito interessante pela sua relação visual e espacial com o rio. Note-se que, por enquanto, não existe qualquer menção a actividades produtivas ou económicas – o que, obviamente, não quer dizer que elas não existissem - indicando que estamos em pleno ambiente doméstico de cariz urbano. Todo o

178 Tendo de comprimento 6,40m x 2,92m.
179 Apresentando 6,40m por 6,00 (?).
180 Dias, 1994: 124.
181 *In*: Informação. Villa romana do Monte de São Salvador (Campo Maior). Abril de 1992. Ana Carvalho Dias.

contexto parece ser inteiramente residencial, com índices elevados de requinte – mármores, mosaicos, estuques pintados (um dos poucos sítios da região onde se documentam com rigor), uma eventual estátua de bronze. Claramente uma *villa* de *otium*, com renovações posteriores, e uma necropolização do espaço cuja dimensão necessitava de ser mais bem apurada. Um sítio dotado de uma planta estrutural que certamente teria elevados índices de originalidade.

05.14. Velada

CMP 400 / CNS 4771

Em paisagem muito fechada em fundo de vale, e em ponto indeterminado, foi recolhida uma epígrafe funerária[182], em local onde já havia sido encontrado um jarro de vidro[183] (certamente do mesmo ambiente sepulcral) e identificada uma sepultura romana[184]. Realizei prospecções no local sem resultados, desconhecendo-se um eventual ponto de povoamento relacionável.

05.15. Defesa de São Pedro/S. Pedro dos Pastores

CMP 400 / CNS 3393[185], 5756[186], 23179[187] e 25395[188]

Um projecto que funciona como um bom espelho das vicissitudes que rodeiam a gestão do património arqueológico a nível distrital, e do sub-aproveitamento de um local com potencial científico e patrimonial. Hoje sepultado, por muito tempo abandonado e degradado, em "penoso panorama"[189], a Defesa de São Pedro – nome pelo qual é localmente conhecido, referindo-se a invocação à antiga ermida entretanto recuperada – foi intervencionada em diversos momentos, por diferentes agentes, mas sempre sem uma cuidada publicitação de resultados ou um esforço de integração conjunta.

Olhemos então para a realidade arqueológica. Sítio difícil de interpretar, já tendo sido proposta a classificação de *mansio*, de *vicus* ou de *villa*, terá sido detectado por Teresa Júdice Gamito em 1981, devido à destruição de sepulturas aquando da implantação de uma nova urbanização. São então realizadas as primeiras escavações por José Olívio Caeiro, das quais não existem relatórios, apenas uma notícia sumária (mas a única publicada[190]). Mas o sítio já era conhecido em notícia antiga: "Que fossem os Romanos os fundadores desta vila se prova pelas colunas que ainda hoje existem como adiante se verá, porém duvidamos que a Povoação fosse fundada no sítio onde hoje está o Castelo, senão no que ainda se acharam ao presente as duas colunas, porque não só se descobriram estas mas se acham muitos cimentos, ruínas e vestígios de edifícios e sepulturas, tendo visto abrir algumas feitas de alvenaria cobertas com uns tijolos quadrados, e de grande tamanho, e em algumas se acharam ossamentas, havendo tradição que algumas pessoas acharam dinheiro nelas. Neste sítio há uma Ermida do Apóstolo S. Pedro [...]"[191]. O autor dá a conhecer em seguida os dois marcos miliários que aqui se encontravam junto à ermida, motivo pelo qual a função viária de S. Pedro será doravante assumida.

---

182 Carvalho, 1988a; comentários desenvolvidos em Encarnação, 1989a.

183 Alarcão, 1984: 175 e RP 6/164, como "Valada".

184 Processo IPPAR 4.04.007. com ofício datado de 08 Abril 1972 em que Mário de Castro Hipólito informa sobre o aparecimento de uma sepultura romana na propriedade da Valada, Campo Maior.

185 "Defesa de S. Pedro".

186 " S. Pedro dos Pastores".

187 "Ermida de S. Pedro".

188 "S. Pedro".

189 Reis, 2004: nº 87.

190 Caeiro, 1984-1985: 2-6.

191 Azevedo, 1993: 29. A notícia de Estevão da Gama de Moura e Azevedo não tem data de redacção, sendo dada a conhecer por António Carvalho em carta de 1918, mas o autor será certamente setecentista. O miliário de Severo Alexandre foi reconstituído, em termos de leitura, por Encarnação (1989a: 90-91), ressalvando-se que certamente terá sido objecto da *damnatio memoriae* a que a memória desonrosa do Imperador votou as suas invocações. Contem contudo um elemento da maior importância: as LIII milhas que separavam o local da sua implantação da capital provincial.

Posteriormente, e sempre em contexto de obra, o sítio virá a ser escavado por Ana Carvalho Dias (1986 e 1988) e, após a abertura de mais valas para moradias, por Rafael Alfenim (1991), a que se seguem campanhas de maior extensão por Miguel Lago da Silva em 1992 e 1993. Em 1996 a construção de garagens implicou a realização de quatro sondagens da responsabilidade de Ana Gonçalves. Em 2001 é feito o acompanhamento da abertura de sondagens mecânicas "num terreno situado entre as Hortas de S. Pedro e a Quinta de S. Pedro, aproximadamente a 200m para NE do sítio romano de S. Pedro"[192] por Rita Ramos, e o estado de abandono do sector principal levou a que o sítio fosse integralmente limpo antes de ser definitivamente tapado. Este historial, aqui brevemente resumido, explica a multiplicação de entradas na base de referência nacional[193]; o facto de dele nunca ter sido feita uma síntese dos resultados; e o desequilíbrio da informação, embora de todas as intervenções tenham sido produzidos relatórios[194].

Da primeira campanha, da responsabilidade de José Olívio Caeiro, os resultados salientados pelo autor limitam-se a "uma estrutura sub-rectangular, com muros de pedra onde se inseria um enorme *dolium* de asas decoradas por estampilhagem", à menção não especificada nem ilustrada de dois fragmentos cerâmicos da Iª Idade do Ferro (um substrato indígena que não mais voltará a ser mencionado no local) e, pela sua raridade regional, a um fragmento de terra sigillata marmoreada (não ilustrado nas três estampas publicadas)[195].

Em 1988 foram identificados "os mais importantes vestígios romanos encontrados nesta estação arqueológica, com vestígios de construções, em óptimo estado de conservação, chegando alguns muros a conservarem ainda 3m de altura"[196]. É neste momento que se identificam vestígios pertencentes a "Um importante complexo termal (hipocaustos, piscina revestida a mármore, canais de descarga de água, pavimentos em mosaico e em *opus signinum*...)" e de vários arcos da *suspensura*[197], tendo a Leste um corredor pavimentado a *opus signinum* pertencente a um possível peristilo, ladeado por "dois pequenos tanques absidados contrapostos".

A mais intensa campanha de intervenção irá decorrer nos anos de 1992 e 1993, resultando nos dois relatórios de escavação mais completos. No final destes trabalhos, o sítio ascende de categoria, pois foi confirmado que "tais vestígios não dizem respeito apenas a uma unidade agrícola romana (*villa*), mas a um povoado (*Vicus*) com uma longa ocupação, como o demonstram os diferentes níveis arqueológicos detectados e as remodelações verificadas nas estruturas."[198] Analisemos o que foi encontrado.

Embora não seja fornecida uma noção da área de intervenção ou das relações espaciais de carácter estrutural, é feita uma descrição individualizada dos compartimentos. O denominado A formava uma unidade com o B, separados apenas por uma arcaria interior, com duas bases de coluna de mármore *in situ*, ou seja, um pórtico. Algumas paredes seriam revestidas a estuque pintado, e no seu interior "A natureza e coloração das terras apontam para a ocorrência de um incêndio."[199] O pavimento era em *opus signinum* com rodapé em meia-cana.

No compartimento vizinho, o B, foi identificado um sarcófago em mármore, que se encontra individualizado em posição central, com cobertura em lajes de mármore, aparentemente reaproveitadas do pavimento, pois apresentam maior tamanho do que as dimensões do próprio sepulcro (embora a envolvente imediata tivesse pavimento em

192 Era 2001: 9.
193 Reúna-se a informação: "Campo Maior", CNS 1495; "Defesa de São Pedro", CNS 3393; "São Pedro dos Pastores", CNS 5756; "Ermida de São Pedro", CNS 23179; "S. Pedro", CNS 25395.
194 À excepção do caso já referido, de que foi elaborada uma pequena notícia.
195 Caeiro, 1984-1985: 3.
196 Informação IPPC 22 Dezembro 1991, Rafael Alfenim/Ana Carvalho Dias, Processo IPPAR nº 4.04.002.
197 Motivo pelo qual constará no inventário de Pilar Reis (2004: 130, nº 87).
198 Informação IPPAR de 3 de Junho 1993, Ana Carvalho Dias.
199 Sítio romano de S. Pedro - Campo Maior. Relatório de trabalhos arqueológicos (Campanha de 1992), Miguel Lago da Silva. Não se encontra numerado.

tijoleira). Os muros da área em torno tinham sinais de dois momentos de edificação, com um arranjo do espaço favorecendo o fechamento, "encurtando ligeiramente a sala" para a transformar em mausoléu.

Foi ainda encontrado o Compartimento C, com pavimento em *opus* de meia-cana, e uma área porticada, com "duas grandes bases de pilares em tijoleira e argamassa, com aproximadamente 80cm x 60cm.". Neste espaço encontraram-se duas sepulturas "tardias".

Em outro quadrado "foi identificada uma estrutura bastante danificada. Era constituída por blocos de granito pouco salientes do solo, em que tinha sido aberto um sulco, aparentemente para escorrimento de líquidos [...] tipo fonte [...]. [...] o tanque era circundado pelo pavimento em tijoleira e que possuia aproximadamente 1.30m x 1.30m e uma profundidade de 0.70m". A circunstância de serem detectados vários blocos de mármore "que poderão corresponder a elementos decorativos" faz pensar na existência de uma fonte com um pequeno espelho de água envolvente.

Outra sondagem demonstrou a continuidade do pavimento em tijoleira do pátio e, "após um primeiro arranjo do pavimento com argamassa, foi construída uma escadaria em tijoleira, que nos surgiu já bastante arruinada. [...] Posteriormente ao abandono desta escada, foi nela aberto um buraco para implantação de uma sepultura". Ou seja, um pavimento argamassado que depois sustenta o que parece ser uma escada de degraus em tijoleiras (em esquina, ascendendo para um possível segundo andar), tendo na margem uma sepultura em momento tardio.

A necrópole contou com um total de doze sepulturas: a principal seria o já referido sarcófago de mármore, que no "interior apresentava uma fina camada de terra, que não chegava a cobrir o esqueleto feminino ali depositado." As restantes tinham cobertura de lajes e cerâmicas. Não é feita qualquer menção a espólio (nem a materiais recolhidos na escavação). Em resumo, uma estrutura com um pátio central, largo, delimitado por uma galeria porticada em duas extremidades. Dois compartimentos estão unidos por uma arcaria interior; em um deles será instalado um sarcófago, assistindo-se ao preenchimento de sepulturas em outras áreas do complexo estrutural. Nada que faça supor um *vicus*, antes um edifício – talvez parte de uma *villa* – áulico, com estruturas de contenção de água e embelezamento do espaço por uma fonte, que em momento posterior é transformado em espaço sepulcral, com uma sepultura ocupando uma posição de destaque, que leva à monumentalização do espaço ficando as restantes em áreas secundárias.

No ano seguinte a área é mais limitada. Menciona-se uma lixeira (com ossos e conchas, denunciando consumos sumptuários), recobrindo o que seria o fundo de um tanque, com "um murete delimitador e de sustentação que aponta para uma estrutura de pouca profundidade"; é possível que se tratasse de um *impluvium*[200]. Pela natureza da intervenção "parece ser impossível definir espaços funcionais, mas possível distinguir dois momentos: um mais antigo, em princípio do séc. II; outro, provavelmente de reconstrução e readaptação após grandes derrubes e incêndios", não havendo qualquer conclusão temporal.

As intervenções seguintes são sectorizadas e muito menos ricas em pormenores: em 1996 a área foi muito limitada, havendo como dado mais relevante a recolha de um fragmento de capitel coríntio. Nas sondagens mecânicas de 2001 apenas se pode inferir a existência de estruturas em outros pontos: "Em cinco das sondagens mecânicas foram assinalados contextos arqueológicos indeterminados: 2 muros de alvenaria insossa, que reutilizam cerâmica de construção romana; duas concentrações de tegulae; e uma concentração de blocos e calhaus de granito, eventualmente resultantes de acção antrópica (derrube?). Nas outras cinco sondagens, não foram detectados contextos arqueológicos conservados, sendo, no entanto, de registar a presença de material de construção romano, muito provavelmente em contexto de deposição secundária." A limpeza da área central nada de relevante trouxe, sendo digno de menção apenas "uma tessela" que confirma a

[200] Sítio romano de S. Pedro - Campo Maior. Relatório de trabalhos arqueológicos (Campanha de 1993), Miguel Lago da Silva. Não se encontra numerado.

presença de pavimentos de mosaico, que a população localmente refere, mas que nenhuma intervenção diagnosticou.

Em face dos dados, torna-se obviamente complexa uma interpretação. O espaço construído é amplo, organizando-se como uma galeria porticada em torno de um pátio, com áreas abertas revestidas a tijoleira, incluindo uma escada para um piso superior. No compartimento em maior destaque irá ser instalado um sarcófago, assistindo-se ao momento de necropolização do edificado, o que implica um novo arranjo estrutural dotando o sarcófago de centralidade e indiscutível impacto visual. Uma área sepulcral claramente tardia, em espaço construtivo originado no século I ou II, ocupado nos seguintes (com arranjos) e entretanto abandonado, mas que em momento seguinte recebe beneficiações para acolher tão digno defunto (ou defunta). Quanto à função original do espaço, é difícil perceber, mas nada aponta para um *vicus*: um estabelecimento termal e o provável peristilo, ou galeria porticada em torno de um pátio, com tanques e uma fonte, parecem ser parte do ambiente áulico de uma *villa*, com um ambiente de requinte de mármores e estuques, havendo ainda algum espólio relevante (como um capitel, como vidros, como ânforas ou ainda conchas) indicadores de um consumo de carácter sumptuário. No momento final, então, temos a passagem do edificado a espaço funerário ou religioso. Talvez possamos supor um carácter basilical, articulado em torno de um mausoléu monumentalizado, mas note-se que a enigmática peça que menciona um "MONASTERIO SILVESTER"[201] poderá, afinal, pertencer à Defesa, mostrando uma função litúrgica perpetuada até à actualidade, com a igreja de S. Pedro bem próxima do local.

Outras referências: RP 6/165; Saa, 1956: 135; IRCP nº 593.

05.16. Monte da Eira

CMP 400 / CNS 25384

Em área muito próxima do paredão da barragem do Caia, mas com implantação muito propícia junto ao rio, encontraram-se cerâmicas de construção (incluindo um tijolo de quadrante) e comum, levando à proposta de classificação do local como *villa*.

Referência: Processo IGESPAR 98/1(698).

05.17. Capela

CMP 400 / CNS 6694

Um vaso votivo, proveniente certamente de ambiente funerário, correspondendo assim à necrópole da *villa* próxima, se encontra separada por uma pequena linha de água.

Referências: Alarcão, 1978: 103, 108; RP 6/194.

05.18. Horta da Capela

CMP 400 / CNS 25383

Sítio com atribuição de *villa*, embora muito próxima de Silveira. De acordo com a referência, deverá situar-se sob o monte, encontrando-se uma grande variedade de materiais ao longo de uma larga extensão. São mencionados cerâmica de construção e comum e fragmentos de *dolium*. Junto ao monte estão depositados silhares.

Referência: Processo IGESPAR 98/(698).

05.19. Silveira

CMP 400 / CNS 25381

[201] Dias & Gaspar, 2006: nº 157, com bibliografia; ver também Chaves, 1962. Todavia, Deus, Louro e Viana (1955: 573) mencionam a primeira das pedras como tendo sido encontradas no sítio de Alivã.

Em inventário de estruturas hidráulicas romanas menciona-se que a barragem da Mourinha estaria "em conexão com uma *villa* situada muito próximo"[202]. Posteriormente o local terá sido relocalizado no âmbito do projecto de investigação sobre o nó viário de *Ad Septem Aras*[203]. Trata-se de uma paisagem muito propícia à implantação de uma estrutura fundiária, com áreas de hortas que seguem actualmente em cultivo, abundantes recursos hídricos e manchas de solos de elevada capacidade.

No terreno, cedo se percebeu que a agricultura intensiva que actualmente se pratica teria transformado de forma inequívoca todas as marcas de presença humana antiga no terreno. Foram feitas prospecções em dois momentos diferenciados, e a localização do sítio romano mencionado apenas foi conseguida na segunda visita, confirmando-se o elevado grau de apagamento das evidências: da *villa* encontram-se materiais dispersos a noroeste do monte, mas o terreno foi todo limpo mecanicamente para permitir a passagem do *pivot* de rega, somando ao impacto dos canais de irrigação que perfuraram extensamente a encosta. Implantação típica, a meia-encosta, aproveitando uma plataforma, virado a sul, dominando a linha de água na base. Materiais muito dispersos, com alguma cerâmica de construção e cerâmica comum, incluindo púcaros laranjas, imitando cerâmica de paredes finas[204]. Foi impossível avaliar a área de dispersão de materiais, dada a presença de revolvimentos de solo, tubagens e apetrechos de rega. O local da barragem foi localizado (com recurso ao suporte fotográfico publicado) mas nem uma evidência estrutural foi encontrada *in situ*, notando-se apenas uma ligeira elevação topográfica correspondente à implantação do paredão. Já no caminho de terra de saída da propriedade, na descida, há um moroiço de entulhos de obras e pedras onde se vêm dois troços grandes de muro, arrancados e partidos. Parece tratar-se da estrutura da barragem, mas a visualização não foi a mais adequada, até pela oposição da proprietária.

Impossível confirmar a proposta de classificação como *villa* (embora exista cerâmica comum de elevada qualidade), essencialmente pelos gravosos impactos que o sítio tem sofrido recentemente.

05.20. Casarões da Misericórdia

CMP 401 / CNS 5741

Espantosa implantação paisagística, que conferem a este sítio um dos mais impressionantes domínios visuais em locais romanos do Alto Alentejo. Situado mesmo no limite de uma das elevações que dominam o terraço fluvial do rio, junto a um troço de via, é um local unicamente referido por Mário Saa[205], apesar da abundância de elementos visíveis à superfície.

Implanta-se em topo sem defensabilidade, mas com visibilidade total sobre o vale do Xévora em mais de 180º, incluindo toda a zona da passagem do vau em Ilhas e o troço de via que corre nessa direcção. A plataforma no topo indica claramente a presença de estruturas no subsolo, e efectivamente no aglomerado de pedras há restos de muro, um

---

[202] Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986: 67. A implantação cartográfica localiza a *villa* junto a Silveira e a barragem junto ao Monte de Mourinha. As fotografias 15 e 16 mostram a estrutura, e serviram de guia de orientação no campo face às dúvidas entretanto levantadas após a destruição do paredão.

[203] "*Villa* localizada na vertente, na margem esquerda do rio Caia. Dispersão de materiais desde a linha de água em frente ao monte da Silveira até ao limite, em frente ao monte da Capela. A abertura de canais para a rega trouxe à sup. mais materiais. Muito destruída devido à implantação do sistema de rega." (Ficha de sítio em *Endovelico*, informação de Sandra Brazuna e Sofia Gomes).

[204] Na ficha de sítio constante do relatório citado enumera-se: "Tijolos, tegulas, cerâmica comum, terra sigillata hispânica e africana, pedras de lagar, escória."

[205] 1959: 158, onde se lê: "Os casarões eram o resto dum destruído edifício, de construção magnífica, ali postado num alto, perto dos M.te do Xévora e d' A de Crastos, a dominar a subjacente via, pelas várzeas. - Seria, acaso, torre ou castelo, a que chamavam *castrum*, nome que se estendeu à actual herdade e residência, na qual também existe uma atalaia ou torre?" E no passo da p. 162: "Nas Ilhas reajusta-se a Estrada à Calçada mourisca, sob a protecção duma fortaleza romana, de silhares graníticos, a cujas ruínas, como dissémos, dão nome de Casarões." Pela prosa se deduz que os vestígios seriam bem evidentes na época.

deles, talvez *in situ*, parecendo formar uma abside. Encontram-se vários silhares de granito, bem como grandes fragmentos de *opus signinum*.

A mancha tem pelo menos um hectare de vestígios, que incluem: cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijoleiras de grandes dimensões e bem conservadas); numerosas cerâmicas comuns de várias tipologias, algumas de formas finas; bojos que deverão pertencer a ânforas. Foram encontrados fragmentos de *terra sigillata* hispânica, hispânica tardia e clara D[206], asas de ânfora de proveniência bética, vidros, fragmentos de mosaicos com tesselas brancas, um troço de coluna de granito muito fragmentado[207], estuque pintado em tons de azul claro, tijolos de quadrante e escórias em grande quantidade. Foram ainda encontrados dois fragmentos de placas de mármore.

Em visita posterior, os moroiços com silhares e placas de mármore desapareceram, por alguma limpeza agrícola do solo entretanto realizada. Também a abside já não era visível, apenas se observando pontualmente alguns pequenos troços de muro aflorando à superfície. O terreno foi objecto de cultivos com impactos violentos, e continuará a ser, o que põe em causa a sua conservação.

No Monte de Crasto[208] estão depositados materiais que poderão provir de Casarões: à porta do monte, um peso de lagar. No pátio, uma base de coluna com fuste e duas pedras, e à porta da igreja do monte, duas aras anepígrafas (?) em granito.

Para terminar, é a este sítio que se poderão referir Deus, Louro e Viana[209] quando mencionam que "Numa herdade próxima, chamada "dos Castros", existe abundância de alicerces e de fragmentos de tégulas", referindo em seguida uma barragem e achados de moedas.

Como balanço final do sítio, registe-se a magnífica implantação paisagística de uma estrutura de grande aparato e que seria conferida de uma assinalável monumentalidade. Possivelmente uma *villa*, pelos indicadores materiais já mencionados.

Outras referências: RP 6/169.

05.21. Casarões da Misericórdia 2

CMP 401

Cerca de trezentos metros a este do casario temos uma extensa plataforma sobre-elevada em relação ao leito do Xévora, com enorme domínio visual sobre a envolvente. Em meio a abundantes seixos de rio, encontram-se imbrices e tegulas, muito dispersos, ao longo de cerca de 1000m^2.

Referência: Inédito.

05.22. Ilhas

CMP 401 / CNS 5740

Zona de transposição do Xévora, sendo aqui o caudal tão irregular, serpenteando entre os terraços fluviais, que a passagem se efectua a pé, mesmo em momentos de maior pluviosidade. Constitui por isso um ponto estratégico de travessia.

Mário Saa menciona neste local "alicerces e objectos romanos"[210]. Na visita ao local apenas se referenciou um padrão de granito, eventual marco miliário[211].

---

206 Neste caso tratando-se de pratos de grande diâmetro, possivelmente Hayes 67 ou 76, indicando cronologias de ocupação bastante avançadas.

207 Com 39 cm de diâmetro.

208 No *Endovelico* surge uma menção de "Monte de Crasto 1" (CNS 25375) obtida a partir do relatório do processo IGESPAR 98/1 (698) que duplica a informação de Casarões, devendo por isso ser eliminada. Em "Monte de Crasto 3" (CNS 25378) completa-se a informação sobre os materiais pétreos acima mencionados: "2 pedras de lagar e 2 aras. Peso de lagar: alt: 82 cm; esp: 44 cm.; larg: 46 cm. Apresenta encaixes laterais e superior. Peso de lagar: 56 cm; diâmetro mínimo: 32 cm. Aras: alt: 68 cm; larg. máx: 50 cm".

209 1955: 573. Os autores não visitaram o local, reproduzindo uma informação oral.

210 1959: 158.

211 Pode também ter sido concebido como marco fronteiriço, pois neste local corre o limite entre o território português e o espanhol. Um padrão de granito, originalmente cilíndrico mas agora com a secção cortada em

Outras referências: RP 6/168.

05.23. Monte da Alivã[212]

CMP 401 / CNS 5727

Sítio em encosta suave, imediatamente a Oeste da estrada, com maior concentração entre dois olivais, particularmente em área onde se nota uma ligeira plataforma sobre-elevada da encosta. Virado para nascente, com pequena linha de água mas sem particulares recursos hídricos nas imediações. Deve no entanto notar-se que se encontra um pouco a jusante da pequena barragem de Olivã[213], da qual poderia beneficiar.

Ao longo de um hectare encontra-se grande concentração de cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos), cerâmica comum (de fabricos cuidados e pastas claras, predominando pequenas formas como púcaros e copos), ânforas, *terra sigillata* clara D, argamassas, fragmentos de *opus signinum* e escória. Encontram-se muitas pedras de pequenas dimensões, incluindo seixos de rio que conservam argamassa que indica a sua inclusão em construções, embora também existam granitos (uma matéria-prima inexistente nas imediações). O sítio mantém contacto visual com Crastos e Casarões da Misericórdia.

Embora a actual propriedade seja muito extensa, podendo existir mais ocorrências, parece plausível que seja este o local relacionado com a referência deixada por Deus, Louro e Viana[214]: "*Herdade de Alivã* – [...] uma área enorme, completamente coberta de pedras aparelhadas, fragmentos de tégulas e de outra cerâmica, e de mosaico. Há na mesma herdade uma grande depressão de terreno, na qual se diz ter existido um circo[215]. Efectivamente, uma pequena sondagem pôs a descoberto pedras aparelhadas, colunas, capitéis e pavimentos, tudo a grande profundidade". Os autores mencionam também uma pilastra e uma lápide[216], ambas visigóticas, como tendo sido encontradas em "escavação" realizada neste local. Será possivelmente nesta ocasião que se recolhe um fragmento de relógio de sol de quadrante esférico que foi dado a conhecer autonomamente[217].

Não é fácil fazer a correspondência entre as evidências materiais encontradas no terreno e as mencionadas nesta citação, pois actualmente o panorama é mais pobre, seja pela carga predatória tremenda da agricultura sobre os vestígios de superfície, ou porque a referência dos autores se pode alocar a um ponto ainda não identificado, pois os terrenos são muito vastos, e a paisagem muito idêntica. De qualquer modo, no sítio visitado, os indicadores pertencem inequivocamente a uma *villa*.

Outras referências: Gorges, 1979: 463 (PC 15).

---

três quartos. Está em posição vertical. Tem 30cm de diâmetro e 1,10 de altura. Todas as faces estão picadas, pelo que é impossível determinar a existência de uma epígrafe. Mencionei-o em Carneiro, 2008: 67, notando que, de acordo com a contagem miliária a partir de *Augusta Emerita*, aqui ocorre precisamente a milha XLII.

212 Na CMP 401 surge apenas grafado o topónimo de "Monte da Olivã". No terreno, contudo, existem duas explorações de cariz agro-pecuário e residencial: o "Monte da Olivã" e o "Monte de Alivã" (que também a notícia de identificação de Deus, Louro & Viana, 1955, mantém), certamente devidos a uma repartição de propriedade originalmente mais extensa. O sítio encontra-se neste último terreno, tendo por isso optado por conservar a grafia original, embora no *Endovelico* surja na entrada "Olivã".

213 Quintela, Cardoso e Mascarenhas, 1986: 65-66.

214 1955: 573.

215 Que RP 6/197 aponta poder ser lida como uma represa; caso seja a de Olivã, já mencionada, deve ser sublinhado que a mesma não se encontra em depressão de terreno, mas pelo contrário, em encosta suave, ligeiramente elevada pela ocorrência do paredão. Contudo, no sítio visitado e aqui descrito, não se verificou a presença de qualquer depressão, embora se implante em uma forma de anfiteatro natural.

216 Trata-se da peça com a inscrição de "MONASTERIO SILVESTER" já mencionada a propósito da Defesa de S. Pedro.

217 Cardoso, 1987: 223 e fig. 2.

Comentários gerais

Em artigo genérico reflectindo sobre as ocorrências epigráficas deste concelho, José d'Encarnação[218] concluía que, embora perante escassas ocorrências epigráficas, seria legítimo supor que "a possibilidade de a zona de Campo Maior ter sido povoada com colonos itálicos não é pois, despicienda" e que "a epigrafia disponível até ao momento não comprova a existência de um importante estrato populacional pré-romano". É de notar ainda "a ligação da zona aos centros populacionais e administrativos mais importantes da província", dada a presença de dois marcos miliários, e, em geral, que "a população conhecia bem os cânones estéticos clássicos".

De então para cá o universo epigráfico não se alterou, pelo que no essencial se mantém o núcleo central de conclusões então formuladas. Poderia mesmo ampliar o leque de inferências, relembrando a presença de dois monumentos votivos, sugerindo uma manifestação de devoção que por certo estará também ligada à visibilidade que as vias proporcionavam, e a presença de significativos exemplares epigráficos e escultóricos de carácter paleocristão, significando que a expressão epigráfica e literária não se perdeu de modo significativo durante os vários séculos.

É tentador procurar nos sítios referenciados estas marcas da romanidade latina. Infelizmente, o universo campomaiorense é ainda muito restrito, não chegando às três dezenas de entradas; embora a área concelhia seja pequena, este facto reflecte apenas o estado ainda embrionário da investigação, pouco sistemática e insistente. Em boa verdade, Campo Maior tem um conjunto de condições extremamente propícias para a fixação em época romana, como sejam as de carácter natural (bons solos, cursos de água e recursos hídricos abundantes e ocorrências mineiras), estratégico (proximidade da capital provincial) e infra-estrutural (materializados na impressionante ponte de Enxara e em dois percursos viários, além de eixos secundários de passagem).

A rede de povoamento parece confirmar esta intensidade da presença humana. A ocorrência de sítios de grande expressão material é significativa, embora todos permaneçam insuficientemente caracterizados: São Pedro dos Pastores será o caso mais paradigmático, um sítio com elevado potencial que só foi intervencionado parcialmente e de modo lacunar para uma cabal caracterização. A planimetria clássica é evidente, mas a sua classificação como *villa* não é inequívoca, podendo ter sido um local directamente relacionado com a via imperial, sendo todavia de descartar a sua leitura como *vicus*. Inequívocas *villae* existiram, e a sua enumeração é significativa: Poço dos Surdos (?), Cabecinha de Lebre, Pombinha (?), Eira (?), Horta da Capela, Silveira, Casarões, Alivã (certamente o sítio relocalizado, não sendo de excluir a existência de outro de maiores dimensões mencionado na bibliografia) e os sítios escavados de Argamassas – com indicadores de prestígio e monumentalidade, coabitando com uma clara vocação agrícola e mineira – e de S. Salvador – eventualmente o melhor exemplo de *villa* de *otium* e *delectatio*, com uma planimetria que seria muito importante poder recuperar, pois pode representar a adopção de cânones e protótipos claramente itálicos.

Ou seja, mesmo que alguns destes sítios possam afinal ser outras unidades que não *villae*, temos um território densamente ocupado, com relevantes indicadores de monumentalidade (por exemplo, vários sítios com silhares, em terrenos que não são graníticos) e elementos materiais que consubstanciam uma intensa exploração do território. Neste âmbito é importante referir a presença de três[219] grandes estruturas hidráulicas, sendo que uma delas – a barragem de Muro – é certamente um dos exemplares de maior monumentalidade em toda a *Lusitania*.

A vertente económica do povoamento romano campomaiorense expressa-se de forma clara em algumas das suas sub-unidades. Em torno de Degolados a exploração mineira da envolvente das minas da Tinoca parece ser inequívoca, materializada

[218] 1989a: 1993.

[219] Embora no inventário de aproveitamentos hidráulicos de Quintela, Cardodo e Mascarenhas surja atribuída a Campo Maior a barragem de Moralves (4.3.6., p. 67-70), esta situa-se efectivamente no território de Elvas.

arqueologicamente nos escoriais identificados em Argamassas. Em outros espaços, ao longo dos dois principais cursos de água – o Caia e o Xévora – teríamos sítios procedendo a uma agricultura de regadio com uma escala muito intensa. Em alguns destes pontos de povoamento é difícil definir a fronteira entre a *villa* e o casal agrícola, mas os indicadores de monumentalidade existem em todos eles, o que permite pensar em grandes estruturas fundiárias repartindo entre si as áreas disponíveis, maximizando a exploração de manchas de solos de elevado rendimento. Em algumas destas extensões a agricultura contemporânea tem agido de forma fortemente lesiva sobre os testemunhos arqueológicos, impedindo a confirmação de notícias antigas. Note-se ainda que largas extensões de terreno não foram prospectadas, o que poderá levar à identificação de mais unidades deste calibre. Por último, temos novamente um conjunto de sítios alinhados ao longo dos percursos viários, funcionando como receptores e escoadores dos produtos indispensáveis à vivificação das actividades comerciais. Mas alguns destes locais poderiam ter também uma função votiva, dada a identificação de expressões de culto em alguns destes pontos, e de forma mais intensa junto ao Xévora, nas proximidades do actual santuário de N. Sr.ª da Enxara. Aí, em Pombinha e em Defesinha, estariam espaços com conteúdos sagrados.

Em visão geral, olhando para o quadro de sítios registados em Campo Maior, temos uma assinalável predominância de grandes unidades rurais de carácter agro-pecuário. Salientam-se algumas ausências e uma dimensão onde estão alojadas algumas interrogações.

Em primeiro lugar, destaca-se a inexistência de pequenos sítios. Apenas Malhada dos Covões e Casarões da Misericórdia 2[220], ambos localizados no decurso do presente projecto de investigação, encaixam neste protótipo. Trata-se de um dos casos em que melhor podemos perceber a ausência de trabalhos de campo sistemáticos, pois são sítios com escassa visibilidade, que apenas em prospecções intensivas podem ser identificados. Estes pequenos pontos, que em outros concelhos constituem a base da pirâmide de povoamento, encontram-se por agora ausentes. Em segundo lugar, as unidades de povoamento desprovidas de monumentalidade, como os casais mais rústicos ou as unidades de povoamento disperso. Note-se, por exemplo, que neste espaço não se encontram os povoados que em Arronches se dispersam ao longo do Caia. O paredão da albufeira parece constituir uma fronteira que será certamente artificial, induzindo-nos em erro; ou então entramos em outro território, mais *latinizado*, pois as unidades que se seguem ao longo do rio - -Monte da Eira, Horta da Capela, Silveira – já se encaixam no conceito da *villa* ou, pelo menos, do casal agrícola com indicadores de monumentalidade (dos quais os silhares de granito ausentes nos povoados de Arronches, mas que aqui se encontram, constituem a face mais visível).

Aquilo que, nesta fase da investigação, pode ser designado como o *facies indigienizante* da arquitectura de povoamento está, por isso, ausente. Os sítios que encontramos estão claramente inseridos na estratégia de povoamento imperial, sendo por isso de considerar a proposta de José d'Encarnação, e de reflectir sobre os conteúdos que tal perfil implicaria. O modelo de ocupação do território parece ter sido aqui baseado na implantação de grandes estruturas fundiárias, plenamente inseridas no universo latino (entendido aqui enquanto matriz cultural, não necessariamente vinculando-o etnicamente), e assentes na sólida exploração dos recursos económicos que o espaço colocava à disposição. Note-se que ainda existem demasiadas áreas em branco neste concelho, e poderá ser precisamente aí que encontraremos estes sítios; mas também seria necessário dispormos de mais escavações em mais locais, para percebermos estratigraficamente a verdadeira dimensão da cultura material.

Dois pontos de interrogação centrais levantam-se, contudo, e ambos sobre sítios hoje inseridos em malha urbana: um deles no centro da povoação (e por isso aqui não considerado) e outro na sua periferia (e por isso abordado, embora eventualmente forçando

[220] Embora com maior área de dispersão de vestígios, o que se deverá plausivelmente ao facto de se implantar em zona que foi lavrada como aceiro, o que conduziu à disseminação dos indicadores de superfície.

os parâmetros definidores do universo de escolha adoptado). Refiro-me naturalmente a Degolados – o primeiro caso – e a Defesa de S. Pedro, no segundo exemplo.

Difícil se torna perceber o que existiu em cada um dos lugares, sendo que a continuidade de ocupação actual no espaço dificulta necessariamente a compreensão das dinâmicas antigas, mas de alguma forma distorce também a perspectiva da investigação, que neles tendem a ver núcleos urbanos antigos – *Ad Septem Aras*, a *mansio* dos itinerários XIV e XV, nos dois casos, ou a anódina designação de *vicus*, no segundo. Esta tentação, de encontrar em povoações actuais as povoações antigas, é necessariamente um erro de perspectiva sem sólido fundamento, e que por isso vicia a leitura.

Sobre a Defesa de S. Pedro a descrição está feita, com a avaliação descritiva do existente. Em resumo, uma planimétrica plenamente romana, com um pátio lajeado, estruturas de contenção de água e pórticos de feição volumétrica muito acentuada. Não existem dados sobre eventuais vocações agrícolas ou económicas do local, sendo que a presença de dois miliários na área envolvente levou a considerar o sítio como um local que prestasse funções nesse âmbito. Certo é que o local seria dotado de elevada relevância, pois em momento tardio aqui se implantou um (possível) mausoléu, com a função sagrada transferida para a capela de S. Pedro erguida nas vizinhanças. Quanto a Degolados, a informação é incerta, remetendo-se para Mário Saa: "Degolados possue origem romana. Mostra incalculável quantidade de fragmentos de telharia, pedras de cantaria, moedas, estatuetas, letreiros e profusão de alicerces. Isto se evidenciou principalmente quando aí se fizeram recentes removimentos de terras, para canalizações de água e de esgotos. Degolados era ponto de atracção vial, lugar de edifícios, de templos, e de muita comodidade para o viandante."[221] E em outro tomo: "O sub-solo de Degolados, especialmente na berma setentrional da E. N. N.º 371, revelou, por ocasião de obras de canalizações, de há poucos anos, profunda rede de espessos alicerces romanos e bancadas de fragmentos de telharia da época. Bem assim, entre muitos e variados objectos, moedas romanas e estatuetas de bronze, de carácter religioso, mas cujo destino ulterior desconheço. Examinei, porém, os entulhos no período das obras."[222] Estas descrições foram-me localmente confirmadas na povoação, havendo ainda hoje memória do achado de mosaicos, aquando do rompimento da estrada que hoje atravessa a localidade. Mas não permitem perceber efectivamente *que tipo de sítio* aqui existiu, parecendo-me que a implantação espacial, a distância face ao eixo viário e a descrição dos achados (feitos pela hiperbólica pena de Mário Saa) sejam mais compagináveis com uma *villa*. Se avaliarmos a classificação dos sítios apenas pela descrição eloquente de autores mais recuados, então certamente que os dados apontados por Deus, Louro e Viana[223] para Alivã com o seu "circo", também induzem na hipótese de um qualquer centro urbano, mesmo que de dimensão secundária.

A eventual existência de uma unidade de povoamento de carácter urbano, ou proto-urbano, não se afigura clara, parecendo-me que, quanto mais não seja por uma questão de mera prudência, qualquer um dos sítios atrás apontados possa ser entendido como uma *villa*, e não como *vicus* ou *mansio*. Não se nota, aliás, qualquer centralidade de algum destes sítios, ou de uma *satelitização* de sítios rurais em relação a eles. Como foi mencionado, o mapeamento dos sítios campomaiorenses permite concluir que muito mais fortes são as sinergias geradas pelas redes viárias – na qual, aliás, Degolados e Defesa de S. Pedro se inserem – e pelos cursos dos rios principais – onde Alivã ou S. Salvador encontram a sua implantação. Estes são os elementos matriciais na dispersão das unidades fundiárias, em consonância aliás com o que temos visto em outros concelhos.

Poucos dados existem sobre a transição para a Antiguidade Tardia e para o mundo medieval. Materialmente, os dados resumem-se a duas classes de indicadores: os elementos

221 1959: 149-150.
222 1967: 43.
223 1955: 573.

escultóricos e epigráficos paleo-cristãos, e as cerâmicas de importação norte-africanas referenciadas ou encontradas em prospecção.

Ambos encontram-se bem presentes. Como já foi mencionado, no concelho regista-se uma epígrafe, uma pilastra e dois colunelos; as *sigillatas* africanas foram recolhidas em Defesa de S. Pedro, Argamassas e S. Salvador em contexto de escavação, e encontradas em prospecções em Alivã e Casarões da Misericórdia 1 (neste caso, com formas muito tardias, seguramente de inícios do século VI). Ou seja, uma pervivência da presença e dos abastecimentos que assume um valor numericamente importante.

Os elementos mais relevantes, contudo, encontram-se nas escavações já efectuadas. Em Argamassas, um indício de *ruralização* da *pars urbana*, com a recolha de alfaias agrícolas em pleno espaço de representação (salas revestidas a mosaico), e a possível reconversão de divisões em áreas de trabalho e transformação. A *villa* prolonga a sua existência, mas reconfigurando a vivência da área residencial. Quanto a S. Salvador e Defesa de S. Pedro, a *necropolização* das estruturas existentes foi confirmada. Se no primeiro caso é problemático perceber que espaço foi reconvertido, no segundo parece evidente ter sido uma divisão relevante, axializada em relação ao pátio, e que recebeu inclusivamente melhoramentos significativos para a aposição de uma estrutura funerária que poderemos considerar como um mausoléu (com uma redução métrica dos espaços, transformando uma divisão ampla em um espaço mais pequeno de modo a realçar o peso simbólico do sarcófago). No âmbito de um espaço monástico, como a epígrafe de Silvestre poderia indicar, acaso pertença a este sítio? De resto, a presença cristã pós-Reconquista far-se-á de modo impositivo junto aos sítios romanos, como se torna evidente em S. Pedro, em S. Salvador ou na edificação do santuário de N. Sr.ª da Enxara precisamente junto à ponte romana, e próximo de antigos espaços votivos, cuja presença pressentimos pelos achados epigráficos e artefactuais.

Em todo o caso, esta actividade humana em momentos tardios pode indicar também a manutenção da circulação de produtos e pessoas nas vias que por aqui atravessam o território – note-se que todos os sítios mencionados estão próximo ou junto de eixos viários –, e a existência de uma forte identidade que permite atravessar tempos pretensamente conturbados. Se esta identidade se baseava em actividades económicas fortes, como a agricultura de regadio proporcionada pelos ricos solos da zona, é uma hipótese a analisar com o decurso da investigação.

Certo será que, a um momento de presença com fortes componentes itálicas, inserida na fase de criação da paisagem imperial, parece seguir-se uma clara estabilidade nestes locais directamente vinculados com as vias e uma base económica poderosa. Esta permanência prolonga-se para finais do Império, manifestando-se como um eixo de presença até tempos muito tardios.

6. Concelho de Castelo de Vide

Um território polimórfico, extremamente diverso e heterogéneo, e por isso aliciante, mas simultaneamente difícil de manusear do ponto de vista da análise. E esta situação aplica-se tanto ao quadro físico e paisagístico como à natureza da informação.

Comecemos por este ponto.

Castelo de Vide possui uma rica tradição na investigação histórica e arqueológica, desde os tempos de oitocentos. De todos os concelhos que compõem a área em estudo, foi o segundo a dispor de uma Carta Arqueológica publicada, em 1975, por Conceição Rodrigues. Desde então a autarquia incentivou uma prática arqueológica sobretudo baseada na intervenção no terreno, principalmente sob a forma de prospecções – é um dos concelhos mais eficazmente batidos no terreno –, mas também com algumas escavações realizadas. Pelo seu constante labor, Castelo de Vide tem hoje uma reserva de materiais e um centro de documentações absolutamente exemplares. Todavia, por contingências próprias desta evolução, desde 1975 os trabalhos publicados são escassos e um, digamos,

pensamento reflexivo sobre estas realidades está ainda por realizar, de modo a reunir e *digerir* os vastíssimos dados documentais e de terreno.

No entanto, a vila albergou alguns distintos investigadores que foram dirigindo a sua atenção para o património histórico. Foi assim sendo criada uma sensibilidade para as questões patrimoniais e de índole documental. Entre estes nomes, destaca-se Possidónio Laranjo Coelho que em 1924[224] nos deixa um precioso registo informativo ao qual devemos, por exemplo, a provável demarcação do término de administração da *civitas ammaiensis* com base em documentação medieval. Todavia, esta elite ilustrada não concretizou no terreno qualquer tipo de iniciativa, nem deixou uma tradição de investigação que sobrevivesse à sua própria geração.

Efectivamente, durante as décadas seguintes, não encontramos qualquer tipo de registo sobre elementos do património romano local. Será apenas na já citada data de 1975 que voltaremos a ter dados, então com a consistência de uma tentativa de carta arqueológica[225].

Este movimento veio a desencadear um activo programa de detecção de pontos de povoamento antigo no concelho, com algumas intervenções arqueológicas em alguns dos mais significativos. Neste conjunto de trabalhos, e sem preocupação de exaustividade (até porque alguns nunca foram divulgados), registem-se prospecções nas principais áreas do concelho e intervenções em locais como Mascarro, Vale da Bexiga, Santo Amarinho e Azinhaga da Boa Morte.[226]

Do ponto de vista geográfico, Castelo de Vide é um dos mais pequenos concelhos englobados neste estudo, com os seus 255 km^2. E, no entanto, apresenta uma extraordinária vivacidade no modo como as suas paisagens e ambientes rapidamente se alteram. Em poucos quilómetros passamos das *safaras* (para utilizar o étimo vasconcelliano) de Póvoa e Meadas para os vigorosos relevos da Serra de São Mamede, e para os ásperos contrafortes do rio Sever. Verdadeiro *concelho-escada*, em Castelo de Vide temos a sucessiva progressão altimétrica, que sobe desde a distante bacia do Tejo, até aos relevos da Serra de São Mamede. Se, algures próximo de Póvoa e Meadas olharmos para a paisagem, temos de um lado as sucessivas quebras do relevo até às margens do grande rio, já no concelho de Nisa, e no extremo oposto, os pináculos onde se empoleira a sede de concelho e, um pouco mais atrás, a vila de Marvão[227]. Trata-se, ainda, de um concelho com assinaláveis recursos, juntando-se à considerável qualidade de algumas manchas de solos a riqueza mineira em cobre, chumbo e ferro, e ainda a rica rede hidrográfica, que origina algumas férteis várzeas que permitem uma agricultura mais intensiva.

Este polimorfismo é originado também pela diversidade do substrato geológico. A face mais a norte e a ocidente do concelho é desenhada pelos granitos, ocorrendo em duas formas, uma de fácies mais negro e de grão grosso, e outro mais claro e compacto. Entrando nos relevos do Sever encontramos os xistos de formação muito arcaica que provocam um terreno mais cavado, por vezes íngreme (como ocorre ao longo das encostas que delimitam o vale do rio), e quase impossível de percorrer pelas abruptas pendentes. O relevo alcantilado do quadrante onde se situa a sede do concelho é um bom exemplo: as impressionantes penhas da Serra de Castelo de Vide iniciam aqui o seu percurso até Portalegre, criando pontos de defesa, miradouros naturais (como a própria vila, com o seu altivo domínio visual para a Beira) e definindo portelas de passagem muito estreitas e

---

224 Reeditado em 1993.

225 Rodrigues, 1975.

226 Remeto para as entradas respectivas de sítios para detalhes mais concretos. Numerosos textos produzidos sobre sítios e peças arqueológicas do concelho encontram-se disponíveis no *site* do município em http://www.cm-castelo-vide.pt/arqueologia_monumentos_arqueologicos.htm. No mesmo endereço encontra-se uma *Bibliografia e outros documentos publicados ou não, que referem trabalhos, informações ou estudos* [...] do património municipal e que apresenta com exaustividade os artigos e relatórios não publicados já produzidos.

227 Esta progressão topográfica é visível no curso do rio Sever, que ao longo de 63 quilómetros de curso vence um desnível de 800 metros (Oliveira, 1997: 119), o que nos mostra como o concelho de Castelo de Vide se encontra altimetricamente colocado em patamares voltados a norte, para o grande rio peninsular.

localizadas. A vila de Castelo de Vide situa-se, portanto, estrategicamente colocada no início destas poderosíssimas linhas de relevo que, no entanto, aparecem marginais ao território do concelho. Na realidade, apesar da aparência alcantilada que o visitante pode levar da "Sintra do Alentejo", o concelho de Castelo de Vide é constituído muito mais pela paisagem ondulada, mas relativamente suave, que encontramos para outras direcções. Apenas o Sever e a Serra marcam os relevos abruptos; no restante concelho o trânsito é mais fácil, a paisagem menos recortada e mais suave ao olhar.

Portanto, esta *mutabilidade* do quadro natural, esta diversidade quase camaleónica, é um dos dados mais interessantes do pequeno concelho de Castelo de Vide.

O contraste é também visível em outros domínios, como na hidrografia. A este temos os vales onde os rios correm estrangulados e com grande estrépito: o já referido Sever, uma parte do curso da ribeira de São João, a ribeira de Vide ou a ribeira do Vale do Cano, que pelo facto de se encontrarem tão enrugados na paisagem constituem também fronteiras administrativas, seja com outros concelhos, seja com Espanha. Por outro lado, nas freguesias de Póvoa e Meadas, e em parte de São João Baptista, temos ribeiras que transitam de forma mais suave, espraiando-se pelas margens e fornecendo mais aptidões para uma antropização diferente da anterior. A ribeira de Figueiró ou a ribeira de Nisa, por exemplo, criam outras dinâmicas na relação do Homem com o meio, originando férteis várzeas e solos mais propícios para uma agricultura de horta.

Um dos aspectos mais interessantes do concelho de Castelo de Vide é o modo como, apesar das dinâmicas recentes na alteração dos recursos naturais, conseguimos ainda entrever o que terá sido a paisagem antiga. Nas faldas voltadas a norte e a nordeste da Serra de São Mamede sobrevivem algumas manchas de arvoredo, que os incêndios ou a prática agrícola não corromperam: subsistem alguns bosques de carvalhos (*Quercus lusitanica*) e de castanheiros (*Castanea sativa*) de grande importância na economia local, e em certos pontos mais esparsos irrompem alguns pinheiros-bravos (*Pinus pinaster*). Albergados por estas diferentes espécies, crescem matos rasteiros que, com o sucessivo êxodo rural, vão novamente recuperando o porte e impedindo a visualização da superfície do solo ou até, em casos cerrados, impossibilitando de todo o trabalho de prospecção. Este coberto arbustivo tem também grande relevância para a economia local, seja através das produções directas, seja das derivadas, como o vime para cestaria, ou o mel que as abelhas fornecem. Neste âmbito, as urzes (*Erica arborea*), giestas (*Cytisus striatus*) e alguma esteva (*Cistus ladanifer*) preenchem o campo onde os cultivos cessaram ou nunca se realizaram.

Todavia, o concelho apresenta belíssimos solos agrícolas. Este território detém extensões com elevada aptidão, sejam aquelas mais encaixadas nos meandros das ribeiras que correm entre as fragas da serrania, sejam nos terraços fluviais dos relevos abertos de Póvoa e Meadas ou da ribeira do Figueiró, mais próximo de Alpalhão. Aqui temos solos leves, ligeiramente arenosos, mas escuros e produtivos, muito fáceis de trabalhar. Dada a existência de um rico húmus resultante da folha caduca do coberto vegetal, e com a abundante água existente, possuem uma propensão para o policultivo, pois aguentam bem a cultura intensiva hortícola. Os espaços mais amplos ficam reservados para os pastos de forragem para o gado. Em zonas mais abrigadas da Serra formam-se micro-climas de grande diversidade ecológica que possibilitam produções de excelência: os pomares de maçãs, de peras, de cerejas, de laranjas ou a produção de figos, são exemplos bem conhecidos e de merecida fama regional. Finalmente, para o campo aberto, encontramos os prados de pastagem ou as searas, sendo muito famosas as amplas extensões de cereais na zona de Póvoa e Meadas ou junto às margens do Sever, que mesmo em solos quase esqueléticos, conseguiam uma elevada rentabilidade e notáveis volumes de produção. É aliás nestes campos que se irão construir imponentes casas agrícolas, cuja arquitectura de grande vulto ainda hoje marca a paisagem. Em Castelo de Vide são bem conhecidas as figuras de grandes lavradores e gerentes de casas agrícolas que fizeram fortuna ao longo do século XIX e XX, tendo por pilares económicos estas produções extensivas que transformaram a paisagem com a lenta charruagem e despedrega dos campos.

Com os devidos cambiantes, não custa imaginar que fosse este o quadro geral na época em estudo: uma propriedade mais repartida na zona mais recortada, com sítios de *economia de amplo espectro*, e uma paisagem aberta pontuada por grandes *villae* ocupando-se da tríade mediterrânica nas áreas de solos seareiros. De que forma, e quais os sítios que materializam esta impressão, veremos em seguida.

Sítios e comentários

06.0**1. Chão Salgado (=Barbuda)**

CMP 325 / CNS 524[228] e 7003[229]

Em zona erma e despovoada, hoje de quase impossível acesso por se encontrarem cerrados eucaliptais e, nas áreas livres, reservas de caça que levaram ao fechamento de caminho públicos. Nesta extensa paisagem, entre Fidalgo e o Monte de Santo Isidro, há indicadores difusos mas que conviria explorar. Alem de várias sepulturas escavadas na rocha (Casão das Taigas), Conceição Rodrigues informa-nos de outros achados: "[...] no local denominado «Chão Salgado» quando procedia à lavoura do terreno o arado ficava preso em muitas destas sepulturas, levantando-lhes a tampa, donde uma vez tirou um machado e uma «cantarinha» [...]. Diz o mesmo trabalhador que apareciam aqui pequenas mós. [...] Esta área, actualmente, é deserta daí a nossa dificuldade em localizar o referido cemitério." E depois, uma curiosa lenda: "[...] O trabalhador citado, homem de avançada idade, conta que o seu bisavô, dizia lembrar-se que naquela região viviam homens selvagens de cabelos e barbas compridas e loiras e de olhos azuis"[230]. Informações orais de pesos de lagar que também não foi possível confirmar.

06.02. Casão do Leandro

CMP 325

Nas malhadas da casa encontra-se uma coluna romana em granito de grão grosso e de tom cinza, com 32 cm de diâmetro por 40 de altura. Informação de Jorge de Oliveira indica que em tempos antigos estava depositado um colunelo visigótico na construção.

Na casa estão embutidos vários silhares e pedras aparelhadas, em especial nas esquinas. Uma outra coluna está na fachada principal.

Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.

06.03. Casão do Inferno

CMP 325

Pequena construção de apoio agrícola com esquinas em blocos de pedra de granito de grão grosso trabalhado. Na envolvente, quer nos limites da propriedade, quer junto às cancelas, estão mais silhares.

Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.

06.04. Casão da Machouqueira

CMP 325

O maior conjunto edificado e o que apresenta maior número de elementos pétreos reaproveitados. Tem um silhar almofadado. Vários apresentam marcas de forfex e os esquadriamentos para inserção em construções.

Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.

06.05. Mato da Póvoa – Mosteiros

CMP 325 / CNS 483[231], 5800[232] e 10315[233]

---

228 Barbuda.

229 Chão Salgado.

230 Rodrigues, 1975: 186.

231 Referente ao forno.

232 Registado como "Tapada de PaiAnes".

Um sítio vertiginoso, porque no carrossel de subidas e descidas vamos sempre encontrando novas estruturas e uma infinidade de pedras, de cerâmicas, de memórias abandonadas pela história. E no topo, o Olimpo: uma vista arrebatadora e um panorama que sobre-eleva toda a envolvente.

Portanto, é uma tarefa complexa, a de descrever o sítio de Mosteiros. Porque é um dos mais impressionantes locais do Alto Alentejo, verdadeiro *tell* onde, da base para o topo desta majestosa elevação, vamos sendo continuamente surpreendidos por núcleos de vestígios materiais.

Curiosamente, a maior parte dos elementos escapou a Conceição Rodrigues, que apenas refere o forno cerâmico e as construções medievais[234]. Mas já Leite de Vasconcellos visitara o local: "Quanto ao caracter das ruinas, não havia duvida que elas eram romanas. A sua extensão é que era muito grande para que pudesse ser explorada de repente; talvez ocupem uma área não inferior a quatro hectares.[235]" Em devido lugar[236] já tive ocasião de expor os dados que sustentam a minha convicção de ser aqui o local de proveniência da ara de *P. Carminivs Macer*, e não o sítio de PaiAnes, situação deduzida a partir do texto vasconcelliano e de uma passagem em epístola do seu correspondente local, o Dr. Basso: *a restante* [epígrafe] *no Mato da Povoa ou Pai Anes*[237]. O próprio "mandou fazer pesquisas cautelosas, com intuito de averiguar qual a extensão que ocuparia a «mouraria», e qual o caracter d'esta: e, com tanta sorte, que descobriu o seguinte: a ara a que ha pouco me referi; o anverso de uma *lucerna* (candeia), de barro, no qual se vê a figura de Mercurio; muitos *lateres* (tijolos), fragmentos de *dolios* (potes); uma asa de anfora; dois fustes de colunas, graniticos; pedaços de *opus Signinum* (formigão), e de *imbrices* (telha curva).[238]" Por via desta referência, o sítio entrará em inventários posteriores[239]. Será também referido em breve passagem em tardia revisão de Mário Saa: "Transposta a Póvoa, atinge, 3 km depois, os Mosteiros, campo de ruínas que, na tradição local, andam atribuídas a destruído convento. Mas são ruínas de idades e épocas várias, principalmente da romana: vasta e densa dispersão tègular, com todo o mais material daquelas específicas construções. Paredes grossas e rijas, empedernidos alicerces, segmentos de condutas de água, fragmentação de pavimentos a cores, silos subterrâneos."[240] Outra breve passagem é dedicada por Jorge de Oliveira, particularmente importante por dois aspectos: é então que pela primeira vez se alude à interpretação do local como um templo, e porque refere a existência de materiais romanos na escavação do monumento megalítico da Tapada dos Matos[241]. Todavia, apesar da exuberância dos vestígios, nunca merecerá um olhar atento até que em trabalho académico recente Mário Monteiro (2002-2003) procede a uma cuidada descrição dos núcleos estruturais, quer com base em impressões de terreno muito rigorosas, quer através de um exaustivo levantamento de informações orais. São estas que também permitem perceber o ritmo de delapidação do sítio, inclusive com recurso a detectores de metais (cujas covas também observei). É neste trabalho que me baseio, para além dos dados registados na visita ao sítio. De referir ainda que, no monte de Mato da Póvoa, está uma coluna e um capitel de granito aqui recolhidos, elementos arquitectónicos que se somam a

---

233 Como "*Villa* romana dos Mosteiros".
234 Rodrigues 1975: 139-145.
235 Vasconcellos, 1930-1931: 179.
236 Carneiro, 2009-2010.
237 Correspondente nº 2998, carta 1756, sublinhado original.
238 Vasconcellos, 1930-1931: 178.
239 Gorges, 1979: 464-465; RP 6/35 (entrada PaiAnes) e 6/36 (entrada Mosteiros)
240 1967: 190. O autor diferencia o sítio de Mosteiros do "alcarial romano" de Paio Anes [*sic*].
241 1997: 478-479, menção a "templo", uma "ampla estrutura quadrangular" onde foram descobertos "fragmentos de mosaicos policromáticos" na nota 3. A anta contígua, da Tapada dos Matos, revelou na sua escavação materiais como "uma fíbula, várias moedas, fragmentos de peças de vidro e de sigillata clara" indicando, se não um enterramento, pelo menos "que os romanos a visitaram".

um outro capitel em mármore, actualmente depositado no GACV, mas com uma cronologia possivelmente muito tardia[242].

O primeiro elemento a notar é a óbvia proximidade a um antigo caminho romano, o mesmo que transita por Poço de Marvão, Ponte Velha e Póvoa e Meadas e que, para oeste, servindo de limite administrativo dos concelhos, corre em direcção ao povoado da barragem. Uma azinhaga larga, com marcas de rodados e pendentes muito suaves. Resulta também evidente da leitura do trabalho de Mário Monteiro que toda a área envolvente se encontra repleta de vários indicadores, como sepulturas escavadas na rocha e lagaretas.

Chegados ao sítio, a impressão imediata centra-se na imponência da elevação, grande massa de terreno que assinala o contacto entre o complexo xisto-grauváquico com a mancha de granitos. O pequeno curso de água que daqui emana parte de uma fonte de mergulho, possivelmente de fábrica romana, que localmente tem tradição salutífera de "fonte das águas santas". Aqui se encontram as estruturas conhecidas como os *Mosteiros*, possivelmente de construção medieval, embora em lintel de uma porta se encontre a gravação de 1725. De acordo com as fontes consultadas por Mário Monteiro[243] não existe qualquer referência à existência de uma estrutura monástica aqui situada, faltando, neste como em tantos outros sítios, um levantamento documental de arquivo que seja exaustivo.

É extremamente complexo realizar uma descrição dos numerosos núcleos, mais a mais sem um levantamento topográfico que urge realizar antes que mais informação se perca. De qualquer forma, da base para o topo encontram-se três grandes núcleos. Sigo o ordenamento e numeração de Mário Monteiro, com algumas indicações adicionais.

Conjunto da base, articulado em torno de uma plataforma claramente artificial que se ergue entre 3 a 4 metros de altura, quebrando a pendente da encosta:

E1 – Na base, no extremo oeste. Estrutura rectangular com aproximadamente 2x2,5 metros terminando em nichos circulares a Este, com cerca de 90 cm de diâmetro, revestidos a argamassa com pinturas a ocre. Atribuídos a uma estrutura termal.

E2 –o conjunto mais complexo: a norte, três estruturas muito próximas, uma delas erguendo-se claramente do solo, com aparelho de *opus latericium* solidamente unido por uma argamassa muito compacta e branca. Aliás, a robustez estrutural é uma característica comum neste sítio. Formam uma estrutura em tripla ábside, forrada a mármore branco, conservada com a altura máxima de um metro.

P1 – Área sobre-elevada, com muitos blocos de granito no seu interior. Seria aqui que se encontraria o mosaico que foi identificado e fotografado na década de oitenta, antes de ser destruído pelo proprietário.

E3 - Estrutura em *opus caementicium* já muito destruída, interpretada como pertencente a um aqueduto ou estrutura de condução de águas.

C1 –mais próximo da base e da linha de água. Duas estruturas, uma medieval, idêntica às outras casas dos "Mosteiros", que cavalga em parte (porque a de base é de maiores dimensões) uma estrutura de fortíssimo embasamento. A mais recente reaproveita vários silhares, enquanto a da base é de um *opus* fortemente argamassado.

E4 – forma parte do núcleo este da base. É uma construção dos "Mosteiros", portanto medieval ou posterior, que é formada por vários silhares, alguns almofadados. É aqui, no lintel da porta, que se encontra a inscrição "1725". Os muros que afloram nas suas imediações, e as oscilações do relevo, indicam claramente que existem estruturas no subsolo que são mais antigas. É possível, como indica Mário Monteiro, que houvesse por aqui um recinto murado delimitando a parte edificada, e a entrada actual da estrutura de algum modo perpetuasse o antigo ponto de passagem.

---

[242] Mário Monteiro (2002-2003: 47) aponta várias opiniões que unicamente coincidem no facto de ser um exemplar tardio, oscilando todavia entre o século VIII e o IX. Adianto que, de acordo com a figura publicada, parece tratar-se de um tipo muito frequente em exemplares tardios desta área regional, como o de Vale da Bexiga ou o exemplar de Mosteiros (Crato).

[243] 2002-2003: 5-6.

E5 – Troços de muros que prolongam o anterior recinto para norte e sul. Claramente romanos. Um deles, com mais de meio metro de altura, tem na base uma meia-cana na união do pavimento.

F – A já referida fonte de mergulho com água permanente. Nas proximidades encontra-se um alinhamento de pedras desmanteladas, talvez pertencente a um paredão de barragem.

T – Tanque rectangular com 2,5 por 3 metros, próximo da fonte, com a qual está unida por um canal. Os silhares envolventes indicam que as paredes foram partidas para que o gado tivesse acesso à água, função que actualmente mantém. A hipótese de Mário Monteiro de aqui se situar um *castellum aquae*, de onde poderia partir um aqueduto, deve ser considerada, mais do que a interpretação como banho termal, manifestamente inadequada face à robustez das paredes e pequenas dimensões do interior.

E6 – Estrutura rectangular com 1,30 por 0.90m, de função indeterminada e que emprega uma laje de xisto envolta na argamassa do aparelho.

P – Poço quadrangular com 2,8 por 2,8m em aparelho de blocos de granito. Certamente romano.

Forno – De planta quadrangular com 5,55m de cada lado. Referido por Conceição Rodrigues, foi escavado de forma voluntarista em 1982 pelo GACV, sem que da escavação fossem realizados relatórios. Não subsiste nenhuma ideia sobre que materiais foram aqui produzidos, embora se refiram doze pesos de tear encontrados no seu interior. O depósito de rejeitados ou de resíduos permanece por identificar. Nas imediações foram encontrados indicadores que configuram a existência de uma área artesanal, eventualmente a *pars rustica*: escórias de ferro e chumbo, e uma possível bigorna, em zona com muitos fragmentos de cerâmica de construção. Quanto ao forno, surpreende pelo excelente estado de conservação na altura em que foi identificado. Estrutura típica, com uma câmara de combustão curta, de corredor central e seis arcos em tijolo. A grelha é feita em *opus caementicium*, com linhas de agulheiros arredondados onde ainda se encontraram tampas de argila com impressões digitais. Entrada do *praefurnium* rectangular, delimitada por silhares de granito. Paredes revestidas a argamassa argilosa, decorada com largas incisões formando uma retícula. Pelos poucos vestígios de utilização, levanta-se a hipótese de ter funcionado durante um curto período de tempo, situação que deveria ser aferida de modo mais rigoroso.

Patamar intermédio da elevação:

P2 – Grande tapete de pavimento em *opus signinum*, de dimensões superiores às registadas por Mário Monteiro (desta vez a superfície do solo apresentava-se limpa), talvez com 8 por 5 metros, ligeiramente sobre-elevado em relação à envolvente, e servindo de base para um moroiço onde estão várias pedras aparelhadas. A encosta aqui quebra o seu declive, tornando-se em larguíssima plataforma artificial onde sobressai um *podium* com talvez 20 metros de comprimento, delimitado por dois largos silhares de granito em cada extremidade. A frente do *podium* por vezes aflora à superfície, ou espreita sob as raízes das azinheiras. Daqui se desfruta um amplíssimo panorama, incluindo o conjunto estrutural da base e a anta, mas que abrange todo o vale da ribeira de PaiAnes.

C2 – A construção anexa emprega variados elementos de construção no seu aparelho. Silhares, uma soleira de porta embutida na verga que separa os dois compartimentos interiores e um fragmento de coluna em granito, deixado junto à parede sul.

No topo da elevação:

E7 – Conhecido como a "Torre", é uma enorme estrutura que aflora em meio a uma elevação artificial com 3 a 4 metros de altura em relação ao solo envolvente. Tem um rectângulo interior de blocos de pedra fragmentados, formando um outro *podium* ou um embasamento, rodeado em três frentes (excepto a este) por meias-canas de um *opus caementicium* extremamente forte, com pedras de médio calibre e uma argamassa muito pura (branca), com meia-cana de cerca de 30cm de altura, parecendo formar um espelho de água

em três lados, espaçada a cerca de 1 metro da estrutura central. O total da estrutura não tem menos de 15 metros. Na base, é referida a antiga existência de uma calçada que rodeava toda esta estrutura e que entretanto foi desmontada, razão pela qual se encontram tantos blocos de granito nas imediações e nos muros de separação de propriedade. Mais abaixo, uma plataforma de perímetro circular, a C6. Neste topo existem notícias de achados de ossos, razão pela qual foi proposta a existência de um mausoléu familiar. Mário Monteiro relaciona esta estrutura com um torre que procedesse à vigilância sobre as Terras de Azafa, mas a construção é claramente romana. Em primeiro olhar, parece tratar-se de um espelho de água, delimitado pelo *opus* e a meia-cana, que definiria um tanque de um metro de espessura que emoldurava a estrutura central, talvez um templo. A panorâmica abrangente é verdadeiramente dominadora; embora a elevação não tenha grande destaque quando avistada de longe, chegados ao topo existe uma panorâmica absolutamente impressionante.

Necrópole – A cerca de 400 metros para Norte, junto ao ribeiro. O único indicador conhecido é a descoberta acidental de uma urna de chumbo com incineração no seu interior, que foi exumada no interior de uma cavidade com paredes em xisto e planta rectangular[244]. É difícil determinar o seu recheio, pois o GACV deparou-se com o achado já removido e disperso pelos achadores, mas as informações orais recolhidas por Mário Monteiro apontam para uma ou duas moedas, pelo menos dois recipientes cerâmicos e um de vidro. Aparentemente, cinco lucernas são provenientes do seu interior. Resta saber se se trata de um enterramento isolado, o que é pouco provável, pois mencionam-se fragmentos de cerâmica de construção e de *opus signinum* na zona. Mário Monteiro[245] aponta para uma cronologia de meados do século III ou inícios do IV, o que faria desta sepultura um exemplo muito tardio do rito de incineração. Relembre-se ainda que são muito raras as urnas de chumbo no território actualmente português, sendo esta a única conhecida no Alto Alentejo.

*

Em resumo, e com tão extenso conjunto de indicadores materiais, o que se pode dizer sobre Mosteiros?

Desde logo, o óbvio: trata-se de um dos grandes sítios arqueológicos do Alto Alentejo, infelizmente em acentuado processo de delapidação.

Existem alguns componentes inusuais, que devem ser atentamente considerados. Um reside no campo estrutural: toda a elevação está pontuada de construções, progressivamente mais imponentes à medida que procedemos à ascensão para a cota mais elevada. Se o conjunto que temos na base apresenta alguma componente sacra – a fonte, o conjunto dado como monástico – o quadro global pode ser interpretado como uma *villa*: notícia de mosaicos, um edifício que parece representar uma sala de tripla abside, estruturas relacionadas com o armazenamento e condução de águas, espaços identificáveis com uma *pars rustica*. Todavia, o que está mais para cima já claramente não é uma *villa* assumindo, pela sua monumentalidade, integração paisagística e cariz dominador, uma componente sacra ainda mais óbvia. E aqui, é indispensável fazer a relação com a dedicatória de *P. Carmivs Macer*, peça-chave neste contexto, para mais feita a uma divindade inominada, o que indica tratar-se de um entidade tópica. A epígrafe sempre foi encarada neste âmbito, já desde a primeva notícia feita por Leite de Vasconcellos, mas o que se torna necessário esclarecer será ou o cariz privado (no âmbito de um *lararium* ou templo de uma *villa*), ou se dentro de uma estrutura cultual pública se integrava – um santuário na verdadeira acepção da palavra, um espaço de devoção agregador das comunidades em redor. Neste aspecto, o impressionante volume da massa edificada deve ser tida em consideração: o *podium* panorâmico a meio da encosta, e a estrutura emoldurada por um espelho de água que se encontra culminando a elevação, não parecem ser edifícios de âmbito doméstico, por muito sumptuoso que este pudesse ser. Não há aqui uma estrutura contínua de edifícios, mas

[244] Descrição em Caetano, 2002a: 323-325.
[245] 2002-2003: 30-31.

núcleos, que vamos encontrando ao subir da encosta, como se de um *corredor processional* se tratasse. De resto, corresponde a um modelo já conhecido, o dos *santuários de terraços*, espaços nucleados onde decorrem festividades e cerimónias de culto.

É então de excluir a existência de uma *villa*? Neste aspecto, os dados não são claros. Na base poderemos ter uma estrutura desse âmbito, como já foi referido no início desta argumentação. Mas invertamos a perspectiva: a *villa* poderia estar na outra margem da ribeira, em PaiAnes, em ponto ainda não identificado, e aqui teríamos então um recinto, delimitado pelo talude perfeitamente visível a este, com a entrada onde se encontra hoje a porta com a inscrição "1725". Entrando para o recinto, poderíamos ter espaços com jogos de água, ou tanques para banhos rituais ou de purificação. As estruturas existentes não podem ser interpretadas no ponto actual dos conhecimentos, mas podem corresponder a espaços de reunião ou de actividades de âmbito sagrado, reforçadas por zonas de actividades produtivas relacionadas com a função sacra, ou com actividades comerciais em momentos de festividades, corporizadas nas possíveis forjas e no forno, de resto com sinais de esporádica utilização.

Para finalizar, não é possível saber, neste momento, o que terá sido Mosteiros. Certos são os sinais de uma inequívoca romanização ou, dito de outra forma, de uma componente humana com fortes índices aquisitivos. O *tria nomina* epigrafado é um desses sinais, como também a urna de chumbo, a grande variedade de tipos de *terra sigillata* dados a conhecer por Mário Monteiro ou o elevado número de lucernas. Este pode ser mais um indicador de uma função sacra, pois é sabido que o objecto-lucerna é um objecto mono-funcional. Apenas serve para iluminação de ambientes, seja nos espaços de vivência, de celebração religiosa ou no sentido metafórico na deposição funerária, como elemento psicopompo que clareia a viagem no domínio das trevas. A ocorrência de sete lucernas neste sítio arqueológico (quatro ou cinco na urna, o que é revelador) é também um padrão anormal, pelo excesso, face ao conhecido nesta área regional. É certo que os materiais visíveis à superfície são escassos e pouco expressivos – maioritariamente cerâmica de construção e alguma comum – mas tal pode dever-se à boa qualidade de preservação de níveis arqueológicos pouco remexidos (apesar das acções furtivas recentes).

Pelos argumentos apresentados, não fica claro que no sítio em causa exista efectivamente uma *villa*, parecendo-me claro que, a existir, não seria *só uma villa*. Relembro que, mesmo em época romana, a coabitação entre residência privada e estrutura cultual pública existia, e nesse sentido não é necessário pensarmos em exclusões ou territórios separadores[246]. A componente sagrada é evidente, e neste âmbito Mosteiros é um marco referencial na geografia religiosa da região, cujas componentes deveriam ser melhor conhecidas, sendo desde logo necessário identificar o teónimo respectivo, não explícito na invocação epigrafada. Santuário, ou complexo cultual, parece-me fora de dúvida, mas não elimino a hipótese de uma estrutura residencial associada, embora me pareça preferível situá-la em PaiAnes, na margem oposta da ribeira (embora aqui os dados sejam escassos). Troco portanto a perspectiva de Mário Monteiro: não uma *villa* com eventual santuário, mas um santuário com eventual *villa*.

Seja o que quer que tenha sido, parece claro que Mosteiros é um dos grandes *complexos arqueológicos* do Alto Alentejo.

Outras referências: Proc. IPPAR 4.05.009; Processo IPA 2003/1(144); RP 6/36; TIR J-29: 113.

[246] Relembro a nota 89 em Carneiro, 2009-2010: de acordo com a *Epistola* IX.39 de Plínio-o-Jovem, ficamos a saber que em uma sua propriedade existia um templo a *Ceres* com duas estruturas separadas por uma estrada: de um lado o templo privado, do outro um espaço público porticado, para descanso e orações dos viajantes, estando ambos situados dentro da sua estrutura fundiária. Aliás, com o decorrer do Império esta abertura de estruturas cultuais privadas ao comum visitante intensifica-se, de modo a funcionar como modelo de ostentação e auto-representação das famílias proprietárias.

06.06. Poço de Marvão

CMP 325

O sítio está no topo de uma elevação, tendo na base um caminho antigo morfologicamente muito interessante, que conduz à chamada Ponte Velha (e, no seu seguimento, para Mosteiros). Está na cota mais elevada, mas não dispõe de visibilidade para sul, pois tem o obstáculo de uma linha de cumeada nesta direcção. Para norte temos uma elevação mais pequena, pelo que o relevo aqui funciona como uma sequência de patamares.

O casebre em ruínas – de pequenas dimensões – apresenta nas três faces em que a alvenaria está visível, porque o reboco caiu, os cantos feitos de silhares de enormes dimensões, alguns com talhe correctíssimo, outros mais grosseiros, uns de grão grosso cinzento e outros de grão mais fino e mais claro. Encontra-se um pedestal com dois encaixes[247] e um fragmento de um peso de lagar.

A casa está sobre um local de ocupação: encontram-se imbrices e tegulas, e ainda cerâmica comum, todos de feição tardo-romana. A mancha, todavia, parece escassa, sendo difícil de perceber a origem dos materiais pétreos.

Referência: Inédito.

06.07. Monte do Senhor Eusébio

CMP 325

Informações não confirmadas sobre a existência de sítio romano sob o edificado. A propriedade sempre encerrada impediu o acesso. Trata-se de uma zona com densa concentração de sepulturas escavadas na rocha[248].

06.08. Monte do Doutor Eugénio

CMP 325

Vários materiais romanos depositados nos anexos do monte, em especial pesos de lagar e silhares. Deverão ser provenientes de Tapada Grande, propriedade nos domínios desta casa agrícola.

Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.

06.09. Meada (= Ameada/Santo Amador)

CMP 325

Vários materiais romanos depositados nas casas da antiga freguesia, uma situação idêntica à anterior face à proximidade com a *villa* da Tapada Grande. Conceição Rodrigues afirma que "Houve continuidade de habitação neste local, que chega até aos nossos dias. Muitas das casas existentes foram construídas com materiais da antiga vila romana", mas em seguida aponta como local de proveniência dos materiais a referida *villa*[249]. No entanto, no olival em frente à casa encontra-se um pequeno sítio, com mancha de cerâmica de construção muito dispersa e rolada (cerca de 200m^2).

06.10. Tapada Grande

CMP 325 / CNS 485[250]

Extensa *villa* romana, hoje muito delapidada. O elemento patrimonial mais relevante é a notável barragem com paredão conservado de 115 metros, cortando o início da ribeira de Vide.

O sítio encontra-se um pouco a jusante da estrutura hidráulica, dominando férteis campos de cultivo onde predominam as searas, embora se implante no actual olival. Curiosamente está exposto a norte, embora esse seja o padrão das *villae* vizinhas, como

247 45cm de largura mínima, 72 de espessura, 68 de espessura máxima e 18 de altura.

248 Rodrigues, 1975: 197 a 201.

249 1975: 150. Por este motivo, RP 6/37 duplica os sítios.

250 Referido como "Meada", os dados devem ser atribuídos a este sítio.

Garriancho e Torre, estes já em Marvão. Nesse sentido, está no termo oeste de uma frente de várias *villae* implantadas em sequência.

Para quem chega ao sítio, o panorama é relativamente decepcionante: em mancha com cerca de um hectare encontram-se tegulas, imbrices e cerâmica comum (grandes recipientes, mas também pequenos púcaros de tom cinza), mas os materiais estão muito rolados e fragmentados. É evidente a superficialidade do afloramento, mas não se encontram vestígios de estruturas, aparte a extensa plataforma onde se encontram os materiais.

Na realidade, os elementos mais expressivos foram daqui retirados, certamente por acção da agricultura intensiva. Pesos de lagar em número variado e indeterminado, sendo um de considerável volume[251], bases e tambores de coluna, silhares, cornijas e mesmo duas aras que infelizmente se apresentam ilegíveis[252]. Em resumo, uma ampla *villa* de vocação agrícola.

Outras referências: Gorges, 1979: 465; RP 6/38; IRCP nº 612.

06.11. Fonte da Beldroega

CMP 325

Informação oral de Jorge de Oliveira apontava para a existência de um sítio romano nesta área. No portão de entrada para a Tapada da Chaminé estão três silhares de cada lado, com almofadado e marcas de forfex.

Mais acima, no topo da elevação, existe uma mancha de cerâmica extensa, um cossoiro e um elemento de mó girante. Alguma da cerâmica comum é manual, podendo indicar um sítio do Ferro que tenha sido romanizado. Nas casas, observa-se que, na que está mais junto ao topo, se encontram novamente silhares nas esquinas, alguns apresentando marcas de forfex.

Em resumo, parece tratar-se de um povoado do Ferro romanizado, mas não foi possível determinar o ponto de origem dos materiais de maior volumetria. Exceptuando a tapada murada, as condições de visibilidade dos territórios envolventes não eram as mais indicadas.

Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.

06.12. Monte dos Agrões

CMP 334

Epígrafe localizada em recente Estudo de Impacto Ambiental. O sítio apresenta excelentes condições para a implantação de uma *villa* mas na prospecção feita não se obtiveram resultados, nem existem indícios de tal existência.

06.13. Vale da Bexiga

CMP 334 / CNS 506

O sítio encontra-se em plataforma de declive suave para sul, com excelente enquadramento paisagístico, dominando uma linha de água e um conjunto de boas várzeas agrícolas. Ocupa o terço inferior da encosta, formando uma plataforma bem visível que quebra o curso da descida.

No terreno não é visível qualquer sinal de construções no subsolo, nem foi visto o troço de parede referido por Conceição Rodrigues. Mas o local encontra-se muito exposto a fenómenos pós-deposicionais e à erosão.

Os materiais visíveis são escassos, mas espalham-se em área não inferior a um hectare. De cerâmica de importação, apenas um bordo de *terra sigillata* clara D, e alguns bojos que deverão pertencer a ânforas. Alguma cerâmica comum também foi encontrada, genericamente com boa qualidade de fabricos (um de pasta clara). A cerâmica de construção está dispersa, com imbrices, tegulas e tijoleiras de grão fino e tom vermelho-

[251] Rodrigues, 1975: 152, infelizmente não indicando medidas.
[252] Rodrigues, 1975: 150-152.

claro, com pastas com numerosos e.n.p. de quartzo. Alguns exemplares são de deficiente fabrico, com pastas que se esfarelam ao toque. Encontram-se tegulas com excesso de cozedura, e blocos de pedra, que talvez pertençam a construções.

De acordo com memória escrita, terão sido "levados a efeito trabalhos arqueológicos no local, tendo sido postos a descoberto diversas estruturas habitacionais e sepulturas. Estes vestígios, depois de consolidados, mantiveram-se a descoberto até que o rendeiro da propriedade procedeu à sua destruição [...]."[253]

Os trabalhos arqueológicos referidos consistiram em sondagem aberta pelo GACV no local. A análise das fotografias então realizadas permite perceber que a intenção inicial seria avaliar o estado de preservação de sepulturas que teriam sido identificadas, mas como estas se encontravam em meio ao edificado, foram abertas algumas valas, seguindo o traçado desses mesmos muros. Pela planta realizada, terão sido identificadas cinco sepulturas, que apresentam semelhanças estruturais – caixas lajeadas de granito – com outras conhecidas nesta área regional, como as bem próximas de Boa Morte ou Santo Amarinho. A novidade aqui, porém, é que de acordo com a planta produzida (único elemento de compreensão do que efectivamente foi realizado) as sepulturas estão em meio do edificado, ficando por determinar, evidentemente, *o que seria* esse mesmo edificado. Note-se, porém, a similitude na orientação das estruturas e das sepulturas, o que não deixa de ser interessante. Pela planta produzida, o conjunto edificado a sul, sem sepulturas e fechado, poderia corresponder ao espaço de um mausoléu, mas nesse caso a ausência de um enterramento deve ser salientada (embora, note-se, o interior não foi escavado (!), dada a filosofia de seguimento dos muros que norteou a intervenção). A continuação dos muros faz pensar que se trata de uma estrutura pertencente a um todo maior, restando saber se parte da *villa*. Neste contexto, o dado mais relevante acaba por ser o pequeno colunelo visigótico, certamente pertencente a um pequeno templete. De qualquer forma, não creio que de momento seja possível avançar muito mais do ponto de vista interpretativo com dados tão precários, embora seja evidente o substancial interesse deste sítio.

Defronte encontra-se a Ermida da Senhora das Virtudes, que incorpora blocos de granito na sua construção, com uma sepultura escavada na rocha anexa. Todavia, não me parece que se possa deduzir uma "continuidade de habitat" como refere Jean-Gérard Gorges, dada a distância entre ambos os pontos, e também porque a sequência ter-se-á verificado, como vimos, no próprio local. De referir ainda que Vale da Bexiga seria servida por um *diverticulum* que chega vindo de oeste (de Malhada das Cabras) mas também se prolonga para este, na margem oposta da ribeira, para Tapada da Mesa.

Em resumo, trata-se claramente de uma *villa* dedicada à exploração dos férteis terrenos da envolvente. O padrão de implantação e os dados de terreno apoiam esta leitura. Torna-se no entanto fundamental perceber melhor o que aqui se passa no final do Império: teremos a invasão do espaço residencial feita por uma necrópole, estruturada em torno de uma basílica ou mausoléu reconfigurando o anterior local de habitação? Ou a intervenção arqueológica incidiu sobre uma área periférica, ou até individualizada e *não-romana*, distante da *pars urbana*? E de que modo decorreu a transferência da carga sacra deste local para Sr.ª das Virtudes, local que provavelmente corresponde a uma *kuba* islâmica cristianizada?

Referências: Proc.º IPPAR nº 4.05.007; Gorges, 1979: 463-464; RP 6/58; Rodrigues, 1975: 155-156.

06.14. Azinhaga da Boa Morte

CMP 335 / CNS 238

Vários núcleos de sepulturas, identificadas em diferentes fases. Inicialmente (1975) noticiou-se uma necrópole constituída por oito sepulturas, mais duas identificadas a duzentos metros a este, em linha recta. Escavada em duas ocasiões, por Conceição Rodrigues em 1974 ou 1975 e José Olívio Caeiro em 1981/1982 (cujo relatório apenas

[253] Ofº SRAZ 550/86, 16 Dez. 86, Caetano Mello Beirão em Proc.º IPPAR.

repete a informação anterior). O total de espólio mencionado ascende a três bilhas de cerâmica, mais uma fivela e um anel de bronze que apresentava a gravação *ISISI* e uma estilização de palmeta ou ave. Em 1996, na sequência de prospecções intensivas, dão-se a conhecer novos conjuntos com duas sepulturas de inumação, escavadas sem espólio (III), outras duas apresentando as mesmas características (XVII), e uma outra isolada (XIX). Já no núcleo XXII, com três sepulturas rectangulares, o espólio recolhido incluiu um pote e um jarro "das cabeceiras das sepulturas", sem discriminação[254].

Um local que convinha analisar de forma mais profunda, peça-chave para conhecermos o mundo funerário do século V/VI, aqui em relação com o suposto *vicus* da Barragem que fica na margem oposta.

Referências: Proc.º IPPAR nº 4.05.006; Rodrigues, 1975: 182; Sarnadas, 1996: 53-56.

Vale do Cano

V. Vale do Cano e Pereiro, concelho de Marvão (CMP 335).

06.15. Barragem da Póvoa

CMP 335/CNS 13830

Conjunto muito extenso de indicadores, prolongando-se por uma área dificilmente avaliável (cinco hectares?) mas que abrange as duas margens do regolfo. É necessário ter em consideração que muitos elementos estão hoje submersos. Numerosas habitações ainda hoje são visíveis, observando-se também parcelamentos de propriedades feitos com muros de pedra seca, mas nos anos oitenta algumas habitações ainda estavam relativamente bem preservadas, observando-se nas fotografias então obtidas o volume construtivo de algumas edificações. As construções apresentam sempre alvenaria de pedra seca, colocada com grande precisão, definindo estruturas rectangulares, que delimitam duas ou três divisões com pequenas áreas internas. No interior encontra-se com frequência um piso semelhante a uma calçada, com pedras pequenas. De notar que por vezes existe o reaproveitamento de silhares, ocasionalmente com almofadado. As portas estão delimitadas com pedras maiores, na vertical, e orientam-se tendencialmente a sul ou a nascente. Em alguns casos, as sepulturas invadem o espaço habitacional, com caixas semelhantes às que se encontram em Azinhaga da Boa Morte. Em outros pontos encontram-se estruturas produtivas, observando-se encaixes de pesos de lagar, havendo notícias de no leito da ribeira se encontrar um "lagar romano" com um peso *in situ*. Em determinado ponto foi encontrado algo interpretado como o *podium* de um templo, tendo sido recolhidos fragmentos marmóreos de frisos decorativos e platibandas de granito dessa estrutura (hoje em parte incerta). Outros materiais pétreos incluem silhares almofadados. Os materiais cerâmicos são frequentes, predominando a cerâmica de construção, com tegulas, imbrices e tijoleiras, que por vezes se apresentam com elevada densidade. Pouca cerâmica comum, sempre de fabricos locais, e inexistência de tipos de importação. Ainda se notam azinhagas muradas de acesso ao local[255].

254 Sarnadas, 1996: 56.

255 Para complemento informativo transcreve-se a descrição constante da Informação nº 90/IPA-Crato/99 da autoria de Carlos Batata: "O nível das águas encontra-se muito baixo, o que permitiu ver as estruturas ali existentes. Ambas as margens da barragem têm vestígios de época romana. Assim, foi possível verificar a existência de 1 núcleo onde se encontravam grande número de habitações, com os respectivos quintais ou parcelas demarcadas por pedras. Parte das estruturas encontram-se submersas. Um segundo núcleo encerra o que parece ser o pódio de um pequeno templo; um 3º núcleo diversas construções industriais romanas, bem como parcelas de terreno delimitadas por pedras e muros; um 4º núcleo com habitação e muros de delimitação de terrenos; um 5º núcleo, com habitações, delimitação de parcelas e duas sepulturas; um 6º núcleo que se encontra debaixo de água (lagar romano, com peso de lagar *in situ*); uma estrada delimitada por pedras (via romana)."

Uma escavação foi realizada em ponto indeterminado deste sítio nos anos oitenta[256]. As fotografias constantes do processo indicam que decorreu sobretudo em zona de necrópole, sendo visível uma caixa tumular de lajes de granito verticais, em sepultura semelhante às da vizinha necrópole da Boa Morte. A sondagem intervencionou duas sepulturas, verificando-se que se encontravam sem espólio.

No actual regolfo há ainda a mencionar uma ponte, hoje submersa (conhecida como do Ribeiro do Carvalho), com um arco de volta perfeita construído em tijolo e de tabuleiro horizontal, cuja cronologia não se conhece.

O quadro geral é coincidente com um *vicus* com uma larga diacronia de ocupação, iniciada em época romana, mas que se prolonga até momentos medievais. Claramente o local necessita de um projecto estratégico que proceda ao levantamento topográfico das diversas estruturas e núcleos, e que prospecte intensivamente zonas ainda não percorridas.

Embora fora do presente âmbito, de registar a diversidade de práticas tumulares, com uma necrópole individualizada e sinalizada (Boa Morte), sepulturas entre as estruturas de habitação, e sepulturas escavadas na rocha nas proximidades.

Outras referências: Processo IPPAR nº 4.05.005; Processo IPA S-13830; Sarnadas, 1996.

06.16. Tapada da Ameixoeira

CMP 335 / CNS 511

Escassas informações fornecidas por Conceição Rodrigues: "Num feliz acaso recolhemos, na Tapada da Ameixoeira, um fragmento de imbrice que tem inciso um pentalfa, símbolo que parece ser de origem maometana, com significado mágico-religioso. [...] observámos, nas imediações, alicerces de construções circulares feitas com enormes pesos de lagar de médias proporções"[257] .

06.17. Joucel

CMP 335 / CNS 31363[258]

Um dos *povoados escondidos* da Alta Idade Média que ocorrem nesta zona onde entramos nos relevos da Serra de São Mamede. Servido por uma azinhaga serpenteante, próximo de uma fértil várzea, temos 11 sepulturas escavadas na rocha, uma delas infantil, outra com tampa, algumas com molduras e ombros. Mais próximo da linha de água está um pequeno povoado, com compartimentos rectangulares e pedras fincadas, meio coberto pela vegetação e escondido por uma árvore. Trata-se do "Junçal" constante do *Endovelico.*

Referência: Processo IGESPAR S-31363

06.18. Monte da Murela

CMP 335 / CNS 14366

De acordo com a descrição, trata-se de uma mancha de dimensões indeterminadas de cerâmica de construção, cerâmica comum e dois pesos de tear. Deverá corresponder a um pequeno casal, em topo de ligeira plataforma a meio de uma encosta suave com linha de água na base.

Referência: Processo IPA 90/1(00).

06.19. Vale da Manceba

CMP 335 / CNS 484

No seguimento de Vale da Bexiga, percorrendo o antigo caminho romano em direcção a oriente, situa-se uma provável *villa* vizinha. A descrição de Conceição Rodrigues será o melhor guia para conhecer um sítio hoje difícil de detectar, pela vegetação arbustiva que recobriu a superfície do solo após o abandono agrícola desta tapada: "Logo que

256 Relatório Barragem da Póvoa e Meadas. Castelo Vide. Estação arqueológica tardo-romana. Jorge Oliveira, 10.Dezembro.1986 [dactilografado], constante do Processo do IPPAR consultado.

257 Rodrigues, 1975: 194-195.

258 No *Endovelico* como "Junçal".

saltámos a parede chamou-nos imediatamente a atenção a abundância de cerâmica constituída por inúmeros fragmentos de *tegulae*, de *imbrice*, tijolo de variadíssimas dimensões e espessuras, asas de vasilhas tipicamente romanas e até uma *tessella* de quartzo leitoso, perfeitamente limada pelo uso numa das faces. As paredes divisórias das tapadas circunvizinhas tinham abundantes quantidades de *tegulae*, *imbrice*, tijolo e silhares. Algumas destas pedras afeiçoadas foram empregues na reconstrução do portal de entrada de uma casa de falsa cúpula que existe a 200m a norte deste local. Nos quinais, nas ombreiras e soleiras das portas das construções anexas à referida casa de falsa cúpula são visíveis pedras talhadas, descortinando-se em algumas as características almofadas romanas. Por uma área de 5000m^2, sobre a margem direita da linha de água, são abundantes os vestígios de habitação tipo romana.[259]". Em leitura posterior o quadro muda: "habitats, vizinhos, do tipo casais agrícolas [...] uma grande concentração de pequenas unidades de exploração familiar[260]" embora a descrição seguinte aponte para uma escadaria escavada no afloramento, pesos de lagar, silhares, escórias, e blocos de *opus signinum*. Assim, não é de excluir a existência de uma *villa* com diversos núcleos. Implantação canónica, em encosta suave voltadas a sul, com linha de água na base e fonte próxima, alem de dominar férteis várzeas.

Outras referências: Processo IPA 90/1(100); Gorges, 1979: 464; RP 6/53.

06.20. Tapada da Pedreira

CMP 335 / CNS 505

O achado de uma coluna de granito (2,10m) em trabalhos agrícolas desencadeou a descoberta deste local, hoje em propriedade vedada e de muito difícil acesso. As indicações não são muito claras: refere-se uma área onde a autora procedeu à "abertura de uma pequena vala", em meio a grande dispersão de cerâmica de construção, cerâmica comum e blocos de pedra. A 60 cm de profundidade identificou-se um pavimento de lajes de granito, tendo sido recolhido grande quantidade de cerâmica, vidros e um peso de tear. Outra vala, na mesma área, teve resultados similares quanto a espólio, mas indeterminados quanto a estruturas, pois a autora apenas refere que se confirmou "ter aqui existido uma *villa* rústica romana"[261].

A coluna é um importante indicador de monumentalidade do sítio, mas os dados revelados são pouco esclarecedores. Mais uma vez, uma implantação canónica, com encosta voltada a sudoeste, férteis solos na base da encosta, onde corre uma linha de água reforçada com numerosos recursos hídricos.

Outras referências: Gorges, 1979: 464; RP 6/55.

06.21. Tapada da Ribeira do Carvalho

CMP 335 / CNS 304

A 700 metros para Norte do anterior, em elevação de terreno em "local inóspito e pedregoso", foram localizados "alinhamentos de pedras", cerâmica de construção e *dolia*, tendo a autora realizado novamente uma "pequena escavação", desta feita sem resultados[262]. Em 1982 uma sondagem realizada pelo GACV identificou vestígios de uma construção "cuja actividade estaria provavelmente relacionada com a actividade de tecelagem"[263], provavelmente um casal na dependência do anterior.

Outras referências: RP 6/54.

[259] Rodrigues, 1975: 147
[260] Pita & Magusto, 1996: 69-70.
[261] Rodrigues, 1975: 157.
[262] 1975: 166.
[263] Pita & Magusto, 1996: 69.

06.22. Colegiada

CMP 335

Um dos mais curiosos testemunhos epigráficos desta área regional: [...] / MAR[CI F(*ilius*)] (?) / EX CO[NS(*ulto*)] (?) / ANDAIECQ / P(*ius*?) P(*osuit*?), indicando um culto de carácter oracular, mais interessante ainda porque se trata de uma divindade indígena, neste caso a primeira menção conhecida a *Andaieco*. Documenta-se assim uma prática cultual estruturada já de acordo com a *formatação* latina, apesar de o provável dedicante e a divindade serem autóctones. Na zona existem "vestígios de alinhamentos" relacionados certamente com o próprio santuário. A memória oral localiza aqui uma antiga igreja.

Referências: Carneiro, 2009-2010; Encarnação, 1995a (FE 49, nº 221).

06.23. Monte do Mouratão

CMP 335

Referência muito imprecisa sobre sítio romano nas proximidades do monte agrícola.

Referência: Inédito a partir de informação oral de Jorge de Oliveira.

06.24. Monte do Mascarro

CMP 335 / CNS 531

Um sítio dotado dos mais relevantes conteúdos, essencial para compreendermos diversas dinâmicas (culturais, temporais, funcionais...) e que por isso necessita de uma reavaliação atenta. As informações sobre as realidades identificadas são confusas, por isso necessitará de uma leitura muito cuidada. Tentemos analisar os dados em questão.

A descoberta do sítio verifica-se a partir do achado de uma moeda visigótica em ouro cunhada por Egica (687-702). A visita de Conceição Rodrigues ao local indica que "Depois de percorrermos uma área de cerca de 6000m2 no local onde a moeda tinha sido encontrada constatámos, pelos numerosos fragmentos de tegulae, imbrices, dolias, alinhamentos de paredes e fragmentos de colunas de granito [...]", o potencial do sítio.[264] Segue-se uma escavação, "junto a um dos alinhamentos de paredes", cuja estratigrafia parece ser a seguinte: a trinta centímetros de profundidade "um pavimento feito de tijolo moído que assentava sobre uma camada de seixos dispostos regularmente", seguramente o seu alicerce. A referência seguinte menciona uma sepultura, descoberta por "um operário" enquanto a autora procedia a prospecções. De inumação, aparentemente não apresentava espólio. A fotografia apresentada[265] não mostra qualquer relação com a anterior ou com outras estruturas, mas depreende-se que estaria próximo do referido pavimento.

Entretanto havia sido descoberto "um muro de alvenaria de pedra e cal, *opus mixtum*" que no ano seguinte viria a ser escavado. Aqui, a dez centímetros de profundidade "apareceu um pavimento formado por argamassa de tijolo moído", ou seja, de *opus signinum*, sendo que a estampa CVII mostra um pavimento com meia cana. Da referência a "um fragmento de tijolo que se supõe ter pertencido ao estabelecimento de banhos" e a este pavimento depreendeu Pilar Reis[266] que estaríamos perante um edifício termal, mas tal não é necessariamente relacionável. Deverá tratar-se de um tanque, sobreposto a "outro pavimento, mas diferente do primeiro", pois a setenta centímetros surgiram "grandes ladrilhos", ou seja, um piso de tijoleiras. A autora dos trabalhos imediatamente conclui a existência de "duas correntes culturais diferentes, uma de base romana outra visigótica", certamente não pelas estruturas, todas absolutamente romanas, mas pelas moedas, a que, acrescento, poderemos juntar a sepultura.

Na escavação não surge menção a nenhum tipo de materiais. Os que a autora apresenta são de achados de superfície – colunas de granito, "vários fragmentos de ladrilho

264 1975: 168. Moeda descrita na página 188. A moeda surge na listagem de Almeida, 1971: 224 a 226.
265 Est. CVIII, fig. 1 e 2.
266 Reis, 2004: nº 86.

calcinados e vidrados"[267] e algumas moedas romanas em colecção particular (bronzes de Teodósio, Galieno, Macrino, Quietus, Teodósio (?), Magnêncio e Constâncio, ou seja, uma colecção muito coerente entre o início do século III e os finais do IV), a que se junta uma outra visigótica, de ouro, entretanto vendida[268].

Resta-nos ainda um elemento cultural do maior interesse: "próximo do local anteriormente descrito", ou seja, em propriedade vizinha, foi recolhida uma ara votiva. Desta forma, não é tão seguro que seja proveniente do *lararium* doméstico, como anteriormente supus[269], mas de algum templo situado nas imediações, eventualmente no *fundus*. Dedicada a uma divindade não mencionada, o que indica a sua inclusão em estrutura cultual própria, o aspecto mais interessante reside no contraste entre o cuidado suporte pétreo, irrepreensivelmente esculpido, e a fruste gravação, desalinhada e imperfeitamente desenhada, o que mostra que a peça foi comprada algures e gravada no local por indicação do proprietário.

Em 1983 regressaram os trabalhos de escavação ao sítio, mas de modo tão desarticulado que motivaram uma intervenção a cargo do então SRAZS[270]. Seguiram-se duas campanhas no local, momento em que se procede, pela primeira vez, à obtenção de um levantamento topográfico do sítio e de uma sequência estratigráfica mais rigorosa.

No sector A definiu-se uma primeira camada de derrube, sobretudo de cerâmica de construção[271], sobreposta a um outro, por sua vez sobre uma camada de terra arenosa, com mais um bronze de Constantino e um fundo de ânfora. Aqui se situa um piso estreito, lajeado, nas proximidades de um tanque com meia-cana anteriormente detectado (na campanha de 1972?), o que leva o autor da escavação a propor "uma construção relacionada com a obtenção de vinho ou azeite".

No sector C predominou uma camada de cinzas, escória de ferro e "borra de vidro". Definiram-se duas pequenas estruturas rectangulares com pavimento em tijoleira, muito fracturado por contínua sobre-exposição a altas temperaturas. Nesta zona haveria uma entrada para o interior de uma estrutura não descrita, com uma soleira de porta, recolhendo-se na zona vários fragmentos de uma canalização em chumbo.

No sector D procedeu-se à limpeza da zona anteriormente intervencionada por Conceição Rodrigues, com "uma extensa divisão habitacional" que apresenta um "piso de tijolo moído sobre um nível de calhaus rolados". É então que temos a informação sobre a existência, não de uma, mas de duas sepulturas, "sobre o piso de tijolo moído", a um dos extremos do compartimento. Foram ainda detectados muros sob este pavimento, e um piso de tijoleiras onde assentaria uma coluna visigótica, da qual ainda não havíamos tido notícia. As sepulturas, rompendo o piso de cima, tinham a sua base nestas tijoleiras. Salienta-se a ausência de "cerâmica fina" (*sigillata* ou paredes finas) e de mosaicos, apontando-se como possível localização para a *pars urbana* o próprio monte de Mascarro.

A campanha de 1985 apenas acrescenta detalhes e confirmações ao sítio: no sector A um outro reservatório para líquidos, com *opus signinum* em meia cana, e uma canalização de granito. Nesta área, sob derrubes, recolheram-se seis moedas de Constantino. No sector C, confirmou-se a presença de escórias de ferro, cinzas e cerâmicas com excessiva cozedura, apontando-se uma "oficina ou anexos de ferreiro".

Desta forma, temos uma estrutura fundiária, provavelmente uma *villa* com alguma monumentalidade que nos é conferida desde logo pelas colunas em granito. Temos duas estruturas relacionadas com a água, estando uma delas sobreposta a um momento mais

---

267 Rodrigues, 1975: 170.

268 Estampa CXV.

269 Carneiro, 2009-2010.

270 Relatório de Trabalhos Arqueológicos na Herdade de Mascarro, dir. Jorge de Oliveira, Castelo de Vide, Agosto de 1984 [dactilografado], constantes no processo do IPPAR e entregue aos Serviços Regionais de Arqueologia da Zona Sul.

271 Referem-se "grande número de fragmentos de tijoleira com marca de pata de cão", o que será certamente fruto da secagem destes materiais em eiras ao ar livre, antes da cozedura no forno. Esta menção deve ser relacionada com os materiais vidrados e sobre-cozidos que indicam um forno de produção de cerâmica.

antigo, constituído por um pavimento de *laterae*. As cerâmicas calcinadas indicam uma estrutura de produção cerâmica, e o relativamente numeroso espólio monetário mostram que o sítio estaria plenamente inserido nos circuitos comerciais. Todavia, não há qualquer referência a outros elementos de importação. É legítimo concluir que nas proximidades estaria um templo privado inserido na propriedade. Em momentos finais o espaço (produtivo?) necropoliza-se mas o local mantêm a sua vitalidade nas correntes de âmbito comercial e em economias monetarizadas, com duas moedas de ouro visigóticas a marcarem uma continuidade de ocupação (agora em perfil funerário) até tempos muito tardios. O espaço continuará a ser ocupado, conhecendo-se uma sepultura escavada na rocha nas imediações.

Por tudo o que fica dito, e pelo que se entrevê em dados tão fragmentados, merece que se dedique ao sítio de Mascarro uma atenção especial, dada a relevância dos conteúdos culturais e diacrónicos aqui existentes.

Outras referências: Proc. IPPAR nº 4.05.002; Processo IPA 86/1(113) e S – 00531; Almeida, 1971: 224-226; Gorges, 1979: 463; IRCP nº 613; RP 6/57.

06.25. Santa Marinha (= Santo Amarinho)

CMP 335 / CNS 627

Conjunto de dezasseis sepulturas em caixas formadas por lajes de granito. Atribuídas genericamente à "época medieval", deverão datar do século VI ou VII. Escasso espólio, sobretudo com bilhas feitas a torno lento e menção a uma fíbula. Na encosta em frente existe a menção a uma antiga ermida. Em 2002 foi valorizada e é hoje visitável.

Referências: Processos IPA 86/1(113), S-627 e S-00531; Rodrigues, 1975: 177-181; RP 6/56; IRCP nº 619.

06.26. Chafurdão de Santa Marinha

CMP 335

De acordo com Conceição Rodrigues, aqui estaria um ponto de povoamento relacionado com a necrópole de Santa Marinha. Neste local foi encontrada uma epígrafe funerária de um cluniense do século I d.C. A vegetação persistente não permitiu confirmar a presença humana antiga no local.

Referência: Mendes de Almeida, 1967: 68-69; Rodrigues, 1975: 177-178.

Comentários gerais

Olhando para o quadro geral do concelho de Castelo de Vide, uma primeira impressão pode ser esta: vindos do Tejo, aqui estamos a entrar no domínio das grandes *villae*.

Todavia, será assim?

Não querendo levar as leituras deterministas ao extremo, parece-me no entanto interessante regressar ao quadro geográfico. À medida que vamos progredindo de norte para sul, vamos deixando os relevos do Tejo e entrando progressivamente em dois espaços: a Serra de São Mamede, que em Castelo de Vide verdadeiramente não se manifesta, pois a sede de concelho encontra-se na portela de passagem para esse ambiente, mas também os ricos solos agrícolas, mais suaves e planos, que caracterizam as freguesias de S. João Baptista e de Santa Maria da Devesa. E é precisamente aqui, nestes relevos menos pronunciados, que vamos encontrar sítios como Tapada Grande, Mascarro, Vale da Bexiga, Tapada da Pedreira ou Vale da Manceba, com pontos de povoamento que em tudo parecem *villae*. Saímos de uma paisagem mais agreste, com lugares que podemos interpretar como *vicus*, para as grandes estruturas fundiárias que geralmente associamos à paisagem do Alentejo romano.

No entanto, uma perspectiva crítica torna menos linear esta leitura. E analisar este ponto, por onde se iniciou a abordagem genérica ao concelho de Castelo de Vide, é muito estimulante, pois na realidade o feixe central do debate aplica-se, em sentido mais amplo,

aos fenómenos interpretativos e conceptuais com que o estudo da paisagem romana usualmente lida, ou à maneira como geralmente todos os sítios de alguma dimensão são encaixados na categoria *villa*.

Olhando com mais atenção, nos sítios referidos, nada nos indica com particular precisão, ou grau de certeza, que efectivamente estamos perante *villae*. O indicador genérico está ausente: os pavimentos em mosaico, o *opus tesselatum*. A referência à *tessela* de quartzo leitoso em Vale da Manceba é extremamente duvidosa, pelas próprias características petrológicas e de fractura desse material[272]. Apenas se regista em Mosteiros, um sítio que, como já foi amplamente referido, mais do que uma *villa* poderá ter sido *outra coisa* e que, mais do que marcar a paisagem fundiária, marca certamente a geografia sagrada desta área, tão rica, aliás, de conteúdos.

Portanto, e regressando aos mosaicos, estão ausentes em qualquer dos locais. Pisos em *opus signinum* (tanques?), em tijoleiras ou lajeados de granito são conhecidos, mas não em mosaico. Pinturas murais: estão ausentes. Cerâmica de importação, tais como paredes finas, ânforas, *terra sigillata* (com a excepção de Mosteiros): estão também ausentes. Indicadores de monumentalidade: unicamente temos colunas em granito (Tapada Grande, também com silhares, Tapada da Pedreira e Mascarro), mas como sabemos as colunas não indicam necessariamente a existência de uma *villa*. Indicam, sim, duas coisas: a verticalização de planos que demonstra a monumentalidade do sítio de proveniência, e a existência de pórticos, geralmente associados a um peristilo doméstico, mas que podem na realidade pertencer a mais tipos de estruturas: fachada de um templo, galerias de um *macellum*, projecção vertical de um edifício de um *vicus* ou uma *mansio*, etc. Note-se que também existem indicadores de monumentalidade no povoado da Barragem da Póvoa (incluindo frisos decorativos, ausentes em qualquer um destes pontos) e esse sítio certamente não terá sido uma *villa*.

Então esta posição poderá suscitar alguma perplexidade, porque nas fichas individuais estes locais foram sendo constantemente apresentados como *villae*. E, de facto, poderão tê-lo sido, mas o que agora pretendo defender é uma postura mais relativista: na verdade, todos eles *poderão ter sido villae*, mas na verdade nada confirma que *foram efectivamente villae*, portanto, todos e cada um deles *poderão ter sido* outro tipo de sítios. Esta situação alerta-nos para o modo como os lugares por vezes são apressadamente classificados como aquilo que os investigadores pretendem que eles tenham sido, ou de acordo com os estereótipos conceptuais que têm em mente, mas a posição actual exige mais prudência[273]. Em resumo, em nenhum deles se documentam os indicadores de *gosto urbano* que caracteriza o conceito-*villa*.

É verdade que os sítios mencionados já se enquadram em características paisagísticas e pedológicas diferentes: na realidade, em todos eles sente-se um *ar de família*, que tem a ver com a inserção nos cânones vitruvianos para a construção de propriedades individuais e fundiárias em meio rural. Genericamente protegidos dos ventos a norte (à excepção de Tapada Grande), inseridos a meia-encosta, dominando férteis várzeas com recursos hídricos reforçados por fontes e poços, desfrutando de ampla visibilidade (por vezes de panorâmica amplíssima, apesar da implantação discreta), discernimos em todos eles um padrão que é muito característico deste tipo de lugares.

Independentemente do que poderão ter sido, o que se destaca nas evidências materiais é a fortíssima vinculação à exploração agro-pecuária do meio envolvente. Em alguns casos, presume-se uma grande intensidade nessa dinâmica: o enorme peso de lagar da Tapada Grande é complementado com os vários pesos e mós depositados na actual casa agrícola de Monte do Doutor Eugénio e de Meada. O conjunto reforça-se com a imponente barragem, certamente para fins de regadio e de uma intensiva prática agrícola,

272 O próprio conceito de "limada pelo uso numa das faces" empregue pela autora é duvidoso face ao talhe que uma *tessela* implicava.

273 Seis dos sítios do concelho – Mosteiros, Mascarro, Vale da Bexiga, Tapada da Pedreira, Vale da Manceba e Meada (designação de Tapada Grande) - constam do inventário temático de J.-G. Gorges (1979).

pois a sua implantação a montante do sítio impede que seja considerada como um espelho de água com fins ornamentais ou lúdicos. Nos diversos sítios registam-se pesos de lagar (Poço de Marvão, Tapada da Ameixoeira, Vale da Manceba), pesos de tear (Monte da Murela, Tapada da Pedreira e Tapada da Ribeira do Carvalho) e escórias (Vale da Manceba e Mascarro), além do forno e oficina de Mosteiros. Curiosamente, Vale da Bexiga está ausente destes indicadores o que, tendo em conta a precária intervenção no local, também não é significativo. Também de notar que nos sítios onde temos pesos de lagar não há notícia de pesos de tear, sendo aliás que estes últimos parecem corresponder a locais arqueológicos de menor dimensão e, digamos, exuberância de conteúdos, configurando a sua presença em pequenos casais. E merece menção o caso de Mascarro, onde a intervenção possivelmente incidiu sobre uma das poucas *pars rusticae* de que temos conhecimento no Alto Alentejo, embora mesmo assim os dados não sejam absolutamente claros, pela interrupção de um projecto promissor.

Este panorama é exclusivo da metade sul do concelho, quando os relevos se aplanam e a paisagem se torna mais suave. Na metade norte, nos domínios de Póvoa e Meadas, o registo torna-se mais fragmentado, e os sítios ainda mais difíceis de enquadrar conceptualmente. Os primeiros locais da listagem – Chão Salgado, Casão do Leandro, Casão do Inferno, Casão da Machouqueira, Poço de Marvão, Fonte da Beldroega – são desconcertantes: em meio de uma paisagem quase desértica temos volumosos materiais de construção empregues em casões agrícolas[274] hoje semi-abandonados. Estes materiais denunciam estruturas de considerável monumentalidade que terão pontuado este espaço, pois não é admissível que tenham sido transportados de muito longe para serem embutidos em construções actualmente tão irrelevantes. Estes quatro sítios encontram-se hoje no meio de uma paisagem completamente despovoada, e em grande parte de muito difícil acesso. Trata-se do terraço sobranceiro ao rio Sever, uma paisagem escalvada e desértica, muito ampla, de planalto cortado por pequenas linhas de água que correm em meio aos sulcos do xisto. Zona de grande produção cerealífera até à década de oitenta do passado século, a prática agrícola foi rasgando a fina espessura de terra arável até ferir a rocha de base, criando o ar de *paisagem lunar* que hoje se contempla. E todavia, nesta paisagem estéril, encontramos nas construções solitárias, hoje abandonadas, alguns elementos de grande monumentalidade: colunas e silhares, cuja romanidade é indiscutível. Não se vislumbra qualquer ponto de possível proveniência; pelo seu porte e quantidade, descarto a hipótese de terem sido para aqui trazidos de longa distância, sobretudo se pensarmos que a pedra aqui abunda, e que todas as construções onde os encontramos são irrelevantes casões agrícolas, que não justificariam tal esforço construtivo. É possível que esteja nestas paragens uma *villa* de grande porte ainda por localizar, embora esta seja uma área claramente marginal. Um santuário, alcandorado sobre o rio, também é hipótese a considerar. Claramente uma zona que necessitaria de prospecções de malha fina.

Sobre este espaço, portanto, não há possibilidade de se tecerem grandes considerações. Digamos que há uma relação inversamente proporcional entre a *invisibilidade* dos presumíveis locais de proveniência e a magnitude dos blocos pétreos actualmente visíveis. Como é natural, depreende-se a necessidade de se encarar esta margem do Sever como uma extensa área (uma língua entre o rio e a ribeira de S. João) prioritária para a realização de prospecções intensivas, de modo a captar locais que podem ainda estar por identificar e que serão o presumível ponto de origem destes materiais.

Do ponto de vista das estruturas de povoamento temos ainda um caso específico. Trata-se da estrutura que conceptualmente pode ser considerada como um *vicus* na Barragem da Póvoa. Próximo da necrópole de Boa Morte, e rodeado de mais tardias sepulturas escavadas na rocha, apresenta um conjunto de características que o aproximam – até pela implantação junto a um actual regolfo de albufeira – do caso da barragem do Caia

[274] Porque de facto são apenas estruturas de apoio às actividades humanas desenvolvidas nesta paisagem sem que haja habitação permanente, não se tratando por isso de montes. Reforço este ponto também para indicar o isolamento deste território.

(Arronches), embora no exemplo castelo-vidense tenhamos uma maior concentração de evidências arqueológicas. Trata-se de um modelo de povoamento disperso e polinucleado, que raras vezes tem sido identificado no território alentejano, e que por isso deverá ser olhado com grande atenção. São vários os conteúdos de relevo, desde a referência a espaços de cariz produtivo (um lagar, embora não fique claro se é atribuído à época romana) à necessidade de conhecermos melhor as arquitecturas domésticas e a compartimentação interior destas pequenas habitações, tão distante do *modelo-villa* que habitualmente domina a investigação. Permita-se-me no entanto destacar a estrutura interpretada como um *podium* de um templo, sobranceiro ao encaixe de duas linhas de água, e que poderia ser o local de proveniência do friso decorativo que surge em fotografia. Poderia tratar-se de um ponto organizador do próprio povoado, eventualmente um referente agregador da comunidade, mas será certamente mais um elemento constituinte desta *geografia sagrada* que na área Norte do Alto Alentejo apresenta tantos testemunhos.

Neste campo, o concelho de Castelo de Vide é um terreno fértil para o conhecimento dos cultos e crenças religiosas e das suas estruturas enquadradoras. À semelhança do vizinho espaço de Nisa, aqui encontramos mais uma divindade indígena, *Andaiecus*, agora com duas relevantes especificidades: a menção a estruturas existentes no local (ou seja, com uma correspondência arqueológica) e a inferência sobre uma formalização de um culto de carácter oracular. Ora, tal certamente implicaria uma estrutura arqueológica de recepção e albergue dos cultuantes, ou seja, uma complexidade nos espaços que aqui teriam existido, e que leva a que uma futura intervenção se possa revestir de grande interesse para a investigação.

É precisamente em complexidade estrutural que o sítio de Mosteiros apresenta uma significativa valência. A profusão de espaços visíveis ou apenas perceptíveis não facilita a análise do local, o que é um pouco paradoxal, pois geralmente ocorre o processo inverso. A verdade é que muitas das estruturas são, digamos, *de sinal contraditório*, pois combinam eventuais interpretações residenciais, lúdicas, produtivas e sagradas. Da mesma forma, os espaços são ambíguos, ou seja, não é fácil através da análise da ruína perceber a funcionalidade do edifício que ali terá existido. Todavia, independentemente deste aspecto e de um outro, que reside nas dúvidas que ainda se poderão levantar sobre a proveniência da ara de *P. Carminius Macer* (que a meu ver estão esclarecidas, mas ainda não *definitivamente esclarecidas*), penso que a dimensão simbólica e/ou sagrada do local (entendendo esta diferença no facto de o sítio ser *só* um santuário ou *também* um santuário) é indubitável. Para além da monumentalidade das estruturas do topo, há um padrão de implantação em altura que confere ao local uma majestosa abrangência visual, que do ponto de vista simbólico é fortíssima. Mas a minha impressão não se funda apenas no *ar de lugar*, antes em dados concretos: a estrutura do topo apresenta um largo espelho de água rectangular (com uma meia-cana em relevo bem visível) que emoldura o que parece ser um *podium* em alicerce de alvenaria pétrea, e a meio da encosta temos uma outra estrutura onde se combinam a silharia granítica e um amplo e robusto aparelho de *opus signinum*. O todo parece novamente configurar a plataforma de um *podium* de dimensões muito superiores ao do topo. Quanto aos núcleos da base da elevação, onde se encontram as estruturas produtivas (forno, oficina de fundição), estruturas de armazenamento de água (tanque, fonte, poço) e elementos edificados, a análise é mais dificultada pelo facto de as percepções do cariz funcional dessas valências, e do modo como se articulavam entre si, ser mais ambíguo. Retomo o que escrevi na ficha individual: na base podemos entender o espaço como uma *villa*, mas à medida que vamos ascendendo, o cariz sagrado vai sendo reforçado (apesar de, reforço, já existir no sopé da elevação, com os "Mosteiros" e as lendas associadas à fonte), e o elemento mais *doméstico* associado a uma *villa* se vai perdendo em função de estruturas de grande aparato.

Seja como for, na paisagem romana de Castelo de Vide o sítio de Mosteiros ganha forma por ser o local mais especificamente *romano* dada a profusa utilização de elementos característicos. Do ponto de vista construtivo, a variedade e qualidade de aparelhos e

técnicas introduzidas pelo contingente itálico, e no campo material, com materiais genericamente ausentes desta área regional, como a *terra sigillata* e as lucernas, ou o exemplar caso da urna em chumbo.

Este ponto é relevante e merece alguma atenção, pois nos diversos sítios listados vamos encontrando um, digamos, *fácies identitário* mais vinculado ao *fundo indígena*, embora se detecte, apesar dos frágeis dados disponíveis, uma ágil integração das inovações especificamente romanas. Se Mosteiros parece ser, por enquanto, um sítio com forte componente latina nas expressões construtivas e nos elementos da cultura material, os restantes sítios estão, como dizer?, com esta componente menos expressivamente marcada, o que poderá também ser originado pelo estado embrionário da investigação.

Um último comentário para a evolução diacrónica. O aspecto mais relevante parece ser o facto de uma significativa quantidade destes sítios se encontrar ocupado em períodos tardios. Para alem dos casos evidentes, nas necrópoles de Santo Amarinho e de Azinhaga da Boa Morte, também nos locais de habitação encontramos essa expressão. Necropolização da *pars rustica* em Mascarro, provavelmente. Capiteis paleocristãos em Vale da Bexiga e Mosteiros. Evidente diacronia na Barragem de Póvoa e Meadas. E mais alguns dados soltos que deverão ser melhor avaliados, em especial na faixa de terra ao longo do Sever. Portanto, para já, indícios de continuidade e de estabilidade nesta paisagem.

7. Concelho de Crato

Um território que apresenta uma grande diversidade e rápidas transições entre paisagens distintas. Sob o ponto de vista geográfico, o Crato funciona com um micro-cosmos, um *concelho-síntese* de algumas das principais tendências que encontramos no quadro paisagístico do Alto Alentejo. Nesta perspectiva, talvez uma das explicações resida no facto de, não sendo o concelho mais representativo em área (embora os seus 388 km^2 lhe concedam algum destaque, acaba por não ser o mais vasto), apresentar uma distribuição espacial atípica, muito inclinado no plano noroeste/sudeste, o que leva a que tenha o segundo maior número de confrontações concelhias (com outros sete municípios, apenas atrás de Monforte, que possui oito).

Esta heterogeneidade não é conflituante com o facto de apresentar um cunho biofísico muito próprio, marcando uma antropização da paisagem que, para utilizar a expressão de um autor, foi muito articulada em torno de pólos fundamentais, onde "a água e a pedra, o barro e o leite, marcam permanências milenares"[275], ou seja, onde um conjunto de substratos produtivos assumiram um papel fundamental ao longo da diacronia da presença humana. Este facto assume-se de forma muito relevante no Crato, um concelho que possui um conjunto de *marcas de água* muito específicos e identitários que modelam o seu *facies* de povoamento, e concedem a este âmbito territorial, diverso na sua essência geográfica, um cunho muito marcado.

Que espaço é então este?

O concelho do Crato é claramente um limiar na transição espacial, uma zona que articula territórios distintos e que por isso serviu, desde sempre, de biótopo de cruzamento e transição inter-regional. Cruzando o Crato passamos, de norte para sul, das ambiências da Serra de São Mamede (cujas faldas meridionais atravessam ainda parte do concelho, na zona oriental de Almojanda) para a peneplanície mais suave e modelada; ou, no canto nor-ocidental, das *safaras* graníticas, no prolongamento da Comenda e Tolosa, para a extensa plataforma que desemboca em Fortios. Da mesma forma, vindos das charnecas de Ponte de Sôr, entramos na mancha granítica, onde ainda hoje temos os grandes monumentos megalíticos que transformaram o Crato em laboratório de estudo desta área específica. Entre as diversas localidades do Crato encontramos esta acentuação distintiva, com rápidas transições e passagens no quadro paisagístico.

[275] Parreira, 1996: 11.

Um dos dados mais relevantes do território cratense reside na diversidade dos substratos geológicos, que constituem decisivas forças modeladoras da paisagem. Predominam – especialmente a norte e no centro – importantes extensões de rochas magmáticas, nomeadamente de dioritos, ortognaisses e sobretudo de granitos, estes ocorrendo em distintas variantes, com uma heterogeneidade tremenda[276]. Este facto condiciona de forma decisiva as distintas formas de modelação e trabalhos da pedra enquanto matéria-prima, observando-se tal facto nas distintas tipologias de monumentos megalíticos, de sepulturas escavadas na rocha, ou mesmo no talhes dos silhares que encontramos nos sítios do concelho, consoante a granulometria, densidade e resistência dos materiais pétreos existentes.

Já a sul do concelho, ou em outros pontos ocorrendo em manchas isoladas, temos formações litológicas de substratos xistosos ou grauváquicos, geralmente irrompendo na paisagem sob a forma de cristas ou de afloramentos dentiformes. Embora em áreas restritas do concelho, observa-se que nestas áreas a paisagem altera-se, com a presença de litossolos que, por disporem de uma escassa potência arável, se tornam mais propensos para uma agricultura menos intrusiva e mais superficial. Todavia, os solos com afloramentos superficiais ocorrem também nas extensões de substrato granítico: foi registada, na escavação da necrópole de Lage de Ouro, esta situação, e ainda hoje, para quem se desloca ao local, é evidente o modo como as penedias graníticas afloram, ou como ao longo do caminho vamos observando a densidade de afloramentos que sinalizam a paisagem.

A ocorrência destes blocos, que se espalham por todo o concelho, é por vezes impactante na paisagem. Na zona de Froia, por exemplo, a ribeira corre estrangulada entre os caos de penedos que tornam qualquer prospecção no local uma actividade arriscada. Em algumas extensões que marginam este curso de água a paisagem altera-se decisivamente, com gigantescos blocos graníticos, sub-esféricos ou apenas levemente arredondados pelo boleamento originado pela erosão, e que se erguem de forma imponente ao longo das margens. Infelizmente, onde os blocos terminam, ocorreu a plantação de eucaliptos, que nos impede de ter de um modo claro a percepção da paisagem. Nos itinerários descritos por Mário Saa na zona a norte de Monte da Pedra, onde localiza os sítios de Aguilhão e Vale de Magre, o plantio de eucaliptos ocorreu nas zonas libertas dos afloramentos, onde pelas cumeadas o trânsito seria possível, mas cuja transitabilidade ficou definitivamente encerrada, o que nos obliterou a leitura de vias e dos sítios a elas associados. De resto, a simples análise das Cartas Militares nº 345 (Comenda) ou 346 (Vale do Peso) permite-nos observar a extensão da sinalética de afloramentos que por aqui ocorrem e, também, dos plantios de eucaliptos.

Todavia, nem todas as margens desta zona são alcantiladas. Em largas extensões ocorrem aluviossolos que permitem uma agricultura de elevado rendimento, embora em larguras reduzidas e sujeitas ao hidromorfismo que sazonalmente leva aos encharcamentos com a possível perda de colheitas. De qualquer modo, ao longo das ribeiras, ou nas suaves depressões das zonas graníticas, ocorrem férteis várzeas que permitem o policultivo ou, dada a abundância da rede hidrográfica e da ocorrência de nascentes, uma agricultura hortícola e de regadio onde se permitem as culturas sachadas.

Nos solos do concelho, uma das ocorrências mais notáveis do ponto de vista económico são as extensões de solos mediterrânicos vermelhos, caracterizados por terras espessas, barrentas e ricas em argilas. Ocorrem em dois pontos, estando um a sul do território, confrontando com Alter do Chão, para onde se estende, mas o elemento mais significativo é aquele que envolve a norte a vila do Crato, e que possibilita a rica tradição oleira dos barros de Flor da Rosa[277]. De resto, a relevância comercial desta produção local específica mantém-se toponimicamente na *Estrada dos Louceiros* que manteve em circulação

[276] Ver a notícia explicativa da folha 28-D da Carta Geológica de Portugal 1/50.000 dos Serviços Geológicos de Portugal.

[277] Em 1940 estavam em laboração ainda cerca de 60 oleiros e a actividade empregava 70% da população.

os circuitos comerciais que, aproveitando a via XV, se orientavam para mercados mais meridionais. Estas ocorrências são muito relevantes por dois motivos: primeiro, porque manifestando-se em depósito, permitem alimentar a demanda de objectos em barro; mas também porque, em solos de espessura mais delgada, fornecem um conjunto de nutrientes que permitem uma elevada fertilidade e seu aproveitamento agrícola. A tradição de hortas em Crato e Flor da Rosa comprova esta realidade geológica.

De um modo geral, portanto, ao longo do concelho do Crato encontramos bolsas de grande produtividade económica, reforçadas por uma rede hidrográfica densa, e por uma elevada capacidade de retenção de água, seja nos próprios solos (especialmente os argilosos), mas também por ribeiras de caudal irregular mas que raramente secam em absoluto nos estios mais acentuados.

Não é possível hoje entender o modo como se estruturava a paisagem do concelho do Crato. Embora este território apresente uma ainda considerável capacidade de preservação ambiental, com a genérica ausência de impactos lesivos (exceptuando a densa mancha de eucalipto que corre na franja norte do concelho, em especial na freguesia de Vale do Peso), os incêndios que periodicamente vão fustigando estas extensões impedem uma visualização do que seria o coberto florestal.

Todavia, no canto nordeste do concelho, no corredor que segue de Vale do Peso para Fortios, ainda se encontram largas extensões de carvalho cerquinho (*Quercus faginea*) e do mais comum carvalho negral (*Quercus pyrenaica*), sendo ainda visíveis alguns exemplares de castanheiro (*Castanea sativa*), que certamente seriam mais abundantes antes do flagelo dos incêndios. Com alguma segurança podemos supor que predominaria um matagal de arbustos, o mesmo que em áreas menos aptas ainda hoje encontramos, dificultando a prospecção ou mesmo a simples passagem, com a agravante de se tratarem de áreas de carrascal de folha perene. Por estas extensões ainda temos grafado o topónimo "Vale do Linho"[278], cujo fundamento não é possível conhecer em termos históricos. Para as extensões mais a sul, certamente os montados de azinheiras (*Quercus ilex*) e de sobreiro (*Quercus suber*) predominariam, como ainda hoje sucede em especial nos solos onde o areão granítico ou o substrato delgado impossibilitam a fixação e crescimento de outras espécies.

Durante a época romana certamente ter-se-á intensificado o derrube das espécies principais e o arroteamento de largas extensões de terrenos, possibilitando o livre desenvolvimento das manchas de cereal, de oliveiras e de vinhedos, sendo que apenas estes últimos desapareceram da paisagem actual. Todavia, até muito recentemente a paisagem era ainda bravia: ainda em 1932 a imprensa local noticiava as montarias aos lobos que atacavam rebanhos nos arredores de Aldeia da Mata[279]. Esta alteração do quadro natural está, curiosamente, bem documentada na investigação arqueológica, bastando comparar as fotografias constantes do inventário de monumentos megalíticos promovido pelo casal Leisner com a envolvente actual[280]. Finalmente, a promoção da repartição da propriedade, delimitada por recintos murados – as designadas *tapadas* –, terá também contribuído para a alteração da percepção desta paisagem.

Hidrograficamente, o dado mais relevante do concelho é o modo como, em traços largos, se encontra delimitado por dois cursos de água muito relevantes: a ribeira de Sôr, pelo norte, e a ribeira de Seda, mais a sul, ambos afluentes de um curso maior, o Sorraia, mas que de algum modo funcionam como delimitadores da paisagem e, pela irregularidade do seu caudal, como condicionadores das zonas de passagem e circulação, obrigando mesmo à construção de monumentais obras de arte para a sua transposição. Por todo o concelho ocorrem nascentes, fazendo com que genericamente o espaço esteja bem dotado de aquíferos.

Um dos dados mais curiosos que podemos assinalar, olhando para o concelho de relance, é o modo como a diversidade paisagística encontra um curioso paralelo na

278 CMP 347, Fortios.
279 *Brados do Alentejo* nº 64 de 17-04-1932, p. 8.
280 Chamada de atenção em Parreira, 1996: 19.

heterogeneidade dos processos de investigação. Obviamente que não existe relação entre os dois elementos, mas de algum modo acentua-se assim a impressão de um território no qual, de forma algo paradoxal, temos um espaço já muito trabalhado pela atenção dos investigadores, mas onde ainda muito está para descobrir. Ou, dito de outro modo, de um concelho onde falta cumprir uma leitura que organize de forma sistemática a numerosa informação dispersa que tem sido produzida. E trata-se de um concelho que inclusivamente possui um Plano Director Municipal (PDM) exemplar, no seu rigor e tratamento sintético da informação, mas onde mesmo assim aflora, por um lado, a ausência de trabalho de campo (alguns sítios estão cartografados pela aproximação toponímica e, como sítios inéditos para o mundo romano, apenas Salgadas 1 e 2 são novidades), quer, por outro, a posterior divulgação de estudos que ampliaram essa base informativa[281].

O facto é tanto mais de realçar como, ao contrário de outros concelhos desta área regional, em Crato temos um conjunto de investigadores que são originários do meio local, e que por essa via foram procedendo a um cuidado registo informativo das realidades documentais e de terreno. No plano histórico temos Manuel Subtil, que nos deixou a monografia de Vale do Peso, e também um importante registo de apontamentos que ainda está em larga medida por descobrir[282]. Na Arqueologia, contamos com a obra deixada por Agostinho Isidoro, mais interessado no notável património megalítico do concelho (embora com algumas referências a sítios posteriores, nomeadamente às "moradeias"[283]) e, em especial, de José Carlos Caetano, que nos legou a informação reunida no PDM concelhio e, também, a modelar escavação da Lage do Ouro e o fundamental conjunto de reflexões que se seguiram sobre os ritos funerários, conjuntamente com Helena Frade[284]. Deve ser ainda de registar que o Crato foi um dos primeiros concelhos do Alto Alentejo a receber uma tese de mestrado[285], além de ter assistido à realização de um número já significativo de intervenções arqueológicas[286] e de albergar um notável museu municipal, onde se guardam os mais significativos testemunhos da memória arqueológica local, incluindo o espólio da Lage do Ouro.

Trata-se portanto de um rico repositório de informação, ao qual acrescem ainda outros elementos, entre os quais destaco as antigas notícias deixadas por Leite de Vasconcellos[287] e ainda um importante núcleo de impressões de terreno deixadas por Mário Saa[288], que na prática constitui o único testemunho para alguns sítios arqueológicos actualmente devorados por eucaliptos.

O único problema reside no facto de esta informação ser muito sectorial, faltando uma visão de conjunto que a organize e proceda ao seu tratamento analítico, aprofundando os sectores ainda descurados (nomeadamente, com recurso a trabalhos de terreno utilizando prospecções sistemáticas). É óbvio o imenso potencial arqueológico (no sentido mais lato da palavra) deste concelho, que apesar do notável esforço empreendido pelas

---

281 Sobretudo Parreira, 1996, que utiliza o PDM como base de trabalho, mas que procede à relocalização de antas já conhecidas e à identificação de novos sítios.

282 A monografia foi publicada em 2001; a documentação guarda-se na Junta de Freguesia local e, apesar de toda a amável disponibilidade manifestada para consulta, acabou por não me ser possível proceder a uma análise cuidada do espólio.

283 O artigo inicial é de 1962, complementado depois com sucessivas adições publicadas entre 1963 e 1964; última notícia em 1973.

284 Caetano, 2002a; 2002b; Frade & Caetano, 1987, 1991, 1993, 1996.

285 Parreira, 1996.

286 Destaco naturalmente as que incidiram sobre o período cronológico que aqui mais interessa: a *villa* da Granja, por Manuel Heleno, nos anos trinta do século XX, e a necrópole da Lage do Ouro, por Helena Frade e José Carlos Caetano, na década de oitenta. Nos monumentos megalíticos o número é substancialmente superior, essencialmente por Agostinho Isidoro (embora com padrões de escavação muito distantes de qualquer metodologia aceitável) e por Victor S. Gonçalves, encontrando-se referenciadas em Parreira, 1996.

287 Vasconcellos, 1921-1922; 1927-1929a; 1930-1931. Apenas destas datas nos ficaram memórias publicadas de visitas ou de registos informativos, mas o Director do MNA tinha família em Tolosa e Gáfete, com quem foi trocando copiosa correspondência que se guarda no Epistolário pessoal, naquela instituição.

288 Em especial no Tomo II (1959), mas também com revisão posterior no Tomo VI (1967).

personalidades enumeradas, se encontra ainda em tão larga medida por rentabilizar. Nota-se, contudo, a já referida especialização sectorial, pois cada investigador trabalhou em *fatias* específicas da diacronia, ou em áreas específicas do concelho, o que faz com que existam ainda extensas áreas (temporais e territoriais) por conhecer. Por estes motivos, considero que o já numeroso conjunto de sítios que o Crato apresenta em época romana e alto-medieval é, mesmo assim, ainda uma indefinida porção de um significativo lote de testemunhos que será substancialmente superior.

Sítios e comentários

07.01. Horta do Pascoal

CMP 334 / CNS 5798

Informação deixada por Leite de Vasconcellos sobre a descoberta de um "cemitério antigo", no qual estava reaproveitada uma epígrafe romana que foi oferecida ao MNA "onde já se guarda na secção competente". Segundo o autor, a lápide, de âmbito funerária, pertenceria a outra necrópole, tendo sido reaproveitada neste cemitério mais tardio, sobre o qual não há qualquer indicação cronológica, mas deveria ser tardo-antigo. Da epígrafe não resta paradeiro. O sítio não foi relocalizado, e do topónimo não ficou memória. Apresenta-se a indicação cartográfica constante do PDM concelhio.

Referências: PDM: 26; Vasconcellos, 1930-1931: 176; RP 6/52.

07.02. Sôrinho

CMP 345 / CNS 5822[289]

O concelho do Crato apresenta algumas antigas aldeias, ou pontos de povoamento, que hoje jazem abandonados no meio da paisagem: é bem conhecido o caso de Chamiço, ainda com as casas bem conservadas, e menos divulgado o de Rôdo, um aglomerado mais antigo, abandonado em momento mais recuado. O caso mais interessante, todavia, será o de Sôrinho, que terá desempenhado importantes funções viárias, mas do qual hoje nada resta. Ao contrário dos sítios anteriores, ainda com elementos bem visíveis, em Sôrinho o apagamento foi completo, alegadamente por uma destruição aquando das invasões francesas[290].

A inclusão do Sôrinho neste inventário deve-se à sua posição mesmo junto ao possível traçado da via XV, e também às informações de Mário Saa sobre uma ocupação romana do local: "No Sôrinho - sensìvelmente a meio caminho de Alvega ao Crato - há, dispersos, os habituais sinais do povoamento romano, como fragmentos de *tegula* e *imbrex* e silos abertos no terreno, sobre os quais, como é lógico, existiam habitações, que os resguardavam. O vulgo chama-lhe *vila do Sôrinho* que, diz, fôra dos mouros. Não se vêem lá restos de casas mas muita pedra solta, entre altas penedias graníticas. Era contudo estância romana."[291]

Genericamente as três visitas ao local confirmaram as indicações de Saa: o sítio encontra-se em alto, mesmo junto à via e a uma tapada murada que possibilitam a sua fácil identificação cartográfica. Não existe qualquer vestígio de construções, mas o chão está juncado de cerâmica de construção, pedras, fragmentos de estuque e blocos de argamassa, embora todos de época moderna. A área é restrita, cerca de 5000 m^2, e correm notícias sobre achados de moedas, que aliás trazem ao local detectores de tesouros. Todavia, não foi possível confirmar as indicações de Saa: as telhas curvas são muito finas e fechadas, plenamente modernas, e há fragmentos de cerâmica que tanto podem ter pertencido a

[289] Registada uma "ponte romana".

[290] O abandono deverá contudo ter ocorrido em momento anterior, a julgar pelas Memorias Paroquiais: "«... Monte da Pedra que algum dia era sua povoação no lugar do Sourinho e se mudarão seus moradores para este monte ou por ser aquelle sitio munto doente, como dizem huns, ou por que nelle aparecião humas fantasmas que atemorizavão seus moradores como dizem outros e os obrigavão a deixar aquelle lugar de que hoje só estão alguns vizinhos vistígios, em 1634 ainda a igreja estava no lugar do Sorinho». (Tomo XII, fl. 3206)." (Azevedo, 1897: 141).

[291] Saa, 1959: 117-118. Nova referência ao local em 1967: 80.

tegulas como a tijolos, pois estão reduzidos a muito pequenas dimensões, característica aliás distintiva dos restos materiais que aqui se observam, indicando uma destruição do local.

Existem menções a uma gruta com ocupação humana; junto à ribeira, pelo encaixe do vale e suas margens, é perfeitamente possível a existência de um açude ou barragem.

Como nota final, mantenho as dúvidas sobre uma possível ocupação do local em época romana; mas fazendo fé nas observações de Saa, a relação com a via seria evidente.

Outras referências: PDM 1; RP 6/66.

07.03. Monte da Granja do Carvalhal

CMP 346

Informação fornecida por Mário Saa sobre um povoado romano, que o autor não descrimina, e também a várias sepulturas escavadas na rocha. Na visita ao local o proprietário foi de uma grande simpatia e levou-nos a ver várias destas últimas (embora nenhuma na sua propriedade), mas desconhecia qualquer sítio com povoamento antigo.

Referência: PDM 3; Saa, 1967: 82; RP 6/65.

07.04. Monte do Biscaia

CMP 346 / CNS 11078 e 11079

Nesta propriedade várias notícias existem. Leite de Vasconcellos alude a uma *moradeia*, perto de uma anta, com "cacos romanos ou visigoticos, de potes e tijolos; aí apareceram tambem pesos de barro e várias moedas romanas de bronze, e, pelas informações que me deram, uma *mola manuaria*. As moedas são de Antonino, Claudio 2º e Constantino 1º. [...] Noutra moradeia apareceu um valioso objecto de bronze, visigotico (chapa de cinturão), que será estudado noutro artigo."[292] Agostinho Isidoro também terá visitado o local, confirmando a notícia anterior, e acrescentando uma área de "1000 m2, a moradeia deve corresponder a um pequeno número de casas.[293]" Já Mário Saa indica, "na área do m.te do Biscaia e courela das Cachopas", uma "importante mouraria, ocupando, com seus detrictos, patentemente romanos, uma área de hectares"[294], sem mais especificações, ficando por saber se os diversos investigadores terão encontrado o mesmo sítio. Posterior informação é apresentada no *Endovelico* em duas entradas: no sítio 1, "Abundância de cerâmica de construção e comum no alto da elevação, na vertente Sul e Este, esta última, já transposto o muro para a propriedade seguinte. Vestígios de muros enterrados entre os sobreiros, perto do muro, na face virada para o Monte", e no 2, apontando para "abundante cerâmica de construção e comum no alto da elevação". Depois indica uma área de 100m^2 com abundância de cerâmicas, o que é manifestamente diferente dos "hectares" de Saa[295] ou da estimativa de Isidoro.

A prospecção no local permitiu reconhecer um grande conjunto de sepulturas escavadas na rocha em três pontos diferentes[296], e também confirmar as referências a um "pontão muito antigo" na ribeira de Magre, que todavia não pareceu ser de construção romana. Quanto aos locais de povoamento, surgem descriminados em seguida, mas não é possível perceber se, dentro da diversidade de sítios que eu próprio encontrei, algum corresponde com as informações dos autores apresentados.

Outras referências: PDM 9; RP 6/68; Isidoro, 1962: 22-23.

---

[292] Vasconcellos, 1921-1922: 121.

[293] 1962: 23.

[294] Saa, 1967: 82.

[295] Nos dois casos, a tipologia apresentada no *Endovelico* é a de "*villa*", sendo neste caso uma classificação nada compatível com "100m²". Existe ainda uma entrada para o sítio 3 (CNS 11080), este classificado como "povoado", mas que duplica inteiramente os conteúdos do sítio 2, ficando por se saber se existe um lapso ou se ocorrem dois sítios idênticos nos vestígios de superfície.

[296] Devidamente divulgadas em Valdez, Pinto & Nisa, 2008.

07.05. Monte do Biscaia 2[297]

CMP 346

Do lado sul da ribeira, em elevação suave e exposto a norte, está um sítio romano: tégulas ímbrices, *dolia*, materiais muito dispersos. Pelo menos duas pedras de granito de pequena dimensão que pertenceram a construções. Cerca de 1000m^2 de área de dispersão. Em contacto visual com o pontão e com o troço de caminho, muito antigo, lajeado em parte e com guardas laterais. Na elevação seguinte estão duas sepulturas escavadas na rocha[298] e uma lagareta também escavada na rocha.

Referência: Inédito (?)

07.06. Monte do Biscaia 3

CMP 346

No casão agrícola, situado na encosta a Este que mantém contacto visual com a casa principal. O edifício está sobreposto a um sítio alto-medieval: encontra-se cerâmica de armazenamento, comum, tijolos e ímbrices, todos com muitos e.n.p., materiais que se encontram visíveis na encosta para Norte. Área limitada, com 400 a 500 m^2. Pequena elevação entre duas linhas de água, com fonte próxima. Descendo a encosta no sentido do monte estão três sepulturas escavadas na rocha, uma delas magnífica, adequando-se à curvatura do afloramento[299].

Referência: Inédito (?)

07.07. Couto Vale

CMP 346

Pelo proprietário do Monte da Biscaia foi-nos contada a lenda da existência de uma antiga igreja, construída junto à ribeira, em zona onde ainda hoje era frequente o aparecimento de "telhas grossas". Após algumas prospecções infrutíferas, foi localizado, um pouco mais distante, este sítio romano, já na herdade seguinte.

Trata-se de um sítio muito interessante, situado um pouco no vale, junto ao entroncamento de duas linhas de água, sobre plataforma que o alteia em relação ao leito de cheia. Todavia, encontra-se encaixado no vale, não dispondo de grande visibilidade, embora o relevo na zona seja suave. Protegido dos ventos a norte, encontra-se voltado para oeste, desfrutando de grande exposição solar. As ripagens da plantação florestal puseram à vista os indícios, que até aí certamente estariam bem conservados, porque as cerâmicas de construção estão quase inteiras.

Vestígios ao longo de, pelo menos, um hectare. Pedras de granito claramente aparelhadas, numerosa cerâmica de construção, em especial uns imbrices muito particulares, de tonalidade de um amarelo muito claro, pouco compactas, desfazendo-se ao toque, feitos possivelmente no local[300]. Encontra-se também estuque de parede, fragmentos de cerâmica comum e cerâmicas muito grosseiras com sobre-cozedura. Referência ainda para um peso de tear. Trata-se de uma *villa*, recorrendo muito à matéria-prima local e sem indícios de *urbana ornamenta* (pétreos, porque encontra-se estuque, um indicador relevante), que ainda se poderão encontrar preservados.

Referência: Inédito (?)

---

297 Dada a dificuldade de manuseamento da informação listada no sítio 4., e da sua difícil correspondência com estas realidades agora identificadas, optei por atribuir nova numeração a estes sítios.

298 Valdez, Pinto & Nisa, 2008.

299 Valdez, Pinto & Nisa, 2008.

300 O facto de terem este tom particular dificultou muito a sua detecção no terreno, confundindo-se com o areão de granito erodido que existe localmente.

07.08. Rôdo

CMP 346 / CNS 5820

Aldeia abandonada, onde já não são visíveis edificações, mas se notam sinais de um proto-urbanismo, como vias de acesso, caminhos interiores e uma grande cintura murada envolvendo a área, bem visível, aliás, nas fotografias aéreas.

A sua inclusão neste inventário deriva da menção de Mário Saa ao "alcarial castrejo e romano[301]" do Rôdo. A alusão à ocupação romana, no entanto, não é explicitada na passagem seguinte: "suas demonstrações de notável castro romanizado, de que possuo alguns objectos. Há aí os montijos das habitações destruídas, com os respectivos detrictos de cerâmica doméstica. Recolhi das ruínas um machado neolítico. Houve aqui uma cerca defensiva. Abundância de águas."[302]

Na visita ao local não foi detectado qualquer indício de romanização ou de presença anterior ao momento medieval, mas ressalvo que a mesma decorreu a 19.03, momento em que a vegetação se encontrava já em pleno ressurgimento[303].

Outras referências: PDM 28; RP 6/69.

07.09. Vale do Peso/Monte Velho

CMP 346 / CNS 11087

Novamente deixo a descrição para Mário Saa: "à distância de 1 km, a norte do lugar do Vale do Peso, há outra mouraria, ou moradeia, com dispersão tègular"[304]. Deve corresponder ao sítio testemunhado por Manuel Subtil: "No sítio chamado *Monte Velho* um quilómetro ao norte de Vale do Peso, têm sido encontrados vestígios de antiga povoação, num vale fértil: grandes tijolos, pedra trabalhada, fragmentos de objectos de barro, escórias de ferreiro ou jorra e até um ornato de coluna de pedra"[305]. Situação que provavelmente ainda seria observável em 1995: "Numa área de 4000 m2, dentro dum eucaliptal abundam

---

301 Saa, 1967: 84. Surge classificado no *Endovelico* como "Achado(s) Isolado(s)".

302 Saa, 1967: 85.

303 Dado o interesse do excerto, deixo aqui a notícia de Manuel Subtil (2001: 18-19) referente ao Rodo: "Existe no Arquivo Nacional da Torre do Tombo uma bem elaborada *Memória* sobre Vale do Peso da qual foi autor o Dr. José Nunes Fidalgo, filho ilustre desta mesma terra, formado em Filosofia pela Universidade de Évora e falecido em 1769. [...] Foi escrita em 1759, e já nessa altura o Pé-do-Rolo [*sic*] se encontrava despovoado e ao abandono, como se vê na seguinte passagem, que transcrevo integralmente: ...«hua povoasão chamada Pé-do-Rolo em distancia de quarto de legoa para o Nascente de que há ainda fresca lembrança e nas suas ruínas mostra ter sido de poucos vezinhos, e nos livros da Igreja há açentos de casados e baptisados e defuntos com datas de cem anos pouco mais ou menos a esta parte, declarando os nomes de pessoas que habitavão nella, de que os vivos ainda dão notícias, por seus Pays adquiridas, porque hoje só se conserva uma casa em pé, e muitas paredes de outras, e junto delas algumas fazendas cercadas de paredes de pedra com árvores de figueira, oliveiras e sobreiros, sendo a conservação das ditas paredes, o melhor demonstrativo de ter sido povoado aquelle sítio; porque no termo do Crato em que os pastos são comuns a todos os gados dos seus moradores não se permitem similhantes tapadas senão em vizinhança dos Povos para seu uzo particular»... [nota 1: Memória inserta do Dic. Geográfica de Portugal, vol. 38, fl. 275 nº 52]. Em 1621, ainda era habitado [...]. Nesse ano faleceu, em Vale do Peso, Diogo Afonso, homem abastado, que no seu testamento determina que se vestissem doze pobres orfãos «*aqui e no Pe-do-Rodo* [...]». [2: Desembargo do Paço - Alentejo, Maço nº 373, doc. nº 3]. [...] Vê-se, pois, que não tem fundamento a conhecida lenda de que os moradores do *Pé-do-Rodo*, acossados por uma invasão de formigas, de tal ordem, que algumas crianças ficaram com os olhos comidos, tiveram que abandonar o pequeno povoado, vindo fundar a actual povoação de Vale do Peso. As duas terras coexistiram, talvez durante séculos." E depois, a nota arqueológica: "Em 1923 o proprietário dum terreno anexo ao povoado, pelo lado norte, procedeu à demolição de alguns alicerces e à remoção das pedras para outro local a fim de utilizar o terreno ocupado pelas antigas habitações na cultura dos cereais, que por sinal se desenvolveram com pujança raríssima nestes sítios, graças ao longo pousio do terreno. Durante esse penoso trabalho que levou muitos meses a executar, apareceram de mistura com a terra negra, revolvida pelo alvião, pela picareta e pela enxada, muitas e muitas moedas desconhecidas dos trabalhadores que as encontravam [...]. O que porém, mais me impressionou foi saber que, envolto com a terra, apareceu também um esqueleto humano em posição horizontal, diversos ossos dispersos e uma infinidade de objectos de uso doméstico: tesoura, dedais, cabos de garfo e de facas, ferramentas de várias espécies, bainhas de punhais, pentes, muitos fragmentos de loiça, etc." (p. 20).

304 1967: 84.

305 Subtil, 2001: 24, nota 1.

os materiais de construção cerâmicos. Existem vestígios de muros soterrados e uma peça prismática de construção, em granito, de grandes dimensões e com entalhes de fixação de vigas em cada face visível. Trata-se provavelmente do remate superior de uma coluna de sustentação. Apesar da evidente destruição provocada pela surriba dos eucaliptos, a abundância e extensão dos vestígios justificaria que este arqueosítio fosse melhor analisado. Provável existência de uma necrópole"[306]. Actualmente o local foi devorado por eucaliptais, não sendo possível localizar qualquer indício. Como em outros locais, sobre Monte Velho também existe uma *lenda de transferência* dos habitantes para a actual localidade de Vale do Peso.

07.10. Aguilhão

CMP 346

Outro dos sítios que com elevada probabilidade se perderam, e do qual apenas Mário Saa deixou nota: "junto do sinal geodésico do Aguilhão, fronteiro ao lugar do Castelo Sernado [Comenda], e no ponto em que se acham destruições de casario romano, como que outro lugar estalajadeiro, à beira do caminho antigo: muitas pedras de construção, muita dispersão de fragmentos de «tegula», «opus» signinum», tejolos e ladrilhos. Do alcarial romano retirámos um fragmento de coluna de granito, com alguns caracteres imperceptíveis."[307] O local está hoje completamente eucaliptizado, e foi impossível confirmar esta informação. De notar a proximidade ao traçado da via e a referência ao fragmento de coluna com caracteres, eventual miliário.

Outra referência: PDM 2; RP 6/64.

07.11. Ermida de Santa Eulália

CMP 346 / CNS 5819

Na elevação sobranceira à povoação de Vale do Peso existiu o antigo templo de invocação à mártir emeritense[308]. Situa-se mesmo no ponto mais elevado, desfrutando de excelente domínio visual para a envolvente, junto à passagem do antigo caminho que poderá corresponder à via XV, e neste sentido a correspondência com o hagiotopónimo é reveladora. Está próximo à linha da CP, notando-se uma estrutura quase rectangular e materiais cerâmicos de diversas épocas, incluindo imbrices muito espessos e algumas tegulas. Encontram-se ainda alguns blocos de granito talhados, em cerca de 1000m^2 de área. Já Mário Saa apontara o substrato romano do local: "Dá entrada no Vale do Peso pelo local de S.^{ta} Eulália onde existiu um templo desta invocação, do qual persistem restos, bem assim o chão juncado de fragmentos tègulares, romanos".[309] Pela implantação viária estaremos perante uma *mansio* ou *mutatio*.

Outra referência: PDM 30; RP 6/70.

---

306 Ficha respectiva no *Endovélico*, sendo que a notícia deverá ser relacionada com a realização do PDM concelhio.

307 Saa, 1967: 81-82. Por lapso, em Carneiro, 2009: 70 dupliquei este excerto nas notas 112 e 114, sendo aplicável apenas a esta última.

308 Dele nos deixou notícia mais desenvolvida o autor da monografia local, Manuel Subtil: "Fora de Vale do Pêso, antiga povoação do Priorado do Crato, mas a pequena distância, para o lado de noroeste, há uma colina sobranceira a todas as elevações que a circundam e que o povo designa por alto de *Santa Olaia*. [...] Neste local ameno e airoso esteve erecta, durante séculos, uma ermida [...] consagrada a Santa Eulália [...]. Os naturais, maiores de 60 anos, ainda se lembram das ruínas da ermida [...]. Fôra edificada, segundo todas as probabilidades, nos finais do século XVI ou logo no princípio do século XVII [...]. Tinha apenas um altar com a imagem de Santa Eulália, escultura regular com cêrca de meio metro de altura, mas pesadíssima por ser de pedra macissa. A capela era separada do corpo da ermida por um arco de volta completa, que ainda se conservava de pé em meados do século passado. [...] A fachada da ermida ficava voltada ao nascente [...]. Santa Eulália era festejada na sua ermida a 12 de Fevereiro [...]." (*Brados do Alentejo* de 10-03-935, ano V, nº 215). O edifício foi destruído para a passagem do caminho-de-ferro (Subtil 2001: 41).

309 Saa, 1967: 84.

07.12. Monte dos Cem Dias

CMP 346 / CNS 5816

Referência imprecisa deixada por Mário Saa a "outra notável moradeia" que alem de sepulturas escavadas na rocha apresentava ainda "tradições de moirama, mas de facto com despojos romanos"[310]. Tal como outras paisagens da zona de Vale do Peso, também aqui se procedeu ao plantio de eucaliptos, de modo que não foi encontrado qualquer vestígio na visita realizada.

Outra referências: PDM 31; RP 6/74.

07.13. Laje de Santo Estevão

CMP 346

Na saída de Monte da Pedra para Chança encontra-se um extenso afloramento plano, com este hagiotopónimo. O local está repleto de evidências que mereciam uma prospecção e registo detalhados, mas aqui interessa realçar uma mancha de imbrices espessos (com ausência de tegulas) que se encontram entre os afloramentos, por trás da construção que pontifica o local. Certamente um pequeno ponto de povoamento da Alta Idade Média[311].

Referência: Inédito.

07.14. Fonte Santa 2[312]

CMP 346 / CNS 11082

Do lado oposto da estrada, o *Endovelico* informa-nos de um sítio com cerâmica de construção "abundante" em cerca de 400 m^2, e apesar de ser realçada a ausência de estruturas, foi recolhida uma "moeda de bronze em mau estado e de difícil identificação, provavelmente de Constantino". Possível casal ou unidade de povoamento de pequenas dimensões – embora no *Endovelico* surja classificado como *villa*.

07.15. Vale Seco

CMP 346 / CNS 5789

A única indicação sobre o local pertence a Mário Saa, que deixou um dos seus vocábulos neutros: "muitas provas romanas"[313]. No local nada se encontrou. Eventualmente a extensa barragem poderá ter afogado os vestígios.

Outra referência: PDM 31; RP 6/75.

07.16. Sampaio

CMP 346

Em elevação suave encontram-se vários elementos, todos eles inéditos: uma sepultura escavada na rocha, visível da estrada, uma lagareta junto à ribeira (com um ponto de passagem que apresenta marcas de rodados na rocha de base, e uma guarda lateral), um afloramento com covinhas e, o que aqui nos interessa, um pequeno sítio com imbrices, defronte da sepultura.

Referência: Inédito.

07.17. Salgadas 1

CMP 346

Sítio referenciado como um local com "abundância de cerâmicas de construção e domesticas" no PDM concelhio, sem que infelizmente existam mais dados. Poderá ter sido

---

310 Saa, 1967: 85.

311 Azevedo, 1900: 244, reproduzindo as Memórias Paroquiais da localidade: "Chama-se-lhe a Lagem de Santo Estêvão porque está perto de hum cazarão que era antiguamente Ermida de Santo Estêvão que se acha hoje colocada na Igreja desta Freguezia […]."

312 Na base de dados não surge qualquer entrada "Fonte Santa 1", desconhecendo-se a origem da numeração. Da mesma forma, temos "Fonte Santa 3" (CNS 11083), classificada como "necrópole", mas que reproduz integralmente os conteúdos do sítio 2.

313 Saa, 1967: 85.

severamente afectado pela construção da linha do caminho de ferro, e foi-o certamente pela mancha de eucaliptos, a tal ponto que foi impossível fazer prospecção no local. Seria muito relevante conhecê-lo melhor, não apenas pela indicação, mas também pela proximidade à necrópole que seguidamente se indica.

Referência: PDM 14.

07.18. Salgadas 2

CMP 346

A muito curta distância do sítio anterior, com o qual é possível estabelecer uma relação de identificação, mas infelizmente tendo sofrido os mesmos impactos. No documento encontra-se a indicação de possível necrópole.

Referência: PDM 15.

07.19. Lage do Ouro (*villa*)

CMP 346

Aquando do plantio do olival que ainda hoje se encontra, foram encontrados mosaicos policromos e estruturas que indicavam uma *villa*. Existem ainda, embutidos no muro de propriedade, alguns elementos, como cerâmicas de construção (tegulas, imbrices, tijolos), silhares e um fuste de coluna. Já Isidoro aludira a "uma moradeia" junto do penedo granítico que originou a lenda e topónimo do local, mencionando achados vários e relacionando a estela de *Camira*[314] com o local.

No terreno encontram-se numerosos materiais: cerâmica de construção e comum, possíveis fragmentos de ânforas (bojos de tons claros), escórias e materiais em pedra vermelha-escura que deverão pertencer a elementos decorativos. Ainda uma soleira em granito.

O plantio de eucaliptos em redor impede hoje uma percepção da paisagem envolvente. Em solos arenosos e muito leves, o local parece tratar-se de uma elevação discreta na paisagem, com uma ribeira na base da encosta norte e outra, de maior caudal (ribeira da Várzea), no lado oposto, sendo ambas reforçadas por várias fontes e poços.

Referências: PDM 18; Isidoro, 1962: 23-24; RP 6/72.

07.20. Lage do Ouro (necrópole)

CMP 346 / CNS 1064

No local o sítio já não é claramente individualizável, pois de acordo com a localização cartográfica estaria muito próximo da *villa*. Mas esta é uma das mais relevantes necrópoles do Alto Alentejo, essencialmente porque a intervenção arqueológica que aqui decorreu foi publicada de modo exemplar.

Conhecem-se duas inscrições funerárias[315]. Quanto aos enterramentos, atingiram um número muito elevado de sepulturas identificadas (135), para além de outras perturbadas por curiosos locais, atraídos pela lenda que originou o topónimo. A par das 45 sepulturas de incineração foram escavadas mais 90 sepulturas de inumação. A maioria das deposições caracterizava-se por manchas de cinzas, com espólio depositado em covas abertas no saibro granítico, havendo ainda alguns cinzeiros, ocorrendo também algumas covas que não apresentavam, nem espólio, nem sinais de esqueletos. Algumas sepulturas, não contendo cinzas, detinham montículos de esquírolas de osso. A partir destas situações, foi possível definir um conjunto de grupos principais com distintas arquitecturas, rituais e deposição de espólio funerário, mas todos perfeitamente paralelizáveis aos exemplos conhecidos nesta área regional – casos de Ponte de Sôr (Santo André) e Fronteira (Outeiro

314 IRCP nº 624; Frade, 1982 (FE 2, nº 9).

315 Brandão, 1971: 57-61 (erroneamente atribuída ao sítio da Granja) e IRCP nº 624 e 628. A primeira é uma estela muito relevante, porque ajuda a definir uma área cultural muito própria do Alto Alentejo, onde o recurso a este tipo de suporte epigráfico é característico. O crescente com as pontas para cima tem paralelo em IRCP nº 626, também do concelho do Crato. Em todos os casos os antropónimos são indígenas.

dos Mouros). Note-se ainda a evolução topográfica do local, com as sepulturas de incineração centrando-se na área mais elevada de um pequeno outeiro, conjuntamente com as inumações mais antigas, ficando as seguintes no decurso da encosta, formando "anéis concêntricos[316]".

A heterogeneidade do espólio recolhido é assinalável, denunciando uma comunidade muito heterogénea e escalonada nas suas capacidades aquisitivas. Desde a sepultura com um único prego, até ao conjunto com cerâmicas, vidros, moedas e outros artefactos metálicos, a variabilidade das ocorrências é significativa, embora em nenhum momento tenham ocorrido achados excepcionais, nem do metal que baptizou o sítio[317]. Note-se ainda que a diversidade de *terra sigillata* é reduzida, com apenas três peças de fabrico hispânico (aparentemente hispânica tardia) e outra de clara C, que se tornou o elemento cronológico mais tardio do local, juntamente com algumas moedas[318]. Há ainda a recolha de nove lucernas[319], mas temos um espólio genericamente pouco variado, o que não deixa de ser interessante se pensarmos que o ponto de habitação foi classificado como *villa*. Inclusivamente, os artefactos de metal são claramente utilitários, atribuídos a profissões como pedreiro, carpinteiro, lenhador e agricultor, verificando-se ainda uma espada[320].

Teremos aqui a necrópole dos trabalhadores do sítio principal, estando por localizar o mausoléu ou espaço sepulcral dos seus proprietários, que poderia conter elementos de maior prestígio (e de onde eventualmente procedem as estelas conhecidas)? Ou os proprietários pertenciam ao *fundo indígena*, mantendo uma relativa capacidade aquisitiva e/ou um apego ao *pacote artefactual* mais próprio da sua filiação (o que, diga-se, em espaço sepulcral datado até inícios do século IV, não faz grande sentido manter como posição de análise teórica)? Sendo o espólio maioritariamente utilitário, a primeira hipótese ganha expressão.

Acrescento ainda que a Lage do Ouro confere uma datação muito tardia para os ritos de incineração, que se verificaram neste local até meados do século III.

Outras referências: PDM 19; Processo IGESPAR S-01064; Frade, 1982; Frade e Caetano, 1985; 1991; 1993; RP 6/72; TIR J-29: 98; RP 6/72.

07.21. Tapada da Colobra

CMP 346

Mesmo junto à ponte, na margem norte, encontra-se no cimo de uma pequena elevação um povoado alto-medieval: notam-se as divisões das habitações, com muros de compartimentação interiores, e ainda se encontram lagaretas na rocha, pias e mós. Área de meio hectare que domina de forma clara a passagem da ribeira e o importante eixo de passagem que aqui existiu, possivelmente da via XV. Numerosa cerâmica de construção visível também junto à via.

Referência: Inédito.

07.22. Monte da Paiola

CMP 347

Em avaliação de impacto ambiental recente identificou-se este local. No topo de uma elevação encontraram-se blocos de pedra com aparelhamento, além de numerosa cerâmica de construção (com indicação de tegulas, imbrices e tijoleiras). Menção ainda para um bloco de *opus signinum* e para um peso de lagar.

Na visita efectuada ao local o sítio foi relocalizado, observando-se ainda alinhamentos de pedras junto à casa que estavam preenchidos por numerosos fragmentos

316 Caetano, 2002b: 199.

317 Os objectos de adorno mais significativos são constituídos por um anel de prata e uma pulseira de vidro.

318 A Lage do Ouro representa assim um dos testemunhos mais tardios dos ritos funerários de incineração.

319 Duas delas com a marca de GES de oficina emeritense. Mereceram um estudo específico em Caetano, 2002b.

320 Na sepultura L38.5, em que foi também recolhido um machado.

de imbrices, alguns deles digitados, com tonalidades castanho-escuras e grande diâmetro de abertura. A sua localização no meio de um denso eucaliptal impede a percepção da sua implantação na paisagem, mas deverá corresponder a um casal agrícola.

Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141).

07.23. Monte da Cunha 1

CMP 347

Um conjunto de estruturas de interpretação muito complexa, formando um grande compartimento rectangular, com entradas definidas por pedras fincadas ao alto. Zona com 100m^2 de área, mas há outros compartimentos mais pequenos, também com as mesmas lajes. Não se encontram materiais. Também se encontram alinhamentos sub-ovais. No extremo temos uma sepultura escavada na rocha.

Referência: Inédito.

07.24. Monte da Cunha 2

CMP 347

Junto a duas sepulturas escavadas na rocha voltamos a encontrar numerosas estruturas, rectangulares, com lajeados e portas definidas por lajes verticais. Encontram-se alguns imbrices e tijolos, com um fabrico extremamente grosseiro.

Referência: Inédito.

07.25. Monte da Cunha 3

CMP 347

Na margem fronteira ao pequeno curso de água a situação volta a manter-se: recintos rectangulares e sub-ovais com lajes verticais definindo as entradas. No interior temos sub-divisões do espaço. Este povoado tem larga extensão, cerca de meio hectare. Encontramos novamente imbrices e tijoleiras, sempre de fabrico grosseiro, mas os imbrices são espessos, na tradição romana. Alguns fragmentos de cerâmica de construção tanto poderão pertencer a tegulas como a tijoleiras.

Referência: Inédito.

07.26. Monte das Braguinas

CMP 347

Um micro-território que claramente exige um projecto de investigação específico. Os indicadores espalham-se por vários núcleos; em alguns não foi possível fazer prospecção, apesar de toda a amabilidade manifestada pelo proprietário.

No monte encontram-se um peso de lagar, um tambor de coluna, pelo menos seis silhares e, servindo de elemento de coroamento de uma fonte, um capitel[321]. Do lado oposto da estrada, na fonte junto aos casões, encontra-se a epígrafe já publicada, agora caiada de branco[322]. Junto está depositada uma base de coluna. Foi percorrido o topo imediatamente a sul, que se trata de uma pequena elevação desenvolvendo-se de forma alongada sobre o entroncamento de dois cursos de água, apresentando pouca altura, mas suficiente para a sobre-elevar em relação ao vale e à linha de água. Ao longo de toda essa elevação encontram-se numerosas cerâmicas de construção, em especial tegulas e imbrices, e também numerosos blocos de granito fracturados, além de fragmentos de *dolia* ao longo de uma extensa área de dispersão de vestígios (um hectare?). Já o peso de lagar no monte foi encontrado aquando da construção de um casão agrícola, numa elevação cerca de cem metros a norte da casa, onde não foi possível percorrer a superfície.

---

321 Tambor de coluna – 30cm de diâmetro por 40 de alto.
Peso de lagar – 90cm de diâmetro, 80 de alto, encaixe com 60 de altura.
Capitel – ábaco com 10cm de altura e 36 de largo.

322 IRCP nº 635a.

Mário Saa menciona uma "luminosa várzea" com "alicerces, sepulturas em grupo, respectivos vasos lacrimatórios e, por vezes, epígrafes"[323], apresentando uma leitura da peça referida, que na altura já estaria embutida na fonte como actualmente. A indicação topográfica leva a crer que Saa se refere ao sítio do vale. No entanto, no PDM concelhio surge uma outra localização cartográfica, em ponto onde não fiz prospecções, em elevação a duzentos metros a oeste da casa principal. Também nesse documento se alude a uma "Necrópole descoberta, há uma dezena de anos, quando da surriba para a plantação de uma vinha. Os materiais foram dados a alguém de Castelo de Vide."[324]

Temos assim vários pontos de proveniência de achados, indicando um conjunto polinucleado, embora sempre com contacto próximo. Conviria melhor precisar a funcionalidade destes diversos locais, mas em leitura preliminar parece tratar-se de uma *villa* (na várzea), dados os elementos de monumentalidade (capitel, silhares, coluna), eventualmente estendendo-se até à actual casa, onde, a meia-encosta, se dominariam os férteis solos do vale, contando ainda com os recursos hídricos da fonte. Próximo, mas um pouco mais acima na encosta, a possível *pars rustica*, sob o casão, onde existe memória do surgimento de muitas telhas aquando da construção da estrutura. A necrópole estaria possivelmente próximo da *pars urbana*.

Outras referências: RP 6/76.

07.27. Monte da Espadaneira

CMP 347 / CNS 5815

"Também defronte do m.te da Espadaneira e na margem direita da ribeira deste nome, transpõe, a via, terrenos pejados de detrictos da mesma época"[325]. Trata-se da única referência existente a este local, e objectivamente de pouca utilidade, pois não existe um Monte da Espadaneira (apenas uma Fonte, próximo do Monte do Couto dos Algarves, a que Saa também se refere). Mesmo assim, a área foi prospectada, sem sucesso.

Outras referências: PDM 65; RP 6/77.

07.28. Couto dos Algarves

CMP 347

Trata-se de uma larga extensão de terreno, que engloba a anterior, e que em boa parte se encontra hoje plantada de eucaliptos, incluindo na área do marco geodésico e da encosta para a ribeira, onde se poderiam localizar algumas das indicações. As referências são cartograficamente um pouco mais precisas, e novamente deixadas pela pena de Mário Saa: "Algarves (com marcação geodésica do seu nome), cuja etimologia é aqui cifrável em «algar», o qual se mostra ainda como profunda e considerável cratera a que dão, localmente, nome de Cova da Moura, apresenta, espalhados pelos cabeços circunvizinhos, restos de habitações romanas, isoladas, mas formando conjunto apertado, com a indispensável profusão de *tégula*. Jaz o conjunto dos Algarves 800m ao nascente das Braguinas."[326] O autor relaciona a etimologia com o termo «algares», surgindo daí a referência à Cova da Moura, "um algar enorme rodeado de moradeias ou destroços"[327].

De acordo com os "800m", o local situar-se-á precisamente no eucaliptal. Localmente, a lenda da "Cova da Moura" já não é rastreável. Todavia, alguns parcos indícios existem: entre as casas do Couto dos Algarves está uma lagareta, arrancada do seu afloramento, e um fragmento de mó girante; à saída do caminho para a direcção dos Guerreiros está um grande fragmento de peso de lagar, em granito e muito fracturado[328], e

[323] Saa, 1967: 85.
[324] PDM 63.
[325] Saa, 1967: 88.
[326] Saa, 1967: 88.
[327] Saa, 1967: 87.
[328] 92cm de comprimento por 55cm de diâmetro conservados, de um lado foi escavada em depressões consecutivas, parecendo talvez tratar-se de uma vara de lagar.

mais dois elementos de mó. Depois, ao longo do vale da ribeira da Espadaneira fomos encontrando quinze fragmentos de mós de diversos tamanhos e tipologias. No leito, são frequentes as tegulas, outra cerâmica de construção e um peso de tear, junto ao Poço do Matias, sendo que não é fácil determinar a proveniência destes materiais. Uma larga extensão de terreno foi prospectada nesta zona, mas é possível que o local original se encontre nas manchas de eucalipto. Penso, todavia, que é necessário continuar a insistir nesta zona, até porque, relembro, as prospecções por mim realizadas não foram sistemáticas.

Outras referências: PDM 64; RP 6/78.

07.29. Mosteiros

CMP 347 / CNS 5813

Em primeiro olhar, mais uma das superlativas descrições de Mário Saa: "As casas, as habitações destruídas, mantêem-se aí em montijos, sobre os quais se adensam os fragmentos de tègula, as soleiras das portas e cantarias várias, apesar do muito que dali tem sido retirado. É difícil achar em qualquer outro ponto do país um tal alfobre de material romano, de construção, de entulhos, de que muito se poderia aproveitar para novas construções. Era, no dizer dos habitantes limítrofes, a «cidade» dos Mosteiros."[329] Todavia, mais nenhum autor se refere a este sítio.

A massa construída do sítio de Mosteiros ainda hoje se ergue no meio da planície, demonstrando um dos mais impressionantes sítios do Alto Alentejo. Na realidade, no silêncio a que tem estado votado, exemplifica bem o que tem sido a dinâmica da investigação regional: estando no terreno, observando as construções, não é fácil compreender com um sítio com esta monumentalidade tem passado despercebido à investigação, pois, se exceptuarmos o autor que se radicou em Ervedal, não existe qualquer outra referência ao local. Mesmo a indicação do PDM indica que o seu autor não localizou o sítio, pois a indicação cartográfica está deslocada para norte, junto à menção toponímica.

Encontra-se voltado a oeste, em pequena plataforma junto a uma linha de água. Este curso de água subsidiário da ribeira da Espadaneira deve ter sido represado, notando-se ainda um alinhamento de pedras. Aqui temos vários moroiços, todos eles quase inteiramente cobertos com uma enorme densidade de cerâmica de construção dos mais variados tipos, e pedras aparelhadas e trabalhadas de várias formas. Note-se que todos os materiais cerâmicos estão muito bem preservados e são de excelente qualidade de fabrico. É ainda evidente a existência de dois patamares entre a ribeira e o sítio principal, indicando que deveriam existir terraços, talvez com construções.

Topograficamente um pouco mais acima, distingue-se uma massa constituída por um acumulado contínuo de pedras de consideráveis dimensões, certamente ocupando uma área de meio hectare, que cobre um ou mais edifícios, que parcialmente vão aflorando. O sítio tem uma entrada voltada para oeste, onde ainda se encontra uma coluna tombada[330]. Entrando para o interior, temos um largo pátio, liberto de pedras, e de ambos os lados estão panos de construções, relativamente estreitas, e perfeitamente definidas por um muro exterior que corre a toda a área do complexo e que o limita. Este muro apresenta na face este uma larga ábside, que remata todo o conjunto edificado. Aqui, a altura de muros conservados aflora em cerca de meio metro face ao solo, mas a diferença altimétrica para o terreno exterior envolvente é de mais de metro e meio, indicando a conservação das estruturas no subsolo. Nesta face este encontramos, entre o pátio e a ábside, um conjunto de grandes compartimentos, sempre cobertos por blocos de pedra solta que, aliás, estão em enorme quantidade em toda a área edificada. Neste bloco este, no topo sul, aflora um canto de um compartimento rectangular, que deverá ter sido objecto de uma violação, pois é o

329 Saa, 1967: 89; menção também em pp. 76-77. Mosteiros encontra-se classificado no *Endovelico* como "Achado(s) Isolado(s)".

330 Uma peça única notável, de granito, com 252cm de altura visível por diâmetro de 32cm, embora se encontre semi-enterrada.

único local onde se vê o pano de muro: com cerca de meio metro de profundidade, este buraco permite ver uma estrutura extremamente bem construída, revestida por um estuque que, por estar coberto de líquenes, não permite perceber se terá sido colorido.

Este amplo conjunto estrutural é perfeitamente ortogonal e parece ser simétrico: entrada rigorosamente a meio do edificado, pátio largo marginado por dois blocos construídos de cada lado, e um conjunto residencial rematado por uma larga ábside. Uma planimetria perfeitamente clássica, que necessitaria de um levantamento topográfico urgente, antes que maiores danos a atinja. Toda esta zona está repleta de blocos de pedra, que, amontoados sobre as estruturas, impedem uma percepção clara do conjunto, confirmando a descrição de Saa. Neste acumulado foi recolhido um capitel em mármore brando, possivelmente visigótico. Encontram-se ainda silhares, alguns deles almofadados.

Por trás, no sentido este, os frondosos silvados escondem uma grande estrutura rectangular, que certamente terá sido um tanque, dadas as paredes de *opus signinum* arrancadas e tombadas. Todavia, o espaço, que hoje tem uma horta, terá tido outras funcionalidades: também sobre-elevado em relação ao solo envolvente, encontram-se troços de muros, uma soleira de porta que sinaliza uma passagem, e degraus de tijoleira ainda *in situ*. A percepção destas estruturas não é fácil, dada a vegetação, as silvas e o amontoado de pedras e/ou arames que por aqui se encontram. Todavia, a área geral é muito extensa, talvez duplicando o conjunto edificado já mencionado.

Entre os materiais observados no local enumeram-se cinco mós, um tijolo de quadrante, um bordo de *dolium* com decoração penteada, *laterae* com pegadas de animais, vários tijolos de *suspensura* e um tambor de coluna em granito. A cerâmica comum é escassa, o que indica um bom nível geral de preservação, e não foram detectadas cerâmicas de importação (exceptuando-se uns bojos claros que poderão pertencer a contentores anfóricos) nem outras incidências de registo. Todavia, o acumulado de materiais em moroiços é digno de nota.

Outras informações foram deixadas por Mário Saa: um fragmento de ara em mármore branco, encontrado "na encosta, entre restos de construções", o que pode indicar mais núcleos, pois o sítio está em relevo genericamente plano. Além disso, o autor distingue dois pontos, pois em seguida afirma que "A poucas centenas de metros do local [da ara] vemos o Alcarial dos Mosteiros"[331], não sendo assim de excluir a existência de mais elementos que se encontrem ainda por identificar.

Torna-se necessário conhecer melhor este monumental sítio, que tem permanecido discretamente longe do olhar da investigação. Não restam dúvidas de que se trata de uma edificação romana que prolonga a sua existência para o período posterior (dado o capitel visigótico), podendo a ressonância toponímica indicar uma ainda maior perduração. Localiza-se em ponto axial de caminhos, muito próximo de dois eixos viários, um no sentido longitudinal, que segue de Braguinas para Fortios, e outro vertical, que desce da zona de *Ammaia* e Alagoa para os territórios do Crato. Todavia, Mosteiros não se encontra junto a qualquer um destes caminhos, mas a uma prudente distância.

Quanto ao conjunto construído, apresenta-se com uma planta perfeitamente simétrica e ortogonalizada, com um amplo pátio interior rematado por dois blocos laterais e com o complexo da ábside na extremidade oposta à da entrada, sendo que aliás o remate da ábside termina no ponto diametralmente oposto. Existe portanto um rigoroso planeamento construtivo, com o que terá sido o complexo residencial a ser reforçado com uma presumida barragem, e com um outro conjunto de edificações que apresentam uma leitura mais complexa, mas que poderiam estar vinculados a funções agro-pecuárias.

A interpretação do local como *villa* parece-me evidente, dados os sinais de monumentalidade (desde logo a impressionante coluna tombada na entrada), as estruturas de contenção de água e os sinais indirectos de termas e de áreas produtivas.

Outras referências: PDM 67; RP 6/79.

---

[331] Saa, 1967: 89.

07.30. Couto dos Guerreiros

CMP 347 / CNS 6324

Notícias antigas sobre achados de cerâmica de construção e mós. Uma ponta de lança e um *pondus* guardam-se no MNA. A notícia da sua descoberta faz alusão a um topónimo específico: "Os objectos foram encontrados n'uma pequena elevação no "Couto dos Guerreiros" junto ao vale da "Nave da Cal" na freguezia dos Martyres, concelho do Crato, em propriedade que me pertence."[332]

Referência: PDM 66; Campos, 1907: 218; RP 6/80.

07.31. Monte das Veladas

CMP 347 / CNS 14377

Em trabalhos de prospecção no decurso de um estudo de impacto ambiental detectaram-se materiais cerâmicos de construção, cerâmica comum e pedras aparelhadas. Situado em pequena elevação junto a uma linha de água, sem mais descrições.

Referência: Processo IGESPAR 90/1(100).

07.32. Mato Silva

CMP 347 / CNS 5905

Mais uma ocasião em que a referência nos surge deixada por Mário Saa: "Próximo da via, a cerca dumas centenas de metros, acha-se a moradeia do Mato Silva, em que, por motivo das revoltas ruínas, não pode entrar a charrua, mantendo-se o terreno em estado bravio"[333]. Como se calcula, a referência não é precisa, para mais estando o monte bastante distante do itinerário proposto pelo autor, que ligava Braguinas a Fortios. Do local conhece-se ainda o registo de uma outra peça: "o capitel que V. aqui viu. Foi encontrado na folha do Coito de cima da herdade da Cabeça do Clérigo, freguesia dos Martires, cº do Crato, quando se procedia a lavoura [...]. A charrua empeçou com elle e como viram uma pedra branca, tiraram-na e ficou descoberto. Estava enterrado n'uma cabeça que ha n'uma folha junto à linda de uma courella que faz hoje parte da herdade do Matto Silva. Por aqui não tenho noticia de ter apparecido nada".[334]

De qualquer modo, junto à grande casa agrícola encontram-se alguns materiais depositados: uma coluna, um peso de lagar, silhares, um tanque de lagar ou sarcófago reaproveitado com orifício de escoamento lateral. Todos em granito fino, castanho, pouco habitual na zona[335]. Não foi possível definir o local de proveniência dos materiais. O local apresenta um panorama dominador sobre o vale de Mosteiros.

Outras referências: PDM 84; RP 6/81.

07.33. Rua de Crasto

CMP 347 / CNS 5806

Um caso muito interessante, em que contrasta o volume de informações com a ausência de indicadores no terreno. Na visita ao local as evidências foram parcas, à excepção do caminho, que efectivamente foi confirmado, conforme se comenta no capítulo próprio.

Como habitualmente tem sucedido para este cordão de sítios a nordeste do concelho do Crato, Mário Saa tornou-se a fonte privilegiada para comunicar os vestígios no local. Todavia, embora conceda grande importância ao local, nunca é suficientemente explícito:

---

332 Carta enviada por Barahona, Francisco Cordovil Caldeira Castelo Branco (250) a 15-08-1906 (1443), em depósito no MNA (epistolário de José Leite de Vasconcellos).

333 Saa, 1967: 88.

334 Carta enviada por Barahona, Francisco Cordovil Caldeira Castelo Branco (250) a 21-10-1918 (1455), em depósito no MNA (epistolário de José Leite de Vasconcellos).

335 A coluna tem 35cm de diâmetro por 43 de alto. O peso de lagar tem 78cm de alto, 50 de largo, a altura do encaixe é de 39cm, a largura máxima do encaixe é de 19cm

menciona o "alcarial romano"[336], expressão com que de resto baptiza a maioria dos locais aqui situados[337]. Em passo posterior localiza "um edifício que seria torre ou castelo; enfim, o «castrum» do seu nome actual"[338]. Finalmente, "Crasto era o nome da construção antiga, cujas destruições, de material romano, se acham espalhados no local, de mistura com edifícios modernos, certamente à custa do material antigo"[339], chegando neste ponto a situar aqui a *mansio* de *Fraxinum*.

Ao contrário de outros sítios, Saa não é o exclusivo informador: uma inscrição está aqui atribuída[340]; e "Segundo informação oral, foi aqui achado um pote cheio de "preguinhos em ouro", que foi vendido para o museu de Lisboa. Igualmente Saa, 1967, refere este achado. Poderão corresponder aos botões em ouro existentes no MNA (Tesouros, nº 87), identificados como provenientes de Fortios"[341].

A visita ao local não foi conclusiva, embora os blocos pétreos que se observam na estrutura do forno anexo ao edificado possam ter sido silhares de granito. No perímetro das casas existe uma infinidade de cerâmica de construção, mas aparentam ser todas recentes e contemporâneas dos edifícios.

Seguindo o caminho na direcção de Fortios, subindo a elevação onde se encontra a anta, encontramos então um ponto de povoamento. Todavia, os indicadores são parcos: nessa elevação, sem destaque na paisagem, está uma plataforma com excelente visibilidade para todo o vale, e aqui encontra-se um extenso alinhamento de pedras, algumas rectangulares, outras quase sem talhe. A sua disposição define um recinto muito largo, com cerca de 2000m^2. Construção grosseira, mas rigorosamente alinhada, com blocos brutos ou de talhe simples, por vezes intervalados. Todavia, não se encontram materiais, nem no seu interior, nem na envolvente, embora o solo não seja agricultado, servindo de pastoreio, o que não facilita a identificação de vestígios de superfície. Encontrou-se apenas um fragmento de *dolium* e um percutor[342]. Um panorama muito distinto, portanto, da "torre" indicada por Saa. Ressalvo que não tomo a ocupação romana deste ponto como um dado adquirido, parecendo-me que pode corresponder a um povoado da Idade do Ferro, e sendo assim, a zona da Rua de Crasto – que Saa considerou, em revisão última, como sendo de grande relevância – permanece uma questão em aberto, que deve ser atentamente prospectada.

Outras referências: RP 6/82.

07.34. Ermida de S. Bento

CMP 358

Entre o Crato e Flor da Rosa, mas próxima desta última localidade, existiu a antiga ermida, cujos dados históricos são manifestamente escassos. Apontada como tendo sido um antigo cenóbio do século X (embora com possível construção anterior), albergou culto até ao século XIX, momento em que uma derrocada terminou com a vida do edifício. Do templo cristão sobreviveram alguns materiais de construção pétreos fortemente arcaizantes, particularmente interessantes para o conhecimento das tradições construtivas que, alguns séculos mais à frente, perpetuam os fazeres paleocristãos. Existem informações orais que apontam para a existência de um sítio romano no local, com identificação de tégulas. A construção de uma rotunda, na variante de acessos às duas localidades, acentuou o apagamento dos vestígios, dos quais há uns anos restavam ruínas e elementos arquitectónicos. Na visita ao local nenhum elemento de filiação romana foi encontrado.

336 Saa, 1967: 74.
337 A alternativa empregue é o termo "moradeias".
338 Saa, 1967: 86.
339 Saa, 1967: 90.
340 IRCP nº 626; Lambrino, 1967: 215.
341 PDM 70.
342 As coordenadas apresentadas referem-se a este local.

Referências: PDM 35; Pinho Leal, 1874: 441; Rodrigues & Pereira, 1987: 183-191; 1989: 34.

07.35. Herdade do Matinho de Baixo

CMP 358 / CNS 31601

Em elevação, foram identificados blocos graníticos com marcas de aparelhamento e materiais de época romana (tegulas e imbrices). O sítio foi objecto de sondagens, diagnosticando uma possível ocupação da Antiguidade Tardia, severamente perturbada por alterações recentes. Além de uma "carapaça" pétrea, identificou-se um alinhamento de três blocos de pedra (sem que fosse possível determinar a sua intencionalidade) e recolheram-se materiais avulsos (cerâmica de armazenamento e potes de perfil em S)[343].

Referências: Processo IGESPAR 98/1(666).

07.36. Monte do Chocanal

CMP 358 / CNS 16385

Um dos casos mais interessantes que a região apresenta, não tanto pelas evidências de terreno – bastante discretas –, mas pela possibilidade de aqui vincular um aglomerado urbano de importância secundária expresso epigraficamente: IOVI / OPTVMO / MAXVMO / VICANI / CAMALO / C […] IN [?][344]. Esta peça, hoje em paradeiro desconhecido, certamente estaria colocada em altar, ou em uma qualquer estrutura que albergaria o culto. Teríamos, portanto, a hipótese de conhecer, pelos achados de superfície, a expressão material de um *vicus*, o que poderia constituir um salto qualitativo na identificação deste tipo de realidades, para mais inserido em importante zona de passagem e circulação.

Para mais tínhamos a sugestiva passagem deixada no relato de José de Cornide[345]: "En el Xocanal [Chocanal], campo libre y desembarazado en el término de O Crato, en un alto con ruinas de edificio, descubrióse hacia 1726 y por espacio de media legua hay ruinas y antas quebradas. Llevóse a Machoquinho[346]." Naturalmente que a menção a ruínas de um edifício é de destacar.

Infelizmente, os dados são extremamente lacunares. Na base de dados *Endovelico* a entrada apresenta uma "área de cerca de 1200m^2", o que é manifestamente pouco coincidente com o que poderia ser um *vicus*. Segue-se uma descrição de *um muro construído com grandes blocos de granito*, eventual *podium* de uma estrutura[347].

O local foi visitado em duas ocasiões. Na primeira, junto ao conjunto residencial foram vistos alguns blocos de granito de grande porte, que posteriormente não foram poupados pelas obras de reabilitação do imóvel, tendo entretanto desaparecido. Estes elementos indicavam uma construção de alguma volumetria, eventualmente sob o próprio monte, mas na altura não foi encontrado qualquer indício suplementar. Na península entre as duas ribeiras, mesmo na extremidade, foi localizada uma mancha com cerca de 500m^2, unicamente composta por imbrices, possivelmente de cronologia romana, mas sem mais materiais.

---

343 Herdade do Matinho. Escavação Arqueológica. Relatório dos trabalhos arqueológicos. IC13 – Alter do Chão/Portalegre incluindo a ligação ao Crato e Flor da Rosa. Era Arqueologia S.A. (2005).

344 IRCP nº 614. A ficha apresenta um conjunto de referências bibliográficas mais antigas sobre a descoberta da epígrafe.

345 Abascal & Cebrián, 2009: 672.

346 Em seguida remete para as Memorias da Orden Militar de Malta, por Fr. Lucas de Santa Catharina, 1734, representando a epígrafe.

347 De resto, as referências seguintes são bem mais enigmáticas: *Na vertente oeste, aparece* [?] *a camada de destruição* [?]*, constituída por ímbrices.* De acordo com a Base de Dados *Endovélico*, http://www.igespar.pt/pt/patrimonio/pesquisa/geral/arqueologico-endovelico/, consultada em Abril de 2008 e Janeiro de 2009 (ainda no antigo endereço enquanto IPA).

Em visita posterior, com a indicação cartográfica do sítio relocalizado pela equipa do então IPA, foi confirmada a informação referente à mancha de cerâmica[348] (os blocos inseridos em muro não foram encontrados). Área pouco expressiva, entre 500 e 1000m^2, ocupando o alto de uma pequena elevação, com boa visibilidade sobre todo o percurso da ribeira. Vestígios unicamente no ponto mais elevado, onde se nota uma pequena plataforma. Cerâmica de construção muito fragmentada e dispersa (tegulas e imbrices), alguns blocos de granito pequenos, cerâmica comum de tonalidade castanha e cinzenta. Junto à estrada de alcatrão encontra-se um silhar de granito.

Por estes dados se compreenderá que a situação do *vicus* do Chocanal se encontra muito longe de estar esclarecida. Temos dois (ou três) pontos dispersos, distantes entre si e que, não fôra a designação epigráfica, mais não seriam do que interpretados como um simples casal. Em nenhum ponto se encontraram indícios de um local de povoamento maior, de tipo concentrado ou agrupado, mas como é óbvio, as prospecções não tiveram qualquer propósito de sistematicidade. Aias, o PDM local refere, além dos elementos arquitectónicos já mencionados que estavam depositados no monte, "fragmentos cerâmicos de diversas épocas espalhados por toda a colina", o que indica uma área e diversidade substancialmente superiores[349]. Será muito provável que o *verdadeiro* sítio ainda não tenha sido localizado. Claramente, pelo ineditismo da menção, este local deveria merecer um programa de investigação amplo e coerente.

Duas notas: a implantação do local em península alongada, ao longo do entrocamento da ribeira do Chocanal na ribeira de Seda, e a proximidade a um itinerário viário.

Outras referências: Processo IGESPAR S-16385; RP 6/104; TIR J-29: 63; Carneiro, 2009-2010: IX.

07.37. Herdade da Zambujeira[350]

CMP 358 / CNS 31600

Sítio reconhecido em contexto de obra, pelo que a sua escavação foi apenas muito parcelar. Identificada cerâmica de construção à superfície, foi ainda recolhido um fragmento de *terra sigillata* clara, pesos de tear e cerâmica de paredes finas, além de blocos graníticos. Na escavação, só efectuada na área de afectação da obra, reconheceu-se que o estado de preservação era muito mau, identificando-se mesmo assim "um pequeno ajuntamento de pedras e materiais sem no entanto formar nenhuma estrutura reconhecível". Possivelmente um pequeno casal, muito destruído.

Referência: Processo IGESPAR 98/1(666).

07.38. Granja

CMP 358 / CNS 259

O que poderia ser um sítio modelar para o conhecimento do povoamento rural romano nesta área regional, a *villa* da Granja acaba afinal por apresentar uma história recente muito semelhante à de outros locais. Também aqui se desperdiçou um conjunto de oportunidades, tendo decorrido escavações arqueológicas que poderiam resultar na valorização e estudo de um sítio relevante, mas que, na prática, resultaram na actual existência de um sítio abandonado, mutilado e sobre o qual pouco se sabe.

Cortado ao meio pela passagem da E.N.245, apresenta uma implantação canónica: ocupa o terço inferior de uma encosta voltada a sudeste (embora desfrutando de boa visibilidade para norte e para a actual vila do Crato), com férteis várzeas regadas por um conjunto de poços e fontes de caudal extremamente vigoroso que alimentam uma linha de água que desagua na ribeira de Seda. Tem contacto visual com a via atribuída ao itinerário XV, em proximidade física pouco habitual, pois não distam mais de duzentos metros.

---

348 As coordenadas apresentadas referem-se a este ponto.

349 PDM 49.

350 O sítio encontra-se cartograficamente grafado "Zambujeiro", e é assim conhecido.

A primeira referência ao local deriva de uma memória que Leite de Vasconcellos noticia: "Informaram-me, em 1896, de que no sitio da Granja, próximo da estação ferroviaria do Crato, aparecerem sepulturas dispersas, que continham ossos desfeitos e vasos de barro. – Provavelmente sepulturas romanas"[351].

O sítio já deveria ser bem conhecido na zona, devido a uma descoberta feita por curiosos locais: "Na quinta da Granja foram encontrados importantes vestígios da época romana, os quais foram meticulosamente postos a descobertos, em parte, graças ao louvável zêlo do reverendo padre João da Assunção Jorge, quando era Prior da vila do Crato. Ali foram encontrados mosaicos muito interessantes, com desenhos geométricos perfeitíssimos: um pavimento constituído por mosaicos muito sumidos, com um lambrim de mármore branco; dois degraus forrados de mármore branco com dois centímetros de espessura; - Um capitel de mármore, no qual se divisam, já bastante gasto, folhas de acanto; - Outro capitel visigótico, encastoado, como o anterior, nos alicerces de uma casa que foi reconstruída recentemente. No pátio actual da Granja e em terrenos que o ultrapassa há mosaicos soterrados, em quantidade, e telhas. Este [padre Jorge] pensou em forrar o pavimento do baptistério da Igreja Matriz com os belos mosaicos da Granja; não pôde, porém, satisfazer esse louvável desejo, por não conhecer processo eficaz de levantar o pavimento sem prejudicar os valiosos e antiquíssimos mosaicos romanos."[352]

Alertado pela descoberta, Manuel Heleno deslocou-se ao local, tendo ordenado a realização de escavações arqueológicas. Os trabalhos terão decorrido durante a década de trinta, deles ficando apenas breves menções[353]. Na notícia mais desenvolvida, descreve cinco pavimentos de mosaico, o que indica uma pesquisa mais desenvolvida em extensão (embora nunca seja feita qualquer menção ao cariz da intervenção). Em todos ressalta já um nível elevado de destruição: o pavimento 1, policromo, "pavimentava uma sala com as paredes forradas a mármore que media, de Este para Oeste, 8,40m e de Norte para Sul 10,30m"[354], o que perfaz uma área de quase 100m^2. O núcleo central já estaria muito destruído. Policromo, apresentava apenas decoração geométrica. O segundo, em sala onde se encontrava uma coluna, era de xadrez bícromo a preto e branco, o mesmo se verificando no terceiro, com um centro de losangos bícromos. O quarto estava muito destruído e o quinto, em sala de dimensões semelhantes à nº 1, era também policromo e geométrico, repetindo alguns dos motivos já conhecidos nos anteriores. Portanto, ou a *villa* apresentava uma decoração mosaística relativamente padronizada e monótona, ou as salas principais não foram intervencionadas. Quanto ao sítio em si, pouco nos é descrito: uma área de 15.000m^2 com dispersão de tegulas, imbrices, colunas e tijolos.

Claramente o sítio não motivou Heleno a prosseguir os "reconhecimentos", provavelmente devido ao grau de destruição dos pavimentos, ou simplesmente porque estes apenas apresentavam motivos geométricos. Certo é o desinteresse pela Granja, que terá ficado ao abandono. Mário Saa refere-o, com uma nota de rodapé dando a entender que as estruturas visíveis eram local procurado para a recolha de objectos[355].

O estado de degradação que o sítio foi progressivamente apresentando levou a sucessivas trocas de correspondência entre o município e as entidades de tutela. Em

---

351 1918: 369.

352 Subtil, 2001: 184-185. Sublinhado original.

353 Heleno deixou a menção a "prospecções" (1956a: 231), o termo habitualmente empregue para escavações sem continuidade ou, como hoje diríamos, sondagens. Saavedra Machado localiza em 1936 os "reconhecimentos e depois investigações" (1964: 117).

354 1953: 258. O artigo termina com a menção de "continua", que Heleno várias vezes utilizava.

355 "[...] as vastas ruínas da Granja. Há aqui paredes antigas, construções de pesados blocos de granito, facetados, restos de silhares romanos, colunas de mármore, dispersão de tijolos, por hectares de terreno, extensões de mosaicos policrómicos". E depois, a nota: "Possuo um fragmento, em 4 tonalidades: branco, azul, amarelo, vermelho." (Saa, 1959: 123). Dadas as relações pessoais entre o autor e o antigo Director do MNA, esta menção deve ser vista como mais uma farpa lançada nessa direcção, criticando por deixar um sítio ao abandono quem tantos outros investigadores criticou por também deixarem sítios ao abandono (*vidé* o exemplo de Carrão, Elvas).

04.12.1979 houve um reconhecimento do local, sem grandes novidades[356], e a situação manteve-se até ao final do milénio, quando as estruturas foram recobertas com geotêxtil. Em 2006, na sequência de acompanhamento de trabalhos para a instalação de condutas de água, foi identificada a necrópole, a cerca de trezentos metros a sul do local, com a identificação de "algumas sepulturas, uma das quais de carácter monumental"[357], nas quais foram exumados dezoito recipientes cerâmicos, uma lucerna, quatro recipientes de vidro e um objecto em ouro, talvez um brinco.

Hoje o sítio ainda capta a atenção a quem circula pela estrada que o cortou: os muros de entrada da propriedade estão repletos de blocos pétreos, embora o proprietário do local tenha informado que eles não são provenientes da Granja, mas de edifícios na própria vila, e foram salvos do abandono em que estavam na lixeira municipal. Nas construções do monte, sim, são visíveis vários materiais romanos, embutidos no aparelho e nos alpendres anexos. Uma coluna de mármore encontra-se oculta atrás de uma árvore. Os materiais encontram-se em maior número no casão agrícola; silhares, frisos, tambores de coluna, um capitel, pesos de lagar, etc. O casão, aliás, apresenta contrafortes laterais pouco habituais em construções deste tipo, bem como o que parece ser uma cabeceira absidal, e sobre ele existe uma lenda de ter sido uma antiga igreja. Segundo informação oral, aqui foram feitas escavações, pondo à vista uma estrutura que parecia ser "o altar de um templo".

A *villa* da Granja apresenta-se como um sítio arqueológico que merecia algo mais do que um conjunto de escavações feitas de forma aleatória, ou como simples programa de prevenção do impacto de obras. Trata-se de um local que, de acordo com as descrições e fotografias deixadas por Manuel Heleno, não revelou grande monumentalidade nas estruturas postas a descoberto, o que certamente levou ao desinteresse pela continuidade dos trabalhos. Todavia, apresenta um conjunto edificado com pavimentos em mosaicos policromos, todos com motivos geométricos, e com significativos indicadores de monumentalidade (coluna, tambores, capiteis). Para mais, seria de toda a conveniência perceber a tipologia do edifício ao qual se sobrepõe o actual casão, cuja ocupação paleocristã poderá ter sido efectiva. Finalmente, a proximidade do espaço sepulcral valorizaria qualquer projecto de investigação que entendesse os dois universos como um todo.

Outras referências: PDM 58; Processo IGESPAR C-00259, 2002/1(624) e 98/1(666); RP 6/105; TIR J-29: 86; Rodrigues & Pereira, 1989: 10.

07.39. Monte de Marrocos/S. Lucas
CMP 358 / CNS 5810

---

356 Relatório de José Olívio Caeiro constante do Processo IPPAR nº 4.06.004. Dele consta que na "Zona nº 1" (a Oeste da estrada) se encontram "visíveis alguns troços de parede romana".

357 Informação constante da base de dados *Endovelico* do antigo IPA e entretanto retirada. Os dados então apresentados eram os seguintes:
"A necrópole associada à Villa Romana da Granja insere-se cronologicamente, a partir dos séculos III e IV d.C., sendo esta cronologia tão vasta, fundamentalmente baseada em estudos tipológicos para recipientes cerâmicos (recolhidos durante a escavação arqueológica). Neste sentido a interpretação das características construtivas e tipológicas das sepulturas, da sua análise espacial e estratigráfica, permitiu que se estabelecessem três fases distintas na utilização e abandono do espaço definido pela necrópole:
- A primeira fase corresponde à implantação de sepulturas de fossas simples escavadas na rocha que subsiste no século I até ao século VII d.C., algumas delas com sinais de abandono e / ou violação anteriores à nossa intervenção (Sepulturas 2, 4, 7, 8 e 9)."
- Na segunda fase de ocupação integrámos as sepulturas estruturadas com a aplicação de ladrilhos (lateres) na elaboração dos sepulcros. Esta tendência parece ter-se difundido, essencialmente, a partir de inícios do século IV em associação com as práticas de inumação (Sepulturas 1, 3 e 6).
- A terceira fase corresponde à evidência estrutural (Sepultura 5) associada a uma profunda transformação na mentalidade no que diz respeito ao modo como se lida como o mundo dos mortos. A escavação da sepultura de inumação esteve a cargo da Dr.ª Teresa Ferreira (antropóloga). A fragmentação do material osteológico dificultou bastante a sua análise. De acordo com os estudos antropológicos (Ferreira, 2006) apontam para um indivíduo adulto, talvez do sexo masculino (?). Esta sepultura é eventualmente, enquadrável a partir de inícios do século IV."

Sobre Monte de Marrocos existem informações muito dispersas: Mário Saa situa aqui "demonstrações de vária ordem, alicerces, etc.", quando se refere a esta propriedade e a Abodaneira[358]. De Marrocos, todavia, conhece-se uma rara peça, um bastão de dolerito com duas cabeças de felino em bronze, nos seus remates, uma peça de função desconhecida e tipologicamente muito rara. Sobre o contexto de proveniência nada é adiantado[359].

Tendo em vista o esclarecimento destes dados, foram feitas prospecções em alguns dos terrenos da herdade, que apresenta uma enorme extensão, o que inviabilizou uma batida sistemática. A prospecção rapidamente se orientou para o abandonado Monte de S. Lucas (pertencente ao terreno de Marrocos), pela implantação paisagística (terço inferior de encosta voltada a sudoeste, com excelente domínio visual e proximidade de vários poços) e pelo hagiotopónimo. Nas paredes do Monte de São Lucas encontram-se silhares reaproveitados, embutidos na esquina visível da parede que, por ter caído o reboco, estão à vista desarmada. Pela casa há outros elementos de granito. Entre o monte e a parede em ruínas encontra-se uma eira, cuja construção pode ter destruído ou ocultado o sítio romano. Nesta parede em ruínas há um muro que se prolonga para a zona baixa; no seu seguimento estão um fragmento de peso de lagar e um tambor de coluna muito fragmentado, ambos em granito. Na boca do forno de cal, mais distante, está, na parede norte, um tambor de coluna em granito. De realçar que não foram encontrados materiais cerâmicos em nenhum ponto, nem qualquer outro indício de superfície foi observado. Mas certamente que por estes terrenos se encontrará um sítio romano com alguma monumentalidade, cuja proximidade ao percurso da via XV, a "Estrada dos Louceiros", dista entre quinhentos a mil metros.

Outras referências: PDM 60; RP 6/106.

07.40. Abodaneira

CMP 359 / CNS 5775

A única referência conhecida para o local deve-se a Mário Saa[360] e já foi apresentada no sítio anterior, sendo muito sintética e inexpressiva. No local nada foi encontrado, mas a herdade, como a atrás descrita, é de uma enorme extensão no terreno. O sítio encontra-se ao longo da via XV mas no lado oposto (a norte) em relação ao anterior, podendo funcionar no sistema de sítios alternados ao longo da estrada, como é conhecido para outras zonas.

Outras referências: PDM 81; Processo IGESPAR 2003/1(741); RP 6/110.

07.41. Aguilhão

CMP 371

Já próximo do cruzamento de vias da "Taberna dos Mouros" encontramos um sítio romano, junto ao entroncamento de uma linha de água afluente da ribeira da Enfermaria. O sítio está no termo de um conjunto de elevações, onde se encontra uma plataforma um pouco mais elevada que contém os vestígios. Está voltado para sul, para a referida linha de água. Encontra-se uma mancha com algumas dimensões – 1000 a 2000m^2 – com ímbrices, tégulas, tijolos, um troço de muro sob uma azinheira e um elemento de mó. Provavelmente trata-se de um casal, a cerca de 500m da via.

07.42. Taberna dos Mouros

CMP 371

Mais um caso em que a única descrição que nos chega provem de Mário Saa: "Há, no cruzamento [da via XIV com a XV], empedernidos alicerces e paredes, tangentes à via (a dentro da canada pastoril), a que chama, localmente, a Taberna dos Mouros. Em torno do

358 1959: 135.

359 Almeida & Matos, 1970: 416-417

360 1959: 135.

que resta do edifício, vê-se profusão de fragmentos da habitual telharia. O edifício, mais se afigura templo que taberna."[361]

Percorri todo este território em variadas ocasiões, procurando perceber exactamente onde seria o encontro das vias que o autor refere. A 10.09.2009, localizei o ponto exacto do cruzamento de vias, mas não foi possível encontrar qualquer sítio. Vê-se perfeitamente uma crista do afloramento, facto natural pois encontramo-nos em zona de cumeada, em zona onde nunca houve agricultura e por isso o mato cresce desordenadamente, impedindo uma visualização correcta. Quanto à existência de um sítio, não existem indícios, embora a descrição de Saa (nomeadamente quanto à "telharia") indique que ele terá efectivamente observado realidades no terreno. Mais uma questão que permanece em aberto.

*Outras referências: RP 6/*** (p. 149).*

07.43. Almarjão

CMP 371

Do local já fora noticiada a proximidade ao troço de via romana conhecida como "Canada do Alicerce"[362]. O sítio romano em si, todavia, só mais tarde chega ao conhecimento do funcionário do MNA João Lino da Silva, então encarregado das escavações em Torre de Palma, que o noticia ao Director, Manuel Heleno. Lino da Silva ter-se-á deslocado ao local mediante informações da descoberta acidental de mosaicos e de algumas peças que lhe foram noticiados por trabalhadores de Vaiamonte, mas por falta de condições logísticas o local não foi alvo de escavações[363]. A sua barragem vem ainda a ser noticiada por Mário Saa[364], mas o ponto de povoamento tem passado ignorado à investigação. Apenas surge mencionado em obra mais genérica onde a barragem é o elemento de atenção primordial[365], embora se dê atenção às realidades arqueológicas: "estruturas arruinadas na colina da margem esquerda", destruídas pela construção das casas agrícolas. "No entanto, num local da margem esquerda 130m a jusante e a uma altura inferior à do actual coroamento da barragem, observam-se materiais romanos à superfície".

O local seria certamente uma *villa* com algum aparato, observando-se ainda vários elementos de construção nas casas e em um forno de cal arruinado por trás da casa – eventualmente o que deu origem à descoberta do local, pois Lino da Silva refere que foi aquando da abertura de uma cova para o processo de obtenção de cal que os vestígios foram identificados. De qualquer forma, a área merecia prospecções intensivas: foi localizado um ponto de povoamento que não deverá ser nenhum dos já conhecidos, mas um inédito, a cerca de 300m a sul da barragem, na direita do caminho, antes da junção de um pequeno curso de água com a ribeira, em pequena elevação, onde está um silhar em moroiço e uma pequena concentração de cerâmica de construção (tijoleiras, ímbrices, tégulas). Certamente um pequeno sítio na dependência do principal. Desta forma, teríamos pelo menos dois pontos na área do sítio central, correspondendo a pequenos pólos específicos dentro do *fundus* da *villa*.

Outras referências: PDM 76; RP 6/111.

07.44. Fonte da Figueira

CMP 371 / CNS 5812

Mais uma vez, o informante é Mário Saa, que descreve de forma sintética o local: "Vêem-se, na Fonte da Figueira, junto da via, no sopé do alto morro da Cabeça, fortíssimos e grossos muros, de construções romanas, com fragmentos de *tegula* e *imbrex*"[366]. Apenas foi localizada a fonte, onde se encontram quatro grandes silhares,

361 Saa, 1959: 141.
362 Vasconcellos, 1927-1929: 185.
363 Carneiro, 2005b: 291.
364 1959: 135, sem qualquer referencia à *villa*. Nomeado como "Almeijão".
365 Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986: 57. A barragem surge descrita nas pp. 53-57 e fig. 3 e 4.
366 1959: 135.

rudemente afeiçoados. Parece ser muito antiga: de mergulho, em abóbada, com uma pequena piscina na frente. Desta forma, deve-se considerar que o sítio de proveniência destes blocos, e referido por Saa, não foi ainda localizado.

Outras referências: PDM 78; RP 6/122.

07.45. Ribeiro do Freixo

CMP 371

Sítio que se estende por dois concelhos (Crato e Monforte) dado que existem evidências dos dois lados da via, que aqui serve de limite concelhio.

Está mesmo junto à passagem da ribeira. A maior concentração de materiais está próximo de um afloramento, onde inclusivamente se nota uma plataforma. Todavia, os materiais encontram-se também do lado sul da via, indicando uma extensão grande, difícil de avaliar porque o solo está em pastoreio, mas que será certamente em torno a 5000m2. Encontram-se tijolos, imbrices, tegulas, cerâmica comum, fragmentos de ânfora e blocos de *opus signinum*. A passagem da ribeira seria feita por um pontão idêntico ao da ribeira da Navalha, ainda se encontrando uma estrutura pétrea no corte da linha de água. Aqui está um marco com a Cruz de Malta, possivelmente reaproveitando um marco miliário, indicando que este local serviu como termo de confrontação de territórios das ordens militares, como hoje serve de concelhos.

Como o sítio está claramente em relação com a via e com a passagem da ribeira, certamente se poderia tratar de uma *mansio*.

Referência: Inédito.

Comentários gerais

Em todo o Alto Alentejo, o concelho do Crato assume uma situação algo singular: trata-se de um território onde vários investigadores trabalharam, mas onde nunca houve um esforço sistemático de pesquisa; e por esta via, os dados são soltos e heterogéneos, mas quando os reunimos e pesamos, concluímos que são densos em quantidade e qualidade. Em resumo, o Crato assume uma posição de algum modo privilegiada na contabilização geral dos pontos de povoamento do Alto Alentejo, com mais de quarenta sítios recenseados, mas sobretudo a impressão geral do conjunto é a de um relevante repositório de informação para o futuro. Sítios de grande qualidade, do ponto de vista patrimonial e científica, e que só muito parcialmente são conhecidos, faltando ainda descobrir outros mais.

O Crato é nitidamente um concelho de transição, e a diversidade de paisagens e de ambientes beneficia-o nesta leitura. Atravessando-o abandonamos, por um lado, o espaço da bacia do Tejo (quer de norte para sul, vindos de Nisa, quer de oeste para este, vindos de Gavião e Ponte de Sôr), e por outro, saímos do ambiente serrano de São Mamede (em particular se entrarmos vindos de Alagoa e Fortios) para os grandes espaços do Alto Alentejo central. A paisagem modela-se progressivamente, no sentido da suavidade das ondulações ritmadas dos cabeços que se vão sucedendo, deixando para trás as cristas e as erupções xistosas que até aí reconhecíamos. Em resumo, entramos na paisagem que possibilita mais o *otium contemplatório* próprio da alma latina, mas também um modelo de exploração agro-pecuária que permite o policultivo e, sobretudo, a base da tríade mediterrânica da vinha, do olival e das extensões de cereais. Em resumo, no Crato entramos no território das grandes *villae*. Unidades que, especialmente para norte, convivem com os povoados abertos – as designadas *moradeias*, se seguirmos a linha de Vasconcellos – mas que progressivamente vão dominando a paisagem: sítios como Granja, Couto Vale, Almarjão, Braguinas, Lage do Ouro ou o impressionante sítio de Mosteiros, indiscutivelmente um dos grandes valores patrimoniais do distrito.

O que mais chama a atenção no Crato é portanto esta dupla transição: no quadro fisiográfico, mas também na ocupação humana do território, onde encontramos a passagem de um modelo de povoados para as grandes estruturas latifundiárias que

evidenciam um requinte e uma monumentalidade que indicam o gosto urbano dos seus proprietários.

Este modelo é para já uma hipótese de trabalho, sendo necessária a realização de mais trabalho de campo para determinar a profundidade e validade desta leitura. Em panorâmica geral (muito geral, reforçaria), o que teríamos seria assim, progredindo de norte para sul e simultaneamente de ocidente para oriente, a transição, feita aliás de modo suave: sítios como Rodo ou Sôrinho, ou mais pequenos, como Cem Dias e Colobra, vão lentamente cedendo o passo a estruturas de maior porte. De modo simbólico, penso que o *vicus* de Chocanal (um local cuja melhor definição do perfil de ocupação seria estratégico para o conhecimento desta classe) parece marcar a fronteira: junto ao itinerário viário, se o percorrêssemos vindos do Tejo seria por estas paragens que o referido modelo começaria a alterar-se, pois de seguida teríamos a Granja, já uma *villa* pelos padrões clássicos.

Este modelo é sugestivo, mas necessita de ser muito melhor afinado. De muitos destes sítios temos apenas uma sumária caracterização, seja porque alguns deles foram muito afectados pelo plantio de eucaliptos e estão hoje genericamente perdidos, seja porque de muitos temos apenas as crípticas passagens deixadas por Mário Saa, que era particularmente lacónico na descrição de sítios que sabia só ele conhecer. O que dizer de Espadaneira, com os seus "terrenos pejados de detrictos", por exemplo? Ou da sensação de em locais como Taberna dos Mouros ou Rua de Crasto termos estado no local onde Saa esteve, mas não termos observado o que o autor descreveu? Esta incómoda impressão poderá vir a ser ultrapassada com mais trabalho de campo, que identifique novas realidades, ou então teremos de conformar-nos com a ideia de as realidades se terem perdido. Mas relembro o sucedido em Mosteiros: foi apenas ao fim do terceiro dia de prospecções no local (efectuados em três momentos diferentes do ano) que o mesmo foi relocalizado, e neste caso não estamos propriamente a referir-nos a um sítio arqueológico pequeno, ou de escassas evidências.

Este ponto é relevante e merece ser destacado. Pois apesar dos mais de quarenta sítios constantes do inventário, sempre que podemos realizar algumas prospecções mais intensivas, alguns novos sítios foram identificados. Biscaia, por exemplo, com o vizinho lugar de Couto Vale ou (para não nos centrarmos apenas na época romana) os diversos pontos de Sampaio (com evidências de épocas diferenciadas), são apenas dois exemplos de uma malha de povoamento muito densa e apertada que aflora sempre que existem condições para a realização de um trabalho de campo mais intensivo. Neste sentido, o Crato foi um laboratório muito interessante, onde novas descobertas foram identificadas de modo inesperado, ou onde evidências que julgávamos perdidas foram afinal recuperadas: dou como exemplo a antiga ermida de Santa Eulália, cujos vestígios ainda foi possível recuperar, com a surpresa de se encontrarem restos materiais de época romana. Outro exemplo foi o conjunto de pontos aos quais chegámos por informação oral do proprietário de Braguinas: com ele foi identificado o conjunto de sepulturas escavadas na rocha e depois, em posterior visita para a obtenção de coordenadas geo-referenciadas, foram encontrados os três povoados de Monte da Cunha.

Estes merecem um comentário específico, porque os três pontos situados entre o Monte da Cunha e a povoação de Alagoa são exemplos extremamente relevantes dos conjuntos a que Leite de Vasconcellos chamou de *moradeias*. Três núcleos dispersos, mas próximos entre si, que se instalam entre afloramentos, delimitando a área edificada por uma cintura de pedras (por vezes visível, mesmo em terreno plano como nos sítios 23 e 24) e onde depois observamos a individualização das presumíveis habitações, com as entradas sinalizadas com pedras fincadas. A novidade, nestes locais, reside na proximidade de sepulturas escavadas na rocha (nos sítios 23 e 24 estão situadas em uma extremidade do povoado) e na existência de habitações (?) que não são rectangulares mas sub-ovais. Trata-se de um modelo de povoamento que encontramos em outras áreas da região: mais a norte, no limite inferior do concelho de Nisa, e ainda nos concelhos da Serra de São Mamede. Estes três povoados estão entre os exemplos mais a sul, registando-se ainda os casos de

Froia em Alter do Chão. Como é evidente, é muito difícil determinar a cronologia destes sítios: a utilização de imbrices e tijolos com uma tipologia perfeitamente idêntica à dos materiais romanos (mas com muito inferior qualidade de fabrico) leva-me a considerá-los como pontos de povoamento da Antiguidade Tardia, mas esta proposta pode ser revista para momentos posteriores, até em função da coabitação com as sepulturas escavadas na rocha.

Estes sítios foram localizados quando o objectivo passava por confirmar a referência oral às sepulturas. Nem todas foram localizadas; o informador mencionou, por exemplo, uma sepultura escavada na rocha que ainda apresentava cerâmica de construção na sua cobertura. Portanto, em toda esta extensa área, hoje pouco povoada, é perfeitamente admissível a existência de mais alguns destes povoados, pelo menos até ao início da mancha de eucaliptos.

Tendo estes pressupostos em mente, regressemos aos modelos de povoamento para concluir que, afinal, este conjunto de sítios, já numericamente substancial, é já, afinal, uma boa base de trabalho para posteriores investigações. Porque certamente uma análise mais apurada permitirá aferir esta hipótese: a de estarmos perante um território de transição, de passagem, onde progressivamente assistimos ao emergir do modelo de exploração centrado nas *villae* que se sobrepõe aos povoados em espaço aberto. Ou, em outra leitura, estes povoados ficam afinal remetidos para as áreas marginais, enquanto as *villae* repartem entre si os territórios de mais elevada aptidão agro-pecuária.

Claro que este é um modelo falível, e efectivamente quando olhamos para os dois concelhos limítrofes onde poderíamos esperar uma continuidade deste modelo de povoamento a leitura falha: em Alter do Chão e em Portalegre detectamos extensas áreas vazias, onde as *villae* parecem ausentes – e no segundo caso estão mesmo, e de modo absoluto. Claro que poderemos sempre culpar a ausência de investigação, e pensar que com mais pesquisa ultrapassaremos este vazio. E sem embargo de tal acontecer, poderemos também olhar para o Crato e pensar que, em concelho que não beneficiou assim de tanta investigação, encontramos uma substancial quantidade de *villae* e uma já densa malha de povoamento.

A solução deverá residir em outra chave de leitura: a rede viária. Porque quando olhámos para Alter ressalvei que a maior percentagem de sítios se encontra ao longo dos traçados viários, situação mais notória ainda no caso das *villae*. Em Portalegre, talvez o vazio se deva tão somente a uma generalizada rarefacção dos testemunhos viários – ou, dito de outro modo, ao facto de rede viária parecer aqui substancialmente débil. No Crato, pelo contrário, temos um território de passagem de trânsitos entre gentes das mais variadas paragens. Temos um itinerário que o atravessa em sentido transversal – a via XV -, um outro que o margina a sul – a ligação à via XIV, que sinaliza sítios como Fonte da Figueira, Ribeiro do Freixo ou Almarjão – e vários itinerários que tiveram certamente grande relevância, como pode ser constatado pelo porte dos sítios que deles se aproximam.

A rede viária, seja a principal, sejam os ramais secundários, condiciona de forma clara os modelos de povoamento existentes neste território. Se escalonarmos os sítios pelas categorias mais operacionais, descobrimos que as *villae* e os sítios directamente relacionados com funções viárias – seja a *mansio* ou a *mutatio* – estão no alinhamento dos principais eixos. A sequência de pontos é evidente: a curta distância (até um quilometro) encontramos uma extensa lista: Sôrinho (povoado junto à via), os sítios de Biscaia, Couto Vale (*villa*), o povoado de Rodo, Monte Velho (*villa*?), a ermida de Santa Eulália, o povoado de Aguilhão, a *villa* de Lage do Ouro, o povoado de Colobra, a *villa* de Braguinas, os sítios indeterminados de Espadaneira, Algarves e Mato Silva, a *villa* de Mosteiros e o povoado de Rua de Crasto, a ermida de S. Bento, o *vicus* de Chocanal, a *villa* de Granja e a possível de S. Lucas, os sítios imperfeitamente caracterizados de Abodaneira, o casal de Aguilhão, Taberna dos Mouros (este em entroncamento viário), a *villa* de Almarjão, a possível *mansio* de Ribeiro do Freixo e o sítio indeterminado de Fonte da Figueira.

Ou seja, todas as *villae*, o *vicus*, dois hagiotopónimos com antecedente romano, alguns sítios com proximidade evidente à via, e um conjunto de locais insuficientemente caracterizados.

Os restantes locais, longe dos eixos viários, são Cem Dias ("moradeia"), Santo Estêvão (...?), Vale Seco ("moradeia"), Sampaio (pequeno ponto de ocupação), Salgados (...?), Paiola e os diversos locais de Monte das Cunhas, estes últimos que também encaixam no conceito de "moradeias". Em Sampaio e no núcleo de Monte da Cunha acresce a proximidade a sepulturas escavadas na rocha, podendo aqui tratar-se de sítios de cronologia mais avançada. De qualquer forma, em todos referimo-nos a povoados de segunda ordem, sítios modestos no seu perfil de ocupação e expressão material, remetidos claramente para as franjas do território que então interessava ocupar.

Esta leitura é muito interessante, até porque coincide com outros concelhos onde assistimos a esta, digamos, *linearização* do povoamento em função dos eixos de circulação. A novidade, em Crato, é o facto de termos uma massa de dados substancialmente superior em relação a, por exemplo, Ponte de Sôr e Alter do Chão. Infelizmente, não conseguimos categorizar estes sítios do Crato de modo sistemático, o que seria particularmente útil para procedermos a uma hierarquização ou escalonamento das cadeias de ocupação do território. Sobre muitos sítios não é possível perceber que tipo de perfil de ocupação ocorreu, nem qual a sua real posição nesta arquitectura de povoamento, que só parcialmente podemos entrever.

Genericamente os mesmos conteúdos são mantidos quando procuramos construir uma leitura diacrónica. É de momento impossível perceber o modo como este elenco de sítios evoluiu ao longo do tempo que aqui nos interessa.

Claramente temos uma malha de pontos de povoamento que em época romana acompanha a rede viária, que por estratégia imperial se consolidou na região. O dado mais interessante, todavia, parece residir no facto de que, pelos escassos dados disponíveis, esses sítios se foram mantendo ao longo do tempo, não havendo substanciais alterações. O que, de modo indirecto, nos indica que a rede viária se manteve até, pelo menos à reorganização pós-Reconquista que os Hospitalários irão empreender a partir de 1232, com a doação de D. Sancho II e, especialmente, com a fundação de Flor da Rosa em 1356. Neste momento podemos supor que a geo-estratégia do território se altera, embora a existência de povoados de larga diacronia próximo de vias, como Sôrinho e Rodo, possa indicar que os principais caminhos se mantiveram em funcionamento. Mas claramente, a partir desta fase, os eixos viários rodam para o sentido norte/sul, abandonando a tradicional orientação noroeste/sudeste que caracteriza a ligação da capital provincial com o Atlântico.

8. Concelho de Elvas

O município elvense apresenta uma posição singular no panorama de concelhos que aqui estão em estudo. Em vários domínios.

Começando pelo palco geográfico, há desde logo a considerar que, no território actualmente português, o concelho de Elvas é aquele que se encontra geograficamente mais próximo da antiga capital da província da *Lusitania*, a cidade de *Augusta Emerita*. Inclusivamente, a própria morfologia do território constitui uma reentrância para o interior do actual território espanhol. Este facto liga-se com um outro, a circunstância de a linha de fronteira dos dois países se orientar em função dos cursos de água do rio Caia e do rio Guadiana, que na prática constituem limites naturais, embora apenas no plano hidrográfico, pois em âmbito paisagístico a continuidade das duas margens é evidente. Quero com isto dizer que, na prática, entre os dois territórios actualmente separados, existe uma homogeneidade e similitude paisagística que leva a que o espaço elvense seja um natural prolongamento do ambiente emeritense para oeste. Portanto, Elvas seria um território

enquadrado na *urbs*, sob administração directa ou com uma atenção especial, em função de um ambiente fisiográfico comum e inserido no corredor natural de passagem que era constituído pelo rio Guadiana, ao longo do qual se estruturava o percurso da via XII.

Desta forma, o concelho de Elvas (e em parte também o de Campo Maior, com o qual existem muitas semelhanças) apresenta-se como uma continuidade do *territorium* emeritense, do ponto de vista geográfico e cultural, o que naturalmente cria um perfil de povoamento muito específico, e em clara ambiência próxima da colónia de fundação itálica.

Elvas é um espaço muito marcado pelo curso do Guadiana e pela sua confluência com o Caia, que nele entronca vindo de norte. Do ponto de vista hidrográfico, quase todo o território encontra-se nesta bacia hidrográfica: entre os cursos de água mais determinantes apenas a ribeira Velha se orienta para a ribeira Grande e, por extensão, para a bacia do Tejo. Do ponto de vista das pendentes, portanto, a inclinação determinante é para este/sudeste, e como tal, o concelho apresenta uma ambiência geral muito favorável. Há ainda a considerar que o território está repleto de cursos de água de pequena e média dimensão, facilmente *domesticáveis* ou represáveis, mas sobretudo apresenta uma densidade de aquíferos verdadeiramente notável, o que provoca uma abundância de pontos de água que permite ultrapassar qualquer estio mais rigoroso. Desse ponto de vista, o concelho está em implantação privilegiada, beneficiando de uma magnífica capacidade de armazenamento de águas subterrâneas.

O Guadiana torna-se também determinante na modelação do ambiente físico do concelho. O seu curso, e também o do Caia, é caracterizado pela existência de uma ampla planície aluvionar, que se mantém constante ao longo das duas margens. Estes terraços são de formação terciária, e se por vezes neles abundam as cascalheiras de seixos, testemunhando presenças paleolíticas, geralmente são constituídos por espessos solos de elevado rendimento agrícola. Os bem conhecidos *barros de Elvas* são "singularmente propícios à cultura cerealífera que neles se explora com vantagem e em larga escala"[367], o que motivou uma intensa acção antrópica recente que pode ser vista no próprio historial da investigação arqueológica: é em muitos destes terrenos que, nos meados da década de quarenta, e ao longo da década de cinquenta do século XX, que a agricultura mecanizada (que nesse momento pela primeira vez entra nos campos) porá à vista um grande números de evidências até aí ocultas, quer de espaços de habitações, quer de necrópoles, motivando os intensos trabalhos de salvamento de António Dias de Deus e de Abel Viana. Ambos desenvolveram um labor intenso, só possível por se tratarem de "escavações de realização relativamente fácil e pouco dispendiosa, em que acudimos, na medida do possível e dentro de curto prazo, sob pena das lavouras já determinadas tudo destruírem sem remédio."[368] Esta antropização mecânica revolve os solos que em outros tempos foram sulcados pelos arados romanos, também atraídos por estes solos argilosos, pesados no Inverno e gretados no Verão, mas que são extremamente ricos e propícios para uma agricultura de larga escala. Hoje, infelizmente, foi nestas paragens que se instalaram acções ainda mais lesivas conduzidas no âmbito de uma agricultura de regadio que requer pivots mecânicos e valas de rega, mas já não existem vigilantes tão atentos e eficazes como o foram Deus e Viana para salvar esses testemunhos.

Em terrenos um pouco mais interiores, mas ainda próximos dos dois grandes rios, existem outras condições naturais e paisagísticas. Aqui encontramos aquíferos irrompendo e propiciando um outro tipo de agricultura. Em torno de Elvas ou de S. Vicente, ou ainda próximo de Barbacena ou no vale de Varche, existe uma grande reserva natural de água, que alimenta férteis hortas e extensos pomares. A paisagem modifica-se então, porque se torna de propriedades muito repartidas, vedadas e com um denso coberto de superfície,

[367] Picão, 1903.

[368] Deus, Louro & Viana, 1955: 576. Por esta situação favorável os autores estabelecem a prioridade de intervenção em necrópoles, mais do que em *villae*, "em que há alicerces de edifícios, pavimentos de mosaico e outras obras a descobrir, implicando a remoção de volumosas quantidades de terra, o emprego de pessoal numeroso e longos períodos de tempo".

quase sempre presente durante todo o ano. Muitas produções gozam de considerável fama, como as laranjas, as maçãs ou as consagradas ameixas, para além de produtos provenientes do uso da agricultura de sacho e enxada. Neste domínio, a fertilidade do termo elvense permitiu que no entorno da cidade florescessem uma infinitude de pequenas hortas, como a consulta das sucessivas entradas do *Dicionário* de Vitorino d' Almada logo esclarece.[369]

Mais para os territórios interiores, temos então as características paisagens de montado, que se estendem para os concelhos vizinhos. Estas extensões assumem uma grande variabilidade, "áridas e monótonas no rigor do estio, tristes no Inverno e floridas na Primavera"[370], dominando a paisagem de todas as freguesias mais afastadas do vale dos grandes rios. Ao longo de Vila Boim e Terrugem, ou de Santa Eulália e Barbacena, vemos as extensões de sobro e azinho monotonamente espalhadas pelo horizonte, com terrenos vazios deixados para uma agricultura de charrua mecânica. A metade ocidental do concelho apresenta já outro modelo de propriedade, com extensões fundiárias muito amplas que repartem a paisagem.

Em termos gerais, a paisagem do concelho é suave, com uma modelação relativamente amena. Por vezes o panorama altera-se, com algumas elevações mais evidentes, todas de feição noroeste/sudeste, a tónica geral dos alinhamentos nesta região. Alguns destes locais foram povoados durante a Idade do Ferro, como a Atalaia dos Sapateiros que, com os seus 469 metros constitui uma referência altimétrica muito relevante, dispondo de uma paisagem dominadora sobre a planície em volta. O mesmo se verifica no alto da Serra de Segóvia onde, apesar de a cota ser mais baixa (314 metros), se desfruta de uma amplíssima panorâmica sobre os terraços fluviais a oriente. Uma outra linha importante é a Serra da Malefa, ao longo da qual se implantam as três importantes linhas de defesa da fronteira, o Forte da Graça, o Castelo de Elvas e o forte de Santa Luzia. Todavia, o panorama geral é muito mais suave e ondulado, com as longas extensões de montado terminando de forma plácida nos terraços fluviais dos dois rios de fronteira.

No quadro natural, uma última palavra para os recursos mineiros. Resulta óbvio pela consulta das fichas do *Dicionário* de Almada[371] a tremenda profusão de afloramentos passíveis de exploração, em especial de cobre, embora não existam evidências arqueológicas do seu aproveitamento em momentos históricos mais recuados. Fica a referência, contudo.

O outro domínio em que Elvas ocupa uma posição ímpar situa-se no plano da investigação arqueológica, em especial na vertente do povoamento romano. A uma riquíssima tradição de trabalho junta-se uma tese de mestrado, sendo este um dos poucos concelhos da área em estudo que beneficiou de um estudo de âmbito territorial, a par do sucedido em Fronteira[372], mas em Elvas com a vantagem acrescida de se proceder a uma reunião sistemática de toda a informação até aí produzida. Porque relativamente recente[373], julgo redundante tratar aqui de forma mais aprofundada o tema da investigação concelhia. Relembro apenas os traços gerais.

Este é o concelho onde encontramos das primeiras notícias sobre sítios arqueológicos, graças à obra do cónego Aires Varela, em meados do século XVII[374]. Dentro do espírito da época, o texto encontra-se eivado de ressonâncias míticas[375], porém preciosas para o registo de várias fontes entretanto perdidas, como no campo epigráfico.

---

369 Victorino d'Almada [s.d.], *Elementos para um diccionario de geographia e história do concelho de Elvas. Apontamentos manuscritos*. Fichas manuscritas depositadas no Arquivo Municipal de Elvas.

370 Picão, 1903.

371 Almada [s.d.].

372 Carneiro, 2004.

373 Almeida, 2000, sendo que o capítulo "1.1. História da investigação arqueológica no actual concelho de Elvas " (p. 12-32) foi desenvolvido em estudo autónomo (Almeida, 1999-2000).

374 Foi consultado o texto da edição de 1915, embora o original tenha sido redigido entre 1644 e 1655, data da morte do autor (Almeida, 2000: 12).

375 "he esta cidade em quanto à sua primeira fundação mais antiga que Roma, e que a ilustre Cartago edificada pela casta Dido" (Varela, 1915: 5).

Nos finais do século XIX residiu em Elvas uma elite de tremenda preparação intelectual, que dedicou uma olhar apaixonado aos seus vestígios patrimoniais, destacando-se os nomes de Victorino d'Almada (cujo incomparável *Dicionário* malogradamente nunca mereceu uma publicação condigna) e de António Thomaz Pires, correspondente de Leite de Vasconcellos, e a cujo esforço devemos a fundação do Museu Municipal, que em tempos recentes a edilidade entendeu desmantelar. O ambiente cultural da cidade era então fervilhante, como a leitura dos vários periódicos que eram editados deixa entrever (chegaram a ser cinco os jornais em publicação simultânea[376]), muito por via da presença de amplos contingentes militares, o que motivou a instalação na cidade de indivíduos muito eruditos e actuantes[377]. Este facto é extremamente importante, pois foi neste período que algumas obras públicas foram empreendidas, dada a repercussão das políticas fontistas nesta região (desde o caminho-de-ferro até a estradas rurais, passando por caminhos que ligavam populações e necessitavam de obras de arte), o que levou a que muitas descobertas fortuitas fossem feitas (geralmente de necrópoles), circunstâncias que foram sendo noticiadas por Almada, e alvo de salvaguarda de peças então recolhidas por Thomaz Pires. Conseguiu-se assim documentar um período de perda de informação quase equiparável à mecanização da agricultura da década de quarenta do século XX, que em muitos outros concelhos não foi acompanhada. A eleição da Arqueologia "como território epistemológico preferencial"[378] permitiu que este campo fosse acarinhado, e intensamente trabalhado, por estes, e outros, investigadores.

A segunda vaga de investigação arqueológica no território elvense centra-se na década de quarenta do século XX. Mais uma vez em momento propício, desta vez aquando da *tractorização* da agricultura portuguesa. Novamente observa-se que o movimento parte de figuras influentes na sociedade local, como António Dias de Deus ou o P.e Henrique da Silva Louro, que, contudo, rapidamente irão contar com a presença de Abel Viana. Todo o trabalho dos primeiros, feitos com denodado empenho pessoal[379], será enquadrado cientificamente pelo segundo, dando assim início a um período de intenso trabalho e correspondente sequência de publicações[380]. Assim, ao longo de menos de dez anos de trabalho de campo, o concelho de Elvas tornar-se-á um laboratório onde são sucessivamente intervencionados os mais diversos contextos, privilegiando-se todavia as necrópoles romanas que as charruas iam sucessivamente pondo a descoberto. Outras escavações, é certo, ficaram sem que delas fosse dado conhecimento, como na *villa* do Monte da Ovelheira ou na de Herdade do Carrão[381]. O que é contudo interessante salientar, é o facto de estes investigadores assumirem uma postura diferente do que geralmente recenseamos nesta área regional. Na verdade, porque Dias de Deus era um agente local, bem relacionado e profundo conhecedor do terreno, iremos assistir a um intenso projecto de intervenções, que não se limita às escavações mais "apelativas" das necrópoles e grandes

376 Almeida, 2000: 16, nota 4. Estes diversos periódicos encontram-se disponíveis para consulta no Arquivo Municipal de Elvas e, embora alguns deles sejam sobretudo de âmbito político, em quase todos encontramos notícias sobre elementos patrimoniais e de interesse arqueológico. Destaca-se contudo *O Elvense*, onde Victorino d'Almada foi deixando informações duplicadas do seu *Dicionário* na coluna "Apontamentos para a chronica da cidade d'Elvas" que regularmente publicava.

377 "Convém salientar que, durante a segunda metade do séc. XIX e início do séc. XX, Elvas está longe de ser uma cidade de "interior", periférica ou isolada." (Almeida, 1999-2000: 55). Pelo contrário, sendo uma das principais portas de entrada para o território português (Carvalho, 2009), a cidade albergou uma relevante vida cultural e recebeu sempre a visita de distintas personalidades.

378 Almeida, 2000: 16.

379 Viana, 1950: 289.

380 Deus, Louro & Viana 1955; Louro, 1948; Viana, 1950; 1953; 1955; 1959; Viana & Deus, 1950a; 1950b; 1951; 1955a e 1955b.

381 Ficou apenas a notícia da identificação do local em Viana, 1950: 296, com uma nota insólita que muito diz das dificuldades de investigação nesta área face à insensibilidade de muitos autores das descobertas: "Em 1942 [informaram A. Dias de Deus] de que na ocasião da debulha os trabalhadores tinham achado uma cabeça de estátua, com a qual se divertiram, atirando-a uns aos outros, à maneira de bola. A despeito das diligências empregadas por António Dias, tal cabeça não voltou a aparecer.

villae que então eram postas a descoberto, mas de sítios mais pequenos, muitas vezes intervencionados em contexto de "salvamento" (para utilizar um termo actual) como Horta da Serra ou Herdade da Camugem, ou ainda de filosofias de "prospecção orientada"[382] que, no fundo, consubstanciam um projecto de intervenção integrada na paisagem com muitos poucos paralelos na área regional, ou mesmo a nível nacional. Extravasando os limites do concelho de Elvas, e actuando também em Arronches, Vila Viçosa ou mesmo Monforte, os investigadores levam a cabo um processo de supervisão e salvaguarda do património que foi modelar. Mesmo considerando a ausência de formação na área, e o modo como Abel Viana terá tido de "controlar" Dias de Deus[383], cuja acção inicial foi inquestionavelmente lesiva apesar da sua boa vontade, é da mais elementar justiça elogiar o esforço denodado que resultou na recolha de um incomparável conjunto informativo e de uma lógica de trabalho que encarou parte do território elvense como um todo que deveria ser salvaguardado (ou pelo menos salvo)[384].

Os tempos posteriores são muito mais desequilibrados quanto à produção de informação, que decorreu de forma episódica e já sem uma estruturação. Temos unicamente notícias de sítios que sofreram arrasamentos ou danos importantes, e também alguns achados, geralmente de âmbito epigráfico[385], sempre na década de oitenta. Na segunda metade desse período, algumas intervenções de emergência são efectuadas, sem que deles restem memória ou publicações[386]. Na década seguinte as notícias são geralmente emitidas no âmbito de estudos de impacto ambiental, como no caso da A6 que permitirá a identificação do importante sítio de Monte da Nora[387], entre outros pontos de povoamento. Nesta década, contudo, a nota de maior destaque irá necessariamente para o início do projecto de investigação da *villa* romana da Quinta das Longas[388], que permitiu pôr a descoberto um dos mais significativos conjuntos edificados de uma *pars urbana* no Alentejo, para além de se constituir como uma das poucas intervenções plurianuais programadas e sistemáticas, recorrendo a modernas metodologias de trabalho, que decorreram no Alto Alentejo. Finalmente, em 2000, temos a já citada tese de mestrado de Maria José de Almeida, que constitui uma sistematização muito relevante da informação sobre o concelho.

Sítios e comentários

08.01. Fontalva

CMP 399 / CNS 4151

Conjunto muito heterogéneo que, pelo menos em parte, provém de uma sepultura com "moedas do Baixo-império, cerâmica vulgar e de «terra sigillata», vasos de vidro, etc., que [...] pode datar-se do século IV"[389]. Os materiais conhecidos na herdade incluem ainda

382 Almeida, 2000: 25.

383 Veja-se o extraordinário documento de defesa redigido por Viana (1950) dedicado ao "sagaz embora modesto pesquisador" (p. 289).

384 Para além da publicações, registe-se que a maior parte deste espólio encontra-se no Paço Ducal de Vila Viçosa, tendo sido publicado por diversos autores, destacando-se de forma especial a colecção de cerâmica comum, dada a conhecer no estudo de referência de Jeannette Nolen (1985). O restante espólio também foi objecto de estudos temáticos, embora de menor dimensão: a *terra sigillata* por Adília Alarcão (1961), as lucernas por Alarcão & Ponte (1976), os metais por Ponte (1986) e os vidros por Alarcão & Alarcão (1967).

385 Ver resenha informativa em Almeida, 2000: 28.

386 É o caso das situações verificadas em São Romão (Almeida, 2000, ficha 38) e de uma parte de uma necrópole em Monte de Alcobaça (*idem*, ficha 35).

387 Gonçalves, Morán, Posselt & Teichner, 1999.

388 Aprovado pelo antigo IPA em sucessivos PNTA com o acrónimo PEVLONG. Entre os diversos artigos já dados a conhecer no âmbito deste projecto de investigação refiram-se: Almeida & Carvalho 1998, 2004; Carvalho 1992, 1992a, 1993, 1994, 1994a; Carvalho & Almeida, 2003; Carvalho, Almeida & Pinto 1997; Carvalho & Almeida 1998, 1999-2000; Carvalho, Pinto & Almeida 1995, 1996, 1997; Guerra, Carvalho & Almeida, 2006-2007; Nogales Basarrate, Carvalho & Almeida, 2002.

389 Paço & Ferreira, 1951: 14. A datação proposta parece excessivamente tardia em função do espólio enumerado.

cerâmicas de paredes finas[390], objectos em ferro (armas em ferro - pontas de lança e ponta de dardo - e instrumentos de trabalho - cinzel, escopro, punções), uma fivela visigótica, um fundo de vaso em pedra e um fragmento de uma estela em granito. Nos materiais em vidro inclui-se uma garrafa prismática.

Outras referências: *RP 6/179; Alarcão, 1997: 163; Almada [s.d., vol. 18]; Paço & Ferreira 1951: 416-425; Paço, Ferreira & Viana 1957: 111-133; Almeida, 1962: fig. 363, est. LXVI; Ferreira 1966; Almeida, 2000: nº 5.*

08.02. Monte Velho de Fontalva

CMP 399

Em topo de cabeço foi identificada uma mancha de cerâmica de construção em área relevante (6400m^2).

Referência: Almeida, 2000: nº 4.

08.03. Vila Covinha

CMP 399 / CNS 15972

Materiais romanos depositados junto ao monte (um silhar e uma mó), que devem denunciar um ponto de povoamento relevante, em articulação com a necrópole seguinte.

Referência: Almeida, 2000: nº 10.

08.04. Vila Cova

CMP 399 / CNS 5212

Sepultura de incineração descoberta nos finais do século XIX com "dois fragmentos, um de vaso outro de ladrilho, romanos"[391].

Outras referências: RP 6/185; Pires 1901: 220; Pires 1931: 119; Almeida, 2000: nº 9.

08.05. Vinagreira

CMP 399 / CNS 11960

Um caso muito interessante e integrado na designada "arqueologia de salvamento"[392]. No entanto, tem passado despercebida a referência de Viana & Deus ao "Castro da Vinagreira", com "vestígios de edifícios que parecem ser de época romana. […]. Esta estação é do mesmo tipo que a do Atalaião ou Atalaia dos Sapateiros, e a da Herdade de Fontalva, ambas na mesma zona de Elvas."[393]

Quanto ao sítio, verificou-se que "Uma primeira acção de delimitação e caracterização ocorreu no início de Julho de 1996, tendo-se constatado que a área de dispersão de fragmentos cerâmicos à superfície era bastante reduzida: cerca de 10 m^2"[394]. Na sondagem subsequente, aberta com uma superfície de 8x8 metros, verificaram-se apenas duas unidades estratigráficas, com a detecção de dois embasamentos de muros em alvenaria de xisto, formando um canto de compartimento rectangular. Todavia, fora de contexto foi encontrado um "elemento de cantaria em calcário, eventualmente pertencente a uma fonte. Tratava-se de um silhar bem aparelhado, de forma cúbica […]"[395]. Quanto ao espólio, cerâmica comum "de fabrico grosseiro" e fragmentos de *dolium*. Contudo, foi também recolhido um elemento raro, "uma placa de fivela de cinturão liriforme, atribuível ao período visigótico"[396]. Em face dos indicadores, a autora propôs "a interpretação do local como "abrigo ou cabana de ocupação temporária relacionada com determinados trabalhos agrícolas ou de pastoreio e/ou local de armazenamento de produções agrícolas

390 Sepúlveda & Carvalho, 1998.
391 Vasconcellos, 1896: 4.
392 Bugalhão 1998: 133-134.
393 Viana & Deus 1957: 98-99.
394 Bugalhão, 2004a: 97.
395 Bugalhão, 2004a: 101.
396 Bugalhão, 2004a: 106.

ou florestais"[397], uma análise que contudo não se coaduna com o elemento pétreo interpretado como de fonte, e mesmo com a fivela visigótica[398] que certamente seria de alguma personagem privilegiada. Será portanto legítimo supor que o ponto de povoamento principal ainda não foi localizado.

08.06. Horta das Laranjeiras

CMP 399

Em relatório de prospecções inserido em projecto de investigação sobre o povoamento da Idade do Ferro[399] na região mencionam-se, nas proximidades do Castro do Chichorro, "os vestígios de uma grande e provavelmente sumptuosa *villa* romana, com vestígios de cantarias trabalhadas constituindo por certo o portal de residência [...]. Passamos novamente pelo Castro do Chichorro já localizado anteriormente numa breve campanha de prospecções de 1982, e observamos perto vestígios de um aqueduto, que possivelmente conduziria água para a *villa*"[400]. De acordo com a localização cartográfica apensa ao relatório, foi prospectada toda a zona indicada, mas sem que qualquer vestígio fosse identificado nas duas margens da ribeira do Torrão, ao longo de uma significativa área. Paisagem fechada mas com excelentes aquíferos, proporcionando férteis hortas, em quadro que portanto apresenta genericamente boas condições para a instalação de uma *villa*. Noto contudo que, à entrada das casas da Quinta do Chichorro, está depositada uma coluna de mármore, que porém não pode ser inequivocamente atribuída à época romana. Portanto, é necessário regressar ao local[401].

08.07. Horta da Cortina

CMP 399

Indicação deixada por Mário Saa sobre o "Povo de São Vicente, junto do qual houve uma povoação romana que hoje se chama da Abóbada, e da Cortina, com profusão de alicerces, tanques, além de abundante *tegula* e *imbrex*"[402]. Já anteriormente Thomaz Pires deixara a memória das ruínas nas "fontes da Curretina, que foram de mouros. A gente daquele campo conta estremadas patranhas de mouras encantadas e thezouros escondidos em edifícios antigos, de que ainda se descobrem grandes vestígios"[403]. Mas o primeiro autor a indicar vestígios terá sido Victorino d'Almada:

"Vol. 10 - Con-Cor

Corretina

Na herd^{e}., entre a aldêa de S. Vicente e a horta ha á beira da estrada uns restos de paredes fortes e mais para cima um como pequeno chafariz communicando com um grande lago (tudo restos muito arruinados, e d'uma argamassa antiquíssima) por um cano de que se percebe facilmente a direcção."

Efectuei prospecções no local, sendo que na margem direita do pequeno afluente do ribeiro da Nogueira encontram-se materiais romanos (cerâmica de construção), a meia distância da linha de água, embora estejam extremamente dispersos. Na zona do monte não foi possível uma observação fiável. Muitas obras recentes e entulhos dificultam ainda mais a visão. Registo ainda que a propriedade seguinte se chama "Monte da Água de Banhos", havendo também memória de achados antigos, mas aqui nada foi encontrado, embora a

397 Bugalhão, 2004a: 107.

398 Note-se que bem próximo, em Fontalva, foi encontrada uma peça idêntica: Almeida, 1962: fig. 363, est. LXVI.

399 Processo IPPAR 04.002.0001

400 Relatório preliminar: Castro do Baldio – 1983, da autoria de Teresa Júdice Gamito, constante do processo referido na nota anterior.

401 Próximo da área, em Alentisca, foi encontrado no púlpito da antiga igreja paroquial uma estela funerária em mármore (Pires, 1901: 212; IRCP nº 582); ver entrada RP 6/183.

402 Saa, 1956: 198.

403 Pires 1931: 6.

área prospectada fosse limitada. Todo o quadro natural é propício à implantação de uma *villa*, eventualmente sob o edificado.

Outras referências: RP 6/187; Almeida, 2000: nº 12 (S. Vicente).

08.08. Anta do Reguengo

CMP 399 / CNS 5732

Pequeno ponto de povoamento insuficientemente caracterizado, próximo de uma via: "Perto da anta há muitos vestígios de habitações romanas e ali recolheu vasilhas de barro, de vidro e outros objectos. Neste local conserva-se um lanço de caminho romano"[404]. No local nada foi encontrado.

Outras referências: RP 6/181; Almeida, 2000: nº 7.

08.09. Santa Catarina

CMP 400

Nos povoados do "complexo do Caia"[405], este é o único implantado na actual margem direita da barragem, ou seja, já no concelho de Elvas. Seria também um dos mais relevantes, dado o conteúdo teonímico: VALGIVS / MARCI F(*ilius*) / ARAM BE / LLONAE / DE VOTO [POS]V[I]T (?). Atribuída genericamente a Santa Eulália, a notícia da sua descoberta é mais precisa: "Foi achada, em 1993, no leito seco da barragem do Caia, no meio das pedras que serviam de base ao altar, em ruinas, da antiga capela da invocação de Santa Catarina […]. […] esta capela assentava sobre construções romanas [...]"[406]. O templo foi objecto de restauros recentes que não deixam ler a relação estrutural com as eventuais "construções romanas". Atrás do edifício estão elementos construtivos, incluindo o que parece ser um fragmento de peso de lagar. Todavia, são evidentes os materiais arqueológicos existentes ao longo de uma larga extensão, que se prolonga para a outra margem do regolfo da albufeira, semi-submersos nas zonas de cota mais baixa junto ao antigo leito do rio. Para além de estruturas habitacionais e de uma área de necrópole, existem ainda notícias sobre uma ponte antiga que permitia a travessia do antigo curso de água, mas que hoje naturalmente estará submersa. Na plataforma fronteira à igreja, do lado oposto do regolfo, além de materiais de construção, nota-se também uma esquina de uma estrutura que está muito coberta pelo mato, mas que tem evidentes similitudes com as já conhecidas nesta zona[407].

Outras referências: Carneiro, 2009-2010: XVIII.

08.10. Monte do Cachim

CMP 400

Duas manchas de materiais, eventualmente pertencentes ao mesmo sítio, que pode ser interpretado como um casal agrícola: uma área encontra-se a meia-encosta, junto a afloramentos, com cerâmica de construção muito dispersa. A outra concentração encontra-se sob um monte em ruínas: a construção deste provocou um terreiro, delimitado por pedras, e por aqui vêem-se materiais, sendo que a própria casa reaproveita pedras de granito. Em área de 1000 m^2 estão cerâmicas de construção e comuns, tegulas, imbrices, tijolos. Entre ambos passa um troço de via, notando-se um lajeado. No momento da visita[408] era evidente que a vegetação se encontrava mais verde neste segundo ponto.

Referência: Inédito.

404 Viana, 1950: 300.
405 Ver concelho de Arronches, sítios nº 45, 46, 50, 51, 52, e comentários.
406 Maciel, Maciel & Encarnação, 1994).
407 N 39º 01' 19.7" / W 007º 09' 44.6".
408 25.05.2009.

08.11. São Pedro e Silveira

CMP 400 / CNS 5718[409]

Um conjunto de referências que convém harmonizar[410]. Comecemos pela antiga ermida de S. Pedro (grafada "Capela"), uma construção actualmente em ruínas implantada em outeiro com um talude sub-circular (aliás, ocorrem mais em outros outeiros nas imediações), que se ergue em meio de abundantes materiais romanos, como silhares e muita cerâmica de construção, alguma incorporada na alvenaria, e outra em escorrências pela encosta. A igreja está sobranceira a um troço de via ainda bem consolidado no terreno por larga extensão. Esta capela pode ser relacionada com a lenda de um santo anacoreta que nos deixou Mário Saa, que refere também uma "edícula romana"[411] que não foi encontrada. O mesmo autor menciona ainda "alicerces"[412] romanos em local indeterminado.

Próximo, em Silveira, encontrava-se uma lápide funerária reaproveitada em soleira de porta[413]. "Junto ao actual monte encontram-se um fragmento de fuste de coluna em mármore e um peso de lagar que, segundo informações no local, terão sido aí colocados após terem sido removidos do seu local original em sequência de trabalhos agrícolas."[414] A mesma autora indica em seguida uma *villa* onde ainda "São ainda visíveis restos de construções e sarcófagos em granito" em S. Pedro[415], e de onde eventualmente terão provindo os materiais de Silveira.

Portanto, temos a ermida de S. Pedro, templo medieval em ruínas sobre sítio romano indeterminado; uma *villa* romana em S. Pedro; e uma área de necrópole, com epígrafe funerária reutilizada no Monte de Silveira.

Outras referências: RP6/188 e RP 6/189; Pires 1901: 234; Pires 1931: 106.

08.12. Ventosa

CMP 400 / CNS 13650

Ermida rural implantada em topo de cabeço, desfrutando de magnífica visibilidade para este e sul. Encontra-se sobre, e junto a um sítio romano, cujos materiais se estendem para uma área substancialmente maior, que ronda os 5000m^2. O templo foi recentemente reconstruído, ocultando a alvenaria, mas em seu redor encontram-se vários silhares de granito, servindo de bancos de recreio. Na envolvente, encontram-se numerosas tegulas e imbrices. Uma epígrafe funerária encontrada nas imediações foi considerada suspeita.

É complexo perceber que tipo de sítio aqui terá existido, mas a sua monumentalidade é evidente pela presença dos silhares. A implantação não parece propícia a uma *villa*, e o recobrimento por templo cristão é relevante.

Referências: Almeida, 2000: nº 13.

08.13. Pereiras

CMP 400 / CNS 11953

Villa intervencionada parcialmente devido à implantação de um gasoduto[416]. Com implantação privilegiada (onde ainda se reconhece um talude com maior concentração de materiais), a escavação só permitiu conhecer sectorialmente a estrutura que ali existiu. Na denominada Zona 1 encontraram-se dois compartimentos com muros de alvenaria argamassada, embora em elevado grau de destruição. Em outro ponto, uma área interpretada como uma lixeira ou zona de despejos no limite sul de uma zona habitacional ou um pátio, eventualmente de laboração, dada a presença de pesos de tear e agulhas (em

409 "Capela 1".
410 Almeida, 2000, fichas nº 14, 15, 16 e 17, com correspondente bibliografia.
411 Saa 1956: 198.
412 Saa 1956: 197. Ainda telharia, sarcófagos e moedas.
413 Saa, 1956: 197.
414 Almeida, 2000: nº 16.
415 Almeida, 2000: nº 17.
416 Brazuna, 2004.

osso e uma em bronze). Desta forma, à primeira zona corresponderia parte da *pars rustica* e na segunda teríamos um espaço de trabalho.

O espólio então recolhido apresentou fragmentos de cerâmica de paredes finas, cerâmica comum (incluindo um grafito em cruz e um peixe), *terra sigillata* hispânica e africana (também com grafitos, "F" e "NERI"), além de fragmentos de lucerna, de ânforas, de vidro, de pesos de tear. Uma pedra de anel trabalhada em motivo floral é um indicador relevante.

Acrescento elementos arquitectónicos em granito depositados em moroiço junto às casas, embora espacialmente muito distantes do ponto intervencionado (na margem oposta, a uma cota superior): uma base de coluna, um tambor de coluna e um fragmento de peso de lagar, todos em granito de grão fino, cinzento, elemento geológico estranho à região[417].

Em resumo, uma *villa* com conteúdos muito interessantes e que, apesar de estruturalmente muito destruída pelos trabalhos agrícolas, merecia ainda uma escavação em área. Destaco os relevantes índices de literacia em materiais cerâmicos, na provável zona de laboração.

Outras referências: Almeida, 2000: nº 27.

08.14. Amimôas de Cima

CMP 400 / CNS 5723

Notícias antigas que nem Maria José Almeida nem eu próprio conseguimos relocalizar. Fica o registo de uma possível *villa*: "destroços de um aqueduto, possivelmente romano, restos de casas com cunhais de granito, bocados de cerâmica romana, colhendo-se nessa ocasião uma moeda de bronze, também romana"[418].

Outras referências: RP 6/191; Saa 1956: 133; Almeida, 2000: ficha nº 26.

08.15. Herdade dos Campos ou Genemigo

CMP 413 / CNS 5728

Sítio sobre o qual o grau de conhecimento é residual. O local foi escavado por Dias de Deus na década de trinta, e apenas dado a conhecer duas décadas mais tarde por Abel Viana. Junto a uma anta, a nº 4, encontravam-se "vestígios de casas romanas"[419], embora de planta rectangular, mas que apresentavam materiais de construção cerâmicos e blocos de granito aparelhados. "A própria anta mostrava indícios de ter sido aproveitada para qualquer fim em época romana, visto conter muitos bocados de vidro, de ferro e de cobre, ou bronze, pertencentes à referida época"[420]. Junto de outra anta a situação repetia-se. Algures desta zona provém um miliário de Caracala[421].

Outras referências: RP 6/182; Viana & Deus, 1951; Saa 1956: 296; Louro 1970:106; Almeida, 2000: nº 6.

08.16. Pena Clara

CMP 413

Sítio romano junto ao entroncamento da estrada de Alentisca com a de Barbacena. Encontra-se em plataforma junto de duas linhas de água e um poço, pelo que dispõe de recursos hídricos abundantes durante todo o ano. Plataforma pequena, com cerca de 500m^2, e com afloramento sempre muito visível, mas onde estão dois silhares e uma mancha dispersa de cerâmica de construção. O nosso guia informou-nos que aqui tem sido

417 Tambor de coluna – ainda apresenta argamassa de revestimento. Altura 49cm, diâmetro 34 cm.
Base coluna (fracturada) – diâmetro no topo de 28 cm, na base, 49 cm, altura máxima 44 cm. A coluna apresenta a máxima largura na base, com ligação ao tambor feita por dois anéis progressivamente mais finos.

418 Viana 1950: 299.

419 Viana & Deus, 1955c, menção confirmada por Mário Saa.

420 Viana, 1950.

421 IRCP, nº 662.

recolhida vária cerâmica de construção (imbrices e tegulas), além de cerâmica comum (pratos). Junto, mas no lado oposto da estrada, há um extenso muro rectangular, definindo o perímetro de um tanque; a alvenaria é moderna, mas a estrutura é desproporcionada para o uso actual do solo, pelo que pode ser construída sobre alicerces anteriores. Não existem materiais do lado sul da estrada. Apenas se encontra um tambor de coluna em granito, junto à linha de água, relevante indicador de monumentalidade.

Portanto, um sítio com área restrita e materiais modestos, mas que apresenta silhares e um tambor de coluna.

Referência: Inédito.

08.17. Monte do Passo

CMP 401 / CNS 17735

Sítio conhecido a partir de uma referência deixada pelo Padre Henrique Louro: "A poucas dezenas de metros da estrada de Elvas, na herdade do Passo, defronte do Instituto de Reeducação ainda se conhecem vestígios de uma grande casa romana e um pouco mais acima na encosta se acharam sepulturas da mesma época"[422].

A herdade apresenta uma enorme extensão, e prospecções feitas por Maria José de Almeida e por mim próprio haviam sido infrutíferas. Todavia, nas casas, uma informação oral mencionou um local onde foram feitas escavações nos anos 80, por "jovens de Vila Fernando"[423]. Está hoje em terreno de outra herdade, mas na época pertencia ao Monte do Passo. Encontra-se no lado oposto da estrada de alcatrão, em zona alta com excelente visibilidade para ocidente, incluindo o troço da via XII que aqui corre. O local apontado, onde se encontra uma zona plana com muita pedra solta, foi percorrido, mas não se encontraram quaisquer vestígios.

Outras referências: Almeida, 2000: nº 36.

08.18. São Romão

CMP 413

Sítio também dado a conhecer pelo Padre Louro, que mencionou, entre a ribeira homónima e o marco geodésico de Serra Branca, a existência de "vestígios de edifícios" e de um "túmulo em mármore".[424]

Efectivamente o sítio encontra-se nesta área, em plataforma mesmo junto à linha de água. Foi inclusivamente alvo de uma intervenção arqueológica que terá decorrido a partir de uma indicação do grupo de arqueologia de Vila Fernando, que alertou para uma descoberta fortuita no decurso de trabalhos agrícolas. Então, "[...] Em Novembro de 1987 o Serviço Regional de Arqueologia do Sul iniciou uma escavação de emergência, durante uma semana, com o intuito de retirar o máximo de informações arqueológicas e de averiguar o estado de conservação da 'villa'."[425] Previa-se a continuação dos trabalhos para o ano seguinte, mas uma carta enviada em Fevereiro de 1989, pela referida agremiação local, dava conta do estado de profundo abandono a que as ruínas estavam sujeitas e ao extravio dos materiais então encontrados. Efectivamente, ainda hoje no local é visível uma pequena área de escavação, que colocou à vista dois muros paralelos. Em volta, ao longo de cerca de um hectare, a boa visibilidade, propiciada por uma lavra recente, permitiu observar grande quantidade de tegulas, fragmentos de *dolium* e alguma escória, além de alguns fragmentos de cerâmica comum. Parece existir uma plataforma que separa a zona de concentração de achados do curso de água. Poderá existir uma barragem no cruzamento das linhas de água.

---

422 Louro, 1961: 9; Louro 1966: 5.

423 Em Vila Fernando esteve sedeado um grupo de interessados pelo património local que chegou mesmo a realizar algumas escavações em sítios arqueológicos da região e a incentivar as autoridades públicas a interessarem-se pela realidade local. Ver a ficha de sítio de S. Romão.

424 Louro, 1966: 5.

425 IPPC/SRAS Ofício 188/88 - 5 Abr. 88, por António Carlos Silva. Processo IPPAR nº 4.07.005.

Outras referências: Processo IGESPAR S-2530; Almeida, 2000: nº 38.

08.19. Carrão

CMP 413 / CNS 4600

Notável sítio arqueológico, emblemático das vicissitudes que impendem sobre o património arqueológico da região. Aqui chegaram a realizar-se escavações, deixando ainda hoje à vista algumas estruturas, mas o estado de abandono e as mutilações levadas a cabo pela inflexibilidade de alguns proprietários fazem com que o local não esteja valorizado ou aproveitado. Quanto aos resultados dos trabalhos, nunca foram devidamente publicados.

Aqui decorreu uma descoberta casual, na sequência de trabalhos agrícolas. Em 1942 Dias de Deus acorre ao local, pois havia sido informado de um achado de uma cabeça de estátua[426]. Conjuntamente com Luís Agostinho, o então responsável da Colónia Correcional de Vila Fernando realiza escavações no local, situação que, conjugada com o aparecimento da contígua necrópole da Herdade da Chaminé, irá motivar a deslocação ao local de Manuel Heleno[427]. Observando o valor científico e patrimonial do local, o então Director do actual Museu Nacional de Arqueologia irá tentar impedir Dias de Deus de prosseguir os trabalhos alegando a sua ausência de qualificações[428], situação que motivará a chegada de Abel Viana e o início do seu interesse e trabalho na arqueologia de Elvas. Desta forma, o sítio torna-se conhecido pelas notas que dele deixam Heleno e Viana, em sentidos claramente opostos, pelo que se torna complexo perceber o que efectivamente foi descoberto no local[429].

Aparentemente, teríamos aqui uma *villa* áulica de peristilo, intervencionada na sua *pars urbana* e em parte do edifício termal. O sítio seria muito extenso, com vários compartimentos, um deles com planta absidal. Os pavimentos em mosaico apresentavam seis painéis distintos (um deles com uma figuração de Epona), em "quatro planos de nível diferente"[430], o que pode indicar uma construção em patamares avançando na direcção da linha de água. No edifício termal, mais próximo da linha de água[431], foram postas a descoberto três salas, uma com pavimento em mosaico "decorado com bolotas, mas já muito destruído, passava-se a outra divisão toda pavimentada a mosaico, e com um ralo de

426 Viana, 1950: 296.

427 Cuja motivação inicial para a visita se centrou na descoberta dos mosaicos de Carrão, que seguramente o alertou, dado o recente aparecimento dos mosaicos de Torre de Palma em 1947. Embora Heleno indique que já visitara o local em 1939 e que "Pensei mesmo em esplorá-la em 1945, obtendo para isso a promessa de pessoal gratuito da Colónia Penal de Vila Fernando, mas outros serviços mais urgentes se antepuseram" (1951: 92), na prática não existem indicações de um projecto nesse sentido. Todavia, o que efectivamente irá captar a atenção heleniana será o campo de urnas da Chaminé, por dois motivos: possibilitar o preenchimento de uma lacuna no conteúdo expositivo do Museu, que não apresentava testemunhos deste tipo de realidade crono-cultural, e possibilitar ao autor a prossecução das suas teses celtizantes sobre a originalidade do povo português que na altura, também por motivos exteriores à temática arqueológica, crescentemente o interessavam.

428 "Pois foi nesta região que o falecido António Luís Agostinho e o sr. António Dias de Deus realizaram, nos últimos anos, com interesse e cuidado, mas sem os conhecimentos técnicos requeridos […]" (Heleno, 1951: 83). Será esta ausência de enquadramento metodológico que Heleno irá invocar, mas na prática a sua vontade assentava na apropriação das urnas da Chaminé, dado que o próprio lastimava a ausência deste tipo de espólio na exposição do então Museu Etnológico. A sua intenção passou então pela realização de escavações na Chaminé em nome próprio, tendo para tal feito diligências: "Fizemos um reconhecimento [descrito em Heleno, 1951: 86] no campo de urnas da Chaminé (Vila Fernando), cuja exploração iniciada por Dias de Deus, pensamos continuar; […]" (Heleno, 1956a: 231), situação que nunca se verificou.

429 Ver Heleno 1951: 91-94; sintética descrição dos achados em Deus, Louro & Viana 1955: 568-569 e lam. 4 e 5; Viana 1950: 295-296; Viana 1955a: 550-551.

430 Deus, Louro & Viana 1955: 577. Estão descritos em artigo de Manuel Heleno (1951).

431 Que Manuel Heleno, nos seus apontamentos e no artigo de 1951 (p. 92-94), designa de "Mosaico da Chaminé (poço)", indicando que está a cinquenta metros da necrópole da Chaminé. Portanto, o conjunto de seis mosaicos do Carrão, da provável *pars urbana*, encontram-se a oeste da casa, em local onde ainda hoje se ergue a construção absidada, e os três mosaicos "da Chaminé", pertencentes às termas, entre a casa e a necrópole, junto à linha de água.

pedra, de forma de roseta, a um dos cantos", e com motivos pisciformes[432]. Ainda um outro pavimento de mosaico, com motivos geométricos, e um compartimento absidado, "talvez tanque"[433]. Em outro ponto, uma construção que poderá pertencer à *pars rustica*, dado o achado de muitos fundos de ânfora sobre um pavimento de tijolos quadrados, por baixo do qual existiria um canal de drenagem em tijoleira.

O local teria duas barragens. Uma ainda se encontra parcialmente conservada, no pequeno curso de água que passa no sopé das estruturas, e poderia funcionar como um espelho de água que criasse um ambiente de *amoenitas* em frente ao edificado. A segunda, maior, estava na ribeira da Colónia, mas foi destruída recentemente.

Analisando estes dados soltos e fragmentados, parece-me possível afirmar que estaríamos perante uma *villa* áulica de grande qualidade e requinte decorativo (com pavimentos musivos e estatuária, recorrendo a terraços para criar níveis descontinuados, tirando partido da contemplação da paisagem envolvente), inserida em contexto muito modificado pelo Homem, de modo a poder realçar a estrutura arquitectónica e a vivência do local. Os restos ainda hoje visíveis, do paredão de uma barragem e de uma estrutura absidada, são imponentes e reveladores do que seria o ambiente do sítio.

Outras referências: RP 6/211; Heleno 1951: 91-94; Louro 1966: 5; Gorges 1979: 467; Quintela, Cardoso & Mascarenhas 1987: 70-71; Almeida, 2000: nº 40; Reis, 2004: nº 90; Mourão, 2008: 106-107.

08.20. Herdade da Chaminé

CMP 413 / CNS 1472

Do lado oposto da linha de água, se tomado por relação ao sítio de Carrão. Uma necrópole impressionante pela sua dimensão espacial e amplitude cronológica: só o núcleo da Idade do Ferro apresenta mais de 150 sepulturas de incineração com depósitos em urnas[434]. Com uma única sepultura identificada, temos um testemunho de incineração alto-imperial, com sete peças cerâmicas, incluindo uma de *terra sigillata* e outra de cerâmica de paredes finas, além de um recipiente em vidro e uma moeda de bronze do século I d.C.[435], e com um conjunto de características muito atípicas[436], levando a pensar em uma sepultura em *busta*. Desta fase, foram também identificados alguns *ustrinum*, indicando uma maior extensão da área funerária. Em seguida o local parece ser ocupado com 25 sepulturas, "orientadas de N. a S.", estando duas a um nível inferior, "rectangulares e perfeitamente construídas", e as restantes 23 de planta trapezoidal, "formadas por lajes ora de granito ora de xisto, e menos cuidadas na construção que as da camada de baixo". Deste momento temos um relevante espólio com "vasilhas de barro, fragmentos de alfinetes de osso, muitas contas de colar, entre elas muitas de âmbar e dois médios bronzes do Baixo Império" [437]. Finalmente, segue-se um outro conjunto de 75 sepulturas de inumação em decúbito dorsal com invólucro formado por lajes de xisto que "continham um ou mais esqueletos, colocados de lado. Somam-se contas amarelas, fivelas, anéis, um com SS, vários brincos e uma vasilha apenas" pertencente a um momento tardo-romano[438] ou alto-medieval[439]. Faço notar contudo que a dimensão da necrópole seria substancialmente superior, pois o prosseguimento da escavação foi travado por Manuel Heleno, ficando uma área de

[432] Heleno, 1951: 93; Mourão, 2008.
[433] Cuja escavação estava ainda no início na altura da visita de Heleno (1951: 93).
[434] "[…] mais de duzentas urnas" segundo Heleno (1951: 86).
[435] Referida em Heleno, 1951: 89 e Viana, 1950b: 69, possivelmente sob ou junto a um *ustrinum*.
[436] "[...] urnas cinerárias enterradas e cobertas por algumas pedras toscamente dispostas por cima e em roda." (Viana & Deus, 1950b: 69).
[437] Citações retiradas de Deus, Louro & Viana, 1955: 569. Moedas de Constantino.
[438] Heleno, 1951: 89.
[439] No artigo referido, Manuel Heleno adianta o século VI.

extensão indeterminada por intervencionar[440]. Como nota Carlos Fabião[441], o local ainda se encontra preservado e poderá ser objecto de novas investigações.

Referências: RP 6/210; TIR J-29: 62; Viana & Deus 1950a: 230-236; Viana 1950a: 306-311; Heleno, 1951: 85-91; Viana 1953: 238, 255; Viana 1955a: 548-550; ; Viana & Deus 1956: 134-137; Alarcão 1961: 186; Louro 1966: 5; Alarcão & Alarcão 1967: 22; Alarcão & Ponte: 1976: 82; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993: 850; Fabião 1998: 369-386; Almeida, 2000 nº 41.

08.21. Serrones

CMP 413 / CNS 5715

Necrópole intervencionada por Abel Viana e Dias de Deus, com referências pouco precisas quanto à realidade identificada. Particularmente significativa a circunstância de coexistirem os ritos de inumação e incineração, sendo esta fase seguramente atribuída ao século I e II d.C., e algumas das restantes podendo ser substancialmente mais tardias, pois algumas não tinham espólio. O número total apontado é de 92 sepulturas, sendo as de incineração (31) dotadas de um espólio numericamente muito relevante.

O local foi confirmado presencialmente pelo proprietário, e está situado junto ao caminho de acesso entre Monte dos Serrones e Serronicos, em baixa da crista do afloramento que permite a passagem. O sítio encontra-se no triângulo dos afloramentos, onde ainda se nota a diferença de cor da vegetação (mais verde), na zona mais baixa entre as duas casas. O local foi descoberto quando se procedeu à implantação dos postes para trazer electricidade à casa.

A cerca de 500m para oeste, há cerca de quinze anos, foi encontrada outra sepultura, isolada, no decurso de trabalho agrícola, com tijoleiras no fundo e nas paredes. No interior não foi encontrado nada de significativo.

A cerca de 200m para este, quando se implantava a cerca da propriedade, foi encontrada uma talha ou um *dolium*, com o interior coberto de terra negra.

Referências: RP 6/212; TIR J-29: 146; Viana 1950: 296-297; Viana 1953: 247; Viana & Deus 1954: 153; Viana & Deus 1955: 55-68; Deus, Louro & Viana, 1955: 570-571; Alarcão 1961; Alarcão & Alarcão 1967: 2; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993; Almeida, 2000 nº 33.

08.22. Alcarapinha

CMP 413 / CNS 5716

Três sepulturas com *tegulae*, colocadas junto de uma anta (da qual poderiam ter sido reaproveitado os esteios) e escavadas por Dias de Deus, que nelas encontrou brincos de bronze. Do local, provém também um marco miliário, e ainda hoje, junto às casas, se encontra um tambor de coluna que talvez fosse parte integrante de um desses elementos. Aliás, por aqui passa inequivocamente a via XII[442].

Referências: RP 6/213; Viana 1950: 293; Louro 1966: 5-6; Almeida, 2000: nº 37.

08.23. Monte de Alcobaça

CMP 413 / CNS 1751

Em relação ao sítio anterior encontra-se do lado oposto da via, muito próximo do seu percurso. Em 1986 aqui foram descobertas sepulturas, na sequência de trabalhos agrícolas, e o local foi alvo de um reconhecimento que permitiu identificar a presença de sete sepulturas de planta rectangular. Todavia, quando se projectava uma intervenção de emergência, deu-se a destruição do local, pelo que as autoras apenas puderam proceder a uma limpeza de três cortes em 1987. O espólio recolhido foi muito escasso, incluindo apenas alguns fragmentos de cerâmica comum e de *terra sigillata* (não especificada), além de

440 Viana & Deus afirmam mesmo, sobre a necrópole da Idade do Ferro, que dela "se escavou apenas uma pequena parte." (1950b: 67).

441 1998: 370. A necrópole da Idade do Ferro foi extensamente estudada pelo autor (p. 369-386).

442 Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín & Morgado, 2011.

um denário de Antonino sem contexto atribuído. As autoras mencionam ainda a presença de um possível pavimento em tijoleira.

Referências: Processo IPPAR nº 4.07.004; Processo IGESPAR S-1751; Almeida, 2000: nº 35.

08.24. Herdade de Alcobaça

CMP 413

Topónimo reconhecido pela recolha de dois marcos miliários[443], mas que durante muito tempo foi difícil localizar no terreno até que recentes trabalhos de prospecção permitiram inequivocamente cartografar o troço da via XII que passa entre as casas do monte[444]. A sua inclusão neste inventário deriva da menção a um ponto de povoamento no local: "No sítio das Cabanas há vestígios de cerâmica e a poente do Monte a poucos metros, na descida os arados levantam grossos tijolos do chão de uma casa sobre a qual hoje se semeia o trigo. No dito sítio se encontrou uma coluna e capitel de mármore e uma inscrição num bloco de granito"[445]. As prospecções realizadas reconheceram uma mancha de cerâmica de construção muito dispersa, em plataforma a meio da encosta, a pouca distância a oeste do monte, sem os indicadores de monumentalidade referenciados.

Referências: RP 6/215 (miliários); TIR 1995: 27; Vasconcellos 1914; Pires 1931: 9; Saa 1956: 293; Louro 1966: 6-7; Lambrino 1967: 207-208; Alarcão 1987: 77-78;; Gorges & Rodríguez Martín 1999b: 261-262; Almeida, 2000: nº 34.

08.25. Farisôa 1

CMP 413 / CNS 17751

Uma bilha em cerâmica comum depositada no MNA[446]. A partir desta referência foi possível identificar o sítio de proveniência, com a amável ajuda do proprietário do local, que reconstituiu o processo de recolha da peça.

Assim, no vale do Monte da Ordem, em zona voltada a este, foram encontrados restos de habitações – muros, telhas e "louça". Relevo suave, com pendente ligeira, próxima de uma fonte de mergulho muito antiga.

No topo e na encosta voltada a sul, já do lado oposto da elevação, foi escavado parte de um "cemitério romano-visigótico". Aquando de uma lavra nocturna, um tractor levantou uma laje. A filha do lavrador era na altura aluna de Manuel Heleno, que autorizou que os proprietários realizassem escavações no local, nas quais participou o informante.

Nesta área, estimada em um hectare, também foram encontrados muros. As sepulturas tinham lajes em cutelo, cobertas por uma laje grande de xisto com uma perfuração central. No interior, ossos e bilhas. No local atribuído à necrópole a implantação é no entanto típica de uma *villa*, e os materiais são também de ambientes mais característicos de um ponto de habitação: grande concentração de tegulas, bordos de panela e fundos de cerâmica comum, e uma asa de ânfora Almagro 51c. A par de lajes de xisto encontram-se grandes blocos de granito. No local atribuído ao povoado, em zona baixa, a mancha de superfície tem cerca de 5000m^2, observando-se unicamente cerâmica de construção dispersa à superfície.[447]

08.26. Farisôa 2

CMP 413

Em topo, no entroncamento de duas linhas de água, tem contacto visual com o sítio principal, e também está virado a este e a sul. Tem 300m^2 de área e apresenta tegulas, imbrices e tijolos.

---

443 IRCP nº 670 e 679.

444 Almeida, Carneiro, Rodríguez Martín e Morgado, 2011.

445 O autor refere-se à inscrição IRCP nº 679. Em Louro, 1966.

446 Almeida, 2000: nº 50.

447 Atrás da casa em ruínas fronteira ao Monte da Ordem, em pequena elevação, um povoado pré-histórico, com cerâmica, elemento de mó manual e um percutor.

Referência: Inédito.

08.27. Valbom

CMP 413 / CNS 7561

Sítio mencionado por Abel Viana, Henrique Louro e António Dias de Deus como apresentando "ruínas de edifícios, tendo-se achado nelas um triente de Tulga"[448]. Posteriormente, por se encontrar na área de construção da A6, foi primeiramente reconhecido em prospecções um "casal rústico romano pouco importante e já muito destruído"[449], que depois foi objecto de sondagens mecânicas, que não revelaram quaisquer vestígios de materiais ou de estruturas. Em visita posterior, Maria José de Almeida identificou "a existência de uma área de dispersão de vestígios arqueológicos com cerca de 1 a 2 ha, com abundantes materiais de construção (cerâmica - *tegulae* e *imbrices* e blocos de *opus signinum*)."[450] Em resumo, indicadores de uma *villa*, com presença visigótica, e área sepulcral associada, elementos que seguramente foram destruídos.

Do local provém uma placa funerária.[451]

Outras referências: RP 6/221.

08.28. Horta da Serra

CMP 413 / CNS 5706

Uma necrópole de incineração intervencionada por Viana, Deus e Louro, com quinze sepulturas identificadas. Foram recolhidos vinte recipientes em cerâmica, um anel, pregos e uma moeda de bronze. Próximo, estariam "alicerces de uma casa provavelmente romana", onde recolheram um fragmento de fíbula em bronze[452].

Outras referências: RP 6/224; Viana, 1950: 574; Nolen, 1985; Almeida, 2000: nº 57.

08.29. Pomarinho da Torre das Arcas

CMP 413 / CNS 5704

A descrição bibliográfica apontava para a existência de um sítio de relevo: "Junto deste tanque foram achadas as paredes de algumas casas, de sete palmos de altura, afora os alicerces, […], e a um recanto da parede uma grande porção de pequenos quadrados que serviam para mosaicos. Tomando a direcção deste tanque ha uma aqueduto inutilizado que serve de cerca à fazenda do foral e que se prolonga pela herdade na direcção de umas outras casas demolidas a uns 120 m do dito Foral."[453] Em seguida alude-se à existência de muitos escoriais.

Efectivamente, ainda hoje se encontram notáveis indicadores no local. O sítio encontra-se junto ao caminho de acesso à quinta, em zona onde brota uma nascente. Exposição em zona plana, ligeiramente elevada face à pendente da encosta, protegida por várias elevações a alguma distância. No ponto mais elevado desta encosta encontra-se a anta. Está virado a sul e a nascente.

Encontram-se vários núcleos:

• Aqueduto – só se encontra um troço no local, apresentando um canal interno. Tem no máximo 60 cms de altura por 8 metros de comprimento. Está no topo da subida de onde parte a nascente já mencionada.

• Construções – entre o aqueduto e a barragem estão duas azinheiras, que cresceram por cima de um troço de muro, que aflora sob as raízes. Por trás nota-se uma plataforma artificial.

448 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.
449 Processo IPA 98/1(76).
450 Almeida, 2000: nº 54.
451 CNS 5703, IRCP nº 590.
452 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.
453 *O Elvense*, "vestígios de construções enterradas no Foral - Torre das Arcas", [s.a.], 07.08.1881, nº 66, p. 3, 1881.

• Barragem – ao longo de 15 metros, cortando a linha de água. Tem canal interior e uma construção muito resistente[454].

Muitos materiais visíveis entre a nascente e a anta, ocupando um total de um hectare. Cerâmica de construção, *dolium*, escória de metal e cerâmica vitrificada. O sítio prolonga-se para a base da elevação da anta. À porta do monte estão dois silhares de granito.

Outras referências: RP 6/222; Viana 1955b: 241; Almeida, 2000: nº 60.

08.30. Torre das Arcas

CMP 413 / CNS 4326

As notícias existentes sobre o local são muito antigas:

"Torre das Arcas [...]

Por ocasião de se proceder, em 1897, á surriba de uns terrenos da horta desta herdade, para a plantação de laranjeiras, foram descobertas duas sepulturas romanas, de tijolos, unidas, servindo a parede ou tijolos do meio de divisão de ambas, e ao topo dessas sepulturas foi encontrado um vaso romano, de barro de cor vermelha [...].[455]

Em data posterior, foi aqui escavada uma necrópole com 79 sepulturas, predominando as inumações (45), embora tivesse sido comprovado a coabitação deste rito com o de incineração (16)[456]. Aparentemente, sete serão já bastante tardias, e 22 não apresentavam espólio de todo. A diversidade da arquitectura funerária é digna de realce, com um polimorfismo que indica uma grande variedade no universo de indivíduos aqui tumulados. Nos espólios estão ausentes a cerâmica de paredes finas e *terra sigillata*, chamando a atenção a elevada quantidade de lucernas (21) e uma grande variedade de espólio metálico.

Outras referências: RP 6/225; TIR J-29: 154; Pires 1901: 218; Viana 1953: 238; Viana & Deus 1955b; Deus, Louro & Viana 1955: 574-575; Alarcão & Alarcão 1967: 12; Alarcão & Ponte 1976; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993; Almeida, 2000: nº 59; Processo IGESPAR S-4326.

08.31. Monte da Nora

CMP 413 / CNS 11667

Um sítio muito relevante pelos conteúdos, que permitem um raro vislumbre do que poderia ser um povoado indígena que se manteve em ocupação constante durante o Império. Todavia, não é muito cómodo manusear os dados disponíveis, quer pelos factores pós-deposicionais, naturais em sítio sujeito a tão elevada erosão (implantação em topo de cabeço), quer pelo facto de a intervenção ter decorrido em contexto de construção de uma infra-estrutura viária, o que fez com que o sítio apenas tivesse sido parcialmente intervencionado.

Foram detectadas as seguintes fases[457]:

• Entre a segunda metade do século II a.C. e os inícios do século I d.C. (com um hiato), temos uma ocupação da Idade do Ferro, de um povoado com duas linhas paralelas de fossos, com um portão central de acesso. Um conjunto de "buracos de poste" escavados na rocha sugere a existência de torres de vigia construídas em madeira. Na cultura material, as importações itálicas estão omnipresentes, coexistindo com os protótipos indígenas.

• Durante o Alto Império a presença no local reforça-se, com uma planta mais complexa: os fossos são parcialmente cortados por estruturas de âmbito rústico, como dois fornos de produção cerâmica, e um espaço de lagar com dois tanques de contenção de água e uma prensa. São construídas diversas áreas habitacionais, com plantas e orientações

454 Tem 50cm de altura por 70 de largura.

455 Pires, 1931: 114.

456 Embora em quatro sepulturas as inumações se encontrem precisamente sobre urnas cinerárias, denunciando uma substituição dos ritos. Em 18 casos o rito é indeterminado.

457 Evolução das plantas estruturais e ocupação de espaços em Teichner, 2008: 70, Abb. 14.

distintas, o que concede a aparência de um mosaico de espaços que se vão implantando sem uma planificação (apesar da existência de pelo menos uma rua e de uma entrada pública). Todavia, o conjunto é densamente habitado, com uma população muito vinculada às actividades produtivas, e é de notar a plena aplicação de princípios, técnicas e materiais de construção totalmente romanos, sem que da pré-existência anterior fique sequer um traço.

• No século IV um destes fornos é encerrado pela abertura de silos, que se prolongam para uma área bastante maior; parece portanto haver uma reorientação produtiva, talvez implicando o reforço das actividades agro-pecuárias e das necessidades de armazenamento, em detrimento da produção artesanal. Em outros pontos, novas habitações são construídas sobre derrubes de tegulas e imbrices, sugerindo rearranjos dos espaços construídos (em especial na zona A, onde o emaranhado é evidente).

• Em momento indeterminado, mas eventualmente durante o século V ou VI, assiste-se à necropolização do ambiente doméstico, feita após o comprovado abandono do sítio. Uma necrópole de inumação com a orientação das sepulturas apontando para uma presença já plenamente cristã, recorrendo a distintas arquitecturas funerárias.

Em termos gerais, e apesar do evidente *fundo anterior*, o sítio de Monte de Nora estava absolutamente inserido nos circuitos de abastecimento comercial, como aliás a proximidade da via XII deixa antever. Todos os fabricos de *terra sigillata* estão presentes, à excepção dos primeiros exemplares norte-africanos (residual presença dos morfotipos A), ausência que também se verifica na cerâmica africana de cozinha. Os protótipos anfóricos da *Lusitania* estão igualmente bem representados. No final do Império, as dinâmicas de abastecimento prosseguem, com fabricos africanos de clara D e numismas de Teodósio e Valentiniano como *terminus post quem*.

O elemento mais revelador, contudo, parece ser o modo como no Alto Império o local, em determinado momento, recebe a presença de "colonos romanos"[458] que aqui se instalam, ficando por saber como se processou então a interacção entre esta comunidade e a indígena, que verosimilmente aqui terá permanecido. Seja como for, o povoado *romaniza-se* de forma indiscutível, reconvertendo o seu sistema produtivo e eliminando os dispositivos defensivos.

A discussão sobre o perfil de povoamento e a relevância do local permanece. Em proposta recente[459] foi aventada a proposta de aqui se situar a *mansio* de *Montobrica* mencionada no itinerário XII; todavia, a distância a que o local se encontra da via, e a ausência de estruturas mais reconhecíveis relacionadas com a função de apoio viário (como seriam um espaço de acolhimento ou um estabelecimento termal), para já não autorizam que essa leitura seja inteiramente viabilizada. Portanto, tendo em conta que foi apenas parcialmente escavado, pode ser provisoriamente interpretado como um povoado que, de funções defensivas evoluiu para um modelo aberto, aproximável a um *vicus*, claramente investido de funções agro-pecuárias e artesanais tendendo a uma elevada autonomia ou mesmo auto-suficiência. Um modelo de ocupação territorial muito curioso, sobretudo se tivermos em conta que se encontra plenamente inserido em território das *villae* que o rodeiam.

Outras referências: Processo IPA 98/1(76); Gonçalves, Morán, Posselt & Teichner: 1999; Almeida, 2000: nº 52.

08.32. Ribeira dos Mosqueiros

CMP 413 / CNS 18798

Outro sítio identificado no decurso dos estudos da A6. Contudo, não foi intervencionado por se situar fora da área de afectação. Mancha de materiais de construção e de pedras aparelhadas. Nos trabalhos de campo não foi relocalizado.

Referência: Processo IPA 98/1(76); Almeida, 2000: nº 53.

458 Teichner, 2008.

459 Alarcão, 1999a; Teichner, 2008.

08.33. Horta do Rangem

CMP 414 / CNS 13637

Sítio interpretado como casal, eventualmente no *fundus* da *villa* da Quinta das Longas. Todavia, uma ampla mancha de vestígios, com um hectare de dispersão, embora limitados a cerâmica de construção, comum e fragmentos de ânforas. Implantação privilegiada para uma agricultura de regadio hortícola, pelos aquíferos e capacidade de uso dos solos.

Referências: Carvalho, Almeida & Pinto 1997; Almeida, 2000 nº 18.

08.34. Pombal

CMP 414 / CNS 13638

Afloramento com marcas de extracção, e interpretado como pedreira de exploração em época romana.

Referência: Almeida, 2000: nº 19.

08.35. Torre de Sequeira 2

CMP 414 / CNS 16220

Numerosos materiais de superfície, incluindo as habituais cerâmicas de construção (tegulas e imbrices) e comuns. Fronteira à *villa* da Quinta das Longas, foi também inserida nesta tipologia.

Referência: Almeida, 2000: nº 21.

08.36. Torre de Sequeira 1

CMP 414

Local interpretado como *villa*, embora se avente a hipótese de aqui se situar a necrópole da Quinta das Longas, dada a presença de uma base de pequena coluna (material não especificado), talvez pertencente a uma edícula ou mausoléu. Os vestígios de superfície são substanciais, com cerâmicas de construção e comum, fragmentos de *dolium*, alem de ânforas da *Baetica*. Encontraram-se silhares de granito e uma mó.

Referência: Almeida, 2000: nº 20.

08.37. Horta do Rafael

CMP 414 / CNS 16221

Prosseguindo na descida do curso da ribeira de Chaves temos, sempre na margem Norte, um outro sítio, com uma grande parede de alvenaria romana ainda conservada em mais de 1.60m de altura. Apesar de só se encontrar este vestígio no local, sem ocorrência de materiais de superfície, a estrutura foi interpretada como fazendo parte de uma outra *villa*.

Referência: Almeida, 2000: nº 23.

08.38. Quinta das Longas

CMP 414 / CNS 5722

O único projecto de investigação consistente que foi levado a cabo nesta área regional, com um programa plurianual que, apesar de precocemente interrompido e ainda não totalmente publicado, permitiu dar a conhecer a *pars urbana* de uma *villa* intervencionada de modo sistemático e rigoroso.

Porque várias publicações já foram dadas a conhecer, considero desnecessário estar a empreender uma sistemática revisão dos conhecimentos. Portanto, prefiro adoptar uma leitura mais interpretativa do que descritiva.

A primeira nota a registar centra-se na implantação espacial, canónica para o modelo das *villae* (com a única nota dissonante no facto de estar voltada a norte), com proximidade de abundantes aquíferos e tomando partido da ribeira de Chaves, sobre a qual deveria existir uma forma de *esplanada* ou varandim avançado, de acordo com a terminação da fachada norte, sendo que a adaptação do edificado à topografia indica que estaríamos

perante uma *villa* em patamares. Desta forma, o curso de água assumiria um papel primordial na *arquitectura cénica* do local, situação potenciada pelo facto de ser o presumível ninfeu o compartimento que se situaria mais próximo da ribeira[460].

Note-se contudo que a *villa* melhor conhecida, e planimetricamente hoje realçada pelo projecto de valorização, ser a correspondente ao segundo momento de edificação. Isto porque no século I d.C. foi construído um primeiro edifício (entre os imperialatos de Tibério e Cláudio[461]), que em momento posterior (século III?) é sobrepujado por um outro, cujo plano rasga completamente com a pré-existência. Esta ruptura incide na orientação das estruturas, que sofrem uma completa rotação, mas também nas técnicas construtivas[462] e na racionalização dos espaços. Ou seja, em Longas temos um raro testemunho de uma radical reconfiguração de uma edificação. Note-se que mesmo durante a vida do segundo espaço existirão pontuais remodelações[463]. Este facto, aqui comprovado plani- e estratigraficamente, alerta-nos para a complexidade dos processos construtivos em época romana, e para o modo como cada encomendante não hesitava em investir profundamente na criação de espaços arquitectónicos ao seu gosto, se necessário, rompendo com os edifícios anteriores.

Quanto ao término da presença humana habitando o local, está balizado ainda durante o século IV ou nos inícios da centúria seguinte[464], tornando a Quinta das Longas um caso muito singular, pois "temos assim um período de ocupação relativamente curto, confinado a três ou quatro gerações, o que confere um carácter particular ao sítio [...]."[465] Portanto, um segundo edifício com forte investimento inicial mas de vida curta.

Embora não existam suficientes dados sobre a vida do primeiro edifício, é legítimo supor que a componente produtiva fosse mais marcada do que na segunda fase, em que claramente a estrutura se transforma em *villa* de *otium* e de *delectatio*. O facto mais curioso é a forma como a *pars urbana* se apresenta com um plano arquitectónico relativamente modesto e, à excepção da área do ninfeu com seu o conjunto estatuário, com baixos índices de investimento nos seus pormenores decorativos. Tal é especialmente visível nos mosaicos, que são exclusivamente de padrões geométricos ou figurativos (de padrões vegetalistas), com uma relativa monotonia e descrição que seguramente se prendem com o facto de a grande peça ornamental do ambiente doméstico ser o conjunto do ninfeu. Portanto, a modéstia das estruturas decorativas arquitectónicas e de pavimento permitia que a atenção do visitante se centrasse no espaço privilegiado. É certo que o conjunto foi muito depredado, e seria certamente um local com um forte investimento nos frisos e pavimentos marmóreos, que em grande parte foram destruídos, mas a aparência geral resulta na percepção de uma *villa* muito requintada, embora não ostentatória ou de excessivo fausto.

A casa articula-se em torno de um peristilo central, com um *impluvium* muito profundo e amplo. O conjunto seria envolvido por um pórtico colunado, com tapetes de mosaicos apresentando motivos vegetalistas. A peça principal neste bloco reside na sala de tripla ábside a ocidente, na terminação do eixo central do peristilo, em posição diametralmente oposta à entrada da casa. Curiosamente, contudo, o pavimento desta sala

---

460 Havendo o sítio de Torre de Sequeira 1 mesmo fronteiro à *pars urbana*, é de supor que este ponto fosse na prática uma continuação da Quinta das Longas, ou tivesse uma íntima relação com a *villa*. Sendo assim, aqui poderíamos estar, não perante outra *villa* ou um mausoléu deduzido pela base de coluna, mas perante um pequeno pavilhão ou estrutura dedicada ao lazer, complementar e na dependência do sítio principal.

461 Carvalho & Almeida, 2002: 16-17. Os numismas mais precoces são do imperialato de Domiciano (Almeida & Carvalho, 2004: 372 e fig. 2).

462 Os muros da segunda fase apresentam uma alvenaria mais heterogénea, que inclusivamente reaproveita materiais cerâmicos da fase I.

463 "*Villa* I - meados do séc. I ao séc. III e *Villa* II - final do séc. III a início do séc. V, com três momentos de remodelação: IIa - até ao início do séc. IV; IIb - séc. IV e IIc - final do séc. IV a início do séc. V." (Almeida, 2000: nº 22).

464 Embora alguns remendos nos pavimentos de mosaico sejam atribuídos aos inícios do século V: Oliveira, Carvalho & Almeida, *no prelo*. Todavia, os fabricos de *terra sigillata* clara apresentam uma predominância de tipos C e D que oscilam entre 230/240 e 350 d.C. (Almeida & Carvalho, 2004: 380).

465 Almeida & Carvalho, 2004: 373.

de representação é em *opus signinum*, não assumindo um especial valor decorativo. Aliás, toda a sala apresenta índices de monumentalidade muito baixos, o que provavelmente se liga com a data precoce de abandono do sítio, aqui não ocorrendo os fenómenos de representação do poder do *dominus* que encontramos durante a Antiguidade Tardia. A norte a sala detinha um extenso espelho de água, largo e pouco profundo, que pelo seu revestimento marmóreo constituía indubitavelmente um elemento de valorização estética do conjunto.

Do lado Sul da casa correm vários compartimentos. Alguns chamam a atenção por pormenores repletos de significado. É o caso do nº 5, com a inserção de um *chrismon* no centro da ábside, um discreto mas revelador testemunho da presença de um novo sentimento religioso em ascensão. Neste conjunto, contudo, o espaço mais trabalhado será o do Compartimento nº 12, precedido por um vestíbulo, que contém o pavimento musivo mais relevante do sítio[466], e que se constitui como um compartimento absidado (tal como no nº 5, embora aqui exista mesmo uma individualização do espaço da ábside), que seria interiormente aquecido por um sistema que recorria a *tubuli* inseridos no forro da parede e que eram alimentados por um hipocausto que se encontra sob a divisão. Este sistema demonstra a grande relevância do espaço, que poderia corresponder a um *scriptorium* ou um *triclinium* de Inverno, pavimentado com lajes de mármore no compartimento da ábside. Uma entrada daria acesso a um compartimento que igualmente teria grandes dimensões, mas infelizmente este espaço, e também toda a fachada principal da casa, foram cortados pelo muro que actualmente separa propriedades.

Na ala norte do peristilo temos o conjunto mais rico de conteúdos culturais. Pavimentado a *opus sectile* de mármore e xisto, formando um jogo cromático a branco e preto que os jogos de água realçariam, teríamos um conjunto estatuário que estaria inserido em nichos parietais, datado genericamente de meados do século III, correspondendo portanto ao momento de edificação da *villa* II. Aqui se reconheceram elementos escultóricos pertencentes a fragmentos de dez ciclos mitológicos, perfeitamente inseridos nos cânones clássicos e pertencentes ao grupo de Afrodisias, cuja vitalidade e poder de estabelecimento na *Hispania* começa agora a ser reconhecido[467]. A decoração do espaço, interpretado como um ninfeu, atinge portanto um requinte com raros paralelos conservados na *Lusitania*, reforçado ainda pelas placas de mármore que funcionariam como frisos parietais, com decoração em relevo formando um padrão geométrico. A própria escolha de elementos escultóricos de duas dimensões diferentes demonstra o modo como a sua colocação, e o ambiente do espaço, foi pensado ao pormenor. O ciclo escultórico, de indiscutível valor, seria contudo apenas mais um elemento no embelezamento e na criação de um ambiente com fortíssima carga cenográfica, que denuncia a presença de um proprietário de elevada mundividência cultural, com claro apego aos valores helenísticos e um repertório muito centrado na mitologia clássica.

É certo que o conjunto da Quinta das Longas pode ser apenas uma amostra do que seriam os programas decorativos das *villae* desta região. Como afirmam os autores, "es posible que programas de excavación sistemática en algunas de las *uillae* en esta área regional, principalmente en el território de Elvas, puedan revelar algunas sorpresas en lo que se refiere a sus programas decorativos, matizando la clasificación de excepcional que hoy atribuímos al conjunto escultórico de la Quinta das Longas."[468]

Ainda nesta ala norte, a divisão nº 20 parece ter sido uma pequena cozinha, separada da gémea nº 22 por um estreito corredor que se dirigia para uma área porticada fronteira à ribeira de Chaves, e que funcionaria como um espaço de contemplação. Todo o conjunto assenta sobre áreas residualmente conservadas da "*villa* I", interpretadas como de armazenamento de produtos (possivelmente vinculados à *pars rustica* ou *fructuaria*),

466 Oliveira, Carvalho & Almeida, *no prelo*. Além dos padrões vegetalistas, apresenta tesselas de vidro e de calcário que concedem ao tapete uma acentuada policromia.
467 Nogales Basarrate, Carvalho & Almeida, 2004.
468 Nogales Basarrate, Carvalho & Almeida, 2004: 107.

significando assim que o sítio radicalmente reformulou a concepção da utilização dos espaços de uma para a outra fase de ocupação.

Do ponto de vista comercial, a *villa* demonstra uma inequívoca inserção nos circuitos da *Lusitania*, tendo uma cultura material muito vinculada à capital provincial (nas cerâmicas de paredes finas e lucernas, por exemplo, onde as produções emeritenses esmagadoramente dominam), mas também aos territórios costeiros, como se torna evidente nos protótipos anfóricos[469].

Outro elemento de elevado interesse reside na identificação de um antropónimo denominado *Tertiolus*, inscrito em fragmento de *dolium*, e que terá sido gravado com a pasta ainda fresca[470]. Sendo genericamente mal conhecidos os grafitos cerâmicos para esta área regional (para mais ocorrendo em protótipos que certamente seriam fabricados localmente), a sua publicação constitui um elemento relevante.

Desta forma, a Quinta das Longas consubstancia-se como um dos sítios rurais com maior relevância de conteúdos nesta área regional. O projecto de investigação ainda decorre, suspenso em termos de trabalho de campo, mas activo na produção e divulgação do denso material informativo que foi recolhido ao longo de catorze campanhas. Sendo certo que muitos dados ainda se encontram por conhecer, apresenta um significativo acervo informativo: um primeiro plano arquitectónico que é completamente reformulado para uma segunda fase radicalmente distinta, momento em que o sítio se afirma como uma *villa* de extrema qualidade decorativa e cultural. Embora com um plano arquitectónico modesto e conservador na sua generalidade, é dotada de um espaço culturalmente muito significativo, que representa um fortíssimo investimento escultórico e cénico. Curiosamente, um pouco mais tarde e de forma muito discreta, uma outra religião faz a sua aparição.

Outras referências: RP 6/190; TIR J-29: 100; Pires 1901, 1931; Saa 1956: 134 e 297-298; Gorges 1979: 467; Carvalho 1992, 1994; Sepúlveda & Carvalho 1998; Almeida & Carvalho 1998, 2005; Carvalho & Almeida, 1999-2000, 2000, 2003; Almeida, 2000: nº 22; Cardoso & Detry, 2005.

08.39. Horta das Pinas

CMP 414 / CNS 1686

Necrópole extensamente escavada por Abel Viana e Dias de Deus. Unicamente documentado o rito de incineração, com 61 tumulações "quase contíguas"[471], todas em covachos. Aqui foram também localizados nove estruturas interpretadas como *ustrina*. De acordo com os materiais teríamos um arco cronológico alto-imperial, sendo o espólio muito abundante, incluindo "200 vasilhas de barro, dos quais cerca de um terço é *terra sigillata* e do tipo de *Aco*[472]". Desconhece-se um ponto de povoamento relacionável[473].

Referências: RP 6/192; TIR J-29: 90; Viana & Deus 1950a: 242-244; Viana & Deus 1950b: 70-71; Viana, 1950b: 70-71; Viana & Deus 1951: 95-98; Viana, 1953; Viana & Deus 1955; Viana 1955: 552-553; Viana & Deus, 1956: 10-21; Viana & Deus 1956: 142-153, 177-190, Viana 1959; Alarcão & Alarcão, 1967: 3; Ponte, 1986; Frade & Caetano, 1993: 851-852; Sepúlveda & Carvalho 1998: 243-244; Almeida, 2000, nº 25.

469 Almeida & Carvalho, 2004.

470 Guerra, Carvalho & Almeida, 2006/2007.

471 Viana, 1950b: 71.

472 Ou seja, cerâmica de paredes finas: Deus, Louro & Viana, 1955: 570. Em artigo de 1953, Viana precisa o número de 269 vasilhas de barro, 27 peças e vidro e 12 objectos de bronze.

473 Sepúlveda & Carvalho (1998: 255) levantam a hipótese de poder ser a necrópole correspondente à Quinta das Longas, com base nas similitudes da cerâmica de paredes finas.

08.40. Monte do Correio-Mor

CMP 414 / CNS 88[474] e 5712

Trata-se de um dos grandes valores patrimoniais da região, com o seu conjunto estrutural associado – aqueduto, tanque e barragem. Um sítio de enorme valia, que infelizmente vai sendo destruído pelos agentes climáticos e pela agricultura intensiva.

As notícias sobre o local são antigas:

"Amoreirinha dos Arcos

Deve este nome a uns arcos, que alli existem, de construção antiquissima [....]. Proximo dos arcos descobriram-se ultimamente, por effeito de escavações, umas ruinas romanas dignas de estudo, e, entre ellas, restos de um chão de mosaico polychromico; apparecendo tambem uma urna cineraria de barro cinzento, um grande pedaço de canalisação de chumbo, capiteis de marmore, *tegulae*, e outros objectos de ceramica, e de pedra [...]. Tambem se descobriu parte de uma pequena lapide funeraria, com inscripção latina, em que se destacam as seguintes letras:

D
IP
SER
AVG
PARE
STT

Parece ter havido naquelle local um importante estabelecimento metalurgico, pois que tambem se encontraram escorias de ferro e vestigios de fornalhas de fundição. Merecem estas ruinas uma exploração larga e methodica [...]."[475]

O local encontra-se um pouco a jusante do monte. A área de dispersão de vestígios é impressionante: a este do aqueduto estende-se uma mancha contínua superior a dois hectares, dos dois lados do caminho de terra. Vêem-se plataformas e ligeiras elevações, indicando um sítio escalonado desde a meia-encosta até próximo da linha de água. A elevação de dois a três metros, que separa a margem da linha de água, será certamente um terraço artificial originado por estruturas no subsolo, funcionando como uma esplanada sobre a ribeira. Por todo o lado, em mancha contínua, se vêem cerâmicas de construção e pedras argamassadas, indicando uma lenta e persistente destruição de níveis e estruturas arqueológicas. À excepção dos numerosos tijolos, tegulas e imbrices, os elementos cerâmicos são raros: *terra sigillata* hispânica em grande quantidade, mas sem formas reconhecíveis, e um fragmento de africana clara A; alguma cerâmica comum, ânforas de fabrico lusitano e vários fragmentos de *dolium*. Placas de mármore fracturadas, algumas brancos e outras de tonalidade cinzenta com manchas negras, algumas placas de xisto e fragmentos de estuque com pigmento de cor vermelho pompeiano, também são visíveis. Registe-se ainda a solidez impressionante dos muros, que estão fortemente argamassados.

Do monte para Fangueiros (ou de oeste para este, descendo a ribeira), do lado direito do caminho (junto ao curso de água) temos os seguintes núcleos de estruturas:

• Núcleo 1: na sequência do aqueduto, mas ligeiramente a este do alinhamento, encontra-se uma estrutura rectangular, com pelo menos 4x8m (no sentido N/S), com pedras alinhadas e grande quantidade de *opus signinum*. Talvez um tanque.

• Junto ao caminho, uma estrutura absidada voltada para a ribeira; existem três metros de linha de muro visível.

• Núcleo 3: no extremo oposto, junto à linha de água, uma abside em oposição à primeira, mas com maiores dimensões. Um sólido embasamento é visível em 8 metros.

• Núcleo 4: cerca de 20 metros a este encontra-se uma linha de muro com talvez três metros de comprimento. Em uma das faces visíveis arranca um pavimento de *opus signinum* com considerável espessura.

474 "Amoreirinha dos Arcos".

475 Pires, 1931.

• Núcleo 5: na extremidade este da grande mancha de vestígios, e a 20 metros do anterior. Está sob uma árvore. É visível uma estrutura rectangular muito forte e espessa, de talvez seis metros no sentido N/S por dois no sentido E/W.

Todos estes núcleos estão semi-cobertos por terra ou moroiços de pedra, não sendo possível avaliar as espessuras dos muros. A distância entre o aqueduto (e a primeira estrutura) e o núcleo 5 será de cem metros. Na última visita ao local[476], verificou-se que nesta zona tinham ocorrido importantes destruições, motivadas pela perfuração do terreno para a colocação de sistemas de rega e de saneamento. Inclusivamente, verificou-se no corte de terreno deixado à vista que fôra perfurado um extenso pavimento de *opus signinum*.

Outros elementos existem. Junto ao monte estão dois pesos de lagar de muito grandes dimensões, além de duas colunas de mármore, um capitel em granito e numerosos silhares e mós.

Os elementos mais impressionantes e patrimonialmente relevantes encontram-se em torno deste núcleo. O aqueduto, um dos mais bem conservados do território português[477]; o enorme tanque de contenção de água, destacado a meio da encosta[478]; uma pequena barragem na ribeira do Ceto, seguramente com fins ornamentais; e a barragem de Moralves, espacialmente um pouco mais distinta.

A vocação agro-pecuária do sítio é evidente, e as infra-estruturas anexas, impressionantes mesmo para os padrões de hoje, denotam o elevado investimento na agricultura de regadio e, certamente, também na qualidade e conforto habitacional da residência (o aqueduto, por exemplo, termina o seu curso em reservatório que estaria anexo à *pars urbana* e já mencionado no Núcleo 1), razão pela qual Jean-Gérard Gorges e Germán Rodríguez Martín aventam a hipótese de este ser um proprietário presencial e que a habitava em continuidade.

Outras referências: Processo IGESPAR S-88; RP 6/227; Pires 1931: 13-14; Maciel & Maciel 1985a: nº 65; Quintela, Cardoso & Mascarenhas 1987: 67-70; 132; 144; 151; Gorges e Rodríguez Martín 1999a; Almeida, 2000: nº 29; Reis, 2004: nº 94.

08.41. Monte do Paço

CMP 414 / CNS 5713

Extensa *villa* romana, cujo grau de afectação pelas dinâmicas de uso de solo é difícil de perceber. Foi identificada aquando da construção de uma conduta de água do subsistema do Caia, e objecto de um parecer onde se lê:

"[…] blocos de granito, talhados em paralelipípedos, à superfície e paredes constituídas pelos mesmos sobrepostos aos pares a aflorar de uma sondagem e forneceu outros elementos de interesse sobre o local, designadamente no que se refere a abóbadas postas a descoberto [...].

4. Nas proximidades da citada moradia notam-se restos de paredes a aflorar no terreno, formando umas plantas rectangulares e outras de contorno arredondado.

5. Em vasta área da herdade observamos a existência à superfície de numerosos fragmentos de materiais de construção de época romana (telhas de dois tipos, tijolos, pedras com bocados de argamassa) e inúmeros fragmentos de vasos de cerâmica grosseira e um de pasta fina"[479].

Na ocasião foi recolhido um numeroso conjunto de espólio, como moedas do século IV, um fragmento de *terra sigillata* "lisa e tardia", cerâmica de construção e comum, uma mó, uma base de coluna e placas de mármore lavradas. A este local estariam associados

476 O Correio-Mor foi visitado em várias ocasiões. A que beneficiou de melhores condições de observação, e que permitiu a individualização dos núcleos acima descritos, ocorreu a 07/02/2008. A última decorreu a 13/11/2009.

477 Com 14 arcos de volta inteira, tendo o maior 2.2 m de altura e 5m de vão, conservado em cerca de 110m de comprimento, embora com várias componentes em risco de colapso iminente.

478 36x34m com mais de três metros de profundidade máxima conservada.

479 Proc. IPA JN 7/1 (56): Parecer de M. Farinha dos Santos (15 Março 1968).

outros núcleos, pois "apareceram a cerca de dois metros de profundidade grandes vasilhas inteiras (potes), posteriormente quebrados pelos operários, "fornos" com cinzas e ossos queimados, um punhal", além de "uma escada de tijolo, de que se destaparam três degraus". Talvez seja deste ponto que provém uma epígrafe funerária.

Uma intervenção arqueológica recente, em contexto de obra (acompanhamento de uma vala com 59 metros) e com condições climáticas adversas que muito impossibilitaram "a escavação e registo"[480], conduziram à identificação de um tanque de *opus signinum* ladeado por dois muros "bastante robustos", e anexo a um deles encontrava-se o início de um segundo tanque. A cerca de 20 metros para oeste um outro muro, "de construção bastante robusta, fabricado com pedra de pequena a grande dimensão e argamassa resistente", existindo entre estes núcleos "uma espessa camada de derrube" de pedras e tijolos. Em outro ponto, "na zona Oeste da vala", identificou-se um forno em tijolo, com uma cúpula formando um arco de volta perfeita com o topo destruído, mas a parede norte bem conservada, com quase um metro de altura. A sua construção perfurou em parte o substrato rochoso. "O interior da câmara encontrava-se preenchido por terras castanhas, heterogéneas, compactas, com grande quantidade de nódulos de terra queimada, fragmentos de tijolo, *tegulae* e grandes pedaços de argila queimada".

A escavação permitiu recolher um denso conjunto de materiais, incluindo 44 fragmentos de *dolium* (um com marca MAX.F), diversas cerâmicas comuns, cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* e lucernas. Uma lâmina em ferro, e um anel completo, são os registos mais significativos nos metais, acrescendo ainda fragmentos de vidro e uma mó em granito.

Actualmente, os vestígios estendem-se muito para além do monte, quer para montante, quer para jusante, e foram também muito danificados pela construção de casas e de um canal de rega que o atravessa em cheio.

Os diversos pontos de vestígios estão sempre a meia-encosta, virada a Sul e Este, com bons solos agrícolas. Muita cerâmica de construção, variada, alguma com argamassa, ânforas, *dolium*, *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, alguma cerâmica comum, e um fragmento de cerâmica de paredes finas. Tegulas de várias tipologias. Junto à casa encontram-se dez silhares de grandes dimensões, em granito claro de grão fino. Um parece ter sido convertido em sarcófago.

*Referências: Processo IGESPAR S-5713; RP 6/*** e 6/228 ["Monte do Passo"]; Maciel e Maciel 1985a: nº65*[481]*; Almeida, 2000: nº 31.*

08.42. Botafogo 1

CMP 414 / CNS 5694

Aqui foram recolhidos um sarcófago em mármore e colunas no mesmo material. Maria José de Almeida[482] identificou abundante cerâmica romana à superfície, com *terra sigillata* hispânica, cerâmica de armazenamento (*dolium*), fragmentos de ânfora, cerâmica comum e de construção, além de blocos de *opus signinum*. Eu acrescento tijolos de pavimento e de hipocausto.

Enorme abrangência visual para este, no sentido do Caia e do Guadiana. Tem contacto visual com o sítio de Monte do Paço. Encontram-se várias plataformas e elevações entre a cumeada mais elevadas e o terraço fluvial, o que faz pensar em mais núcleos de estruturas. Também se encontram seixos retocados do Paleolítico. Surpreendentemente, e apesar da prática agrícola, o sítio pode estar bem conservado.

---

480 "*Relatório final da escavação de emergência no Monte do Paço II (Elvas). Rede de gás natural de Elvas*". Responsabilidade científica de Elisabete Barradas, empresa *Ozecarus*, Abrantes, Junho de 2008 [policopiado], constante do processo IGESPAR mencionado nas referências finais.

481 Publicado como "Monte do Passo". Aí se referem informações orais sobre "um possível *theatrum* e respectiva *cavea*, actualmente destruída ou soterrada".

482 2000: nº 32.

Quase não se vê cerâmica de construção, e a que se encontra apresenta consideráveis dimensões.

Outras referências: RP 6/229; Pires 1901; Maciel e Maciel 1985a: nº65.

08.43. Botafogo 2

CMP 414

Pequeno povoamento na dependência do anterior, com implantação idêntica e a cerca de duzentos metros para oriente. Unicamente se encontra uma mancha de cerâmica de construção com cerca 200m^2.

Referência: Inédito.

08.44. Fonte Branca

CMP 414 / CNS 5695

Em outro lugar[483] tive ocasião de tratar as interessantes questões levantadas por este local, de onde putativamente provêm cinco aras dedicadas a Proserpina, mas que de forma algo surpreendente nunca havia chamado a atenção dos investigadores.

A chave da sua identificação provém do *Dicionário* de Vitorino d'Almada:

"Fonte Branca (Torre da)

Atalaia de que resta uma só face, perto do sitio deste nome, à direita da estrada real para Badajoz. Foi provavelmente destruida pelos espanhoes na guerra da acclamação. Este paredão fica a 1106 braças do Outeiro do Paraizo e a 919 do do Ouradinho."[484]

Complemente-se com a nota de Thomaz Pires:

"Atalaião, sítio do, freguesia de S. Pedro: ao lado direito da estrada que conduz a Badajoz. Deu-lhe o nome uma atalaia, que se denominou Fonte Branca e de que ha apenas uns restos de parede, tendo sido destruída em 1663 pelo exército de João de Áustria. Em 1553 se chamava este sítio *do Torrejão*"[485].

Efectivamente a atalaia ainda se encontra no local, com um pano de muralha permanecendo de pé. No terreno são evidentes os materiais cerâmicos indicadores de uma estrutura romana, à qual eventualmente se devem alguns taludes que são perceptíveis, marcando a micro-topografia do local. A alvenaria do edifício incorpora blocos de granito que terão pertencido a construções anteriores. No entanto, a existência de pontos de extracção de pedra, e o uso moderno do solo, não perspectivam uma boa preservação das eventuais evidências no subsolo, sendo notórios os profundos revolvimentos que modernamente ocorreram na área (inclusivamente com a passagem de um canal de rega).

Mais uma vez a relação espacial e visual com um itinerário viário é óbvia, tratando-se possivelmente da via XII que cruzaria o Guadiana um pouco mais a Este, próximo de Alfarófia.

Outras referências: RP 6/230; IRCP nº 571 a 574; Almeida, 2000: nº 46.

08.45. Nora Úveda

CMP 414 / CNS 13646

Sítio identificado por Maria José Almeida[486], e que na altura apresentava substanciais condições de preservação. Foi referenciada uma parede de alvenaria de época romana, ainda hoje existente, e registadas notícias de colunas de mármores e silhares de granito, além de observada cerâmica de construção e comum.

Aquando da primeira visita, em 2007, já se haviam efectuado grandes destruições no local devido à abertura de valas de rega[487]. Os materiais visíveis encontram-se sobretudo em

483 Carneiro, 2009-2010: XXI.

484 Almada [s.d.] Vol. 18 - Fil-Fon, Manuscritos em depósito no Arquivo Municipal de Elvas.

485 1931.

486 2000: nº 48.

487 Provavelmente devido aos mesmos motivos, a "Ponte Lagarto" (Almeida, 2000: nº 47) também não foi encontrada, dado o plantio de um olival.

torno do monte: cerâmica de construção de boa qualidade (tegulas, de fabrico correcto, e imbrices), *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia, grandes contentores, cerâmica cozinha com marcas de fogo, fragmentos de vidros e escórias. Em entulho de obra encontravam-se silhares de granito. Área de dispersão difícil de avaliar, mas em torno de um hectare.

Implantação típica, em terraço dominando curso de água, com excelentes solos agrícolas na envolvente e boa visibilidade para este e sul. Claramente uma *villa*, dominando os férteis terraços da ribeira da Lã.

08.46. Alfarófia

CMP 414 / CNS 3742

Relevante local, ocupando uma posição privilegiada. Muito próximo do provável itinerário da via XII, está em pequena elevação na extremidade de terraços fluviais muito extensos, e muito próximo do leito do Caia. O sítio foi severamente afectado pela terraplanagem devido ao plantio de arrozais, mas uma extensão indeterminada ainda se conserva.

O sítio já aparecera em notícias antigas, com a "descoberta em 1895 [de] uma sepultura romana de alvenaria ordinária coberta por três pedras e sem inscrição funerária. Dentro da sepultura apenas se encontrou uma panela em barro grosseiro de cor vermelha, partida na parte superior com vestígios de ter havido asa, e com indícios do uso da roda de oleiro; está no Museu Arqueológico elvense"[488]. Em 1990 dá-se então a detecção de vestígios devido à destruição do local:

"[...] A prospecção permitiu determinar uma vasta área, a NE do Monte de Alfarófia, com vestígios arqueológicos tais como materiais de construção romanos (tijolos, tegulae, blocos de granito) de cerâmica comum e terra sigillata.

[...] Posição geo-estratégica - pequena elevação sobranceira ao Rio Caia (entre o talude e uma casota de madeira) onde se evidenciavam blocos de granito, que correspondem a uma construção, que poderá eventualmente ser a casa do proprietário de uma 'villa' rustica.

Área limítrofe a esta pequena elevação, com maior incidência de materiais arqueológicos e vestígios de pavimentos, manifestados pela concentração de seixos do rio e fragmentos de 'opus signinum'."[489]

No terreno encontram-se silhares e elementos de granito, alguns de grande dimensão[490], cerâmica comum e de construção. Realce para um bordo de *terra sigillata* clara D Hayes 91. Encontram-se ainda *terra sigillata* clara A (um bordo de Hayes 15), hispânica decorada (Dragendorff 27), cerâmica de paredes finas, asas de ânfora (fabricos béticos) e grandes fragmentos de *dolia*, além de cerâmica de construção; placas de mármore lisas; pavimentos de *opus signinum*; paredes em estuque branco; vêem-se vários restos de muros, com grande percentagem de seixos de rio e cerâmica de construção. Alguns destes poderão estar *in situ*, mas as condições de visibilidade são precárias. Há tegulas e imbrices; cerâmica comum, com potes e panelas com marcas de fogo. Fauna malacológica de ostra denuncia consumos sumptuários.

Como refere Maria José de Almeida, "A árula funerária da herdade das Caldeiras (nº45), bem como a ponte soterrada sob os arrozais do Caia referida por Justino e Tarcísio Maciel devem relacionar-se directamente com este sítio, embora actualmente se encontrem noutra propriedade."[491]

---

488 Pires, 1931: 9.

489 Ana Carvalho Dias, Informação de IPPC/SRAS de 27 Novembro 1990 em Processo IPPAR nº 4.07.007. Existem mais dois processos relativos ao sítio: IPA 78/1(94): devido à recolha em 1972 de 3 fragmentos de mosaico levantados por uma charrua, oferecidos para o MNA em 1978; e IPA JN8/1(33), processo relativo a moedas modernas (D. Manuel I; D. João II , D. João III) - CNS 3742 (com indicação de "conjunto de moedas de prata e ouro; tesouro, cronologia indeterminada).

490 Com 60x90x45cm, bem como uma coluna em granito de 0.35m diamêtro e quase um metro de altura conservada.

491 Almeida, 2000: nº 49.

Em resumo, todos os indicadores apontam para uma *villa* em implantação privilegiada, em íntima relação com a via.

Outras referências: Processo IGESPAR S-3742; RP 6/232; [s.a.], 1978.

08.47. Terrugem

CMP 427 CNS 4599 e 5700

Trata-se de um ponto de povoamento dotado de conteúdos muito relevantes, e que ainda aguarda uma análise atenta, quer a nível dos elementos aqui exumados, quer nas realidades de terreno, que ainda aguardam uma intervenção.

Relembrem-se os dados postos a descoberto por Henrique Louro (que, pároco no local, identificou o sítio), Abel Viana e Dias de Deus[492]. Os testemunhos de uma "povoação romana que existiu no cabeço de Santo António em cuja falda assenta a aldeia da Terrugem" são inequívocos, pois "Uma notável extensão de terreno acompanha os vestígios que se vêem ainda, tais como: tijolos, telhas, cubos de granito, ferro, cerâmica, vasos de cobre, um fragmento de lousa sepulcral com letras, uma coluna de mármore, uma linda rosácea em granito, fragmentos de mosaico, um amuleto, etc."[493] Em determinado ponto, não especificado, "vêem-se os arcos de tijolo que suportaram o pavimento de um *caldarium*"[494], indicando a presença de um estabelecimento termal, além de canalizações em cerâmica. Talvez aqui se situasse um edifício, onde no seu interior jazia uma coluna de mármore lisa com 1,80m de altura, próximo do *caldarium*. Mas sobre a presença romana, alegadamente de uma *villa* com numerosos testemunhos de superfície[495], mais nenhuma notícia é deixada, sendo todavia o espólio revelador de um sítio com elevados índices de conforto.

O feixe de informações mais relevante diz respeito a uma mudança no perfil de ocupação do local, ocorrida em momento tardio. Aqui instala-se uma necrópole de inumação com 22 sepulturas recenseadas[496], de planta trapezoidal, com variadas tipologias construtivas utilizando tegulas, lajes de xisto e placas de mármore. Estas "rodeiam por três faces os alicerces de um edifício de planta rectangular, quase quadrada, feitos de blocos de granito"[497], e efectivamente a planta publicada deixa perceber que este funcionou como elemento polarizador do espaço sepulcral. Entre as sepulturas, merece destaque a que forneceu uma colher litúrgica com uma inscrição cristã, aparecida em "sepultura da criança, onde apareceu a colher, tinha ao que parece 1,10m"[498], embora todo o espólio recolhido seja muito interessante.

Desta forma, a intervenção foi muito sectorial e deixou a maior parte dos testemunhos ainda por identificar no terreno. Hoje, no local, encontra-se um significativo conjunto de testemunhos: a densidade de materiais é por vezes impressionante, mas ressalta a ausência de cerâmica de importação. Vários blocos de escória e cerâmica de construção muito variada, incluindo tegulas de secção muito arredondada. Muitos materiais estão vitrificados: tijolos, tegulas e imbrices. Nas zonas onde existe menos vegetação, a meia-encosta, encontra-se uma apreciável densidade de materiais arqueológicos. No moroiço central está uma coluna fracturada[499] e lateres inteiros[500]. Há ainda a registar a

492 Deus, Louro & Viana 1955: 571-572; Louro 1948: 347-348; Louro 1964.

493 Louro, 1948: 347. Surge também mencionado, de forma mais detalhada, em Deus, Louro & Viana, 1955: 572.

494 Deus, Louro & Viana 1955: 572. Nos seus apontamentos de campo, Manuel Heleno indica que um arco de fornalha havia sido destruído.

495 Incluindo em outros pontos, pois "fizeram-se algumas ligeiras sondagens que acusaram a presença de alicerces de outros edifícios" em zonas distanciadas da necrópole (Deus, Louro & Viana, 1955: 572).

496 Todavia, Manuel Heleno deixou registado nos seus cadernos de campo que na necrópole as sepulturas eram "mais de 30 e não está esgotada".

497 Deus, Louro & Viana 1955: 572.

498 Cadernos de Campo de Manuel Heleno. A colher litúrgica apresenta a inscrição AELIAS.VIVAS IN (*chrismon*).

499 Na altura e no diâmetro. Este, conservado, tem 36cm.

500 Um deles tem uma digitação em círculo imperfeito, com um diâmetro de 5cm.

presença de *opus signinum* e de algumas tesselas brancas. Foi também encontrado um vidro de vidraça de tom verde-garrafa, com tonalidades mais claras, plano e espesso.

A área é muito extensa, com cerca de dois hectares. A meia encosta notam-se duas plataformas, divididas por uma crista do afloramento. Portanto, a que está mais alta pode ser natural (devido ao transporte e acumulação de terras), mas a segunda será seguramente de origem antrópica. Os materiais vão diminuindo para norte, na aproximação da EN4 e do depósito de água.

Outras referências: RP 6/217; TIR J-29: 152; Heleno 1948; Almeida 1962: 202, 235; Gorges 1979: 466-467; Almeida, 2000 nº 51; Reis, 2004: nº 89.

08.48. Camugem

CMP 427 / CNS 5701

Necrópole de inumação constituída por três sepulturas. O dado mais interessante consiste no reaproveitamento de duas epígrafes funerárias[501] em uma das inumações.

Outras referências: RP 6/218; Pires 1931: 33; Viana 1950a: 313-315; Saa 1956: 131-132; Deus, Louro & Viana 1955: 571; Louro 1961: 9-11; Encarnação 1977: 53; Frade & Caetano 1993: 861; Almeida, 2000: nº 56.

08.49. Padrão

CMP 427 / CNS 1469

Necrópole onde foram identificadas 22 incinerações e um número de inumações feitas com caixas utilizando lajes de xisto. A descoberta aconteceu em 1948, aquando da abertura de uma estrada municipal, e foi feita uma intervenção de imediato[502]. No decurso da mesma foi recolhido um relevante espólio de onde se destaca uma lucerna com representação de Ísis e Serapis, além de uma colecção de *terra sigillata* hispânica e cerâmica de paredes finas. A cronologia estimada aponta para finais do século I d.C. e inícios do seguinte.

Outras referências: RP 6/249; TIR J-29: 122; Viana, 1950b: 70; Viana, 1953; Nolen 1985; Frade & Caetano 1993: 850-851; Sepúlveda & Carvalho 1998: 233-265; Almeida, 2000: nº 66.

08.50. Ovelheira

CMP 428

Mais um relevante valor patrimonial do concelho de Elvas, com estruturas apresentando ainda uma elevada monumentalidade e um magnífico enquadramento paisagístico.

O local foi dado a conhecer por Abel Viana e António Dias de Deus, que aqui terão feito escavações, sendo que ainda hoje se reconhecem alguns pontos em que algumas estruturas foram postas a descoberto. No essencial, porém, o sítio apresenta-se praticamente inédito.

A área de edificação romana ultrapassa largamente a área do monte, embora não atinja o "mais de um quilómetro de comprido" referido pelos autores[503]. O sítio está em esplanada virada a este, sobre curso de água, com excelentes solos agrícolas na envolvente. Dispõe de um óptimo alcance visual, em especial para sul. Vêem-se escassos materiais, mas a quantidade de estruturas não é contabilizável. De norte para sul, surgem bem evidentes no início da elevação, onde se encontra o que parece ser uma entrada para o edificado, que se apresenta em esquina, e depois ladeada por silhares, dando entrada para um acesso em rampa. Esta dá passagem para um núcleo estrutural, que parece estar vinculado a um edifício termal[504], com um tanque com degraus e vários outros compartimentos forrados a

501 IRCP nº 585 e 597. Uma terceira está atribuída ao local: Encarnação, 1988c.

502 Deus, Louro & Viana 1955: 569-570; Viana & Deus 1950; Viana 1953; Viana & Deus 1953; Viana 1955; Viana & Deus 1956.

503 Deus, Louro & Viana 1955: 572-573.

504 Reis, 2004: nº 88, onde se procede a uma cuidada descrição do núcleo termal.

opus signinum. As estruturas prolongam-se sob o monte, reconhecendo-se alinhamentos rectangulares à frente da fachada das casas. A oeste, um extenso tanque, conservado, com a sua alvenaria de *opus mixtum*, em mais de três metros de altura, que ainda funciona como contraforte artificial de toda a elevação. Talvez por aqui se situassem os "restos de um lagar" referido pelos autores. Junto, no seu alinhamento, mais núcleos estruturais, onde certamente decorreram as escavações já mencionadas, em pano de fachada que se prolonga por várias dezenas de metros. Poderia ser aqui que foi encontrado um compartimento de planta absidal contendo uma sepultura coberta com lajes de mármore. O casão agrícola, a sul, cavalga uma estrutura anterior, muito poderosa dados os enormes silhares de granito que são perfeitamente visíveis aflorando sob a cal. Este núcleo, recuado face ao anterior, prolonga-se por mais algumas dezenas de metros.

Os materiais visíveis à superfície são escassos, o que constitui sempre um bom indicador da preservação de níveis arqueológicos. Alguma cerâmica e um fragmento de coluna em granito foram encontrados, juntando-se a uma coluna em mármore que foi encontrada nas escavações.

Estamos perante uma provável *villa*, em significativo bom estado de preservação, que constitui um sítio arqueológico de elevada monumentalidade e qualidade construtiva.

Na herdade situada imediatamente a sul, o Monte da Calada, estão dois moventes de mó mecânica, um sarcófago em granito, e o que parece ser uma *cupa* em granito cinza de grão grosso, tendo no topo um orifício rectangular e nos dois lados duas "pegas". Apresenta três sulcos em cada face. Não foi possível determinar a proveniência, mas dada a proximidade da Ovelheira é de considerar esta hipótese. Um azulejo de 1836, na parede da casa, apresenta o sítio como "Monte da Capela".

Outras referências: RP 6/233; Pires 1931: 78; Gorges 1979: 465; Almeida, 2000: nº 62.

08.51. Chões

CMP 428 / CNS 4477

Sítio referenciado já em aparente contexto de perda: "Numa pequena elevação, com uma cota aproximada de 256m, entre a ribeira de Varche, Monte de Santo António, estrada Elvas/Quinta do General e o caminho que dá acesso ao Monte Chões, são visíveis numerosos materiais de construção (tegulae, laterae, blocos de pedra) bem como vestígios de construções. Estes vestígios foram recentemente muito afectados pelos trabalhos de "ripagem" que "limparam" o terreno de grandes quantidades de blocos de pedra que foi depositada junto à berma da estrada (blocos aparelhados, bases de coluna em mármore)."[505] Por este motivo foi dado como "destruído" por Maria José de Almeida[506].

Todavia, o local apresenta-se como um dos sítios arqueológicos mais interessantes do concelho de Elvas.

Com implantação um pouco atípica, porque encaixado no vale da ribeira, o que o coloca em cota baixa, sem visibilidade a não ser aquela que permite dominar o vale encaixado, orientado a sudeste, mas mesmo assim com pouca amplitude de panorama. É possível que uma das fachadas estivesse para aqui voltada, dado o alinhamento estrutural com a panorâmica possível. Dispõe de abundantes recursos hídricos e solos de excelente qualidade, escuros e soltos.

Era necessário realizar um levantamento micro-topográfico urgente, mas a leitura de terreno é tão nítida que, mesmo à vista desarmada, claramente se definem núcleos construtivos. Deve tratar-se de uma *villa* em dois patamares, pois é visível a existência de dois grandes socalcos orientados para a ribeira, funcionando como "varandas". O maior terá um perímetro de 5000m^2 em planta rectangular orientada a sudeste, e o de cota mais alta terá 500m^2 de área,com o pano mais largo correndo na mesma direcção, sendo neste que os muros afloram. O sítio terá sido cortado em parte incerta pela estrada, mas o núcleo

[505] Procº. IPPAR nº 4.07.104, Informação SRAS de 30. Nov. 1990 de Ana Carvalho Dias. Foi também consultado o Processo IGESPAR S-4477, com o mesmo conteúdo.
[506] 2000: nº 63.

central, mais alto, estará preservado, se exceptuarmos os impactos provocados pela lavra agrícola que aqui ocorre, e pela construção da estrada, que todavia só o terá danificado muito parcialmente.

A densidade de materiais é enorme, em especial à medida que nos aproximamos do ponto mais elevado. Nota-se uma grande diversidade na cerâmica comum. Mas, mesmo com a abundância de materiais, são raros os elementos de cerâmica de importação. Cerâmica de construção de excelente qualidade (de diversas morfologias), de armazenamento e comum, além de materiais pétreos de vários tipos (em especial blocos de calcário cristalino semelhantes a mármore). Encontraram-se blocos de *opus signinum* e um fragmento de mó. Tegulas (algumas de tonalidade laranja-claro, com uma cor muito fora do comum), tijolos de vários tipos, ladrilhos, imbrices. *Terra sigillata* galo-romana e clara D, embora em pouca proporção. Bordos de *dolium*. Em vidro negro opaco foi encontrado um bordo de taça pequena, de parede troncocónica (aberto para o exterior). Uma lasca de sílex retocada.

No topo de alguns furos de captação de água na propriedade foram colocados silhares (pelo menos três), em granito de grão fino e de boa qualidade. Junto a uma separação de propriedades encontram-se os elementos arquitectónicos mencionados no ofício[507].

É possível que o sítio tenha uma barragem, ou até que o vizinho topónimo de "Ponte Velha" fosse o paredão de uma estrutura de contenção de água.

Embora em cota muito baixa, o sítio de Chões é claramente uma *villa*, possivelmente com uma planta organizada em patamares para aproveitar o desnível topográfico. Um local com grande diversidade e qualidade de materiais, quer de construção, quer no campo artefactual. Um valor que necessitaria de protecção e salvaguarda, para evitar uma ainda maior delapidação.

08.52. S. Rafael

CMP 428 / CNS 5691

O templo existente parece ser muito antigo, pois nas *Memórias Paroquiais* do local afirma-se que "Tem hua Ermida chamada São Raphael, esta destilhada e sem portas e as paredes com raxas." Numerosos imbrices estão reaproveitados na alvenaria de construção, e tijoleiras estão embutidas nas jambas da porta de entrada.

Em topo de outeiro, em torno da antiga igreja, "reconhecemos vestígios de edificações com abundância de fragmentos de tégula", local onde foi recolhida uma "ara anepígrafa, ornada com uma rosácea circundada por duas palmas" [508]. Próximo foi identificado um cemitério de inumação, com mais de vinte sepulturas, presumivelmente tardo-romano ou alto-medieval, com invólucro sepulcral formado por lajes de xisto e que era reconhecível à superfície. No decurso dos estudos relacionados com a albufeira de Alqueva aqui foi reconhecido um "habitat romano", que por ficar fora da área de influência mínima do regolfo não foi intervencionado.

Outras referências: RP 6/ 250; Viana & Deus 1957: 96-97; Almeida, 2000: nº 71.

Vargem das Barrancas *

CNS 29626

Sítio cortado por uma estrada, onde no talude da mesma se observavam três sepulturas. Em torno, existia muito material romano à superfície, como tegulas, cerâmica comum, *opus signinum*, pregos e uma moeda. O sítio foi intervencionado de emergência, e a "escavação permitiu reconhecer a existência de cinco sepulturas, sendo que uma delas estava vazia, duas estavam muito danificadas, e duas apresentavam esqueleto preservados.

[507] Coluna em mármore com altura de 89cm e diâmetro de 26.
Capitel em granito com altura de 48cm, diâmetro de 30, na base quadrangular de 43, altura do plinto da base de 15cms, com canelura no centro

[508] Deus, Louro & Viana, 1955: 573.

Quatro das sepulturas estavam escavadas em solo geológico, enquanto apenas uma apresentava uma construção cuidada, com argamassa e tijoleiras a servir de pavimento."[509]

Referência: Processo IGESPAR S - 29626 e 2001/1(011).

Comentários gerais

"É um território rural profundamente romanizado nos modos de vida e ideais culturais do império, durante o longo período que vai do séc. I à época tardo-romana". Desta forma sintetizava Maria José Almeida[510] a impressão geral sobre o perfil de povoamento do território elvense, deitando o olhar sobre o *facies cultural* deste território. Efectivamente, é esta a leitura mais forte que os dados nos transmitem: um espaço profunda e intimamente relacionado com a capital provincial, *Augusta Emerita*, da qual recebeu influências muito fortes e estruturantes. E, de facto, sentimos uma presença de marcada componente itálica (ou clássica, para utilizar um termo culturalmente mais neutro). Mas antes de avançar para os conteúdos, centremos a análise nos sítios e no terreno.

É certo que a impressão tida dos sítios rurais elvenses é ainda muito difusa, apesar dos denodados esforços de Abel Viana e António Dias de Deus ou de, mais tarde, Maria José de Almeida. Para os primeiros, o seu investimento recaiu mais nas necrópoles, por contingências várias e específicas do momento temporal em que a sua acção decorreu. A impressão deixada nos sítios de habitação foi escassa, sendo que apenas em Carrão – com um mosaico figurativo representando *Epona* e uma cabeça de estátua não atribuída – se encontraram indicadores culturais mais relevantes. Temos depois o moderno caso de Quinta das Longas, particularmente revelador por se tratar de um sítio com uma cultura material de superfície relativamente discreta, mas onde o programa de investigação plurianual permitiu identificar um magnífico conjunto escultórico e um arrojado plano arquitectónico de múltiplos significados. E torna-se emblemático para a investigação que tenha sido de um sítio tão restrito e discreto (e aqui centro-me nos dados prévios à intervenção[511]) que estes conteúdos tenham provindo, e não de uma das "grandes *villae*" monumentais que ainda estão por escavar, como Correio-Mor, Carrão ou Ovelheira.

Cartograficamente, a primeira impressão do território elvense reside na densa concentração de pontos de povoamento. No terreno, a impressão reforça-se, mas muda ligeiramente: torna-se impressionante a massa edificada, a profusão de estruturas e de materiais, por vezes em espantoso grau de conservação. Portanto, se do ponto de vista quantitativo estamos em território densamente ocupado, na perspectiva qualitativa estamos em pleno foco de uma presença humana com elevados índices de indicadores materiais e culturais.

Vários aspectos propiciam esta situação. A amenidade do relevo, a fertilidade dos solos, em especial dos terraços do Caia e Guadiana (onde, não por acaso, se encontram as maiores *villae*), uma densa rede hidrográfica (onde por vezes encontramos alinhamentos de sítios, como sucede ao longo do curso da ribeira do Ceto, com Correio-Mor, Paço e Botafogo), reforçada por abundantes mananciais… Em resumo, condições paisagísticas privilegiadas para as exigências do espírito latino.

Outro factor central na impressão cartográfica reside na proximidade da capital provincial, na qual o aro elvense poderia estar administrativamente integrado. Um território onde o eixo da via XII funciona como espinha dorsal, ao longo do qual encontramos numerosos sítios. Um espaço comercialmente muito activo, onde os abastecimentos funcionavam na perfeição, como ficou evidente na cultura material já dada a conhecer na

[509] Base de dados *Endovelico*.
[510] 2000: 167.
[511] Apresentados em Carvalho, 1994, com discussão sobre as problemáticas específicas e a acção dos factores pós-deposicionais.

Quinta das Longas[512]. Mas sobretudo um lugar de fixação, ou de circulação, de pessoas fortemente vinculadas à mundividência latina, como a marca epigráfica deixa perceber, com uma vincada percentagem de indivíduos com *tria nomina*.

E por aqui se percebe que os ocupantes deste território eram efectivamente uma elite social, um conjunto de pessoas com uma forte capacidade aquisitiva e que transpuseram para as suas residências de campo (mesmo que algumas fossem permanentes, como a hipótese mantida para Correio-Mor) os *urbana ornamenta* que caracterizam essa mundividência. Na realidade, os sítios de Elvas deixam duas fortes impressões: monumentalidade e abundância. Sítios patrimonialmente muito relevantes, e em alguns casos resistindo às fortes pressões de uma moderna agricultura de regadio intensivo; e com uma exuberante cultura material visível nas evidências de superfície, nos materiais exumados em escavações, e ainda na solidez das estruturas.

Quero com isto significar que o território elvense é claramente o universo das grandes *villae* fortemente ancoradas nos domínios de uma cultura clássica. Dos 53 sítios, 17 podem garantidamente ser considerados como *villae*, o que constitui uma percentagem elevadíssima nos índices de ocupação do solo. É certo que este foi um dos concelhos mais densamente investigados; mas é de longe o que engloba mais sítios enquadráveis nesta categoria. E se olharmos para a distribuição espacial, vemos que a concentração ocorre sobretudo nos já referidos terraços fluviais dos dois grandes cursos de água, havendo ainda um lote significativo ao longo da via XII. Tal indica-nos que os *fundi* destes lugares deveriam ser relativamente restritos; e então, ou teríamos sítios trabalhando solos de muito elevado rendimento, ou teríamos *villae* que não seriam exactamente de vocação agro-pecuária, mas que incorporariam significativas vertentes de *otium* e *contemplatio*. Como a Quinta das Longas parece ser. E desta forma teríamos um conjunto de latifundiários (embora aqui o conceito de latifúndio possa ser revisto, pois alguns dos *fundi* seriam afinal restritos) que teriam um conjunto de residências que eram sobretudo espaços de fruição, onde a componente agro-pecuária seria menos relevante. E de facto, apenas em Correio-Mor encontramos significativos elementos relacionados com essa vertente, sejam nas estruturas de captação e condução de água, seja nos desmesurados pesos de lagar que sinalizam a entrada do monte. Nos restantes locais, as evidências são mais discretas ou reduzidas do ponto de vista numérico. Neste aspecto, é muito evidente o contraste com outros concelhos, como o eixo Castelo de Vide/Marvão ou a zona de Monforte/Arronches, onde pesos de lagar e mós são frequentes em cada sítio, e ocorrem em expressões numéricas muito elevadas.

Um dos aliciantes maiores para o futuro da investigação arqueológica neste concelho reside na detecção de outras categorias de sítios. Na realidade, a tipologia "casal" encontra-se quase ausente, bem como a de "pequeno sítio". E esse é outro dos elementos relevantes: a pirâmide de povoamento surge-nos invertida, com um predomínio da classe que genericamente seria a menos numerosa, e um quase desaparecimento de sítios mais pequenos e modestos. Duas chaves explicativas: consideremos a ausência de uma investigação sistemática, pois os trabalhos de Viana e Deus foram feitos ao sabor das descobertas mais significativas que iam aparecendo, enquanto as prospecções de Maria José Almeida foram orientadas para sítios específicos[513]; e eu próprio não tive oportunidade de o fazer, embora nas escassas ocasiões em que esses trabalhos foram feitos, tivessem originado resultados (o caso de Cachim e de Botafogo 2). Os sítios identificados no regolfo

[512] Refiro-me aos bens alimentares, às produções cerâmicas do eixo emeritense – Tejo/Sado, mas também aos conteúdos culturais e civilizacionais que a cultura material deixa antever (em especial, Almeida & Carvalho, 2004).

[513] "No entanto, esse carácter sistemático [dos trabalhos de campo] foi assumido no plano das intenções do projecto de investigação, não tendo sido possível reunir as indispensáveis condições para o levar à prática. […] Na impossibilidade de realizar prospecções sistemáticas na área definida para o presente estudo, ou mesmo optar por um critério de amostragem que exigiria mais tempo e meios do que aqueles que dispunha, optei por orientar o trabalho no sentido de confirmar a existência e localização dos sítios identificados a partir da bibliografia e outras fontes disponíveis." (Almeida, 2000: 8-9).

do Alqueva[514] merecem-me reservas pela não especificação dos elementos cerâmicos de construção, podendo tratar-se de reutilizações em épocas posteriores. Portanto, futuros trabalhos certamente ditarão o crescimento exponencial do valor numérico dos pontos de povoamento em época romana.

Quanto à segunda chave de explicações, centra-se na pura e simples ausência, ou rarefacção, dessas tipologias de sítios, porque os domínios fundiários estariam tão repartidos entre as grandes *villae* que remetiam os sítios secundários para outros espaços mais marginais. Como hipótese, é aliciante, mas deve ser encarada meramente como tal. E talvez se prenda com a riqueza dos territórios agrícolas, que poderiam potenciar o aparecimento de um conjunto de *villae* que repartiam entre si alguns territórios sem deixarem espaço ao aparecimento de casais, que ficariam remetidos para zonas menos férteis e interessantes do ponto de vista da rentabilidade da exploração. Esses espaços de aparecimento de casais poderão estar situados nas freguesias menos estudadas: em Santa Eulália ou Barbacena, ou nos territórios interiores de Vila Boim e de Terrugem, a investigação tem estado menos atenta do que junto ao Guadiana e Caia. Enquanto as grandes *villae* repartiam entre si os melhores solos, não deixando espaço entre os seus *fundi* para a eclosão de estruturas menores, estas estariam em territórios marginais, precisamente onde a investigação não ocorreu com tanta intensidade.

Seja como for, o concelho de Elvas apresenta-nos um caso singular, aqui ocorrendo o único exemplar arqueologicamente comprovado de um povoado aberto, um eventual *vicus*: Monte da Nora. Local que evolui em continuidade desde a Idade do Ferro até momentos muito avançados, é um sítio que elimina os seus dispositivos de defensabilidade para os condenar com estruturas produtivas, possivelmente ligadas a algo mais do que a mera auto-subsistência. Fornos de produção cerâmica e um pequeno lagar testemunham a laboração, inserida em contextos sociais que seria de todo o interesse conhecer melhor. Neste aspecto, lastima-se o silêncio epigráfico do sítio ,ou o facto de não haver uma necrópole inequivocamente relacionada com o local, pois seria do maior interesse entender o *facies* identitário deste sítio. Teríamos uma comunidade que aplicava a sua força laboral em proveito próprio, como um campesinato livre, ou que prestava serviço nas propriedades de grandes *domini* nas *villae* das imediações, como em Farisoa ou Terrugem, situadas a curta distância?

Outro feixe de leituras. O conjunto de pontos de povoamento alinhado em curta distância da ribeira de Chaves (sítios 33. a 38.) levanta questões muito relevantes para a compreensão das dinâmicas de povoamento. É certo que se trata de uma zona agricolamente muito rica, repleta de recursos hídricos abundantes. Mas causa surpresa o facto de tantos e tão relevantes pontos estarem tão próximos. Todavia, a sua análise deve ser encontrada em dois níveis de percepção. Antes de mais, o simples facto de terem sido detectados. Tal deve-se à existência de um plano programado de intervenção em um sítio, que foi olhando para o território em volta, e nele procurando detectar outras evidências. Portanto, temos um território densamente povoado *também* porque foi intensivamente investigado. Depois, o simples facto de estes sítios existirem também deve ser analisado, ou seja, a sua presença no terreno significa algo. Porque alguns são pontos de povoamento com relevante extensão e diversidade de materiais, indicando, ou *villae*, ou *villae* com casais. O que leva a pensar que neste micro-território os *fundi* seriam relativamente restritos, coexistindo unidades de povoamento muito relevantes em curto espaço. Eventualmente, a vocação agro-pecuária não seria o perfil prioritário de exploração, e alguns destes sítios seriam de recreio e lazer, dispondo de *fundi* mais limitando, cumprindo uma função mais aproximada dos *horti*. Todavia, não é de excluir a hipótese de alguns destes locais poderem ter cumprido outra função que não a residencial, ou serem pólos de uma única entidade maior, como parece acontecer com Quinta das Longas e o sítio fronteiro de Torre de Sequeira 1.

[514] Almeida, 2000: nº 68, 69, 70, 72 e 73.

Finalmente, a questão com a qual esta análise se iniciou. A este respeito, Elvas apresenta um valioso núcleo epigráfico que nos fala um pouco da sua população. E o retrato parece ser de uma comunidade fortemente romanizada e muito vinculada aos valores clássicos. Vários cidadãos com *tria nomina* e um substrato populacional que maneja perfeitamente os códigos gramaticais das mensagens. E nos suportes pétreos encontramos também a utilização intensiva do mármore, por vezes com um apuro formal que denuncia os gostos e exigências do encomendante. Note-se, contudo, que surgem pessoas de outras paragens: se considerarmos como de proveniência uniforme o núcleo de Proserpina, putativamente de Fonte Branca, lemos nele uma grande diversidade onomástica, que englobaria libertos, cidadãos com *tria nomina* e eventualmente de origem oriental. Também nas influências culturais vemos uma ara a Belona, a *Dea Sancta Burrolobrigensis*[515], um mosaico com possível figuração de Epona, e ainda o já referido conjunto de dedicatórias a Proserpina. Ao contrário de outros espaços, aqui não temos divindades indígenas ou um *fundo anterior* que por reformulação evolui para o quadro clássico. Por este território, na vida como na morte, o quadro parece ser plenamente adequado ao poder instalado.

Mas é precisamente no mundo funerário que o concelho de Elvas apresentou um significativo contributo para a investigação arqueológica do mundo rural alentejano.

Graças aos trabalhos de António Dias de Deus e de Abel Viana, temos hoje um panorama impressivo desta realidade concreta. Dez necrópoles foram intensivamente escavadas e, de forma mais ou menos exaustiva, publicadas e dadas a conhecer. No total, várias centenas de sepulturas foram descritas, permitindo-nos conhecer de modo profundo os ritos e práticas de tumulação. Este facto apresenta um inegável valor, mas mais ainda se pensarmos que em vários locais existe uma relação directa entre o espaço de vida e o de morte, ambos identificados e em alguns casos escavados e dados a conhecer. É certo que urge fazer uma profunda revisão dos trabalhos, das evidências estruturais e dos materiais arqueológicos. Muitas necrópoles foram dadas a conhecer de modo demasiado sintético, apressado, ou com as lacónicas descrições que Viana por vezes apresentava; em alguns casos, os materiais foram dados a conhecer de forma separada, em *colecções* e não em estudos de contextualização e de relação cruzada, como seria desejável. Mas o que é certo é que, sobre Elvas, temos um conhecimento do mundo funerário como não sucede para nenhum outro território do Alto Alentejo, ou mesmo para o sudoeste peninsular em geral. E a imagem que temos é a de uma sociedade complexa, heterogénea e em rápida mudança, incorporando novos ritos e crenças com assinalável velocidade. A impressão geral que fica, contudo, é a de que os sepulcros das elites da sociedade ainda não foram identificados e escavados, pois de um modo geral a densidade de sepulturas por necrópole é muito numerosa (o que também concede uma noção da dimensão demográfica deste espaço, que seria densamente povoado), e com um espólio que genericamente não integra elementos de excepção, pelo menos ao nível dos reconhecidos na materialidade dos pontos de povoamento. Note-se a relativamente baixa ocorrência de espólio metálico nas diversas necrópoles, com ainda mais escassa frequência de materiais em prata e ferro e a ausência de objectos em ouro. Note-se ainda a tímida presença de moedas: uma em Serrones e duas em Torre das Arcas[516].

E finalmente faltam ainda numerosas correlações entre os espaços funerários e de habitação. A título de exemplo, seria do máximo interesse proceder-se à identificação da necrópole correspondente à Quinta das Longas, não só porque aqui temos um sítio intensamente escavado, mas também pelos conteúdos que o local apresenta (nomeadamente, um ambiente de representação clássico e conservador – o ninfeu – e um indicador de presença cristã, o *chrismon* inscrito em mosaico).

---

515 IRCP 566. Neste caso mais um dedicante com *tria nomina*, *Q[uintus] I[ulius] E[meritus]*.

516 Viana, 1953. Neste artigo consulte-se outro vector de análise: nas 380 sepulturas do universo em estudo, englobando a necrópole de Padrãozinho (Vila Viçosa) foram exumados apenas 147 vasos de *terra sigillata* e 68 "do tipo de *Aco*", ou seja, cerâmica de paredes finas.

A necessidade de se proceder a uma reavaliação da informação legada, sobretudo, por Deus e Viana é portanto urgente. Reler os dados à luz da investigação actual, sistematizá-los e ordená-los, alocando-os aos diversos pontos de proveniência. Da mesma forma, muito trabalho de campo ainda resta para definir melhor a arquitectura do povoamento, e esclarecer várias questões ainda em aberto.

Por exemplo, a sincronia.

Plasmando todos os pontos na cartografia, a primeira impressão que fica reside na possibilidade de todos terem sido ocupados em simultâneo, e nesse caso teríamos um território quase fervilhando de gentes e de lugares. Mas pode não ter sido bem assim. Os poucos dados existentes apontam para fenómenos dúplices, de continuidade e ruptura.

No primeiro caso, temos a existência de espaços funerários e/ou habitacionais perdurando por longo tempo. Em Chaminé temos o melhor exemplo, com uma área sepulcral do Ferro que detém tumulações em momento tardio, com um momento intermédio que pode ser relacionado com o momento de ocupação da estrutura fundiária próxima (Carrão). Portanto, temos um espaço funerário com grande diacronia de ocupação, próximo de uma *villa*. Em alguns casos, temos reconfigurações: em Camugem, epígrafes funerárias reaproveitadas em contextos posteriores; ou em Terrugem, onde parece existir uma necropolização da estrutura de habitação (mas em que núcleo?, termal?).Todavia, em impressão genérica, o território parece deter uma relativa estabilidade e homogeneidade substantiva, embora com as evoluções naturais.

No entanto, existiriam certamente rupturas e abandonos. Um caso arqueologicamente comprovado será Quinta das Longas, com um término de presença relativamente precoce, algures no século V. Aparentemente existe um encerramento pacífico do local, embora pareçam existir fenómenos de ocupação posterior, ainda não devidamente inseridos na cronologia. Mas o sítio, em rigor, é abandonado e, como indica o contexto secundário de deposição das estátuas, é deixado com o seu recheio intacto (ou, pelo menos, parte dele). Por que motivo? A concentração fundiária, que pode ter conduzido a que Longas fosse inserida em um *fundus* mais vasto e, dado o facto de o sítio poder apresentar um perfil vivencial muito específico (ligado ao *otium* e à fruição), tornou-o menos apelativo para uma reconversão? Ou essa terá ocorrido em outro ponto ainda não intervencionado, como nas termas ou na *pars rustica*?

Seja como for, os dados são promissores. Em alguns casos, como na Terrugem, temos a reocupação de áreas habitacionais, agora com fins funerários. Em outros casos, como Chaminé, novas necrópoles instalam-se em velhos espaços sepulcrais, prolongando a sua lembrança. Talvez uma continuidade, talvez a memória dos antigos lugares que permanecia viva? E como interpretar os sinais de ocupação visigoda em locais dos quais pouco conhecemos, só praticamente as fivelas de Fontalva e Vinagreira[517]? Seguramente que as grandes *villae* permaneciam como marcas na paisagem, mas como praticamente nenhuma foi escavada (à excepção de Longas, cuja ocupação termina em momento ainda precoce), poucos ou nenhuns dados temos para manusear. Seria, portanto, do maior interesse conhecer o que se passa em território tão denso, tão ocupado, tão percorrido por gentes e ideias.

Entrámos portanto no domínio da diacronia, da evolução, que, como foi já anteriormente dito, parece ocorrer aqui do modo polimorfo, com distintas correntes e orientações. Persistências, continuidades, rupturas, evoluções. Em sentidos variáveis que convém conhecer.

[517] Em registo de mera curiosidade deixo a nota de um pequeno poema que se contava sobre a fundação da vila de Barbacena, nas proximidades da qual se encontram os sítios arqueológicos referidos:
"Á beira de uma fonte murmurante / É tradição que alguem alevantou / Cabanas, contra o frio penetrante / Nos quais um povo rude se albergou". Poema do Dr. António de Oliveira registado em *Brados do Alentejo* por José Hermida em 29-1-1933, ano III nº 105 p. 40.

9. Concelho de Estremoz

A crista ondulada da Serra d'Ossa marca o limite sul da área em estudo. Os relevos marcados desta linha de cumeadas funcionam como referente natural da paisagem, como delimitador administrativo e ainda como um elemento que fecha a grande bacia do Alto Alentejo, contendo o espaço e restringindo as linhas de passagem. Do alto de Evoramonte, com os seus 479m, ou de S. Gens (653m), ou ainda do Castelo (642m), o panorama visual para norte abarca quase toda a área escolhida, observando-se ao longe a Serra de São Mamede e mesmo os relevos das Portas do Rodão. Vindos de sul, o grande espaço territorial do Alto Alentejo inicia-se aqui.

Orograficamente, o concelho de Estremoz é bastante acidentado. Para além dos relevos que marcam a fronteira sul, o território é atravessado pelo anticlinal marmóreo, uma formação de rochas carbonatadas que é um elemento fulcral para este espaço: pela ocorrência dos filões de mármore, de tão decisiva importância em época romana, mas também pelas bolsas de água que se infiltram pelas suas irregularidades, fazendo deste concelho um pólo de grande produtividade agrícola. O anticlinal marca decisivamente a vivência do concelho. Na paisagem, prolongando-se em sucessivos conjuntos de elevações (Serra da Laje, Serra Murada, Serra de S. Miguel), que proporcionam pontos de controlo estratégico (dos quais a sede de concelho será o melhor exemplo), mas também pelo alfobre económico que proporciona. Embora seja Estremoz o concelho que curiosamente apresenta menor rentabilidade do ponto de vista do aproveitamento das reservas de mármore (dado o elevado grau de fracturação a que o mesmo se encontra aqui sujeito[518]), é neste espaço que a dominância e extensão é maior em termos percentuais, percorrendo-o em direcção noroeste/sudeste em praticamente toda a sua superfície.

Todavia, a litologia estremocense é muito variada e marcada por uma assinalável heterogeneidade. Frequentemente ocorrem áreas xistosas, por vezes muito acidentadas, provocando uma paisagem desértica, inóspita, irregular e árida, onde apenas a esteva irrompe. Na freguesia de Veiros o trânsito é difícil, com os rios correndo encaixados em vales de cotas muito marcadas. Temos um corredor que se prolonga por S. Bento do Ameixial até às faldas da Serra d'Ossa, criando linhas de relevo que são por vezes bastante marcadas. Rapidamente a paisagem transforma-se e entramos em pene-planícies graníticas, como acontece na fronteira norte, junto ao concelho de Monforte, onde os solos se tornam mais fáceis de trabalhar. Para oeste encontramos uma extensa planície que, com pontuais interrupções, se estende até Vimieiro, com considerável amplitude visual. Mas em todas as direcções os solos são magros e delgados, propícios para o plantio da vinha que actualmente concede reputação mundial a Estremoz, mas genericamente de pouca aptidão para produções agrícolas intensivas.

A impressão geral, contudo, é dominada pelo substrato calcáreo que domina o concelho: na maior parte da paisagem predomina um tipo de solo argiloso, que se torna muito enlameado com as primeiras chuvas, dado o seu carácter barrento, e que frequentemente apresenta uma fina espessura, deixando os afloramentos irromperem à superfície. Na freguesia de Arcos, por exemplo, os calcários surgem com frequência à superfície, criando uma paisagem pedregosa e condicionando muito a prática agrícola. Os solos são de tipo delgado pardo ou delgado vermelho, sendo a espessura arável muito reduzida, apenas se ampliando em áreas de deposição que, no entanto, não ocorrem frequentemente, pois o relevo é genericamente aplanado. Desta forma, não ocorre transporte sedimentar, pelo que a paisagem apresenta-se pontuada de afloramentos brancos ou amarelecidos. Este é um quadro natural pouco propício para uma agricultura extensiva, pois o terreno torna-se difícil de trabalhar, muito rochoso em geral e muito variável ao longo do ano, oscilando entre a secura extrema, fracturante, e o toque barrento e muito

[518] Abreu & Corte Real, 1994: 3/12.

pesado. Em contrapartida, é nestas reservas de argila que ao longo dos tempos se colheu a matéria-prima para a elaboração dos conhecidos "Barros de Estremoz", com produções cerâmicas muito específicas mas também características pela sua qualidade.

A prática agrícola ocorre de modo mais favorável nos terraços fluviais, ou nos patamares extensos criados pelos cursos de água que correm em zonas mais desafogadas. Aqui, onde ocorrem aluviossolos com algum desenvolvimento, combina-se uma agricultura de sequeiro, nas cotas mais elevadas, com a prática hortícola ou horto-fruticola, sendo as produções locais de reputada fama[519]. Em alguns casos, os pomares ou olivais estendem-se pela paisagem, e estes invadem as zonas de solos xistosos menos propícios à agricultura. Ao contrário de outros concelhos, aqui raramente encontramos o montado de sobro, sobretudo na mancha ocidental. Dadas as condições de drenagem em quase todo o concelho (exceptuando talvez a freguesia de Veiros, já referida), a água acaba por se infiltrar por entre as porosidades calcáreas, motivando a formação de extensos lençóis freáticos. Em anos de maior estio, contudo, a situação torna-se mais delicada.

A rede hidrográfica é marcada pela presença de alguns grandes cursos de água, embora o concelho não tenha um rio marcante ou que sirva como elemento estruturante do território. A sul destaca-se a ribeira de Tera, correndo no sopé dos contrafortes da Serra d'Ossa, um curso de água bravio e que levanta dificuldades à sua transposição. Para norte, será de realçar a ribeira de Ana Loura que corre mais espraiada (se exceptuarmos o traçado entre as fragas xistosas de Veiros), e que assume um papel fundamental na economia dos terrenos por onde circula, proporcionando uma prática hortícola muito intensa. Ao longo do seu curso, encontramos uma multitude de engenhos de água (em especial nas zonas de S. Bento e S. Domingos), que demonstra como o seu papel foi fundamental na infra-estruturação económica do território.

Embora não existam grandes cursos de água em termos hidrográficos, o concelho está pontuado por recursos estratégicos, que são possibilitados pela porosidade do subsolo geológico. A ocorrência de poços e de reservas de água é por isso abundante, escasseando apenas nas zonas onde encontramos substratos xistosos (criando maior aridez, como ao longo da "Estrada das Tesas" ou na zona de Veiros) ou de granitos e gnaisses (como a norte de Orada, por exemplo).

Se as produções horto-frutícolas gozam de merecida fama, contudo, o grande produto local é a extracção de mármore. Elemento estruturante para a dinâmica do concelho, é explorado na formação do anticlinal de Estremoz que, como já foi indicado, corre em larga extensão do território, embora de forma mais notória na franja sudeste. Aparte os recursos proporcionados pelos mármores, o substrato de Estremoz não é rico em jazidas mineiras. Destaca-se contudo o caso das Minas da Mostardeira[520], com ocorrências de pirite arsenical e cuja laboração atingiu grande expressão, tendo deixado um monumental património industrial[521]. Quanto às ocorrências de ouro de aluvião, não foram confirmadas pela investigação moderna[522].

Desde sempre terra de passagem para o trânsito que circula entre a capital e a fronteira de Badajoz, Estremoz foi sede de uma assinalável elite cultural que, desde o

---

519 "Não há parte do Reyno a onde as Hortaliças sejão mais crecidas, e saborozas. As couves Murcianas de dilicado Gosto, chegão a pezar vinte arrates; e os Repolhos dezaseis arrates, os Nabos chegão a este pezo. As Sinouras, Rabanos, Batarrabas são muito grossos, e tenros, particularmente em Estremoz [...] Colhe frutas saborozas, tanto de Pivide como de Carouso. Laranjas; Limas, Limoens; Pecegos, Damascos, Alperches, Peras, Masãas, Romãas, Marmellos; e Gamboas. As Ginjas Garrafais, e Sereijas de Estremoz, e Borba [...]" (Fonseca, 2003: 125).

520 Cuja exploração se iniciou por alvará de 7/8/1862, sendo uma das mais antigas do país no carácter industrial da laboração (Abreu & Corte Real, 1994: 4/12).

521 Realizei várias prospecções na envolvente procurando vestígios de laboração em época romana, mas sem resultados.

522 "No Ribeiro de S. Braz, junto da villa de Evora Monte, se achão no tempo do Inverno, folhetas e grãos de ouro de vinte e quatro quilates, que os curiozos vendem aos ourives de Estremoz, do que sou testemunha ocular." (Fonseca, 2003: 127).

século XIX, se interessou pelas suas tradições e pelo seu património. De forma algo paradoxal, todavia, este movimento nunca se articulou em torno do seu legado arqueológico, ainda hoje sub-aproveitado.

No território estremocense decorreram duas grandes intervenções arqueológicas, ambas por iniciativa do Museu Nacional de Arqueologia: em 1915/1916 por acção de Luís Chaves na *villa* de Santa Vitória do Ameixial, com resultados publicados muito *a posteriori*[523]; e em 1934 no conjunto funerário de Silveirona, envolvendo meios inusuais para a época[524] mas que inexplicavelmente permaneceram no limbo até uma recente abordagem que sistematizou os dados, permitindo a sua compreensão conjunta[525]. O dado mais curioso, porém, é que este fenómeno de intervenções centrais, que não reverteram para o conhecimento local, foi vigorosamente agitado pela imprensa da época, que censurou a falta de mais-valias para a sociedade local em que estes projectos se converteram[526]. Mais tarde, este alheamento geral voltará a ser lamentado[527]. Ou seja, o que poderia, em dois momentos, funcionar como o detonador para o melhor conhecimento do passado de um território, acabou por não deixar quaisquer frutos, quer entre a comunidade, quer no interesse que outros pudessem ter pelo património estremocense. Sede de concelho, pólo económico, local incontornável de passagem e berço de uma activa elite e imprensa regional, Estremoz nunca conseguiu potenciar esses factos para criar uma dinâmica sustentada de investigação. As intervenções aqui ocorridas sucederam-se ao sabor de achados fortuitos ou de contingências específicas, não sendo sequer possível detectar uma tendência que congregue os factos ocorridos. Aparte as intervenções já referidas, que geraram um sobressalto, mas que não ganharam qualquer continuidade, os restantes trabalhos foram esporádicos e nunca divulgados: as escavações de Gustavo Marques na década de sessenta do século XX são noticiadas[528] mas não conhecidas; e os recentes

523 Notícias em pequenos artigos (Chaves, 1922; 1932; 1936); descrição de resultados e análise mais detalhada apenas em 1956.

524 As célebres fotografias aéreas, pela primeira vez utilizadas na Arqueologia portuguesa mas nunca encontradas (Cunha, 2008: 28).

525 Cunha 2008.

526 Autor não identificado, *Brados do Alentejo* de 19-08-934, nº 186, p. 1: "Não sabemos se estão ou não dadas por findas as escavações do "cemitério romano visigótico" da herdade de Silveirona neste concelho. Apenas tivemos conhecimento de que se suspenderam os trabahlos [*sic*] por ausência do arqueologo que dirigia a investigação, dr. Manuel Heleno. Tambem sabemos que os preciosos achados foram dar "valiosa matéria para o Museu Etnográfico de Lisboa", a enriquecer a capital - "sorvedoiro da Nação" - como muito bem disse Joaquim Câmara Manuel no seu artigo - "Património artístico do Alentejo" - em Brados do Alentejo de 22 de Julho, próximo passado, insurgindo-se contra as absorções centralizadoras [...]. Ora! E quem sabe? Talvez tenhamos razão perante certos indiferentismos municipais que costumamos por aí ver! Mas, perguntamos: - Acabaram-se as escavações do Cemitério romano visigótico e deixar-se-há êste abandonado sem respeito pelo seu significado arqueológico local e sem consideração pelos que ali supuzeram ter o seu descanço eterno? Ao menos, uma vedaçãosinha decorosa, para conservar o que não foi possível levantar-se. E até em respeito pelos mortos...."

Também no mesmo jornal [s.a.] de 06-09-1964, nº 1732, p. 2,5 e 7: "A área da freguesia, em 1934, fez convergir sobre ela as atenções mundiais. A arqueologia e a antropologia agitaram-se e com certa razão. A descoberta do acaso na Silveirona dum cemitério identificado depois como Romano-Visigodo não era para menos agitação e interesse: achado raro, de importância incalculável para o estudo do homem e destes povos, sobretudo dos godos. Situaram-no no Século VI, antes de Cristo [*sic*], com a bonita idade de 1400 anos. Achados de alto valor, peças preciosas que poderiam ter sido aproveitadas para o enriquecimento do património artístico e histórico do concelho e que lamentàvelmente se deixou sair de Estremoz para enriquecer os museus de Lisboa. Esqueletos, vasos de barro, luzernas [*sic*], objectos artísticos, lanças, material que poderia servir para um centro de estudos aqui localizado. Ao lado do cemitério, havia vestígios de uma povoação e identificou-se um lagar."

Registe-se ainda o conjunto de "lindas cantigas" e de poemas reproduzidos em Cunha, 2008: 125-128. Para estas e outras menções ver também pp. 28-29 e referências bibliográficas na p. 240.

527 Crespo, 1950.

528 Referências a trabalhos em vários pontos do concelho, incluindo Santa Vitória do Ameixial, mas sem produção escrita.

projectos de trabalho não foram concretizados[529]. O aro estremocense permanece, no que toca à investigação do seu passado romano, largamente por conhecer.

Sítios e comentários

09.01. Herdade da Guardaria

CMP 398 / CNS 5686

Local onde foi recolhida uma inscrição funerária em mármore branco de Estremoz de *Lucius Marcus Caprarius*, da tribo *Papiria*[530]. No local certamente existiria uma estrutura de tipo mausoléu, dada a relevância do defunto. Sendo assim, estaria junto a um itinerário viário de grande importância que transita próximo do local.

Um sítio foi identificado em recente estudo de impacto ambiental[531], defronte do anterior, embora separado pelo actual traçado viário, que aliás parece tê-lo rasurado em larga fatia. Os dados de terreno não são muito explícitos, apontando-se "uma grande mancha de dispersão de materiais, identificados como fragmentos de cerâmica doméstica comum, cerâmica de construção e de armazenamento. Não foi descurtinada [*sic*] quaisquer construção [*sic*] antiga ou alguma pedra aparelhada."[532] Poderá tratar-se de uma *villa*, a julgar pela relação com o sítio anterior, mas o local deverá ser melhor caracterizado.

09.02. Teixeiros

CMP 411

Uma inscrição funerária denunciando a existência de uma necrópole[533]. O local foi percorrido sem que nada tenha sido observado[534].

09.03. S. Bento do Cortiço

CMP 411 / CNS 5682

A referência conjunta esconde vários pontos onde foram exumadas sepulturas, em intervenções dirigidas por Manuel Heleno. Infelizmente, a maior parte dos microtopónimos perdeu-se e não é hoje reconhecível.

A primeira menção surge em artigo do próprio[535], onde se indica que "Também explorámos os cemitérios romanos de Estremoz da Herdade da Silveirona, Monte da Boa-Vista e de S. Bento do Cortiço;" mas a lista (supostamente) exaustiva das intervenções surge em artigo de Saavedra Machado[536], onde se enumeram as "investigações arqueológicas", "Em várias estações romanas, nos arredores de Estremoz:

- Monte da Boa Vista
- Eira do Madruga
- S. Bento do Cortiço
- «Villa» da Coelha
- Malpique[537]
- S. Lourenço
- Mourinhos
- Cerca

529 Em especial os projectos de Carta Arqueológica conduzido por Patrícia Ascensão, e de sondagens arqueológicas em Tanque dos Mouros por Adélia Garcia.

530 IRCP nº 461, embora mencionado como "Herdade da Granaria"; notícia da identificação e considerações várias em Alves Dias, 1983.

531 EIA Barragem de Veiros: Processo IPA 2002/1(502).

532 *Endovelico*.

533 Alves Dias, 1986.

534 Noto contudo que uma informação oral confirmou o achado de sepulturas, aquando de lavras, designando-as de "caixas de pedra".

535 Heleno, 1956a: 231.

536 Machado, 1964: 112-113.

537 Não se conhece nenhum Malpique na zona. Todavia, nas proximidades de S. Bento do Ameixial (CMP 425) encontra-se a Horta do Malpique. Se acaso for este, o raio de exploração teria sido substancialmente superior.

- St.º Estevão
- Freixeirinha".

A consulta dos cadernos do campo do antigo Director da instituição também não foi muito esclarecedora: em escrita telegráfica, mencionam-se 21 sepulturas de inumação, quase todas sem espólio, no cemitério que fica situado junto ao Monte da Boa Vista, que fica a cerca de 150 m da igreja da aldeia de S. Bento do Cortiço para o lado do sul, "quer na frente do mesmo, quer na eira, aonde vi várias.[538]" Terão sido escavadas em Outubro de 1934, aproveitando os trabalhadores ocupados na escavação de Silveirona. No mesmo local, em Barreiros[539], "Existem aqui sepulturas com lajes laterais e nas cabeceiras e com cerâmica", mencionando-se ainda que "Na herdade da Amieira apareceu um vaso com ossos e na Cacharroeira, que fica junto, apareceram muitos", sem mais especificações.[540] De qualquer modo, existe espólio numismático, depositado no Museu Nacional de Arqueologia e atribuído genericamente a "S. Bento do Cortiço"[541].

Em resumo, a situação é muito confusa, pois mais do que perante uma necrópole, teremos aqui diversos contextos funerários, possivelmente de várias épocas e também desconectados no espaço. A imprecisão das informações e a ausência de um caderno de campo com informação descrita e sistematizada impedem a correcta avaliação da situação, também não sendo indicado um qualquer ponto de povoamento relacionável com estes ambientes sepulcrais.

Outras referências: RP 6/204.

09.04. Santo Estêvão

CMP 411 / CNS 5683

Como em outros pontos do concelho de Estremoz, torna-se complexa a tarefa de atribuir as peças e as referências aos sítios em concreto. Saavedra Machado[542] menciona as "investigações arqueológicas" de Heleno realizadas neste local, empregando um termo dúbio, que não esclarece se estaremos perante escavações, visitas a sítios ou deslocações a locais para angariação de peças. A Santo Estêvão é atribuída uma peça muito rara, e enigmática, pois trata-se de um baixo-relevo paleocristão figurando um cavaleiro com panejamento; no entanto, Túlio Espanca refere que "a placa votiva, de mármore, hoje recolhida em Estremoz e que, durante anos esteve depositada na ermida de S. Romão, situada na vizinha freguesia de S. Lourenço de Mamporcão, poderia ter sido descoberta nesta mesma estação paleo-cristã", referindo-se aqui, em concreto, a Silveirona[543]. Todavia, em RP 6/205 a mesma peça surge atribuída a Santo Estêvão: "Vestígios romanos não especificados. Um baixo-relevo talvez paleocristão."

Embora nenhum autor as refira, certas são as evidências que existem no local, mesmo atrás do templo cristão, em plataforma extensa que separa o edifício do curso da ribeira. Um sítio de grandes dimensões, com quase um hectare, apresentando uma mancha abundante de cerâmica de construção (imbrices, incluindo alguns com digitações, tegulas, tijoleiras, incluindo uma com marcas de *caliga*), fragmentos de bojos de ânforas, cerâmica comum e um bordo de *terra sigillata* hispânica (de possível recipiente Dragendorff 37). Pelos indicadores e pelo quadro de implantação fisiográfica, a proposta de *villa* parece perfeitamente plausível, com um relevante recobrimento do local por um templo cristão,

538 Reproduzido em Rocha, 2005: 267.
539 Na extremidade oeste da aldeia.
540 Cadernos M. Heleno – Cemitério romano da Boa Vista – Out. 1934 (S. Bento do Cortiço – Estremoz), depositados no MNA.
541 No MNA tem o número de registo 2702.
542 Machado, 1964: 113.
543 Espanca, 1975: 222, nota 1; na p. 250, sobre a Ermida de Santa Cruz (hoje designada de S. Romão São Lourenço de Mamporcão): "No edifício se guardou longos anos, de proveniência locativa, mas desconhecida, uma bela placa votiva, de mármore branco, rectangular, infelizmente incompleta, representando um sacerdote praticando o sacrifício ritual pagão num cerdo. Baixo-relevo romano das primeiras centúrias do Cristianismo, mede: alt. 50 x larg. 48cm.". A placa surge representada no vol. II, est. 31.

sede de freguesia, mas perfeitamente isolado no campo. Note-se ainda que, junto à igreja, uma crista muito pronunciada do afloramento poderá ter sido objecto de cultos litolátricos.

Desta forma, e apesar da imprecisão informativa, confirma-se a existência de um sítio romano parcialmente recoberto pela solitária igreja que se ergue no local. É perfeitamente possível que aqui exista uma relevância simbólica que tenha conduzido à construção deste local de culto campestre, eventualmente a mesma materializada no já referido baixo-relevo, que assim funcionaria como marcador intermédio entre os diferentes momentos. Nesta linha de raciocínio, este local seria dotado de conteúdos muito interessantes para a estruturação da geografia sacra local, e como tal deveria ser investigado com maior precisão.

09.05. Santa Vitória do Ameixial

CMP 411 / CNS 11238

A dimensão da perda é dificilmente contabilizável neste sítio arqueológico. Pelos dados disponíveis tratar-se-ia de um modelo de *villa* raro nesta área regional, com indicadores de carácter sumptuário que a tornariam certamente em um dos mais absolutos exemplares da *villa* de *otium* clássica. Infelizmente, o crescimento do núcleo urbano, a fortíssima erosão, o rompimento de uma estrada e, nos últimos tempos, o alheamento a que o sítio está votado, fazem com que seja um recurso patrimonial – o segundo local classificado como Monumento Nacional na região em estudo, a par de Torre de Palma – completamente subaproveitado, sem resultados publicados e, na sua essência, difícil de compreender e de caracterizar.

Os dados estão muito soltos, pelo que convém tentar uma leitura de conjunto, regressando mesmo às primeiras notícias sobre o local por forma a ordenar a informação disponível, e tentando encarar o que a investigação tem produzido.

As primeiras referências ao local são muito antigas, sendo localmente bem conhecidas as materialidades romanas. Nas *Memórias Paroquiais* de 1758 lê-se:

"42. De Ameixial (Alemtejo)

«Da igreja para a parte do Occidente e Norte, no mais alto sitio, se conserva ainda hum pedaço de parede fortissima, a que chamão Torrião, em altura de vinte palmos, e mais de cinco de grossura, que mostra ser hombreira de porta, que teria huma vara de largura, e de algum grande edificio, e dão a entender (como tambem corrobora este sentir as muitas pedras soltas, e espalhadas, que por alli se vem, alem das que se tem já aproveitado os moradores para as suas casas) haver alli nos tempos antigos povoação, ou ser palacio de algum grande personagem; porem disto não ha memoria ou tradição: ainda que o vulgo diz ser povoação *de Mouros*, que talvez por isso a fonte, que está no baixo se chame *da Moura*. Existe mais hum, que parece foy lago, ou tanque de parede fortissima com espigão por cima, com dez palmos de altura, e dous e meyo de largura, e noventa por lado em quadro ao comprimento; e junto a este está outro mais pequeno demolido: e entre a Igreja, e Torrião, outros dous alicesses de canos, e arquetas tudo destruido, por onde parece lhe vinha agua das fontes da Granja, e Ruivinos, o que só poderia ser por aqueductos de arcos, de que não ha vestigios.» (Tomo I, pag. 440).[544]"

Aqui surge a menção à "Torre", a dois tanques, um deles de grandes dimensões, a canalizações e aqueduto ("arquetas"), indicando desde logo a monumentalidade, fortíssima construção e o papel fundamental que a circulação hídrica teria no local.

Quase idêntica é a descrição de Henriques da Silveira:

"6. O Templo Parrochial foi idificado na Herdade dos Machadinhos, e a tiro de Mosquete, sobre huma pequena collina se descobrem vestigios de Povoação antigua, que julgo haver sido do tempo dos Romanos, achão-se ladrilhos de desuzada grandeza, restos de hum aqueducto, lágos para recolher as ágoas. Hum destes tem noventa palmos de

[544] Figueiredo, 1895: 318-319

comprido, dez palmos de altura, e com parede de dois palmos e meyo de largura de materia soledíssima, e dois lágos mais pequenos, que estão quaze demolidos.

7. No sitio mais elevado havia huma Torre meya demolida, a qual os camponezes desfizerão no anno de 1750, para empregarem a pedra nas obras da rezidencia do Parrocho. Por todo o sitio em roda tem descobrido os Lavradores muitas sepulturas e medalhas do tempo dos Romanos, sendo as mais modernas do Imperador Theodozio.

8. No anno de 1778 mandou o Doutor Constantino da Silva Zagallo, Senhor da dita Herdade fazer huma pequena excavação, e nella descobrio huma meya coluna de marmore branco, huma caza de banho, e no anno de 1797 discobrio o lavrador hum idificio subterraneo, com muitos arcos formados de ladrilho cuja grossura era de hum palmo, e os pegoens tão chegados huns aos aoutros, que só podiam dar passagem a hum homem. O tempo poderá descobrir algumas couzas mais importantes, e talves o nome da povoação."[545]

As descobertas no local continuam a fazer-se durante os séculos XVIII e XIX, assistindo-se à progressiva depredação dos indicadores, como o citado "Torrião" que terá sido desmantelado ainda durante esse período. Contudo irá captar a atenção de José Leite de Vasconcellos, que de algum modo dele toma conhecimento: em 1916 menciona "Objectos obtidos: [...] um colunelo de mármore, e moedas de cobre do século IV, tudo proveniente do local do mosaico lusitano-romano de Santa Vitória do Ameixial [...]."[546] Por esta altura já se tinham iniciado as escavações arqueológicas no local, a cargo de Luís Chaves (1914-1915), mas na prática dirigidas por Manuel Pedro Madeira[547].

Será Luís Chaves que irá ser responsável pela publicação dos resultados, em extenso artigo que, para a época e considerando o panorama português, se pode considerar modelar no tratamento da informação recolhida no campo e na descrição de estruturas e espaços identificados em escavação. Os primeiros resultados são publicados bastante *a posteriori*[548], mas o artigo central é uma extensa descrição dos principais resultados, com um volume descritivo raro para a época[549].

O texto está escrito em tom superlativo, enfatizando os resultados mais espectaculares, sendo a pedra de toque dominante necessariamente o conjunto musivo, então considerado como "o mais rico de Portugal"[550] e exposto em posição central no percurso expositivo então criado no Museu Nacional de Arqueologia.

O artigo salienta devidamente a implantação espacial privilegiada do local, que aproveita uma pequena plataforma para desfrutar de um panorama majestoso, em especial para sul e oeste.

O conjunto edificado é descrito de modo desequilibrado, com natural pormenor na área termal e da casa do patamar superior (com os mosaicos em destaque), e menor riqueza de conteúdos informativos nas áreas restantes. Indica-se, a sudoeste da casa, "um cemitério de inumação[551]. E no sopé da vertente oposta encontrei vestígios de templo, com capitéis, colunas, uma inscrição, talvez simples *aediculum*.[552]" O primeiro estava "Num outeiro, junto de Santa-Vitória, aí a duas centenas de metros da *villa*, era o cemitério dos escravos, onde se abriam os túmulos de tejolos grandes, cobertos de laje. Eram inhumados e sem adornos os despojos: uma ou outra conta que traziam ao pescoço, e ao lado a tenaz, o martelo ou o

545 Fonseca, 2003: 194.
546 1916a: 162.
547 Cujas cartas enviadas ao Director do Museu se encontram guardadas no Epistolário José Leite de Vasconcellos depositado na mesma instituição (correspondente nº 1919). Infelizmente, o conteúdo das mesmas não adianta informações sobre o decorrer dos trabalhos e os resultados das escavações. Luís Chaves menciona esta situação em 1938: 77, nota 1.
548 Chaves, 1922: 83-92; 1932: 250-255; 1945: 157-160.
549 1938: 14-117.
550 1938: 18.
551 No "monte" das Discorreias", onde o autor procedeu a "pesquisas", encontrando sepulturas de inumação em caixas de xisto, com o espólio que em seguida se menciona.
552 Chaves, 1938: 21. Ver também p. 89.

sacho, como indícios do ofício; a pobreza do espólio indica bem a vida de opressão dêsse pessoal agrícola.[553]" Todavia, destas "investigações" não ficou qualquer descrição.

Nas décadas seguintes, o local permaneceu ao abandono, com a contínua progressão do núcleo urbano para a área edificada, e os habituais fenómenos de destruição e depredação que, inclusivamente, levaram a que parte das evidências identificadas por Chaves se viessem a perder.

Em data indeterminada, mas na década de sessenta, também Gustavo Marques realizou trabalhos no local, deles não ficando qualquer registo. Os trabalhos serão retomados em 1970 por José Luís de Matos, que procede à abertura de várias "valas de diagnóstico" que permitirão ampliar um pouco o leque de conhecimentos sobre o sítio – por exemplo, com a identificação de pilares de um aqueduto – mas que não permitem uma suficiente leitura em planta, dada a opção metodológica escolhida. Uma das valas acompanhou o corredor de acesso ao peristilo, e a outra, perpendicular, seguiu em toda a linha da encosta em direcção às termas. Em 1986, uma equipa dirigida por Amélia Canilho realiza uma limpeza intensiva em toda a área até então escavada, aproveitando também para realizar escavações pontuais em zonas que entretanto exigiam atenção imediata. É neste relatório que encontramos uma leitura de conjunto do edificado e algumas considerações crono-funcionais de grande utilidade para o melhor entendimento deste sítio arqueológico. Finalmente, entre 1996 e 1997 as empresas *Arkhaios* e *Era-Arqueologia* realizam diversos trabalhos pontuais de limpeza, valorização e sondagens de minimização em diversos pontos do sítio arqueológico, destacando-se uma intervenção mais ampla na área onde se projectava a construção do centro interpretativo e que foi posteriormente publicada.[554]

No terreno, comecemos a descrição do sítio pelo topo da pequena elevação.

Os resultados centraram-se em dois âmbitos: espaços interiores e áreas de circulação. Esta zona terá sido muito afectada por diversos factores destrutivos, o que infelizmente impossibilitou a leitura planimétrica do edificado, inviabilizando a análise da que poderia ser uma das mais complexas e requintadas plantas de *villae* desta região. Na parte residencial (o designado Sector A), foram escavadas salas articuladas ao longo de um peristilo (com cerca de 15 metros de lado, e de planta aparentemente quadrada) com um tanque central. Nos trabalhos realizados em 1986 ficou claro que "o tanque foi sujeito a alterações. Numa primeira fase teria maiores dimensões, sendo posteriormente parte do seu extremo sul enchido com terra e fragmentos de telha e tijolo que reduziu o seu extremo cónico de 1,5m. A presença de argamassa de assentamento do mosaico cobrindo o canto sudoeste do tanque e projectando-se 0.10m para além do limite do tanque a sul, indica que o mosaico foi colocado aquando das alterações do tanque de que provavelmente foi a causa."[555] Também o mosaico evidenciava sinais de restauro com outras tesselas e *opus signinum*, portanto, efectuado em época tardia.

Em 1997 foi identificada uma "área das cozinhas" na "ala nordeste do peristilo" que se apresentou "constituída por três compartimentos geminados"[556], um deles com inequívocos sinais de utilização como espaço de confecção de alimentos. Os indicadores de consumo sumptuário foram também testemunhados[557]. Nesta área ficaram ainda evidentes as reformulações do espaço, com a utilização de diversos sistemas construtivos, e o que poderia ser "uma escadaria de acesso a um piso superior"[558].

Do lado oposto verificou-se a presença de um hipocausto na ala noroeste do peristilo, possivelmente para aquecimento de um compartimento aqui situado, no que

553 1938: 28, considerações plenamente inseridas no quadro conceptual da *villa* esclavagista, em leitura rigorosa do paradigma catoniano.

554 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001.

555 Amélia Canilho, Relatório da campanha de limpeza de 1986 [dactilografado], p. 4. Processo IGESPAR S-11238.

556 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 55.

557 Incluindo fauna malacológica como ostras, vieiras, búzio macho e berbigão de bico, indicando a inserção do local nos circuitos de abastecimento (Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 55).

558 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 57.

poderá constituir mais um indicador dos elevados níveis de conforto que o edificado apresentava.

Também aqui foi registado um grande corredor de acesso ao peristilo[559], revestido a mosaico com motivos geométricos, na continuação do tanque. "Para Leste projecta-se um pequeno corredor (4,5m x 2,20m) pavimentado a opus signinum grosseiro que termina em três degraus, feitos de grandes blocos de granito. [...] A presença de grande número de tegulas sugeriu, desde o início, que esta zona fora, talvez, um corredor coberto".[560] Nesta área foi efectuado um acerto de corte em 1986, permitindo delinear uma sequência estratigráfica com testemunhos de época tardo-antiga: "Ao acertar as paredes norte e leste pôs-se a descoberto imediatamente abaixo da terra vegetal um nível de derrube (L.016) constituído por tegulas e argamassa com maior concentração na parte leste da parede norte. A restante área a oeste (L.018) é provavelmente contemporânea mas possui menor quantidade de materiais. A ocurrência [*sic*] de uma camada de terra estéril (L.015) imediatamente abaixo deste nível de derrube indica que a queda do telhado ocorreu algum tempo após o abandono da área. Sob esta camada encontrámos um nível de cinzas (L.014) que se estende por 3 metros novamente com maior concentração para leste da parede norte da vala."[561] Assim se documentou uma lareira sobre pavimento em terra batida. Em outro corte, a sequência era a seguinte: "De acordo com a evidência, esta área serviu para o escoamento da água acumulada no tanque no topo da elevação para Norte, encosta abaixo. Após o abandono destas condutas, ou paralelamente, vários pavimentos, foram construídos e destruídos pelo uso da área para lareiras [onde foi encontrada uma carapaça de tartaruga ou cágado]. Os "restos de cozinha" encontrados associados a objectos como um caldeirão e uma colher de bronze, aparentemente descobertos nesta mesma área em escavações anteriores [...] reforçam a evidência estratigráfica: as camadas de cinza intervaladas com camadas de terra, especialmente bem visíveis no corte leste da vala, indicam o uso repetido da área e também o seu carácter temporário."[562] Mesmo após a leitura pormenorizada destes dados é complexa a interpretação, mas parece podermos estar perante um indício de "*squatterização*" em época tardia, ou pelo menos de um uso "repetido" mas "temporário" deste espaço que, relembre-se, seria exterior, uma área de passagem entre dois blocos distintos[563].

Do conjunto termal foi posto a descoberto parte da planta, sem que (mais uma vez) infelizmente pudesse ser obtida uma leitura geral, ficando por confirmar o que parece ser uma das mais originais plantas de balneários na área. "Bastante atrevida en la comunicación de los espacios"[564], do edifício é sobretudo conhecido o pavimento do *frigidarium*, com o notável mosaico representando a passagem de Ulisses diante das sereias que nos é descrita na *Odisseia* de Homero. O dado mais curioso, contudo, parece ser a coabitação no mesmo pavimento desta cena com outras representações que, embora frequentes em ambientes deste tipo, raramente aparecem em conjunto, ou seja, "parecem ter sido recolhidos de diversos cartões e reunidos aqui sem ordem ou coerência."[565] Curioso como em contexto residencial tão requintado e erudito a justaposição de várias cenas que não têm relação entre si assemelha-se a um *pastiche* cuja coerência não é discernível, ou pelo menos faltam-nos dados suficientes para entender este universo. Diga-se que o conjunto de materiais recolhidos neste conjunto termal é consentâneo com o ambiente geral da *villa*, com "fragmentos de vidrio plano, seguramiente pertenecientes a las ventanas del edificio, varios *acri crinales* de hueso, bronce y hierro, una *bulla* de oro, 13 figuras femeninas de hueso y un

559 Designado *ambulacrum* por Chaves, 1938: 86, com extensão preservada (mas não total) de 15,90m.
560 Canilho, 1986: 6.
561 Canilho, 1986: 7.
562 Canilho, 1986: 9.
563 Para uma descrição desta área e das realidades estratigráficas ver também Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 59.
564 Reis, 2004: 108, nº 58. A autora procedeu a uma análise exaustiva das plantas de Chaves (pp. 105-108), pelo que me abstenho de repetir informação.
565 RP 6/201. Ver também TIR J-29: 142.

ladrillo con la marca *VIBULUS* grabada a punta roma"[566], ou seja, uma diversidade e qualidade de registos verdadeiramente ímpar, a que se juntam, entre outras, a estátua representando possivelmente a figura de Inverno reclinado, a conhecida carranca de mármore, ou os frisos parietais também marmóreos[567]. Todavia, nenhum conjunto de materiais provenientes das várias escavações foi alguma vez publicado.

O requinte decorativo deste núcleo fica evidente, também, pela vultuosa quantidade de fragmentos de estuques pintados com policromia que nesta área foram recolhidos, com padrões "divididos em caixilhos quadrados lisos, ornados de florões e separados por largas faixas"[568]. Também na parte residencial se constatou que grande percentagem das paredes se encontrava revestida com pinturas murais.

Entre estes dois conjuntos estariam "terraços descobertos que desceriam o outeiro por degraus e que estariam decorados com plantas e alguns pequenos tanques".[569] A adequação do edificado ao relevo em encosta obrigou à criação de patamares intermédios (os "terraços" mencionados por Chaves), ladeados por jogos de água, que certamente forneceriam a este ambiente uma fortíssima carga cenográfica de enorme requinte e sumptuosidade. Poderíamos assim ter uma *villa* de terraços ou patamares, no que seria certamente uma das mais imaginativas soluções em ambientes rurais áulicos da *Lusitania*. As diversas plantas publicadas por Luís Chaves terão de ser revistas, mas em particular a nº 5[570] evidencia bem a complexidade estrutural do espaço edificado.

Terá também sido intervencionado, de forma muito parcial, um sector muito pequeno da *pars rustica*, mas infelizmente os dados são muito imprecisos, desconhecendo-se ainda o acervo instrumental enumerado por Luís Chaves[571].

Um dos elementos mais relevantes neste sítio reside na intensa utilização do mármore como elemento ostentatório. Em particular, sobressai a harmoniza da utilização conjunta desta matéria com os jogos e espaços de água, que assim sabiamente realçaria a pureza e brilho do mármore branco de Estremoz. Vários espaços de contenção de água se encontram forrados com "grandes chapas de mármore, onde se notava o desgaste da serra a toda a largura"[572]; nas paredes da sala do principal mosaico, placas e frisos forravam o espaço; são bem conhecidos os ornamentos marmóreos que foram utilizados, como as colunas caneladas e com motivos geométricos e as placas decorativas molduradas, com particular relevância para as figurações da flor de lótus, de óbvia influência oriental[573]. O rosto masculino que funcionou como carranca de fonte[574] é um exemplo bem conhecido deste universo decorativo e críptico, que só palidamente se entrevê: note-se, por exemplo, que muitas destas peças têm vestígios de pigmentação, o que lhes daria um aparato cromático distante da alvura do mármore branco original. Todavia, nem todos os espaços estavam assim guarnecidos; a sala B de Chaves "diferia em ter lajes de xisto em vez de mármore"[575], contrapondo o negro azulado dessa rocha. Como peça decorativa chegou até nós uma figuração, possivelmente do Inverno, que faria parte de um quadro mais amplo, temático e repleto de conteúdos, ressaltando da peça a utilização do mármore local com "má qualidade" no talhe e precisão escultórica[576].

566 Reis, 2004: 108, nº 58.
567 Matos, 1995: 35, 114, 120 e 122.
568 Chaves, 1938: 97.
569 Chaves, 1956: leg. Est. III. Ver descrição em Chaves, 1938: 87.
570 1938: 75, desdobrável Estampa III.
571 1938: 71-74, materiais enumerados em 74 e em 101-104.
572 Chaves, 1938: 98.
573 Matos, 1995: nº 122; ver também nº 120.
574 Matos, 1995: nº 114; Gonçalves, 2007: nº 233 (com bibliografia).
575 Chaves, 1938: 99.
576 Matos, 1995: nº 35; Gonçalves, 2007: nº 129 (com bibliografia).

Do local conhecem-se ainda um total de 3500 moedas, não se sabendo se com algum contexto de entesouramento ou em numerário isolado[577]. De qualquer modo, evidencia-se assim a plena inserção do sítio nas correntes de circulação monetária. A cultura material conhecida – praticamente apenas a recolhida na intervenção de 1997 – aponta para um ambiente de elevado requinte e capacidade aquisitiva: são várias as jóias e objectos de adorno então recolhidas, incluindo anéis em bronze, um brinco em ouro, alfinetes de cabelo e contas de colar (o que, tendo em conta os contextos intervencionados, é significativo)[578]. Outro elemento notável, até por se tratar de um tipo de elementos mal conhecidos na região, reside na recolha de um importante conjunto de baixela e vasos em bronze, que concedem uma pálida noção do conjunto que constituía o acervo do local. Neste conjunto destacam-se ainda os elementos relacionados com ambientes lúdicos[579] e um eventual instrumento musical[580].

Dentro deste ambiente áulico chama a atenção a recolha da única peça epigráfica do local, um bloco calcário com a inscrição "*Bono reip(ublicae) | natus*"[581], uma dedicatória muito característica dos conturbados tempos do século IV.

Um dos elementos mais interessantes trazido pela escavação de 1997 reside na recolha de diversos fragmentos de terra sigillata itálica, denunciando um contexto muito precoce de ocupação na área. Inclui-se um fragmento de Goudineau 7 (c. 30 a.C.), cuja cronologia obviamente não deverá ser lida à letra, mas que, conjugada com os dados da cerâmica de paredes finas, mostram como nos finais dos tempos augustanos, ou sob Tibério, se inicia uma vivência duradoura no local[582]. De acordo com os mesmos dados, a permanência no local verificou-se até inícios do século VI[583].

Em resumo, portanto, o que há ainda a acrescentar? Penso que, pelos dados apresentados, ficou claro como Santa Vitória do Ameixial é uma das *villae* do Alto Alentejo que apresenta mais elevados índices de requinte, quer na planta arquitectónica e repartição dos espaços, quer na própria cultura material. Uma *villa* de *otium* em que, pelo menos um dos proprietários, foi uma figura de alto prestígio e capacidade aquisitiva, capaz de materializar um sítio onde os conceitos da fruição rústica foram consubstanciados em ambiente extraordinariamente propício.

Outras referências: Chavarría Arnau, 2007: 270; Mourão, 2008: 80-90.

09.06. Monte da Coelha

CMP 411

Ponto de povoamento sondado pelas equipas que procederam às escavações no sítio de Silveirona, e só recentemente trazido à luz pela investigação sistemática da colecção depositada no MNA[584]. O universo de dúvidas que os trabalhos aqui realizados levantam não foram esclarecidos por completo, dadas as numerosas *zonas de sombra* que impendem sob o contexto das investigações, ficando por saber, por exemplo, que tipo de realidades arqueológicas foram identificadas.

---

577 Catálogo/Relatório do estudo numismático do tesouro de Santa Vitória do Ameixial. Milagro Sienes Hernando, Coimbra, 1996 [policopiado], constante do Processo Processo IGESPAR S-11238. A listagem contem sobretudo espécies maioritárias da segunda metade do séc. IV; praticamente não há exemplares anteriores, o que, dada a ausência de comentários, inviabiliza a leitura do seu contexto de recolha.

578 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 59. Os materiais recolhidos por Chaves são mencionados nas pp. 104-106, incluindo uma *bulla* de ouro, um relevante indicador de *status*.

579 Malhas e fichas de jogo, incluindo um tabuleiro. Uma das fichas apresenta um grafito representando um cavalo com arreios (Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 65). Chaves menciona uma ficha em marfim (1938: 108).

580 Possivelmente uma ocarina em cerâmica figurando uma cabeça de pássaro (Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 65).

581 Notícia em Chaves, 1938: 89-90; comentários em Lambrino, 1967: 206-207 e IRCP nº 441.

582 Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 61.

583 Hayes 81 recolhida na área de cozinha: Gomes, Macedo & Brazuna, 2001: 62.

584 Cunha, 2004; 2008. Sigo preferencialmente a edição policopiada da tese de mestrado onde se encontra maior informação documental.

O sítio apontado – onde hoje se encontra o edificado – tem as características de implantação propícias para uma *villa*, com ampla exposição solar, voltada a este e a sul, dispondo de bons solos e de duas linhas de água que a rodeiam (uma hoje represada, situação que também seria possível na época).

Aparentemente, as escavações decorreram em duas áreas funcionais: "Em Outubro do mesmo ano, Manuel Heleno mandou fazer uma sondagem no actual Monte da Coelha, perto de Silveirona (Anexo 1, fig. 5), onde "encontraram os alicerces duma grande casa de habitação" (Anexo 2, Cad. n.º 8) com pavimentos de mosaicos, a que ele chamou a "villa da Coelha""[585]. "Numa sondagem que mandei fazer em Outubro de 1934 encontraram os alicerces duma grande casa de habitação. Numa das divisões que se abria para o lado de SW havia um mosaico infelizmente já em grande parte destruído. Contudo, ainda foi possível observar alguns fragmentos. Um deles de tipo opus tecelatum era constituído por pedras brancas, pretas e vermelhas. O fundo branco era rodeado por uma cercadura de linhas pretas ornamentadas por uma espécie de SS [S invertido] em preto, amarelo e vermelho (Anexo 2, fig. 85). A casa em que se encontra este fragmento (e talvez haja mais pois não foi possível escavá-la toda) mede de comprimento 5 m e de larg. 4 m. A par desta divisão havia outra, ligada ainda a outras, o que mostra a importância da habitação. O cemitério visigótico fica-lhe a poente a 200 m de distância e o romano a Sul a 100 m de distância." (Anexo 2, Cad. n.º 8)"[586] Em face destes dados, o contexto poderia ser interpretado como a *pars urbana* de uma *villa*, embora a precariedade informativa não permita uma melhor leitura. De notar que o conjunto artefactual daqui proveniente, e inventariado por Mélanie Wolfram Cunha, é muito escasso e pouco representativo[587]. No entanto, os elementos arquitectónicos reaproveitados na necrópole visigótica concedem uma pálida imagem do que teria sido uma unidade de povoamento com elevada expressão arquitectónica e sumptuosidade[588].

Todavia, um outro tipo de contexto foi intervencionado: "Um dos artigos de *Brados de Alentejo* refere ter sido encontrado o "pavimento de um lagar com dois pisos, vendo-se em volta o desgaste do solo feito pelo circular dos escravos que procediam ao esmagamento do fruto" […] "Uma fotografia mostra uma parte deste mosaico (Anexo 2, fig. 85) e noutra é visível o pavimento de um possível lagar (Anexo 2, fig. 84)[589]. Naturalmente que a menção ao "lagar com dois pisos" é enigmática, parecendo mais provável tratar-se de uma divisão com dois níveis topográficos.

Desta forma, a segunda "sonda" terá incidido em algum edifício de carácter produtivo, possivelmente na *pars rustica* de uma *villa*, embora esta interpretação esteja condicionada pelos dados da necrópole, como em seguida se comentará.

---

585 Cunha, 2004: 10. As citações da autora referem-se ao Cadernos de Manuel Heleno depositados na instituição e reproduzidos em anexo.

586 Cunha, 2004: 19-20.

587 O que no fundo diz mais sobre as prioridades da escavação então realizada, e dos objectivos de recolha artefactual, do que sobre a cultura material da *villa*. Na ficha escrita em Fev. 2003, da autoria de Mélanie Cunha, registo de sítio "Herdade da Coelha", nº 2800 de depósito no MNA, temos os materiais então recolhidos e que deram entrada no museu lisboeta:
2003.32.1. - Um fundo púcaro
2003.32.2. - Um bordo de aba horizontal
2003.32.3. - Um fragmento de bordo
2003.32.4. - "
2003.32.5. - Um bico de ânfora

588 Anexos fotográficos em Cunha, 2004 e 2008.

589 Cunha, 2004: 10. Novamente faço notar que as referências em texto remetem para os anexos gráficos apresentados pela autora na dissertação original. A notícia de *Brados do Alentejo* acima mencionada é a seguinte: "Na mesma zona, numa pequena elevação cercada de pedras e tijolos soltos descobriu-se igualmente, uns metros abaixo do solo, o pavimento de um lagar de dois pisos, notando-se ainda no pavimento de argamassa de cimento o desgaste provocado pela vida que ali se viveu." (J. A. C., 07-01-1983, nº 80, 3ª série, p. 8).

09.07. Silveirona

CMP 411 / CNS 4916

Sítio recentemente resgatado do limbo graças a uma minuciosa análise integrada que foi conduzida por Mélanie Wolfram Cunha[590]. Analisando as peças depositadas no MNA, a documentação que repousava em fotografias e cadernos de campo esquecidos, e procedendo a uma cuidada integração crono-cultural dos diversos elementos em jogo, se conseguiu reconstituir o ambiente funerário das várias comunidades que ocuparam este espaço, sem embargo de permanecerem ainda numerosas *zonas de sombra* (resolúveis só com novas escavações, agora metodologicamente rigorosas), e que impedem uma compreensão global do que terá ocorrido em um dos mais promissores, e ignorados, sítios arqueológicos da área em análise – ou como a *vida secreta* dos sítios poderá, com a devida persistência e capacidade de trabalho, um dia devolver os seus conteúdos à comunidade científica.

Enumerem-se os dados existentes.

O local já surge referido em antigas notícias: "villa de Estremoz; em cujo termo habitarão os Árabes, como se mostra pelas Sepulturas, que delles se descobrem na Herdade da Coelha"[591].

A escavação decorreu entre Maio e Julho de 1934 no designado "cemitério romano-visigótico"[592] de Silveirona. A posterior análise do espólio e da documentação permitiu separar os conteúdos funerários em um ambiente imperial ("Silveirona I"[593]) e um tardo-antigo ("Silveirona II").

O primeiro universo apresenta severas dificuldades de leitura, dada a dificuldade de relacionar as sepulturas e os seus conjuntos funerários. Terão sido intervencionadas oitenta e seis inumações e incinerações[594], totalizando "pouco mais de cem peças de cerâmica (sobretudo cerâmica comum, alguma *terra sigillata* tardia, cerâmica fina), alguns vidros, peças metálicas (pontas de lança, pregos, cardas, e peças de caixões provavelmente) e moedas."[595]

Desde já se pode comentar que salta à evidência a grande expressão numérica do total de sepulturas, tratando-se de uma comunidade muito extensa, sendo o conjunto ainda mais significativo se tivermos em consideração que se trata de apenas um período de tumulação (de dois a três séculos, entre oito e dez gerações), ficando a necrópole alto-imperial provavelmente no referido "cimo da Varzinha da Coelha". Nota-se também a homogeneidade na arquitectura funerária[596] e nos elementos do mobiliário fúnebre, indicando uma marcada coerência ao longo das séries tumulares[597]. Mas estão genericamente ausentes os elementos de prestígio ou de opulência (mesmo na cerâmica de importação, com apenas quatro peças de *terra sigillata*), o que contrasta com o sucedido em Silveirona II, levantando-se a hipótese de esta ser apenas uma das necrópoles utilizadas durante este período. A este respeito, note-se que os proprietários do local – presumivelmente a *villa* em Herdade da Coelha – seriam indivíduos de grande relevância

590 2004, 2008; leitura geral em 2007.

591 Fonseca, 2003: 149; repetido em 193.

592 Cunha, 2008: 27.

593 Note-se a possível existência de um espaço sepulcral anterior, a julgar pelo caderno de campo nº 1 de Heleno: "Na Herdade da Silveirona, alem do Curralinho da Mina aonde estava o cemitério lusitano-romano há outro local ao cimo da Varzinha da Coelha aonde Bernardino Rebola encontrou há anos um cemitério de incineração com tigelas cobertas com tijolos cheias de cinzas e pucarinhos com ossos queimados colocados em fossas circulares abertos propositadamente. Este local e o Curralinho ficam próximos de restos de construções chamados Alto da Mina." (reproduzido em Cunha, 2008: 37).

594 "Três casos prováveis e dois incertos" (Cunha, 2008: 55) de incinerações, sendo os restantes inumações, apesar de em algumas sepulturas não se terem encontrado vestígios osteológicos – o que, dadas as condições operacionais da intervenção, recorrendo a pessoal não especializado, não será de todo surpreendente. De registar que o cálculo foi obtido decifrando o peculiar sistema de registo de Heleno, o que permitiu ultrapassar a ausência de um caderno de campo, entretanto desaparecido (Cunha, 2008: 50).

595 Cunha, 2008: 50; comentários ao espólio e descrição individual em p. 55-68 e 129-171.

596 Quatro tipologias, mas semelhantes entre si: Cunha, 2008: 52-53.

597 Individualizados cinco tipos de conjuntos (Cunha, 2008: 56-57). Note-se o reduzido número de oferendas por sepultura, não ultrapassando as cinco ocorrências, perfeitamente normal em época baixo-imperial.

social, com um "total grau de romanização"[598], conforme ficou documentado no conjunto epigráfico recolhido neste local. Deste modo, parece perfeitamente possível que o seu espaço funerário ainda não esteja identificado, e que na necrópole I estejamos perante o espaço sepulcral de *rustici* vinculados às actividades rurais da *villa*, estando o ponto de enterramento dos *domini* em outro local (seguramente o local de proveniência das epígrafes e dos frisos marmóreos reaproveitados em Silveirona II). Deve ser relembrado que o estudo não apresenta os conjuntos metálicos, havendo "sete sepulturas [que] continham uma "arma"[599] que devem ser entendidas, não no contexto guerreiro em sentido estrito, mas "identificando o defunto nas suas actividades de caça ou mesmo como ferramenta de trabalho"[600].

Esta área sepulcral terá funcionado entre meados (ou finais) do século II e até ao século V, altura em que se processaria a transferência, o "deslizamento" no dizer da autora[601], para a necrópole II, embora algumas sepulturas pareçam funcionar como "pontes de transferência" por cruzarem dados dos dois espaços, indicando assim uma continuidade ininterrupta da presença humana no local[602].

Quanto a Silveirona II, foram descobertas trinta e cinco sepulturas identificáveis como tal, havendo aqui uma planta de conjunto desenhada por Francisco Valença[603]. Todavia, não deve ser esquecida a nota de Heleno, a propósito do panorama com que se deparou antes de iniciar a escavação: "Infelizmente o cemitério estava já metade destruído, *remexido*, sem nexo e ordem e só na metade seguinte se poderia fazer escavação sistemática. Apareceram mais de 50 sepulturas, infelizmente nada se pode dizer sobre a forma."[604] Se considerarmos que "Nas sepulturas havia por vezes 5 crânios, tudo foi destruído"[605], estaríamos então perante um recinto funerário que albergou uma população ainda mais elevada do que na necrópole baixo-imperial (que, como já foi notado, teria um registo de ocorrências excepcional para o panorama funerário conhecido). Este dado é de extrema importância, pois o complexo epigráfico aqui revelado apresenta um lapso de tempo muito curto (513-544) de apenas uma geração[606], o que nos indica que este espaço foi portanto tumulado por uma comunidade extremamente numerosa e (também a julgar pela epigrafia), de elevado estatuto social.

A diversidade na arquitectura funerária já é aqui um elemento distintivo (ao contrário do ocorrido na necrópole I), com sepulturas simplesmente abertas no solo, com muros de tijolos, ou de alvenaria composta, com lajes de cutelo, em sarcófagos ou ainda em tipologias mais raras, em total de dez tipos diferentes[607], com cobertura por lajes ou por epígrafes.

Do ponto de vista da implantação, o dado mais interessante consiste na escolha de instalação do espaço funerário em ambientes anteriormente utilizados. O grau de percepção do contexto anterior não foi inteiramente conseguido, pela opção de se privilegiar a escavação das sepulturas, em lugar de uma intervenção em área, mas a análise de alguns materiais soltos e de algumas das estruturas desenhadas por Francisco Valença parece levar a crer na sobreposição a um sector da *pars rustica* (armazéns?) da *villa*: pesos de tear, elementos metálicos (pregos, chocalhos, entre outros), fragmentos de *dolia* e de ânforas, alem de outra cerâmica. Desta forma, "são muito provavelmente os núcleos [os

598 Cunha, 2008: 87.
599 Cunha, 2008: 60.
600 Cunha, 2008: 61, com referências.
601 Cunha, 2008: 102.
602 Cunha, 2008: 68.
603 Cunha, 2008: fig. 9.
604 Heleno, Caderno de campo nº 1, reproduzido em Cunha, 2004: 123. A autora estima em "no mínimo, oitenta e cinco sepulturas" as pertencentes a este conjunto.
605 Idem, ibidem. A autora realizou um dedicado estudo dos números mínimos de indivíduos na necrópole conservada, estimando em "pelo menos sessenta e três" o número de sepultados (Cunha, 2008: 74).
606 Cunha, 2008: 87.
607 Cunha, 2008: 72-73.

alicerces] que atraíam as sepulturas"[608], ou seja, a escolha dos locais de enterramentos ter-se-á orientado pela existência de testemunhos materiais de uma vivência anterior, criando uma nova centralidade (agora de âmbito funerário). Este espaço pré-existente, ainda não devidamente conhecido, terá sido abandonado em momento indeterminado (inícios ou meados do século IV) até ser reocupado, em função funerária, a partir dos finais do século IV, a julgar pela datação do marco miliário (317 d.C.) e de moedas de Constantino. A orgânica estrutural parece centrar-se em torno de um espaço quase quadrangular, de grossos alicerces e de função indeterminada (a "Estrutura A"), no interior da qual foi encontrado em contexto secundário o referido marco miliário e, imediatamente na parede exterior, a lápide de *Sabinus vir honestus* e os dois sarcófagos (ou seja, as principais sepulturas existentes na necrópole). Para esta estrutura não é possível realizar uma atribuição que confirme a proposta de "templo ou túmulo" feita por Heleno[609], mas a recolha de colunas indica que este era um espaço monumentalizado e que, eventualmente, funcionou como pólo agregador deste espaço funerário. A dispersão de sepulturas privilegiadas em seu torno parece indicar tratar-se de um *martyrium* ou de um mausoléu, eventualmente na continuação de um anterior espaço funerário pagão, embora a sua proximidade à eventual *pars rustica* não abone a favor desta hipótese. A não ser que, como foi devidamente salientado por Mélanie Wolfram Cunha, todo o conjunto estrutural seja uno e pertença a uma grande basílica rural, como os variados e monumentais elementos arquitectónicos parecem permitir supor, explicando-se assim a grande densidade demográfica da necrópole[610]. Neste caso, seria necessário supor a transformação de uma grande unidade senhorial para um pólo agregador de diversas comunidades em volta, assumindo uma função de *locus sacer* de relevância supra-local que atraiu gentes que se desejavam tumular próximo de um marco simbólico de grande relevância.

O espólio funerário é escasso, como habitualmente sucede em necrópoles do século VI. As cerâmicas resumem-se a bilhas e uma urna; os objectos de adorno são mais numerosos e variados, com brincos, um par de argolas e dois anéis, alem de fivelas de cinturão, e de uma placa com decoração zoomórfica[611].

As características intrínsecas do espólio e do ambiente funerário levam a que se proponha "uma cultura material com influências germânicas mais do que de uma cultura material visigótica propriamente dita"[612], na sequência portanto de um ambiente formal e vivencial que evolui a partir de uma "herança romana, todavia nota-se uma presença ténue de influências materiais germânicas"[613]. Deste ponto de vista, a cultura material apenas apresenta evidências cristãs no relevante conjunto epigráfico aqui recolhido e na taça com decoração cristológica cujo contexto de recolha não foi (infelizmente) definido[614], estando ausente na maioria dos conjuntos.

As epígrafes merecem um comentário específico. Por um lado, a plena utilização do mármore demonstra como as actividades de extracção se mantinham, acrescidas do saber-fazer que a decoração vegetalista e o domínio dos protótipos formais evidenciam por parte dos canteiros e gravadores, mesmo que com evoluções distintivas face aos cânones clássicos[615]. Outra chamada de atenção para a presença de *Sabinus*, denominado de *vir honestus*, uma designação que aponta para alguém de uma condição social privilegiada, e que conservaria um papel muito relevante na organização da comunidade, sendo a localização da sua sepultura um elemento de reforço a esta leitura. Outras onomásticas aqui

608 Cunha, 2008: 81.
609 Cunha, 2008: 70.
610 Cunha, 2008: 102.
611 Cunha, 2008: 79-80 e catálogo em 172-189.
612 Cunha, 2008: 80.
613 Cunha, 2007: 461.
614 Taça nº 103 com grafito representando uma iconografia de folha de louro e peixe em Cunha, 2008: 162. Peça muito relevante pois aparentemente trata-se de um fabrico em cerâmica comum imitando os protótipos da taça Hayes 44.
615 Conforme sublinhado em Cunha, 2008: 92.

recenseadas – *Veranianus*, *Savinianus* – demonstram "a nova antropologia derivada do Cristianismo"[616], muito distante do *tria nomina* latino. E por aqui também entrevemos distinções sociais muito marcadas, visíveis desde logo na desigual repartição das sepulturas face ao *centro de poder* que parece ser a Estrutura A. Nesse aspecto, a progressiva complexidade do invólucro sepulcral que testemunhamos na passagem de Silveirona I para Silveirona II, com alguns elementos intermédios, parece mostrar como de uma relativa homogeneização na morte se passa, em momento plenamente cristão, para uma individualização do aparato funerário, em aparente contracorrente com o movimento de nivelação social que geralmente associamos ao cristianismo. Quero com isto dizer, usando as palavras da autora, que "Observando por um lado o conjunto funerário de Silveirona I e por outro Silveirona II, aparecem claramente diferenças a nível material que são o reflexo de uma mudança. Silveirona I, pelo menos a primeira fase, com as suas sepulturas simples, em geral sem revestimento lateral e com coberturas de lajes de xisto, contrasta com as sepulturas de diversos materiais e tipos de construção de Silveirona II."[617] É certo que podemos estar a comparar comunidades diametralmente opostas: os *rustici* no sítio I, os *potentiores* em II. Mas deve ser realçado que, aparentemente, temos o exponenciar das assimetrias dentro da mesma comunidade, caminhando a par com o desejo de individualização na morte, ou desta entendida como o prolongamento das posições sociais mantidas em vida.

Outras referências: RP 6/202; TIR J-29: 148; Almeida, 1962: 209-210; Alarcão, 1978: 103-108.

09.08. Monte do Topete

CMP 411

Menção feita em caderno de campo referente às escavações de Silveirona:

"Cemitério do Topete

Fica junto ao monte do mesmo nome, junto da cocheira nova.

Eduardo José Serra, há cerca de dez anos, abriu duas sepulturas, encontrando numa um punhal e caveiras. Na outra só ossos."[618]

Como fica explícito, não é segura a sua cronologia romana, mas é sugestiva a menção a um "punhal", dada a grande quantidade de armas encontradas em Silveirona.

09.09. Espírito Santo

CMP 411

Na saída do conjunto do Monte da Granja para a Sotileira, no lado direito da estrada, em ligeira elevação que se destaca na paisagem suave, virado a norte e sul, desfrutando de amplo panorama. Um sítio romano (na encosta a oeste), junto a um medieval (mais para o topo), com imbrices e tegulas, *dolia*, um peso de tear e várias asas de cerâmica comum. Um bordo de Almagro 51c e bojos de ânfora importadas da *Baetica* devem ser destacados. Alguns taludes podem indicar construções. Área com cerca de 2000 a 3000m^2. Aparentemente, um casal agrícola com alguma expressão no espaço.

Referência: Inédito.

09.10. Granja

CMP 411

Reproduzo a informação constante de relatório, visto que nos trabalhos de campo o local não foi relocalizado: "Planalto suave com elementos pétreos (calcário), fragmentos de cerâmica de construção (telha, tijolo), de cerâmica comum (bordos, asas e fundos), dispersos numa área de 80 m2. Não foi identificada cerâmica manual à superfície. A cerâmica comum identificada apresenta pastas castanhas alaranjadas, com desengordurantes

616 Cunha, 2008: 95.

617 Cunha, 2008: 100.

618 Cunha, 2004: 150 em Caderno de Campo nº 5.

pequenos, sem vestígios de combustão e muito rolados. Os fundos são planos, os bordos apresentam-se ligeiramente exvertidos e as asas apresentam uma forma em 'fita'. De salientar ainda que nas imediações foram localizados vários morouços de pedras que poderão ter vindo deste sítio arqueológico." Ao local foi em PDM atribuída a classificação de *villa*, nada concordante com a descrição do estudo de impacto ambiental nem com os vestígios que eu próprio observei.

Referência: PDM Estremoz; Processo IGESPAR 2006/1(141)

09.11. S. Bento de Ana Loura

CMP 412 / CNS 32275

Os vestígios encontram-se em plataforma sobranceira ao curso de água, voltado a este, dominando parte do curso da ribeira de Ana Loura, mas sem no entanto desfrutar de grande domínio visual. A área de dispersão de vestígios tem um hectare, notando-se no terreno duas plataformas que certamente serão artificiais, mesmo junto à antiga igreja que foi sede de freguesia.

Em grande moroiço encontram-se vários elementos arquitectónicos de granito, como dois tambores de coluna muito fragmentados[619].

No terreno, em extensa mancha, são visíveis fragmentos de tegulas, lateres e imbrices (alguns com excesso de cozedura), além de dois pesos de tear e fragmentos de *dolium*, blocos pequenos de *opus signinum* e escassa cerâmica comum.

No curso de água mais pequeno há uma possível barragem, aproveitando o afloramento, reforçado com blocos de quartzo unidos com terra húmida. Outra estrutura hidráulica poderia ter existido: "Também na freguesia de São Bento de Ana Loura, deste concelho, há muitos outros vestígios [...] há, próximo da sede de freguesia, restos visíveis das ruínas de um tanque, que se fosse posto a descoberto nos daria demonstrações claras de uma piscina. Muito recentemente encontraram-se por aqui também algumas sepulturas quando se procedia a trabalhos agrícolas."[620]

Todos os indicadores apontam para uma *villa* de alguma dimensão e relevância.

Outras referências: Processo IGESPAR 2002/1(502).

09.12. Monte da Marinela

CMP 412

Referência muito antiga, de Henriques da Silveira. Eventualmente duplica o sítio anterior, pois as propriedades são contíguas. Reproduzo a citação: "A Parrochia de S. Domingos de Annaloura [...] está a Herdade da Marinella [...] Nesta Herdade se descobrem muitas Ruinas de povoação antigua, sepulturas, e Medalhas do tempo dos Romanos."[621]

09.13. Reguengo (S. Domingos de Ana Loura)

CMP 412 / CNS 18570

É localmente bem conhecida, e identificada de há muito, a existência de um sítio romano de grandes dimensões junto ao Monte do Reguengo, pequena construção que se encontra próximo da isolada igreja de S. Domingos de Ana Loura. Curiosamente, sobre os vestígios arqueológicos aqui existentes também existem notícias muito antigas, que entretanto caíram no esquecimento: "Duzentos passos ao Sul da Parochial Igreja de Sam Domingos d' Anna Loira, demora o Oiteiro do Castello, no vertice do qual se fez huma escavação em o mez d' Agosto de 1798 por ordem e curiosidade de João Vasco e Manoel de Braun Governador da Praça d' Estremoz, com a qual se principiou logo a descubrir a sinco palmos de profundidade, hum edificio d' abobeda com seu terrasso superior, ladrilhado este, e formada aquella com pequenos tijollos em figura Rhomboide. Debaixo do mesmo terrasso, se acharão alguns ossos carcomidos, que parecião de Carneiro, e huma

619 Um deles, o mais bem conservado, apresenta um diâmetro de 32cm.

620 Crespo, 1950: 9.

621 Fonseca, 2003: 197.

Bilha, ou Urna de barro branco, que por materialidade dos excavantes, se lhe não poude haver mais, q huma aza, e diferentes pedaços.

Com estes indubitaveis Vestigios, fez o dito Governador parar a escavação, bastante a poder com toda a identidade representar ao competente Tribunal esta descuberta, na referida terra, de que he Senhorio Dom Francisco d' Almeyda.

Na falda do mesmo Oiteiro do Castello, pelo Rumo do N. E. junto, e exterior ao vallado d' Assenha das Ferrarias, se acharão tambem duas campas de pedra muito clara e pollida, tendo em pé, e à cabeceira hum pedestal d' Oleos, com a inscripção vista, cuja pedra fez guardar o dito Governador no seu Quartel d' Estremoz."[622] Na ocasião foi recolhida uma epígrafe funerária[623], cuja transcrição o códice também apresenta.

A implantação é típica de uma *villa*: próxima do leito da ribeira, voltada a sul e este, desfrutando de boa visibilidade, com bons solos agrícolas nas imediações.

As notícias são variadas, embora sempre publicadas em âmbito local:

"[...] Não têm sido raras as escavações que põem à mostra moedas de oiro e de cobre, os mais variados objectos de cerâmica e mosaicos de alto valôr e objectos arqueológicos preciosos que têm ido fazer parte do recheio dos nossos museus; há bem pouco tempo em S. Domingos, muito perto daqui, nos foi dado observar uns tejolos de formas particulares e desusadas que em grande quantidade apareceram numa propriedade, em que havia debaixo duma vinha, uma grande abóbada que foi soterrada e perto da qual há vestígios nitidos duma construção circular; inúmeras pedras de granito com aparelhagem já estragada, mostram indícios de ter havido ali uma povoação antiga. É pena até que uma das pedras - a única encontrada com uma legenda - esteja tão corroída e deteriorada que não se possa ler. [...]"[624]

"[...] pedras trabalhadas de mármore, tejolos oblongos, tubos para canalização de barro, etc. [...] Da estrada ao sítio, numa extensa e fértil várzea, com um ribeiro à ilharga, limitando-a por terras visinhas, logo à simples vista, apresentava-se-nos uma cova, assim como que um cano que saísse de um tanque (ou balneário?) soterrado a pequena distância. Mas as enxadas arrancavam as lapas e identificavam prestes o molde de uma sepultura de pessoa de grande estatura, já feita terra de óptimos humus, pó e nada. Na varzea, retiravam-se dessa cova macabra, ossos de femures humanos, grossos e quebrados que deviam ter pertencido a homem ossudo e forte. Craneo? Só apareceu um noutra cova dentre muitas que naquela várzea constituiam certamente aglomerado de jazidas de romanos [...] O dr. Assis guardara um pedaço de tejolo de cimalha e um trôço de cano cilindrico de tejolo vermelho e bem cosido - com luz de 0,10 [...]."[625]

No terreno as informações foram confirmadas pelo proprietário, que gentilmente prestou esclarecimentos adicionais. Assim, confirma-se que o sítio tem características de uma *villa*, mas também existem indicadores da existência de uma necrópole: aqui foram encontradas sepulturas com bilhas e cobertas com lajes, e segundo menção do próprio, algumas epígrafes foram em tempos enviadas para o bispo de Évora e entretanto perdidas (o que confirma a referência do fundo documental de Frei Manuel do Cenáculo). Próximo do campo de futebol, mas ainda na propriedade, foi encontrada uma sepultura, com cerca de 160cm, forrada com tijolos, contendo um esqueleto pequeno, e no interior, unguentário em vidro e uma taça, ou copo, com duas asas.

---

622 Museu Sisenando Cenáculo Pacense, Cod. CXXIX 1-13 P.XXXI (1 fl+1b), Biblioteca Pública de Évora. Também o volume de Correspondência recebida nº II, p. 110 (nº 1525) de 18. Julho 1804 apresenta uma epístola remetida por Filippe Eduardo de Mila (Estremoz) onde se lê: "Exmº e Ilmº Snr. Tenho satisfação depor na prezença de VExª a inscripção deque VExª me fez a honrra de encarregarme na Quinta de Valverde. Remeto tambem a V. Exª dois tijolos dos quais se compoe o terrasso da abobada que menssiona a naração da excavassão; destes ha mtos disperços pelo oiteiro. [...]
O Paroco de S. Domingos de Annaloura".

623 IRCP nº 464.

624 L. F., *Brados do Alentejo* de 24-4-1932, nº 65, p. 1. Curiosamente, o título do artigo é o seguinte: "Fundição de canhões. Seria em S. Domingos de Ana Loura?

625 M. C. [Marques Crespo], *Brados do Alentejo* de 03-02-1946, nº 764, p. 7.

Na *villa*, os elementos são numerosos, aos quais há a acrescentar a recolha de capiteis e colunas em mármore, pedaços de *opus signinum* e de canalizações, além de moedas e pelo menos uma fíbula, materiais que estarão guardados em colecção particular.

As casas do monte sobrepõem-se em parte às estruturas antigas, observando-se ainda lajeados e canalizações que parecem ser muito anteriores. Quanto ao sítio, são evidentes as valas que o atravessam, resultado de explorações arqueológicas iniciadas nos anos oitenta mas nunca terminadas, alegadamente porque o responsável abandonou os trabalhos a meio. Por aqui encontram-se topos e paredes de muros, para além de abundante cerâmica de construção, estando os perfis das valas a desmoronar-se. Junto à ribeira, as informações apontam para a existência de uma estrutura que, pela descrição, seria em *opus signinum*.

Na margem oposta, no Monte das Ferrarias teria existido uma forja, sendo abundantes as escórias que por aí se encontravam. De facto, no terreno, a superfície do solo apresenta uma coloração enegrecida. No topo da elevação, cónica e conhecida pelo já referido microtopónimo de "Outeiro do Castelo", está um provável fortim romano de época republicana.

Outras referências: RP 6/206.

09.14. Senhora da Conceição

CMP 425

Local onde se indicam "cerâmicas romanas e medievais" supostamente pertencentes a uma provável "necrópole [que] deverá ter coexistido no mesmo espaço" com uma anta e com a capela homónima[626]. Na visita ao local confirmou-se que existe uma densa mistura de materiais de diversas épocas, não sendo possível definir um núcleo central, ou uma tipologia, para um sítio com excelente amplitude visual para sul e oeste.

09.15. Fonte do Imperador

CMP 425 / CNS 31490

Ponto de povoamento recentemente identificado. Dadas as particularidades do trabalho – um estudo de impacto ambiental[627] prevendo a minimização de impacto causada pela rectificação de um nó viário – não foi efectuada uma completa caracterização do sítio, que se prevê de "valor patrimonial elevado." Apenas foram realizadas sondagens em zona muito marginal da mancha de vestígios, e em área anteriormente afectada pela construção da E.N. nº 4, tendo sido recolhidas moedas romanas, mas sem contexto arqueológico. O sítio implanta-se em pequena elevação que domina o traçado da via XII. É complexo propor uma interpretação, pois não existem indicadores de monumentalidade que corroborem a ampla mancha de vestígios de superfície, com cerca de meio hectare, podendo tratar-se de um casal agrícola ou de um ponto relacionado com a via (uma *mansio*?).

09.16. Senhora dos Mártires

CMP 425/426 / CNS 5680

Sítio muito complexo, que exige uma ampla sistematização da informação. Deve ser entendido em contexto mais amplo, abrangendo elementos que lhe estão próximos, como o Tanque dos Mouros e os antigos vestígios da área de Santo António.

Comecemos por aqui. Em torno ao antigo convento, em área hoje perfurada por pedreiras de extracção de mármore, existiu um manancial de água que "procedia de duas fontes, uma das quais próximo da Cerca de Santo António, bem como um riacho que as alimentava, sendo essas origens de água que corriam em caudal para o grande tanque, e

626 Oliveira, Sarantopoulos & Ballesteros, 1997: 31-33.

627 Rectificação da intersecção da EN4 com o acesso ao lugar da Fonte do Imperador nas proximidades de Estremoz, *Archeoestudos* (Responsável científico Tânia Falcão), Alter do Chão, Julho 2009, Proc. IPA 2009/1(479), Processo de sítio S-31490. A Heloísa Santos e a Tânia Falcão agradeço a informação prestada e o acesso ao documento.

foram obstruídas por um terramoto em 1531.[628]" Aparentemente aqui existiria uma fonte, de mergulho, bastante ampla, e que até meados do século XX era usada como lavadouro público. Dela partiam canais em direcção do "grande tanque", a estrutura localmente designada como Tanque dos Mouros, com abastecimento reforçado por outro caudal proveniente de "um riacho que nascia na barreira do baluarte de Santa Bárbara"[629], também desviado pelo mesmo terramoto. Eventualmente por aqui estaria o aqueduto referido por Henriques da Silveira[630].

O grande complexo hidráulico de Tanque dos Mouros, infelizmente amputado pela E.N. nº 4, é uma das mais monumentais estruturas de contenção de água do território português. Foi descrito por diversos autores[631], sendo evidente a sua vocação de tipo industrial, certamente relacionado, não com fins agrícolas, mas com o armazenamento de água indispensável à extracção e trabalho do mármore que aflora nas imediações. Os sistemas de conduta de água que daqui partem ainda hoje são observáveis nas fotografias aéreas, ajudando a compartimentar o regime de propriedade em torno do local. Desta forma, o tanque era um espaço de captação, armazenamento e condução para novos pontos, como aliás fica expresso pelos arcos e orifícios do canto sudoeste, onde terão funcionado máquinas de elevação de água, que assim permitiriam a redistribuição para os pontos de consumo testemunhados pelos canais.

A enorme dispersão de restos de talhe de mármore que se encontram por todas estas extensões podem ser um indicador do tipo de actividade económica que aqui se processou. Perceber o próprio sítio, contudo, é tarefa mais complexa, exigindo prospecções sistemáticas na área.

Os vestígios estendem-se por vários hectares. Para sul, até à "Quinta de Santo Antão, vulgarmente chamada Quinta da Berlica. Situada na estrada vicinal da Glória [...]. No seu subsolo tem-se feito abundante colheita, através dos tempos, de objectos arqueológicos: um marco miliário de caracteres latinos, cerâmica, vidraria e moedas de ouro e cobre, de cunhagem romana."[632] No extremo oposto, os indicadores rodeiam o próprio Tanque dos Mouros, seja ainda hoje pela numerosa cerâmica de construção e blocos pétreos que se encontram à superfície, seja pelas notícias antigas que mencionam descobertas de sepulturas[633]. Para oeste é difícil perceber a extensão, devido à construção da E.N. nº 4 e de loteamentos recentes na área, mas para poente acompanha o núcleo urbano até à saída para a Glória. No total podemos estimar em quatro ou cinco hectares a mancha de dispersão de vestígios, mesmo considerando os remeximentos derivados de construções e a intensa prática agrícola.

O epicentro, contudo, parece ser em torno do monumento gótico de N. Sr.ª dos Mártires. Já notícias antigas advogam este facto: "Neste Século se tem descobrido na vizinhança desta Igreja muitas medalhas Romanas, muitas sepulturas, que são claros indicios, de que não longe esteve alguma grande povoação Romana. Todas estas sepulturas paresem Gentilicas, e tinhão à cabeseira huma Almotolia de Barro, com hum prego dentro; [...]."[634] A descoberta de sepulturas em torno da igreja é um padrão recorrente nas várias notícias existentes: "Em volta da igreja dos Mártires - freguesia de Santa Maria - têm-se

628 Crespo, 1950: 8.

629 Espanca, 1975: 92.

630 "Das fontes vizinhas se emcaminhava a sua ágoa para este lago, e ainda hoje se descobrem alguns vestigios do aqueducto. Eu vendo que as Fontes vizinhas são pobres de ágoa, me persuado que as nacentes se attenuarão com os Terremotos, e particularmente com o de 7 de Janeiro de 1531 [...]." (Fonseca, 2003: 180).

631 Espanca, 1975: 92, que o atribui ao século XIV; Crespo, 1950: 6-8; sobretudo Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1986: 135-138 e fotog. 102 a 107.

632 Espanca, 1975: 111.

633 "[...] muitas sepulturas, e das Medalhas Romanas, que frequentemente se vão descobrindo nos campos vizinhos do dito lago." (referindo-se ao tanque, "hum antiquissimo Lago, quadrado, que tem duzentos e vinte e sinco palmos por lado, vinte de altura, e dez de largura das paredes sustentadas por Gigantes tanto da parte do Sul, como da do Occidente e junto delle se estão vendo os arranques das Abobedas das Cazas, em que se recolhião as pessoas que nelle tomavão Banhos." Para ambas as passagens, Fonseca, 2003: 180).

634 Fonseca, 2003: 180.

encontrado muitas provas de que ficaram alguns romanos aí sepultados: pelas caracteristicas das suas sepulturas, pelos vestígios de ruínas de casas de habitação, ou mesmo parcelas de arruamentos de edifícios de grande antiguidade. [...] Essas ruínas mostram ter ali existido qualquer «vila agrícola romana». Muitos alicerces das suas construções se encontram na Quinta da Berlica, e também ali se têm encontrado moedas romanas em grande quantidade. É mais de crer, porém, que sejam restos de uma aldeia a que chamavam, e ainda hoje lhe chamam, Aldeia dos Mártires."[635] Ou ainda: "Últimamente encontraram-se ainda naquele mesmo sítio, umas sepulturas romanas tendo uma delas uma campa com letreiro ilegível por apagado em parte. [...]. Outra campa achada denota ter sido serrada de um bloco, conhecendo-se esse corte nessa pedra feito por serração. De dentro dessa sepultura tiraram - no dizer de uma testemunha ocular - uma espécie de garrafa de barro, uma tigela e uma garrafa de vidro a desfazer-se de «podre» e que teria a capacidade de uma garrafa vulgar. Seria este um lacrimatório que era de uso os parentes do defunto e as carpideiras encherem de lágrimas, que derramavam como justificação do seu carpir e sepultavam como último preito junto das cinzas do falecido?"[636] E finalmente: "Durante as vultuosas obras de 1732 e 1744, nos terrenos envolventes, descobriram-se dois túmulos romanos, de mármore, anepígrafos e objectos de adorno, da mesma civilização."[637]

Todavia, as várias valências do local não se esgotam na dimensão funerária. Do sítio conhece-se uma epígrafe de especial relevância, dado o facto de ser o único documento do culto à Deusa Cíbele, a *Magna Mater* propiciadora de prosperidade, que foi encontrado nesta região: M(*atri*) D(*eum*) S(*acrum*) // I(*ulius*) MAXIMI/ANVS A(*nimo*) L(*ibens*) P(*osuit*) / PRO H(*uius*) M(*onumenti*) N(*umini*) E(*rectionem*) / PECVLIVM[638]. Trata-se de um raro testemunho de um acto ervegético, visto que o dedicante – *Iulius Maximianus*, certamente um liberto com invejável poder financeiro – erigiu o monumento às suas custas, embora a interpretação do conteúdo epigráfico apresente algumas dúvidas. Possivelmente também pertencente a este monumento, conhece-se uma peça escultórica algo bizarra e exótica, figurando um símio. Sabendo-se que nas imediações transitava o itinerário da via XII, seria possível que o testemunho público da invocação à *Magna Mater* se destinasse a estar colocado junto do itinerário, até para maior ostentação do nome do ofertante.

Finalmente, as evidências de um ponto de povoamento. Enquanto a bibliografia tem valorizado mais os achados fortuitos de sepulturas, sempre mais espectaculares para os leigos, os indicadores de terreno são numerosos e remetem para um local ocupado. Numerosa cerâmica de construção é visível à superfície, com variadas tipologias e em geral de fabrico cuidado; escasseiam outros elementos, ou encontram-se misturados com as cerâmicas resultantes da contínua ocupação do local. Encontram-se os já referidos canais de rega, e também os blocos de mármores talhados e informes que já foram mencionados.

Pela implantação, pelos indicadores e pela relação com a rede viária, o sítio parece de dimensões superiores a uma *villa*, estando também ausentes os elementos de monumentalidade. A hipótese de um *vicus marmorarius*, de um povoado dedicado à laboração e exportação do mármore, pode ser considerada, ou então a existência de um sítio de grandes dimensões em íntima relação com a via.

Outras referências: RP 6/208; Processo IGESPAR S-00989

09.17. São Marcos

CMP 425

Bifurcação viária sinalizada por uma pequena ermida onde até recentemente existia a tradição de, no adro, se proceder a uma bênção de gado. A capela encontra-se sobre um sítio romano, de assinaláveis dimensões (cerca de meio hectare), com numerosa cerâmica de construção (imbrices, tegulas e uma tijoleira intacta, depositada sob uma oliveira) e

635 Crespo, 1950: 5.
636 Crespo, 1950: 6.
637 Espanca, 1975: 90.
638 IRCP nº 440; Carneiro, 2009-2010: XXII; notícia da descoberta em Almeida e Ferreira, 1967: 47.

fragmentos de grandes contentores. As casas dispersas pelo local, e a repartição da propriedade, não permitiram analisar da forma mais conveniente todos os indicadores do local, nem a realização de uma prospecção mais intensiva que permitisse identificar mais elementos. Dada a relação com a via, poderemos ter uma *mansio* no sopé da dominadora elevação de Evoramonte.

Referência: Inédito.

09.18. Casas do Canal

CMP 425 / CNS 8514

Notícias dispersas: "O que há de antiguidade conhecida, é terem aparecido, no Canal, restos romanos: aureos, argenteos, argolas de ouro (pulseiras), e instrumentos de ferro (ferramental)"[639]; "Por outro lado na freguesia do Canal, sempre na propriedade da Fundação Bragança foi-nos mostrada uma sepultura rectangular, feita com blocos de mármore bem talhados e que é muito provavelmente também de época romana. À sua volta, encontramos em total estado de abandono, alguns fragmentos de mármore e até cerâmica. Pensamos que talvez não se tratar de uma sepultura isolada mas de uma verdadeira necrópole."[640] Mais tarde foi aqui recenseada uma sepultura[641].

09.19. Monte da Igrejinha

CMP 426

Notícia apenas referida por Túlio Espanca[642]:

"Ermida de N. Sr.ª da Assunção

Situada na antiga quinta de recheio [sic] dos frades congregados de S. Filipe Néri, de Estremoz, foi construída no ponto mais elevado do cabeço em cujo sopé se anichou a aldeia do Espinheiro e em sítio onde, através dos tempos se têem assinalado vestígios relativamente importantes de casario antigo, talvez do domínio romano, como alicerces de um balneário, sepulturas, fragmentos de colunas de mármore, cerâmica e outros elementos arqueológicos. No lugar nasce a ribeira de Ana Loura." No terreno encontraram-se apenas alguns materiais, muito rolados e pouco expressivos, na zona baixa, permanecendo contudo a memória de uma antiga povoação em torno do referido monte, no topo.

09.20. Arcos

CMP 426

Na saída oeste da localidade encontram-se dois topónimos sugestivos: o Monte dos Arcos Velhos e o Monte da Fornalha. No primeiro, encontra-se a memória da existência de um aqueduto e, defronte da casa, de um cemitério antigo (outro habitante, no entanto, indicou a encosta do Monte do Outeiro para estes achados). As prospecções feitas nos dois locais não foram inteiramente conclusivas, mas permitiram identificar uma extensa, e muito dispersa, mancha de cerâmica de construção, unicamente constituída por imbrices e tegulas, sem que fosse possível definir uma área central. Muitas propriedades encontram-se fechadas, e o terreno encontra-se muito dividido, o que inviabilizou uma progressão no terreno e percepção adequadas.

Referência: Inédito.

09.21. Horta da Pinheira

CMP 426

No topo da elevação suave sobranceira ao sítio anterior encontra-se uma mancha de materiais com imbrices, fragmentos de *dolium*, tijolos de hipocausto e tegulas. Área de cerca de 1000m^2.

639 Chaves, 1917: 224, nota 7.
640 Abreu & Jaffe, 1993: 5.
641 Duarte, 1996.
642 1975: 221.

Referência: Inédito.

09.22. Alpalhão

CMP 426

Sítio identificado em estudo de impacto ambiental mas insuficientemente caracterizado: "trata-se de uma villa romana, situada no cimo de uma pequena encosta; foi detectada uma grande quantidade de materiais cerâmicos, comuns e sigilata, e de construção; não são visíveis estruturas à superfície."[643] Desconhece-se se foram tomadas medidas de minimização, pois o sítio encontrava-se "100m a norte" da área de afectação.

Comentários gerais

A visão cartográfica do concelho de Estremoz permite detectar tendências na arquitectura de estruturação do povoamento.

Trata-se de um concelho muito heterogéneo, com uma marcada diversidade entre os seus diversos espaços, e a distribuição de sítios permite perceber essa situação. Em extensas áreas encontra-se um vazio, que não será meramente ocasionado pelo estado embrionário e desequilibrado da investigação. Em toda a área marginal da Serra d'Ossa, ou em largas áreas do norte do concelho, onde as linhas de água quebram os relevos xistosos da zona de Veiros, ou ainda a oeste, nos solos áridos e argilosos para lá de Santa Vitória do Ameixial, encontramos a ausência de sítios desta época, indicando que extensas áreas menos aptas não foram de todo colonizadas.

Em contrapartida, os principais sítios distribuem-se de acordo com dois vectores. Ao longo de algumas linhas de água que propiciam a criação de terraços fluviais articulados com paisagens de policultivo: S. Domingos de Ana Loura e S. Bento de Ana Loura são os melhores exemplos, mas também Santa Vitória do Ameixial e Herdade da Coelha/Silveirona beneficiam deste tipo de implantação, que lhes permitia desfrutar de uma base económica de largo espectro. Estas serão as grandes unidades rurais do actual território concelhio, onde podemos entrever a presença de um conjunto de *domini* de elevada capacidade aquisitiva, construindo sítios que irão progressivamente ser dotados de uma arquitectura de aparato de grande relevância – extraordinária, no caso, pelo menos, de Santa Vitória do Ameixial. As grandes *villae* do aro estremocense apresentam portanto um feixe de elementos constantes entre si e que as individualizam, do ponto de vista das estratégias de implantação, face aos outros locais.

O segundo vector de atracção preferencial é constituído pela passagem de um itinerário de grande relevância, a via XII. O seu traçado estrutura a implantação dos seguintes sítios, de oeste para este: S. Marcos, possível *mansio*; Fonte do Imperador, eventual casal ou *mansio*; Senhora dos Mártires, com elevado porte, eventual *vicus*; Alpalhão, classificado como *villa* mas que poderá ter uma categoria inferior (casal?). Outros pontos, de menor dimensão, estabelecem-se em segunda franja, um pouco mais distantes. Embora seja difícil definir o perfil de povoamento de cada um deles, podemos considerar que em todos estão ausentes os indicadores de monumentalidade tão característicos das grandes *villae* que estão um pouco mais para norte, ou para o interior do concelho. É certo que o olhar pode estar deformado pela estado da investigação, ainda muito incipiente, mas para já todos parecem ser locais de ocupação com valências muito específicas.

Ou seja, acompanhando a via não temos as *villae*, posicionadas em territórios férteis e que possibilitam a constituição de grandes *fundi*, mas sítios meramente funcionais, de grande relevância estratégica e de íntima relação viária. Podemos assim definir uma estratégia de povoamento centrada em dois recursos fundamentais, em função dos quais diversos sítios sectorialmente especializados se encontram: ao longo da via XII pontos de apoio e locais de tipo industrial; e acompanhando os melhores solos, as grandes unidades de exploração fundiária.

[643] Processo IPA 99/1(99): EIA - A6 - sublanços Estremoz/Borba e Elvas - Ecossistema, 1996 (p. 88).

Claro que nos faltam muitos (demasiados) dados para sustentar esta análise. Note-se a quase completa ausência dos "pequenos sítios" de tipo cabana. Saliente-se também que em alguns locais a definição do substrato romano que terá existido não foi ainda conseguida, sendo este o caso, em especial, dos núcleos urbanos de Veiros e de Estremoz, onde os indicadores apontam para uma ocupação com alguma relevância, e que eventualmente poderia estruturar o território envolvente. Outros locais ainda não foram devidamente localizados e caracterizados, como o que parece ser um relevante foco de ocupação junto a Arcos, por exemplo. Mesmo em relação às *villae* já cartografadas, as dúvidas permanecem substanciais, podendo todas ter sido muito diferentes entre si. Se relativamente a Santa Vitória do Ameixial estaremos perante uma *villa* áulica de grande aparato, o mesmo certamente não será o caso de São Bento de Ana Loura, podendo São Domingos de Ana Loura encontrar-se no patamar intermédio, com menção a capiteis de mármore. Todavia, as três foram suficientemente relevantes para de algum modo estruturar o crescimento de núcleos urbanos e/ou ermidas em seu torno, funcionando como marcadores de paisagem que subsistiram ao tempo, definindo actuais centralidades administrativas, como também em Santo Estevão. Curiosamente, o mesmo não se terá passado no caso mais emblemático das numerosas dúvidas sobre as dificuldades de definição dos sítios arqueológicos: o par Coelha/Silveirona. Se em relação à primeira, não sabemos que tipo de *villa* aqui terá existido, seguramente terá tido também um elevado aparato e carga de conteúdos materiais, dada a qualidade dos elementos epigráficos e arquitectónicos encontrados reaproveitados na necrópole. E é esta, com o seu *floruit* visigótico, que nos mostra a dimensão populacional que aqui se terá desenvolvido após o final do Império. Mas também é precisamente este sítio, com um conjunto de elementos vivenciais tão intenso, que não vê estruturar-se em seu torno o que nós encontramos nas restantes *villae*, ou seja, a articulação de um núcleo urbano dotado de relevância jurídica equivalente à de uma sede de freguesia actualmente existente e com correspondente templo cristão.

O que quer isto dizer? Eventualmente nada... Mas, de qualquer forma, deve colocar-nos de sobreaviso sobre o modo como, por vezes, se fazem leituras precipitadas sobre a passagem de uma *villa* para uma vila. Este é um tema que transcende o aro estremocense, mas os casos diagnosticados neste concelho são paradigmáticos: o sítio onde encontramos mais vitalidade no mundo tardo-antigo, Silveirona/Coelha, é precisamente aquele que em momento posterior não vê nascer um templo cristão e um pequeno núcleo urbano. Não sabemos o que procuravam estes construtores de marcadores na paisagem, mas é interessante perceber que resistiram melhor estas *villae* que não apresentam tantos indicadores (pelo menos os actualmente visíveis), do que Silveirona, com uma demografia tão acentuada e uma dinâmica tão forte.

Este exemplo mostra-nos as dificuldades de leitura que a percepção dos sítios – mesmo com recurso a escavações – nos traz, nomeadamente no rastrear dos diversos processo evolutivos. A situação em Estremoz é por isso complexa, dada a confluência de diversos vectores: a dinâmica económica trazida pela exploração de mármores, que certamente atraiu gentes de variadas paragens (parece ser esse o caso da epígrafe e elementos anexos de N. Sr.ª dos Mártires); a fertilidade dos solos e das paisagens, que permitiam uma economia de largo espectro; a já debatida passagem do itinerário XII; a eventual existência de um *trifinium* administrativo próximo de Veiros, com a derradeira presença epigráfica a ocidente da tribo *Papiria*, a que certamente corresponderia alguma marcação territorial; a grande densidade funerária, alguma ainda mal caracterizada, como os núcleos referidos por Saavedra Machado em torno a S. Bento do Cortiço, além de vários pontos insuficientemente caracterizados, mostram o modo como o território do concelho apresenta vários elementos dotados de grande densidade, mas que ainda não podem ser devidamente manuseados.

Note-se por exemplo o conjunto de necrópoles identificadas, algumas delas intervencionadas, mas nunca publicadas e dadas a conhecer. E note-se como a estes locais

de tumulação não corresponde, por enquanto, qualquer ponto de povoamento com o qual possa ser estabelecida uma relação. Ou seja, estamos ainda distantes de uma leitura suficientemente sustentada que nos permita conhecer, de facto, o povoamento romano do concelho de Estremoz.

Também sobre a população que aqui residiu, e fez deste local a sua morada derradeira, temos poucos dados. Santa Vitória e Coelha/Silveirona mostram uma rica cultura material, com espaços de aparato decorados com elementos de sofisticação, quer artefactual, quer cultural. É certo que o uso do mármore não pode ser sobrevalorizado, pois trata-se de um recurso localmente disponível; mas a qualidade dos trabalhos de cantaria visíveis nas peças decorativas existentes mostra-nos, em parte, a presença de artesãos qualificados, que certamente teriam vindo para estas terras em busca das oportunidades geradas pelas pedreiras e infra-estruturas anexas.

Infelizmente os testemunhos epigráficos que nos poderiam permitir aceder a este universo são escassos. Apenas o já referido voto de *Ivlivs Maximianvs*[644] permanece como elemento de alguém que poderá ter estado ligado à laboração dos mármores, eventualmente construindo riqueza nesta actividade, que depois foi expressa de forma evergética com a doação a Cibele. Os outros elementos disponíveis são, contudo interessantes, e dizem respeito aos já referidos cidadãos da tribo *Papiria*, *Sextus Aebvtivs Rvfinvs*[645] e *Lvcivs Marivs Caprarivs*[646]. Mais do que um sinal de pertença ao território da capital provincial, estas menções devem ser lidas como testemunho da presença de cidadãos de uma elevada estirpe social, possivelmente vinculados às actividades agrícolas e detendo propriedades rurais na zona, desfrutando dos fáceis acessos viários, e que funcionaram na época como elementos determinantes na colonização e romanização do território. Ou seja, desde momentos muito precoces Estremoz terá tido uma elite muito vinculada aos arquétipos e práticas da metrópole, com as necessárias consequências nos domínios materiais.

Em outro núcleo epigráfico, Silveirona, as indicações são também interessantes. Por um lado temos *Laberia*, filha de *Gallus*, eventualmente indígena ou gaulesa[647]; também *Lucius Valerius Maxumus*, *Arria Quintilla* e *Avita*, sua filha[648], possivelmente "*peregrini* bem romanizados"[649]; e *Quintus Fabius Tryphon Argyrius*, filho de *Tryphon*[650], com onomástica helénica, denunciando, ou um modismo cultural, ou a presença de libertos. Em resumo: elevada heterogeneidade, elementos alógenos, indivíduos que possivelmente desempenhavam funções específicas enquanto artesãos especializados. Um panorama perfeitamente concordante para o proposto para o concelho.

Sobre a evolução final deste panorama já alguns dados foram adiantados. Chama a atenção a ausência de dados para quase todos os sítios, à excepção de Silveirona e de ténues indícios em Santa Vitória do Ameixial (*squatters*?) Santo Estevão. Aqui (caso seja este o seu local de proveniência), temos uma peça rara, e mais um exemplo de ponto de povoamento que em fase muito posterior irá ganhar (inesperada?) relevância enquanto local de construção de templo cristão, epicentro de procissão campestre e sede de freguesia.

Silveirona foi definitivamente resgatado por Mélanie Wolfram Cunha, embora existam alguns elementos ainda inéditos. O que mais capta a atenção é a dimensão demográfica do conjunto de sepultados, mostrando uma comunidade plena de vida – mesmo que alguns fossem estranhos à zona, mas para aqui atraídos pelo possível *martyrium* ou basílica. Mais: trata-se de um conjunto de pessoas que mantém uma estruturação social muito vincada, que permite a uma elite – que, presumivelmente, vivia em condições

644 IRCP nº 440.
645 IRCP nº 442.
646 IRCP nº 461.
647 IRCP nº 456 e Cunha, 2008: 86 e nº 165.
648 IRPC nº470 e Cunha, nº 164.
649 IRCP: 550.
650 IRCP nº 450 e Cunha, nº 163.

particularmente favoráveis tendo em conta os índices de conforto perceptíveis[651] – manter uma preeminência que lhe permitisse prolongar na morte o estatuto que mantinha em vida. Ora, esta condição faz-nos supor que este espaço, com o seu *vir honestus*, poderia fazer parte de um complexo muito maior, possivelmente uma basílica. E que, partindo do princípio que os vários tumulados (não esquecendo as inumações colectivas e as sepulturas entretanto destruídas) eram residentes nas imediações, então teríamos um ponto de povoamento muito amplo, que poderia ter evoluído a partir da *villa* da Coelha, eventualmente transformando-se em *vicus*.

Porque razão este local foi abandonado, mantendo-se outros que, aparentemente teriam menores dimensões ou vitalidade durante o período visigótico, já foi questionado em linhas anteriores. Certo será que estas dinâmicas muito expressivas só parcialmente podem ser entrevistas, forçando-nos contudo a reequacionar a tentação das evoluções unilineares.

10. Concelho de Fronteira

A presença romana no território de Fronteira foi exaustivamente tratada em monografia própria[652], à qual se seguiram mais alguns contributos sobre aspectos específicos que foram julgados merecedores de divulgação própria[653]. O volume de conhecimentos sobre o concelho registou assim um assinalável conjunto de análises, tornando-o naquele momento como um dos mais bem conhecidos da região, e talvez aquele onde de forma mais eficaz e sustentada se poderia desenvolver a investigação sobre este momento específico.

Infelizmente, e por um conjunto de factores, posso considerar que a intensificação dos estudos e dos trabalhos de campo não *descolou* para outros patamares qualitativos, como então seria previsível. É certo que se tem mantido o ritmo de publicação, embora com um relativo decréscimo; é também correcto que anualmente se têm realizado escavações arqueológicas em alguns sítios do concelho[654]; deve ainda ser mencionado que o tempo decorrido foi essencial para um invisível e intenso trabalho de inventário, classificação e gestão do espólio e de toda a informação recolhida até então, que se encontram maioritariamente concluídos[655]. Finalmente, é também de considerar que programaticamente se considerou que a primeira fase de trabalho foi concluída, com a finalização dos trabalhos de prospecção incluídos no âmbito mais vasto da carta arqueológica municipal.

. Deve ser no entanto realçado que este momento foi devidamente ponderado, pois em 2006 considerou-se que era necessário realizar uma pausa nos trabalhos de campo e um profundo balanço da investigação até aí produzida que levou a um completo reordenamento das prioridades de trabalho, privilegiando, por exemplo, a classificação e

651 Em torno desta questão centra-se o artigo de Cunha, 2007.

652 Carneiro, 2004.

653 Texto geral e desenvolvimentos particulares na Carta Arqueológica de Fronteira (Carneiro, 2005a); ver também os contributos apresentados nas III[as] Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano que se realizaram em Fronteira no ano de 2005, e publciadas em 2011: Carneiro (resumo geral sobre as escavações em São Pedro), Carneiro & Alves (conjuntos anfóricos) Carneiro & Sepúlveda (marcas de oleiro em *terra sigillata*). Ver ainda Carneiro, 2005b, sobre o conjunto da necrópole de Pocilgais; e Carneiro & Sepúlveda, 2004, sobre os fragmentos de *terra sigillata* hispânica tardia.

654 Em São Pedro em 2005 e 2006, e depois na necrópole romana do Outeiro dos Mouros, desde 2007. Apenas em Horta da Torre se iniciaram sondagens de diagnóstico, que foram interrompidas por ausência de condições logísticas para a sua realização. É da mais elementar justiça referir que esta cadência anual representa um grande esforço para o município local e constitui um dos mais antigos projectos sequenciais de investigação em curso no Alentejo.

655 Neste esforço foi imprescindível o contributo de Eunice Pimpão, Ana Luísa Francisco e Vera Viegas. Actualmente todo o espólio contido na Reserva Arqueológica Municipal encontra-se devidamente acondicionado e guardado, e cerca de 90% da colecção está registada em base de dados própria, cujo inventário ascende neste momento a mais de 10.000 entradas individuais.

ordenamento do material (aqui entendido enquanto registo de inventário, e não de estudo ou investigação) que já assumia proporções consideráveis. Ou a opção por uma escavação de mais fácil gestão logística e material, como a necrópole de Outeiro dos Mouros. É nesta perspectiva que deve ser entendido o *congelamento* das escavações em São Pedro, um sítio que, como a seu tempo será comentado, coloca múltiplas dificuldades interpretativas e que necessita de um correcto *update* de toda a informação até então recolhida para que se possa iniciar uma nova etapa.

Por estes motivos, a investigação arqueológica no concelho de Fronteira norteou-se pela necessidade de avaliar toda a informação produzida e proceder a um *trabalho de bastidores* indispensável para uma futura fase de maior dinâmica. Desta forma, e em rigor, não existem grandes acrescentos ao quadro delineado em 2004 no *Povoamento romano*. Os sítios romanos identificados desde então são poucos, e de perfil não muito expressivo, contribuindo mais para reforçar o panorama que então foi traçado do que propriamente para acrescentar significativas novidades. Com a ponderação dos dados que desde então naturalmente foi ocorrendo, e com a maturação da informação que desde 2004 foi recolhida, o presente texto irá sobretudo reforçar as impressões e tendências então enunciadas, mais do que acrescentar substância nova.

Olhando um pouco mais para trás, facilmente constatamos que o concelho de Fronteira se insere perfeitamente na tendência global do Alto Alentejo: uma área por onde a investigação não passou, e os poucos registos arqueológicos se devem, ou a escavações fortuitas realizadas por instituições que aqui se deslocam vindos da capital, ou ao denodado esforço de agentes locais que não foram reconhecidos, nem pelos organismos centrais, nem mesmo pelos seus pares. Como resulta do observado em 2004[656], no concelho de Fronteira temos uma ampla ausência de estudos sobre o Património (no sentido mais lato) concelhio, situação só ultrapassada com a constituição de sucessivos Gabinetes Técnicos Locais no final da década de noventa do século passado, que em diferentes fases procederam ao inventário e estudo dos elementos dos núcleos históricos e do espaço concelhio.

Até aí o panorama era frágil, consubstanciado na pouco mais de vintena de sítios cartografados no plano director municipal, quase metade deles pertencente à necrópole megalítica da Herdade Grande. Já em 2004 este panorama foi abordado, bem como o quadro fisiográfico, pelo que não fará muito sentido retomá-lo. De qualquer forma, relembro que, aparte a escavação de Leite de Vasconcellos que decorreu precisamente nas antas da Herdade Grande[657], apenas há a registar a intervenção na necrópole de Pocilgais feita pelo emissário de Manuel Heleno nas escavações de Torre de Palma, mas que nunca foi publicada[658]. Temos ainda breves menções a alguns elementos do património arqueológico concelhio nas duas visitas feitas por Leite de Vasconcellos[659], na obra de Mário Saa[660] e em peças recolhidas por Nunes Ribeiro[661].

Por acção de agentes locais verificaram-se dois tipos de iniciativas. Uma resultou do esforço de Canejo Coutel, funcionário da Câmara Municipal, que procurou constituir um embrião de Museu Municipal nessas mesmas instalações. Do espólio não ficou memória, mas pela listagem que foi recuperada e já dada a conhecer[662] facilmente se percebe que os sítios de proveniência seriam pontos de povoamento de grande relevância, com peças de

656 Carneiro, 2004: 27-33.

657 1927-1929.

658 A menos que entendamos como tal a brevíssima nota de rodapé no artigo sobre Torre de Palma (Heleno, 1962). O conjunto de peças então foi recolhido foi analisado em Carneiro, 2005b.

659 1914: 392-396, e o já referido artigo dado à estampa em 1927-1929, em que o seu intuito residiu claramente na escavação do conjunto megalítico da Herdade Grande, que aliás decorreu com grande infelicidade científica e pessoal.

660 1957: 184-185; 289.

661 DE que resultaram duas publicações posteriores: os vidros romanos publicados por Alarcão (1971) com a indicação genérica de "Fronteira", e as peças pré-históricas do povoado da Herdade do Braga, dadas a conhecer por Veiga Ferreira (1970), e hoje expostas no Museu Regional de Beja.

662 Carneiro, 2004: 28-30.

grande qualidade. Infelizmente, a memoria destas peças e do modo como o conjunto foi sendo constituído ter-se-á perdido. Temos ainda a registar o campo das publicações, com as duas monografias locais, que apresentam numerosas menções a sítios arqueológicos, alguns deles já não localizáveis nos dias de hoje[663].

Se a historiografia da investigação não se alterou de forma significativa desde a abordagem de 2004, menos modificações temos no quadro paisagístico, como é óbvio, pelo que pouco há a acrescentar aos dados então descritos. Registaram-se algumas acções de movimentações de terras na zona central do concelho, que poderão ter conduzido a destruições de eventuais sítios aí localizados, pois trata-se de uma área que maioritariamente não foi coberta pelas prospecções da Carta Arqueológica[664]. No restante, todavia, o concelho de Fronteira apresenta um ambiente comum aos outros concelhos da área em estudo: uma longa interacção entre os valores naturais e a acção antrópica, acelerada a partir da década de trinta do século XX, onde sobretudo as "campanhas do trigo" levaram a extensas despedregas e arroteamento de terrenos para a cultura intensiva de cereais[665].

Tendo este dado em consideração, é de notar que a paisagem do concelho de Fronteira, aparentemente imperturbada, sofreu no fundo as dinâmicas próprias da região em que se insere, mas também algumas específicas. É certo que em primeiro olhar não parecem ter existido significativas rupturas na relação do Homem com o meio envolvente: por aqui não se encontram zonas industriais, grandes barragens, itinerários de passagem, obras públicas de vulto, ou significativas arcas de exploração de recursos estratégicos como minas ou pedreiras. No entanto, quando consultamos os documentos do século XVIII e XIX percebemos como o quadro natural mudou, e como uma área onde dominava a produção de porcos e de vinhas foi transformada – por vezes de forma violenta – em amplos terrenos de cerealicultura de sequeiro[666]. É portanto quase impossível perceber como foi o regime de exploração agrícola pré-século XX, e o ambiente paisagístico geral do concelho, mas, como já foi comentado no capítulo respectivo, é sempre muito arriscado presumir que as paisagens agrícolas de hoje são semelhantes às que sempre existiram.

O que encontramos na documentação é um contraste entre os terrenos "mattagozos e pedregozos"[667], em especial nas áreas a norte e oeste de Fronteira, com a riqueza agrícola que, em especial junto aos recursos hídricos, permitia o cultivo de produtos hortícolas e uma agricultura de enxada de elevada rentabilidade. São frequentes os elogios às produções obtidas junto a Fronteira e, sobretudo, a Cabeço de Vide, cujos proveitos da terra gozavam de fama regional: favas, feijões, hortaliças, tremoços e frutas variadas cresciam nas várzeas destas localidades. Entre os núcleos urbanos, então como hoje, predominavam as extensões de azinheiras e sobreiros que serviam, ou para coabitação com o cultivo de cereais, em regime de montado, ou para o pasto do gado suíno que encontramos referido em vária documentação.

Actualmente o concelho possui muitas terras ao abandono, ou então reconvertida em pasto para gado, sem que se proceda a uma manutenção regular dos solos, geralmente entregues a mato.

Todo este quadro agrícola é facilitado pela abundância de aquíferos. Existe um curso de água estruturante, a Ribeira Grande, que atravessa transversalmente o concelho,

663 Pina, 2001 e Serras, 1997, ambas edições revistas e aumentadas face à primeira publicação.

664 Refiro-me a uma zona onde o acesso não era muito fácil, por se encontrar com acessos fechados. Confira-se a figura 5 em Carneiro, 2004: 37.

665 No concelho, e em particular na freguesia de Cabeço de Vide, esta etapa foi documentada fotograficamente pelo Pe. Augusto Serras, cujo espólio se guarda na Junta de Freguesia local. Uma ínfima parte dessa documentação foi publicada em Carneiro & Calvino, 2001.

666 Esta história agrícola está ainda em larga medida por realizar, mas sobre o concelho consulte-se a documentação em Pina, 2001, em especial nas pp. 11 a 20, onde são frequentes as menções às *faltas de trigo e pão*, o que de algum modo indica o modo como os terrenos de exploração não eram muito vastos até às "Campanhas do Trigo". Para âmbito mais alargado, veja-se Silbert, 1966.

667 Tombo de 1827: 26, citado em Carneiro 2004: 25.

funcionando como receptor de praticamente toda a rede hidrográfica deste território. Para além deste curso, os mananciais são abundantes, em especial junto aos dois aglomerados populacionais mais relevantes, sendo que em Cabeço de Vide há ainda a registar as termas salutíferas da Sulfúrea, que já em época romana eram aproveitadas.

Uma palavra ainda para registar o facto de, embora aparentemente curto em extensão, neste espaço se encontrar uma assinalável diversidade geo-morfológica. Desde as fragas de xisto onde os cursos de água correm encaixados, na faixa ocidental do concelho, até aos suaves relevos graníticos da área de Vale de Maceiras, passando pelas irregulares áreas de contacto dos conglomerados da freguesia de Cabeço de Vide, assistimos a uma grande heterogeneidade, visível aliás na diversidade de monumentos megalíticos que aqui coexistem. Como tal, temos diversas paisagens, desde os estevais de Vale de Seda, áridos e desertos, até às férteis várzeas videnses onde as hortas permitem um acréscimo de diversidade na confecção dos pratos que quotidianamente eram servidos às mesas da população.

Sítios e comentários

10.11. Monte de São Pedro

CMP 371 / CNS 15692

Um excelente laboratório para se compreender as dificuldades de interpretação que as realidades materiais de época romana suscitam ou, dito de outro modo, como a descodificação do que foram os espaços e estruturas é uma tarefa complexa.

As informações de campo relativas ao sítio de São Pedro já foram objecto de descrições feitas com algum detalhe[668]. Todavia, torna-se necessário apresentar os resultados das campanhas de 2005 e de 2006, até para se poder proceder a um enquadramento sobre um sítio que tem representado um esforço interpretativo considerável e que se encontra longe de estar esgotado e definido nos seus contornos, como em seguida se discutirá, e que ainda exige uma *maturação interpretativa* que obriga a conhecer com um pormenor que ainda não existe todos os conteúdos informativos que foram identificados no sítio (artefactos, estruturas, contextos, relações espaciais, etc.). Por isso, e não querendo sobre-valorizar o local em relação aos restantes apresentados neste estudo, torna-se necessário apresentar de modo sistemático as materialidades dos dois sectores.

Posto isto, note-se ainda que este foi um sítio extensamente escavado: 662m^2 no sector SPD e mais 311m^2 em ISP, a que acresce ainda o interior da igreja medieval. Portanto, mais de 1000m^2 em seis campanhas de escavação com dois meses de trabalho ininterruptos em cada uma, representando sensivelmente um ano de trabalhos *in situ* de escavação, sempre em metodologia de *open area* nos dois sectores. Uma área não desdenhável para um sítio estimado em dois hectares. Mas em rigor, embora tenha sido sempre apresentado como uma *villa*, ainda não é possível determinar o verdadeiro perfil de ocupação que aqui ocorreu em época romana: uma *villa*, um *vicus*, um qualquer outro tipo de povoado? E neste caso, de que tipo: aglomerado, agrupado ou disperso, situação possível dadas as descontinuidades estruturais? Ou ainda outra qualquer hipótese? Considerando a premissa em que o projecto de investigação tem trabalhado como ponto de partida – uma *villa* – as provas concretas são escassas. Relembre-se afinal que, apesar das persistentes notícias sobre a existência de mosaicos no local, nem uma *tessella* foi identificada em escavações. Não foi detectado qualquer tipo de estuque ou de revestimento parietal (e mesmo as argamassas estruturais são raras, à excepção do início de muro [UE122] identificado no final da campanha de 2006 no extremo Sul do sector SPD). É certo que existem indicadores de monumentalidade – uma coluna e várias bases de coluna,

668 Carneiro, 2004: 110-119, com a descrição das primeiras três campanhas; 2011, com o relato dos trabalhos até 2004.

alem de silhares – mas os elementos de conforto são, na realidade escassos[669]. E tão pouco foram identificados espaços claramente interpretáveis na sua funcionalidade.

A dificuldade em *categorizar*, em encaixar São Pedro nas categorias conceptuais habitualmente empregues, pode resultar de excesso de prudência. Ou, invertendo a perspectiva, pode simplesmente indicar que o sítio foi precocemente *arrumado* dentro de uma cómoda categoria – à semelhança de tantos outros, aliás – e o decorrer de um sólido projecto de investigação, consubstanciado na área aberta de 1000m^2 (o que, queiramos ou não, significa alguma extensão territorial), afinal ainda não confirmou as premissas de partida. Ou seja após seis anos de trabalho, a pausa estratégica foi também determinada pelo facto de, afinal, *não se saber exactamente que tipo de sítio se estava a escavar*. É certo que apresenta severas mutilações, em especial no sector SPD, que foi objecto de uma prática agrícola inclemente para a conservação das estruturas, verificando-se que por vezes a escavação decorre ao nível dos alicerces, ou a níveis inferiores a pavimentos e espaços de circulação. Mas de qualquer forma, penso que São Pedro é hoje um caso lapidar do que é um sítio difícil de interpretar, e cujas leituras podem permanecer em aberto, mesmo após uma intervenção extensiva.

Sem que se apresenta aqui uma descrição exaustiva dos resultados de campo, relembre-se então os dados em análise para melhor contextualizar esta problemática.

O sítio de São Pedro encontra-se dividido pela fronteira administrativa dos concelhos de Alter do Chão e de Fronteira. A norte temos o sector denominado ISP, polarizado por uma igreja medieval arruinada, que abundantemente reaproveita materiais romanos na sua construção. Por exemplo, os blocos que pertenceram ao arco ogival que marcava a separação entre o altar e o corpo do edifício foram talhados a partir de silhares e de um peso de lagar, cujos encaixes não foram de todo apagados. Em volta, os materiais de superfície de época romana são frequentes, encontrando-se uma mancha de dispersão muito extensa e que, através de sucessivos patamares e plataformas, se prolonga para terrenos já situados no concelho de Fronteira onde, no talude que termina a penúltima grande plataforma (a mais de cem metros do anterior), foi aberto em 2000 o sector de escavação denominado SPD e que então dava início ao projecto de investigação.

De referir ainda que o local apresenta uma implantação muito característica, com a igreja culminando um conjunto de patamares (possivelmente originados pelo plantio de um olival em parte do terreno) que se vão progressivamente elevando ao longo de uma encosta suave, sem qualquer destaque, mas que desfruta de uma ampla visibilidade, em especial para sul e este (sendo que o eixo maioritário de orientação das estruturas romanas é precisamente sudeste), dominando o fértil vale da ribeira de Vide, onde existem zonas de excelente aptidão agrícola, como Horta Tirana, uma propriedade contígua. Todo o conjunto é ainda reforçado por nascentes e poços que existem na área. Finalmente, a cerca de um quilómetro para oeste teríamos o curso da via XV e, um pouco mais longe, a via XIV, sendo que, para a primeira, ainda se reconhece um *diverticulum* em extensa recta que servia o sítio de São Pedro.

Portanto, em primeira instância, um quadro de implantação típico de uma *villa* que, na circunstância, é depois marcada pela construção de um templo cristão, algures no século XIV.

Analisemos os principais resultados das intervenções conduzidas nos dois sectores. Como já foi assinalado, irão ser sublinhados os traços mais gerais, deixando os pormenores para outras publicações, mas de qualquer forma, o volume de informação exige uma maior profundidade de leitura.

---

669 O elemento mais significativo como testemunho de práticas de consumo sumptuário, ou de elevado requinte, consiste na identificação de conchas de ostra na UE9 do sector ISP. Esta camada, identificada ao longo da parede norte da igreja, e que se prolonga sob o edifício, deverá ter funcionado como lixeira ou vazadouro. Entre o rico lote de evidências aqui identificadas, realço uma queixada de bovino e um elemento de mó girante, sendo este o único testemunho de actividades de cariz produtivo identificado em todo o sítio para além de escórias e de pesos de tear.

1.1. Sector de São Pedro (SPD)

No sector mais extensamente escavado, verifica-se a existência de uma área edificada que estabelece um total de três níveis topográficos de ocupação, com a perfeita adequação dos pavimentos e espaços ao desnível do terreno. A funcionalidade de todas estas áreas é ainda desconhecida, embora pela natureza dos pavimentos em *coccio pesto*[670] se admitam zonas de arrumação e serviços.

Estes são os espaços funcionais já identificados no decurso da escavação no sector SPD.

Começando pelo extremo sul, registe-se a identificação, no final da campanha de 2006 (a última aqui realizada), de um muro completamente atípico para este sítio, a UE122, uma estrutura de alvenaria fortemente argamassada, com ligante utilizando elevada componente de cal e gravilha e bastante quantidade de cerâmica de construção. Foi facilmente delimitável graças a uma grande solidez e à brancura da argamassa. Não foi definível a sua extensão, tendo aliás apenas sido identificada a sua terminação a norte. Quer pela orientação, quer pelo aparelho de construção, rompe decididamente com os exemplos até agora identificados neste sítio e parece denunciar a existência de um edifício, ou fase construtiva, de características inovadoras (e talvez mais precoces) para o conjunto edificado até agora existente.

Subindo para o talude, verificou-se que toda esta zona foi completamente destruída pela acção combinada da lavra e da erosão. Nota-se o negativo do que seriam dois compartimentos gémeos dos 1 e 2, mas totalmente arrancados, ficando à vista um afloramento onde foram rasgados dois drenos de escoamento de água, ambos entulhados com materiais que possivelmente pertencem ao Neolítico Antigo e testemunham um primeiro momento de presença humana no local. Fica visível apenas o muro UE3, espinha dorsal de toda esta área sul da Escavação de São Pedro, com os seus 18 metros no sentido nor-nordeste/su-sudeste e que servia de eixo comum aos quatro compartimentos aqui situados. Para oriente, o compartimento existente sobreviveu apenas no negativo do assentamento dos muros definidores; para oeste do muro foi identificado o limite de um espaço gémeo, o Compartimento 6, que a norte tem a UE67, e a sul a UE80, contemporâneos da UE3, a julgar pelas similitudes no aparelho de construção. Verificou-se ainda a identificação do pavimento UE77, com o enchimento UE79. Assim, este conjunto estabelece um terceiro nível topográfico de ocupação, com a perfeita adequação dos pavimentos ao desnível do terreno. Subsistiu a unidade oeste porque aqui a potência de solo é ligeiramente superior.

O muro UE3 tem grande comprimento, de construção cuidada, utilizando uma sapata de base, mais larga, e com uma argamassa de excelente qualidade. Este muro apresenta a sul um outro, a UE47, embora se prolongue para o corte, e permite que os dois compartimentos se encontrem alinhados desfrutando do máximo de exposição solar.

Junto ao talude temos então dois espaços. A oeste, o Compartimento 1 teria um piso do tipo *coccio pesto* (UE23). Sobre este foi encontrado um derrube meramente residual (UE7), mas muito rico em materiais arqueológicos. No entanto, sensivelmente a meio da área escavada, derrube e pavimento encontravam-se cortados por uma camada de terra muito compacta e clara (UE6), sem que este facto esteja ainda devidamente explicado. Este Compartimento fecharia a oeste no muro UE46, junto do qual foram encontrados uma chave e um ferrolho que poderiam marcar a presença de uma porta aqui situada.

No lado oriental, o Compartimento 2 apresenta uma situação quase oposta: espesso derrube, de excelente conservação (UE4) e envolto numa camada de sedimento muito argiloso, invulgar no local, que fazem colocar a hipótese de o muro UE3 poder ter um soco em pedra e uma parede em taipa. A localização em planta deste derrube – muito concentrado no centro do Compartimento e mais reduzido junto aos muros – faz pensar

[670] Uma forma de *opus signinum* constituída por pisos em cerâmica triturada e pisada, coberta com terra batida, formando um pavimento homogéneo, presente sobretudo em contextos funcionais e de serviços.

na existência de um telhado de duas águas que tivesse colapsado em um único momento. Neste Compartimento 2 escassearam os materiais arqueológicos, à excepção de pregos, que naturalmente serviriam para o suporte de tão espesso telhado. Aqui o pavimento deveria ser em terra batida. A UE3 possui a norte dois outros muros: a UE10, que forma o T a oeste, sem argamassa e que já emprega elementos pétreos de três proveniências distintas, e a UE13, de maior homogeneidade relativamente ao anterior, com intervalos preenchidos por cerâmica de construção e uma asa de ânfora, recolhida no interior do aparelho de construção, que não emprega qualquer argamassa. Temos assim, no mesmo compartimento, três distintos métodos e filosofias de construção dos muros, diferenciando-se a UE3, UE10 e UE13 entre si pela constituição e robustez das suas alvenarias.

Estes muros possuem a norte o que é interpretado como uma área de alpendre, constituída por um pavimento idêntico ao anterior (UE21), também de limites indefinidos por ter sido cortado em data indeterminada, mas delimitado por dois silhares (UE25) que serviriam para sustentar bases de colunas (duas encontradas, uma *in situ*) e as respectivas colunas (uma encontrada derrubada na UE17). Embora o pavimento não encoste aos silhares, por se encontrar interrompido, não parece haver dúvidas de que se trataria de um corredor de circulação, eventualmente permitindo o acesso aos dois anteriores compartimentos, embora não se tenham encontrado portas ou passagens reconhecíveis como tal.

A oeste deste alpendre encontrou-se um compartimento rigorosamente delimitado, o 3. Encostado a três muros – no termo da parede norte foi encontrada a segunda base de coluna, de maiores dimensões do que a recuperada em 2000, o que confirma a sua descoberta *in situ* como termo do já referido alpendre – tinha abertura a este, precisamente na direcção dos silhares e do provável corredor, que assim o serviria. O compartimento apresentava um derrube (UE29) em excelente estado de preservação, embora pouco compacto, que assentava directamente sobre um pavimento de terra batida (UE35).

Mais a oeste, a superficialidade e irregularidade do afloramento UE8 aqui existente faz pensar que esta área foi coberta unicamente com um pavimento em gravilha (UE72), em alguns pontos reforçado com um lajeado (UE64), sendo por isso uma área exterior que poderia ser protegida por um pórtico onde assentariam pilares sobre as bases UE82. Estamos assim perante uma área exterior, dado que não se encontram derrubes de telhado ou coberturas que protegessem todo este espaço. Logo a norte desta área existe um complexo conjunto de muros, cuja interpretação final estará dependente da conclusão da escavação nesta área: um pequeno espaço forrado a *opus signinum* (UE65) delimitado por três muros (UE26, UE30, UE32), tendo a norte um lajeado de pedras (UE64), sob o qual parte uma conduta escavada na rocha, a UE46.

A norte de todas estas estruturas desenvolve-se um espaço aberto, de extensão ainda indefinida, que inclui numa posição descentrada (a noroeste) um tanque, que adiante será descrito. Esta área termina a norte num muro de pedra miúda (UE41); a oeste num muro (UE30) de aparelho pétreo de grande volume, mas ausente na maior parte do seu traçado, e que mais a ocidente daria lugar a uma nova área aberta, com novo pavimento em *coccio pesto*, embora em precário estado de conservação (UE44)[671]; e finalmente a oriente, com um muro (UE36) de orientação completamente atípica face às já conhecidas no sítio e que define o limite do Compartimento 5. Este teria um pavimento (UE78), sobre o qual se encontraram importantes camadas de derrube aparentemente bem preservadas (UE68,

[671] A área oeste não é descrita com grande pormenor por ser um espaço muito dividido, com sucessivas reformulações, e que exige uma leitura atenta dos ciclos construtivos. Foi também muito perturbada pelos remeximentos provocados pela prática agrícola, a tal ponto que certos muros "desaparecem" no seu traçado, ficando apenas o seu registo em negativo no afloramento. É no entanto uma área muito desafiante para o estudo, incluindo o da cultura material. Como dado mais significativo pelo seu significado datante, registo a recolha do fragmento SPD7/06 UE33[17], fragmento de lucerna com asa e arranque do *infundibulum* com orla decorada com segmentos paralelos de lucerna paleo-cristã Dressel 31, em *terra sigillata* clara D.

UE70 e UE71). Note-se que aqui foram documentados dois momentos de derrube: a UE68, colapso do muro que se verificou em determinado momento, em que o muro caiu por inteiro, espalhando-se as pedras por uma larga extensão e mantendo todas o mesmo nível altimétrico; e a UE71, lento esboroar do muro UE36, com as pedras caindo num espaço muito concentrado e amontoando-se, ficando esta UE com um perfil assimétrico. Foi ainda identificado um importante mas ainda indefinido elemento estrutural, um grande silhar de granito a sul da UE36 (UE83). O achado de um tijolo de pavimento com superfície inferior revestida a argamassa pode indicar estarmos perante a existência de um piso lajeado. Voltou a verificar-se a presença de rasgões no afloramento, que poderiam ser drenos de escoamento de água, onde temos a presença de uma unidade arqueologicamente estéril, a UE85, na qual nenhum material arqueológico foi recolhido. A finalização da escavação do interior deste Compartimento, além da confirmação da sequência estratigráfica já apresentada, permitiu a identificação de uma estrutura de alinhamento de pedras junto ao canto nordeste, designada de UE110. Inicialmente interpretada como lareira, a escavação do seu interior não confirma esta hipótese, pois a remoção do sedimento aqui contido (UE116), também estéril do ponto de vista artefactual, revelou uma camada de terra margosa e barrenta. A UE110 poderia ser portanto um simples poial de apoio, ou eventualmente uma pia de descarga de águas, embora não se encontre qualquer vestígio de canalização. No interior deste compartimento, a nota de maior relevância material reside na recolha de cinco numismas, todos colocados sobre o afloramento e concentrados em pequena área, e pertencentes a tipos de pequeno valor de finais do século IV (apenas uma imediatamente legível, pertencente a Arcádio). Claramente em contexto de perda fortuita, documentam uma circulação monetária numerosa. Finalmente, a recolha de um tijolo de cunha e de um tijolo quadrangular de secção larga, elementos habituais na construção de abóbodas, encontrados na UE70, podem indicar-nos a reutilização destes materiais empregues na construção de muros.

Saindo para o exterior do Compartimento 5 encontra-se uma área aberta, livre de construções, mas cuja compreensão ainda não é perfeita, visto que as UEs que aqui foram encontradas ainda não foram escavadas. A escavação desta área permitiu também confirmar dois dados apontados pelas prospecções em geo-radar realizadas em 2004: a crescente subida, em termos de cota, do afloramento (cada vez mais próximo da superfície); e a inexistência de construções. Assim, observou-se o prolongamento da UE92, uma unidade de espaço amplo que se estendia para o lado Sul, entre o limite oeste do Compartimento 5 e o corte oriental. Predomina a UE92 em grande parte da área, observando-se como elemento estrutural mais significativo a ocorrência de um canto de possível edifício junto ao corte noroeste (muros UE100 e UE103). Junto a esta estrutura surgem um derrube de cerâmica de construção ((UE102, a sul) e de pedras de derrube de muro (UE101, a oeste).

Mais a norte, sob a UE1 temos a continuação do muro UE36, ao qual em data posterior foi anexado um outro muro, a UE76, que corta em sentido norte/sul a Extensão, definindo dois ambientes: a oeste, a UE75, um derrube de imbrices em excepcional estado de conservação; a este, a UE81 que, para já, parece ser um derrube de muro, por apresentar pedras dispersas e escassa cerâmica de construção, à semelhança do que mais a sul a UE68 já manifestava. Temos assim uma área coberta, eventualmente relacionável a norte com a UE41 (circunstância que futuramente se tentará esclarecer) e que seria aberta a oeste, embora coberto com um telheiro que, ao cair, formará a UE75. A oriente poderá haver um prolongamento para norte da UE68. O espaço é delimitado pelo muro UE76, que parece apresentar aqui uma entrada, visto que não encosta ao corte norte. A zona interior, designada de Compartimento 7, é claramente posterior em relação ao 5, circunstância visível pelo facto dos muros UE76 e 90 simplesmente adossarem ao muro UE96, enquanto os sistemas de construção deste último com os muros para sul são os mesmos. O Compartimento 7 seria claramente um espaço utilitário, com um pavimento muito rústico (UE121), feito de terra batida com algumas pedras muito pequenas e roladas. No seu

interior foi encontrado um *dolium* de pequenas dimensões, bi-asado e decorado, com perfil completo mas praticamente fracturado a meio, o que parece sugerir um encastramento em parede (?). Note-se que a presença de um fragmento de *terra sigillata* africana Hayes 97 ajuda a determinar uma datação muito tardia para a queda do telhado do Compartimento 7.

Desta forma, temos um momento mais tardio em relação ao Compartimento 5, circunstância também visível na cultura material. Ainda não foi realizado o tratamento completo dos materiais provenientes de outras Unidades para além da UE1, mas os dados para já existentes apontam para um horizonte do século IV/V.

Dentro deste conjunto de espaços e estruturas existe um leque de elementos que poderão ser relacionadas com a circulação e armazenamento de água, que sem dúvida aqui teria um papel muito importante. A peça central seria constituída por um tanque (UE39), quadrado de 70 cm em cada lado e com profundidade média de 40, com reboco interno de *opus signinum* (2 cm de espessura média) de elevada pureza e esmerada aplicação. A sua construção perfura o afloramento, sendo reforçada por uma "carapaça" de argamassa (54 cm na máxima largura), com aplicação de tijoleiras em fiadas sobrepostas recobertas por *opus signinum*. O tanque teria altura indeterminada, mas certamente seria elevada, não só pela espessura do anel de argamassa envolvente, destinado a suportar uma construção com alguma altura, mas também porque do lado exterior norte sobreviveu precariamente, em pontos localizados, um outro pavimento de *coccio pesto* (UE37), indicando que, também aqui, a escavação decorre a níveis inferiores ao do pavimento.

A alimentação do tanque por certo recorria às águas pluviais, eventualmente aproveitando as escorrências dos telhados (foram recuperadas duas telhas de abas para condução da água um pouco mais a sudoeste, na mesma unidade, a UE22), mas beneficiando de uma canalização, a UE42, sendo visível a entrada de alimentação do tanque no canto noroeste. A canalização apresenta dois métodos construtivos, separados pelo muro UE41, sob o qual segue o seu percurso, o que implicou o reforço da estrutura. Assim, a sul deste seria composta de fragmentos de cerâmica de média dimensão pisados (um *coccio pesto* de inferior qualidade, digamos assim), recobertos por uma fina camada de terra, também batida, sobre a qual a água escorria. O conjunto era coberto por lajes de xisto e pelo pavimento atrás referido que residualmente se conserva. A norte apresenta-se a UE50, que desaparece sob o corte oeste, possivelmente em direcção a um tanque de *opus signinum* que um tractorista se recorda de ter destruído com a maquinaria agrícola. Neste traçado apresenta-se como um segmento de canalização constituída por cerâmica de construção justaposta em "V" que teria um cano de chumbo no seu interior, do qual foram recuperados quatro fragmentos. O conjunto estaria oculto por um pavimento (o já referido UE37), actualmente destruído.

O tanque apresenta um orifício idêntico, mas agora situado no canto sudeste, e que se destinava a permitir a descarga das águas no seu interior. Orientava-se sem dúvida para um orifício circular aberto no pavimento UE21, que serviria de pia de descarga de águas (UE28). Aqui desembocaria uma conduta que terá a sua origem para lá do corte este, e que é composta por uma depressão semicircular no pavimento UE21. Esta conduta é idêntica a uma outra identificada (UE46), embora esta seja talhada directamente no afloramento e apresente maior profundidade. A UE46 percorre no sentido oeste – este toda a área de escavação, tendo origem no corte oeste, previsivelmente sob o pavimento UE44.

Finalmente, a norte de todo este conjunto situa-se o Compartimento 4. Caracteriza-se pela precariedade do método de construção dos muros: trata-se de um conjunto que encerra um espaço rectangular, mas do qual só sobreviveu a primeira fiada, a tal ponto que está comprovado que a escavação decorre abaixo do nível do pavimento e na planta nem sequer é determinável onde ficaria a porta. Os muros apresentam-se directamente assentes sobre um tipo de afloramento em desagregação, um sedimento extremamente compacto e de difícil remoção (onde mais a norte ficaram marcados em negativo os traços de passagem do arado, o que evidencia o elevado nível de revolvimentos causados pelos trabalhos agrícolas), com justaposição simples de pedras unidas por ligante de terra. No seu interior

encontra-se a UE51, cuja escavação permitiu recuperar dois fragmentos de lucerna, de ânfora e fragmentos de *terra sigillata* galo-romana e hispânica. Estes elementos permitem situar o horizonte de ocupação a partir de finais do século I d.C. e, não sendo particularmente representativos do ponto de vista funcional, levam a pensar que este espaço seria meramente utilitário.

Neste ponto, como em quase toda a área, a convicção de estarmos a intervencionar o nível inferior ao dos pavimentos (bem visível aliás no desaparecimento do piso UE23, que está a uma cota superior àquela onde se desenvolve a área sul de escavação), limita em forte medida a interpretação dos espaços, uma vez que estamos a escavar o nível de fundação das estruturas. Este facto é agravado pela escassa potência estratigráfica do sítio, até ao momento não superior a trinta centímetros, o que leva a uma organização das realidades estratigráficas em planta, ou seja, horizontalmente em paralelo, havendo pouca complexidade vertical, o que inviabiliza a leitura de evoluções diacrónicas.

O que nos diz este conjunto de espaços e de áreas funcionais?

Objectivamente, faltam-nos elementos mais concretos, que definam funcionalidades e nos permitam perceber para que foi utilizado cada espaço. Mesmo do ponto de vista artefactual não existem grandes elementos, quer nas quantidades absolutas, quer na organização estratigráfica.

De qualquer forma, as propostas de interpretação que têm sido avançadas desde 2001 mantêm-se: estaremos perante um conjunto de armazéns que se destinariam a funções de apoio às actividades agrícolas. Uma zona de grandes compartimentos orientados em torno de um pátio aberto tendo a sul um corredor alpendrado. Uma área onde é evidente o cuidado com o armazenamento e circulação de água, que certamente seria necessária para a limpeza das áreas funcionais e eventualmente para dar de beber a pessoas e/ou animais. Mas com um conjunto de módulos edificados onde são patentes as diversidades de soluções construtivas, visíveis, por exemplo, na utilização de: a) um muro com alvenaria unida por argamassa e soco de sustentação mais largo; b) muros com alvenaria unida por argamassa e perfil homogéneo; c) muros com alvenaria pétrea unida por terra húmida; d) muros com alvenaria heterogénea unida por terra húmida. Nesta fase da investigação não é possível determinar se esta diversidade resulta de diferentes investimentos na fase de edificação, ou se de distintas soluções ao longo da diacronia.

Um outro plano tem a ver com o facto de, sendo este um complexo eminentemente rústico, termos recolhido um *pacote artefactual* extremamente diversificado. O quadro anfórico é, por exemplo, muito amplo[672], quer quanto ao abastecimento ao longo do tempo, quer na diversidade de proveniências; as cerâmicas de importação estão consecutivamente presentes em quase todos os espaços e áreas; a circulação monetária apresenta um considerável número de espécimes, sendo que todos os exemplares foram recolhidos em contexto de perda fortuita, o que demonstra a frequência de numerário em circulação.

Temos assim um quadro de compartimentos destinados a usos vários, eventualmente com grande polivalência funcional dentro de cada um deles. Uma zona que poderemos considerar como pertencendo à *pars rustica* de uma *villa*, se acaso foi este o tipo de sítio que existiu em São Pedro. Mas onde se detecta um intenso ritmo de mudanças e rearranjos do espaço, que à sua maneira contribuiu também para o quadro de dificuldade interpretativa que actualmente existe.

1.2. Sector da Igreja de São Pedro (ISP)

No caso da Igreja de São Pedro não existem dados documentais sobre o seu momento de edificação. Apenas existe uma referência nas *Memórias Paroquiais* ao facto de, previamente ao terramoto de 1755, o edifício já ameaçar ruína, com o telhado já caído e o culto transferido para Alter Pedroso. Todavia, a análise estilística do edifício aponta para

672 Carneiro & Alves, 2011.

um momento de construção em torno ao século XIV/XV, com uma forte remodelação no século XVII, momento em que, por exemplo, é colocado o pavimento em tijoleira do altar, do seu interior e do acesso exterior. Alguns pormenores no reboco interior da igreja indicam que o templo beneficiou de vários arranjos e de um considerável ritmo de pequenas obras, que no entanto não a terão alterado de forma significativa em termos planimétricos.

Os trabalhos permitiram confirmar que a entrada para o interior do edifício era feito pela porta existente na parede oeste, que no início dos trabalhos estava oculta por pedras e despejos vários. No exterior desta foi encontrado um pequeno pavimento em tijoleira, que antecedia a entrada no edifício, feita por dois degraus de blocos pétreos de grandes dimensões (sendo que um deles foi mais tarde removido e colocado no exterior do edifício). Aliás, identificou-se ainda um silhar com encaixe do fecho da porta ainda *in situ* e um segundo idêntico, também removido e colocado no exterior da igreja. Fora do templo, identificou-se o pavimento UE16, constituído por tijoleiras idênticas à UE5, ou seja, o pavimento do século XVI ou XVII que preenche o interior da igreja. A UE16 encontra-se em precário estado de conservação, fruto essencialmente da destruição pelo caçador de tesouros local que operou neste sítio nos anos oitenta. É claramente visível o processo de arrancamento das tijoleiras e o corte de outras de forma intencional, deixando uma grande perfuração de forma circular neste pavimento.

No exterior, a norte foram encontradas algumas estruturas de contextos claramente romanos ou tardo-romanos: a UE9, UE10 e UE11, cuja funcionalidade ainda não está completamente esclarecida, uma vez que ainda não existe suficiente leitura em planta. No entanto, e de forma provisória, interpreta-se a zona como uma área dotada de um piso em terra batida (UE11), que seria sustentada por um alpendre de telhado (UE10). Possivelmente poderia haver uma fossa de despejos, a UE9.

Também a oeste se identificaram ocupações de época romana: destaque para o derrube UE32 e o nível de ocupação UE51, com a extraordinária riqueza artefactual deste último selado pelo derrube, embora se tenha verificado que ele ocupava uma dimensão relativamente reduzida face à área total do corredor. O conjunto de materiais recuperado foi de extremo interesse, com fabricos de cerâmica comum de grande apuro técnico e formal e uma ampla colecção de cerâmica de paredes finas e de *terra sigillata* com séries muito bem delimitadas cronologicamente. A remoção deste derrube permitiu recolher um numeroso conjunto artefactual, do qual destacamos a recolha de alguns fragmentos de *terra sigillata* itálica que permitem ampliar o arco cronológico de presença neste local. Observa-se que o balizamento cronológico oscila entre o segundo quartel do século I d.C. e o início da segunda centúria, embora com posterior análise o intervalo possa ainda ser mais reduzido. É muito complexa a interpretação desta área definida por dois muros, mas a análise atenta da altimetria do derrube UE32 leva a supor tratar-se de um derrube de telhado de uma única água e assim, ou teríamos um alpendre, ou um corredor de trânsito que protegesse a passagem para outra área. O facto dos muros literalmente desaparecerem na sua progressão para norte (ou por dispersão agrícola, ou por terem sido retirados para incorporação na alvenaria da igreja) impede que se tenha uma leitura clara da continuidade deste espaço.

Acompanhando o lanço sul da parede oeste da igreja (onde se encontra a sua entrada), a abertura de uma área de escavação revelou-se crucial para o confirmar de suposições já avançadas desde 2000. De facto, e apesar dos trabalhos estarem longe da sua conclusão, a zona de escavação permitiu identificar um denso ritmo de construções que indicam a perduração no tempo de comunidades habitando este espaço. A incorporação, no aparelho de construção do muro UE24, de cerâmica comum tardia, e a recolha de cerâmica também tardia na UE28, apontam nesse sentido.

Da mesma forma, observa-se o perfeito alinhamento estrutural entre estes muros e a parede da igreja medieval, o que indica que, aquando da construção desta última, as estruturas romanas ainda se encontravam bem visíveis e, em última instância, a sua edificação resulta de uma remodelação de parte do edifício romano. Finalmente, a

colocação de dois grandes silhares no muro UE27 demonstra a monumentalidade do edifício romano existente neste sector. São de granito de grão fino perfeitamente trabalhado. Pertencerão a um elemento estrutural de grandes dimensões e robustez, embora o termo da campanha não tenha permitido a escavação em profundidade das Unidades envolventes. De qualquer forma, trata-se claramente de um muro de época imperial, que delimitará um compartimento de marcada relevância estrutural.

Outro dado interessante para análise reside no modo como este muro de silhares é, em momento posterior, ligeiramente ampliado e reforçado com um muro de alvenaria empregando pedras de pequenas dimensões, cuidadosamente colocadas, e com aparelho reforçado por argamassa de terra seca (UE24). Esta construção, relativamente precária, regista também a inclusão de alguns fragmentos de cerâmica comum, precisamente dos tipos atrás mencionados, o que denuncia portanto um momento muito tardio na sua edificação. Todavia, em olhar mais amplo, este reforço do muro parece servir para compartimentar um espaço já existente, subdividindo-o em espaços menores. Assim, temos um primeiro espaço com pavimento em terra batida (UE35). A remoção do derrube que cobria este pavimento (UE25) revelou numerosos pingos de escória, mas nenhuma mancha de cinzas associável que documentasse uma actividade de fundição. De resto, nem a análise do espólio aqui recolhido ajuda a atribuir uma proposta para este espaço, embora a presença de uma talha com manchas de cinza (ISP5/04 UE25 [7]) seja também relevante. Confirma-se também que a construção do muro UE20, feito com uma alvenaria pouco trabalhada e disposta de forma caótica, terá sido um acrescento tardio que compartimentou um espaço que, originalmente, deveria ser maior. No seguimento da UE27 temos um pequeno compartimento preenchido pela UE28, camada genericamente semelhante à UE25, preenchida quase por completo com blocos de pedra proveniente dos desmontes dos muros. Sob esta UE surgiu a UE57, semelhante ao pavimento UE35, embora com inclusão de pequenas pedras, eventualmente para colmatar as irregularidades do afloramento.

Acompanhando a parede sul da igreja, o panorama foi estruturalmente muito confuso, e necessita de uma maior ampliação de área para uma plena interpretação, o que na altura não foi feito devido à presença de oliveiras. Por este motivo não descrevo as realidades estratigráficas aqui identificadas.

Finalmente, a área do altar da igreja. Atrás da estrutura, a intervenção de 2006 trouxe como novidade essencial a identificação do primeiro elemento antropológico humano em contexto nesta escavação, a que logo se seguiu um segundo (UE72 e UE82). A recolha de ossos aparentemente humanos já se havia processado em alguns momentos de campanhas anteriores, nomeadamente aquando da escavação do interior da igreja, em que por vezes, nos níveis de revolvimento, se encontravam ossos, mas completamente desconexos pela intervenção do caçador de tesouros. Esta foi a primeira vez que se encontraram elementos em conexão.

Esta situação levanta questões de particular interesse sobre o perfil de utilização deste templo em época medieval, pois os enterramentos exteriores inviabilizam a manutenção de uma proposta de interpretação que colocasse a igreja unicamente como ponto de passagem e de procissão anual. Ou seja, a escolha de duas pessoas por se fazerem tumular neste espaço indica que aqui residiu alguém durante algum tempo, que afectivamente se vinculou ao espaço e nele desejou ser enterrado. É portanto necessário supor a presença de um eremita ou de um capelão que cuidasse da igreja e nela residisse, cuidando da sua manutenção.

No exterior foi intervencionado um espaço livre, correspondente à UE79. Esta camada apresenta-se, como é hábito nesta zona, fortemente remexida e revolvida. Aqui foi recolhido um dos elementos mais interessantes resultantes da campanha de 2006, ou seja, um conjunto de placas de mármore branco, que sem duvida terão sido empregues em revestimentos de parede ou pavimento nas estruturas romanas. Estas placas constituem um elemento de prestígio que é complementável com a recolha, à superfície, de uma placa, também em mármore, mas róseo, que foi feito enquanto as escavações decorriam.

Já nos últimos dias da campanha de 2006 foi detectado um alinhamento de silhares, acompanhando o corte este da escavação. Poderão pertencer a uma estrutura de época romana, de tipo indeterminado, mas que indiscutivelmente apresentam acentuada monumentalidade, dado o porte dos elementos individuais. Aparentemente parecem estar deslocados da sua posição original e alinhados junto à igreja, mas estão separados fisicamente do altar do templo medieval. A interrupção do projecto de investigação levou a que esta estrutura ficasse por definir.

Em balanço geral sobre o sector ISP, o que há a dizer?

O objectivo central do projecto, que passava por determinar a pré-existência da igreja, se encontra por concluir ao fim de sete campanhas de escavação. Que o templo está assente sobre um ponto de povoamento, mais vasto, de época romana, fica fora de dúvidas; os dados estruturais e materiais são suficientemente eloquentes. Qual o tipo de sítio, e qual o ambiente escolhido para a construção do espaço de culto, são questões ainda em aberto. Várias estruturas foram identificadas, mas em nenhuma podemos apontar uma funcionalidade clara. A cultura material é rica, e perfeitamente inserida nas correntes de circulação da época, mas insuficiente para uma determinação mais clara. De qualquer modo, ficam comprovadas as práticas de consumo sumptuário e de uma capacidade aquisitiva suficiente para absorver elementos materiais de elevada qualidade. Neste sector, em especial nas UE32 e UE51, a diversidade dos fabricos de cerâmica de paredes finas e de *terra sigillata* – incluindo uma elevada percentagem de tipos decorados – é de salientar, bem como a variedade de numismas em circulação (cuja limpeza e estudo ainda estão por realizar). Fica ainda comprovado que este ponto de povoamento evoluiu no tempo, verificando-se que um ambiente de grandes dimensões foi compartimentado em divisões mais pequenas em momento tardio (cuja determinação temporal ainda não foi realizada), documentando-se assim um processo de remodelação e subdivisão dos espaços que é já bem conhecido durante a Antiguidade Tardia.

1.3. Comentários gerais ao sítio de São Pedro

Foquemo-nos então no essencial: o que nos dizem seis campanhas de escavação?

Comecemos pelo óbvio: comprovada a presença romana, em momento posterior – sendo é incerta a sua fixação, mas seguramente ocorrendo no processo de cristianização da paisagem coincidente com a distribuição de territórios às ordens militares – instala-se uma pequena igreja, que abundantemente incorpora materiais do sítio envolvente. Este ponto de povoamento deveria ser muito expressivo e, na realidade, a distância entre sectores de escavação demonstra uma ampla área de distribuição de vestígios e estruturas (relembro que entre um e outro sector distam cem metros).

Quanto ao sítio romano, estão por confirmar as notícias de mosaicos que neste local presumivelmente existem. Os indicadores de monumentalidade e de requinte são evidentes, mas em rigor (ainda) não se encaixam totalmente nos parâmetros de uma *villa*, pelas razões já abundantemente apresentadas. Da mesma forma, os indicadores de produção expressam-se mais pelos objectos do que pelas estruturas: uma mó girante, pesos de trear dispersos, numerosos pingos de escória e, sobretudo no sector SPD, cerâmicas para armazenamento e transporte de alimentos. Fica também claramente expressa a plena inserção deste local nos circuitos de abastecimento: elementos numismáticos, frequente presença de cerâmica fina e de importação, diversidade de morfotipos anfóricos, são alguns elementos que comprovam esta leitura.

Estruturalmente, no sector ISP os dados são escassos. No interior de um possível corredor de passagem, protegido por um telhado de uma única água, encontrou-se um significativo espólio cerâmico, todo ele inserido dentro de um intervalo cronológico muito restrito. Próximo, e em parte cavalgado pelo corpo da igreja, um largo muro é compartimentado em divisões mais pequenas que ocorreu em momento tardio. No sector SPD, um conjunto de compartimentos abre para um pátio parcialmente porticado, e que possui, descentrado, um pequeno tanque para armazenamento de águas. Outros

compartimentos surgem, mas com distintas orientações e métodos construtivos, embora todos amplos e obedecendo ao mesmo módulo na sua construção original.

Um dos dados mais interessantes em São Pedro reside no processo diacrónico. A cartografia temporal dos diversos espaços e estruturas está ainda por fazer, pois a análise dos materiais ainda não passou do seu registo e inventário. Mas registe-se a primeira impressão: junto da igreja encontramos um derrube com uma clara filiação no século I d.C., eventualmente no segundo quartel; temos depois um conjunto de materiais pertencentes ao século II e III, embora com poucos contextos e estruturas relacionáveis. No sector SPD, por contraste, os elementos destas épocas são ténues: existem fragmentos de *terra sigillata* itálica, galo-romana e de cerâmica de paredes finas, mas os ambientes e estruturas são inteiramente do século IV e V em todos os espaços encontrados. Precisamente, é esta fatia temporal que no sector da igreja permanece ausente, mas em contrapartida os dados que apontam para uma presença tardo-romana ou alto-medieval estão exactamente nas UE 25 e UE28, que resultam da subdivisão de um espaço maior junto à igreja.

Ou seja (e este panorama necessita de ser afinado e pode ser por enquanto enganador), cartograficamente poderíamos representar um núcleo dos séculos I/II junto à igreja, a presença baixo-imperial em SPD e os momentos alto-medievais novamente junto à igreja. Um sítio que, ao invés de evoluir de forma estável, parece estar em *deslocamento* de um sector para o outro ou, melhor dizendo, em *expansão e refluxo*.

Se mais não fosse, a intervenção plurianual de São Pedro já nos mostraria dois pontos: o perigo de rotular precipitadamente os sítios; e o modo como estes evoluem espacialmente ao longo da diacronia. Muito há ainda para fazer neste local.

Outras referências: RP 6/124; Saa, 1957: 185; 273 (nota 1); 289; Diogo, 1996: nº 238; Serras, 1997: 181.

10.02. Horta Tirana

CMP 371 / CNS 16239

Junto a São Pedro, mas no vale, entre o sítio e a Ribeira de Vide. Como o nome indica, em zona de grande fertilidade agrícola, potenciada pelo aluvião do curso de água e pela fonte, apelidada de "Santa".

No terreno vê-se unicamente uma grande mancha de cerâmica de construção, dispersa pela lavoura. Não existem mais indicadores. Junto da casa existem menções a "coisas dos romanos", incluindo o achado de sepulturas. Desta forma, em 2004 propus a classificação do local como "necrópole (?)", sem que de então para cá existam mais dados a acrescentar.

Referências: Carneiro, 2004: nº 27; 2005: nº 98.

10.03. Santo Cristo

CMP 371 / CNS 13777

Do lado oposto do vale onde se implanta São Pedro, com o qual tem contacto visual e uma inserção paisagística bastante semelhante.

Junto ao monte encontram-se vários elementos pétreos: silhares, fustes e bases de colunas. Todavia, pelo que foi informado no local, os materiais são provenientes de São Pedro, de onde foram transportados.

Na sequência de obras para a colocação de uma canalização foram encontrados "vestígios de duas canalizações [...]. Aparentemente estas duas canalizações poderão pertencer a um sistema de escoamento duma villa romana, nomeadamente a canalização em pedra que se encontra associada a um muro formado por pedras de pequenas dimensões, consolidadas por opus signinum [...]. Junto a uma oliveira, na área entre a casa e o armazém, numa das aberturas feita para a instalação dos tubos elétricos, apareceram ossadas humanas"[673]. A cristianização do local ocorreu em momento indeterminado: "A

673 Ana Carvalho Dias, *Vestígios arqueológicos na Herdade de Santo Cristo.* [Cópia de informação interna do IPPAR-Évora depositada no Arquivo Municipal de Fronteira] [dactilografado].

Herdade do Santo Cristo tirou o seu topónimo da Capela que aí existiu dedicada a Cristo crucificado e que foi centro de grandes romagens por alturas da Semana Santa."[674] Será credível que a sepultura pertença ao momento da capela, mas a canalização e estrutura em *opus* serão naturalmente de época romana.

Subindo um pouco mais, para o alto desta suave elevação, encontram-se pedras trabalhadas e manchas de cerâmica.

Provavelmente teremos aqui uma situação semelhante a São Pedro: uma *villa* com edificação de um templo cristão que se lhe sobrepõe em época medieval, apagando as evidências.

Outras referências: Carneiro, 2004: nº 52; 2005: nº 45.

10.04. Quinta da Regada 1

CMP 371 / CNS 16236

Pequena mancha (100m^2) de cerâmicas de construção (tegulas e imbrices).

Referências: Carneiro, 2004: nº 49; 2005: nº 51.

10.05. Quinta da Regada 2

CMP 371 / CNS 16238

Em área de encosta voltada para as termas da Sulfúrea temos mancha de tegulas e imbrices e fragmentos de recipientes de armazenamento (*dolium*), em área de 300 m^2.

Referências: Carneiro, 2004: nº 50; 2005: nº 53.

10.06. Arrociada

CMP 383 / CNS 20188

Um dos sítios já não localizáveis e só fixáveis através de uma monografia local: "Na Arrossiada e principalmente na Tapada da Talasneira, há cerâmica romana em abundância e foram lá levantadas também várias sepulturas."[675] Todavia, por aqui também se deveria situar um ponto de povoamento, pois o autor indica que "observei vestígios".[676]

O segundo topónimo já não se identifica entre a população, mas o primeiro encontra-se grafado na CMP nº 383, em zona onde existem muitas hortas, junto ao vale da ribeira, e onde as diversas prospecções feitas não obtiveram frutos. Próximo encontrava-se um afloramento com marcas de rodados que sinalizava o antigo caminho entre Cabeço de Vide e Fronteira, e que foi destruído no final de década de noventa.

Outras referências: Carneiro, 2004: nº 3; 2005: nº 103.

10.07. Monte do Judeu

CMP 383 / CNS 20189

Defronte da casa encontram-se cerâmicas de construção e lajes de xisto depositadas no solo, sendo que alguns fragmentos cerâmicos rolaram pela encosta. No local existem referências ao achado de sepulturas, comprovadas no terreno por estes indicadores. No decurso da Carta Arqueológica de Fronteira todos os terrenos envolventes foram intensivamente prospectados, mas nunca foi identificado um ponto de povoamento correspondente.

Referências: Carneiro, 2004 nº 40; 2005 nº 104.

10.08. Dona Maria

CMP 383 / CNS 16115

Uma colecção particular detém materiais provenientes claramente de um contexto funerário: bilhas de cerâmica comum de tom claro, taças de *terra sigillata* e uma lucerna.

---

[674] Serras, 1997: 107. Mais adiante escreve-se: "O Monte do Santo Cristo parece estar assente sobre uma vila romana". (p. 186).

[675] Serras, 1997: 194.

[676] p. 177.

Existem informações de que na década de setenta foram descobertas sepulturas de inumação junto ao monte. No presumível local ainda foram observadas algumas cerâmicas de construção, junto ao regolfo da barragem.

Referências: Carneiro, 2004: nº 19; 2005: nº 91.

10.09. Monte do Pisão

CMP 383 / CNS 20145

Implantado em meia encosta, com bom domínio visual, voltado para sul e para o vale da ribeira de Vide que corre na base. Um casal romano, com área de dispersão entre 500 e 1000m^2, que apresenta tegulas, imbrices e tijoleiras de pavimento. Existem alguns fragmentos de cerâmica comum, incluindo um de fabrico manual, e foi recolhido um fundo de ânfora. Foram ainda identificadas lajes de xisto, possivelmente de alguma das necrópoles noticiadas na zona. Seguramente um casal. De notar a relação visual com o caminho entre Fronteira e Cabeço de Vide.

Referência: Carneiro, 2005: nº 203.

10.10. Chaparral

CMP 383 / CNS 20182

Informação bibliográfica sobre um topónimo que hoje já não é possível reconhecer. Aqui terão sido encontradas duas sepulturas repletas de cinza e com vasos. Próximo, a menção de "alicerces muito antigos" indica um ponto de povoamento.

Referências: Serras, 1997: 179, 186; Carneiro, 2004: nº 17; 2005 nº 152.

10.11. Chabarneco

CMP 383 / CNS 20183

Situação semelhante à anterior. Menção de sepulturas para um sítio que não foi localizado nos trabalhos de campo.

Referências: Serras, 1997: 179; Carneiro, 2004: nº 16; 2005: nº 153.

10.12. Lagar do Penedo

CMP 383 / CNS 20193

Mais um local não identificado no terreno, neste caso pelo afogamento causado pela barragem da ribeira de Vide. As referências orais indicam um local com algum porte: muros, mós, telhas, cerâmicas e "loiça vermelha". Lenda associada, relacionada com o topónimo. Possivelmente, encontra-se em relação com o sítio de Dona Maria.

Referências: Carneiro, 2004: nº 29; 2005: nº 157.

10.13. Malhada da Amoreira de Baixo

CMP 383 / CNS 16117

Junto à malhada está uma mancha extensa e compacta com cerca de 5000m^2 constituída por um conjunto de tegulas de fabrico muito rústico, com as variadas tipologias no rebordo. Fragmentos de imbrices, *dolium* e cerâmica comum completam o reportório artefactual.

Referências: Carneiro, 2004: nº 30; 2005 nº 102.

10.14. Cegão

CMP 383 / CNS 20165

Implantação semelhante ao sítio anterior – terço superior de encosta suave – mas na vertente oposta (voltado a norte) e junto a um poço. Excelente visibilidade para o vale da ribeira de Vide. Cerâmica de construção (imbrices e uma tijoleira), cerâmica comum e um bordo de *dolium*. Possivelmente o sítio foi reocupado, notando-se a mistura de materiais.

Referências: Carneiro, 2004: nº 78; 2005 nº 146.

10.15. Nora

CMP 383 / CNS 16119

Em zona de relevos suaves, com linha de água na base, hoje represada por uma charca. No redil quadrangular encontram-se dois silhares, com talhe rústico, embutidos de cada um dos lados da entrada principal. A mancha de vestígios, contudo, encontra-se no início da vertente, junto ao topo, e é constituída por uma mancha abundante de imbrices, cerâmica comum e fragmentos de *dolium* ao longo de cerca de 4000m^2 (embora em parte espalhada pelas lavras, pois nota-se que a mancha é superior à plataforma que corresponde seguramente ao edificado). Certamente um casal com alguma expressão material.

Referências: Carneiro, 2004: nº 41; 2005 nº 100.

10.16. Samaruda

CMP 383 / CNS 16118

Junto às casas do monte, aquando da plantação de um olival que ainda hoje se encontra no local, foi descoberta acidentalmente uma sepultura. Pela descrição poderá ser de época romana: tinha lajes de xisto na cobertura, com estrutura de paredes em tijolo. Dentro encontrava-se um casal, sendo o previsível elemento masculino, de maiores dimensões, que apresentava o esqueleto mais bem definido. No interior, a sepultura continha alguns recipientes cerâmicos, incluindo "de loiça vermelha". Com a proximidade do sítio de Nora, e sem que se conheçam mais pontos de povoamento na envolvente, é tentador pensar que a sepultura corresponde ao local de habitat.

Referências: Carneiro, 2004: nº 51; 2005 nº 58.

10.17. Vences

CMP 383 / CNS 14528

Situado no topo de uma pequena elevação, com curso de água na base, o local foi reconhecido quando se procedia a uma acção de empréstimo de terras, acção que o mutilou parcialmente. Na superfície encontravam-se materiais dispersos, e no corte realizado pela escavadora encontravam-se também elementos *in situ*. Assim, foram realizados dois acertos de corte, em dois pontos distanciados, para tentar avaliar uma sucessão estratigráfica. Os resultados foram publicados[677] e discutidos. No essencial, foram identificados dois blocos pétreos possivelmente empregues em muro, um possível pavimento em terra batida com pedras de rio e uma estrutura de tipo lixeira. Os materiais cerâmicos recolhidos foram escassos e pouco relevantes, definindo um provável momento de ocupação tardio dentro do período romano.

Teríamos assim um pequeno ponto de povoamento rural, talvez de tipo casal ou inferior, com a cerâmica denunciando a preocupação de conservar os produtos armazenados (grandes contentores e *dolia*).

A intervenção permitiu também definir que mesmo antes do corte do perfil o sítio já estaria muito destruído, fruto da sucessiva acção agrícola e da sua implantação em pequena elevação muito sujeita à erosão.

Referências: Carneiro, 2004: nº 58; 2005 nº 79.

10.18. Almo

CMP 383 / CNS 20160

Um local com um conjunto de conteúdos muito interessantes, que nos ajudam a questionar a fronteira inferior na categoria de *villa*, ou o modo como no terreno é difícil calibrar os contornos materiais deste conceito, em função de elementos materiais contraditórios ou insuficientes.

No terreno, nenhum indicador de conforto ou de requinte, mas elementos monumentais: um fuste de coluna em granito com cerca de 40 cm de diâmetro, um

[677] Carneiro, 2004: 107-110

elemento rectangular com encaixe que terá pertencido a um peso de lagar, um silhar de grandes dimensões[678] e um bloco pétreo de grande porte com talhe de forma convexa. A área de dispersão de materiais é muito extensa, superior a um hectare: por aqui encontra-se uma grande mancha de cerâmica de construção, muito grosseira (grande percentagem com sinais de sobre-cozedura), com numerosas tipologias: tegulas, tijolos, imbrices, tijoleiras e quatro tijolos de quadrante. Também um bordo de *dolium* e alguma cerâmica comum. E nada mais, ou seja, está ausente a cerâmica de importação, à excepção de um fragmento de *terra sigillata* (galo-romana?)[679]. A aparência geral dos elementos é muito rústica, pela utilização da matéria-prima local, ou seja, um granito de grão muito grosso e que facilmente se desfaz.

A implantação é muito propícia, embora o local esteja exposto a norte e também a oeste: no encaixe de várias linhas de água, dominando férteis várzeas da ribeira do Carrascal, os vestígios espalham-se por uma elevação suave (fronteira ao sítio de Vences, com o qual tem contacto visual) e sobretudo pelas encostas muito amplas, formando uma espécie de anfiteatro natural. Dada a erosão, em certos pontos o afloramento sobressai, o que não augura grande potência de solo no terço superior da elevação.

Temos, portanto, que existem alguns elementos característicos das *villae*, mas a aparência geral do conjunto é de grande rusticidade, estando (por enquanto?) ausentes dados que permitam uma melhor caracterização. Dada a presença dos diversos elementos de granito (em ambiente de gabros), nomeadamente a coluna e o silhar, propus a classificação como *villa*, embora com o qualificativo de "rústica", dada a inexistência de elementos de importação ou de ostentação. Não será de excluir a presença de um povoado, visto que a área de extensão de materiais é apreciável, estando entre as mais amplas dos sítios do concelho de Fronteira.

Referências: Carneiro, 2004: nº 77; 2005 nº 140.

10.19. Herdade da Palhinha 2

CMP 383 / CNS 16141

Pequeno sítio nas proximidades de Herdade da Palhinha 1, com uma área circunscrita de 100m^2 onde se identificaram imbrices (idênticos aos do sítio principal), um bordo de *dolium* e um percutor.

Referências: Batata, Boaventura e Carneiro, 2000: 244; Carneiro, 2004: nº 25; 2005 nº 87.

10.20. Herdade da Palhinha

CMP 383 / CNS 13728

Extenso sítio arqueológico, presumivelmente correspondendo a uma *villa*, embora os indicadores mais seguros sejam os que pertencem à Antiguidade Tardia.

O local foi dado a conhecer a propósito da identificação de uma inscrição paleocristã aqui encontrada quando se procediam a trabalhos agrícolas, e que entretanto foi doada ao município de Fronteira. A peça é de enorme relevância, quer pelos seus conteúdos intrínsecos, quer pela escassez de testemunhos contemporâneos que são conhecidos nesta área regional. E é precisamente a última leitura da peça, apresentada por Manuela Alves Dias e Catarina Gaspar[680], que trouxe uma sugestiva leitura de grande alcance para a compreensão do sítio. Na realidade, na linha três do epitáfio é sugerida a leitura de *Lancie mon(a)st(erio)*, comentada do seguinte modo: "A l. 3 é a que levanta maiores problemas; após a observação directa da inscrição, admitimos *MONST* como abreviatura de *Mon(a)st(erio)*, que desenvolvemos como a forma de ablativo singular, para indicar a circunstância do 'lugar onde'"[681]. De acordo com esta interpretação, a epígrafe referir-se-ia à "sepultura da

678 +/- 120 cm x 40 alt x 50 l – a peça está fracturada.

679 Prospecção a 21.07.2005, já depois da publicação da Carta Arqueológica.

680 2006: nº 156.

681 Alves Dias & Gaspar, 2006: 259.

menina Petra, [que] viveu o tempo de 8 anos no mosteiro de Lancia", o que traria novas perspectivas em relação ao que foi o sítio de Palhinha.

Relembrem-se então os dados de terreno. O local foi classificado como *villa* em função da muito extensa área de dispersão de vestígios; visitado por cinco vezes entre 1999 e 2000[682], então estimei a área em 50000m^2, embora tal leitura possa ser um pouco exagerada ou ampliada pelas lavras. De qualquer modo, é seguramente na ordem dos três hectares, ao longo de duas encostas suaves, voltadas a oeste com ribeira na base (portanto, em implantação canónica para uma *villa*), estando o achado da peça (e a maior concentração de materiais) mais próximo de um dos topos, embora de todo o conjunto se desfrute de uma magnífica visibilidade para os territórios envolventes.

O que se encontrava no local, especialmente nos alvéolos das oliveiras arrancadas, era um conjunto muito bem conservado de cerâmica de construção, predominando as tonalidades claras: imbrices (muito abertos), tegulas (de perfil abatido ou pouco saliente), tijoleiras de pavimento, pedras de granito, e um conjunto que englobava cerâmica comum, dois fragmentos de *terra sigillata* (norte-africano e hispânico), um fragmento de *dolium* com digitações e um fragmento de ânfora. No adro das casas do monte, entretanto reconstruídas, estavam depositadas uma base de coluna, um tambor e uma mó movente, todos em granito. Por informação oral do antigo proprietário da peça foi indicado o achado de uma "pedra circular toda escrita à volta", (marco miliário?) entretanto destruída. Um antigo trabalhador da Herdade mencionou que no mesmo local foram encontradas outras epígrafes, entretanto perdidas: uma com figuração antropomórfica (uma cara grosseiramente desenhada) sobre texto latino, uma segunda com representação de um cavalo sobre texto latino, e uma terceira só com texto. Referiu ainda que, a este do local de povoamento, estaria uma zona de necrópole, pois ali se encontraram lajes de xisto, bilhas e jarros e uma sítula de bronze.

Os dados são variados e promissores. De forma comprovada, temos uma ocupação romana do local, à qual se segue uma epígrafe do século VI que permite entrever uma diferente unidade de povoamento[683]. Como é evidente, não é possível determinar se existe uma continuidade no povoamento ou uma reocupação do local. Em ambos os momentos, parece evidente a proximidade entre o ambiente residencial e o espaço funerário.

Mais difícil parece ser a percepção das formas de povoamento. A interpretação do local como *villa* parece provável, tendo em conta a amplitude da área de dispersão de vestígios e os indicadores de monumentalidade que estavam depositados junto ao monte. Sublinho que a escassez de materiais cerâmicos de importação devia-se ao facto de o arranque das oliveiras ter deixado claro que os níveis arqueológicos se encontravam ainda relativamente bem preservados; a área que mais impactos terá sofrido seria certamente a necrópole, mais próxima do topo da encosta. Todavia, note-se que todos os elementos que o local libertou eram relativamente grosseiros no seu fabrico (quer as cerâmicas, quer os materiais em pedra), ou seja, estamos aquém dos parâmetros de qualidade que caracterizam outras grandes unidades de povoamento na zona (e penso, por exemplo, em Defesa de Barros de Avis, o sítio espacialmente mais próximo). Acrescento ainda que não existe nenhum dado sobre o momento de fundação do local, sendo o elemento cronológico mais recuado o fragmento de *terra sigillata* hispânico. Quanto à evolução posterior do local, a hipótese de um "mosteiro" (fosse qual fosse a sua morfologia) é muito atraente, mas objectivamente nada foi encontrado – para além do epitáfio – que documente uma ocupação desta época.

Tendo em consideração todos estes dados, deve ser frisado que o sítio da Herdade da Palhinha foi indiscutivelmente uma grande unidade de povoamento em época romana, com uma pervivência temporal comprovada até momentos muito tardios (meados do século

682 A paisagem no local alterou-se entretanto de forma substancial, com a introdução de uma prática agrícola mais agressiva, à base da plantação de tomate.

683 As dificuldades de leitura da linha três são realçadas pelas autoras já referidas.

VI). Estes dados são seguros, e demonstram que este pode ser um local paradigmático para a percepção dos fenómenos de evolução e transformação durante a tardo-romanidade.

Outras referências: Batata, Boaventura & Carneiro, 2000; Carneiro, 2002b: 143-144; Carneiro, 2004: nº 24; 2005 nº 12.

10.21. Monte do Farrusco 1

CMP 383 / CNS 16102

É muito complexo avaliar como teria sido o sítio de Farrusco, pois a pequena elevação onde o sítio se encontra foi cortada em grande extensão, de modo a criar um terreiro para uso agrícola. Parte das terras certamente terão sido vazadas para cima de uma área onde existem vestígios arqueológicos, por isso o sítio foi em parte cortado, e em parte enterrado.

Os indicadores estão mais bem preservados na encosta sul, onde não se registaram alterações topográficas, e originalmente estaria também voltado para oeste (portanto, em implantação canónica). Está em zona de abundantes recursos hídricos, com a ribeira do Carvalho na base, e próximo da ribeira Grande. No entanto, da elevação não se dispõe de qualquer visibilidade envolvente.

Ainda se encontram dois silhares, previsivelmente em alinhamento original, e um outro próximo, ambos por trás de um muro de separação de propriedade. À superfície são visíveis vários fragmentos de cerâmicas de construção (tegulas e imbrices, muitos deles calcinados), muita escória de fundição e cerâmica comum. Foram recolhidos dois pesos de tear e dois fragmentos de *terra sigillata* hispânica. Encontrou-se ainda um fragmento de mó girante. Todos os materiais dispersam-se por uma área actualmente conservada de meio hectare.

Embora seja complexa a tarefa de perceber o que foi retirado ao sítio, e definitivamente destruído, parece possível afirmar que Farrusco 1 seria um casal de evidente vocação produtiva – mó, pesos de tear e abundante escória. Existem todavia indicadores de monumentalidade e uma cultura material interessante, pelo que não é de excluir a hipótese de aqui ter existido uma *villa*.

Referências: Carneiro, 2004: nº 39; 2005 nº 73.

10.22. Monte do Farrusco 2

CMP 383 / CNS 20171

Claramente um sítio monofuncional na dependência de Farrusco 1, do qual dista cerca de uma centena de metros. Pequena área de dispersão de materiais (cerca de 100m^2), marcada sobretudo por fragmentos de grande dimensão de escória e uma mancha de imbrices, alguns em bom estado, mas com marcas de fogo. Certamente um pequeno sítio dedicado à metalurgia, dadas as evidentes marcas das actividades de fundição, curiosamente também presentes no sítio principal. Na base de pequena elevação, que o protege dos ventos de norte.

Referências: Carneiro, 2004: nº 82; 2005 nº 169.

10.23. Cerro da Capela

CMP 383 / CNS 20170

Sítio com mancha de dispersão de materiais de cerca de 200m^2, com imbrices, um tijolo e cerâmica comum. Tem contacto visual com Farrusco 1, situando-se na margem oposta da ribeira.

Referências: Carneiro, 2004: nº 81; 2005 nº 168.

10.24. Coutada de Baixo

CMP 383 / CNS 20186

Ao longo de uma larga extensão (ampliada é certo, pela lavra do terreno que aqui anualmente se processa), encontra-se cerâmica de construção, muito dispersa, e estão

depositadas grandes lajes de xisto, junto a uma charca de água (elemento alógeno a um substrato granítico). Como tal, o sítio foi interpretado como necrópole[684].

Referências: Carneiro, 2004: nº 18; 2005 nº 50.

10.25. Porto de Vaiamonte

CMP 383 / CNS 20192

Um exemplo que ilustra bem a dimensão da perda de informação, ou as dificuldades em rastrear as evidências no terreno.

Entre a população de Fronteira é bem conhecida a existência no local, próximo da ribeira Grande, de um sítio arqueológico com abundantes vestígios, e que terá sido identificado quando no local se abriram valas para a exploração de tomate nos anos setenta. As menções coincidem: silhares, colunas, telhas e a "loiça vermelha" que comummente serve para identificar a *terra sigillata*.

Actualmente, o local, situado em anfiteatro natural voltado para a ribeira Grande, não é objecto de qualquer trabalho agrícola, pelo que se encontra permanentemente coberto por mato que serve para pastagem. Portanto, todas as prospecções foram inconclusivas, não se observando qualquer indício. Desta forma, um local apontado como tendo uma grande exuberância de vestígios desapareceu (temporariamente?) das acções de detecção e registo de superfície, inviabilizando uma confirmação do potencial aqui contido.

Referências: Carneiro, 2004: nº 48; 2005 nº 156.

10.26. Almentolios

CMP 383 / CNS 19067

Uma pequena unidade de povoamento com cerca de 200m^2 de área, sendo o elemento que mais capta a atenção a perfeita delimitação da superfície do sítio. A elevação suave apresenta uma plataforma exactamente onde se encontram os vestígios, e a vegetação apresentava-se aqui mais densa e elevada na altura da visita. Além de alguma pedra que poderá ter sido utilizada em construções, notam-se dois blocos de granito, que parecem silhares rudemente afeiçoados, uma mó girante, uma mancha de cerâmica de construção e algumas cerâmicas comuns de tonalidade avermelhada. Deverá corresponder a um pequeno casal agrícola.

Referências: Carneiro, 2004: nº 1; 2005 nº 124.

10.27. Porto de Melões

CMP 383 / CNS 8393

Sítio com alguma relevância, constituído por um conjunto de indicadores muito promissores. O local encontra-se na península formada pelo encaixe da ribeira do Bringelo na ribeira Grande, próximo de um antigo caminho de passagem do qual guarda ainda o nome.

As evidências espalham-se por uma área de meio hectare, considerando os dois núcleos: a oeste uma necrópole, onde surgiu uma sepultura de caixa em tijolo descoberta por trabalhos agrícolas. Não se conhece espólio votivo, mas apresentava ossos humanos. Na envolvente, surgem outras indicações que permitem pensar na existência de uma necrópole, nomeadamente lajes de xisto e várias cerâmicas de construção.

A este, no limite da península, encontra-se o que poderá ter sido um estabelecimento de tipo casal. São reconhecíveis, junto ao leito de cheia da Ribeira do Bringelo, alguns troços de muros em xisto, incluindo a esquina de um compartimento. O aparelho de construção é formado por lajes de xisto com ligante de terra húmida. Mais acima, existe ainda um grande peso de lagar, sendo visíveis numerosos fragmentos de *dolium,* alguns de grande dimensão e quebrados em conexão. A vegetação muito alta impede uma correcta visualização das realidades.

---

684 Circunstância que foi mantida desde o primeiro momento de interpretação, embora na base de dados *Endovelico* surja a referência a "casal".

A sul reconhece-se a existência de uma barragem, composta por um muro, na encosta da margem direita da ribeira do Bringelo, com aparelho muito irregular de grandes blocos de quartzo e de lajes de xisto, sem ligante, e com cerca de meio metro de espessura. Na margem oposta, um tanque e uma fonte de cronologia incerta, além de um caminho fóssil bem conservado.

Referências: Batata, Carneiro & Boaventura, 2000; Carneiro, 2004: nº 47; 2005 nº 42.

10.28. Fonte de Frade

CMP 383 / CNS 20194

Mais um sítio sobre o qual apenas existe a memória oral: achado de uma sepultura na sequência de trabalhos agrícolas, com invólucro sepulcral de tijolo revestido com "pedrinhas de xisto". No interior, pelo menos foi feita menção a "loiça vermelha", ou seja, *terra sigillata*, não sendo possível apurar se existiriam ossos ou cinzas.

Referências: Carneiro, 2004: nº 22; 2005 nº 158.

10.29. Barrocal

CMP 383 / CNS 19064

Pequeno sítio fronteiro à necrópole de Outeiro dos Mouros, apenas separado pela linha de água de um pequeno afluente da ribeira de Ana Loura. Situa-se na base de uma elevação suave, distante do leito de cheia apenas por uma plataforma que o alteia e onde se concentram os vestígios: em 200m^2 encontra-se uma mancha de imbrices, um fragmento de bojo de *dolium* e algumas cerâmicas de armazenamento muito grosseiras, semelhantes a imbrices. Uma mó girante denuncia actividades produtivas, funcionando este local certamente como uma unidade na órbita dos locais da outra margem.

Referências: Carneiro, 2004: nº 5; 2005 nº 121.

10.30. Merouços 2

CMP 384 / CNS 16164

No alto de uma pequena lomba encontra-se um pequeno sítio, mesmo junto ao traçado da via XIV que aqui se encontra bem visível, com um caminho murado e marcas de rodados no afloramento. Os materiais encontram-se em área muito circunscrita: mancha de imbrices e tegulas em área de 300m^2. Próximo, encontrou-se uma mó girante.

Referências: Carneiro, 2004: nº 34; 2005 nº 86.

10.31. Merouços 1

CMP 384 / CNS 16163

A necrópole da *villa* da Horta da Torre, implantada no topo da elevação imediatamente a seguir e apenas separada por uma pequena linha de água. O espaço funerário encontra-se assim entre a unidade de habitação e a via XIV. A crista do afloramento protegeu uma parte do conjunto, cujos topos ainda são visíveis: afloram *laterae* definindo duas sepulturas, encontrando-se no local mais exemplares de cerâmica e algumas lajes de xisto, alem de tegulas e imbrices. Também deste local provêm algumas tampas de mármore, que foram doadas à Reserva de Arqueologia da Câmara Municipal de Fronteira.

Referências: Serras, 1997: 179; Carneiro, 2004: nº 33; 2005 nº 85.

10.32. Alto da Torre

CMP 384 / CNS 20167

Concentração de imbrices com cerca de 100m^2, mas sobre o local existem histórias que mencionam o aparecimento de escórias e "limalhas de ferro", que não foram observadas. Certamente um pequeno sítio, na dependência da Horta da Torre.

Referências: Carneiro, 2004: nº 79; 2005 nº 149.

10.33. Horta da Torre

CMP 384 / CNS 5760[685]

Trata-se do melhor exemplo concelhio da grande *villa* clássica: excelente construção, elevada monumentalidade, requinte e qualidade em todos os elementos estruturais e artefactuais. Infelizmente, foi este conjunto de características que conduziram o sítio a uma espiral de depredações e destruições que o deixaram irremediavelmente mutilado.

A inserção do sítio na paisagem respeita o padrão habitual: meia-encosta suave, voltada a sul e oeste, para onde desfruta de apreciável visibilidade, tendo abundantes recursos hídricos nas proximidades e dispondo ainda de uma ampla variedade pedológica na envolvente. Encontra-se a cerca de quinhentos metros da via XIV, dispondo de *diverticulum* próprio.

Até 2005 decorreram um conjunto de iniciativas que conseguiram pôr fim à acção destrutiva do antigo proprietário e dissuadiram caçadores de tesouros de operar no local. A mais significativa dessas acções consistiu na realização de sondagens e levantamentos gráficos dos núcleos mais representativos, desentulhando de pedras aqueles que se encontravam cobertos. Por razões logísticas, as sondagens foram interrompidas antes de produzirem resultados relevantes para a compreensão do local. Mantém-se assim, genericamente, o estado de conhecimentos já publicado em diversas ocasiões[686] e resultante da observação dos três principais núcleos estruturais visíveis: o "Banho", extenso tanque de 15x25m, com cuidado forro de *opus signinum*, apresentando ainda uma parede conservada, uma conservada em parte, e uma terceira tombada[687]; a "Torre", grande estrutura absidada pertencente a um edifício termal ou à pars urbana da villa; e a "Mesquita", grande estrutura em ábside, revestida a mosaicos, que poderá também ser uma dependência da pars urbana.

Também logo a sul e cerca de 30 metros a oeste do *Banho* foram identificados extensos pavimentos de *opus signinum*. Finalmente, em Setembro de 2002 uma lavra mais funda evidenciou, cerca de vinte metros a oeste da "Torre", a existência de um pavimento de mosaicos afectados pelo arado, com inclusão de tesselas em vidro e metal. Foi nesta área que se realizou uma sondagem, que permitiu identificar restos de mais dois tanques de *opus signinum* e uma canalização escavada na rocha.

Mais a sul, junto à pequena casa, estão reaproveitados, nos aparelhos de construção das várias habitações, pelo menos seis elementos de mós. Uma coluna de mármore negro de 1,85m de altura foi oferecida pelo anterior proprietário à C. M. de Monforte. Finalmente, um peso de lagar que hoje se encontra no Monte de Merouços foi recolhido na extrema das duas propriedades.

Entre estes núcleos existem numerosas estruturas aflorando à superfície, bem como uma profusão de pedras argamassadas, blocos de *opus signinum* e de cerâmica de construção. Entre estas estruturas encontra-se numeroso material de superfície, como elementos arrancados de estruturas, ânforas, *terra sigillata*, cerâmica comum e escórias. No entanto, existe uma considerável concentração de cerâmica fina de importação na horta junto ao curso de água, escasseando à medida que o sítio se desenvolve pela encosta. Neste conjunto destacam-se necessariamente as marcas de oleiro em *terra sigillata* itálica de C. SERTO PROCL e de CN ATEI EV…DI, de ateliers de *Proculus* e de *Euhodus*, que levantam questões extremamente interessantes que já foram abordadas em artigo próprio[688]. Queria apenas chamar a atenção para o facto de funcionarem como elementos datantes de uma cronologia extremamente recuada, logo no primeiro quartel da Era, o que

685 Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.

686 Artigo genérico em Carneiro, 1999-2000; informação mais resumida em Carneiro, 2004: nº 26 e Carneiro, 2005: nº 48.

687 A sua implantação espacial, a uma cota superior em relação aos restantes núcleos estruturais, indica que a sua função claramente relacionava-se com o abastecimento de água ao núcleo residencial e a um espaço termal que seguramente existiria em tão monumental complexo. Todavia, junto às casas do monte, encontra-se um complexo conjunto de canalizações, que poderão aproveitar estruturas romanas relacionadas com o cultivo de *horti* nos terraços junto à linha de água.

688 Carneiro & Sepúlveda, 2011.

coloca o momento fundacional do sítio no momento de criação da paisagem imperial romana. Embora as duas peças tenham sido recolhidas à superfície, e por isso tenham de ser olhadas com cautela, documentam um momento temporal para o qual existem muito poucos dados. Ainda no campo artefactual, registo que é da Horta da Torre que provém a mais diversificada colecção anfórica no concelho de Fronteira[689], o que denuncia uma grande capacidade de abastecimento ao local, incluindo de importações da *Baetica*, dinâmica visível também na diversidade de fragmentos vítreos recolhidos em prospecção, nos testemunhos de fauna malacológica e na grande frequência de moedas que se encontram no local[690].

Realce ainda para o facto de, sendo esta uma *villa* que regista uma possível construção precoce, a julgar pelas marcas de oleiro itálicas, será também um sítio onde a presença humana se prolonga para lá do século V. Na realidade, os materiais de *terra sigillata* africana encontrados em prospecção indicam um abastecimento de materiais ao local até ao século VI, visto que no arco temporal temos como elementos mais tardios formas Hayes 76[691]e Hayes 93b[692]. Este dado é muito interessante porque, não sendo para já confirmável a interpretação da estrutura da "Mesquita" com um local de culto paleocristão, como já em tempos adiantei[693], testemunha-se mesmo assim uma vivência no local até momentos muito tardios e, lido em outra perspectiva, a capacidade de as redes de abastecimento de materiais norte-africanos chegarem até esta região em tempos muito avançados dentro do século VI. Este dado é muito interessante pois, se até aos inícios do século V o reportório tipológico do sítio é relativamente monótono (dominando as Hayes 50 nas suas distintas variantes), é precisamente a partir desse momento que a diversidade de formas aumenta substancialmente[694].

Desta forma, sendo o potencial patrimonial e científico da Horta da Torre por demais evidente, ficam por concretizar as planeadas acções com vista ao registo das principais estruturas e núcleos. Embora a médio prazo se tencione voltar a empreender as acções de terreno, deve ser salientado que este é um sítio complexo, com núcleos estruturais bem definidos e um volume de informação artefactual que exige uma gestão atenta e intensiva.

A Horta da Torre corporiza um paradigma de *villa* de grande aparato e opulência. É difícil definir o seu padrão de ocupação, mas existem numerosos indicadores de uma intensa exploração produtiva do meio envolvente: o "Banho" para armazenagem de água, eventualmente com fins agrícolas[695], as mós, o peso de lagar ou as frequentes escórias são testemunhos destas actividades. Todavia, o que mais chama a atenção é precisamente o perfil ostentatório de uma *villa suburbana*: a qualidade das construções (que só pela extrema robustez aguentaram os maus tratos infligidos), onde o assentamento cuidado dos diversos

689 Carneiro e Alves, 2011.

690 O que levou Augusto Serras a apelidar o local de "casa da moeda". Reproduzo uma passagem do autor, dado o valor documental das suas referências: "O topónimo vem-lhe de uma torre redonda de atalaia, com cerca de 18 m de diâmetro, postada no outeiro e cujos alicerces foram removidos há duas ou três décadas, para construção de um muro ali perto. O *Banho*, grande tanque, com duas grossas paredes ainda de pé. Eram visíveis abundantes vestígios de escória de cobre. Apanharam muitas moedas, bilhas e lucernas intactas. O autor e o Padre H. Louro fizeram escavações, tendo encontrado pedaços de mosaico romano, revolvidos pela charrua. A *Mesquita* tem paredes inferiores a um metro de altura mas a espessura ronda o metro. O tamanho é de cerca de onze por cinco. Um dos extremos longitudinais fecha em arco perfeito, enquanto o extremo oposto é aberto. Mário de Saa diz que o interior das paredes era forrado de mosaicos polícromos." (1997: 222-225.)

691 Fabrico entre 425 e 475 d.C.

692 Fabrico entre 450 e 550 d.C.

693 Carneiro, 1999-2000. A utilização da ábside em estrutura de "U alongado" não é exclusiva desse tipo de edifícios, pois é utilizada em época tardo-imperial para espaços de distintas funcionalidades.

694 Além das 76 e 93b, temos ainda registadas as formas 59b, 61a, 64 e 67.

695 A esse respeito refira-se que a ribeira de Vide apresenta dois açudes: um mais pequeno, junto ao sítio arqueológico, e outro de maiores dimensões, junto à E.N. Cabeço de Vide / Vaiamonte, e que inclusivamente apresenta uma pequena caleira de alimentação com aparelho de construção parece ser romana.

componentes do aparelho construtivo e a utilização de uma argamassa muito branca (com elevadas componentes de cal) e colocada com grande rigor permitem uma intrínseca solidez da alvenaria; mas também a variedade e a abundância do pacote artefactual do sítio permite que se encontrem alguns elementos de excepção raros a nível regional (e refiro-me aos protótipos anfóricos e à variedade formal de *terra sigillata*, com os fabricos mais significativos representados – itálica, galo-romana, hispânica e as africanas – apresentando sempre grande diversidade tipológica). De forma meramente empírica e unicamente com recurso à observação macroscópica, registo por exemplo o grande apuro formal e qualidade de acabamento dos diversos tipos de cerâmica comum aqui presentes, o que reforça a já referida capacidade aquisitiva, mas também uma cuidada escolha dos componentes incorporados no quotidiano.

Independentemente do que tenha sido, a Horta da Torre demonstra a qualidade da construção e dos componentes móveis que preenchiam o quotidiano de uma *villa* romana.

Outras referências: RP 6/126; TIR J-29: 154; Saa 1956: 186.

10.34. Caniceira 1

CMP 384 / CNS 16160[696]

Sítio próximo do itinerário da "Estrada dos Castelhanos" (via XIV), apresentando em área de 200m^2 uma mancha de tijolos, imbrices, um fragmento de tegula e de *dolium*.

Referências: Carneiro, 1999-2000; 2004: nº 11; 2005: nº 82.

10.35. Caniceira 2

CMP 384 / CNS 16161[697]

Situação semelhante à anterior, mas implantado no topo de uma elevação suave. Área de dispersão idêntica, proximidade evidente ao curso da via e à superfície quase o mesmo registo: mancha de imbrices e tegulas e algumas pedras que poderão ter pertencido a uma construção.

Referências: Carneiro, 1999-2000; 2004: nº 12; 2005: nº 83.

10.36. Caniceira 3

CMP 384 / CNS 16162[698]

Prosseguindo no curso da via XIV, passando o alto da lomba e entrando na bacia hidrográfica seguinte (ribeira do Juncal) voltamos a ter um sítio idêntico aos anteriores: unicamente cerâmica de construção (e apenas uma tegula) em mancha reduzida; presença de numerosos blocos pétreos que poderão ter sido incorporados em construções.

Referências: Carneiro, 1999-2000; 2004: nº 13; 2005: nº 84.

10.37. Castelo do Mau Vizinho

CMP 384 / CNS 13713

Na vertente da elevação onde se implanta o povoado fortificado existem sinais de um sítio romano com algumas dimensões (500m^2), embora difícil de caracterizar. No terreno foram localizados cerâmica de construção dispersa, alguma cerâmica comum, bojos de *dolium* e ainda um fragmento de *terra sigillata* hispânica; na base de dados *Endovelico* acrescentam-se escórias, pesos de tear e ânforas, que por mim não foram encontrados na prospecção intensiva feita em todo o terreno. No entanto, poderá existir aqui um sítio com dimensões significativas: junto ao Monte da Caniceira encontram-se um peso de lagar e um silhar que poderão pertencer a este sítio ou, dada a implantação do monte, a algum local já em território monfortense.

Portanto, as dúvidas sobre que tipo de sítio aqui existente permanecem, embora os dados possam apontar para um casal, em evidente proximidade com o povoado fortificado,

[696] Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.
[697] Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.
[698] Na base de dados *Endovelico* encontra-se atribuída à freguesia de Vaiamonte, concelho de Monforte.

e a não muita distância da *villa* da Horta da Torre, na outra margem da ribeira do Carrascal, com a qual aliás mantém contacto visual.

Referências: Carneiro, 2004: nº 14; 2005: nº 4.

10.38. Couto Dona Luísa

CMP 384 / CNS 20148

Prosseguindo o nosso caminho em direcção a sul, pela via XIV, encontramos outro sítio, semelhante ao conjunto de três locais da Caniceira. A meia encosta, voltado a sul, junto a um poço, temos imbrices, cerâmica comum, um fundo de *dolium* e um peso de tear em mancha de 400m^2.

Referência: Carneiro, 2005: nº 206.

10.39. Arneiros

CMP 384 / CNS 20191

Outro local de onde apenas temos um registo indirecto, deixado por Augusto Serras[699] que menciona a observação de vestígios reconhecíveis como "romanos", o que indica estruturas à superfície. No local foram ainda mencionadas sepulturas, previsivelmente romanas. Sem conhecer a exacta localização dos vestígios, registo mesmo assim a segura proximidade à via XIV.

Outras referências: Carneiro, 2004: nº 2; 2005: nº 155.

10.40. Domingos Pires 2

CMP 384 / CNS 20143

Novamente o mesmo padrão de implantação e de registo de superfície dos sítios anteriormente listados: próximo do traçado da via XIV, o sítio ocupa uma plataforma mais virada a norte, sensivelmente a meio da encosta, com linha de água na base, e os vestígios estão junto a um morouço agrícola, pelo que será de supor que no subsolo existam ou tivessem existido construções.

Mancha pequena (200m^2) de cerâmica de construção (imbrices), cerâmica comum e alguma cerâmica manual. Foi encontrado um peso de tear de fabrico muito rústico, com numerosas imperfeições.

Referências: Carneiro, 2005: nº 201.

10.41. Pocilgais

CMP 384 / CNS 20181

Um conjunto de peças sobre o qual foi ensaiado o processo de *remontagem* da intervenção arqueológica, a partir dos dados fragmentários e lacunares que foi possível ir juntando[700]. Mesmo assim, as dúvidas existentes são tantas que, por exemplo, nem a exacta localização do sítio é conhecida.

Relembrem-se os factos: a única referência ao sítio de Pocilgais surge numa nota de rodapé de um artigo de Manuel Heleno em que se aponta "um cemitério com *terra sigillata* e cerâmica comum"[701], tendo a escavação sido conduzida por João Lino da Silva, que na década de cinquenta coordenava os trabalhos em Torre de Palma (Vaiamonte). O achado foi fortuito e da intervenção (em 1953) não sobreviveram registos para além das próprias peças, depositadas no MNA.

Previsivelmente a necrópole seria de cremação e pertence a uma seriação bem conhecida nesta área regional, com um espólio pertencente aos finais do século I d.C. e inícios do seguinte. A sepultura designada com o número 1 inclui duas taças de cerâmica comum, duas taças de *terra sigillata*, um púcaro, três bilhas, uma urna e um prato, todos em cerâmica comum.

---

699 Serras, 1997: 177; 182

700 Carneiro, 2005b.

701 1962: 314, nota 1.

A sepultura 2 compreende um púcaro de cerâmica comum, uma lucerna de fabrico emeritense com representação no *discus* de uma divindade feminina, um prato de cerâmica comum, duas taças de *terra sigillata* e numerosos vidros muito fragmentados pertencentes a, pelo menos, dois recipientes de forma indeterminada.

Finalmente, a 3 apresenta menor espólio, apenas com uma malga de grandes dimensões de cerâmica comum e uma taça de *terra sigillata*.

O dado mais relevante do conjunto acaba por ser a *coabitação* – em cada uma das sepulturas, mesmo na 3, onde só temos duas peças – entre as peças do *fundo local*, perpetuando as tradições indígenas do *saber-fazer* que já encontramos na etapa pré-Romanização, e as peças de importação já claramente inseridas nas dinâmicas comerciais do Império. Desse ponto de vista, Pocilgais permanece como um exemplo paradigmático da integração das comunidades locais (e sua cultura material) na nova esfera provincial, residindo um dos pontos de interesse no modo como no final da primeira centúria já estamos em momento pretensamente conclusivo dessa mesma interacção, mas onde ainda continuamos a encontrar o apego às morfologias tradicionais.

O sítio é também paradigmático da *invisibilidade* de muitas escavações que ocorreram nesta área geográfica, e do modo como a investigação era ditada, não por qualquer desejo de conhecer a região ou de agir de acordo com as potencialidades locais, mas simplesmente pelos achados e pelo curso casual dos acontecimentos e do que por vezes era encontrado. Esta aleatoriedade é de resto uma das marcas distintivas da zona e dos programas institucionais que aqui decorreram.

Outras referências: RP 6/140 [como "Pulsigais"]; Carneiro, 2004: nº 45; 2005: nº 151.

10.42. Bispas

CMP 384 / CNS 16231

Sítio identificado em 1985, de acordo com fotografias depositadas no Arquivo Municipal de Fronteira e que foram obtidas no terreno por técnicos do IPPAR. Não mereceu, todavia, abertura de processo nem referenciação na base de dados do IPA, desconhecendo-se os propósitos da visita.

Os vestígios encontram-se em dois topos de outeiros e no espaço entre eles, em relevo suave e próximo de um poço e do entroncamento da ribeira do Juncal na de Arneiros. O sítio implanta-se precisamente nessa península. Encontram-se algumas pedras aparelhadas e um cunhal de granito em L. Foram recolhidos dois pesos de tear, fragmentos de *dolium*, cerâmica comum e um fragmento de mármore de fraca qualidade de tom cinzento. Também se encontram imbrices, tegulas e tijolos, além de um fragmento de ânfora.

Os materiais são escassos e estão muito dispersos, sendo a visibilidade do terreno dificultada por não haver trabalhos agrícolas (zona de pastoreio). Mesmo assim, é possível definir uma área de dispersão grande, de cerca de 1000 m^2. Os indicadores certamente pertencem a um casal agrícola com algumas actividades produtivas.

Com forte possibilidade este será o habitat que estaria articulado com o achado de sepulturas romanas em Pocilgais, visto que por informação oral foi possível determinar que este último foi descoberto nas imediações.

Referências: Carneiro, 2004: nº 7; 2005: nº 62.

10.43. Monte Branco

CMP 384

Vestígios romanos não especificados. A referência bibliográfica menciona "povoados ou vilas"[702], referindo ainda que "observei vestígios romanos"[703], significando portanto que existiriam elementos visíveis à superfície que eram reconhecíveis. A falta de precisão quanto à localização do sítio (a herdade de Monte Branco é um extenso latifúndio) impede

[702] Serras, 1997: 182.
[703] Idem, p. 177.

uma definição mais precisa, para além do facto de um extenso plantio de olival ter modificado a paisagem do local.

Mais um sítio relacionado com a Estrada dos Castelhanos, pois a sua menção surge quando se refere o traçado da via e o topónimo de referência está próximo do seu traçado.

Referências: Carneiro, 2004: nº 36; 2005: nº 154.

10.44. Arribanas dos Arneiros

CMP 384

No alto de uma pequena plataforma sobranceira ao curso da Ribeira Grande, mesmo no topo, foi identificado um pequeno habitat, em que se nota uma mancha de cerca de 300 m^2 com tegulas e imbrices de fabrico grosseiro.

Referência: inédito.

10.45. Burraz 2

CMP 397 / CNS 20144

Implantação em pequena elevação, que em nada se distingue de outras que aqui modelam o relevo suave da zona. Ocupando um topo, mas sem qualquer destaque ou visibilidade acrescida. Tem ribeira na base e poço nas imediações.

O sítio apresenta conteúdos muito interessantes: grande e abundante mancha de concentração de materiais, com cerâmica de construção (imbrices em profusão e algumas tegulas), cerâmica comum (alguma de fabrico manual), um bordo de *dolium*, um peso de tear e um elemento movente de mó. Como elementos arquitectónicos, encontra-se um silhar de granito, numerosa pedra afeiçoada, e um ábaco em mármore, que terá pertencido a um edifício paleocristão, certamente a um local de culto. Aliás, a propriedade imediatamente contígua que a Carta Cadastral 1:5000 refere chama-se "Courela da Capelinha".

Pelo bom estado de preservação dos materiais visíveis à superfície, afigura-se que uma intervenção arqueológica poderia apresentar resultados relevantes. Até lá, o sítio permanece interpretável como um casal romano, mas a recolha do ábaco e a menção micro-toponímica levantam a hipótese de aqui (ou nas proximidades) se encontrar um templo paleocristão.

Referências: Carneiro, 2005: nº 202.

10.46. Burraz 1

CMP 397 / CNS 19083

Menção oral ao achado, na sequência de trabalhos agrícolas, de cinco sepulturas, cobertas de lajes de xisto e com caixa sepulcral também neste material. Dentro encontraram-se um total de três crânios, vários ossos e fragmentos de cerâmica dispersos.

O sítio não foi localizado, embora tenha sido objecto de prospecções em duas ocasiões. Todavia, na margem oposta da ribeira onde foi identificado Burraz 2 encontraram-se lajes de xisto (algumas de grandes dimensões), pedra estranha ao ambiente geológico nesta zona. A localização deste indício corresponde ao ponto referido na informação oral.

Referências: Carneiro, 2004: nº 8; 2005: nº 127.

10.47. Talha de Baixo

CMP 397

Novo sítio identificado em prospecção localizada no outeiro fronteiro à elevação da necrópole, no lado oposto da estrada. Apresenta excelente domínio visual, dado o topo não ser muito elevado, mas estar ligeiramente isolado e em posição superior à envolvente. A plataforma de topo é muito plana. Em cerca de 500 m^2 há dois tipos de vestígios: telhas, imbrices, cerâmica comum grosseira, pedras argamassadas e blocos de *opus signinum* que podem indicar um casal romano, eventualmente complementado por algumas lajes de xisto

que poderão pertencer a uma necrópole. Alguma cerâmica manual indica uma ocupação do Neolítico/Calcolítico.

Referência: Inédito.

10.48. Outeiro do Mouro 1

CMP 397 / CNS 13776

Juntamente com a necrópole anexa, o local foi rebaptizado quando recomeçaram as intervenções arqueológicas em 2007, por dois motivos: porque o micro-topónimo é particularmente significativo, mas também porque o sítio havia precipitadamente recebido o nome de uma herdade com a qual não tinha qualquer relação física e paisagística.

Quanto ao local de habitação, o mesmo já foi apresentado publicamente, estando ainda por discutir algumas particularidades da cultura material, prevendo-se a publicação de um estudo próprio para breve. Isto porque o sítio permanece na fronteira entre os conceitos de *villa* e de casal: a favor da primeira hipótese temos materiais identificados como silhares, um tijolo de quadrante, fragmentos de *opus signinum* e um conjunto de artefactos relativamente interessante, recolhidos em sondagem de apenas 4x3 metros: pelo menos cinco recipientes de *terra sigillata* hispânica[704] e um de *sigillata* africana[705] e dois fragmentos de cerâmica de paredes finas, um de fabrico emeritense[706] e outro bético[707]. A bolsa onde estes materiais foram encontrados parecia corresponder a um contexto de tipo lixeira, a julgar pelas cinzas que envolviam as peças e pela sua colocação numa espécie de bolsa escavada no areão sobre o afloramento. Na sondagem e em prospecções foram identificados pesos de tear, fragmentos de ânfora, numerosos fragmentos de cerâmica comum, predominando as formas utilitárias, duas mós girantes, fragmentos de vidro e elementos de escória.

Contra esta interpretação, e a favor de uma estrutura mais modesta, estão outros conteúdos. Por exemplo, a área de dispersão de materiais parece ter sido sobre-estimada, dada a dispersão provocada pelos trabalhos de plantio de vinha e pelas escorrências da encosta; não deverá ser superior a 3000m^2, embora se detectem mais manchas de materiais pela propriedade, que poderão corresponder a outros núcleos. Depois, temos as estruturas identificadas na sondagem: a esquina de um compartimento com duas paredes, em que uma utilizava o afloramento, notando-se a colocação de duas fiadas de pedras em altura (30 cm), com ausência de argamassa ligante, mas utilizando em certos pontos cerâmica de construção no aparelho. Não se identificou qualquer vala de fundação. Eventualmente poderiam definir um compartimento com piso em terra batida (UE10), visto que se notou a existência de um sedimento extremamente compacto que utilizava pedras de muito pequena dimensão em certos pontos, sobre um sedimento mais escuro (UE11) que repousava sobre o afloramento. O quadro geral é de uma qualidade de trabalho extremamente grosseiro, o que leva a pensar que, ou estamos perante uma morada unifamiliar sem grande requinte construtivo, ou perante um anexo de uma entidade maior.

Mesmo tendo em consideração que o sítio terá sido severamente mutilado, quer pela progressiva erosão, quer pela maquinaria agrícola, resulta óbvio o contraste entre a ausência de elementos construtivos relevantes e a diversidade de espólio de cerâmica de importação que, aliás, é concordante com o encontrado no espaço da necrópole.

---

[704] Incluindo um perfil quase completo de um prato da forma Dragendorff 15/17 e um fragmento de bordo de taça hemisférica de forma Drag.37 em *terra sigillata* hispânica decorada. Apenas se apercebe um pequeno arco de círculo que poderá pertencer a um motivo decorativo tipo medalhão.

[705] Fragmento de bordo horizontal de grande prato em *terra sigillata* africana clara D da forma Hayes 59, decorado com duas ranhuras. Cronologia de 320 a 420 d. C. Este elemento é o que fornece uma cronologia mais avançada para este sítio e para a necrópole de Outeiro dos Mouros 2, cujo quadro aponta para uma utilização entre a segunda metade do século I d.C. e a primeira da centúria seguinte.

[706] Dois fragmentos com colagem de parede com carena de taça em cerâmica de paredes finas da forma Mayet XLIII, com decoração mamilada efectuada pela aplicação de barbotina. Produção emeritense. Cronologia flaviana.

[707] Pequeno fragmento muito erodido, circunstância que impede uma definição da forma.

É importante referir que em nenhuma ocasião foi identificado qualquer elemento arquitectónico, nem no terreno (prospecção e escavação), nem por menção em informações orais. Em especial há a destacar a ausência de referências a mosaicos ou a inexistência no terreno de qualquer *tessela*, mas também não foram encontrados até ao momento quaisquer vestígios de colunas, capitéis ou estuques.

Deste modo, os resultados da sondagem foram paradoxais: se por um lado confirmaram um quadro estrutural pouco relevante, ou mesmo fortemente rústico, por outro permitiram a identificação de um conjunto de importação que, não apresentando conteúdos excepcionais, demonstra uma diversidade tipológica relevante, bem como um variado leque de proveniências.

Referências: Carneiro & Sepúlveda, 2001; Carneiro, 2004: nº 55 e 119-122; 2005: nº 46.

10.49. Outeiro do Mouro 2

CMP 397 / CNS 18202

O espaço funerário foi identificado em 2001, quando se procedia à plantação de uma vinha na propriedade. Na altura foram realizadas três sondagens, espacialmente distanciadas; a partir de 2007, quando os trabalhos de escavação foram retomados, procedeu-se à ampliação sucessiva de áreas a partir do foco da Sondagem 1, seguindo uma filosofia de *open area*, que permitiu identificar mais de trinta sepulturas até ao momento.

Não é este o espaço para apresentar os resultados do projecto de investigação, que de resto são muitos e promissores. Interessa aqui enquadrar o ambiente funerário com os pontos de habitação que se conhecem em volta.

E neste sentido, considerando *os sítios satélites* que orbitam em torno da necrópole – Outeiro do Mouro 1, Barrocal, Talha de Baixo e Monte da Amendoeira, de este para oeste e de norte para sul – refira-se, desde já, que os resultados da escavação conduzida na necrópole contribuíram para clarificar o perfil de povoamento que aqui existiu: apontam para um conjunto de sepulturas com um espólio pouco variado e plenamente inserido em actividades ligadas ao mundo agrícola, sobressaindo dois pentes de cardagem de lã como o elemento artefactual mais relevante. De resto, mantém-se a cronologia já proposta (segunda metade da primeira centúria d.C. e inícios da seguinte) e um conjunto de sepulturas onde coabitam as peças pertencentes ao *fundo indígena* da cerâmica comum já mencionada a propósito de Pocilgais, com algumas importações depositadas como oferendas – três lucernas e alguns recipientes de *terra sigillata*, em número mesmo assim reduzido face ao total de enterramentos. No restante, temos um conjunto de sepulturas de cremação, com diversas variantes: deposição de cinzas com espólio, deposição de esquírolas com espólio e deposição de cinzas sem espólio. Foram identificadas algumas estruturas pétreas sem qualquer espólio no interior, mas a sua identificação como sepulturas não é segura, pois não existe uma clara estruturação e/ou delimitação do presumível espaço de deposição; mais claras são duas caixas em lajes de xisto que constituem duas sepulturas de inumação, dentro das quais nenhum espólio ou elemento material foi encontrado, e que se implantam em local espacialmente distante do restante conjunto de enterramentos, ocupando o topo da elevação. Estas duas sepulturas poderão documentar tumulações posteriores neste espaço (eventualmente sem relação com a necrópole romana, por não haver uma percepção de visibilidade) ou então a existência de outro rito funerário dentro da comunidade.

Em visão geral, e em função dos dados até agora recolhidos – que relembro, ainda não foram suficientemente calibrados, porque o sítio permanece em escavação – a necrópole de Outeiro dos Mouros parece funcionar como o local de deposição final de uma comunidade fortemente vinculada às actividades agro-pastoris e à exploração do meio envolvente. Não existem bens de excepção, nem uma preparação da última morada feita com um requinte que ultrapasse a norma. Todos os conjuntos, e todas as sepulturas, assumem as tipologias já conhecidas para esta área regional e vinculam-se a uma comunidade que certamente habitaria nos pontos de povoamento em volta, dentro de um

quadro de povoamento disperso, e onde o Outeiro do Mouro funcionaria como pólo agregador e, porque não?, como referente na paisagem. Manifesta-se uma clara filiação nas tradições oleiras locais, o que não impede uma integração – modesta, é certo – dos elementos artefactuais característicos da ordem imperial.

Tendo em consideração este modelo de povoamento relativamente disperso (pelo menos enquanto não for identificado um sítio de maior volumetria, cuja existência não deve ser excluída), é possível que o referente unificador destas comunidades seja o espaço funerário comum. Isto porque a necrópole encontra-se no centro de um conjunto de quatro pontos de povoamento que orbitam à sua volta, estando as tumulações precisamente no centro.

Ora, este modelo espacial assume um evidente interesse, levantando várias questões.

Desde logo, e apesar dos escassos indicadores, é possível a existência de uma sincronia de ocupação entre estes sítios, pois os materiais recolhidos à superfície apontam nesse sentido, existindo um *ar de família* nas produções cerâmicas que, até prova em contrário, leva a crer numa simultaneidade de ocupação dos diferentes pólos.

É também possível especular que em modelos de povoamento disperso, como temos aqui nesta zona, as necrópoles funcionassem como espaços comunitários de enterramento, ou seja, não temos um modelo unívoco de *um povoado = uma necrópole*, mas de *vários povoados = uma necrópole*. Desta forma, Outeiro do Mouro 2 poderia funcionar como o epicentro tumular dos sítios de Barrocal, Outeiro do Mouro 1, Talha de Baixo e Amendoeira, e eventualmente até de outros que venham a ser identificados.

O que levanta ainda uma outra dúvida por esclarecer, que reside no facto do porquê de nesta área não encontrarmos o *modelo*-villa, mas antes um conjunto de sítios dispersos, aparentemente independentes entre si, e todos eles do tipo *casal agrícola*. A questão não é de fácil resposta, mas analisando a cartografia da área, esta parece funcionar como um espaço de transição; aliás, uma dupla transição, do ponto de vista pedológico (das terras de xisto para as terras de granito) e da presença humana (para oeste existe um vazio de povoamento, para este temos as *villae* de São Saturnino e de São Francisco). Poderíamos ter então um *espaço neutro*, digamos assim, que acaba por ser ocupado por estas pequenas unidades de povoamento, que aliás se posicionam a larga distância da via XIV, em franja marginal por oposição às *villae* que estão mais próximas do itinerário.

Há ainda uma questão conceptual: partindo do princípio que estes são casais autónomos e dispersos, mas de algum modo relacionados entre si, no espaço e em função de um referente, como apelidá-los? Casais agrícolas autónomos, um *vicus* disperso?

Finalmente, este modelo da necrópole como ponto polarizador dos sítios de povoamento satélites levanta uma necessária questão: a de sabermos se é um esquema reproduzido em outras áreas regionais. E aqui, infelizmente, os dados são escassos, pois raras vezes houve a preocupação de, escavando uma necrópole, procurar conhecer o tecido de povoamento envolvente. Em geral, o espaço tumular é sempre relacionado de modo unívoco com um sítio – geralmente uma *villa*; no caso fisicamente mais próximo, a Lage do Ouro, essa relação é óbvia. Olhando para Santo André (Montargil), todavia, a situação parece ser semelhante: não foi encontrando um grande ponto de povoamento, mas várias unidades dispersas. Poderemos ter aqui um paralelo.

Voltando a Outeiro do Mouro 2, certo é o facto de existirem evidentes similitudes entre as pastas e características técnicas das cerâmicas de construção e comum depositadas na necrópole e as existentes nos pontos de povoamento envolvente, assinalando portanto uma coabitação dos diversos sítios que formaram esta malha de povoamento que de forma tão densa aqui surge documentada.

Referências: Carneiro & Sepúlveda, 2001; Carneiro, 2004: nº 56 e 122-127; 2005: nº 174.

10.50. Amendoeira

CMP 397

Em zona de relevos suaves, distanciados dos sítios de Talha de Baixo e Outeiro do Mouro por um curso de água que a jusante foi modernamente represado. Tem por isso contacto visual com os sítios referidos.

Ao longo de cerca de 1000m^2 encontram-se vestígios com alguma densidade superficial: imbrices, tegulas e cerâmica comum pertencente a grandes contentores, como potes e alguidares, além de pelo menos três bordos de *dolium*. Ainda foram encontrados três fundos de *terra sigillata* hispânica (um deles conservado em cerca de metade, com marca de oleiro), quatro pesos de tear (um deles um contrapeso de pequenas dimensões), além de pedras argamassadas que indicam construções no subsolo.

Os dados apontam para uma unidade de exploração de tipo casal com uma evidente vocação agro-pecuária.

Referências: Carneiro, 2005: nº 212.

10.51. Moinho de Vento da Rabasquinha

CMP 397

Junto ao moinho de vento em ruínas encontra-se uma mancha de cerâmica, entre a estrutura e o moroiço de pedras ali situado. Cerca de 500m^2 de área que apresentam imbrices e tegulas, além de alguns blocos de granito de pequena/média dimensão. Embora a cota não seja muito elevada, a visibilidade envolvente é impressionante.

Referência: Inédito.

10.52. Monte Alegre

CMP 397 / CNS 13791

Monte Alegre torna-se referenciado a partir da descoberta de uma sepultura de incineração em 1996. Os arqueólogos que visitaram o local assinalam "sepulturas com cinza, fragmentos de ossos, fragmentos de cerâmica comum e de construções ('imbrices') e um fragmento de 'terra sigillata'." […] O sítio, que se encontra inédito, localiza-se numa encosta suave voltada a SE, a cerca de 300m do Monte [...]. A necrópole de incineração extende-se [*sic*] por uma área aproximada de 450m2 sendo visíveis restos de sepulturas com cinzas, fragmentos osteológicos, fragmentos de cerâmica comum e de construção (imbrices). Recolhemos, ainda, 1 fragmento de TSH. Na mesma encosta, a cerca de 250m deste local, existem vestígios materiais de um habitat que consideramos corresponder a um casal agrícola romano."[708]

No local as diversas prospecções feitas não permitiram identificar o espaço sepulcral, apenas as evidências relativas ao provável casal. Assim, temos uma mancha de cerca de 1000m^2 com cerâmica de construção (imbrices e tegulas), fragmentos de *dolium*, blocos de argamassas e um fragmento de *terra sigillata* hispânica, além de cerâmica comum. Junto ao monte estão depositados um fragmento de mó em pedra e alguns blocos pétreos que deverão ter sido utilizados em construções.

A julgar pelos dados, teríamos um casal de vocação agro-pecuária com uma necrópole nas imediações.

Outras referências: Carneiro, 2004: nº 35; 2005: nº 37.

10.53. Cerejeira

CMP 397 / CNS 5765

Sítio muito afectado por factores pós-deposicionais, como a erosão e o plantio de um olival. Assim, a mancha de materiais apresenta-se pouco compacta e com elementos muito erodidos, constituídos por cerâmica de construção e fragmentos de *dolia* ao longo de uma extensão de 1000m^2. O muro que delimita a horta tem fragmentos de imbrices, tegulas e

[708] Ofício de 16-10-1996 assinado por Armando Redentor, Processo IPPAR nº 4.08.050.

tijolos incorporados na alvenaria. Voltado para sul, em elevação que tem uma pequena linha de água na base, dominando bons solos agrícolas. Provavelmente um pequeno casal.

Referências: Carneiro, 2004: nº 15; 2005: nº 9.

10.54. Monte de S. Saturnino

CMP 398 / CNS 4533

Em implantação privilegiada: próximo do topo de uma suave encosta voltada a sul e oeste, com amplo domínio visual, dispondo de abundantes recursos hídricos e de férteis várzeas no sopé da elevação. O quadro paisagístico ideal para a instalação de uma *villa*, no caso, a que consta há mais tempo da investigação concelhia[709]. Trata-se também do único local do concelho onde se observavam *in situ* e aflorando sob o monte, mosaicos, polícromo, a azul, vermelho branco e amarelo. Junto às casas estão depositados alguns silhares (um almofadado) e um fuste de coluna em mármore, além de várias mós.

Os materiais estendem-se por uma área considerável (um hectare), mas ainda assim inferior à de outros sítios do concelho classificados como *villae*. Entre os elementos cerâmicos, em parte misturados com outros mais recentes (nomeadamente vidrados), realce para um fragmento de *terra sigillata* de fabrico itálico, para além de cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijolos), fragmentos de ânfora, de *terra sigillata* de outros fabricos (hispânicos e africanos), de *dolia* e de numerosos tipos de cerâmica comum, predominando em grande quantidade a cerâmica de cozinha com marcas de fogo e pastas escuras.

A área de dispersão de vestígios estende-se por toda a encosta, pela horta e olival atrás do monte, para norte em direcção à igreja, e para oriente em direcção ao topo da encosta, deixando antever a existência de várias construções anexas à parte residencial da *villa*. Para além de uma plataforma que se destaca em encosta virada a este, indicando que existem estruturas no subsolo, está perfeitamente orientada para o vale, beneficiando do máximo de exposição solar.

Outro elemento relevante para a história do local consiste na cristianização topográfica, não directamente sobre a *villa* mas a cerca de quinhentos metros para noroeste, onde se ergue um dos mais antigos templos do concelho (sobre algum sector da *villa*?, não são visíveis materiais). Para além de ter sido um importante centro de romaria, reside sobretudo a curiosidade da invocação do orago, um mártir gaulês do século III. É certo que não se trata de ocorrência única no distrito (na freguesia de Galveias existe um hagiotopónimo idêntico), mas aqui a relação espacial com o sítio romano é por demais evidente.

Outras referências: RP 6/141; TIR J-29: 144; Vasconcellos, 1927-1929: 219; Saa, 1956: 191; Carneiro, 2004: nº 38; 2005: nº 52.

10.55. Torrados

CMP 398 / CNS 20168

Pequena elevação desfrutando de boa visibilidade, em especial para o vale da ribeira de Almuro.

A mancha central de vestígios é relativamente pequena – cerca de 200m^2 – mas na envolvente encontram-se, dispersas, mais algumas concentrações de cerâmica de construção, o que pode indicar um sítio com uma construção central e anexos. Quanto aos materiais, temos imbrices, uma mó fragmentada em duas metades, e, a cerca de cem metros do ponto central, foi recolhido um peso de tear de grandes dimensões e muito grosseiro.

Poderá tratar-se de um casal agrícola próprio, ou de uma unidade integrada no *fundus* de S. Saturnino, do qual dista cerca de oitocentos metros.

Referências: Carneiro, 2004: nº 80; 2005: nº 159.

---

709 Primeira menção em Vasconcellos, 1927-1929: 200: "Em São Saturnino ha um monte (casa de campo) construído sobre um mosaico: ao Norte e perto da igreja." Mais tarde, Chaves, 1936: 58, reproduz a notícia de Vasconcellos. Consta também dos cadernos de Manuel Heleno, 1947: "próximo da igreja de S. Saturnino [..] se encontram restos dum mosaico romano a cores, com florões".

10.56. Monte de S. Francisco

CMP 398 / CNS 5768

Um grande sítio arqueológico, que merecia melhor sorte. A casa que lhe está sobreposta conduziu a fortíssimos revolvimentos e amplas destruições dos seus elementos, potenciada pela lenda de existência de uma igreja que conduziu à depredação do local por populares. Por estes motivos encontra-se muito destruído, sendo a ampla mancha de materiais a consequência do revolvimento dos níveis arqueológicos.

Fundamentalmente, trata-se de uma *villa* inserida nos habituais padrões de implantação: voltada a sul e oeste, a meio de uma encosta suave com linha de água na base e numerosos recursos hídricos disponíveis (na extremidade norte do sítio, por exemplo, encontra-se um poço). Tem ao seu dispor várias gamas de solos com diferentes aptidões agrícolas.

Não são visíveis quaisquer estruturas, mas a mancha de materiais é compacta e é evidente a plataforma de assentamento das estruturas, que duplica a área do monte. Os materiais são de uma considerável diversidade: inúmeras tegulas, imbrices, tijolos de variadas tipologias (incluindo de *suspensurae* e de quadrante), e fragmentos de *opus signinum* arrancados pelo arado. Têm sido recolhidos fragmentos de cerâmica de paredes finas, lucernas, ânforas, *dolium* e uma variedade muito assinalável de cerâmica comum de excelente qualidade de fabrico; também uma pulseira em vidro, uma *cuticula* em xisto, duas marcas de jogo em cerâmica e, entre vários fragmentos de *terra sigillata*, um bordo de *sigillata* marmoreada, a única conhecida na região. Referência para a recolha de três fundos de *terra sigillata* com marca de oleiro, sendo dois de proveniência galo-romana[710]. Estando aqui ausentes os fabricos itálicos, merece referência a elevadíssima percentagem de fabricos norte-africanos, que atingem aqui uma densidade numérica verdadeiramente fora do comum[711], em especial os da categoria D[712], dominando as tipologias Hayes 50 e Hayes 61, mas de amplo leque cronológico, com fabricos que atingem meados do século VI[713]. Temos assim uma *villa* que parece atingir o seu *floruit* em momentos muito tardios, mantendo uma apreciável capacidade de se abastecer de fabricos norte-africanos até muito para lá do final do Império e do pretenso colapso das redes mediterrânicas[714].

Quanto a elementos estruturais, estão, como se compreende, em contextos secundários, arrancados pela lavoura ou embutidos nas paredes do monte: silhares de granito, pelo menos três bases de coluna em mármore, além de tesselas e fragmentos de mosaico com quatro cores - azul, amarelo, vermelho e preto. Nos moroiços da parcela contígua existem dois fragmentos de escória de grandes dimensões (35cm por 20 de largo, o mais visível); elementos de construção cerâmicos inteiros (tijolos, tijolos de quadrante,

---

710 Duas marcas são ilegíveis mas a do fragmento RS/1[32] é do atelier de *CASTUS* (selo .FCASTI) com laboração durante o período de Cláudio a finais do principado de Nero ou inícios dos Flávios (40 a 70/80 d.C.) (Carneiro & Sepúlveda, 2011).

711 Até finais de 2005 foram recolhidos cento e quarenta e dois fragmentos, quase o dobro dos fragmentos recolhidos na Horta da Torre (oitenta e três) e em São Pedro (oitenta e dois, sendo que aqui se entendem os encontrados em contexto de escavação, pois em prospecção nenhum fragmento foi identificado). Claro que estes totais valem o que valem e nesse sentido são relativos, pois dependem de inúmeros factores, que vão desde os fenómenos pós-deposicionais até às condições de visibilidade do terreno em prospecção (embora os paralelismos de destruição entre as situações recentes de Horta da Torre e S. Francisco sejam assinaláveis).

712 107 fragmentos, 79% do total.

713 Nesta família cerâmica estão presentes as formas Hayes 45, 50, 58, 59, 60, 61, 63, 67, 84 e 97, sendo esta a mais tardia (450-550 d.C.).

714 Como mais tarde se comenta, é necessário olhar para estes dados com dois tipos de precaução: por um lado, estamos a lidar com fragmentos recolhidos em prospecção; é certo que se trata de uma série muito coerente, mas são fragmentos descontextualizados. Por outro lado, é necessário ter em conta que as cerâmicas de mesa importadas têm em geral uma longevidade maior devido ao seu valor intrínseco, pelo que os seus contextos de utilização poderão ter perdurado ainda mais no tempo. Seja como for, os dados de S. Francisco, como os da Horta da Torre, mostram uma plena inserção nas redes de abastecimento de produtos até momentos muito avançados.

tijoleiras); silhares e troços de parede arrancados e para ali atirados. Finalmente, do local provêm duas epígrafes, sendo uma delas uma ara funerária fruto de recolhas antigas[715] e outra, uma peça recuperada na década de oitenta e guardada na Reserva Arqueológica Municipal de Fronteira[716].

A densidade de informação é tão grande que é possível empreender uma primeira leitura do sítio em função dos achados de superfície: a oeste, sob o monte, a *pars urbana*, pois todos os indicadores de monumentalidade daqui provêm (nomeadamente os elementos em mármore e os mosaicos arrancados); a este, na parcela contígua, o sector dedicado à laboração, com os blocos de escória, as cerâmicas de armazenamento, mas também a *sigillata* africana que aqui se encontra em esmagadora maioria.

Trata-se portanto de um sítio que merecia um projecto de investigação que permitisse confirmar (ou infirmar...) as leituras propostas, com uma diversidade de indicadores que o colocam, neste momento, sem paralelo em algumas das categorias informativas que os sítios arqueológicos apresentam. Uma densidade de cultura artefactual notável, com uma perduração no tempo muito significativa, colocando este sítio em actividade até, pelo menos, aos inícios do século VI.

Uma nota para o facto de S. Francisco se encontrar na periferia da aldeia de Vale de Maceiras, um topónimo já de si sugestivo[717].

*Outras referências: RP 6/*** (p. 150); TIR J-29: 160; Saa, 1956: 191; Carneiro, 2004: nº 37; 2005 nº 40; Carneiro & Sepúlveda, 2005: 438.*

Vale de Maceiras 3

V. concelho de Sousel.

Comentários gerais

Após a publicação dos resultados da primeira fase de investigação, em 2004/2005, o estudo sobre o povoamento romano do concelho de Fronteira sofreu uma inflexão. As prioridades centraram-se na investigação centrada em um ou dois sítios, focados como *case studies* paradigmáticos, e na organização da informação recolhida entre 1999 e 2005, quer do ponto de vista das redes de povoamento, quer no amplo campo da cultura material.

Portanto, de então para cá apenas há a registar apenas a adição de três sítios inéditos – Arribanas dos Arneiros, Talha de Baixo e Moinho de Vento da Rabasquinha. E mesmo assim, desde 2005, verifica-se que o concelho de Fronteira continua a ser, em toda a área em estudo, o território mais intensamente prospectado e aquele sobre o qual o grau de entendimento do que foi efectivamente a arquitectura do povoamento romano é mais passível de ser conhecido.

Desta forma, e apesar dos avanços pontuais em outros concelhos, é sobre a paisagem de Fronteira que de forma mais segura e absoluta conseguimos construir a percepção do que foi a presença romana. E os três sítios entretanto identificados mais reforçam essa leitura.

E qual é então o panorama?

De algum modo, o concelho condensa um pouco aquelas que são as linhas de força do Alto Alentejo. Reduzir o raciocínio a este axioma é muito empobrecedor, mas ajuda a entender um pouco daquilo que temos em presença: uma rede muito mais intensa na metade oriental do que a oeste; uma concentração em torno dos eixos viários, que funcionam como ordenadores do povoamento, ao longo dos quais se alinham os sítios mais relevantes; uma vincada hierarquização do povoamento e a sua sectorização, com

715 Vasconcellos, 1916b: 316-319; 1927-1929: 219; IRCP, nº 463.

716 Infelizmente ilegível, erosionada pela sua permanência no leito da ribeira de Ana Loura, onde foi recolhida. Ver Carneiro, 2004: fig. 51.

717 "In France and Belgium the name 'Mazières' or 'Maizières' is very common: derived from the late Latin *maceriae*, meaning 'walls', it usually indicates the discovery of wall foundations under farm land [...]." (Percival, 1996: 30).

distintos sítios cumprindo diferentes funções e plenamente adequados ao cumprimento desses papéis, quer do ponto de vista da implantação paisagística, quer nas evidências materiais que em cada um se encontram.

Temos portanto o aprofundar da tendência já expressa em monografias anteriores[718]: uma malha densa, mas que não cobre todo o território por igual; e essa desigual distribuição deve-se à repartição do território e da propriedade de acordo com os perfis de ocupação de cada sítio, ou com as capacidades materiais e aquisitivas dos seus proprietários. As grandes *villae* próximas dos eixos viários e dos melhores recursos; para os territórios marginais, as unidades de exploração de perfil mais vincadamente agro-pecuário. Pelo território, enxameando a paisagem, os pequenos sítios, de tipo cabana, certamente votados ao controlo dos rebanhos e do gado ou à marcação de *fundi* de exploração. Entrevêem-se tipos de estabelecimentos completamente distintos, cumprindo funções específicas e distribuindo-se espacialmente em função das suas necessidades. Desta forma, em paisagem plenamente rural, reconhece-se uma clara arquitectura do povoamento, estratificada de forma piramidal: um lote restrito de *villae*, alguns sítios na fronteira entre a *villa* e o casal, um conjunto de casais e, na base, um grande número de pequenos sítios, identificados como cabanas.

Esta estratificação tem ainda um outro reflexo, que consiste na desigual distribuição dos sítios pelo terreno, quer em termos absolutos, quer em termos do seu perfil de ocupação (ou seja, todas as *villae* – menos Palhinha, cuja inserção na categoria nem será indiscutível – na metade oriental do concelhio, mais próximo das vias, e também aí o maior número de casais), esbatendo a paisagem padronizada do *modelo*-villa espalhado pelo território de forma contínua e repetitiva. Este modelo implica que a concentração fundiária das grandes propriedades tendesse a ocupar *fundi* com menor área, mas de maior rentabilidade do ponto de vista agrícola – São Pedro, Horta da Torre, São Saturnino e São Francisco dominam férteis várzeas onde, ainda hoje, se pratica um modelo de horticultura – desprezando as maiores extensões de terreno, mas onde os solos xistosos e a menor capacidade agrícola dos terrenos reduzem as possibilidades de gerarem mais-valias. Ou seja, propriedades mais pequenas, terrenos mais repartidos, mas atraídos por espaços onde a rentabilidade agrícola é acrescida, potenciando os rendimentos pela proximidade aos eixos de comunicação, gerando uma aliança feliz entre a posição geo-estratégica e os recursos localmente disponíveis.

Como já em textos anteriores salientei, o que mais marca a paisagem é a emergência de uma verdadeira *paisagem romana*, que nada tem a ver com a anterior. Alicerçada nas grandes *villae* e organizada ao longo dos cordões de circulação, temos claramente um modelo de exploração intensiva do território, onde os sítios com volumetria e indicadores de requinte se destacam na paisagem. Os marcos referenciais deixam de ser os grandes povoados de altura da Idade do Ferro, para se tornarem os espaços sumptuários de ostentação em meio rural.

E aparentemente, como também em outros lugares já salientei, esse processo foi muito rápido. Aos dados da epigrafia manifesta-se, nas *villae* do concelho de Fronteira, uma generalizada integração da *terra sigillata* itálica no conjunto artefactual que encontramos nestes grandes espaços. Definir em que contextos surgem estes materiais é obviamente impossível, dado o desconhecimento estrutural dos sítios, mas em todas as *villae* surgem fragmentos destes materiais, o que será certamente um dado a ter em conta nos futuros trabalhos de escavação. Este facto indica também uma rápida estruturação das redes de povoamento e dos circuitos de abastecimento, o que já não é propriamente uma novidade.

Estruturada a paisagem romana em momentos precoces, assiste-se à sua perenidade por muito tempo. Todas as *villae* apresentam indicadores de continuidade: Palhinha, pela epígrafe, São Pedro, São Saturnino, São Francisco e Horta da Torre pelos abastecimentos cerâmicos, alguns em grande quantidade. Mas também um outro indicador existe, sobre o

[718] Carneiro, 2004 e 2005a.

papel na paisagem que estes sítios deteriam por muito tempo, pois em quase todos eles (e também Santo Cristo) surgem templos pós-Reconquista funcionando como marcadores espaciais. Portanto, uma paisagem estável. Mesmo em territórios marginais, como Palhinha, o sítio mais descentrado, mas onde uma comunidade viveu de forma prolongada até momentos tardios.

E, fruto da intensidade dos trabalhos, temos uma interessante leitura sobre a relação entre povoados e necrópoles. De um modo geral, destaca-se a espacialidade próxima, seja em relações unívocas, seja de forma mais polarizada, como parece ocorrer em Outeiro do Mouro, onde o espaço sepulcral parece formar o núcleo articulador de um *enxameamento* de sítios na envolvente, em paisagens onde estes casais parecem remetidos para territórios marginais.

Em resumo, um espaço muito povoado, apesar dos vazios existentes (o que não é contraditório). Próximo das grandes vias, os grandes sítios, mas sem esquecer que por todo o território a densidade populacional parece ser relevante. E também um território estável, perdurando de forma próspera e beneficiando dessas mesmas vias para os abastecimentos cerâmicos que alguns sítios recebem até ao século VI. Apenas os sítios secundários e os territórios marginais poderão ter sofrido um certo refluxo, mas os lugares principais mantêm a sua centralidade por longo tempo, beneficiando dos fenómenos da cristianização dos meios rurais para ganharem novas valências.

O lote de cinquenta e seis ocorrências é muito elevado para um território de transição, de passagem entre distintas paisagens. Deriva unicamente do facto de em Fronteira ter sido feita uma prospecção intensiva da área do concelho, permitindo identificar, não apenas os grandes sítios de habitação, com vestígios facilmente reconhecíveis pelos leigos, mas sobretudo as pequenas manchas de cerâmica que passam despercebidas na paisagem. E esta rede de povoamento, ainda em crescimento e que certamente não reflecte ainda a realidade, evidencia portanto uma ocupação intensiva do território.

11. Concelho de Gavião

Claramente o concelho cuja realidade fisiográfica e arqueológica é mais difícil de manusear. Por questões que têm a ver com as dinâmicas recentes de alteração da paisagem e também com a ausência de investigação, o concelho de Gavião apresenta um conjunto de dificuldades que na prática *desfocam* o conhecimento da presença romana neste território. Para mais, as opções tomadas na delimitação da área geográfica em estudo acabaram por excluir aquela que seria a freguesia mais promissora na combinação das diversas variáveis que possibilitam a recolha de informação: trata-se de Belver, a única freguesia excêntrica ao território escolhido, por se situar na margem norte do Tejo, embora integrada administrativamente no distrito de Portalegre.

A exclusão de Belver deixou de lado a possibilidade de abordar a conjugação de dois aspectos muito estimulantes:

• o facto de ser a única freguesia do concelho onde se verificou efectivamente um esforço de investigação arqueológica, graças aos trabalhos de Rogério Carvalho (1983), [1985], (1985), (1986) em Fonte da Nata, e de Margarida Tomás[719], sobre o povoamento antigo na freguesia. Inclusivamente mereceu um tentame de carta arqueológica (Cardoso & Carvalho, 1987) e um estudo temático (Encarnação & Carvalho, 1984). A combinação destes elementos permite ter uma noção do perfil de ocupação neste micro-território que, não tendo sido investigado e prospectado de forma exaustiva, apresenta mesmo assim uma profundidade de análise sem paralelo no resto do concelho.

• porque em Belver encontramos locais com conteúdos civilizacionais e culturais de enorme significado, e cuja análise poderia enriquecer a percepção que temos sobre a

[719] 2001, em trabalho de caracterização do património arqueológico da freguesia no âmbito do Plano de Pormenor efectuado pelo Gabinete Técnico Local de Belver.

presença romana nesta área que apresenta especificidades muito relevantes, mas que estão em larga medida por conhecer. Não pretendendo entrar no tema (até pela decisão de o ter excluído da área em estudo, pelo que não faria sentido trabalhá-lo), relembro contudo o núcleo epigráfico da capela de S. João Evangelista[720], onde terá existido o santuário à divindade *Banda* (com o localismo *Picius*), cultuada por uma comunidade de forte raiz indígena, incluindo os antropónimos *Boudelus e Conceltius* que são unicamente conhecidos neste local. Com forte conteúdo simbólico temos ainda o sítio de Torre Cimeira, onde existe uma nascente de águas terapêuticas associada a uma ermida. Acrescente-se ainda que na freguesia temos uma profusão de locais de extracção mineira (consubstanciada no século XIX em 34 registos de mineração aurífera), muitas delas com indícios de trabalhos romanos, e também alguns pontos de povoamento rural, destacando-se a Quinta do Ribeiro da Nata onde inclusivamente decorreu uma intervenção arqueológica[721] e em que a identificação de mais duas epígrafes confirma a raiz cultural anterior[722].

Este panorama relativamente denso e promissor, com um conjunto de conteúdos que merecem um olhar atento, contrasta vivamente com o que conhecemos para o restante concelho do Gavião. Na margem sul do Tejo temos uma área territorial relativamente extensa e que, aos nossos olhos, continua a parecer extremamente despovoada em época romana. Situação que resulta, certamente, da combinação de vários factores.

Será legítimo supor que o palco geográfico tem uma importância decisiva. Gavião é um concelho relativamente homogéneo em termos paisagísticos e naturais, mas que, como Ponte de Sôr ou a maior parte de Avis, pertence a um universo natural distinto da maior parte da área territorial que aqui é tratada.

Em Gavião estamos na bacia hidrográfica do Tejo, mais voltados para o universo ribatejano do que para a área interior alentejana, corporizando o que Amorim Girão designou como a *Beira Alentejana*, que se estende por este concelho, parte do vizinho de Nisa e a freguesia de Póvoa e Meadas[723]. Em relevos por vezes muito cavados e difíceis de transpor, predominam os terraços fluviais quaternários de seixos de rio, ou as fragas xistosas com acentuados declives, em especial nas áreas mais a leste. Em ambos os casos, estamos perante largas extensões de terreno com uma quase nula produtividade agrícola, seja pelos solos arenosos carregados de cascalho, seja pela superficialidade dos afloramentos xistosos, praticamente estéreis e inaptos para um uso mais intensivo. Apenas nos terraços fluviais mais interiores, aproveitando os vales de cursos de água secundários, se consegue um melhor aproveitamento dos recursos da terra. Mas aqui, ao longo dos vales das ribeiras da Lampreia, do Carregal, do Arneiro ou da Venda (para apenas referir os principais) temos outra condicionante severa: nos locais mais propícios temos o assentamento daquelas que ainda hoje são as povoações rurais do concelho, que ao longo dos tempos procederam ao cultivo intensivo das suas imediações. Em Margem e São Bartolomeu temos uma miríade de pequenas aglomerações de povoamento que ocuparam intensivamente os espaços disponíveis entre os declives das encostas e o leito das ribeiras. Ou seja: ao longo dos cursos dos rios temos uma ocupação densa do espaço; entre estes lugares habitados, ocorrem enormes extensões despovoadas e hoje abandonadas, onde percorremos o terreno sem encontrar pessoas ou espaços edificados, e onde o eucalipto ou o mato silvícola permanece.

Este quadro natural, sumariamente descrito, é também agravado pelas dinâmicas no uso recente do território do concelho.

É precisamente nestes vales, aparentemente propícios para o estabelecimento em época romana e para uma exploração agro-pecuária de larga escala, que a partir dos inícios do século XX se iniciaram as culturas de inundação ou de regadio intensivo. O Gavião

720 Encarnação & Carvalho, 1984.

721 Todas estas referências podem ser aprofundadas em Tomás: 2001, onde temos um texto de análise geral e as fichas individuais de sítio com toda a informação compilada.

722 Boudelo, filho de Concéltio; Turano, filho de Alúquio; uma terceira de Adóris.

723 1933: 100-101 e mapa.

assistiu à implementação do cultivo de arrozais ou de leguminosas (os diversos tipos de feijão e grão que ainda hoje marcam a feição da gastronomia local) que obrigaram à construção de infra-estruturas de apoio: açudes, canais, condutas de rega, etc. A consequente criação de aterros, a regularização dos caudais e dos percursos de escoamento e a implementação de terraços de regadio levou a um conjunto de alterações na paisagem, que foram ainda reforçadas com a criação de acessibilidades que ligavam estes espaços às grandes quintas que ainda hoje pontuam a paisagem, ou aos pequenos aglomerados urbanos que se foram desenvolvendo em torno dos espaços de cultivo agrícola. Portanto, e de forma lenta mas ampla, estes pequenos espaços mais propícios para a fixação humana (e mais adequados de acordo com a lógica de exploração agro-pecuária conforme ao modelo da romanização) foram-se preenchendo e metamorfoseando, consoante os novos modelos de intervenção agrícola se iam implementando. Percorrer hoje estes vales é deparar com uma paisagem pouco propícia para a prospecção, com a propriedade muito dividida, ainda hoje muito agricultada (pequenas hortas, sobretudo, mas também pomares) e onde o espaço edificado chega frequentemente até ao limite florestal.

E é precisamente no uso florestal do solo que reside o principal constrangimento à compreensão do povoamento antigo do concelho.

Cerca de 70% da superfície de Gavião é hoje constituída por eucaliptais. A paisagem encontra-se completamente transformada, em escala tão profunda que as milenares marcas na paisagem foram completamente apagadas. Por exemplo, os caminhos delimitados por muros de pedra seca em xisto foram derrubados para dar passagem à maquinaria; os terraços agrícolas sustentados por muros de suporte foram desmontados para criar novas curvas de nível artificiais; ou as pequenas linhas de água foram desviadas ou represadas. A obliteração do património arqueológico (mas também histórico e paisagístico) foi feita de forma radical, criando ainda um constrangimento adicional: dada a pouca densidade humana do concelho, inferior à de outras zonas onde também se procedeu à introdução do eucalipto, mas onde houve uma certa manutenção dos traços fundamentais do território (caminhos de acesso a montes, linhas descontínuas e corredores de passagem, continuidade de hortas e pomares, etc.), no Gavião a florestação foi intensiva, a tal ponto que extensas áreas do concelho são absolutamente impenetráveis dado o crescimento descontrolado deste coberto arbóreo. Como resultado, grande parte da superfície do concelho não pode ser prospectada, e quando existirem condições favoráveis, será de esperar que os indicadores arqueológicos estejam ausentes ou, no mínimo, severamente destruídos. É sem dúvida este fenómeno que explica o generalizado desconhecimento sobre o povoamento antigo do concelho, mesmo considerando que muita da superfície ocupada pela floresta de eucaliptos é absolutamente inapta para a agricultura e, portanto, para um estabelecimento de pontos de povoamento. Contudo, e invertendo a perspectiva, seria precisamente este tipo de *territórios marginais* que seria interessante conhecer em época romana e na alta medievalidade, e é precisamente aqui que menos hipóteses teremos de o fazer.

Finalmente, aqui cruzamos a última variável determinante para o parco conhecimento desta área: a ausência, nas restantes freguesias do concelho para além de Belver, de uma consistente investigação arqueológica.

Infelizmente o processo de florestação de eucaliptos não foi antecedido de um levantamento arqueológico, pelo que a informação certamente existente decerto ter-se-á perdido. Posteriormente, o concelho tem andado arredado dos principais movimentos de impulso à promoção de levantamentos arqueológicos: a listagem do Plano Director Municipal é sumária; apenas Belver beneficiou do já referido Gabinete Técnico Local, não se tendo verificado a mesma iniciativa para nenhum núcleo urbano da margem sul; e em nenhum momento se verificou, por iniciativa autárquica ou externa, uma tentativa de inventariação do património local. O concelho possui uma monografia bastante completa e

documentada mas onde o capítulo referente ao povoamento antigo do concelho reflecte precisamente esta lacuna de indícios[724].

Em resumo, portanto, o panorama é feito de escassas informações, de sítios *soltos* na paisagem e de uma frágil possibilidade de reconstrução do tecido de povoamento que em tempos aqui terá existido. A realização de futuros trabalhos com uma forte componente de terreno talvez permita amenizar este panorama, mas certamente que as alterações na paisagem foram decisivas. Sublinhe-se um ponto, porém: que estes fenómenos não impeçam que futuros levantamentos sejam realizados. No concelho vizinho de Nisa, onde a eucaliptização foi também fortemente perturbadora, os resultados apareceram com a realização de trabalhos mais recentes.

Sítios e comentários

11.01. Monte da Represa

CMP 332 / CNS 15542

Referência a uma barragem romana na ribeira da Represa. Situado muito próximo do limite administrativo com o concelho de Abrantes, não é conhecido um ponto de povoamento rural que possa ser directamente relacionado com esta estrutura. Também há referências orais a uma antiga ponte romana. A existir uma *villa*, estará decerto relacionada com o núcleo urbano existente em Casal da Várzea, Alvega.

11.02. Quinta da Margalha

CMP 333 / CNS 15563

"Quatro sepulturas (duas de adulto e duas de criança) feitas com lajes ao alto e cobertas com lajes de maiores dimensões, que foram destruídas pela plantação de uma vinha, 10m a norte de uma casa em ruínas. […] Tinham uma terra escura e fina no interior e nenhum objecto ou ossos."[725]

11.03. Alto das Bicas

CMP 333 / CNS 5802

Outeiro proeminente que domina parte do curso da ribeira da Venda, em particular o sítio de passagem onde se encontra a ponte. "A influência romana aparece no Alto das Bicas, Comenda, através de peças de cerâmica (de construção romana - tegullae), um pedaço de mó manual"[726], uma informação que terá sido confirmada no local: "Foi encontrada, dispersa por uma área de cerca de 500m2, cerâmica de construção, cerâmica comum, dolia e pedras em granítio [*sic*]"[727].

Outras referências: RP 6/49.

11.04. Vale do Grou

CMP 333 / CNS 15269

"Zona onde foram descobertas estruturas arqueológicas aquando da abertura de uma vala para canalização. Actualmente pode observar-se restos de argamassa, fragmentos de tegullae e de cerâmica atípica, abrangendo uma vasta área, sobranceira à Ribeira da Venda. Deve tratar-se de uma villa romana, associada à ponte romana da Ribeira da Venda."[728]

Como é evidente, os parcos vestígios colocam a classificação como *villa* sob sérias reservas. O sítio não foi relocalizado.

11.05. Machouqueira

CMP 333 / CNS 15553

724 Patrão, 2003: 46 a 48.
725 *Endovelico.*
726 Patrão, 2003: 48
727 *Endovelico.*
728 *Endovelico.*

Entre Vale da Vinha e Machouqueira Mário Saa situa a existência de "escoriais", embora, de acordo com a peculiar escrita do autor, não seja evidente se estão no primeiro, no segundo, em ambos ou em ponto entre os dois topónimos. Deixo a referência: "Em Vale da Vinha nota-se importante escorial, com volumosos e pesados blocos de escumalha de remota indústria de ferraria, sendo, todavia, esta espécie de minério estranha ao local. São sobretudo notáveis os resìduos, à flor do solo, no m.te Machuqueira"[729].

11.06. Braçal

CMP 333 (?) / CNS 5801

O sítio está atribuído à freguesia da Comenda: "Do Monte Braçal, chega a notícia de vestígios de pavimentos em "*opus signinum*", as bases de três "dolium", dados vindos de investigações de pessoas qualificadas [...]"[730]. A ser assim, estará próximo de duas sepulturas escavadas na rocha (a cerca de setenta metros do núcleo edificado) e no local onde existem informações orais sobre a existência de uma ponte atribuída à época romana, onde Saa situou "priscas construções"[731]. Todavia, Margarida Tomás[732] atribui o sítio de Braçal à freguesia de Belver, em Outeiro Cimeiro, onde "o sítio encontra-se sobre vasta zona aplanada, com todas as características para a implantação de um casal", "sobranceira à ribeira de Braçal" (que surge cartografada na CMP nº 323). Deste local é proveniente uma placa funerária[733].

11.07. Vale da Feiteira (imediações[734])

CMP 345

Entre Vale da Feiteira e o antigo sítio de Sôrinho situa-se um extenso ponto de povoamento romano, de acordo com Mário Saa: "localmente designado por *caminho da Estalagem*, dada certa instituição vial, no género, que aí teve existência e da qual se patenteiam restos em pedras de paredes e cacos de telharia romana (*imbrices*), como *in situ* verificámos"[735]. O "Caminho da Estalagem" ainda hoje existe, e a antiga ponte (romana?) que permitia a passagem da ribeira de Sor foi destruída aquando de uma grande inundação no século XX[736].

Comentários gerais

Com tão escasso conjunto de indicadores, qualquer análise sustenta-se em bases precárias. O panorama gavionense é demasiado frágil, em quantidade e substância de trabalho, para que se extraiam conclusões. Portanto, talvez seja preferível equacionar algumas possibilidades.

Com os dados existentes não é possível verificar alguma estruturação do povoamento, que à partida é dificultada pelo facto de nestas paragens encontrarmos uma realidade paisagística que está distante do cânone romano. É difícil relacionar os sítios, quer entre si, quer com alguma estratégia global de povoamento. E no entanto, ela terá existido.

Consideremos duas realidades: um aglomerado urbano e a rede viária.

Certamente que Alvega terá albergado um núcleo de povoamento principal, putativamente o de *Aritium Vetus* ou, de acordo com as *mansiones* da via XV do Itinerário de Antonino, *Tubucci*. Pelo menos, as evidências arqueológicas apontam para realidades substancialmente mais complexas do que um espaço unicamente privado[737].

729 Saa, 1967: 78.
730 Patrão, 2003: 48. Deve referir-se a informação de Rogério Carvalho, reproduzida em RP 6/50.
731 1967: 79.
732 2001: ficha 25.
733 Encarnação & Carvalho, 1984: 21-22.
734 Sítio não localizável com precisão.
735 1967: 90.
736 Carneiro, 2009: 69 e nota 108.
737 RP 6/46, Casal da Várzea.

A ser assim teria forçosamente de existir uma *satelização* do território envolvente. Embora a maior parte deste se situe em domínios do concelho de Abrantes, logo fora da área em estudo, é previsível que na freguesia de Gavião – a mais próxima – existissem locais que pudessem servir como residência temporária da elite urbana. Ora o único local que pode corresponder a esta perspectiva seria a eventual localização de um ponto algures próximo de Represa, onde as interrogações são substanciais. Pelos terrenos de Cadafaz, Amieira Cova ou mesmo para Vale da Vinha é teoricamente expectável que algum indício seja identificado.

Outro indicador tem a ver com a existência de uma rede vária consolidada que atravessa grande parte deste território. Ora a passagem de uma via implica forçosamente a existência de um conjunto de pontos de povoamento organizados em função dessa infra-estrutura – se a exploração do território não é possível, por ausência de condições pedológicas (o que poderá ter sido o caso para este concelho mais excêntrico aos focos romanizadores) – existem mesmo assim alguns serviços que têm de ser assegurados aos viajantes.

Olhando para o espaço em causa, e tendo uma noção minimamente aproximada do principal percurso viário, observamos um alinhamento de pontos de povoamento: eventualmente a Represa, Margalha, Machouqueira, Alto das Bicas, Braçal, Vale do Grou, Vale da Feiteira (seguindo de oeste para este). Esta leitura é relevante, pois na prática reúne todos os sítios arqueológicos listados no concelho.

Ou seja, verificamos que, nestes territórios marginais, a proximidade de uma via funciona como fio estruturante do povoamento, organizando e intervalando os focos de ocupação em função do percurso viário. Esta é, de resto, uma tendência que, como veremos, se multiplica para a área regional.

Parece portanto detectar-se uma lógica intrínseca na organização da frágil rede de povoamento do concelho. Resta perceber se as áreas periféricas, onde não detemos informação, já o seriam em época romana, ou se a imagem que temos está *mascarada* pelo actual uso florestal do solo.

Esta é uma possibilidade muito forte, que não deve deixar de ser considerada. Como veremos, o vizinho concelho de Nisa, com o qual Gavião tem muitos pontos de contacto quanto à paisagem e às dinâmicas da florestação recente, apresenta, mesmo assim, um panorama substancialmente mais complexo, sinal do que ainda pode ser feito se for iniciada uma pesquisa sistemática e sólida recorrendo a uma forte componente de terreno.

12. Concelho de Marvão

O concelho de Marvão desfruta de uma posição ímpar na investigação arqueológica que tem decorrido no Alto Alentejo. Embora com contornos específicos, foi o primeiro a dispor de uma designada "Carta Arqueológica", apresentada por Afonso do Paço no XVII Congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Ciências (em 1950) e que recolheu o registo sobre setenta e oito sítios arqueológicos. Feita sem cariz sistemático, resultando de um convite feito pelo então Presidente da edilidade, Manuel Vivas, permitiu desenvolver quatro campanhas de trabalho[738], podendo portanto afirmar-se que constitui o primeiro programa de investigação plurianual sobre o património arqueológico de um concelho do Alto Alentejo. Para além do mais, teve pelo menos dois méritos: um, o de promover a publicação de artigos específicos sobre os mais relevantes achados[739], e um outro, o de fixar nas descrições e fotografias o estado de conservação, à época, de sítios e paisagens que hoje irremediavelmente se alteraram[740].

738 1946, 1947, 1948 e 1950, anos em que decorreram as por si designadas "visitas de estudo" (Paço, 1953: 5).
739 Em particular Jalhay, 1947, sobre a epigrafia da região, e também Paço, 1949, dando a conhecer a inscrição cristã de Monte Velho e o respectivo povoado.
740 Por exemplo as imagens da Fig. 8, em particular "C. Ruínas da Herdade de Torre", entretanto destruídas.

O que poderia ter sido um acto isolado determinou o iniciar de um conjunto de investigações que, embora necessariamente com interrupções, tem prosseguido com assinalável assiduidade. Sobretudo a partir dos anos setenta, ganhou impulso com um outro facto quase inédito para o distrito de Portalegre, e que consiste no facto de ter tido um investigador do concelho que elegeu este espaço como o seu natural território de trabalho: Jorge de Oliveira que, embora centrado em outros períodos cronológicos, foi manifestando contínua atenção pela divulgação e preservação dos elementos da paisagem romana e tardo-romana. Infelizmente, este é um caso único no distrito, que nunca conseguiu promover uma dinâmica continuada de estudos feitos por pessoas da própria região, que naturalmente têm um conhecimento efectivo do terreno e um entrosamento com as populações que alguém de fora demora a conseguir.

Daqui decorreu ainda outro facto anómalo para a área, mas específico do concelho de Marvão: na realidade, a investigação arqueológica nunca se centrou apenas em um sítio, ou nos sítios encarados de forma isolada (enquanto *ilhas* na paisagem), mas sempre se privilegiou uma abordagem sistemática do território, inaugurada aliás logo com o acto fundador de Afonso do Paço. Este fenómeno é extremamente importante, pois temos, desde o primeiro momento, a detecção de uma rede de sítios entendida de forma integrada. Provocou ainda uma *sedimentação* do conhecimento intra-sitio: geralmente temos, não apenas uma referência para um sítio, mas diversas referências para o mesmo sítio, o que permite um historial da investigação e um acompanhamento continuado das vicissitudes por que passa esse mesmo local. Esta circunstância é ainda mais extraordinária por se encontrar no concelho um elemento da maior grandeza – a cidade da *Ammaia* – que poderia ter polarizado esses interesses da investigação, asfixiando os restantes locais. Mas curiosamente, o centro urbano foi identificado muito tardiamente, e só a partir dos anos oitenta se iniciou a sua investigação sistemática; ou seja, temos um processo de investigação feito ao inverso do que costuma suceder, que aqui partiu do campo para a cidade, ganhando com isso o estudo da paisagem rural e o conhecimento das redes de povoamento.

Esta conjugação de factores leva a que possamos encarar o concelho de Marvão, hoje, como um dos territórios com mais profunda base informativa, construída geracionalmente de modo cada vez mais amplo e dinâmico, entendendo o território como um palco de investigação integrada, sem esquecer, porém, os diversos *estudos de caso* que foram sendo aprofundados.

Entender a Arqueologia de Marvão é compreender as raízes desta dinâmica. Que no fundo é tanto mais inesperada, quanto o facto de estarmos perante um terreno que está longe de ser fácil para a prospecção e para transitar por essa mesma paisagem. Não deixa de ser paradoxal que estejamos perante aquele que é talvez, no Alto Alentejo, o concelho onde o trabalho de campo se torna mais custoso. Porque em Marvão estamos em plena paisagem serrana de São Mamede, em relevos alcantilados e pedregosos, onde a ocupação humana escolheu sobretudo os píncaros ou os recantos mais escondidos e de difícil acesso. Percorrer sistematicamente o concelho é, portanto, tarefa dura e arriscada, até pelo acentuado esvaziamento demográfico que faz com que, por vezes, sintamos o mais completo isolamento no meio de uma paisagem rude e áspera. Este défice demográfico levou ainda a que o antigo mato arbustivo reocupasse as suas posições, inundando de coberto silvícola antigas áreas de cultivo e pastoreio. Para além de dificultar a progressão, recobre por vezes por completo a superfície do solo, impossibilitando a correcta visualização e detecção de elementos arqueológicos.

É entre estas fragas que conseguimos entrever o que terá sido o coberto vegetal desta paisagem, que apesar de fustigado pelos frequentes incêndios, não sofreu o impacto devastador das florestações intensivas que atingiram alguns dos concelhos vizinhos. Por estes espaços encontramos uma paisagem acidentada de montanha, com os caos de blocos

graníticos – os *canchos*, como a população local os denomina[741] e assim cristalizaram na toponímia - proliferando pela paisagem e sinalizando cada ponto mais elevado. Apenas no vale de Aramenha o panorama suaviza-se, e então encontramos um corredor fértil, plano e ameno, entrincheirado entre as mais imponentes elevações que aqui caracterizam o relevo mamedense. Será por este quadro envolvente, mas também pela proximidade da *urbs* ammaiense, que por aqui encontramos uma densa rede de sítios de época romana. Aliás, nos escassos pontos onde encontramos paisagens deste ambiente voltamos a ter estas presenças, como em Vale do Cano, por exemplo.

Paisagem de serra, portanto. Ora íngreme, ora um pouco mais suave, mas sempre com as omnipresentes rochas escalvadas aflorando à superfície, com portelas estreitas para permitir a passagem de gentes a pé e em carros de bois, com vales de rios correndo escavados, como o mais importante deles, o rio Sever. A pluviosidade determinada pela Serra permite alimentar uma densa rede de pequenas linhas de água, muitas delas represadas em açudes ou armazenadas nos poços que abundam na paisagem. O relevo dita o serpentear destas linhas[742]. Em inúmeros pontos brotam as fontes que permitem a captação de água para o sustento quotidiano. Porventura o mais conhecido será a nascente dos Olhos d'Água, onde próximo encontramos a cidade de *Ammaia*, pólo articulador deste território.

A água e as serras não impedem uma rica prática agrícola, pelo contrário, protegem-na e alimentam-na. O concelho encontra-se repleto de patamares e terraços artificialmente construídos para permitir o seu cultivo. Aqui encontramos mesmo um conjunto de produções que só a Serra permite, o que possibilita uma economia de largo espectro que tanto aproveita os hortícolas de algumas férteis várzeas, como os cereais de sequeiro, as frutas que se colhem em pomares protegidos da geada ou os olivais e vinhas em extensões menos aptas. E temos sempre os produtos do coberto vegetal característicos destas penedias e que crescem espontaneamente, como as castanhas, as nozes ou os figos, ou ainda o mel enriquecido pelos biótopos da Serra.

A não esquecer temos ainda outros recursos, que em época romana certamente foram aproveitados. Desde logo a pedra, que de forma tão abundante aflora por toda a Serra. Em Pitaranha, encontramos ainda explorações de um granito calco-alcalino sólido e compacto, mas é provável que de pontos mais próximos da cidade chegassem blocos para as construções. No mesmo local, em Pitaranha, também vemos abundantes explorações de blocos de quartzo e cristal de rocha. Mais próximo de *Ammaia* ainda hoje subsistem fornos de cal, próximos da Escusa, onde também temos o topónimo "Caleira". Bem próximo está a "Tapada de Ferro", e também "Ferrarias", e entre os braços da Serra encontramos dispersos vários montículos de escória, que certamente proporcionaram a alguns pequenos pontos de povoamento uma outra forma de subsistência. Também outras denominações como "Fonte do Carvão" ou "Carvoeiros" nos alertam para actividades que lidaram com o carvão, fosse a necessidade de alimentar os fornos para obtenção de cal, as forjas de minério ou apenas o combustível para alumiar o fogo doméstico.

Uma última nota para registar que hoje em dia, perceber este território é contudo, observá-lo de forma limitada. A fronteira entre Portugal e Espanha corta uma realidade que em época romana seria una e contínua, tão homogénea como afinal nós ainda hoje a vemos do ponto de vista fisiográfico. Basta olhar a partir do Alto de S. Julião, ou de Abrunheiro,

741 Oliveira, 1997: 31, nota 2.

742 "O traçado dos afluentes do Sever mostra que os cursos de água tiveram que seguir a orientação das rochas encaixantes, provocando uma série de curvas e contracurvas, em meandro, sendo todo este fenómeno ditado pela discordância de orientações das rochas que formam as suas margens, causadas essencialmente por fenómenos tectónicos". Oliveira, 1997: 118. Efectivamente, neste concelho encontramos vigorosas passagens dos "xistos argilosos do Devónico" (idem, p. 116) para as cristas quartzíticas, calcários dolomíticos ou os granitos calco-alcalinos, criando uma paisagem com contrastes muito ritmados que criam severos constrangimentos ao trânsito das linhas de água – e já agora, também para as rotas e caminhos de passagem, notando-se ainda como muitos dos caminhos de contrabando e de pé-posto são feitos aos ziguezagues.

ou ainda do Salto do Cavalo, para perceber a continuidade desta paisagem e das antigas redes de povoamento que por aqui se instalaram.

Sítios e comentários

12.01. Tapada do Garriancho

CMP 325 / CNS 4657

Sítio primeiramente identificado na Carta Arqueológica de Afonso de Paço, onde menciona o achado de pesos de tear e de uma base de coluna, além de "serem frequentes as pedras trabalhadas, bem como vestígios de paredes e canalizações"[743]. O elemento mais revelador deu-se em momento posterior, aquando do plantio de um olival, que colocou à vista um tapete de mosaicos já bastante danificado, unicamente com tesselas brancas e negras. Foram então recobertos com areia, para sua protecção, tendo o registo fotográfico daí resultante sido dado a conhecer em momento posterior[744]. Recentemente foram mencionados em inventário mais geral por Cátia Mourão[745], visto que incluem, no seu reportório decorativo, motivos piscícolas. Em visita ao local, aquando da revisão da Carta Arqueológica, os autores mencionam ainda fragmentos de vidro, cerâmica comum e *dolium*[746]. Uma última indicação para a autora da Carta Arqueológica do vizinho concelho de Castelo de Vide, que menciona uma "pequena ara granítica [...] inscrição indecifrável", mencionando em seguida uma "área de 50ha" para a dispersão de vestígios, pois adicionou a este local os elementos de Vale do Cano como se todos fizessem parte da mesma realidade[747].

Apesar do interesse científico óbvio que o local apresenta, nunca foi objecto de qualquer intervenção mais aprofundada.

A visita ao local confirmou genericamente estes indicadores, sendo muito distintiva a implantação do local em língua de terra que avança delimitada pelo sinuoso curso da ribeira de Vale do Cano, que aqui forma um relevo muito característico, quase em esporão. Por isso o local, não dispondo de destaque na paisagem, desfruta de uma majestosa visibilidade, em especial para norte, direcção na qual se apresenta aliás muito exposto. É ainda notório que a mancha de dispersão de materiais é muito circunscrita à ligeira sobre-elevação onde se encontra o mosaico.

Parece indiscutível a sua interpretação como *villa*, sendo de destacar a sua proximidade com os vestígios de Vale do Cano e a sua inclusão na sequência de grandes sítios (eventuais *villae*) voltados a norte que inclui, em continuidade, Tapada Grande (Castelo de Vide), Torre do Azinhal, Pereiro e Pombais. Poderia existir uma barragem na encosta oeste, ou em alternativa dispor de um abastecimento a partir de Vale do Cano.

Outras referências: TIR J-29: 151.

12.02. Retorta

CMP 325-A

Na península formada pelo Sever e no seu leito encontram-se vários materiais romanos: silhares com marcas de *forfex*, um peso de lagar, cornijas e outros blocos com marcas de talhe. Certamente provenientes do território espanhol, onde se conhecem sítios na zona de Majada de la Zorra.

Referencias: Informação de Jorge de Oliveira.

12.03. Vale do Cano III

CMP 335

743 Paço, 1953: 19.
744 Fernandes & Oliveira, 1995. Ver também Oleiro, 1956: 282-283 e RP 6/39.
745 2008: 76-77.
746 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 10
747 Rodrigues, 1975: 149

Tomam esta designação os numerosos elementos materiais que se encontram depositados nos arredores da casa agrícola do monte do Pereiro. O mais recente levantamento arqueológico enumera um capitel jónico-toscano e outro de secção quadrada, três fustes de coluna, numerosos silhares, em especial no pontão atrás da casa, e um peso de lagar, para além de um sarcófago utilizado como bebedouro. O rendeiro da casa não soube indicar de onde provieram os materiais, ficando por esclarecer se de Garriancho (que pertence a outro proprietário) ou de Vale de Cano. Da zona é proveniente uma epígrafe funerária.

Referências: Paço, 1953: 19; IRCP nº 621; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 192.

12.04. Vale do Cano IV

CMP 335

Plataforma sobre-elevada que o distingue à distância, e que é certamente originada por estruturas no sub-solo, pois os materiais visíveis estão aqui muito concentrados. Grande densidade de imbrices e tegulas, os primeiros com duas tonalidades sendo uma vermelha-forte e a outra um laranja-claro. Dois fustes mencionados[748], um dos quais ainda se encontra junto à cancela de passagem, com diâmetro de 30cm e em granito muito rosa. É possível que o sítio seja um mero casal, conforme apontado pelos autores, mas a massa de construções perceptível pela elevação é relevante, embora com uma área muito restrita.

12.05. Vale do Cano V

CMP 335

O casebre onde na frontaria se encontra embutida uma pequena árula (que não é de mármore mas de um granito muito alterado, razão pela qual se encontra ilegível) encontra-se sobre uma plataforma com o dobro da área do edificado (ou seja, uns 1000m^2), onde se nota o terreno muito plano e numerosos materiais de construção (tegulas e imbrices) muito fragmentados e rolados, mencionando-se ainda escórias e *dolia*. Por trás da casa, um enorme peso de lagar em granito com furo central[749].

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, nº 194.

12.06. Vale do Cano VIII

CMP 335

Povoado alto-medieval que ocupa uma pequena elevação, que domina a passagem do vale (tendo na margem oposta o imponente maciço do Castelo do Corregedor) e o curso da ribeira. Os indicadores são numerosos, mas a sua visualização difícil, devido a eucaliptos e giestas que aqui crescem desordenadamente. Observa-se um conjunto de habitações rectangulares, com cerca de 30 a 40m^2 de área individual, distribuídas por socalcos e patamares. As entradas estão sinalizadas por pedras fincadas ao alto. Nota-se ainda uma área que deve ter funcionado como eira, com uma superfície plana coberta por pequenos blocos de pedra. No topo existe uma zona onde o afloramento foi cortado, formando uma depressão, que terá sido uma pedreira. Aqui ainda estão blocos de granito cortados e esquadriados. Na base está uma sepultura escavada na rocha. Imbrices e tegulas são visíveis.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira: nº 214.

12.07. Torre do Azinhal

CMP 335 / CNS 30335 e 30336

Um complexo sítio arqueológico que necessita de olhar muito atento.

São dois os núcleos de vestígios, a partir dos quais emanam os numerosos elementos de construção e de utilização que se encontram reaproveitados nas construções em redor.

748 Oliveira, Pereira & Parreira: nº 193.

749 Diâmetro de 98cm, altura 79cm, encaixe da vara 22cm na base.

Estão separados por uma pequena linha de água, profundamente cavada no vale e canalizada em momento indeterminado, criando uma conduta que justifica o topónimo.

Do lado oeste encontra-se a antiga construção da Torre, que Paço indica ter sido destruída pelo ciclone de 15 de Fevereiro de 1941, apresentando uma fotografia em que se torna evidente que a estrutura está muito melhor preservada do que na actualidade[750]. Esta torre, interpretada como uma atalaia de vigia, incorpora silhares romanos na sua alvenaria. Nesta zona, Paço menciona o aparecimento de "muitas moedas", sem especificar a cronologia; na prospecção realizada, verificou-se uma escassez de materiais à superfície, sendo que nenhum foi passível de atribuição à época romana.

Do lado oposto do vale encontra-se então um extenso sítio romano. Os vestígios surgem logo na subida da encosta oeste, passando os casões agrícolas[751]: junto a um caminho antigo, com rodados escavados na rocha, encontra-se cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e muitos blocos de escória, situação que se mantém à medida que vamos progredindo a ascensão para o topo. Aí temos uma extensa plataforma, terminada a noroeste por uma eira, e em toda essa zona, e na encosta, encontramos os referidos materiais, acrescidos de um peso de tear e de fragmentos de *opus signinum*. Afonso do Paço menciona "mós redondas, canalizações e pedras com feitios", mencionando que aquando do olival ali existente se encontraram "várias sepulturas e cerâmica". Ainda pedras trabalhadas e restos de canalizações são referidos[752]. Os autores da recente Carta Arqueológica de Marvão acrescentam um fundo de ânfora[753], contentores que se encontram em grande quantidade à superfície.

O sítio ocupa todo o topo da plataforma, em área não inferior a um hectare. Está exposto a norte, desfrutando de uma ampla panorâmica sobre o vale do Sever e, em fundo, as serranias da Beira. Em língua de terra que avança a grande altura sobre as duas ribeiras, poderia ter sido criada uma barragem, dado o encaixe dos vales, e teria certamente o apoio de recursos hídricos suplementares, pois existem poços em vários pontos. Na casa da Herdade da Torre encontra-se ainda um fuste de coluna em granito, testemunho da monumentalidade que o sítio terá conhecido, alem de uma mó e de silhares[754].

Jorge de Oliveira mencionou ainda que, na zona do vale onde corre a ribeira, se encontrava uma antiga basílica paleocristã, com frescos revestindo as paredes, e que posteriormente foi destruída, informação não constante da Carta Arqueológica. No terreno existe hoje um denso e impenetrável silvado.

Em resumo, uma extensa *villa* romana, na frente contínua que inclui Tapada Grande, Garriancho (do qual fica muito próximo, no vale a leste), Pereiro e Pombais.

Outras referências: RP 6/42; Paço, 1949: 41; Fernandes & Oliveira, 1995: 17.

12.08. Mouta Raza

CMP 335 / CNS 30232

O sítio encontra-se em paisagem pedregosa e de acesso difícil, apesar da proximidade da estrada de alcatrão e de um antigo caminho, talvez medieval, que segue de Vale de Rodam para norte, em direcção a Vale do Cano. Esta é uma zona de abundantes recursos hídricos, com poços e fontes. Junto à casa agrícola existe uma pequena plataforma onde se concentram os indicadores: muitos fragmentos de imbrices, alguns com digitações, e fragmentos de *dolia*, registando-se a ausência de tegulas e de cerâmica comum. Uma mancha que não ultrapassa os 500 m^2, certamente correspondente a um casal. Nas imediações encontram-se numerosas sepulturas escavadas na rocha, em número superior a uma quinzena, geralmente agrupadas. Do lado oposto da linha de água, junto a um chafurdão, encontra-se um peso de lagar.

750 Paço, 1953: 20 e figura 8C, onde se vê o arco de silharia romana completo.
751 Oliveira, Pereira & Parreira, nº 199: Torre do Azinhal I.
752 Menções em Paço, 1953: 19.
753 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 200: Torre do Azinhal II.
754 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 201: Torre do Azinhal III.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 242[755].

12.09. Vale de Rodam

CMP 335 / CNS 29946

Novamente nos deparamos com núcleos de associação entre sepulturas escavadas na rocha e manchas de imbrices: na envolvente, assim acontece em Vale de Ródão I[756] e Vale de Ródão IV[757]. O sítio a que foi atribuído o nº III é, todavia, mais denso de conteúdos: primeiro, porque de inequívoca presença romana, mas também pela simbologia religiosa do local, visto que se encontra junto à Capela da Senhora da Graça. Além de duas sepulturas escavadas na rocha nas propriedades vizinhas, junto ao templo encontramos uma extensa mancha de tegulas, imbrices, fragmentos de *dolia* e de cerâmica comum. Foi noticiado o achado de um fragmento de mármore, e encontra-se um peso de lagar reutilizado como elemento de construção de um muro de limite de terreno.

É de admitir a possibilidade de aqui ter existido um casal romano ou mesmo uma pequena *villa*, mantendo-se a presença humana no local, possivelmente, de forma quase ininterrupta.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 091.

12.10. Pereiro/Fadagosa

CMP 336 / CNS 30340

Entre a Herdade do Pereiro – uma impressionante casa agrícola, com um dos conjuntos arquitectónicos mais notáveis do Alto Alentejo – e a antiga estância de recreio da Fadagosa, existem numerosos indicadores de um núcleo de povoamento, mas infelizmente os dados são pouco precisos. Aliás, nem Afonso do Paço, que os refere, se detém neles, pois "a índole do presente trabalho não comporta longos detalhes"[758]. Menciona apenas a fama das águas termais da Fadagosa que "certamente já eram aproveitadas pelos romanos, como certos vestígios parecem indicar"[759].

Os indicadores deveriam por isso ser relevantes, mas o estabelecimento termal do século XIX contribuiu para apagar estas memórias hoje pouco visíveis.

Na realidade, os dados resultam sobretudo de elementos deslocados da sua posição original. Um peso de lagar junto ao monte do Pereiro, quatro fustes de coluna[760] e vários silhares dispostos nas dependências das casas, além de outros blocos de granito, finos mas com talhe (para canalizações?) são exemplos desta situação.

Depois existem algumas notícias imprecisas, como a identificação de cerâmica de construção romana aquando da implantação de um poste de alta tensão logo nas casas de entrada para a herdade[761], ou o sítio entre esta e o Monte Velho[762], além de uma recolha de uma moeda de Constantino[763].

Foram realizadas prospecções em várias áreas, como o olival por trás da escola primária, em ampla elevação sobranceira ao núcleo termal, onde existiam informações sobre a existência de cerâmicas. Também nos terrenos da reserva de caça, descendo para o

---

755 Menção também a três sepulturas escavadas na rocha, a um conjunto de outras treze (ficha nº 243, Mouta Raza II) e ainda a mais duas (ficha nº 244, Mouta Raza IV). O peso de lagar está incluído na ficha nº 246: Chafurdão da Mouta Raza.

756 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 44

757 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: nº 165

758 Paço, 1953: 20, de onde são retiradas as informações seguintes.

759 Paço, 1953: 20. Inclui ainda a referência do pároco de Areias no Dicionário de Cardoso que localiza aqui a cidade de Medobriga, da qual "há ainda vestígios grandes".

760 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 210, Herdade do Pereiro IV.

761 Segundo os mesmos autores, ficha nº 205, Herdade do Pereiro II.

762 Cerâmica de construção e fragmentos de *dolia* próximos de uma linha de água, de acordo com os autores citados, ficha nº 207: Pereiro Velho III.

763 Próximo da Casa do Guarda, ficha nº 208: Herdade do Pereiro.

rio, e junto à casa-abrigo, onde recentemente o plantio de um olival levou a profundas limpezas do terreno e à formação de gigantescos morouços de pedra. Nada foi encontrado.

Em resumo, os indicadores existem, mas estão todos descontextualizados. É de considerar a existência de uma *villa*, na sequência do já referido alinhamento de grandes estruturas que se encontram voltadas a norte, ou então de um estabelecimento termal, mais tarde destruído pelo balneário da Fadagosa. Todavia, como as ocorrências de vestígios surgem em manchas desde a nascente até ao cimo da encosta, no actual cruzamento viário, é perfeitamente possível a coabitação de dois elementos deste tipo, reforçados com pontos secundários, como pequenos casais na dependência do primeiro.

Outras referências: RP 6/41; Paço, 1949: 41.

12.11. Herdade dos Pombais

CMP 336 / CNS 2745

Um promissor projecto de investigação (1982/1988) que foi interrompido bruscamente, levando a que o sítio ficasse, na sua maioria, por conhecer.

A Herdade dos Pombais situa-se no término de um relevante conjunto de sítios voltados para norte, avistando a bacia do Sever (de que Pombais está mais próximo, correndo a pouca distância) e em alinhamento sequencial. Como já foi referido nas fichas individuais, trata-se de Tapada Grande (Castelo de Vide), Garriancho, Torre do Azinhal e Pereiro sendo, de todos, o de Pombais aquele mais se aproxima do cânone das *villae*, com o sítio em extensa plataforma quase na base da encosta (ao contrário dos restantes, em topos). O rio apresenta-se aqui represado por um açude romano, de forte silharia[764].

Quanto à *villa*, seguramente amputada em parte pela linha férrea, os trabalhos realizados foram objecto de publicação sistemática, mas sempre resumida[765]. A consulta dos relatórios de escavação então produzidos permitiu esclarecer alguns aspectos[766].

Os trabalhos iniciaram-se por uma necrópole que parcialmente já se encontrava visível, procurando definir os seus limites aproximados, objectivo que logo a primeira campanha, em 1982, procurou realizar. Doze sepulturas identificadas, seis delas violadas, algumas com mais de uma inumação, e todas caracterizadas pela forma paralelipipédica, pela utilização de lajes de xisto (com excepção de duas de granito), pelo rito de inumação e pelas cronologias tardias. No espólio, realce para um cálice de vidro e um brinco de bronze[767]. O dado que mais nos interessa, porém, reside no facto de, logo na primeira campanha, se perceber que as sepulturas necropolizaram um espaço de habitação, com vários muros e um canal de escoamento. A partir de então, caracterizar este espaço irá ser a preocupação da autora.

No ano seguinte identifica-se "uma grande casa, compartimentada a sul, [e] no seu interior, a Norte, um pequeno conjunto estrutural de pedra e argamassa, cuja função não é ainda conhecida."[768] Do lado exterior, a norte estaria um tanque, completamente revestido a *opus signinum*, e foram ainda recolhidas placas de mármore. Além da referência a tesselas, o conjunto material demonstra inequivocamente a vocação da *villa* (objectos de ferro documentando actividades agrícolas) e o contexto tardio (as referências a *terra sigillata* indicam "essencialmente" as variantes hispânica e africana clara).

Da escavação de 1984 não houve publicação de resultados, mas existe o relatório. Nele se menciona a escavação do Compartimento D, com uma parede "consolidada com argamassa branca, interrompida a meio pelos arranques salientes de novas estruturas de

764 A sua localização foi-me indicada por Jorge de Oliveira, a quem agradeço. Trata-se de uma estrutura muito relevante, da qual partem alguns canais bem visíveis na fotografia aérea, e cujo levantamento topográfico geral se exige rapidamente.

765 Fernandes, 1985a; 1985b; 1986; 1987. Sumariado em RP 6/43.

766 Processo IPPAR 4.10.002. Consultado também o Processo IGESPAR S-2745.

767 Informações retiradas da notícia publicada e do relatório de 1982. De resto, na notícia alude-se a "terra sigillata" que no relatório não consta.

768 Relatório dos Trabalhos Arqueológicos de 1983, da autoria de Isabel Cristina Fernandes, constante do Processo do IPPAR acima referido.

pedra, ao que parece, contrafortes." Foi definida a sua entrada, com "degraus grosseiros". A norte surgiu a estrutura de arcaria, ainda hoje visível, que indicava a existência de um balneário. Mencionam-se fragmentos de mármore e, pela primeira vez, de ânforas. Seguidamente identificaram-se novas sepulturas, sem indicação numérica do total, mas cuja designação atinge o 20. Precisamente no exterior desta última foi identificado "um pequeníssimo conjunto circular, formado por pedras irregulares, bem fixas ao solo, sugere tratar-se de um local para colocação de oferendas ou para qualquer fim de carácter votivo."

Os trabalhos regressaram com a campanha de 1985, ainda centrada na necrópole, com o objectivo de a delimitar a sul e por leste. Todavia, não se encontraram quaisquer sepulturas. O relatório respectivo indica que na Área Sul identificaram-se "estruturas de habitação visivelmente tardias", definindo-se um compartimento que, "apesar de exteriormente apresentar ângulos rectos, arredonda nos cantos interiores". Ainda mais a sul, um lajeado grosseiro com grandes blocos (semelhantes às utilizadas nas tampas de sepultura), em zona onde foi recolhido "abundante material": fragmentos de vidro e de objectos em bronze, fragmentos de *terra sigillata* hispânica tardia (incluindo uma taça Dragendorff 27 reconstituível), africana clara C e clara D. Em outra zona, foi identificada uma lareira, coberta por uma espessa camada negra. Novamente temos fragmentos de vidro, de objectos em bronze (argola, plaqueta, pé de colher), um fragmento de lucerna, *terra sigillata* hispânica tardia, africana clara C e D e duas moedas datadas de cerca de 270. Quanto à área Oeste, persistiu a recolha de numeroso espólio, muito coerente com o já apresentado: fragmentos de vidro, de bronze (uma argola), uma lucerna tardia, e fragmentos de *terra sigillata* hispânica tardia. Como novidades, um alfinete em osso e *terra sigillata* itálica decorada, o elemento mais precoce neste sítio arqueológico. Duas moedas, uma de Cláudio (presume-se que de Cláudio II, "o Gótico", como a anterior) e outra de Constantino.

Em 1986 identificaram-se mais oito sepulturas, com "paredes internas formadas de pequenas pedras sobrepostas, algumas de tijolos, outras ainda utilizando imbrices e tegulas, como é usual encontrar em necrópoles romanas desta região peninsular."[769] Na Sepultura 22 identificou-se um imbrice em posição invertida, talvez para libações. As sepulturas 26 e 27 seriam infantis. Quanto à área edificada, o compartimento D ficou definido a sul por uma parede "de pedra irregular e não argamassada, a qual destaca um recinto rectangular formado por três pedras, logo seguido de uma tosca escada de dois degraus constituída por grandes pedras e que, presumivelmente, dava acesso ao compartimento B. Em sondagens exteriores à área construída foi recolhido o espólio com "o maior índice de recolha de material de todas as campanhas realizadas nos Pombais: fragmentos de c. comum, de TSC C e D, TSH, pré-luzente, de vidros, de lucernas, alfinetes em osso, variados objectos em bronze (anzol, frag. de braceletes e de aneis, fios, hastes, espátulas, placas, barras pequenas, etc.), moedas (uma delas legível, Antoninianos 269-270, IMP CLAVDIVS AVG/ VBERITAS AUG), muitos ossos. A característica mais impressionante dos materiais encontrados nestas sondagens é a abundância de ferro, tanto em escórias, em grandes e pequenas massas amorfas [...] como em objectos das mais variadas formas, tamanhos e funções - pregos, cavilhas, hastes, tiras, argolas, placas e outros de função indefinida, fechaduras, etc.)."[770] Por oposição da proprietária, os trabalhos já não prosseguiram nesta área.

Já com visíveis dificuldades operacionais, a campanha de 1988 procurou fechar a informação na zona de necrópole, visto que para o outro sector não foi ultrapassada a intransigência da proprietária. Dos trabalhos resultaram mais dez sepulturas, elevando o total para trinta e sete. A diversidade de tipologias aumenta, mas o padrão mantém-se: caixas de inumação com pouco espólio, geralmente apenas com uma bilha na cabeceira. Na escavação do espaço entre as sepulturas identificaram-se três moedas do século III, vários

769 Fernandes, 1987: 63.

770 Relatório dos trabalhos arqueológicos de 1986, p. 2 a 5. Parte dos materiais referidos nesta campanha e nas anteriores encontram-se expostos nas vitrinas do Museu Municipal de Marvão.

fragmentos de *terra sigillata* africana clara C e um fragmento de lucerna com *chrismon* no disco. O relatório, como os anteriores, é muito completo na descrição de cada sepultura, cabendo destacar a 32, com uma tessela e uma pulseira de vidro com sulcos. Na área edificada não há registo de trabalhos pelo motivo referido.

Finalmente, note-se que um pouco para cima na encosta ainda se encontra um sarcófago em granito com a tampa depositada ao lado[771].

O que seria, então, Pombais? Seguramente, uma grande *villa* com fundação durante o século I, cuja *pars urbana* não foi detectada nem intervencionada. Foi escavado o conjunto termal, em especial o espaço do hipocausto e da fornalha, com tanques de *opus signinum*. Em momento posterior – mas precocemente, talvez ainda durante os finais do século III ou inícios do IV – o espaço é necropolizado, observando-se a entrada das sepulturas no espaço edificado, levando inclusivamente ao rasgar de muros. O edifício é condenado, e tal pode dever-se à chegada do cristianismo, que leva ao abandono do espaço impuro por excelência – o edifício de banhos – e à sua intrusão por uma área tumular. Eventualmente, a estrutura poderá também ter sido cristianizada, construindo-se uma basílica, mas não existem elementos arquitectónicos que comprovem esta hipótese. O espaço terá portanto continuado a ser ocupado (em área ainda não identificada, mas talvez na *pars urbana*) e possivelmente por uma comunidade com alguma capacidade financeira, dados os materiais cerâmicos, vítreos, metálicos e numismáticos. A referência a "ossos de animal de grande porte" no relatório de 1984 indica padrões alimentares sustentados, embora não fique explícito se estamos perante os contextos romanos (referência a ânforas) ou mais tardios. Seja como for, a continuidade de abastecimentos verificava-se, com *terra sigillata* africana e um fragmento de "pré-luzente", até bem avançado o século V. Sem que possamos falar em *presenças visigodas* que prolonguem ainda mais o fio do tempo neste sítio, parece segura a ampla diacronia e as complexas reformulações que aqui tiveram lugar.

Uma última nota.

Ao contrário da esmagadora maioria dos sítios deste inventário, para Pombais as especulações não são apenas um exercício teórico, mas raciocínios deduzidos a partir de textos publicados (curtos, é certo) e de relatórios produzidos e deixados para memória futura. Infelizmente o projecto foi precocemente interrompido, pois poderíamos hoje ter um sítio modelar para a compreensão das dinâmicas diacrónicas na paisagem rural.

Outras referências: TIR J-29: 129; Fernandes, 1987b; Frade & Caetano, 1993; Reis, 2004: nº 91.

12.12. Monte Velho

CMP 336 / CNS 4403

E de súbito, isolado no meio das fragas rochosas, em paisagem que já ninguém percorre, o mais complexo e o maior de todos os *povoados escondidos* da serrania mamedense: o Monte Velho, extenso e esquecido, rodeado de um conjunto inigualável de sepulturas escavadas na rocha.

Os *povoados escondidos*, ou *ocultos*, captaram a atenção de Afonso do Paço, que os designou como "os restos de povoações extintas", deles deixando uma listagem[772]. Porém, foi indiscutivelmente Monte Velho quem criou no autor mais forte impressão, pela inscrição cristã daqui proveniente, mas também pela tremenda carga de vestígios ainda hoje existentes para quem visita o sítio. Da primeira, e das impressões de terreno, deixou memória escrita[773], e das segundas trataremos em seguida.

O povoado encontra-se voltado a norte e a este, no fértil vale de uma pequena linha de água que parte de um conjunto de nascentes, precisamente na terminação da azinhaga de acesso ao local (uma calçada seguramente medieval) e onde começamos a ver os

771 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 221: Herdade dos Pombais II.
772 1953: 24-25.
773 Paço, 1949.

primeiros indicadores, no caso, duas sepulturas escavadas na rocha[774]. Apesar da densidade de vestígios que envolvem o povoado, apenas o encontramos com algum esforço, pois ele implanta-se na vertente menos visível, por trás de uma pequena elevação.

Descrever o Monte Velho é uma tarefa complexa, pela profusão de vestígios. Aliás, urge realizar um levantamento topográfico intensivo do local, pois apesar do abandono em que a zona se encontra (ou por isso mesmo...) alguns indicadores podem vir a perder-se. De qualquer modo, trata-se de um grande povoado, talvez com uns dois hectares de área central, embora a visualização do terreno seja sempre complicada pelo mato arbustivo que lentamente se foi apropriando da paisagem. Em grande parte encontra-se definido por um muro de pedra seca que, em vez de uma muralha, parece ser apenas um delimitador da área residencial. Avançando para o interior, temos construções rectangulares, com compartimentações internas. As habitações têm uma soleira e uma marcação das portas através de estelas fincadas. A alvenaria é maioritariamente em pedra seca, e no chão encontram-se cerâmicas de construção: tegulas escassas e muitos imbrices, com curvatura ampla e frequentes digitações. Aliás, existe uma área fora do povoado onde o encontro de encostas forma um vale mais cavado, na qual existe um "tapete" de cerâmica de construção que recobre inteiramente uma larga zona do solo e um afloramento "em mesa" que aí se encontra. A diversidade de estilos e cozeduras das cerâmicas é muito ampla[775], e notam-se também fragmentos de argamassa que seriam aplicadas interiormente sob o telhado, pois conservam o negativo dos imbrices. Ainda sobre o povoado, nota-se ainda perfeitamente a área onde decorreu a escavação de Afonso do Paço. É também visível um planeamento de carácter urbanístico, com uma rua central mais larga, subindo em rampa, havendo outras mais estreitas, acompanhando as curvas de nível, o que provoca traçados mais sinuosos. Em determinado ponto, fora do povoado, encontra-se o que parece ter sido um forno.

Um dos dados mais impressionantes reside na profusão de sepulturas escavadas na rocha que existem no local[776]. Nota-se perfeitamente a *satelização* destas em relação ao povoado pois, à excepção de uma infantil (assim presumida dadas as suas pequenas dimensões) todas se encontram na periferia da área murada e ocupada por estruturas. O conjunto de sepulturas rodeia o Monte Velho por todas as direcções, com diferentes distâncias de afastamento, mas sem entrarem dentro da área definida. Esta coabitação com a morte, e a ausência de um espaço sepulcral delimitado, é um dos dados mais curiosos do local.

A escavação de Afonso do Paço trouxe alguns dados reveladores para analisar. Incidiu apenas sobre "uma casa rectangular" com "uma divisória com abertura"[777], a mesma que ainda hoje se encontra visível, situação esclarecida pela confrontação da fotografia com a paisagem actual. Teria um pavimento de lajes em granito e uma pequena dependência junto da porta de entrada, com fragmentos de três recipientes de cerâmica, que o autor dos trabalhos supõe ter servido para o armazenamento de produtos. No compartimento oposto, sensivelmente das mesmas dimensões, existia uma acumulação de hematites de ferro e um depósito com restos de fundição do mesmo metal. Paço encontrou ainda telhas com marcas de fogo, presumindo um abandono precipitado do local, relacionando o facto com a invasão muçulmana. Entre estas telhas encontrou um imbrice

---

774 Os autores da Nova Carta Arqueológica de Marvão referem uma sepultura, "a poente de um pequeno casebre, existe uma pequena fonte, ao lado da qual foi escavada uma sepultura num afloramento granítico" (Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 259), mas trinta metros a sul, em ponto mais elevado, sempre na mesma encosta, encontra-se uma outra.

775 Tal como Afonso do Paço já notara: "milhares de fragmentos de telha de um fabrico muito grosseiro, curvaturas bastantes diferentes e pastas diversas. Muitas delas apresentavam decorações, todas executadas antes da cozedura, umas de incisão bastante profunda praticada com instrumento afilado, outras de um ténue ondulado devido a simples arrastar das pontas dos dedos do oleiro." (Paço, 1949: 9).

776 No referido estudo – ficha nº 060 – mencionam-se "doze sepulturas escavadas em afloramentos de granito" mas na prospecção realizada (que, relembro, não teve carácter intensivo) identificaram-se dezoito, sem contar com as duas anteriormente mencionadas que se encontram do lado oposto da linha de água.

777 Paço, 1949: 8 e 9.

com a inscrição (H)IC PAX (H)IC C(H)RIST(V)S, realizada antes da cozedura da peça, em telha muito queimada "pelo incêndio que teria vitimado a casa"[778]. Trata-se de um relevante testemunho de cristianização do local. Finalmente, e além da existência de pesos de lagar, que nos permite pensar na exploração de vinhedos e olivais, em Monte Velho recolheu Afonso do Paço algumas sementes "incarbonizadas" de milho miúdo (*Panicum Miliaceum*)[779], um elemento que poderia ser utilizado para farinação, pois no local ainda se encontram fragmentos de mós.

O povoado de Monte Velho constitui assim um elemento patrimonial extremamente relevante, quer pela área "urbana", quer pelo numeroso conjunto de sepulturas e valores anexos que o rodeiam. Todavia, e apesar da intervenção de Afonso do Paço – aliás, muito limitada espacialmente – torna-se complexo o entendimento do que efectivamente poderá ter sido.

Em primeiro lugar, as cronologias. São abundantes os materiais romanos que por ali se encontram: tegulas, pesos de lagar, o fragmento de canalização visível na figura 5 publicada em Paço, 1949; não é porém possível determinar o momento de fundação do sítio. A casa escavada, por exemplo, pode perfeitamente corresponder ao modelo dos pequenos casais romanos, com a sua aparente simetria (a planta não apresenta medidas rigorosas) e compartimentação do espaço. O autor não refere o espólio ali encontrado para além do imbrice com a inscrição cristã, que pode ser datada do século VI. Este momento não significa necessariamente o fim do povoado (muito menos pode ser associado à invasão das "nefandas hostes de Mafoma", como supôs Paço), que provavelmente terá prolongado a sua vida para momentos posteriores. Em resumo, pouco pode ser adiantado.

Quanto à funcionalidade, parece evidente tratar-se de um povoado de habitações independentes, mas relativamente organizadas e concentradas. É muito difícil ter uma noção de conjunto do local, que poderia apresentar algum planeamento de tipo, digamos, proto-urbanístico, com as suas ruas e acessos. Não se divisa um lugar central, ou uma habitação com alguma preponderância. A vocação da casa escavada parece evidente: pequenos potes de armazenamento de cereais, um lajeado grosseiro, uma pequena zona de fundição. Os pesos de lagar acentuam o perfil económico do local.

Sem dúvida, um sítio-chave para o entendimento das dinâmicas pós-imperiais.

12.13. Amoreiras

CMP 336 / CNS 30231

Nas áreas livres entre as casas encontram-se alguns materiais cerâmicos dispersos: fragmentos de tegulas e de imbrices, ocasionais cerâmicas comuns. Nas casas encontram-se silhares embutidos nas paredes.

O local encontra-se em implantação semelhante ao de Pombais: com o rio Sever na base, a pouca distância, desfruta de ampla visibilidade para norte e este, situando-se a meia encosta. É difícil avaliar a situação, mas como referem os autores do estudo, não é de excluir uma *villa* romana.

Referências: Paço, 1953: 20; Fernandes & Oliveira, 1995: 17; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 066.

12.14. Eira do Relógio de Sol/Vidais

CMP 336

Habitação com silhares e outros elementos pétreos reaproveitados. Na eira em frente foram identificadas cerâmicas de construção (tegulas e imbrices). Certamente um casal dominando os férteis vales em redor, alimentados por adequados recursos hídricos.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 236.

[778] 1949: 12-13.

[779] 1949: 9; 1953: 26.

12.15. Salto do Cavalo

CMP 336 / CNS 30418

Fragmentos de cerâmica de construção (não descriminados) e de *dolia*, atribuídos a um casal romano.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 263.

12.16. Bica

CMP 336

Escassos vestígios (um fragmento de tegula e alguns de imbrices) associados pelos autores a águas mineromedicinais. O sítio não foi relocalizado.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 247

12.17. Fonte dos Mortos

CMP 336 / CNS 30304

Local conhecido por daqui ser proveniente a epígrafe dedicatória a *Toga Alma*, divindade presumivelmente indígena, apenas conhecida por esta referência[780]. Consagrada por uma *Nannia* (ama) que se auto-designa como liberta, trata-se de um testemunho muito interessante para a *geografia cultual* desta área regional e, no caso específico, de uma identificação religiosa bem distante do universo urbano que encontramos na cidade de *Ammaia*. O cipo de proveniência foi encontrado na curiosa fonte que no local se encontra, sem que Paço tenha tentado uma correspondência arqueológica, apenas apontando para sepulturas próximos da "casa a NE". Os autores da *Nova Carta Arqueológica* mencionam no local fragmentos de cerâmica de construção, comum e de *dolium*, relacionados com "um casal romano"[781]. De referir apenas que, apesar da paisagem pedregosa, encontramos aqui um vale muito aprazível, repleto de nascentes e com bons solos agrícolas nas várzeas. O caminho que se bifurca precisamente na fonte será certamente muito antigo, talvez uma das antigas vias do território ammaiense.

Outras referências: Carneiro, 2009-2010.

12.18. Patinha da Burra

CMP 336 / CNS 5827

Um dos notáveis *povoados escondidos* repleto de evidências, incluindo duas sepulturas escavadas na rocha do lado oposto do caminho, não detectadas na *Nova Carta Arqueológica* marvanense.

A inscrição deste povoado na época em estudo não é segura, podendo tratar-se de uma ocupação posterior. Não existem indicadores cronológicos que possam ser fiáveis: por exemplo, não existem menções a reaproveitamentos romanos (embora o peso de lagar o pareça), nem tal foi detectado na visita ao local. Todavia, o padrão de implantação e o indiscutível *ar de família* é idêntico ao de outros sítios, como Monte Velho, deduzindo-se uma possível coetaniedade. A construção que se encontra alcandorada sobre as fragas, com duas divisões rectangulares, parece ser mais tardia, próximo de uma sepulturas escavada na rocha e de dois orifícios circulares inscritos no afloramento que parecem delimitar os encaixes de um portão, distinguindo-se ainda a soleira na rocha. Notam-se ainda outras construções e, junto a elas, um peso de lagar[782] que deverá ser de fabrico romano.

O povoado, contudo, está junto ao caminho: as construções têm uma área ainda considerável. Vindos do acesso leste encontra-se uma ligeira derivação, sinalizada por duas estelas ao alto, que daria acesso às casas. Nota-se uma habitação mais ampla, compartimentada, mas sem que se percebam as divisões interiores do espaço. Uma grande

780 Jalhay, 1947; Paço, 1953: 21. Surge cartografado em RP 6/62A "Barretos", apontando uma proveniência de *Ammaia* que não se verifica.

781 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 159.

782 Com 54 cm de diâmetro e 42 de altura. O encaixe tem de topo 10 cms e na base 22.

lagareta emerge, aproveitando um afloramento natural, com destaque evidente, quer pelas suas dimensões, quer pelo facto de ocupar um lugar central no núcleo de construções.

No extremo de um vale com bons solos e recursos hídricos, o povoado encontra-se quase oculto entre os afloramentos graníticos que dominam a paisagem. Como tal, praticamente não desfruta de amplitude visual, embora esteja próximo da pendente para o Sever, onde aliás a calçada começa a inclinar o seu percurso.

Referência: ; RP 6/62B[783]*; Paço, 1953: 24; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 061.*

12.19. Ranginha

CMP 336 / CNS 30230

Mancha de materiais constituída por cerâmica de construção – tegulas e imbrices – e alguma cerâmica comum indiferenciada. Nas proximidades, dois elementos escavados na rocha: um lagareta com duas depressões para decantação e uma sepultura. Os autores relacionam este sítio com a existência de um fuste de coluna e um peso de lagar deslocados do seu contexto de proveniência.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 065.

12.20. Aldeia

CMP 336 / CNS 30234

Atrás do antigo conjunto de casas, e em meio a uma profusão de sepulturas escavadas na rocha, existem vestígios de um antigo povoado, possivelmente alto-medieval. Em zona plana, entre duas linhas de água pequenas, mas ocupando o fundo de um vale, encontram-se extensos aglomerados de pedra e cerâmicas de construção. Os indicadores de presença romana também estão presentes: um silhar com marcas de *forfex* em meio a imbrices e fragmentos de *dolium*. É muito difícil determinar uma área central, que até poderia estar sob o actual conjunto edificado.

Referência: Paço, 1953: 25; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 069.

12.21. Vale de Luso

CMP 336 / CNS 30227

Vários indicadores dispersos e imprecisos, mas que necessitariam de um olhar conjunto mais apurado. Três pontos principais definidos pelos autores do levantamento arqueológico, todos com presença romana e tardo-romana: o sítio I[784], próximo de uma linha de água, com peso de lagar e mancha de escória, imbrices e *dolium*; no II[785] um lagar possivelmente romano, dada a presença de tegula, alem de dois pesos e de um encaixe de vara; e no III[786], mais longe e em posição mais oculta, fragmentos de *dolium*, uma canalização de granito, blocos pétreos talhados e um capitel. Todos os núcleos encontram-se rodeados por sepulturas escavadas na rocha.

Dada o espaçamento dos pontos de achados, importava compreender se estamos perante núcleos de um ponto de povoamento muito disperso ou de unidades independentes – e nesse caso, de que tipo. Claramente, aqui, é o capitel o elemento mais bizarro, por pressupor uma estrutura monumentalizada.

12.22. Ribeira do Lobo

CMP 336 / CNS 30248

O outro grande *povoado escondido*, necessitando de um levantamento topográfico dos diversos núcleos, tantos e tão variados eles se apresentam. Em relação a Monte Velho, com o qual apresenta inegáveis semelhanças, algumas diferenças emergem: aqui estamos perante núcleos dispersos, sem que seja possível definir um povoado central. Elementos

783 Não especificado, unicamente com referência a "tegulae".
784 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 062; menção em Paço, 24.
785 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 160.
786 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 270.

heterogéneos, como as omnipresentes sepulturas escavadas na rocha, lagaretas, pias e pesos de lagar, além de estruturas habitacionais, de difícil interpretação e muito espaçadas. Também ao contrário de Monte Velho, aqui não se encontram cerâmicas de construção, ou pelo menos poderão estar ocultas pela vegetação que impera nestes locais ermos onde o mato reocupou o terreno. É difícil contabilizar uma área de dispersão, mas seguramente será superior a um hectare.

Referências: Paço, 1953: 25; Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 46; 55; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007, ficha nº 086.

12.23. Estaca

CMP 336 / CNS 30038 e 30278

Outro conjunto de indicadores muito variados, pelo que é aconselhável seguir de perto a listagem da recente *Carta Arqueológica de Marvão*: o sítio III[787] deverá ser um pequeno casal, com cerâmica de construção, comum, escórias e imbrices (alem de cinco sepulturas escavadas na rocha, duas delas no meio da mancha de materiais); em II, junto de uma outra sepultura, dois pesos de lagar[788]. Não muito longe encontra-se um outro ponto onde estão, reutilizados em eira, três pesos de lagar, além de elementos pétreos em granito (incluindo um silhar)[789].

12.24. Maral

CMP 336 / CNS 30235

Mais um dos diversos povoados que, ocultos na paisagem, encontramos neste território. A meia encosta, voltada a poente, encontramos uma extensa área (entre meio e um hectare) com numerosos blocos de pedra talhados, alguns aflorando, entre manchas de cerâmica de construção: escassas tegulas, grande quantidade de imbrices, tijoleiras e também fragmentos de *dolium* e alguma cerâmica comum. É complexa a tarefa de definir uma área central, parecendo tratar-se de um povoado disperso. Na zona baixa, de vale, uma conduta de água com lajes em cutelo.

Referência: Paço, 1953: 25; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 070; Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 50, 55.

12.25. Seiçal

CMP 336 / CNS 30251

Os indicadores repetem-se em mais um *povoado escondido*: moroiços com blocos de pedra, alguns que terão eventualmente sido silhares. Estruturas derrubadas, definindo compartimentos ortogonais, em meio de fragmentos de tegula, imbrices, tijoleiras e numerosa cerâmica de armazenamento (*dolia* e grandes contentores). Próximo do local estão dois pesos de granito e canalizações em blocos de granito, depositadas junto a uma casa; na fonte, o inesperado: uma cabeça de mármore em granito, reaproveitada e colocada em fonte. A sua cronologia não é segura, nem o local de proveniência.

Referências: Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 48, 55; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 088.

12.26. Vedeira

CMP 336 / CNS 30228

Outro povoado, mais pequeno do que os anteriores: moroiços com blocos de pedra, fragmentos de imbrices e de *dolium*. Situado em fundo de vale, entre afloramentos graníticos. Descendo o caminho, reaproveitados em muro, encontram-se dois pesos de lagar, certamente daqui provenientes.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 063.

787 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 117.
788 Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº 045.
789 Maceira II em Oliveira, Pereira & Parreira 2007, nº157.

12.27. Relva

CMP 336 / CNS 30319

Povoado que fica próximo do actual núcleo de habitações, em vale pouco profundo e dominando férteis solos agrícolas, em meio às penedias graníticas. Encontram-se alicerces de muros que definiam um conjunto de pequenas habitações, em número indeterminado mas não muito extenso. São evidentes os fragmentos de cerâmica de construção: tegulas, imbrices, tijoleiras, e ainda de *dolia* e de cerâmica comum. Como em outros sítios, coabitam com indicadores de unidades de produção (dois pesos de lagar em granito e uma pia escavada na rocha) e elementos funerários (pelo menos uma sepulturas escavada na rocha).

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira 2007: ficha nº 174.

12.28. Ribeiro Pinheiro II

CMP 347 / CNS 24454

Mancha de material configurando a existência de um ponto de povoamento, eventualmente um pequeno casal. Os indicadores apontam para uma mancha de cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e um peso de tear. Implantação na paisagem muito característica, em zona plana, dominando uma extensão de férteis solos agrícolas.

Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 142.

12.29. Prado II

CMP 347 / CNS 30285

Próximo do anterior, e muito semelhante na implantação na paisagem. Fragmentos de tegula e de imbrices, com notícias de achados de pesos de tear e cantarias.

Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 135.

12.30. Vaqueirinho

CMP 347 / CNS 30280

Notícia de achados vários em obra: tegulas e imbrices, além de uma mó rotativa. Pela descrição, o local implanta-se em esporão rochoso.

Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 128.

12.31. Quinta do Padre Francisco

CMP 347 / CNS 24453

Implantado em zona plana e aberta, novamente na proximidade de férteis solos. Os indicadores estão descontextualizados, depositados em moroiço: tijolos de quadrante, tegula e imbrices, bem como cerâmica comum na superfície. Uma estrutura aflorando à superfície do solo pode corresponder ao ponto de proveniência.

Referências: Oliveira, Pereira & Parreira 2007, ficha nº 129.

12.32. Fonte de Souto I

CMP 348 / CNS 20525

Em zona actualmente povoada, logo, com limitações na observação das evidências superficiais, encontram-se mesmo assim alguns indicadores concordantes com o panorama geral de sítios neste concelho. Em Fonte de Souto temos uma mancha de pequenas dimensões (500 m^2) com fragmentos de imbrices, tegulas, *dolia*, cerâmica comum e escórias; nos moroiços envolventes encontram-se pequenos blocos de pedra talhada, que teriam sido utilizados em construções. Um peso de lagar está reaproveitado em construções actuais. O sítio está rodeado por pelo menos quatro sepulturas escavadas na rocha. A novidade que Fonte de Souto apresenta reside na recolha de uma pequena ara.

Referência: Paço, 1953: 25; Oliveira, Bairinhos & Ballesteros, 1996: 55, 68-69; Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 072.

12.33. Monte da Sobrosa II

CMP 348 / CNS 30292

Em paisagem de montanha, embora em zona baixa, encontra-se um sítio interpretado como casal: cerâmica de construção (tegulas e imbrices), comum e de armazenamento (*dolia*) e bastante escória à superfície. As maciças construções ali existentes parecem reaproveitar blocos de pedra com o talhe de época romana. A proximidade com as pedreiras de Pitaranha, que os autores também acentuam, é evidente.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 147.

12.34. Pitaranha (pedreira)

CMP 348 / CNS 30293

No nosso território em estudo, esta é uma das poucas pedreiras onde ainda se preservaram as marcas de exploração em época romana. Neste caso, temos ainda indícios de estruturas de laboração e transformação, que fazem deste local um ponto de interesse muito relevante para a investigação. Certamente que o relevo inóspito e o actual isolamento permitiram a preservação destas evidências, actualmente situadas mesmo no limite fronteiriço entre Portugal e Espanha. No local encontram-se os característicos cortes com os negativos de cunhas, para além de grandes montes de blocos, alguns deles talhados e esquadriados. Entre a paisagem granítica, surgem inúmeros blocos de quartzo na zona de vale, observando-se pequenos fragmentos de cristal de rocha. À superfície, encontram-se alguns materiais cerâmicos, como tegulas e imbrices. Próximo da pedreira estão algumas estruturas cuja cronologia romana não será segura, embora se encontrem materiais cerâmicos, e ainda uma depressão no afloramento que os autores relacionam com uma forja. No terreno, todavia, não são visíveis escórias nem marcas de fundição.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 149.

12.35. Quinta da Queijeira

CMP 348 / CNS 30282

"Pequeno sítio" com cronologia atribuída de época romana, constituído por mancha de materiais "que não ultrapassa os 50 metros" com cerâmica de construção, *dolium* e *terra sigillata* (fabrico não especificado), cujo aparecimento neste contexto se torna de difícil explicação. Os autores mencionam que "no pátio do monte, se encontram alguns elementos arquitectónicos reutilizados", sendo portanto necessário equacionar que tipo de local seria este, com indicadores pouco condizentes com a proposta de "pequeno sítio".

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 132.

12.36. Gavião

CMP 348 / CNS 30287

Próximo de um imponente escorial[790] encontra-se um pequeno sítio, certamente o ponto de habitação relacionado com as actividades de fundição. Em terraço fluvial, junto à confluência de duas pequenas linhas de água, encontra-se diverso material cerâmico: de construção (tegulas e imbrices), fragmentos de ânforas (bojos indiferenciados) e de cerâmica comum.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 120.

12.37. Alagoa

CMP 348 / CNS 30224

Um sítio interpretado como *villa*, que apresenta uma implantação espacial privilegiada, em meia encosta, no terço inferior da pendente e já próximo da linha de água, beneficiando da máxima exposição solar. São referidos fragmentos de cerâmica de construção, comum, de *dolium,* escórias, existindo ainda as referências de Paço a "enormes

[790] Gavião II, referência em Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 137.

tijolões, fragmentos de potes, canalizações, jorras de ferro" e cantarias[791]. Na visita ao local, muito poucos indícios foram encontrados, observando-se apenas alguns fragmentos dispersos de cerâmica de construção, mas também registo que existem "ondulações no terreno" que serão provavelmente artificiais, devido à presença de estruturas no subsolo. Aliás, na tapada a sudeste do cruzamento viário, é perfeitamente evidente uma extensa plataforma que quebra a suave encosta. Nas primeiras casas na entrada de Porto de Espada encontram-se depositadas cantarias e blocos de granito que terão sido utilizados em construções. De acordo com informações antigas, nesta zona terão sido encontrados "lingotes de chumbo, cerâmicas e objectos em ouro", observando-se cerâmica de construção à superfície.

Os autores da *Nova Carta Arqueológica de Marvão* desdobram estes dois sítios, classificando-os a ambos como *villae*, o primeiro denominado Alagoa[792] e este, já no limite do núcleo urbano, como Tapada da Eira[793]. Dada a proximidade espacial (menos de quinhentos metros), parece-me preferível considerá-los como núcleos de um mesmo sítio, que por isso teria uma apreciável extensão. Várias hipóteses se colocam: o local encontra-se a cerca de três quilómetros de *Ammaia*, podendo corresponder a uma *villa* suburbana; dada a sua proximidade a um antigo caminho (que os autores referem como uma ligação para *Emerita Augusta*), poderia tratar-se de um entreposto, eventualmente relacionado com a expedição de minério, dada a abundância de escórias que por aqui se encontram; ou então, a combinação das duas hipóteses (*villa* com armazém junto à via). Ressalvo, contudo, que por enquanto nada confirma a presença de uma *villa*, estando ausentes os indicadores de gosto urbano ou de monumentalidade.

12.38. Naves

CMP 348 / CNS 24452

Sítio registado como um casal relacionado com actividades de extracção: identificaram-se tegulas, imbrices, fragmentos de escória e de cristal de rocha e grandes moroiços de pedra junto a um filão de quartzo. O local encontra-se em elevação, dominando os férteis vales da ribeira de Porto de Espada.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 130.

12.39. Tapada do Forno

CMP 348 / CNS

Sítio conhecido por uma referência de Afonso do Paço ao aparecimento de "cantarias"[794]. Nos trabalhos do levantamento arqueológico recentemente concluído não foram encontrados vestígios de ocupação antiga. A notícia de Paço também é muito imprecisa, combinando a menção a Tapada do Forno com Alagoa.

Referência: Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 055.

12.40. Alto de São Mamede

CMP 348

Um conjunto de referências difusas que apontam para a possível existência de um santuário no ponto mais elevado do Alentejo[795]. Aqui terão sido recolhidos colunas e capitéis romanos, hoje guardados em colecção particular. Apesar de inevitavelmente mutilado pela construção do complexo de antenas e emissores, os autores da *Nova Carta Arqueológica de Marvão* assinalam "vestígios materiais característicos do período romano" como tegulas, imbrices, lateres, cerâmica comum e fragmentos de mármore[796]. Certa é a

791 Afonso do Paço, 1953: 22.
792 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 057.
793 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 131.
794 Paço, 1953: 22.
795 Borralho & Mendes, 1987.
796 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 139.

componente sacra do local em época mais tardia, visível de forma evidente no hagiotopónimo e na inscrição árabe aqui encontrada[797].

Comentários gerais

A primeira constatação é óbvia: estamos perante um extenso conjunto de sítios, na sua maior parte apenas identificados, e em alguns casos objecto de sondagens ou de escavações que acabaram por não ter continuidade. Ou seja, Marvão oferece-nos um denso conjunto de informações, só possível devido à continuada e sistemática investigação arqueológica de que tem beneficiado. Observe-se, por exemplo, a cartografia: ao contrário de quase todos os concelhos aqui em estudo, para o aro marvanense temos uma distribuição espacialmente equilibrada, situação que, mais do que reflectir uma efectiva realidade das estratégias de povoamento em época romana e alto-medieval, reflecte a intensidade da pesquisa. Apenas em territórios onde se procede a uma esforçada sequência de prospecções, de saídas de campo, de levantamentos publicados, nós vamos conseguindo uma (digamos) *sedimentação da informação* que geralmente nos conduz a uma mais fiável percepção da ocupação do território. Em outros lugares, os projectos pontuais privilegiam pequenos territórios ou freguesias; em Marvão, porque tem havido uma contínua preocupação pela detecção e divulgação do património arqueológico entendido como um todo, temos um território homogeneamente prospectado e conhecido, sobre o qual podemos lançar olhares tendo a segurança de que as gerações de investigadores que aqui trabalharam deixaram um legado completo e complexo.

Marvão constitui-se portanto como um *laboratório de investigação*, o que o torna um concelho ideal para o tomar como um *case study* da maior relevância. Pela história da investigação, pela riqueza da informação cartográfica, e ainda por dois outros factores: um temporal, o facto de aqui termos uma *urbs*, um aglomerado urbano, o que não encontramos em qualquer outro dos concelhos. E depois, o quadro físico: este é o único espaço verdadeiramente de montanha, de serrania, o que necessariamente implicou uma adequação ao terreno, e à sua exploração, distinta das outras áreas onde a paisagem se apresenta com outra suavidade.

Olhar para o território implica portanto a certeza de haver um denso feixe de informação que, curiosamente, ainda não foi alvo de um tratamento próprio – situação tanto mais paradoxal dada a presença de uma *urbs*. Dito isto, importa considerar que o volume de informação é tão elevado (e amadurecido pela continuada pesquisa), que aqui pode apenas ser aflorado. Porque entrar neste universo implica um outro aprofundamento na análise, gerindo, por exemplo, as dinâmicas da investigação no campo artefactual, que nos poderiam dar outra profundidade na leitura mas que estão, como se sabe, fora do alcance do presente estudo.

No entanto, e sem entrar em contradição com o que fica escrito, note-se que ainda existem campos de investigação pouco tratados. Um apenas, e para mim o mais óbvio, embora também fora da presente análise: o mundo funerário em época romana. Identificaram-se sepulturas tardias (por exemplo, em Pombais, para além das omnipresentes sepulturas escavadas na rocha) mas falta-nos o outro lado da vivência romana, precisamente o espaço de morte. Ainda nenhuma necrópole de momento imperial foi até ao momento identificada para lá da cidade de *Ammaia*, o que é inevitavelmente uma lacuna relevante.

Marvão assume portanto um papel relevante dentro do nosso território de investigação. Mas também por um outro motivo, e agora entrando na dimensão temporal em análise: trata-se do único concelho onde temos, indiscutivelmente, uma *urbs*, certamente uma *urbs ex novo*, o que implicou um radical redesenhar da geografia territorial no momento do estabelecimento da *paisagem romana*. Esquecidos os grandes povoados indígenas, como Vidais, que será certamente um sítio fulcral para o entendimento das dinâmicas de

[797] Mendes e Goulart, 1991; Carneiro, 2009-2010.

passagem inter-temporais, a vida organiza-se agora nas férteis várzeas desenhadas pelos cursos de água que se encaminham para o Tejo. E aparentemente o processo terá sido rápido, pelo menos a julgar pela menção a *terra sigillata* itálica em Pombais, mas a persistência do *fundo indígena* terá permanecido de forma individualizante, a julgar pelos antropónimos conhecidos e pelas divindades cultuadas.

Em primeiro olhar, portanto, o que o quadro geral nos lança é uma paisagem densa, plenamente preenchida de unidades de povoamento já com uma apreciável estratificação, e que estão ocupadas no aproveitamento dos recursos que o território alberga.

Recursos agro-pecuários, certamente: grandes *villae* que escolhem os melhores solos e os abundantes recursos hídricos para organizar o seu *fundus*. A este nível, torna-se extremamente relevante o número de pesos de lagar que encontramos neste espaço, quer na relação de sítios com pesos, quer na densidade numérica de pesos por sítio. Esta presença numérica muito intensa implica necessariamente uma elevada escala de aproveitamento dos recursos da vinha e dos cereais. Seria extremamente importante conhecer os contentores que permitiam o armazenamento e escoamento destes produtos: se as ânforas são relativamente pouco conhecidas nos sítios marvanenses, destaque-se a abundante presença de grandes recipientes (geralmente designados por *dolium*) nos diversos registos superficiais que os sítios apresentam. Ou seja, quase todos os locais – mesmo os genericamente classificados como "casais" – apresentam fragmentos de grandes contentores à superfície, o que é obviamente relacionado com esta escala produtiva.

Recursos mineiros, obviamente: os minérios existem no subsolo marvanense, e terão certamente sido explorados, até porque em vários destes locais encontramos os escoriais que demonstram esta actividade. Mas também os cristais de rocha, pedras ornamentais e decorativas ocorrendo em veios de filões de quartzo, que poderão ter tido uma intensidade na exploração que talvez não tenha sido até agora devidamente considerada. E temos ainda dois vectores que, a meu ver, não têm sido analisados. Um tem a ver com o papel de *Ammaia* enquanto entreposto mineiro da margem sul do Tejo, tema ao qual voltarei na síntese final. A rede viária, o perfil de habitantes da cidade, o modo como certos sítios se organizam em torno aos percursos de circulação, indicam que o território de Marvão não teve apenas uma importância estratégica no aproveitamento dos recursos mineiros próprios, mas na recepção dos produtos de exploração que aqui chegavam provenientes, sobretudo, do Conhal do Arneiro em Nisa. Depois, temos ainda as pedreiras de exploração dos recursos geológicos, cuja existência é natural se pensarmos nas necessidades de incorporação que a construção de uma cidade e das infraestruturas anexas (pensando sobretudo nas pontes que ainda hoje aqui permanecem) necessariamente comportariam. E finalmente, contemos com um produto subvalorizado pela investigação (essencialmente pela dificuldade de o recensear arqueologicamente), mas de grande importância económica no mundo antigo, e de abundantes evidências patrimoniais e etnográficas neste concelho: a cal. São numerosos os fornos de cal que em épocas posteriores se vão construindo por todo o concelho, mas são particularmente relevantes as grandes evidências de exploração existentes, curiosamente, no vale de Aramenha: Cova do Aldrave[798], Matinho[799] ou Cova da Moura I[800] são os exemplos mais evidentes, aliás, com dimensões que evidenciam uma exploração de elevada escala. Como sempre, nada de novo: já o Dicionário de Cardoso[801] mencionava esta actividade, e Cornide, na visita ao local, foi ainda mais expressivo: "Yo no he descubierto señales de plomo ni escorias y sólo he notado que toda la montaña es de piedra calcárea, de que los naturales hacen uso para hacer cal, para cuyo efecto tienen un horno en las inmediaciones de dicha boca."[802]

798 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 138.
799 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 127.
800 Oliveira, Pereira & Parreira, 2007: ficha nº 123.
801 1751: 516-517.
802 Abascal & Cebrián, 2009: 670.

A exploração económica do território era portanto densa, variada e aproveitava as diversas valências disponíveis, centrando na cidade – onde a abundância de numerário indica uma vitalidade económica assinalável e a sua plena inserção nas redes de troca – o papel de centro abastecedor e ponto de confluência e recolha dos recursos explorados, neste e nos espaços vizinhos.

Com esta intensidade de exploração, não surpreende que a densidade da rede de povoamento no concelho de Marvão seja tão acentuada. O dado talvez mais inesperado resulta do facto de todas as freguesias – mesmo as de maior superfície montanhosa – terem índices muito elevados de presença de sítios romanos. Nas zonas baixas, as *villae* organizavam o aproveitamento dos recursos agro-pecuários; em outros pontos, menos aptos do ponto de vista pedológico, temos pequenas unidades de povoamento, que genericamente podemos designar como "casais". Nas zonas altas, ou mesmo inóspitas, encontramos mesmo assim a presença romana, com pequenas unidades de povoamento aproveitando os filões de minério ou de cristal de rocha. Portanto, onde esperaríamos encontrar uma rede de povoamento escalonada em função da *urbs*, com anéis concêntricos progressivamente menos povoados, temos afinal uma malha intensa que se espalha de forma mais ou menos homogénea pelo terreno, embora necessariamente com perfis diferenciados do ponto de vista qualitativo e na expressão de vestígios à superfície.

Neste aspecto encontramos uma clara estratificação do povoamento. Mais, uma repartição espacial de acordo com a sua funcionalidade ou, dito de outro modo, uma adequação da malha de povoamento conforme ao perfil funcional de cada unidade. Na franja norte, as grandes *villae*, todas em sequência, olhando para o curso do Sever: Tapada Grande (em Castelo de Vide), Garriancho, Torre do Azinhal, Pereiro, Pombais…

Mesmo assim, sobre este conjunto de grandes unidades de povoamento, residem dúvidas, que necessariamente obrigam a um intensificar da investigação: Vale do Cano está imperfeitamente caracterizado, sobretudo em face das descrições de Paço relativas aos vestígios enterrados; e Fadagosa/Pereiro terá de ser melhor analisado, sobretudo para percebermos se estamos perante um complexo termal ou uma *villa* idêntica às suas vizinhas. No primeiro caso, a ribeira de Vale de Cano surge-nos como um caso complexo, um dos conjuntos que captou a atenção de Afonso do Paço: "Há alguns anos os terrenos de Vale do Cano estavam inaproveitados, e todos estes elementos de civilização [romana] se estadeavam à superfície do solo. Com os recentes amanhos para culturas, abriram-se profundas valas onde tudo foi lançado, excepto as bases de colunas que ficaram dispostas aqui e alem a embelezar a propriedade agrícola actual, o peso de lagar, a lápide e pouco mais [...]"[803]. Ou seja, o actual volume de vestígios é, mesmo assim, uma pálida imagem do que em tempos seria por aqui observável, dada a *limpeza* ocorrida com finalidades agrícolas. Ao longo da ribeira as ocorrências são em número invulgar, não esquecendo sítios aqui não referidos como o povoado de altura do Castelo do Corregedor, o Penedo de São Martinho, com cavidades e lenda associada (possivelmente um exemplo de litolatria alto-medieval) ou a impressionante profusão de sepulturas escavadas na rocha e de lagaretas, quer ocorrendo individualizadas, quer em conjuntos que se espalham ao longo do vale. Outro elemento de grande interesse é o próprio Cano que origina o topónimo, e que consiste em imensa obra de engenharia de valas, condutas, levadas e barragens, que poderá ter uma origem romana para o aproveitamento dos abundantes recursos hídricos da área.

Longe dos "50ha" que Conceição Rodrigues mencionou, o olhar encontra hoje evidências arqueológicas sem continuidade espacial e, como tal, o que há a considerar são os numerosos núcleos que necessitam de uma integração conjunta. Entre o local mais a jusante – Vale do Cano VIII, um dos *povoados escondidos* que encontramos recorrentemente neste concelho – e aquele mais a jusante – a *villa* da Tapada do Garriancho – o vale apresenta-nos vários pontos. O aspecto mais relevante a considerar tem talvez a ver com o local de povoamento principal que, podemos supor, articularia os restantes: os materiais

[803] Paço, 1953: 19.

depositados no monte poderão ser provenientes de Garriancho, adequando-se à previsível monumentalidade que o local teria, mas a actual repartição de propriedades não abona em favor desta hipótese – embora, em boa verdade, persista a ideia de que não haverá alternativa a considerar. Teríamos de equacionar um outro sítio, condizente com as notícias deixadas por Afonso do Paço, mas cujas características não parecemos encontrar nos locais ao longo do vale: o sítio IV tem uma mancha muito circunscrita de dispersão, inadequada para uma *villa*, e o sítio V poderia ser provavelmente a *pars rustica* ou um casal secundário de apoio e laboração. O encaixe do vale não parece propício à fixação de outro ponto de maiores dimensões, mas era necessário saber se a superfície já foi objecto de prospecções intensivas e integrais. Estes diversos pontos poderão, portanto, corresponder a núcleos especializados de laborações, eventualmente integrados no *fundus* de Garriancho, que nesse caso teria uma vocação agro-pecuária muito marcada.

Em visão de conjunto, o que se destaca mais no complexo de sítios arqueológicos de Vale do Cano é o modo como esta unidade fisiográfica poderia constituir-se como um laboratório ideal para percebermos correctamente as dinâmicas diacrónicas de ocupação de um mesmo território. Desde logo era necessário realizar um programa de prospecções sistemáticas para aumentar a fiabilidade dos dados em análise. Os complexos fenómenos de transformação e mudança que aqui são intuíveis (da passagem do mundo do Ferro no Castelo do Corregedor para a *villa* de Garriancho, e desta para o *povoado escondido* tardo-antigo) e as diversas formas de exploração do territórios (manchas de escórias, peso de lagar, lagaretas rupestres, etc.) poderiam ser vectores estruturais nesta análise.

Ampliando a lente, nesta impressionante frente de grandes sítios no norte do concelho encontramos grandes unidades de exploração, com os maiores índices de monumentalidade e de evidências visíveis à superfície, podendo encontrar-se nesta sequência o conjunto residencial da elite urbana da *Ammaia*, se acaso esta privilegiasse o desfrute do *otium* rural nas proximidades da *urbs*. É aliás de lastimar o silêncio epigráfico que temos sobre o mundo rural ammaiense, o que nos impede de forma efectiva de conhecer o conjunto de pessoas que habitavam este território.

É portanto na área norte do concelho que encontramos as grandes unidades agro-fundiárias, exceptuando eventualmente o caso de Alagoa/Tapada da Eira que, como já foi referido, necessita de uma correcta aferição. Aliás, não deixa de ser curioso notar que ao longo do vale da ribeira de Porto de Espada, que banha a cidade de *Ammaia*, se encontrem ausentes as *villae*, apesar da amenidade da paisagem e dos bons solos agrícolas. Quer isto dizer que a cidade não procedeu a uma imediata fundiarização do seu entorno, seja porque a *urbs* administrou directamente esses espaços, seja porque os terratenentes decidiram afastar-se um pouco do núcleo urbano. Portanto, embora existissem condições pedológicas e paisagísticas para a implantação do "modelo-*villa*" próximo da cidade, tal não se verificou, nem no vale imediato, nem nas redondezas. As *villae* encontram-se todas, não em posição peri-urbana, mas inseridas já no espaço rural, à distância de alguns quilómetros da cidade. Este fenómeno contrasta com o conhecido para as paisagens mais meridionais do Alentejo, seja no entorno de *Ebora* seja em *Pax Iulia*, onde as *villae* surgem a uma distância muito inferior dos núcleos urbanos (ou por vezes mesmo a curta distância do perímetro das cidades), definindo verdadeiros anéis concêntricos com um modelo de *satelitização* das unidades fundiárias face à *urbs*. É certo que em *Ammaia* a paisagem muda radicalmente; é aliás por este motivo que as *villae* se integram na franja norte onde, apesar da exposição aos frios ventos da Beira, a modelação do terreno é mais suave e mais propícia ao paradigma vivencial que a *villa* implica. Mas o ponto interessante de análise é que, mesmo com um relevo mais dobrado, poderíamos ter estas estruturas de povoamento em torno da cidade mas, para já, e seja qual for a direcção em que olhemos, tal não parece verificar-se.

As unidades secundárias, que poderemos designar como "casais", surgem remetidas precisamente para os espaços mais interiores do concelho, e em certos casos, convivendo próximo da cidade. Aparentemente, os padrões de dispersão são muito diversos e aleatórios, desde o fundo de vales até implantações atípicas em pontos altos e esporões

rochosos. Olhando com mais atenção, porém, descobrimos que a proximidade face ao imediato recurso de exploração é o móbil fundamental: no fundo dos vales, porque aí se encontram as áreas de pastoreio ou as férteis várzeas, próximo das cristas rochosas, porque é nesse ponto que aflora o desejado filão de minério ou de cristal de rocha. Neste polvilhamento de sítios nem sempre é fácil discernir quais terão sido ocupados em época romana, quais são do período alto-medieval e quais poderão ter tido uma continuidade ao longo dos dois períodos: as evidências materiais são escassas e pouco precisas. O que ressalta, porém, é a extraordinária densidade de pesos de lagar, que em outros territórios são elementos exclusivos das *villae*. Nas serranias de São Mamede existe uma efectiva correspondência entre os pesos de lagar e os casais, configurando a realidade que encontramos durante o período medieval e moderno, onde as lagaretas escavadas na rocha surgem junto a pontos de povoamento ou se encontram ainda preservadas estruturas rectangulares, compartimentadas, com a vara do lagar em plano central.

Este fenómeno traz consigo um outro: uma estrutura fundiária muito repartida, pois é perfeitamente admissível que estes casais fossem unidades autónomas de povoamento, que exploravam pequenos territórios próprios em volta, adequando-se a uma paisagem muito pedregosa e onde a prática agrícola é muito limitada. Nestes espaços de montanha, as *villae* não têm lugar, ficando estas áreas marginais reservadas para os casais. Estes certamente administrariam as propriedades envolventes, que assim poderiam ser de um pequeno campesinato com uma base económica de sustentação mais variada e autónoma do que em paragens mais meridionais, com os necessários reflexos a nível da sua inserção na escala social. Este plano é muito interessante para a reconstrução do cenário que a sociedade de *Ammaia* apresentaria. Falta-nos saber a própria composição social da *urbs*, mas não me parece lógico que as pessoas que administravam estes casais fossem residentes na cidade, deslocando-se quotidianamente, quer pela distância a que por vezes os casais se encontram, quer pelo facto de nesta paisagem pedregosa o trânsito ser tudo menos fácil e confortável. Desta forma, creio que estes casais seriam unidades autónomas, com camponeses que os administravam, que do azeite e/ou vinho tiravam boa parte do seu sustento, complementando-o com uma prática pastoril adequada a estas paisagens, alguma agricultura em terrenos livres e outros recursos secundários, como o mel, as frutas, a cestaria ou a tecelagem. Nestes casais desfrutava-se de uma maior autonomia social e de laços de coabitação bastante mais fluidos, criando uma maior independência destas comunidades face ao tecido urbano, com a agravante, porém, de a possibilidade de promoção social ser consideravelmente inferior.

Este poderia ser o quadro geral em época romana: uma *urbs* com uma rede de casais envolvente e as *villae* a média distância, o todo geral unido por uma densa rede viária que até aqui traria o principal recurso estratégico que presidiu à criação do *municipium*, as cargas mineiras exploradas no seu aro e na bacia do Tejo.

Como evolui este cenário?

Uma tese estimulante foi apresentada por Jorge de Oliveira e Sérgio Pereira[804] sob o denominador da "pulverização" da cidade de *Ammaia*. Tem indiscutíveis méritos, não sendo o menor deles o facto de se constituir como a primeira proposta interpretativa estruturada que procura explicar o final do Império e a transição para a Antiguidade Tardia para um dos espaços desta área regional. Desta forma temos, pela primeira vez, uma síntese sobre um momento fulcral na evolução diacrónica, visão essa que é aplicada a uma área concreta. Para mais, apoia-se na análise cartográfica, tornada possível a partir da realização da *Nova Carta Arqueológica*, que permitiu a reunião de uma base de dados comprovada arqueologicamente no terreno, e cuja confrontação em dois momentos da diacronia permitiu gizar um conjunto de leituras que são baseadas nessas mesmas evidências materiais. Finalmente, lança um olhar sobre o território rural envolvente da cidade de *Ammaia* não esquecendo, no entanto, alguma da informação revelada pelos trabalhos

[804] 2010.

arqueológicos que têm decorrido no espaço urbano, articulando essa transformação com a realidade rural. Trata-se portanto do único esforço até agora produzido que procura conceptualizar a relação campo/cidade – não no momento áureo do Império (o que seria mais lógico de acordo com as linhas de investigações tradicionais) – mas no momento fundamental em que detectamos no registo cartográfico as cambiantes que denotam uma viragem estrutural nas pautas de povoamento. Ou seja, o foco é desviado do estudo da relação entre a urbe e o território em época romana (quando a cidade está no auge da actividade), para o presumido final da cidade e para a dispersão populacional que se origina nessa altura com a fundação de novos sítios no espaço rural. Presume-se portanto que a miríade de sítios alto-medievais é originada pela desestruturação do tecido urbano e/ou através da demissão que a cidade realiza do seu papel estruturante enquanto pólo organizador das vivências quotidianas regionais.

Portanto, a "pulverização" da cidade faz-se nesta dupla tensão: a cidade que se fragmenta, que se esvazia das funções urbanas, obrigando a população que até aí residia a procurar novos modelos de subsistência, a partir dos ricos recursos que o campo podia oferecer. A profusão de locais de povoamento durante a Antiguidade Tardia é originada a partir da fuga das pessoas que estavam na cidade e que agora, face ao vazio urbano, decidem povoar o espaço montanhoso. Este movimento, segundo os autores, é também originado pelas dinâmicas sociais: a cristianização das gentes e da paisagem, ou a libertação de escravos que agora necessitam de criar novas *ancoragens* na esfera social (e novos modelos de subsistência), são algumas das causas mais determinantes.

Esta proposta merece uma discussão atenta, dada a riqueza de conteúdos e de dinâmicas históricas consideradas.

É necessário considerar vários pontos de análise. Um deles, porventura o mais importante, reside na questão temporal. A tese parte do princípio que se poderá estabelecer uma fractura no modelo de ocupação: a cartografia romana é distinta da cartografia alto-medieval. Mesmo que existam etapas intermédias (e aqui invoco como exemplo a necropolização do sítio de Pombais), existiria uma radical alteração nas pautas de povoamento que foi originada por um conjunto de mudanças irradiadas a partir da *urbs*. A modificação e desestruturação da cidade alterou radicalmente a paisagem rural, originando como que ondas de choque que afectaram de forma drástica os diversos locais de implantação e, podemos inferior a partir daqui, uma brusca alteração nos padrões de vida, nos modelos económicos de subsistências, nas relações sociais, etc.

A questão reside no seguinte ponto nodal: infelizmente não temos cronologias suficientemente afinadas para determinar os *momentos de transferência* a que a tese procura vincular-se. O que pretendo dizer? Que infelizmente não temos momentos – leia-se estratigrafias, seriações artefactuais, dados de terreno – para perceber duas dimensões: o momento em que efectivamente os sítios romanos deixam de ser ocupados; e o momento em que os sítios alto-medievais são fundados. O que implica saber se há uma coabitação de sítios com ocupações sincrónicas; se há um momento em que alguns se encontram ocupados, enquanto outros se encontram a ser fundados; ou se há um corte com uma transferência de gentes, implicando uma re-elaboração do espaço.

Particularizando: em Torre do Azinhal existe a menção de Afonso do Paço ao achado de uma moeda islâmica[805]. O que tal significa: que o sítio se mantinha em ocupação contínua, desde os tempos da romanidade? Ou que houve um hiato, com abandono no final do Império e uma reocupação islâmica, eventualmente com funções unicamente militares devido à "torre"? Ou podemos presumir que a moeda testemunha apenas um epifenómeno pontual de presença no local (uma perda fortuita) sem que sequer possamos falar de ocupação prolongada? Se à notícia da moeda juntarmos a possível existência de um templo paleocristão, aí poderemos presumir um prolongamento da presença humana no local, desde a época romana até ao período islâmico; mas essa presença deve ser alocada a

[805] Paço, 1953: 27.

uma vivência durável ou antes a uma sequência *villa*/basílica/atalaia que implica uma radical refuncionalização do(s) espaço(s) (inclusivamente do ponto de vista das localizações topográficas), sem que assim possamos falar de eixos de continuidade?

Outro caso, com outras cambiantes: o povoado de Monte Velho. Aqui os materiais romanos são evidentes: pesos de lagar, blocos de construção, incluindo caleiras, etc. Todavia, podemos falar de uma fundação em momento romano que depois persiste no tempo, reformulando-se e ampliando a sua base económica até se transformar no grande povoado, proto-urbanizado, cujos vestígios são hoje discerníveis; ou estamos perante um povoado *ex novo*, fundado algures no século V ou VI, com gentes que vieram da decrépita *urbs* que já não oferecia soluções, trazendo inclusive consigo alguns dos materiais indispensáveis à subsistência e às novas oportunidades que agora se abriam? E se este último for o caso, porquê um sítio tão remoto e escondido, havendo porventura outros locais que poderiam oferecer melhores condições na proximidade da cidade?

Um sítio-chave para compreendermos este processo poderia ser Pombais, se acaso as escavações tivessem prosseguido. Relembre-se o existente: uma extensa necrópole, talvez de século IV, que condena aquele que seria o provável edifício termal. Todavia, existem indícios de uma continuidade de ocupação para além do espaço sepulcral: fragmentos de *terra sigillata* africana clara C e D e "pré-luzente" mostram que em algum ponto prosseguiu uma vivência do local, eventualmente polarizada em torno de uma basílica cristã, sendo que pelo menos uma lucerna com *chrismon* indicia a presença no local da religião triunfante. Como a *pars urbana* não foi ainda seguramente identificada, note-se que não existe qualquer indício que aponte para o cessar da ocupação: o presumido edifício termal foi transformado em espaço sepulcral, mas tal mecanismo não implica a conclusão da vivência na *villa*; pelo contrário, poderão ser as mesmas pessoas que se tumulam nas termas, agora desfuncionalizadas, que habitam na *pars urbana*. Até quando, não o podemos afirmar com segurança, mas seguramente ao longo do século V o sítio de Pombais continua a ser ocupado, e possivelmente durante o século seguinte, também.

É evidente que para entrarmos nesta dimensão temporal necessitávamos de compreender a evolução da cidade de *Ammaia*. Se a tese da *pulverização* se baseia na falência da *urbs* e na dispersão da população pelo território rural, privilegiando a paisagem serrana devido às instabilidades do fim do Império que forçam à necessidade de ocultação das populações, então seria precioso podermos analisar se a realidade estratigráfica e topográfica da própria cidade suporta esta leitura ou se, pelo contrário, temos de alguma forma uma perenidade no povoamento do espaço urbano. Ou seja, esta tese parte do princípio que a cidade cessa as suas funções e a população se dispersa, fugindo para zonas ocultas, e cortando radicalmente como o modelo romano de vivencialidade deste território.

Já anteriormente exprimi algumas reticências a esta leitura, mencionando que há dois pontos essenciais: um, a fundação dos sítios ditos alto-medievais, que em certos casos poderá afinal ter ocorrido em época imperial. Outro, o declínio e interrupção dos sítios romanos, que não é tão linear assim. E sobretudo, o que aconteceu à cidade.

Todavia, perceber a realidade desta época implica conhecer uma outra, situada a montante, ou seja, no *perfil funcional* da própria cidade de *Ammaia*. E aqui temos (novamente) duas hipóteses, que implicam consequências distintas. Porque se esta cidade foi *montada* para romanizar o território, polarizando as comunidades que viviam nos grandes povoados de altura da envolvente, poderemos ter uma evolução lógica: após o fim do Império, com a presumida turbulência gerada, as populações deslocam-se para estes pontos de altura e retomam uma vivência em níveis de subsistência análogos aos da Idade do Ferro[806]. Ora se olharmos para os grandes povoados de altura – Vidais, Crença,

[806] Note-se que, como em outras situações, não presumo que as comunidades indígenas, sentindo as perturbações do fim do Império (se acaso elas existiram, o que é outra questão) tivessem regressado aos locais de vida dos seus antepassados, como se cinco séculos não houvessem entretanto decorrido. O que neste fio de raciocínio pretendo afirmar é que (tomando de empréstimo um termo da Biologia) poderemos estar perante uma *evolução convergente*, ou seja, que em determinados patamares civilizacionais de semelhante índole,

Corregedor... – tal não parece acontecer. Embora não existam sequências estratigráficas disponíveis, em leitura preliminar parece ser possível afirmar que em nenhum destes locais existe uma reocupação imediata, ou mesmo que em nenhum deles (à excepção talvez de Castelo da Crença) se verifica uma reocupação de todo. Pelo contrário, os sítios da Antiguidade Tardia (ou alto-medievais, para contornar a ausência de datações), são locais que em nada se assemelham aos povoados de altura proto-históricos, sendo antes os já descritos *povoados escondidos* que se ocultam na paisagem e que formam verdadeiras aldeias, junto de férteis várzeas, com boas redes de caminhos e ocupando elevações suaves ou mesmo em zonas de vales. Um panorama que não pressupõe a *violência da barbarização* e a insegurança das comunidades locais, mas antes a procura de novos modelos económicos e de uma sustentação vivencial de base agro-pastoril.

Este modelo de povoamento parece ser mais condizente com uma outra forma de entendimento do que foi a *urbs* ammaiense: um entreposto mineiro, onde afluíam as cargas auríferas vindas da bacia do Tejo com o reforço de outras explorações mais específicas, eventualmente obtidas na própria Serra de S. Mamede.

Se encararmos *Ammaia* como uma cidade fundada para controlar e ordenar o tráfego mineiro tenderemos a perceber que esta função de entreposto implica duas coisas:

• uma dependência económica, ou seja, é deste proveito que a cidade obtém a sua sustentabilidade vivencial. Podemos supor ainda a cobrança de taxas, de impostos, de direitos de alfândega e também a demanda de um diversificado concurso de gentes que se abasteciam na cidade, contribuindo assim para dinamizar as actividades comerciais e mercantis deste espaço. Ou seja, esta não era uma cidade *clássica* de raiz agro-pecuária e voltada para o seu território, uma *colonia* fundada para instalar latinos e veteranos. Foi antes um entreposto ligado a actividades específicas, exigindo mão-de-obra especializada, com necessidades próprias para a sua subsistência. Que faz sentido enquanto o recurso primordial está a ser explorado; quando este se esgota, ou se esgotam as condições externas para o seu aproveitamento, as pessoas envolvidas partem para outro local ou alteram a sua actividade económica. E então temos um abandono da cidade.

• segundo: temos uma dependência infra-estrutural. Ou seja, se esta *urbs* funcionou como um entreposto mineiro, então temos uma *super-especialização* que necessitava de uma logística optimizada para o seu pleno funcionamento: a operacionalidade de uma rede de transportes; abastecimentos de materiais e ferramentas; policiamento das cargas mineiras e das actividades de exploração; uma rede de *negotiatores* a média e longa distância; alguma mão-de-obra especializada; agentes de fisco e de licenciamento de explorações; etc. Um delicado equilíbrio que se pode manter enquanto a esfera externa permite essa sustentabilidade; mas supondo que a partir do século V cessam essas condições, com a desestruturação do Império, das relações extra- e intra-provinciais, com a debilidade das funções urbanas, então teremos de supor um lento esclerosamento das dinâmicas económicas e consequentemente, das actividades urbanas. Uma desestruturação, que força as comunidades a procurar novos modelos de subsistência. Quem já os tinha, como as grandes *villae*, está menos dependente da conjuntura, e portanto mantém-nas em funcionamento, mesmo que adaptando-as pontualmente às flutuações gerais; mas para a massa de habitantes da cidade, perdidos os proventos, é agora necessário encontrar um outro paradigma. E a exploração da serra, cujos terrenos poderiam eventualmente estar livres, seria uma solução.

Desta forma, a cidade vai perdendo lentamente as suas valências, não pela falta de dinâmica própria, mas pelo esgotamento dos recursos externos necessários à existência desse mesmo modelo. E então o conjunto de habitantes – entretanto transformado por todo um universo de alterações nos domínios político, social, religioso, etc. – altera o seu modelo de subsistência, passando para a *colonização* dos territórios localmente disponíveis. E

---

diferentes comunidades podem adoptar os mesmos mecanismos adaptativos e vivenciais. Entre o final da Idade do Ferro e o final do Império poderemos encontrar os mesmos desafios que conduzem a respostas semelhantes (mas não idênticas, como se a História não passasse).

de uma *urbs* concentracionária passamos a ter a *aldeanização* do povoamento, com povoados dispersos, procurando nichos de subsistência que alimentem uma população ainda numerosa. Se acaso os bárbaros tivessem irrompido pela paisagem, era provável que muitos dos antigos povoados de altura fossem agora reocupados. Mas o que parece surgir é antes a colonização das terras marginais, eventualmente porque os *fundi* das grandes *villae* agrícolas se mantivesse em laboração.

Esta transferência de paradigmas de subsistência depende, obviamente, do que quer que *Ammaia* tenha sido. Mas parece-me claro que as alterações no quadro da presença humana em espaço rural estão claramente vinculadas à lenta desestruturação de uma economia complexa, fortemente dependente de logísticas e condições exteriores e seguramente muito (hiper?)especializada. O território de Marvão é talvez aquele onde melhor possamos ver a transferência do modelo de matriz urbana para o povoamento disperso em meio rural, e da sofisticação romana para a auto-subsistência alto-medieval.

13. Concelho de Monforte

Em várias ordens de factores o concelho de Monforte apresenta uma posição paradoxal. De certa forma, e esticando a análise ao limite, Monforte poderia ser um paradigma ou um *case study* para os outros concelhos da região; mas, por várias ordens de factores (alguns serão discutidos aqui, outros poderão sê-lo mais tarde), acaba por ser um território onde os níveis de conhecimento estão extremamente fragmentados, e cuja informação é muito difícil de reunir.

Consideremos duas esferas de análise. Uma está centrada no domínio da *investigação*, onde podem ser detectadas assimetrias importantes. Mas comecemos por uma outra, que poderemos intitular de *descobertas*, porque na realidade, Monforte trouxe para a investigação dois elementos extremamente importantes para os domínios de estudo respectivos.

No domínio do estudo das vias romanas, a epígrafe com dedicatória aos *Lares Viales* recolhida por Mário Saa em Monte das Esquilas[807], é a única invocação deste tipo conhecida na província da *Lusitania*. Em circunstâncias normais, seria de esperar que um elemento desta importância atraísse a atenção sobre o ponto arqueológico de proveniência – procurando caracterizá-lo, defini-lo, eventualmente escavá-lo – e sobre o tecido viário onde se inseria, aliás esquematicamente caracterizado pelo autor. Na sequência da descoberta desta peça, portanto, poderíamos pensar que se desencadeasse alguma iniciativa com vista ao aprofundamento dos conhecimentos sobre o seu contexto de achamento.

Nada disso se passou. A peça não voltou a merecer qualquer tipo de atenção, nem há notícia de que algum investigador se tenha deslocado ao local e ensaiado qualquer tipo de abordagem. A situação apenas se alterou em 1985, quando a epígrafe foi localizada na Fundação Paes Teles[808]. Nesse momento se terá percebido que não constituía uma qualquer bizarria, ou fantasia, do autor radicado em Ervedal, mas que existia uma materialidade concreta, e que o achado tinha uma existência efectiva.

O outro elemento do domínio das *descobertas* radica na identificação, e subsequente escavação, do *Mosaico das Musas* e da *villa* de Torre de Palma, na freguesia de Vaiamonte.

Aqui, mais uma vez, temos dois pontos a considerar:

• apesar das condições fortuitas da sua descoberta, seguiu-se um programa de escavações que, para o território português, foi, na sua essência, original: pela primeira vez se pretendia proceder a "escavações metódicas" de uma *villa* "lusitano-romana", pois "Nunca em Portugal se explorara uma «villa» romana completamente e o Museu

[807] Saa 1956: 292 e 294; ver também RP 6/178; Encarnação, 1995b e Mantas 2010, para uma perspectiva mais ampla sobre a invocação. Registo a notícia da descoberta: "Continuando pela via imperial, 300 metros adiante das Esquilas, achamos, em um pequeno outeiro, e rente do caminho restos de volumosa silharia granítica dum templo romano, do qual exumei um altar, consagrado aos deuses dos caminhos, os Lares Viais [...]." (Saa, 1956: 292).

[808] Foi então dada a conhecer em Encarnação, 1985.

Etnológico desejava preencher não só essa lacuna, como também salvar da ruína os seus preciosos mosaicos e estudar as suas dependências agrícolas (*cubicula*, adegas, lavandaria, estábulos, etc.), senão também aquilatar a sua excepcional importância tanto sob o aspecto artístico como sob o económico."[809]

Este facto é extremamente importante, e não tem sido devidamente considerado pela investigação portuguesa. Na realidade, o propósito de Manuel Heleno era extremamente ambicioso, e sob o ponto de vista do plano dos princípios, era de facto modelar, pois passava por entender o sítio como um complexo arqueológico, de acordo com uma perspectiva inteiramente diferente do que em Portugal então se fazia, mas que na Europa em geral já era uma prática corrente: relacionar a dinâmica dos elementos particulares para a compreensão do geral (o sítio), olhando-o como um exemplo sintomático da riqueza e valor da "cultura lusitano-romana".

Não é aqui o lugar ideal para aprofundar esta leitura, muito rica em termos programáticos e em conteúdos próprios da *História das Mentalidades*. Diga-se apenas que o propósito de Heleno falhou claramente, fosse pela dificuldade de manusear tanta e tão abundante informação proveniente do sítio[810], fosse porque outros sítios *colaterais* foram sendo identificados e imediatamente escavados[811], dispersando as atenções, fosse ainda porque estalou o conflito com Abel Viana devido à necrópole da Chaminé (Elvas)[812], ou, finalmente, porque os meios humanos e financeiros colocados à disposição para as escavações de Vaiamonte foram sempre insuficientes para a condução dos trabalhos[813]. O processo aqui originado é bem conhecido: os resultados das escavações ficaram por publicar[814] (salvo os principais pavimentos de mosaico), o espólio acabou por permanecer

---

809 Citações retiradas de Machado, 1964: 143 e 167.

810 Pela leitura dos cadernos de João Lino da Silva, o funcionário do Museu encarregue de dirigir as operações de terreno, facilmente se percebe a dificuldade de gerir e orientar para Lisboa o espólio proveniente do sítio (documentação constante do Arquivo Manuel Heleno depositada no MNA); veja-se também o modo como Saavedra Machado (1964, em particular p. 148 a 167) vai enumerando os sucessivos achados provenientes do local que deram entrada no Museu.

811 Lino da Silva chegou a coordenar cinco escavações em simultâneo - além da nota anterior, ver também Carneiro, 2005b e Boaventura, 2001. De notar que o período em causa refere-se aos anos entre 1947 (data da descoberta do mosaico e imediata sondagem) e 1956, um momento temporal em que a mecanização da agricultura se faz pela primeira vez sentir na região, com o consequente avolumar de descobertas pelos campos do Alto Alentejo. Esta é também a época em que Abel Viana identificava as necrópoles da zona de Elvas.

812 Sobre o conflito, ver a peça acusatória em Heleno, 1951, e para a sua contextualização no âmbito de uma polémica mais vasta entre Heleno e Mendes Corrêa, ver Fabião, 1999: 120-126. Veja-se ainda o extraordinário testemunho de Abel Viana reproduzido em Cardoso, 1999: 152. A necrópole da Chaminé origina esta polémica porque, como se comenta na ficha de sítio respectiva, a descoberta dos "campos de urnas" interessava particularmente a Heleno para poder provar as suas teorias sobre a origem étnica do povo português e da raiz lusitana da identidade nacional; obviamente também lhe interessava a extrema qualidade de preservação do espólio ali encontrado, que servia como ilustração das "necrópoles célticas" que Heleno procurou denodadamente encontrar em Cabeça de Vaiamonte e no aro de Torre de Palma, mas sem sucesso. É muito curioso observar que Heleno não pareceu demonstrar qualquer ambição em relação à *villa* do Carrão, que também estava a ser escavada, embora clame contra o estado de abandono em que o local estaria; a sua indignação e esforços para pôr cobro às escavações de Viana e Deus reside unicamente em Chaminé.

813 A única operação que dispôs de recursos suficientes foi a vinda de "uma brigada de técnicos italianos a fim de se proceder ao levantamento e consolidação dos mosaicos de Torre de Palma e ao seu assentamento no Museu Etnológico" (Machado, 1964: 143-144), ditada pelo excepcional valor dos pavimentos e pelo interesse que o poder político reservou à vinda para Lisboa deste conjunto. Todavia, em toda a correspondência enviada por Lino da Silva para o Museu, são constantes os lamentos pela ausência de meios à disposição, pedindo com urgência alguns adiantamento de verbas para fazer face às despesas de alimentação e de medicamentos. Foi também pela ausência de pagamentos que o casal Leisner, contratado para realizar o levantamento gráfico das estruturas, abandonou as escavações (carta de 15/11/47 constante do arquivo Manuel Heleno, MNA).

814 Sublinhe-se o mordaz comentário de Mário Saa, hoje lido como profético: "A maior parte destes pavimentos foi removido para o Museu Etnológico de Belém, bem assim todos os objectos encontrados, entre eles, uma estatueta de bronze. Pouco ou nada conheço destas remoções. Oxalá se proceda, sem descuro, ao inventário do espólio de Masussaria, para em todo o tempo constar." (1956: 188-189).

incógnito e disperso, e gerou-se um vórtice de acontecimentos que levou a que, de um projecto modelar, tenhamos hoje um sítio na sua essência mal conhecido e um recurso patrimonial ainda sub-aproveitado.

• Torre de Palma tornou-se, de certo modo, um sítio arqueológico que obscureceu uma densa rede de povoamento envolvente. Para a bibliografia em geral, de certa forma é ainda o *único* sítio romano do concelho de Monforte, permanecendo todos os outros na sua sombra. Basta consultar alguma da cartografia que sobre os sítios romanos foi sendo produzida, sem propósito de sistematicidade, para perceber o modo como um extenso elenco de sítios nunca *entrou* verdadeiramente no conhecimento geral. E este fenómeno iniciou-se com a própria campanha de escavações levada a cabo em Torre de Palma, tendo sido escavados vários outros sítios dos quais nunca ficaram notícias publicadas, ou estas foram-no apenas em menção de nota de rodapé[815]. Logo no momento da sua identificação, um extenso lote de sítios ficou remetido ao desconhecimento. E ao longo dos anos que se seguiram, o povoamento romano de Monforte *foi* Torre de Palma, como uma ilha flutuando em meio a um vazio de sítios[816].

Em resumo, Monforte beneficiou da identificação de dois elementos que, cada um a seu modo, poderiam ter dado início a projectos de análise consistentes, ou servido de eixos estruturantes para um melhor conhecimento de realidades sectoriais no plano da presença romana na região. Mas nada disso aconteceu.

Regressemos ao ponto de partida.

A segunda ordem de factores que confere a Monforte uma posição algo paradoxal encontra-se no plano da *investigação*.

Na realidade, o concelho já assistiu ao esforço de investigadores que procuraram de modo amplo identificar e caracterizar os sítios romanos do seu território, em perspectivas mais amplas, é certo, mas que poderiam ter contribuído para uma mais sólida percepção das realidades existentes. Pelo menos dois projectos encontram-se listados na base de dados *Endovelico* como tendo sido propostos: por iniciativa municipal, com um projecto de carta arqueológica, designado *LACOM*, e por uma acção de trabalho académico individual, o projecto *COMONPH* que, embora centrado no estudo das comunidades pré-históricas da Ribeira Grande, trouxe uma análise que abrangeu todo o espaço concelhio.

Todavia, por contingências várias, ambos os projectos, nas suas concretizações, não se debruçam de forma significativa sobre a rede de povoamento de época romana do concelho. Assim, sobre este domínio, a ferramenta bibliográfica disponível para o conhecimento do passado do concelho ainda reside na monografia editada pelo município ainda na década de oitenta e compilada por um entusiasta local[817]. Por tudo isto se compreenderá que as linhas que se escrevem sobre o povoamento romano de Monforte são necessariamente precárias e sujeitas a revisão.

Monforte é um município com um território extenso (419,65 km^2), mas que se destaca sobretudo pela sua implantação, formando como que um "corredor" orientado no sentido norte/sul, o que leva a que seja o concelho em estudo com maior número de confrontações com outras circunscrições administrativas (de forma mais significativa, com

---

815 Literalmente, veja-se a nota de rodapé em Heleno, 1962: 314, nota 1, onde enumera "Herdade do Reguengo, Outeiro da Boa Vista, Sampão e Pulsigais" (Pocilgais: Carneiro, 2005b). Nenhum destes sítios alguma vez voltará a ser mencionado pelo autor.

816 Um exemplo, entre vários outros: Planche XIII em Gorges, 1979, com o vazio em torno de Torre de Palma.

817 Cunha, 1985, que publicou um volume de grande interesse pela fixação das memórias e do seu conhecimento de terreno, além de reunir a documentação iconográfica por si produzida. No entanto, e de forma assumida pelo autor, não existe um aturado trabalho de pesquisa e de análise do passado: "Ao apresentar este meu modesto trabalho, desejo chamar a atenção especial, das pessoas ávidas de narrativas mais profundas, que nunca foi intenção minha, descrever em pormenor, todos os assuntos neles constantes, nem era possível fazê-lo, aliás, numa obra deste tipo, mesmo que, para isso, me sentisse totalmente habilitado. Pretendo, ao contrário, presentear os homens da ciência e da cultura com algumas e importantes pistas, sendo ambição minha que saibam e queiram decifrar tantas interrogações, directa ou indirectamente, espalhadas, página após página" (p. 9, do Prólogo).

oito outros concelhos). Apesar desta particularidade, é no entanto um espaço relativamente homogéneo, que não apresenta significativos contrastes. Aqui estamos em plena pene-planície norte-alentejana, em território geralmente constituído por ondulações suaves, amplos espaços de visibilidade e onde hoje predomina o montado de azinho.

É certo que existem acidentes que cortam este território, criando algumas sub-áreas específicas, com as suas particularidades. Por exemplo, no substrato geológico, existem alterações evidentes, que vão desde os maciços eruptivos granitóides do espaço sudeste do concelho, próximo de Santa Eulália e das suas conhecidas pedreiras (que também ocorrem, em especial próximo da vila sede de concelho, com a exploração dos derivados de granito rosa) até às ocorrências gabro-dioríticas do ângulo noroeste, no seguimento de Cabeço de Vide (provocando um conjunto de enrugamentos orientados genericamente na direcção noroeste/sudeste, com relevos alterados e por vezes aflorando em crista, sendo o exemplo arqueológico mais notável o grande povoado da Cabeça de Vaiamonte, alcandorado nos seus quase quatrocentos metros), passando ainda pelas formações de rochas carbonatadas e xistosas que predominam em quase toda a faixa central do concelho. Nas zonas de contacto, o relevo torna-se necessariamente mais complexo, mas, e apesar desta diversidade, o espaço monfortense é genericamente caracterizado por relevos suaves, que propiciam uma circulação pelo território que é marcada pela facilidade de trânsito. É certo que alguns cordões de elevações marcam a paisagem – as elevações na sequência da ribeira de Almuro, por exemplo, com o grande povoado fortificado de Pedras da Careira (321m) marcando a paisagem, ou a Serra de Aires (402m em Ferrenhas) que marca a confrontação com o concelho de Estremoz – mas de um modo geral não constituem um obstáculo que compartimente divisões interiores.

Se o montado é a formação de coberto que de forma mais ampla percorre o concelho, é necessário notar a existência de "bolsas" de elevada produtividade. Uma delas situa-se próximo da *villa* de Torre de Palma, que propicia uma reconhecida rentabilidade agrícola que utiliza amplamente o regadio, também graças aos recursos hídricos ali existentes que são de uma riqueza extrema. Outras ocorrências de solos extremamente férteis encontram-se próximo dos actuais núcleos de Monforte e de Santo Aleixo, onde as classes A e B encontram-se em várzeas, junto dos cursos de água que por ali serpenteiam, com solos escuros mas soltos, proporcionando uma agricultura de enxada e o plantio de leguminosas e oleaginosas. Voltam a ocorrer ao longo de outros cursos de água, constituindo um recurso reforçado pela densa rede hídrica do território. A disseminação de pontos de povoamento rurais de época romana, em especial de unidades interpretadas como casais, certamente será uma expressão deste tipo de nichos que possibilitavam o estabelecimento humano, em áreas onde se dominava uma vasta gama de nichos económicos, desde o cultivo hortícola até às extensões de montado.

Este panorama é possibilitado pela existência de uma densa rede de recursos hídricos, quer aflorando sob a forma de poços, fontes e nascentes, quer organizados em linhas de água que, em alguns casos, sobrevivem mesmo aos estios mais exigentes. Neste âmbito, Monforte ocupa uma posição algo curiosa, pois se a oeste temos como principal curso de água a Ribeira Grande, que é um afluente do Tejo, no lado leste do concelho já começamos a encontrar pequenos ribeiros que se orientam para o rio Caia e, por extensão, para a bacia hidrográfica do Guadiana. A ribeira de Algalé será porventura o melhor exemplo.

Este facto demonstra-nos que no plano geo-estratégico, Monforte, na sua orientação alongada norte/sul, funciona como um espaço de passagem, como um delimitador natural que, embora não de todo acomodado às realidades fisiográficas, acaba no fundo por marcar definitivamente a fronteira física dos dois grandes rios do sudoeste peninsular. E também do nosso território de estudo.

Voltando aos recursos aquíferos, é de salientar dois aspectos. De um modo geral a drenagem é fraca, pois raramente os ribeiros correm encaixados. Apenas em parte do curso da ribeira do Almuro se nota a declivagem das margens, o que naturalmente coloca uma

série de obstáculos à transitabilidade. Mas no quadro geral existente, as margens são suaves, com frequente ocorrência de várzeas férteis e mesmo de grandes áreas de encharcamento, o que também conduz à existência de algumas restrições à circulação, originando a existência de "portos" onde a passagem é facilitada, ou a necessidade de construir pontes e obras de arte (e de facto, em época medieval, várias são erguidas). O outro aspecto reside na sua sazonalidade e, neste aspecto, o concelho de Monforte não foge às pautas regionais. O caudal das linhas de água está em geral muito dependente das chuvas, embora raramente os caudais faltem em absoluto, seja por alguns mananciais abundantes de nascentes, seja porque em alguns casos se formam os "pegos" (grandes covões no leito das ribeiras que no Verão suportam densidades de água que nunca secam totalmente), que permitem a manutenção da água.

Como ficou subentendido, parte do escoamento da rede hidrográfica faz-se para oeste, aqui se destacando, além da Ribeira Grande, outras linhas de água (geralmente suas afluentes), como as ribeiras do Freixo e do Assumar (de cuja junção nasce a linha de água principal), a ribeira de Leca e a de Almuro. Para oriente dirige-se principalmente a ribeira de Algalé, uma linha de água estruturante pois, antes da sua inflexão, percorre longamente o concelho de sul para norte.

Como já foi mencionado, predomina no concelho a paisagem do montado do sobreiro (*Quercus suber*) ou da azinheira (*Quercus rotundifolia*), por vezes combinados com a plantação de cereais ou, nos casos em que servem de pastagem para o gado, coexistindo com o coberto de forragem. Em largas extensões, pode-se considerar que a paisagem é portanto caracteristicamente alentejana, havendo ainda de considerar que, sendo o concelho, por tradição, berço de cavaleiros tauromáquicos e muito afeiçoado às artes taurinas, existem amplos pastos para o gado bravo. Portanto, todo este quadro cria naturais consequências nos trabalhos de prospecção, ora impossibilitando, ora criando dificuldades à observação da superfície dos terrenos, por existir um coberto vegetal rasteiro e a ausência de revolvimentos agrícolas dos solos. Em outras áreas, é a desertificação rural que cria obstáculos: largas extensões estão hoje *a monte*, ou com reduzida presença humana. Por exemplo, o canto nordeste, nos terrenos entre o Cabeço do Raio e as Pedras do Medo, está hoje quase deserto, embora o povoamento sempre tivesse sido esparso, dada a larga distância entre montes. Na cartografia arqueológica produzida pelos investigadores que se dedicaram ao concelho notam-se estes vazios, resultantes também da existência de menores índices de visibilidade de terreno e de outros factores, que por vezes tendemos a não considerar, como uma rede de caminhos rurais muito mais rarefeita, o que dificulta o acesso a estas extensões.

Em outras áreas temos um coberto matagoso, ora constituído pelos tradicionais "carrascos", plantas que muito dificultam a progressão, ora pela existência de estevas e de giestas, que encontramos com grande frequência no Alto Alentejo. Por estas paragens a prospecção torna-se, também, tarefa árdua, seja no caminhar, seja na observação do solo.

Finalmente, existem manchas localizadas de olival que atingem, por vezes, largas extensões, como na fronteira da freguesia de Veiros para Santo Aleixo, ou na zona de Arneiros, entre Fronteira e Vaiamonte. Geralmente, onde encontramos terrenos mais acidentados e menos férteis, a opção orienta-se para o plantio de oliveiras, que asseguram uma fonte importante de rendimento, embora aqui sem o peso e a tradição de outros concelhos vizinhos.

A impressão geral que o concelho de Monforte concede ao olhar é, portanto, de um território amplo, com recursos variados e sem traços distintivos característicos. Dentro de uma certa diversidade, um espaço homogéneo, com relevos suaves frequentemente moldados por regatos e ribeiras que mansamente correm para o seu destino.

Sítios e comentários

13.01. Escudeiros

CMP 371 / CNS 20943

Em pequena encosta, a cerca de 250 metros para sudeste do Monte dos Escudeiros. Mancha de materiais de construção – imbrices e tegulas – e pedras que poderão ter pertencido a estruturas, em área de 300m^2. O sítio está mesmo junto à via da "Canada do Alicerce" (XV), com o qual tem uma óbvia relação.

Referência: Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196).

13.02. Alcaide

CMP 371

O monte encontra-se no concelho de Portalegre, e junto às casas estão depositadas uma pequena mó em granito e dois silhares. A proveniência dos materiais, contudo, deve ser radicada no sítio romano do lado oposto do traçado da via XV, com uma mancha de cerâmicas de construção em encosta de elevação suave. Dados os materiais de granito, talvez um casal agrícola, próximo da via.

Referência: Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196); Cunha, 1985: mapa-síntese.

13.03. Santo António das Paredes

CMP 371 / CNS 24144

Um conjunto de indicadores que apontam para a existência de uma *villa*, no alinhamento de dois outros sítios, já no concelho de Fronteira, onde também ocorreram fenómenos de cristianização da paisagem com a construção de pequenas capelas: Santo Cristo e São Pedro.

O local encontra-se logo a leste do Monte, voltado para o interior da encosta, em implantação um pouco atípica, pois não dispõe de grande visibilidade envolvente. Contudo, é provável que as casas recubram o núcleo principal. Encontra-se uma extensa mancha de materiais, particularmente visíveis no caminho, onde se notam também os topos de muros aflorando. Uma possível coluna, muito fragmentada, em rocha calcárea de tom azul. Encontram-se imbrices, alguns de grande espessura e muito fechados (*tubuli*?), tegulas (de triângulo e abatidas), sobressaindo a impressão de uma boa qualidade de fabrico. Outros indicadores incluem também tijolos e fragmentos de *dolium*, além de cerâmica de pastas claras, eventuais ânforas. A mancha é superior a 10.000m^2.

Junto ao monte, no meio das casas, foi encontrado um colunelo possivelmente visigótico, que apresenta uma canelura. Foi fabricado em mármore de grão grosso[818]. Registo ainda para a fonte de mergulho, com escadaria, cuja alvenaria não parece ser muito antiga, mas que certamente terá origem romana[819]. Outro elemento de realce é a existência de um troço de via que deixa o sítio na direcção norte, para o entroncamento das vias XIV e XV, e que se encontra visível em extensão de cerca de quinhentos metros, estando rebaixada em relação ao solo envolvente. Finalmente, na elevação a sudeste, encontra-se um povoado da Idade do Ferro que, até ver, está inédito.[820]

Referência: Processo IGESPAR 95/1(223).

[818] Dimensões: altura conservada 36 cm; diâmetro da base 16cm; diâmetro máximo conservado – 18cm.

[819] Junto a São Pedro, em Horta Tirana (concelho de Fronteira), também se encontra um exemplo semelhante.

[820] N 39º 08´33.3´´/ W 007º 32' 25.7", cota 242. O topo está rodeado por uma muralha com talude circular. Por toda esta zona encontra-se material romano: imbrices, tegulas, tijolos, por vezes em grande concentração, especialmente nas zonas entre os afloramentos. Ocupa uma área de um hectare, com contacto visual com Cabeço de Vide e Castelo do Mau Vizinho.

13.04. Naves

CMP 371 / CNS 20941

Certamente que o sítio romano encontrar-se-á sob as casas. Junto ao edificado estão depositados dois silhares de granito e uma mó. Os vestígios de superfície – tegulas e imbrices – encontram-se na encosta a este, em mancha compacta e extensa de pelo menos 1000m^2. Provavelmente outro casal agrícola, a menos de um quilómetro da via, com a qual mantém contacto visual.

Referência: Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196).

13.05. Romacho

CMP 371 / CNS 11893

Em encosta suave voltada para oeste, já próximo do curso da ribeira do Freixo. Mancha de cerâmica com cerca de 300m^2, espalhada pelas lavras; menciona-se que aqui foi retirado um peso de lagar, actualmente nas casas.

Referência: Projecto LACOM, Processo IGESPAR 2004/1(196); Processo IGESPAR 95/1(223).

13.06. Freixo

CMP 371 / CNS 23961

O mapa de António Cunha situa um ponto romano em elevação voltada a sul, quinhentos metros nesta direcção do monte. Não foi relocalizado.

Outra referência: Processo IGESPAR 95/1(223).

13.07. Assumar

CMP 372 / CNS 1769[821] e 4660[822]

Uma das interrogações mais interessantes sobre esta área regional reside na funcionalidade do sítio que se localiza já fora do actual núcleo urbano de Assumar, junto à linha da CP e no perímetro do Centro de Recuperação de Menores.

A ligação do local ao traçado da via XV é evidente, estando o itinerário particularmente bem conservado nesta zona. Mais difícil será definir a área pela qual se estendem os vestígios: estão presentes no interior do muro do Centro, onde as notícias sobre achados são frequentes, mas também temos menção de descobertas sob a ermida de S. Lourenço (o que constituirá mais um fenómeno de hagiotoponimização que vamos encontrando com frequência nesta região), e ainda existe um outro indicador, no mapa de 1858 da Herdade do Assumar levantado pelo Eng.º J. A. de Abreu, às "escavações nas ruínas da cidade dos romanos chamada Ad Septem Aras", em local não muito distante da actual estrutura, mas que parece não coincidir inteiramente. Somando estes diversos núcleos, teríamos uma mancha de vestígios muito significativa.

Aqui reside o nódulo da questão, pois Assumar tem sido tradicionalmente associado a *Ad Septem Aras*, essencialmente pela ressonância toponímica do nome da actual vila com o da *mansio* englobada no trajecto da via XV. Para os defensores desta tese, a comprovação arqueológica residiria precisamente nos vestígios aqui situados, que seriam testemunho da presença deste antigo sítio nas imediações do actual núcleo urbano.

Em rigor, não é determinável o perfil funcional do local aqui situado. Existem informações que apontam para a existência de mosaicos, além de pedras aparelhadas. Na tapada envolvente encontra-se uma grande abundância de materiais cerâmicos, incluindo, além de cerâmica de construção, fragmentos de cerâmica comum, ânforas e *terra sigillata*. No entanto, nunca foi possível estimar com rigor a área de dispersão, pois as prospecções no local fizeram-se sempre com demasiada vegetação superficial.

A questão permanece em aberto.

---

[821] Troço de via.

[822] S. Lourenço.

Referências: RP 6/129; Saa, 1959: 144; Alarcão, 1978: 110-112; Boaventura & Banha, 2006.

13.08. Herdade de Mateus

CMP 384 / CNS 5761

A ocorrência arqueológica aqui atribuída merece referência, embora não se conheça o local em concreto[823]. Trata-se de uma epígrafe funerária dedicada a Públio Anonio Silão, da tribo Quirina, por Aquilia Cara (filha de Câmulo). Assim se documenta uma união entre um cidadão com *tria nomina* e uma indígena, filha de indígena; também merece menção o facto de, provavelmente, a peça pertencer a um mausoléu familiar, dadas as suas dimensões[824]. Junto ao monte mencionam-se achados de telhas, mas não foi possível prospectar o local.

Referências: RP 6/127; Encarnação, 1977: 67-69 e foto 8; IRCP, p. 643-644, nº 578; Carneiro, 2004 nº 65; Morgado & Carneiro, 2011.

13.09. Monte do Peso

CMP 384 / CNS 24070, 24071 e 24072

Transcreve-se a informação corrente do *Endovelico*: "Junto às casas do Monte, na área central avista-se grande quantidade de silhares graníticos, dois deles rusticados. No amotoado [*sic*] de entulhos originados pela demolição das casas do meio do Monte há mais silhares e inclusive blocos de opus. No chão há muito imbrice grosso de aspecto antigo e avistaram-se 2 fragmentos de tegula." (Peso 2). Existe menção do sítio arqueológico: "Mancha de 20x20 m com imbrice, latera, 2 fragmentos de tegula, tijolo, dolio, cerâmica comum e pedras. Também se recolheu um percutor de quartzo. A peça referida por J. Vasconcellos poderia ter vindo daqui." (Peso 1). Finalmente, uma terceira entrada: "Mancha de 30x20 m com imbrice, tegula, tijolo quadrante, dolia, cerâmica comum e pedra. Num morouço junto há um silhar granítico." (Peso 3)

Na visita ao local ainda se encontravam escombros originados pelas obras das casas, mas toda a área já havia sido limpa, e os elementos móveis retirados.

Pelas indicações, é possível que aqui se situe uma pequena *villa* ou, mais provavelmente, um casal com alguma dimensão, embora não seja explícita a relação espacial entre estes núcleos, que pela proximidade deverão fazer parte de um só conjunto. A zona está exposta a norte, com a ribeira Ferrenha na base, em paisagem mais típica de uma unidade média vocacionada para a exploração agro-pecuária.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.10. Vale de Zebro

CMP 384 / CNS 24183

De acordo com a menção, encontram-se materiais junto às casas do monte: um peso de lagar embutido na alvenaria de um forno, imbrices, tegula, tijolos e estruturas. Uma área de dispersão apontada de 10x20 metros. Embora classificado como "habitat", será certamente um casal agrícola, na continuidade de Monte do Peso. Não foi possível visitar o local porque o caminho esteve sempre encerrado.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.11. Monte do Azinhal

CMP 384 / CNS 23861

Sítio cartografado por António Cunha, com a menção de pedras de mó e tijolos. O ponto de povoamento apresenta uma mancha de "15x15m"[825] com cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e pedras que poderão ter pertencido a edificações.

[823] Uma informação oral apontou o sítio da descoberta como o "olival velho".

[824] Caetano, 2002a: 319.

[825] De acordo com informação constante da ficha do *Endovelico*.

Depositados juntos às casas encontram-se duas mós e um peso de lagar com encaixe em formato de cauda de andorinha. Próximo do regato do Menino e em zona de olivais, o provável casal agrícola encontra-se no sopé da elevação e Cabeça de Vaiamonte. Na propriedade situa-se o local conhecido como "Palmeiro", com necrópole romana[826].

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.12. São Cornélio

CMP 384 / CNS 24146[827] e 24147[828]

Também conhecido localmente pela corruptela de "São Cornelho", trata-se de uma antiga ermida, que albergou festividades rurais no tempo da Primavera, e que em 1758 já se encontrava em ruínas. Em momento indeterminado, foi intervencionada pelas equipas que trabalhavam em Torre de Palma, atraídas pela notícia de achados de sepulturas, mas a escavação foi abandonada após poucos dias de trabalho. Mesmo assim, foi posta a descoberto uma estrutura em ábside, que mais tarde voltou a ser tapada[829].

Na base de dados *Endovelico* surge com duas entradas, referindo-se a primeira ao antigo templo, com menção de que "avistou-se em redor um fragmento de tegula e muitos de imbrice" e, a cem metros a oeste, o sítio 2, com larga área de dispersão de materiais ao longo de 5000m^2: "tegula, imbrice, laterae, tijolo paralelipipédico, dolia, silhares, um deles in situ, base de prensa de lagar". No terreno, a construção em ruínas teria de ser desimpedida da vegetação e entulhos, para avaliação da sua tipologia arquitectónica, mas em primeiro olhar não parece ter dimensões nem estrutura de templo cristão. Apresenta os referidos materiais romanos em torno, mas na plataforma do sítio 2 eles são bem evidentes, notando-se inclusivamente descontinuidades topográficas, sobretudo um grande terraço, que é delimitado por silhares graníticos aflorando.

Torna-se difícil interpretar o perfil de ocupação do local, mas sem dúvida que a cristianização denuncia um ponto de povoamento importante. A existência de uma *villa* parece possível, pois entre a população de Vaiamonte subsiste a memória de achado de "azulejos" de pavimento, ou seja, mosaicos. A implantação espacial é também muito apropriada. Próximo existiria uma área de necrópole.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223); Carneiro, 2005b.

13.13. Outeiro da Boa Vista

CMP 384 / CNS 4338

Necrópole intervencionada pela equipa do MNA que escavou Torre de Palma, com materiais nunca divulgados. Referência a *terra sigillata* e cerâmica comum no espólio recolhido à superfície.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223); Heleno, 1962: 314; Carneiro, 2005b.

13.14. Reguengo 1

CMP 384 / CNS 4863

Necrópole romana descoberta aquando dos trabalhos de plantação de um olival e que foi intervencionada pela equipa do MNA. O espólio permaneceu inédito até José Olívio Caeiro dar a conhecer algumas peças em artigos parcelares, sendo alvo de uma leitura de conjunto por Ana Caldeira[830]. Um conjunto de sete sepulturas, todas de incineração, balizadas no final da primeira centúria e inícios da segunda, com um espólio notável pela qualidade e diversidade. A relação de espólio por sepultura é desigual, mas

[826] Listei o sítio em Carneiro, 2005b: 292 como tendo sido intervencionado pelos funcionários do MNA, mas em Vaiamonte foi-me dito que tal não ocorreu. Todavia, aquando do plantio do olival que ali se encontra, terão sido postas a descoberto sepulturas romanas, com caixa feita por lajes em cutelo.

[827] São Cornélio 1.

[828] São Cornélio 2.

[829] De acordo com o testemunho de um dos habitantes de Vaiamonte que esteve envolvido nos trabalhos de escavação.

[830] 2001.

atinge vinte e duas peças de cerâmica na nº 2, e vinte na nº3 (totais de todo inusuais pelo excesso para o que geralmente ocorre esta região), contrastando com as três nas nº 6 e 7. Mas é sobretudo a singularidade de algumas peças em *terra sigillata* que chama a atenção, como uma bilha decorada da forma Hispânica 20[831], um copo Dragendorff 30[832], outro de Hispânica 2[833] ou uma garrafa Hispânica 14[834]. Ou seja: o habitual conjunto prato/bilha/copo, geralmente em cerâmica comum, é aqui substituído (pelo menos em duas sepulturas) por peças de importação. Assim, não é desfasada a menção de um anel de ouro que teria sido encontrado dentro de uma das sepulturas, mas nunca entregue ao MNA.[835] Ainda há a referir peças de paredes finas, moedas, uma lucerna, vidro e duas conchas de *ostrea edulis*. Várias peças apresentam grafitos, incluindo as de *terra sigillata*, o que mostra um hábito epigráfico e a existência de várias peças da mesma tipologia na mesma comunidade, com a consequente necessidade de assinalar a posse individual. Entre este espólio tão significativo, encontra-se o conjunto de cerâmicas comuns pertencente ao *fundo indígena* e que estão presentes, por exemplo, em Pocilgais[836]. O conjunto mostra, portanto, a já conhecida aliança entre as peças habitualmente empregues na zona desde a Idade do Ferro e o conjunto de cerâmica de importação característico do Império – neste caso, é certo, com uma variedade e qualidade que rompe completamente com os paralelos regionais.

Outras referências: RP 6/143; Caeiro, 1974-1977: 1977; 1978; 1979; 1984a.

13.15. Reguengo 2

CMP 384 / CNS 24104

A cerca de duzentos metros, em ligeira elevação que alteia o sítio em relação à pendente suave da encosta e lhe concede acrescida visibilidade sobre o vale. Os materiais encontram-se junto à eira e embutidos no seu aparelho de construção. Abundante cerâmica de construção, que inclui tegulas, imbrices e tijolos de *suspensura*; fragmentos de *opus signinum*, de ânfora[837] e cerâmica comum. Um silhar, entre várias pedras com vestígios de talhe, indica a monumentalidade das construções. Foi encontrado um afiador em pedra. Como também consta do *Endovelico*, no local verifica-se que uma das extremidades da eira é ligeiramente angulosa, o que indica o aproveitamento de um muro que certamente será romano. Mas também se nota que este ocupará uma área superior, pois existe imediatamente a leste uma segunda plataforma, onde se concentram os vestígios. Finalmente, registe-se que a mancha de materiais é muito vasta, não inferior a um hectare.

Torna-se tentador relacionar o local com a necrópole, embora a densidade de povoamento nesta zona seja evidente e a idêntica toponímia moderna possa induzir em erro. Também não é fácil propor uma tipologia, embora a constante da ficha de sítio do *Endovelico* pareça acertada, pese contudo a ausência de outros indicadores de monumentalidade que uma *villa* apresenta e que por enquanto estão ausentes.

Referência: RP 6/143; Processo IGESPAR 95/(223).

13.16. Geodésico de Besteiros 1

CMP 384 / CNS 11925

Entrada no *Endovelico* com a atribuição de "habitat" e a seguinte informação: "Mancha de 20x30 com tegula, imbrices, cerâmica comum e sigillatas. No morouço junto

831 Nº 2002.16.22, Sepultura 1.
832 Nº 2002.17.11, Sepultura indeterminada.
833 Nº 2002.16.12, Sepultura 3.
834 Nº 2002.16.21, Sepultura indeterminada. Vejam-se os comentários sobre as peças mais raras em Caeiro, 1977, que apresenta quatro "exemplares para os quais não conhecemos paralelo" (p. 140).
835 Caldeira, 2001: 37.
836 As grandes malgas semi-hemisféricas com fundo plano: Carneiro, 2005b.
837 Não é determinável se o espólio anfórico publicado por Dias Diogo (2000) provém de Reguengo 2, Reguengo 1 ou de outro sítio nas imediações. Outras peças foram dadas a conhecer em Boaventura & Banha, 2006.

avistam-se vários silhares graníticos e uma mó de sela. No extremo da mancha, para Norte, há um grande peso de lagar, em granito. O sítio parece estar associado a grande um curral circular situado a Sudoeste." Todo o terreno foi prospectado, mas os indicadores não foram encontrados. Seguramente corresponde a um outro casal, semelhante aos registos anteriores.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.17. Geodésico de Besteiros 2

CMP 384 / CNS 11922

No seguimento da grande elevação de Besteiros, na encosta este, encontra-se uma plataforma com uma concentração de materiais. Estes escorrem até ao caminho e à passagem da linha de água, na margem oposta de Sardos. Encontram-se blocos de granito rosa, um deles com feição semi-circular, pedras com marcas de talhe, tegulas, imbrices e tijoleiras, em mancha de 300m^2. Também se vê alguma cerâmica comum. Está virado a sul, dominando visualmente o vale e a linha de água. Possivelmente uma cabana ou um pequeno casal, mas os indicadores permitem ampliar a menção a "Pequena mancha de 5x5m com tegula e imbrice".

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.18. Sardos

CMP 384 / CNS 11452

Sítio identificado na sequência dos trabalhos de implantação do gasoduto da *Transgás*, e objecto de sondagens em 1996. A referência aponta para um sítio com duas ocupações sobrepostas, sendo a mais recente de época contemporânea. A de época romana, que aqui mais interessa, é classificada como uma "villa fructuaria, afastada das restantes estruturas da villa", mas na envolvente não são conhecidos pontos de povoamento interpretados como *villa*. "As evidências eram constituídas por grandes nódulos de opus signinum, tegulae, silhares graníticos e um peso de lagar. Contudo, estes prometedores indícios constituíam quase tudo o que restou dessa ocupação antiga. Não se conservou qualquer estrutura in situ, qualquer estrato arqueológico ou mesmo deposição secundária de materiais deste período"[838], e o conjunto é relacionado com Torre de Palma, o que é manifestamente impossível, dada a distância e a existência de outros pontos de povoamento de permeio. Sendo assim, o local deve ser simplesmente interpretado como um casal dotado de uma prensa de lagar. A recolha de dois pesos de tear mostra que as actividades económicas não se restringiam apenas ao espaço do lagar, mas que existia uma outra vertente – e consequentemente, podemos deduzir, um outro espaço funcional ou seja, pelo menos duas divisões na casa (lagar e tear). No conjunto surge uma pedra de anel[839] que, a ser romana – o que não fica explícito, nem a peça surge ilustrada – documenta uma presença feminina no espaço, eventualmente ligada à actividade de fiação.

Referências: Processos IGESPAR S - 11898, 90/1(100) e 95/1(223); Bugalhão, 1998: 131-133; 2004b: 109-150.

13.19. Manteigas

CMP 384 / CNS 17217

Aqui terá decorrido uma escavação de uma necrópole, mas não existe qualquer informação publicada sobre os trabalhos, para além da nota de rodapé de Heleno. Junto ao caminho estão fragmentos de cerâmica de construção, havendo notícia de pesos de tear e de *terra sigillata*[840].

Referências: Heleno, 1962: 314; Carneiro, 2005b.

838 Bugalhão, 1998: 132.

839 Nº 66 do inventário em Bugalhao, 2004: 146.

840 Base de dados *Endovelico*, consulta em 2003; entretanto, o elenco de achados de superfície deixou de constar da ficha respectiva.

13.20. Oliveirinha 1

CMP 384 / CNS 24025

No topo do pequeno cabeço foi localizada uma mancha de 100m^2 de imbrices, tegula (?), cerâmica comum e *terra sigillata*. É precisamente este o elemento que mais chama a atenção pois, em todo o quadro descrito, o local enquadra-se na tipologia de "cabana".

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.21. Santo António

CMP 384 / CNS 11928[841] e CNS 24143[842]

De acordo com o achador, próximo do curral encontram-se silhares graníticos, um peso de lagar e imbrices. Junto da mesma estrutura, mas a oeste, "actualmente coberto por materiais de despedrega, detecta-se uma mancha de 10x10 com cerâmica de construção (imbrice e tegula), cerâmica comum e opus signinum. Esta mancha parece continuar debaixo dos morouços." Sendo assim, parece mais lógico englobar as duas manchas de vestígios na mesma interpretação de sítio (nas fichas de *Endovelico* aparecem ambos com a designação de "habitat"). Pela implantação paisagística – em meia encosta, voltada a leste, desfrutando de ampla visibilidade, com fortes recursos hídricos e bons solos – é provável que o sítio corresponda a uma *villa*.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.22. Matança

CMP 384 / CNS 24002

Em pequena plataforma inserida em vale cavado, um pequeno *podium* que sobre-eleva o local, mas não lhe concede grande visibilidade para a envolvente. Por isso, e apesar da proximidade da linha de água, a implantação não é a mais habitual, por não dispor de domínio visual nem de bons solos nas imediações.

No local decorreu uma intervenção arqueológica.

Previamente haviam sido identificados um tambor e uma base de coluna, ambos em granito, havendo ainda a notícia do achado de um capitel de volutas, também em granito. Anteriormente à escavação, o sítio apresentava uma mancha de material de construção pouco significativa (no *Endovelico* menciona-se 20x10m). No local, o que mais chama a atenção é precisamente a reduzida área disponível para construções, bem como a superficialidade do afloramento. Pelos factores já apresentados, e apesar dos indicadores de monumentalidade (que no entanto, são todos em granito, nesta região onde o mármore é mais empregue), sou levado a considerar outras interpretações para além da *villa* que ao local foi atribuída. Por exemplo, situa-se mesmo junto ao traçado de um antigo caminho romano, possivelmente a via XIV. As hipóteses de um sítio que prestasse funções de apoio aos viajantes (uma *mansio*) ou mesmo de um templo (dada a verticalização estrutural) não deverão ser excluídas.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.23. Curral de Sampão

CMP 384 / CNS 24138

No local ainda se encontra uma mancha de materiais, mas o sítio foi objecto de intervenção arqueológica a cargo da equipa que, em Torre de Palma, levou a cabo as escavações para o MNA. O motivo da intervenção decorreu quando, em trabalhos agrícolas, foi descoberta uma "panela cheia de moedas". Nesta instituição alberga-se o espólio aqui exumado e correspondente a vinte sepulturas de uma "necrópole visigótica". O conjunto nunca foi publicado, e as notícias são incertas, com menção a "contas, fíbulas e

[841] Santo António 4.

[842] Santo António 5.

objectos metálicos"[843]. Já Leite de Vasconcellos havia assinalado o local[844]. Na mesma zona situa-se um troço de muro (Sampão 2), sendo que já Lino da Silva[845] assinalara que as sepulturas estavam em meio a estruturas. Desconhece-se que tipo de edifício seria este.

*Outras referências: RP 6/*** (p. 151); Processo IGESPAR 95/(223).*

13.24. Monte de Pombal

CMP 384 / CNS 11912

"Também no Monte do Pombal (Vaiamonte) se estudou um cemitério visigótico (com fechos de cinturão, anéis, etc.), onde foram exploradas várias sepulturas da mesma época, as quais tinham sido abertas em terreno com uma indústria muito anterior (eneolítica)"[846]. Será esta a menção mais completa referente a mais um dos sítios que *satelitizam* Torre de Palma e que foram escavados pela equipa do MNA[847]. Em meio a um povoado pré-histórico que foi alvo de um estudo recente[848], encontrava-se um conjunto indeterminado de sepulturas que pertencem, como Sampão, a um momento de ocupação tardo-antigo ou plenamente visigótico.

Outras referências: RP 6/146; Boaventura & Banha, 2006.

13.25. Torre de Palma

CMP 384 / CNS 331

Em toda a área geográfica em estudo, este é o sítio mais emblemático e bem conhecido a nível internacional. Extensamente escavada desde 1947, em diferentes fases e com diferentes objectivos, está classificada como Monumento Nacional, situação que, na área em estudo, apenas é igualada por Santa Vitória do Ameixial. Torre de Palma beneficia, no entanto, de uma superior área de intervenção e de uma melhor leitura dos elementos construídos, que se apresentam mais bem conservados.

No entanto, sobre o local impendem mais dúvidas do que certezas: não há um único relatório publicado, o espólio encontra-se disperso por diversas instituições e a mais-valia regional que poderia desempenhar a variados níveis (turístico, pedagógico, económico, etc.) está completamente subaproveitada. É, também por isso, um caso paradigmático das vicissitudes da investigação arqueológica a nível regional – sempre dependente do esforço de agentes exteriores à região e que aqui investem ao sabor de interesses específicos – e do

---

843 Ambas as citações em Machado, 1964: 169.

844 1927-1929: 200: "No Curral de Sampão, a 2 quilómetros de Vaiamonte, para Sudeste, apareceu num poço antigo uma moeda de Graciano e tres ou quatro bilhas de barro que quebraram. Proximo do poço encontraram-se sepulturas feitas de pedras postas de cutelo, e dentro ossadas. Provavelmente sepulturas romanas.

845 Correspondência constante do Arquivo Manuel Heleno depositado no MNA, Maço 3. Na carta de 23/VIII/64 lê-se: "já encontrei quatro sepulturas e também já as explorei; só numa delas é que encontrei uma fíbula visigótica e um pequeno ferro do feitio de cunha; os ossos [..] apareceram todos desfeitos juntamente com as terras; estou também fazendo sondagens, na parte das construções." E no dia 31: "[..] continuo no cemitério do Sampão, aonde encontrei mais quatro sepulturas, mas não encontrei espólio; fora das sepulturas também é muito pobre, só encontrei uma pequena fíbula e dois pesos romanos; [..] o dono do terreno quer lavrar a terra [..] terei esta semana mandar tapar as sondas […]. [..] já fotografei todas as sepulturas, e tirei todos os apontamentos. No sítio a onde encontrei as moedas no ano passado, fiz mais umas sondas e apareceram mais cinquenta."

846 Machado, 1964: 170.

847 Nos Cadernos de correspondência enviados por João Lino da Silva (o funcionário do Museu encarregue de proceder às escavações em Vaiamonte) para a instituição, encontramos mais informações. Assim, a 02.10.1949 comunica o achado de uma sepultura "a uns trezentos metros do sítio chamado Pombal", onde dois anos antes já Heleno reconhecera uma outra sepultura, achada casualmente. Nos Cadernos que registam os trabalhos entre 01.09.1953 e 28.11.1953 regista-se o início das escavações no "Cimitério do Monte do Pombal", com um total de quinze sepulturas. No dia 13 dos Cadernos de Agosto-Dezembro de 1955 foi escavada uma outra sepultura onde foi encontrado um anel de ferro, e a 15, "encontrei fragmentos de cerâmica, uma fíbula em ferro dentro de uma sepultura."

848 Boaventura, 2001.

modo como os valores locais estão absolutamente no nível zero do seu aproveitamento social para a comunidade e para outros públicos.

Deixemos estes considerandos, e passemos também ao lado de uma descrição exaustiva, tantos e tão significativos são os conteúdos que Torre de Palma apresenta, mas que recentemente foram avaliados de forma muito crítica e exaustiva na publicação de Janine Lancha e Pierre André[849], que em larga medida segui, optando agora por uma análise diacrónica, que me parece simplificar a exposição.

A título pessoal, a impressão mais forte que obtenho em cada visita ao local reside na implantação escolhida. Torre de Palma corporiza o conceito do enquadramento paisagístico definido pelos textos clássicos[850]. Exposição a oeste, com magnífico domínio visual, orientações do edificado concordantes com a máxima exposição solar, em encosta de pendente suave, com excelentes manchas de solo de classe A e A-B na envolvente, mas também com outras classes, o que permite de forma plena o policultivo. Os recursos hídricos são abundantes e permanentes. Em resumo, a máxima união da *delectatio* e da *rusticitas*, como raramente encontramos de modo tão pleno nas estruturas fundiárias da zona.[851] Acresce ainda o domínio visual sobre parte do curso da via XIV, que naturalmente concede ao local uma extrema facilidade de acesso.

Em termos gerais, a planta do sítio configura uma área residencial de muito grande extensão (no total, seis hectares). É, no entanto, muito complexo avaliar se o conjunto alguma vez terá funcionado como um todo, pois as diferenças de planta e de construção de alguns núcleos apontam para progressivos alargamentos de área construída. Certo é que Torre de Palma constitui um excelente exemplo de um sítio com *estratigrafia horizontal*, onde o edificado se vai ampliando sem que existam rupturas ou cortes com o passado – os arrasamentos estruturais, tão típicos em outros sítios, como a Quinta das Longas (Elvas) – o que também pode indicar a manutenção da estrutura fundiária nas mãos da mesma família, durante várias gerações. Todo o programa construtivo é, nesta medida, fortemente conservador, preservando-se um *genius locus* muito marcado. E outra nota a reter é o facto de, sucessivamente, Torre de Palma parecer ter sido um local intensamente ocupado, sem um proprietário absentista (o que não significa, contudo, que algum aqui residisse em permanência).

O momento fundacional parece ter ocorrido ainda em época augustana, tendo as estruturas sobrevivido em zonas pontuais e de modo precário, configurando o que poderia ser "uma granja ou de um celeiro"[852]. Algumas moedas desta época, e de Tibério[853], e algumas marcas de oleiro em *terra sigillata* itálica[854], são notas soltas que pertencem a este momento de ocupação. O dado mais interessante, contudo, reside na interpretação da primeira fase de edificações como uma "casa-bloco", com dois pátios e uma "planta condensada", que será o nódulo axial a partir da qual todas as seguintes fases se irão estruturar[855]. Ora este conceito arquitectónico, que os autores balizam entre 40-70 d.C., deverá pertencer a um proprietário que pretendia uma habitação de modo claramente itálico, visto ser um protótipo que encontramos disseminado por outras províncias do Império. A ser assim, Torre de Palma terá tido este momento fundacional (que marca a presença de um *dominus* que mais assiduamente se encontra no local, com preocupações residenciais) ordenado por alguém que seria de origem itálica, ou que conhecia

849 2000. Embora centrado no estudo dos pavimentos de mosaicos, apresenta amplas descrições, levantamentos gráficos e interpretações sobre o conjunto estrutural.

850 Em especial Vitruvio, *De Arc.*, Livro VI,6 (todo o capítulo).

851 A *locus amoenitas* suscitou um insólito tom nostálgico de Manuel Heleno (1962), quando deu a conhecer a sua nota poética no proémio do único artigo de divulgação sobre as escavações por ele realizadas. A quadra então publicada é dos poucos testemunhos de cunho emotivo e pessoal que o então Director do MNA alguma vez deu a conhecer publicamente.

852 Lancha & André, 2000: 84.

853 J.-P. Bost, *in* Lancha & André, 2000: 72.

854 Ferreira, 1969.

855 Lancha & André, 2000: 85.

profundamente os módulos habitacionais então em voga. Nada há de "indígeno" desde o primeiro momento. Infelizmente a epigrafia não nos proporciona grandes certezas sobre esta fase.

Durante os momentos seguintes a casa irá sofrer renovações e ampliações, incluindo um segundo pátio porticado, de oito colunas, de planta praticamente quadrada, e que aparentemente terá tido apenas como função a criação de um espaço reservado e muito íntimo[856]. Trata-se do primeiro grande investimento no edificado.

A fase seguinte traz a construção da primeira casa de peristilo. Ou seja, em duas gerações assistimos à materialização de dois conjuntos de tipologias muito distintas entre si. Esta fase implica a monumentalização do edificado, ou seja, a *villa* começa a ganhar uma volumetria e uma imponência muito distintas, assumindo-se a passagem para um novo conceito de vivência no espaço rural. Seria muito interessante saber se este tempo, fixado nos finais do século II, será replicado em outras *villae* da região. A construção do bloco termal mais próximo da casa, o conjunto leste, que datará também deste período, bem como do primeiro templo de tipo *naiskos*, ou ainda o emprego de significativos revestimentos marmóreos nas salas de representação, são feixes de conteúdos que evidenciam esta reformulação do conceito da *villa*.

As campanhas seguintes vão focalizar-se no progressivo ampliar da feição monumentalizada das construções, contribuindo para que, a partir dos finais do século III, Torre de Palma se transforme no melhor exemplo da *villa* sumptuosa que temos na área em consideração. A edificação das salas em ábside, os compartimentos de recepção e os salões marcam este período em que também se instalam os pavimentos musivos. Simultaneamente o investimento rústico não é descurado, o que transforma o sítio em curioso exemplo de um investimento bífido nas duas componentes conceptuais, materializadas estruturalmente, de uma *villa*: em meados do século III, observam-se arranjos no pátio rústico, na cavalariça e na primeira fase da adega.

De acordo com a leitura da equipa norte-americana, um tremor de terra de dimensões consideráveis[857] obriga a uma reformulação do espaço e a reconstruções que acrescem a monumentalidade do conjunto. Será nesta fase que se emprega o granito rosa das pedreiras da área de Monforte/Santa Eulália[858], ou seja, os recursos naturalmente disponíveis na envolvente, mas que conferem uma nova aparência decorativa ao conjunto, deixando a negritude do granito tradicionalmente empregue. Renovam-se as pinturas murais e acentua-se a utilização dos pavimentos em *opus tesselatum*, com a colocação dos principais motivos.

Durante o período constantiniano a *villa* ganha o seu elemento de maior aparato, a sala de tripla ábside que definitivamente monumentaliza o conjunto e marca o cunho do edifício como espaço de recepção[859]. As restantes beneficiações são sobretudo em outros sectores: a renovação e ampliação da grande adega e do lagar, e o início da construção do templo de culto cristão[860]. A edificação de um espaço cultual fora da *pars urbana* da *villa*, não sendo original na *Hispania*, foge um pouco à norma[861]. Durante este período constrói-se

---

856 Datado de 70-150, marca a sua inscrição "na tradição itálica provincial", ou seja, com uma planta mais distante dos protótipos ecuménicos e mais adaptada às exigências do encomendante.

857 Opinião expressa em Maloney, 1996: 284, de acordo com as fissuras em blocos pétreos do conjunto das termas de Leste.

858 Lancha & André, 2000: 91.

859 Foi levantada a hipótese de neste espaço se situar um *stibadium* (Lancha e André, 2000: 101); a ser assim, esta estrutura marcaria indelevelmente a utilização do espaço como *aula* de recepção e convívio de tipo sumptuário. Não existem provas arqueológicas, contudo, o *triclinium* é indiscutivelmente uma peça de enorme aparato, capaz de albergar até 25 convivas (estudo de pormenor em Stephenson, 2006: 204-225).

860 A cristianização certamente invadiu todos os parâmetros da vivência quotidiana. Infelizmente não é conhecida a existência de monogramas em *terra sigillata* africana, ou de grafitos cristãos em elementos da cultura material; mas registo um pormenor significativo, a cruz gravada no topo do grande peso de lagar (Lancha & André, 2000: 117).

861 Pelo menos em La Cocosa e Carranque – se acaso aqui tivermos essa função no edifício em causa - temos a mesma situação. Este fenómeno distingue-se substantivamente das basílicas intra-*villa*, que remodelam um

também o conjunto "semipúblico" do balneário oeste, cuja relação com a via XIV é, quanto a mim, indiscutível, e que por isso obriga à criação de uma planta muito ampla e complexa[862]. Segue-se, nos séculos seguintes, a progressiva ampliação da basílica e a construção do baptistério anexo, uma estrutura que implica a existência no local de alguém que assuma as funções inerentes ao espaço, e cuja presença pode ser relacionada com o nunca explicado conjunto de construções na casa geminada a nordeste. A interpretação desde espaço como "casa do *villicus*" levanta fundadas dúvidas[863], mas a residência deveria ser averiguada de forma muito detalhada, pois parece ser um espaço-chave para a compreensão destas fases de ocupação[864].

Ao longo do século V a casa principal continua a ser ocupada, mesmo que de modo temporário, como se torna evidente pelos trabalhos de manutenção dos pavimentos em mosaico e por algumas beneficiações da casa, como a conduta que canaliza água desde o baptistério até ao núcleo central. As obras principais, contudo, centram-se (e de modo algo inesperado) na construção de mais duas adegas, com espaços de lagar, que indicam um forte incremento na exploração do *fundus,* ou a ampliação dos domínios em exploração directa, eventualmente por abandono de outras *villae* nos territórios em volta. Ou seja, a fase de maior intensidade de trabalho na *pars rustica* ocorre precisamente neste momento[865]. De resto, a própria frequência de cerâmica de importação atesta este *florouit*[866].

A decadência parece ter sido rápida, pois no início do século VI a expansão da necrópole entra em áreas edificadas. Todavia, a área sepulcral, e as sucessivas ampliações da basílica, mostram como o conjunto continua a polarizar a vida das comunidades locais, embora aparentemente estas procurem outros espaços para habitação (ou o quotidiano faz-

---

compartimento da *pars urbana*. Como é natural, neste caso podemos antever uma expressão cultual mais privada ou recatada, e no segundo uma prestação de serviços a uma comunidade de *rustici* envolvente. A hipótese de uma sobreposição da basílica a um templo pagão (Maloney, 1995) não tem sustentação arqueológica; as estruturas identificadas na sondagem na abside Este da basílica não são de funcionalidade discernível e a associação com o altar a Marte (p. 452) foi contraditada em Lancha & André, 2000.

862 Estudo em Reis, 2004: nº 93, que admite a relação com a via ou, também, com a "casa A, que puede haber pertenecido al *villicus*, así como el gran número de estructuras relacionadas con las actividades económicas desarrolladas en la *villa*, podrían haber supuesto un incremento significativo del número de habitantes de ésta, así como del de trabajadores empleados en las diversas actividades que fueron floreciendo en el límite de la *pars urbana*." A cronologia do século VI para a construção das Termas Oeste, proposta por Fugate (2000) com base em datações de argamassas, parece inaceitável.

863 "O Cânon II do Concílio de Toledo de 597 obrigava o **munificus** ou herdeiro da basílica, que aqui sem dúvida seria o **potentior** proprietário do vasto **fundus** local, a garantir o serviço religioso da basílica por parte de um presbítero, um diácono ou, se tal não fosse possível em permanência, um **ostiarius** responsável pela limpeza e pelo acender diário, ao cair da noite, dos **luminaria** das relíquias." (Maciel, 1996: 113). A existência da basílica mas sobretudo, do baptistério (pois era necessário um membro do clero para administrar o baptismo), exige um funcionário em permanência no local, embora os sacramentos só possam ser administrados por um bispo, que aqui se deslocaria muito pontualmente. Já a presença de uma "small religious order" (Langley, 2008: 640) necessitaria de uma estrutura de tipo monástico, o que não parece ser visível nos núcleos estruturais, onde não se encontram celas e aposentos individuais, para além da generalizada ausência de alfaias litúrgicas. A passagem do relatório de 1999 desmente esta interpretação: "A monastic complex presents an obvious possibility although there is no group of rooms which seem to represent cells or sleeping quarters for such a community" (Stephanie Maloney & Maria da Luz Huffstot, Torre de Palma annual report, 1999, p. 11).

864 Trata-se do edifício designado como "Northeast building" e descrito como "a *villa* in miniature"; o espaço parece ter albergado funções domésticas, de recepção e de actividades económicas e de armazenamento de produtos. Nunca foi devidamente analisado e divulgado. Ver o relatório citado na nota anterior.

865 Este facto apresenta grande peculiaridade e interesse do ponto de vista sócio-económico. O facto de se tratar de um sítio eminentemente exportador talvez ajude a explicar a escassez de ânforas que foi sublinhada em Lancha & André, 2000: 81, embora a disseminada utilização de tonéis e de contentores em madeira esteja absolutamente comprovada. Ainda sobre as ânforas, note-se que eram materiais que geralmente, nas escavações portuguesas da época, não eram recolhidos, a menos que se encontrassem em bom estado de preservação.

866 Lancha & André, 2000: 82. Não são no entanto conhecidos exemplos de numismas desta época, ou pelo menos encontram-se sub-representados na colecção divulgada, o que não é de todo inusual, dada a grande capacidade de circulação e duração no tempo do numerário do século III e IV.

se com materiais perecíveis que, dado o tipo de escavação que ocorreu neste sítio, não foram registados). A existência de compartimentações e subdivisões dos espaços são mencionadas, mas não são devidamente apresentadas[867], tal como acontece com a lareira na nave sul da basílica oeste e fornos em alguns espaços reconvertidos da *villa*. Deste modo, a presunção de *squatterização* não se encontra bem identificada mas foi uma realidade.

A basílica terá tido uma tripla função, quer enquanto espaço litúrgico de culto, organizador do espaço funerário e de administração do baptismo. Todavia, a possível existência de um *martyrium*, não sendo de excluir, não está devidamente provada, embora ajudasse a explicar a crescente monumentalização do espaço de absides contrapostas[868]. Se tal hipótese se confirmar, dois outros vectores de análise do sítio poderiam ser compreendidos: por um lado, o modo como a basílica apresenta uma continuidade de utilização que em muito ultrapassa a *pars urbana*; por outro, o que parece ser uma aproximação registada no traçado da via XIV, que em fase posterior à época romana altera o seu traçado para servir directamente o sítio[869].

Ou seja, o que se configura então não é a transformação de Torre de Palma, nas suas últimas fases, em um *vicus*, conforme já foi proposto[870]; o que parece, sim, ter ocorrido neste local, centrou-se na progressiva ampliação do papel congregador que a basílica desempenhou em termos locais. Enquanto a vida na zona urbana e rústica se ia extinguindo, a basílica manteve o seu papel de local de culto, eventualmente reforçando-o com o ganho de uma centralidade que, em momentos pontuais, certamente levaria ao confluir de gentes que a demandavam: fosse para a celebração de baptismos, fosse como sede de peregrinações em torno de um mártir, fosse para festividades sazonais. A basílica manteve o seu funcionamento, operando como marco na paisagem sagrada da zona, enquanto o espaço anteriormente vivenciado se despovoou. A recolha de moedas medievais próximo de enterramentos e da estrutura basilical mostram a pervivência do espaço cultual[871].

Ensaiemos, novamente, uma análise diacrónica, desta vez olhando para os componentes gerais, e não apenas estruturais.

Como acontece com a generalidade das unidades fundiárias, o momento de construção original de Torre de Palma não é conhecido. Os dados apontam para a instalação de uma pequena *villa*, sem desígnios de conforto, no estilo *bloco* bem conhecido na *Hispania*[872], e sem que possa ser desde já vinculada a um proprietário itálico[873]. Em meados do século, ou talvez sob os Flávios, o sítio ganha outra dimensão, constituindo-se como uma *villa* onde a componente de *otium* começa a ser significativa, com a construção

867 Maloney & Hale, 1996, 293.

868 Para esta questão ver Godoy Fernandez, 1995: 301; Jorge, 2002: nº 16 da sua listagem, p. 60.

869 Carneiro, 2004: 164 onde, com base em fotografia aérea e no escalonamento dos sítios ao longo dos traçados viários, adianto esta hipótese. Que, sem outros níveis de análise, não passa disso mesmo.

870 Reis, 2004: nº 93, onde se lê, a propósito da construção do balneário oeste, que "La *villa* como núcleo aglutinador podría haberse transformado durante el siglo IV d.C. en un *vicus*. (p. 135). A hipótese é sugestiva, mas até serem divulgadas publicações mais detalhadas das escavações, permanece sem sustentação.

871 São mencionadas moedas "from the reign of Sancho II through that of João III", mas o seu contexto de identificação e número não são apresentados (Maloney, 1995: 456).

872 Gorges, 1979.

873 Muito menos a um qualquer fenómeno de *centuriatio* que não pode ser presumido a partir de uma aparente distribuição espacial de sítios cuja classificação como *villa* não é segura, nem a uma putativa fundação conjunta dos inícios do século I, como pretende Langley (2006). Mesmo olhando para Torre de Palma, não é a presença de *terra sigillata* itálica que leva a que se possa olhar para o seu primeiro proprietário como um itálico. Presumir o que quer que seja a partir de um sítio onde não há uma única sequência estratigráfica ou um contexto publicado é incorrer em especulação. Seja como for, pensar na imutabilidade dos cadastros em meio tão periférico é tresler a própria realidade da época: "Dans les colonies, des terres avaient été attribuées aux colons qui jouissaient de leurs lots en pleine propriété généralement. La possibilité de les aliéner a estompé, sans doute assez rapidement, l'égalité des attributions initiales." (Leveau, Sillières & Vallat, 1993: 242) Tal conduziu necessariamente a amplas reformulações da paisagem original, pelo que transferir esta leitura de sítios genericamente datados em momento baixo-imperial para um momento de fundação original é perigoso.

de um edifício termal claramente vinculado ao espaço de circulação do proprietário, e à dotação de elementos de conforto e monumentalidade na área residencial.

Mas em rigor, sobre estas fases, pouco pode ser afirmado com segurança.

Os conteúdos apresentados por Torre de Palma, em especial na sua fase de apogeu baixo-imperial, são significativos.

Claramente, durante esta fase, a *villa* atravessa uma metamorfose que a transforma em paradigmático exemplo de uma *villa* áulica, de um aparato absolutamente sumptuoso. Mas é curioso que, ganhando esta valência, Torre de Palma reforce também o investimento nos seus equipamentos de cariz agro-pecuário. Ou seja, e como já salientei, estamos perante um raro exemplo de um investimento bipartido, em componentes geralmente autónomas, mas que neste caso se combinam para transformar Torre de Palma em exemplo material de um conjunto de conteúdos que, em época romana, consubstanciavam o conceito-*villa*. A monumentalização, a riqueza decorativa, os ambientes de contemplação (no espaço exterior, com a bancada na fachada sudoeste, e interiores, com as paredes revestidas a pintura mural), a densidade iconográfica, vão de par com os lagares, a adega, os espaços de trabalho e de serventia. Neste campo teríamos uma reorientação produtiva, em que a componente económica agora privilegiada passa a ser a viticultura, em detrimento dos cereais[874].

Olhemos para alguns componentes desta fase.

O que tornou este sítio famoso foi, indiscutivelmente, o valor iconográfico dos pavimentos musivos assentados por uma equipa norte-africana, orgulhosa da sua mestria, como fica evidente pela inscrição contida em um dos tapetes[875]. Entre os vários motivos mitológicos de raiz conservadora e perfeitamente integrados no fundo iconográfico regional (as Musas, Apolo e Dafne, a luta de Teseu com o Minotauro, Hércules e Medeia), destaca-se o triunfo báquico, pela sua originalidade e abundância de pormenores. Mas o painel central, que verdadeiramente dominava a casa, é de forte raiz autóctone: o pavimento dos cavalos que decora a sala de tripla abside que, na rusticidade do tema escolhido[876], denuncia contudo uma elevada erudição (muito subestimada pela investigação), na selecção dos nomes que baptizam os principais cavalos da coudelaria[877].

---

874 Brun, 1997a: 61.

875 *SCO[PA AS]PRA TESSELLAM LEDERE NOLI. VTERI F(elix)*. Além da recomendação utilitária, destaca-se o sentido apotropaico de protecção dos habitantes contra os maus olhados e/ou os demónios (Chavarria, 2007: 267).

876 A excelência dos cavalos da *Hispania* está suficientemente comprovada por representações em outros pavimentos musivos da Península e em textos de épocas anteriores, mas eu recordo a muitas vezes esquecida passagem do poeta bético Marcial (I, 49, 19-20) que refere a excelência dos "vigorosos cavalos" que se criavam naquela província.

877 Os cinco cavalos surgem emoldurados em *pseudo-emblemata* entre uma decoração de meandros e suásticas. A escolha dos cavalos não é atípica na área regional – relembre-se o grande mosaico do auriga vitorioso na capital provincial, por exemplo – mas ter sido escolhido para motivo central denota a eleição do sustentáculo principal na economia da propriedade. A este respeito, anoto ainda que a existência de cavalariças no bloco edificado de Torre de Palma parece estar comprovada estruturalmente (embora faltem conhecer os arreios e acessórios que necessariamente deverão ter sido encontrados em espaço de cariz funcional tão específico), mas pessoalmente desconheço a localização do "pequeno circo" em Monte Maior que serviria para adestramento ou para a celebração de pequenos espectáculos (Lucas Pellicer, 1986-1987: 232). Por último, e regressando ao exposto no texto principal, a etimologia dos cavalos denuncia um elevado nível cultural, pois as denominações não são óbvias: se *Hiberus* é necessariamente um natural da Ibéria, *Leneus* é um epíteto dionisíaco (e que podemos relacionar com o mosaico do triunfo báquico), *Inachus* é o nome de um deus-rio da Argólida (terra dos Argonautas, originários do Peloponeso), *Pelops* alude ao fundador dos Jogos Olímpicos (que baptizou a península do Peloponeso) e *Lenobato* é aquele que pisa as uvas (o que, mais uma vez, se relaciona com os mitos báquicos; sobre o significado da palavra *Lenos* ver a caixa de texto em Brun, 2004: 146-147). Ou seja, uma cartografia mítica que abrange áreas tão diversas como a *Iberia*, a Ática ou o Próximo Oriente. Se a este conjunto de conteúdos somarmos o facto de *Dyonisos* ser muitas vezes associado à figura de Cristo, quer pelas circunstâncias que rodearam o nascimento, quer pelo cariz libertador e salvífico dos cultos, quer ainda pela relação com o vinho (e, por extensão, o sangue e a vida, mas também a prática agrícola corporizada nos lagares) percebemos que o conjunto é muito mais coerente e repleto de significados do que o geralmente considerado. É também por este fio de raciocínio que o papel do *dominus* como "opositor ao

Demonstra-se portanto a existência de uma *villa* de aparato, na posse de um proprietário que, em residência permanente ou não, escolheu uma sobreposição de temáticas eruditas e conservadoras com o emblema local para reforçar a monumentalização arquitectónica da propriedade e a criação de um espaço de recepção sumptuária.

Outro elemento paradoxal em Torre de Palma é o facto de haver uma relação inversamente proporcional entre o aparato iconográfico dos pavimentos musivos e a inexistência de qualquer revestimento parietal, marmóreo ou de uma peça escultórica que seja do conhecimento público. É evidente que os mosaicos não existiriam por si só, mas seguramente com os seus conteúdos reforçados por frisos, representações ou outro tipo de expressão visual que, supostamente, poderia ter existido[878], constituindo o *ornatus* estético do ambiente e reforçando as mensagens. A menos que o investimento fosse neste caso *unidireccional*, ou seja, que o proprietário tivesse encarado a colocação dos seus tapetes como o grande e exclusivo elemento de aparato. E nesse caso, a carga simbólica concedida aos motivos dos cavalos seria exponencialmente acrescida.

Outros campos de análise são também relevantes. Expressão de uma relativa erudição, porque demonstrando elevados padrões de literacia, são os grafitos sobre cerâmica conhecidos neste sítio, três, que certamente reflectirão de forma pálida um universo muito maior[879]. Seria fundamental percebermos a evolução diacrónica destas presenças, ou seja, se existe uma repartição temporalmente equilibrada, ou se estes elementos são exclusivos de algum momento em particular. Assim poderíamos perceber os ritmos e tendências de ocupação do sítio e o substrato cultural dos seus ocupantes, mas estranhamente, este importantíssimo campo de análise tem sido praticamente ignorado.

Durante este período, Torre de Palma certamente foi um local onde fervilhou a actividade de diversas gentes e ofícios. Não pode ser sobrestimado o papel auto-suficiente do sítio; é evidente que em qualquer *villa* a componente de produção própria era uma base sustentacular fundamental, mas não exclusiva. E este sítio foi suficientemente receptivo à absorção dos produtos e tendências de mercado, como se torna evidente pela diversidade da sua cultura material (pelo menos, no pouco que é conhecido). Mas é evidente que Torre de Palma congrega uma componente autárcica que em outras *villae* não parece ser tão forte – embora, é certo, os estudos sobre a economia das *villae* na Lusitânia estejam ainda no seu início[880]. Quero com isto dizer que a componente produtiva de Torre de Palma foi extremamente notória, apresentando indicadores que permitem pensar que esta foi uma unidade de exploração fortemente vinculada ao seu *fundus*. Os complexos de *cella vinaria* e de lagar já foram suficientemente analisados, e os testemunhos de uma produção equina de excelência são evidentes no motivo iconográfico escolhido para ornamentar a sala principal de recepção. Já no que respeita a outras vertentes de exploração, os testemunhos são menos divulgados. São feitas referências a outros campos económicos, sem ficar claro se a escala de produção era reduzida, para um mero auto-consumo, ou se procurava tendencialmente uma lógica de mercado[881]. De qualquer forma, os dados mostram uma *villa* claramente vinculada ao seu *fundus* (e, pelo menos a partir do Baixo Império, eventualmente

---

cristianismo" a que Kuznetsova-Resende faz alusão a propósito do mosaico do triunfo báquico (1999-2000: 51), próprio de um "pagão inveterado" (p. 52) deve, a meu ver, ser questionado, dados os fios condutores entre os dois cultos.

878 Os revestimentos pictóricos ainda hoje são visíveis na pequena área de parede conservada em altura no *triclinium*, mas não existe qualquer menção a fragmentos recolhidos pelos diversos agentes que aqui trabalharam em sucessivas escavações.

879 Encarnação & Nolen 1997a; 1997b; 1997c. O grafito mais polémico é todavia o de *EME BASILI VIVAS IN CONTVBERNIVM* que teria sido aposto em um "carimbo", possivelmente em suporte cerâmico, e no qual Heleno quis ver o *dominus* da "*villa Basilli*" (Heleno, 1962: 316). Comentários em Lancha & André, 2000: 124 e ss.

880 Sobre as *pars rusticae* das *villae* lusitanas, ver a recente reflexão em Carneiro, *no prelo*.

881 No relatório de 1998 é aventada a existência de um forno cerâmico com base na "presença de um tijolo furado dum tipo usado em fornos [...]", além da existência de "lareiras e as grandes quantidades de ferro [...] indicam a metalurgia" [...] Também achados pesos de tecelagem" (Stephanie Maloney & Maria da Luz Huffstot, Relatório de 1998; as páginas não se encontram numeradas).

polarizando as produções de outras explorações, como parece resultar das ampliações dos lagares), assumindo uma vocação de *villa rustica* como raramente encontramos a nível provincial.

Mas o dado mais extraordinário deste sítio é o modo como, na última fase de ocupação, esta vertente parece acentuar-se. As sucessivas beneficiações na *pars rustica* podem prenunciar duas coisas: Torre de Palma alargou a sua área de influência – directa ou indirecta, ou seja, tomando posse de outras explorações por administração directa (em fenómeno de concentração fundiária) ou prestando serviços de transformação da produção a unidades vizinhas -, e/ou, eventualmente, o proprietário passou a residir permanentemente no sítio (e aqui validaria a clássica tese do abandono das cidades e do estabelecimento dos *potentiores* nas suas *villae*). Ora, no estado actual dos conhecimentos (tão precário...) não me parece que esta opção seja correcta, pois a permanência de um proprietário no local deveria conduzir, também, a investimentos na *pars urbana*, o que parece não ter acontecido.

A explicação para esta tão forte transformação de Torre de Palma em unidade plenamente agrícola, no limiar da sua decadência, pode residir em questões mais vastas, do âmbito geo-económico. Pode ter havido uma quebra nas correntes comerciais e/ou capacidade aquisitiva que levasse à necessidade de incrementar a auto-suficiência (mas para isso, precisaríamos de saber que e quais os abastecimentos em cerâmicas tardias – especialmente a *terra sigillata* norte-africana – que chegam ao local). Ou, inversamente, a um ganho de, digamos, *cota de mercado*, eventualmente relacionado com os abastecimentos da *annona*[882], que conduzisse à necessidade de aumento dos volumes para exportação.

Fosse como fosse, um dos elementos mais específicos em Torre de Palma é o modo como este incremento se realiza a partir dos espaços já existentes, em lugar da reconversão de áreas residenciais ou termais, como em outros lugares sucede[883]. Este dado indica-nos indirectamente que os espaços residenciais e de conforto estavam em uso, ou seja, não podiam ser sacrificados. Portanto, a opção mais lógica, até do ponto de vista económico, seria ampliar as estruturas frumentárias, reforçando-as. Nesse sentido, a construção do balneário oeste, em momento tão tardio, não deixa de ser surpreendente, sobretudo porque já contemporâneo da edificação dos espaços cristãos de culto. Ou seja, a utilização dos espaços termais – lugares de pecado por excelência, dada a exposição do corpo – não é, em Torre de Palma, incompatível com a vivencialidade cristã do local.

Este facto é, também ele, extraordinário. Porque a evolução mais lógica seria desfuncionalizar as termas e nelas instalar a basílica cristã[884]. Mas em Torre de Palma, não apenas tal não se verifica, mas inclusivamente constrói-se um balneário novo, mais moderno e mais amplo – o oeste. É certo que as datações apresentadas para a edificação da basílica têm de ser revistas, porque inaceitavelmente precoces[885], mas a contemporaneidade da edificação do balneário oeste com a basílica deve ser destacada, pois em outras zonas já o processo é diferenciado. Ou então – hipótese que se coaduna melhor com os ritmos arquitectónicos – a construção da basílica não será mais de duas gerações posterior à edificação do balneário termal. O que também se torna extremamente interessante, do ponto de vista da alteração das mentalidades em tão curto lapso temporal, dos espaços de vivência e das prioridades que concentravam o investimento.

---

882 Sobre este tema específico, creio que algumas das reflexões mais interessantes encontram-se em alguns dos artigos contidos em Bowes & Kulikowski (2005). A partir de finais do século IV esta cadeia de abastecimentos colapsa e conduz à reformulação da vocação económica das *villae* (p. ex., Chavarría Arnau, 2004a: 17), mas na fase imediatamente anterior o incremento está comprovado arqueologicamente.

883 A autora que mais extensamente se tem debruçado sobre este fenómeno tem sido Alexandra Chavarría Arnau, com vários títulos em que se listam estas transformações em sítios concretos. Ver sobretudo as reflexões contidas em 2007: 125-140.

884 Dada a repetição de conteúdos – *mutatis mutandis* – remeto para a nota anterior, pois Chavarría Arnau não apenas listou as reconversões frumentárias, mas também as instalações dos locais de culto cristão.

885 Maloney, 1995: 458 remete para "the fourth century".

Seja como for, o que ressalta da análise dos últimos momentos de Torre de Palma é o modo como crescentemente a actividade humana se vai concentrando em torno da basílica e do baptistério. A grande casa vai progressivamente perdendo as suas valências. A um momento, talvez situado em torno ao século VI, em que se detectam difusos fenómenos de *squatterização*, segue-se o posterior abandono definitivo. O espaço deixou de ser encarado como monumento de representação, passando esta percepção para a basílica, ou então deixou de ser pragmaticamente viável o investimento na conservação de uma estrutura tão monumental e ampla. Nesta fase, seria crucial perceber o que se passa na área designada como "Northeastern building", mais próximo da basílica. Seria aqui que a função residencial se manteria, em transferência do espaço principal[886], cuja manutenção implicava uma despesa de todo incomportável? E aqui residiria um *dominus* ou um presbítero, sendo que outras hipóteses parecem inviáveis[887]? E até quando se mantém este espaço ocupado, visto que a presença islâmica é insuficientemente rastreada? A hipótese de um *martyrium* que continuasse a trazer até este local as mais variadas gentes não é de excluir, mas os fenómenos históricos da *Hispania* não parecem autorizar a proliferação deste tipo de soluções[888]. E mesmo existindo, não seria suficiente para, por si só, compreender as diversas dinâmicas nos planos residenciais, litúrgicos e produtivos em que o espaço mantém a sua organização.

Uma última nota para mencionar duas situações em torno de Torre de Palma. O topónimo "Lameiras", listado em RP 6/145, deve naturalmente ser eliminado, pois trata-se do designativo da área de implantação da *villa*, como fica explícito na correspondência enviada por Lino da Silva; e os pontos constantes do *Endovelico* nas imediações de Torre de Palma, nomeadamente os de Fonte de São Domingos e ainda os de Carrilha, imediatamente a sudoeste, que poderão ser núcleos de laboração especializados que operavam na dependência do ponto principal (donde se infere que a área pertencente ao núcleo principal seria ainda superior ao delimitado) ou então sítios junto ao itinerário da via XIV.

Sobre Torre de Palma o texto já vai longo. Fica como reflexão final a convicção de que o sítio ocupa um patamar único na compreensão dos processos de evolução das estruturas fundiárias no território em apreço. Eventualmente sobrevalorizado por ser o

---

886 Chavarría Arnau, 2004b: 125: "La *uilla* de Torre de Palma, 95 km al oeste de *Emerita*, se dota de nuevas estructuras de función residencial y rústica en la segunda mitad del siglo IV momento en que los arqueólogos situan también la construcción de una basílica junto a la *pars urbana*. El sector residencial se translada, posiblemente en la segunda mitad del siglo V a otro edificio ubicado entre la antigua *uilla* y la basilica. No queda claro cuando la *uilla* pierde su función residencial pero sigue en uso según refleja la presencia de nuevos pavimientos de *opus signinum*, subdivisiones y hogares fechados en los siglos siguientes."

887 Pelas razões já expostas, e do pouco que se sabe sobre o edifício, este deverá ter sido unipessoal. Excluo por isso as possibilidades de um *vicus* ou da instalação de uma estrutura monástica, entre outras teorias avançadas para as últimas fases de ocupação. Algumas chaves de leitura nos artigos contidos em Lavan, Ozgenel & Sarantis (2005), mas realmente o que se sabe sobre este edifício é ainda demasiado escasso.

888 Sobre o culto de santos e mártires, ver o lúcido ensaio de Castillo Maldonado (2005b) que demonstra como este fenómeno foi empolado por uma literatura hagiográfica de forte comprometimento e pelo posterior tratamento historiográfico, que deve aliás ser compreendido em sentido mais amplo: "Until very recently, however, the integration of the Spanish evidence into Mediterranean norms has not been at all clear: the uniqueness of the Iberian Middle Ages, the hegemony of the most conservative form of Catholicism in the modern era, and the contemporary politics of Spain and Portugal have all helped to create a vision of peninsular history as a unicum, even from its beginnings in antiquity. In order to emphasize the particularism of the Iberian peninsula, a strange local character has often been postulated, an idiosyncracy in the inhabitants of the region that exists eternally and outside time." (p. 151). Em resultado, sobre muitos mártires temos hoje a noção da sua criação ficcionada, feita com propósitos laudatórios e/ou de exaltação das virtudes locais. O fenómeno de importação de relíquias nos séculos VI e VII, procurando cunhar uma historicidade de mártires que localmente não existiam, mas eram abundantes no Império do Oriente (p. 167), também conduziu a esta proliferação de *inventiones* localmente cartografadas. Portanto, e em resumo, a pretensa existência de um *martyrium* em Torre de Palma, evidentemente sugestiva, deve ser olhada com prudência, pois pode resultar simplesmente de uma leitura histórica sugerida por um contexto que, em larga medida, resulta de uma criação ficcional.

único extensamente escavado, mas mesmo assim único. Infelizmente, e apesar do muito que representa, poderia ser muito mais.

Outras referências principais: RP 6/144; TIR J-29: 154-155; IRCP, 1984: p. 634-635 e 663-665; Heleno, 1956: 231; Saa, 1956: 187-189; Almeida, 1962: 121; Heleno, 1962: 313-338; Machado, 1964: 143, 144, 156, 159, 167; Almeida, 1970: 263-275; Almeida, 1972-1974: 103-112; Blazquez, 1980; Fugate, 1993; Carvalho, 1993: 282-287; Hauschild, 1995, p. 378-379; Godoy Fernandez, 1995: 298-303; Maloney & Hale, 1996; Diogo, 1999-2000; Maloney, 1999-2000; Bowes, 2002: 796-802; Maloney & Hufstoff, 2002; Reis, 2004: nº 92 e 93; Chavarría Arnau, 2007: 265-270; Processos IGESPAR S - 00331, 95/1(223), 99/1(210) e JN7/3(010).

13.26. Monte da Leca

CMP 384 / CNS 23990

Notícia referente a um pequeno sítio, com mancha de "10x10" onde se encontram "fragmentos de imbrice, tegula e dolio" [sic]. Pela implantação em topo de uma elevação poderá corresponder a um pequeno sítio.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.27. Atalaia

CMP 384 / CNS 23859

Localizado com a menção a uma "mancha de 8x8m com pedras, tegula, imbrice, dolio, cerâmica comum e ânfora". Nos trabalhos de campo não o relocalizei, ficando a dúvida se poderá ser um pequeno sítio (dada a escassa área de dispersão apontada) ou um casal, a julgar pelos achados mencionados.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.28. Farinha

CMP 385 / CNS 23938

Sítio em zona baixa, junto a recursos hídricos, mas sem visibilidade. Cerâmica de construção e menção a "dolio e pedras".

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.29. Pereiras

CMP 398 / CNS 24192

Sítio com conteúdos muito interessantes, junto à passagem da possível via XIV, que aliás neste ponto, e por mais cerca de um quilómetro para sul, está perfeitamente marcada no terreno. O ponto de povoamento está, portanto, mesmo junto ao traçado, no actual Monte do Zambujeiro.

A pequena casa, e as ruínas atrás, estão sobre o sítio romano. Nota-se um conjunto de troços em *opus signinum* e um pavimento de grandes dimensões, mesmo em frente à casa. Aqui estão colocados silhares de granito rudemente afeiçoados (embora um esteja almofadado), encontrando-se ainda blocos informes do mesmo material (certamente silhares fracturados), alguns reaproveitados nas estruturas. Também se encontra um tambor de coluna semi-enterrado. Numerosa cerâmica de construção – tegulas, imbrices, tijoleiras – fragmentos de *terra sigillata*, ânfora e cerâmica comum.

Em primeira interpretação classifiquei-o como *villa*, e de facto apresenta a implantação espacial típica: meia-encosta voltada a oeste, com ribeira na base e próximo de solos de elevada aptidão agrícola, com boa visibilidade envolvente. Mas a passagem da via é tão óbvia, e bem marcada, que a proximidade imediata pode indicar uma *mansio*. Certo é que o sítio romano apresenta uma volumetria e área superiores ao edificado actual. Merece uma prospecção atenta, com uma rigorosa delimitação da área de dispersão (o que nunca foi concretizado, dada a persistente vegetação) e o registo das diversas evidências presentes. A herdade seguinte denomina-se de "Capela", embora a alguma distância e sem memória de achados.

Referências: Carneiro, 2004: nº 68; Processo IGESPAR 95/(223).

13.30. Janelas 1

CMP 398 / CNS 23979

Implantação típica para uma *villa*, em meia-encosta com linha de água na base e exposição a oeste/sudoeste, com boa visibilidade para os terrenos em volta. Extensa área de materiais, em torno a um hectare, com numerosa cerâmica de construção, silhares, *opus signinum* e a referência a uma base de coluna em mármore. No topo da elevação, no casebre, encontra-se uma base de coluna em granito[889] que certamente será proveniente deste sítio, além de mais blocos de do mesmo material embutidos nas construções. A ficha de sítio menciona o registo toponímico de "Casarão da Moura". Outro elemento que reforça a classificação do sítio como *villa* reside nos *sítios-satélites* em volta.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.31. Janelas 3

CMP 398 / CNS 23981

Implantado mesmo defronte do sítio 1, com óbvio contacto visual. Mancha de materiais cerâmicos (de construção e de *dolium*) que configuram uma unidade de apoio ao sítio principal.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.32. Janelas 4

CMP 398 / CNS 23982

Situação semelhante ao sítio anterior, embora no morouço se encontre depositado um silhar de granito. Referência a "imensos pedaços de dolio e percutor".

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.33. Janelas 5

CMP 398 / CNS 23983

Próximo do sítio anterior, "a cerca de 50m a Sul", o que leva a pensar tratar-se de uma dependência de Janelas 4 e não de um sítio autónomo. Para mais os indicadores tornam mais complexa a interpretação do sítio, pois se é indicada uma "Pequena mancha de imbrice e dolia", menciona-se todavia um "enorme silhar granítico". Este poderá pertencer ao sítio 4?

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.34. São Pedro de Almuro

CMP 398 / CNS 24151

Sítio de interpretação muito complexa, tão paradoxais são os testemunhos. Na realidade, trata-se de um excelente exemplo de sítio unicamente conhecido pelos materiais em contexto secundário – os que abundantemente a igreja reaproveitou – desconhecendo-se em absoluto o exacto ponto de proveniência.

Analisemos então a situação, começando por elencar os materiais.

Almuro entra na investigação pela divulgação do jazigo familiar da família *Preccia*, encontrado na vizinha Quinta do Leão (Veiros, Estremoz) e alegadamente daqui proveniente. Trata-se de peça notável[890] porque testemunha a presença de um núcleo alargado de pessoas: Marco Précio Peto, da tribo Quirina, com o seu *tria nomina* bem acentuado, e de longe o mais velho, com setenta e cinco anos; Précia Máxuma, filha de Vegeto, de trinta anos; Précia Petila, filha de Peto de doze anos; Précia Tusca, filha de Arcão, de trinta e cinco anos.

---

889 Base: diâmetro, 32cm, altura 30, altura da base 9cm.

890 IRCP nº 595a, p. 658-659.

Na capela, previsivelmente seiscentista e ainda ornada de delicadas pinturas de fresco sobre estuque, infelizmente já em adiantado estado de ruína, encontram-se numerosos elementos arquitectónicos de grande vulto. O que mais chama a atenção é a qualidade da matéria-prima: silhares de granito cinzento de belíssimo grão fino, blocos de granito rosa embutidos em profusão nas alvenarias ou depositados em torno da igreja. Na parede leste estão inseridos tambores de coluna em mármore branco, fino, e em granito. Na frente do templo estão blocos de granito cinza de grande dimensão, incluindo um muito comprido[891]. Está tombada uma coluna de mármore no adro da igreja[892]. Existem placas de mármore e tegulas no pavimento da igreja. Os muros de propriedade e de socalco têm alguns blocos talhados, mas não se encontra uma concentração que possa ser individualizada. Outros elementos estão desaparecidos: uma "pequena coluna de tipo visigótica", como se lê na ficha de sítio do *Endovelico*, o elemento decorativo desenhado por António Cunha[893] ou o friso entretanto recolhido na reserva arqueológica de Monforte. São peças que documentam a existência no local de um espaço de culto em época visigótica e a perduração dos significados do local, entretanto recobertos pela pequena igreja.

A localização do ponto de proveniência de todos estes materiais – alguns deles denunciando uma grande verticalidade da estrutura de origem – é muito mais problemática.

O sítio encontra-se próximo da via XIV, a menos de dois quilómetros. Está em implantação pouco habitual, com escassa visibilidade, só se detectando mesmo na aproximação. Meia-encosta, voltado a norte, mas beneficiando da ribeira na base e de poços nas imediações.

Em fotografia aérea é visível um extenso alinhamento de árvores, em trapézio que envolve por completo o conjunto da igreja e das casas. No terreno, no entanto, sobressai apenas um anfiteatro natural, que em certos pontos parece apresentar socalcos artificiais.

O sítio foi por diversas vezes visitado[894], e em diversas épocas do ano. Apenas se encontraram alguns materiais, muito escassos e muito rolados, sempre na envolvente imediata da igreja, e que terão pertencido a cerâmicas de construção (imbrices). É certo que a vegetação persistente, própria de terrenos onde o Homem já não exerce o seu labor, sempre ocultou a superfície do solo. Mas torna-se bizarro o facto de, em sítio com tantos e tão monumentais elementos, que não se consiga identificar uma mancha de dispersão de materiais ou mesmo algumas tegulas.

Se em 2004 propus a classificação como *villa*, atendendo aos indicadores de monumentalidade, actualmente as reticências são mais substanciais. Nas imediações não se conhecem pontos de povoamento; a dimensão funerária de um mausoléu, onde a placa familiar estivesse na fachada, é inequívoca; a evolução para uma basílica paleocristã está assegurada. Mas a localização e função do sítio podem ter outras leituras.

Outras referências: RP 6/175 (S. Pedro de Almor); Processo IGESPAR 95/(223); Cunha, 1985: 152, 164, 251, 253, 255; Carneiro, 2004: nº 72.

13.35. Freixo

CMP 398 / CNS 5736

Junto ao actual núcleo do lugar de Prazeres, mas na margem oposta do ribeiro. A menção surge a "restos de paredões, fragmentos de colunas, cantaria aparelhada e grande quantidade de tégulas"[895]. Os autores localizavam o sítio "por detrás do cemitério", onde existiriam "numerosos vestígios de habitações[896], indicação que na prática fica na direcção

[891] 160cm de comprimento, 48 de largo, 36 de espessura.

[892] 74 cm por 28 de diâmetro. Como se depreende, estes materiais são de uma dimensão muito apreciável.

[893] 1985: 253. Nos motivos visíveis encontram-se motivos vegetalistas, representações arquitectónicas e, em especial, um *chrismon* claramente desenhado.

[894] Primeira visita em 24 de Agosto de 2001, mais recente em 27 de Agosto de 2009.

[895] Deus, Louro & Viana, 1955: 574.

[896] Por esta via surge também uma entrada no *Endovelico* a "Cemitério dos Prazeres" (CNS 23908).

oposta da anterior. Assim, ou teríamos um sítio de dimensões quase colossais, ou dois núcleos distintos.

Foi identificado um ponto de povoamento na mesma encosta do Monte do Freixo, mas mais próximo do topo (embora se registe escorrência de materiais até à ribeira). Uma encosta virada a sul e a este, com boa visibilidade. Os terrenos foram limpos com uma retroescavadora, tendo sido acumulados grandes moroiços onde estão grandes blocos de granito trabalhados, tegulas, imbrices e tijoleiras muito desfeitas. Uma mó também se encontra no local.

Panorama bem distinto da referência bibliográfica, mas registe-se a recente alteração da superfície de solos no local. Pelos dados de terreno, um casal agrícola.

Outras referências: RP 6/176.

13.36. Samarra

CMP 358 / CNS 24136

Referência difusa a construções romanas em ponto não especificado da herdade[897], e memória anterior de "hum sítio, que mostra ter sido povoação antiga, e ainda se encontrão alicerces de pedra e cal"[898]. No terreno, os indícios são vários: pesos de lagar[899], silhares e blocos de granito com talhe, mós girantes encontram-se junto ao monte ou depositadas junto aos muros. No terreno, mancha extensa, com cerca de um hectare, com núcleos de maior concentração, onde se encontram imbrices, tegulas, tijoleiras e cerâmicas comuns. Também é referido um peso de tear e mencionam-se fragmentos de *dolium*. Ressalta a ausência de outros elementos como ânforas ou *terra sigillata*; mas o local deverá corresponder a uma *villa*, pela extensão e diversidade de indicadores. O talude junto ao monte, que define uma extensa plataforma, pode ter uma origem anterior, por ser nesses limites que se encontram mais vestígios.

Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223).

13.37. Poço do Mesquita

CMP 398 / CNS 11941

Extensa área de dispersão de vestígios, entre um a dois hectares, embora se evidenciem núcleos específicos. No local existem indicadores de *villa*, e a implantação espacial assim o indica: encosta ampla, voltada a sul, com abundantes recursos hídricos e uma ribeira.

Os materiais são variados: cerâmica de construção de variadas tipologias (tegulas, imbrices, tijolos, tijoleiras e tijolos de quadrante), cerâmica comum, bojos de ânfora e de *terra sigillata* hispânica e hispânica tardia. Algumas placas de mármore, lisas, parecem ter sido utilizadas como lajes de pavimento, pelas suas dimensões. Alguns silhares graníticos, e em certos pontos parecem aflorar estruturas, embora as condições de visibilidade nunca tivessem sido as ideais.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223); Boaventura & Banha, 2006.

13.38. Eira do Peral

CMP 398 / CNS 11940

A cerca de quinhentos metros do sítio anterior, para norte, ocupando uma pequena elevação que quase se assemelha a uma península, embora os cursos de água sejam de fraco caudal. Existe uma mancha de materiais de construção e de cerâmica comum bastante extensa, com cerca de 2000m^2. Também se encontram silhares e blocos de *opus signinum* arrancados pelas lavras. A eira que baptiza o sítio parece implantar-se sobre uma estrutura anterior. As casas do monte e o muro que delimita a tapada reaproveitam abundantes

897 Deus, Louro & Viana, 1955: 574, fazendo menção "ao longo da ribeira da Samarra".

898 *Memórias Paroquiais* de 1758.

899 O mais bem conservado está junto às casas: tem 80cm de comprimento por 44 de largura e 42 de espessura, tendo ainda 22cm no encaixe.

blocos de granito rosa, muito característicos. Há informação do achado de sepulturas com tampas de mármore e ossos no interior, de um sarcófago de mármore[900], e de ainda ser visível nesta plataforma um conjunto de quatro silhares formando os cantos de um compartimento de grandes dimensões[901]. Aqui ainda se encontra, em um dos cantos, uma coluna implantada *in situ* e aqui foram recolhidas várias placas de mármore.

O sítio já é conhecido há longo tempo: "Na herdade denominada "Peral" pertencente à Casa Agrícola dos srs. Corte & Irmão, desta freguesia, quando uns trabalhadores procediam aos trabalhos de remoção de pedras, encontraram, um pouco abaixo da superfície, um túmulo de mármore branco, contendo uma ossada humana que, pelo avançado estado de deterioração, deve datar de mais de 100 anos. No local onde hoje estivemos há vestígios, em volta do sepulcro, de ali ter existido qualquer edifício, talvez uma igreja, pois descobrem-se outras pedras, umas de granito e outras de mármore, trabalhadas, e ao mesmo nível do topo do sepulcro nota-se em toda a volta uma camada de cal amassada que parece indicar o pavimento de uma casa. Os ossos encontram-se desligados mas todos de fácil reconhecimento. Os da cabeça estão aos bocados, como todos os outros."[902]

A curta distância do sítio de Poço do Mesquita, classificado como *villa*, parece inverosímil a existência de um local que não possa a ele ser associado. Assim sendo, poderá tratar-se de uma estrutura de âmbito cultual ou funerário.

O local tem contacto visual com um antigo caminho de passagem, eventualmente um troço secundário da via XIV. Junto ao Monte do Peral, na passagem da ribeira, existem poldras e o que parece ser um troço de calçada, embora pouco visível dada a deposição sedimentar.

Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223)[903].

13.39. Torre de Alfange

CMP 398 / CNS 11942

Pequena mancha de materiais, não superior a 200m^2, com cerâmica de construção, cerâmica comum e pesos de tear. Todavia, silhares de granito conferem alguma monumentalidade ao sítio que aqui terá existido. Próximo encontra-se uma sepultura escavada na rocha.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.40. São Pedro de Algalé

CMP 399 / CNS 5747[904]

A paisagem será hoje diferente da que Dias de Deus, Abel Viana e o Padre Louro observaram[905], mencionando então, "em elevação próxima da igreja paroquial", "muitos alicerces de edifícios" que "Cobrem grande extensão de terreno".

A prática agrícola do terreno, aqui muito intensa, terá certamente contribuído para apagar estes indícios, embora em certos pontos se note já o afloramento. Os materiais são escassos e estão muito espalhados e rolados: na visita feita apenas se encontraram imbrices, mas existe menção de "tegula, latere, dolio, cerâmica comum e percutor".[906] Seja como for, e mesmo considerando a notícia referida, os indícios parecem escassos para uma *villa*, embora seja se supor uma motivação forte para a construção de uma igreja em zona tão

900 Eventualmente o mencionado por Deus, Louro & Viana (1955: 576) conforme sugerido na ficha constante do processo no IGESPAR.
901 Na altura da visita pouco visível devido ao crescimento da seara.
902 Autor identificado como "C.", *Brados do Alentejo* de 18-09-1949, ano XVIII, nº 951, p. 6.
903 Nomeado como "Peral 4", embora localmente seja conhecido com o designativo de "Eira".
904 No *Endovelico* estão três entradas que na prática se referem à mesma realidade arqueológica. Outros CNS: 24149 e 24150.
905 Deus, Louro & Viana, 1955: 574.
906 São Pedro de Algalé 2, *Endovelico*.

descampada. No local, o templo parece situar-se em encruzilhada de caminhos, algo que a cartografia não confirma por completo.

Outras referências: RP 6/153; Processo IGESPAR 95/(223).

13.41. Monte da Palmeira

CMP 399 / CNS 24040

Mancha circunscrita de materiais que deverá corresponder a um pequeno sítio ou a um casal agrícola. Próximo do ribeiro dos Guerros encontra-se cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e cerâmica comum. As referências antigas são mais eloquentes: uma possível barragem, pois menciona-se "um grande paredão arruinado, e grandes pedaços cahidos, parece ser de alguma albufeira Assude, e para a parte da Igreja se divizão grandes montois de pedras e signais de edifícios"[907].

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.42. Monte das Esquilas

CMP 399 / CNS 5735

Sítio reconhecido pelo achado da inscrição dedicada aos LARIBVS/ VIALIBVS e aos LARIBVS/ POPILLIUS[908], identificada por Mário Saa, que a encontrou em meio de "restos de volumosa silharia granítica dum templo romano"[909]. No local existe memória de terem sido encontradas colunas[910]. De referir que o facto de se encontrar grafada nas duas faces do monumento indica-nos que a epígrafe poderia ser objecto de uma contemplação circuambulatória, facto concordante com uma encruzilhada. Finalmente, em proposta mais recente, Jorge de Alarcão propôs que aqui se situasse a *mansio* de *Matusaro*, porque "seria natural que se fizesse sacrifício àqueles lares quando se iniciasse, retomasse ou completasse viagem" mas também porque a "distancia de Alter do Chão ao Monte das Esquilas, pelo percurso indicado, é de cerca de 35 ou 36 quilómetros, isto é, 24 milhas" , concordante com as XXIII deixada no *Itinerário de Antonino*[911].

Efectivamente encontra-se em cruzamento de antigos caminhos (nada menos de cinco trajectos aqui se encontram) e, embora longe de se implantar a uma cota elevada, daqui se divisa uma ampla panorâmica sobre os territórios envolventes e sobre os referidos percursos. Todavia, os indicadores actualmente visíveis são muito pobres e muito distantes do panorama descrito por Saa, observando-se uma concentração de pedras e alguma cerâmica de construção em área restrita.

Outras referências: RP 6/178; Carneiro, 2009-2010: XVI; Mantas, 2010; Processo IGESPAR 95/(223).

13.43. Monte das Freiras

CMP 399 / CNS 23959

Implantação privilegiada, em encosta suave, voltada a sul, com linha de água na base e amplo domínio visual. Menção a "Mancha de 20x10 m com tegula, imbrices e cerâmica comum". Possivelmente um pequeno sítio, não relocalizado nos trabalhos de campo.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.44. Picanheiras de Cima

CMP 412 / CNS 20933

Implantação privilegiada, em encosta suave com a ribeira da Colónia na base, e não muito longe de Monte das Brancas, com a qual mantém contacto visual. Tal facto leva a supor uma relação entre os sítios.

---

907 *Memórias Paroquiais* de Monforte (1758).

908 Com sugestão recente em Mantas, 2010: 21: *[L]ARIBVS P(ublius) OPILLIVS*.

909 Saa, 1956: 292. Sobre a inscrição ver Encarnação, 1995b.

910 Saa, 1956: 295.

911 Alarcão, 2006: 232.

Nas casas do monte encontram-se silhares de granito reaproveitados. Na encosta estão cerâmicas de diversas épocas, sendo algumas de época romana. Sendo assim, será natural supor que as estruturas actuais se sobreponham a um sítio de época romana, eventualmente um casal agrícola.

Referência: Processo IGESPAR 2004/1(196).

13.45. Monte do Casco

CMP 412 / CNS 23907

Menção constante do *Endovelico*: "Grande mancha de 100 x 60 com tegula, imbrice, latera e dolia. É possível distinguir 2 grandes concentrações de 30x30 m cada, separadas entre si cerca de cerca de 30 m." Com informação tão difusa é complexo definir que tipo de sítio aqui se encontraria. Não foi relocalizado nos trabalhos de campo.

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.46. Monte das Brancas

CMP 412 / CNS 11946

Sítio arqueológico com conteúdos muito relevantes e que fazem presumir um dos grandes valores patrimoniais da região.

Implantação muito particular, em elevação que aproveita um meandro da ribeira da Colónia, formando uma península que envolve o local. Ao longe é evidente uma massa que é constituída por uma plataforma alteada, que confere ao local um bom domínio visual, embora a uma cota baixa, mas que será também devida à existência de estruturas no subsolo.

As várias prospecções feitas, sempre com condições ideais de visibilidade, permitiram definir uma área de um hectare com diversos padrões nos indicadores de superfície, o que aponta para áreas funcionais distintas e sectorizadas. A gama de materiais de superfície é muito rica e diversificada: vários tipos de cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijolos e tijoleiras), cerâmicas comuns de excelente qualidade de fabrico, cerâmica de paredes finas, *terra sigillata* galo-romana, hispânica e hispânica tardia, ânforas, fragmentos de *dolium*, vidros e moedas. Daqui também se conhece um fragmento de placa funerária[912].

Junto ao leito da ribeira encontram-se vários elementos: um pavimento em *opus signinum*; um peso de lagar, semi-enterrado, mas de dimensões muito avultadas[913]; tambores de colunas em mármore e granito. Como é salientado na ficha de sítio em *Endovelico*, parece existir uma alteração do curso da ribeira face ao leito original. No caminho de acesso ao local existe, na passagem do curso de água, uma poldra, constituída na sua maioria por silhares romanos e pesos de lagar[914].

Os vestígios são relevantes, fazendo deste local um dos de maior diversidade de materiais visíveis à superfície. Infelizmente, este facto surge na sequência de acções lesivas, porque motivado pelas intensas lavras agrícolas, que em certos pontos danificam estruturas, observando-se nódulos de argamassa e pedras de alvenaria. Torna-se portanto urgente salvaguardar uma das *villae* de maior índice de documentação arqueológica em registo de superfície.

Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223); Boaventura & Banha, 2006.

13.47. Malhada da Serra de Aires

CMP 412

No casebre que está no alto, em plataforma voltada a norte, com ampla vista sobre o vale, encontra-se um sítio romano. Os indicadores são ténues, e estão sob a casa: tegulas e imbrices dispersos, em mancha de cerca de 200m^2. Certamente o sítio estará sobre o

912 Batata & Boaventura, 1999, *FE* 61 nº 271.

913 O diâmetro visível (não o total) é de 86cm, a altura visível de 101cm. Granito muito sólido, muito bem polido.

914 Poldra da Ribeira da Colónia, CNS 20936.

conjunto de construções. Pela implantação, em alto que domina o vale, muito exposto a norte, deverá tratar-se de um pequeno sítio.

Referência: Inédito.

13.48. Torre do Curvo

CMP 413 / CNS 24178

Junto a um chafariz, nas casas do monte agrícola, foi aqui encontrado por Mário Saa um marco miliário[915]. Em contexto secundário, portanto.

Todavia, existem indicadores arqueológicos, confirmando a menção do mesmo autor ("dispersão de telharia romana") e também de Abel Viana. No olival está uma mancha bastante extensa, com cerca de 2000m^2, onde se detecta sobretudo cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijoleiras de pavimento) e alguma cerâmica comum. Pode corresponder a um casal agrícola. O sítio tem evidente contacto com duas sepulturas escavadas na rocha que se encontram precisamente no aparecimento dos vestígios, para quem vem de norte.

Finalmente, encontra-se um grande peso de lagar em granito rosa, mesmo junto ao caminho de acesso ao monte, na passagem da ribeira[916].

Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223).

13.49. Monte do Moinho

CMP 413 / CNS 24006

Tambor de coluna em mármore depositado em moroiço e mancha de materiais com cerca de 1000m^2, que inclui cerâmica de construção, cerâmica comum e fragmentos de *dolium*. Também se encontram silhares no terreno.

Implantação muito interessante, com ribeira na base, bons recursos hídricos (poço) e em encosta voltada a sul e oeste. Nas proximidades encontra-se uma sepultura escavada na rocha.

Pelos indicadores, um sítio muito interessante, na fronteira entre a *villa* (implantação, indicadores de monumentalidade) e o casal (escassa área de dispersão e reportório de superfície monótono).

Referência: Processo IGESPAR 95/(223).

13.50. Monte da Aldinha

CMP 413 / CNS 11947[917]

Corruptela de "Aldeinha", menção condizente com a mancha de ocupação romana, que é de facto bastante extensa e com indicadores abundantes. Configura-se a presença de uma *villa*, desde logo pela implantação: a meia-encosta, voltada a sul e este, dispondo de agradável domínio visual sobre os territórios envolventes, incluindo o traçado da via XII. Na base existe uma horta, com férteis várzeas, e os recursos hídricos são bem evidentes, reforçados pela passagem da ribeira do Tira-Calças.

A *villa* romana encontra-se logo a leste do monte (entre este e a horta), notando-se junto ao moroiço uma plataforma que interrompe a pendente da encosta. Os materiais apresentam-se em mancha muito compacta, com grande densidade e diversidade ao longo de um hectare: cerâmica de construção de boa qualidade, com ângulos bem marcados (tegulas, imbrices, tijolos de *suspensura* e tijoleiras, também utilizados na alvenaria do muro que delimita a horta), fragmentos de ânforas, de *dolium* (bordos e asas) e cerâmica comum.

Em torno do monte existem numerosos elementos deslocados: na esquina, silhares de granito; encostado, um *latere* com pegada de cão; um peso de lagar fracturado, não se

915 1956: 293. Informação duplicada em *Endovelico*, com os CNS 5714 e 24179.

916 49cm de largura, 102 de altura, espessura 44. A cauda de andorinha tem de altura 46, de largo 12cm. N 38º 55' 24.8" e W 007º 22' 57.0"

917 Por qualquer motivo inatingível existe um desdobramento de registos entre o sítio e o peso de lagar que se encontra depositado junto às casas, embora a sua proveniência seja evidente. Este peso recebeu o CNS 11947. Os tambores de coluna depositados junto à fonte não receberam qualquer entrada individual.

vendo o encaixe das varas, em granito fino, com cerca de 80cm de altura conservada, vários elementos pétreos de construção, incluindo silhares em granito de grão rosa; um possível lintel de porta a servir de banco; um tambor de coluna (ou um fragmento anepígrafo de miliário?)[918]; na malhada adjacente ao monte, silhares incorporados e, tombados, uma coluna de granito, um grande silhar e uma coluna que em uma das extremidades apresenta um orifício sub-circular para encaixe de um espigão[919]. Também se vêm lajes de xisto e placas de mármore.

Um elemento muito relevante é o facto de estar perfeitamente conservado um *diverticulum* de ligação à via XII: uma extensa recta, murada com pedras de médias dimensões dos dois lados, e que ainda conserva algum lajeado. Conduz directamente ao Monte de Alcobaça (Vila Fernando, Elvas).

Outras referências: Processo IGESPAR 95/(223); Boaventura & Banha, 2006.

Comentários gerais

O primeiro dado a reter encontra-se no panorama da investigação. O concelho de Monforte apresenta um total muito relevante de sítios registados (um dos mais elevados desta área regional, embora a superfície do território seja extensa), embora não tenha ainda havido a pesquisa sistemática que é necessário concretizar. Cartografando os diversos sítios, nota-se a existência de áreas em branco, que certamente correspondem, não a zonas vazias, mas a terrenos não prospectados, o que também se deve às prioridades e motivações dos investigadores que aqui têm trabalhado. Um exemplo concreto: a freguesia de Assumar é limitada administrativamente a norte por todo o traçado da via XV, observando-se um cordão de sítios no seu seguimento. Mas as terras mais interiores, que plausivelmente também terão pontos de ocupação, encontram-se despovoadas. Um dos mais fortes motivos para este facto será a circunstância de estes serem pastos de gado bravo, o que naturalmente cria constrangimentos aos trabalhos de terreno. Outro plano, derivado das prioridades de investigação, centra-se na sobre-representação da freguesia de Vaiamonte, onde a presença de uma equipa realizando escavações em diversos sítios, como Torre de Palma e Cabeça de Vaiamonte, e a publicação de uma tese de mestrado posterior, conduziram a um foco de atenção que levava a que, as diversas descobertas fortuitas que se iam manifestando, fossem objecto de registo. É de notar que algumas dessas descobertas viriam a ser objecto de intervenção arqueológica, mas a sua não-publicação cria hoje uma dificuldade acrescida à percepção do espaço.

Aliás, este é um dos problemas recorrentes no concelho, que contudo não é exclusivo de Monforte. Mais uma vez temos a ausência de planos de sítios intervencionados (sendo que, apesar de tudo, aqui dispomos de uma cartografia para Torre de Palma, felizmente muito detalhada[920]); de estratigrafias registadas; de colecções de materiais publicados e dados a conhecer. Note-se que o panorama tanto serve para as intervenções efectuadas em datas mais recuadas, como para exemplos bem recentes.

Por outro lado, e centrando-nos em dados de prospecção, a definição dos perfis de ocupação dos sítios registados não é muito fácil. A maior parte está classificada como "habitat", uma designação neutra e pouco esclarecedora para o universo temporal em causa. Alguns dos sítios não foram relocalizados, ou foram vistos com deficientes condições de observação, dadas as naturais dinâmicas da paisagem, em especial tratando-se de um concelho onde, em extensas áreas, encontramos pastagens ou montado onde a vegetação cresce livremente. Para além do mais, alguns dados são contraditórios, noticiando-se escassas áreas de superfície que, contudo, apresentam materiais relevantes como *terra sigillata* ou materiais pétreos em granito. E alguns destes pontos estão afinal muito próximos no terreno, o que naturalmente leva a crer que sejam distintas manifestações da mesma realidade (originadas por factores pós-deposicionais, diferentes

[918] Coluna ou miliário: diâmetro de 29cm, altura 46cm.
[919] Coluna com encaixe: alt. 80cm, diâm. 39, do encaixe central, 14cm.
[920] Lancha & André, 2000.

condições de visibilidade, etc.), o que origina uma duplicação ou multiplicação da informação de base que, por sua vez, leva a que se crie uma densidade de sítios superior à realidade que efectivamente ocorreu, viciando assim a leitura.

Estes são alguns dos problemas de interpretação levantados. Centremo-nos agora na leitura do universo existente.

O concelho apresenta um extenso elenco de sítios, representativo de uma densa ocupação do território.

Este fenómeno é propiciado por um conjunto de condições que aqui se entrecruzam. Obviamente temos desde logo os recursos naturais propícios, que permitem uma aliança das práticas agrícolas de regadio e de sequeiro, reforçadas pelas áreas de pastagem que ainda hoje caracterizam a paisagem, criando biótopos muito favoráveis para a ocupação humana nesta fase. Mas sobretudo temos o entendimento geo-estratégico que em época romana este espaço recebeu. Olhando para o traçado da rede viária, facilmente observamos que o concelho é delimitado a norte pela via XV, tem a oeste um extenso traçado da via XIV, que inclusivamente inflecte para leste para o atravessar pelo seu interior, e ainda está próximo da via XII, que se encontra não muito distante do seu limite fronteiriço a sul. Portanto, Monforte está praticamente envolvido por traçados viários, encontrando-se ainda alguns caminhos secundários que o cruzam interiormente em diversas direcções. Em resumo, um território plenamente inserido nos circuitos de passagem.

Todavia, não creio que a distribuição de sítios evidencie sinais de *centuriatio*, conforme já foi sugerido[921]. Primeiro, porque o fenómeno da centuriação implica uma estratégia política muito determinada de actuação sobre um território, emanada por uma administração que entende o espaço como uma unidade orgânica que deve ser gerida como um todo. Pensada, medida, racionalizada e preparada para a instalação de pessoas que irão gerir essas extensões sob uma lógica completamente diversa das anteriores, pertencentes ao mundo indígena. É difícil entender essa capacidade de percepção estratégica, que não surge em nenhum âmbito da área em estudo a leste da capital provincial. Depois, parte-se da premissa que todos estes sítios estiveram ocupados ao mesmo tempo, em simultaneidade. É tentador, mas é uma mistificação, e muito menos se pode presumir que podem ser incluídos "into the original centuriation of this area in Lusitania". Torre de Palma também parece estar rodeada de necrópoles, mas todas elas pertencem a distintos momentos; mais do que uma rede de pontos de deposição funerária agindo em simultâneo, temos uma *diacronia funerária* do território. Finalmente, o exercício parte do pressuposto de que todos aqueles locais são *villae*, mas vários dos sítios pertencerão a outras categorias de povoamento. Por exemplo, o sítio de Assumar, com a sua proximidade à via XV, poderá ser uma *mansio*.

Os padrões evolutivos do povoamento romano monfortense poderão ser muito mais devidos à dinâmica dos homens que interactuaram com este espaço, do que a prerrogativas administrativas. Mais do que uma regularidade da dispersão dos sítios (que, aliás, não observamos na distribuição cartográfica apresentada pela autora e muito menos em concelhos vizinhos, para onde naturalmente se prolongariam), encontramos, sim, uma hierarquização da rede de povoamento, e uma distribuição de sítios de acordo com as potencialidades localmente disponíveis. Nada de novo, portanto, pois já verificámos este fenómeno em outras áreas, e voltaremos a encontrá-lo em concelhos seguintes.

Olhando para os sítios existentes, sobressaem alguns pontos de análise.

Primeiro, a densidade da rede viária leva a que existam acrescidas dúvidas sobre a identidade de alguns sítios, ou que seja mais difícil interpretar alguns casos. Como já foi afirmado a propósito do caso concreto de Assumar, alguns pontos classificados como *villae* ou casais poderão ter funções viárias: uma *mansio*, nesse caso concreto, ou armazéns de escoamento de produtos, como o sítio de Fonte de São Domingos, próximo de Torre de Palma, situado tão próximo à via. Temos ainda o caso específico do santuário de Esquilas,

[921] Langley, 2006.

onde a epígrafe identificada por Saa marcaria um templo situado na "cruz de caminhos". Finalmente, a óbvia distribuição de sítios ao longo dessa mesma rede viária, que funcionou como um factor de atracção de povoamento: as ocorrências na freguesia de Assumar, ao longo da via XV, são um bom exemplo, com Naves, Escudeiro, Alcaide. Um conjunto de pequenos pontos de povoamento, possivelmente casais, em relação visual com o traçado, do qual provavelmente dependiam estreitamente para receber e escoar produtos. A capilaridade da rede viária contribuiu decisivamente para esta aglomeração de sítios, alinhando-os em função do itinerário.

Por este motivo, mas também pela riqueza agrícola do concelho, encontramos grandes unidades de povoamento. *Villae* que marcam o topo da hierarquia de sítios. O melhor exemplo, claro, é Torre de Palma, que domina os mais férteis solos da região. Em implantação absolutamente ideal, desde muito cedo temos aqui um ponto de povoamento, de feição identitária fortemente itálica a partir do seu momento fundacional. Tal poderia ser replicado em outros locais similares, mas sobre estes faltam-nos dados. Mas é segura a relativa densidade de grandes estruturas fundiárias, repartindo entre si a paisagem.

Com fortes probabilidades de integração plena na categoria de *villa* temos os sítios de Santo António das Paredes, Reguengo, Santo António, Janelas, Poço do Mesquita, Brancas e Aldinha. Oito sítios (incluindo Torre de Palma) em território tão rico e circulável não parece um total muito elevado, assumindo-se portanto que as propriedades fundiárias seriam muito extensas. Todavia, várias destas *villae* estão muito concentradas, predominando nas freguesias de Vaiamonte e Santo Aleixo, ficando as restantes com um menor índice. E então temos dois feixes de leitura: ou interpretamos este facto como uma deficiência da pesquisa, ou podemos ler a atracção pelos eixos viários e também pelos melhores quadros paisagísticos, pois em Monforte temos essa coincidência. E para os territórios marginais ficariam então os casais, circunstância que efectivamente parece ocorrer.

Na realidade, pelo concelho encontramos uma grande dispersão de pontos deste tipo, ocupando os territórios deixados vagos pelas grandes *villae*. Os casais monfortenses apresentam contudo duas ocorrências muito interessantes: por um lado os sinais de laboração económica, em especial os pesos de lagar e de tear que, também ocorrendo nas *villae*, indicam que a base agro-pecuária deste território foi efectivamente uma realidade indiscutível. Da mesma forma, vários deles apresentam alguns indicadores de monumentalidade e de conforto: materiais pétreos em granito, incluindo silhares, alguns exemplares de cerâmica de importação, e em certos casos tornando-se mesmo mais complexo definir se estamos na fronteira de separação entre a *villa* e o casal. Note-se o exemplo de Sardos, um caso objecto de intervenção arqueológica: uma pedra de anel que, mesmo não ficando explícita a sua integração em época romana, é contudo um indicador de capacidade económica e de (como dizer?) *auto-estima* muito relevante.

Outro aspecto muito curioso no caso monfortense reside na possibilidade de se entrever um indicador nem sempre muito claro: a *coabitação* entre pontos de povoamento e necrópoles. Em redor de Torre de Palma o panorama é mesmo impressionante: uma densa malha de espaços sepulcrais, com uma diacronia que percorre todo o espectro de ocupação do sítio, criando uma *geografia tumular* de significados muito profundos e que, curiosamente, nunca foram lidos em termos de relações espaciais e sincronias temporais. De um modo geral, as várias sepulturas estão entre o sítio e a via; apesar das precárias informações libertadas, parece que não existem sobreposições tumulares, ou seja, as necrópoles vão-se espalhando pelo terreno, ocupando áreas progressivamente mais extensas ao longo da paisagem (um pouco como em Elvas, talvez). Da mesma forma, parece possível afirmar-se que com a passagem do tempo se vão aproximando das edificações, não em direcção à *villa* mas à basílica, até que em momento muito tardio passam mesmo para o seu interior. Mas também em outros sítios, como Reguengo ou Eira do Peral/Poço do Mesquita, vemos a proximidade entre ambos os espaços, que inclui mesmo o contacto visual.

Regressemos à leitura de território.

Não sendo possível propor uma leitura mais fina, do ponto de vista cronológico, a análise tende necessariamente a plasmar todos os sítios no plano cartográfico, como se todos eles tivessem sido ocupados em simultâneo (o que, sabemos nós, é uma falácia e mesmo erro perigoso). A densidade de sítios é notória, com várias unidades repartindo entre si o território. Se compararmos Monforte com o concelho vizinho de Fronteira, onde também ocorreram prospecções com alguma intensidade, verificamos contudo uma diferença: enquanto neste último temos muitos sítios, mas sobretudo pequenos pontos de povoamento, em Monforte ocorrem mais casais. Fronteira tem sete *villae*, mais ou menos identificadas de forma segura; Monforte terá nove. Em termos numéricos desta classe, portanto, a variação não é significativa. A diferença estará no número de sítios intermédios, denunciando que em Monforte as condições de subsistência e de acesso aos produtos que circulavam nas vias eram muito mais favoráveis, criando uma (digamos assim) *classe média* mais numerosa (e aqui assumo todas as leituras enviesadas que esse termo coloca, nomeadamente do ponto de vista do estatuto do campesinato que estaria vinculado à sua laboração). Mais casais, muito dispersos pelo território, ocorrendo de forma mais homogénea do que em Fronteira, onde a franja oeste (a mais distante das vias e dos solos de maior aptidão) aparece muito despovoada.

Portanto um espaço com muitas gentes, muito povoado e com condições de subsistência que permitem o aproveitamento agro-pecuário do território. Um espaço onde seria conveniente conhecer as interacções sociais e culturais, como se torna possível entrever pelas colecções de materiais de Cabeça de Vaiamonte[922] e pelas placas funerárias de Mateus e Almuro, onde na prática vemos casamentos mistos, entre cidadãos do universo latino e do *fundo indígena*. Curiosamente, parece ser em Monforte que melhor vamos a aliança destes dois universos que criam a *romanização* da paisagem, com exemplo paradigmático em Torre de Palma, onde o Mosaico dos Cavalos (apesar de todas as dificuldades de leitura que apresenta) concilia o substrato económico local com as denominações de erudição clássica.

Olhemos agora para a outra margem do processo.

No final do Império, em muitos destes sítios, os sinais são de vitalidade. É certo que os sítios mais pequenos e alguns casais poderão ter sido abandonados. Mas em muitas das *villae* encontramos presenças. A base agro-pecuária permite que estas comunidades se mantenham em funcionamento.

Em outros sítios, como Paredes ou Almuro, temos indícios de presenças paleo-cristãs, talvez polarizadas em torno de algum templo, como ocorre em Torre de Palma. Certo é que este território continua a ser ocupado, demonstrando uma perduração vivencial que é significativa, eventualmente até ganhando novas centralidades, pelo conjunto de conteúdos que o baptistério de Palma implica. Um território que evolui, que se torna diferente, assumindo novas valências.

Em resumo, no concelho de Monforte, as *villae* assumem-se como as grandes unidades centrais, disputando os melhores ambientes, algo distanciadas entre si. A atracção pelo tecido viário continua a ser evidente, criando focos de povoamento alinhado e organizado, de forma a acompanhar os traçados. Os casais estão remetidos para as áreas menos aptas ou mais afastadas dessas mesmas vias. Em todos os locais encontramos uma vocação agro-pecuária bem marcada indicando que, apesar de todos os sinais de requinte e de universalismo, nestas paisagens se continuava a alicerçar a economia nos produtos da terra. Mais interessante é o patamar de compreensão das dinâmicas fundacionais desta nova sociedade que a epigrafia monfortense nos possibilita, com a indicação de matrimónios mistos, que terão sido um recurso fundamental para este processo, embora continue a não ser claro o papel que povoados da Idade do Ferro como Cabeça de Vaiamonte e Pedras da Careira tiveram, ou como ocorreram os *processos de transferência* para a malha de povoamento imperial. A estabilidade parece ocorrer ao longo do Império, mas no momento final as *villae*

[922] Fabião, 1998.

assumem-se como forças centrípetas, focos de estabilidade que prolongam os feixes de vivencialidade, embora com fortes reformulações, que infelizmente ainda não conhecemos na totalidade. O espaço continua a ser habitado, mas com novos códigos e significados que reflectem alterações muito mais profundas nas estruturas da sociedade.

14. Concelho de Nisa

Se comparado com o vizinho concelho de Gavião, Nisa apresenta alguns pontos de contacto na realidade fisiográfica (os dois definindo uma sub-área regional específica, vinculados à bacia do Tejo) e nas dinâmicas recentes da paisagem. Contudo, reveste-se de um panorama substancialmente diferente do ponto de vista do tratamento da informação de campo, o que tem necessárias implicações nas possibilidades de aprofundamento da análise sobre as dinâmicas antigas do território.

Comecemos por este último ponto, porque Nisa apresenta um feixe de investigação muito relevante no que toca à leitura arqueológica, podendo ser definidos dois movimentos específicos, mas ambos substantivamente tratados nas últimas duas décadas:

• Um relacionado com uma área temática específica: a epigrafia. Neste campo, o concelho de Nisa apresenta algumas particularidades de enorme interesse e relevância, que de modo feliz foram devidamente analisadas em estudos específicos e em síntese própria[923], formando um todo que, inclusivamente, se tornou modelar para esta área regional. Ou seja, o *complexo epigráfico* de Nisa – repleto de especificidades e de conteúdos extraordinariamente relevantes para a reconstituição de uma *geografia sagrada* do território e das suas componentes sociais – foi objecto de um conjunto de abordagens que, para o Alto Alentejo resultam, ainda hoje, sem paralelo. Porque as epígrafes apresentam uma coerência substantiva, é certo, mas também porque (e invertendo a perspectiva) para outros concelhos não se verificou o mesmo esforço de abordagem e sistematização.

• Um outro relacionado com a inventariação intensiva dos vestígios arqueológicos no terreno. Em dois momentos distintos o concelho de Nisa assistiu à realização de trabalhos de prospecção sistemática no seu território, com resultados notáveis (quer no primeiro momento, quer no segundo) no volume de compilação de informação (ou seja, no número de sítios e vestígios encontrados e/ou referenciados) que foi recolhida no campo. Em ambas as situações por iniciativa autárquica, no seguimento dos seus processos de execução de planos de ordenamento municipal. Infelizmente, apenas podemos lastimar dois aspectos: o terem sido realizados *a posteriori* da *eucaliptização* do concelho, constatando-se o elevado número de sítios arqueológicos severamente destruídos ou obliterados na paisagem[924]; e o facto de qualquer dos ditos inventários nunca ter sido devidamente publicado ou dado a conhecer publicamente, apesar de ambos constituírem repositórios insubstituíveis de informação.

Em resultado destes dois vectores de informação, o que temos então?

Um panorama que necessariamente resulta mais complexo e polifacético do que o recenseado no concelho do Gavião. Embora em Nisa permaneçam substanciais lacunas de informação – nem poderia ser de outro modo – e nos faltem numerosas dimensões na análise (estudos de caso, escavações, áreas micro-regionais que permanecem mal conhecidas, deficiente correspondência necrópoles/habitats ao longo da diacronia, e um largo etcétera…), o concelho apresenta-se-nos com um feixe de informações suficientemente complexo para permitir uma abordagem aprofundada.

Para mais, este parece ter sido um território estratégico em período romano e alto-medieval, dada a presença de elementos de grande valia cultural e económica que aqui ocorreram. Desde logo, é preciso não esquecer a posição geográfica do concelho: "Nisa é a

[923] Encarnação,1988a. Aqui, entre as pp. 7 e 10, se sistematiza circunstanciadamente o conjunto de achados de epígrafes e sua publicação, pelo que se julga desnecessário repetir as referências ali contidas.

[924] O caso mais significativo terão sido as necrópoles megalíticas do nordeste do concelho, em torno da aldeia de Salavessa, e cuja destruição foi noticiada em Caninas & Henriques, 1995: 116.

porta de entrada do Alentejo, a passagem obrigatória para quem vem do Norte, de Castelo Branco e da Guarda, qualquer que seja a parte da província onde se pretenda chegar. Este caminho é aliás o dos rebanhos transumantes"[925]. O concelho apresenta um *complexo epigráfico* notável, definindo-se um (ou mais?) centro(s) de culto(s) que foram pólos agregadores de comunidades, com o formulário epigráfico denunciando o evidente valor tópico de uma destas divindades. Daí, também, a existência de uma rede viária que surge como surpreendentemente densa e dotada de uma grande capilaridade, sobretudo se considerarmos o relevo acidentado que ocorre nesta área. Tal facto deriva ainda de um recurso fundamental, infelizmente mal conhecido e caracterizado, que reside no designado "Conhal" do Arneiro, onde a exploração do ouro e de outros metais teve uma movimentação de larga escala, apoiada ainda em outras explorações auríferas e metalíferas de menor empreitada que estão situadas na envolvente. Estes vectores estruturais serviram como elementos organizadores na hierarquia de povoamento, definindo um tecido de sítios aparentemente muito denso (embora nos faltem os elementos característicos do *padrão-villa*) e com alguns lugares que parecem ter desempenhado funções centrais na ocupação do espaço.

Tal como Gavião, o concelho de Nisa surge-nos como um espaço heterogéneo, com marcadas diferenças nos seus sub-territórios específicos. Todavia, e em comparação com o concelho anterior, nota-se uma diversidade ainda mais marcada dos seus diversos componentes, que leva a que em breves espaços a paisagem mude completamente. No entanto, e à excepção de Alpalhão, onde o rio Sôr cria uma paisagem mais propícia, o ambiente natural é em geral pedregoso, áspero e de solos magros. O concelho de Nisa, seja em zonas onde se encontra mais cavado pela rede hidrográfica, ou em extensões onde predomina o relevo mais plano, apresenta poucas áreas habilitadas para uma agricultura mais intensiva ou de elevado rendimento. Raras vezes temos solos pesados e férteis, antes predominando as zonas de areias (em especial junto ao Tejo), de cascalheiras, de xistos e de solos barrentos, originando barreiros de elevada qualidade que propiciaram as conhecidas produções cerâmicas de barros vermelhos com aplicações plásticas de grãos de quartzo: "O substrato da peneplanície de Nisa é formado não só pelas rochas do Maciço Hespérico mas também pelo Miocénico continental (depósitos de calhaus de xisto silicioso e quartzitos, com camadas de argila e gesso)"[926], uma combinação que origina os barros de elevada resistência e moldabilidade.

Após transitarmos o Tejo entramos nos domínios de Montalvão. Quando Leite de Vasconcellos se refere ao que denomina como a área dos *Montes de Nisa*, deles fala na «charneca antiga, que se tem ido desbravando a pouco e pouco»[927], indicando o início de um processo de colonização e arroteamento destas zonas mais inóspitas da metade norte do concelho de Nisa. Esta charneca, constituída essencialmente por estevas (*Cistus ladaniferus*) e outro mato arbustivo rasteiro, ainda hoje é visível nos vales mais acidentados, onde as linhas de água correm encaixadas entre as fragas de xisto. Nesta zona temos uma paisagem bravia e mesmo árida, no prolongamento do ambiente beirão de Vila Velha de Rodão, com pequenas povoações que muitas vezes se encontram encaixadas ou semi-escondidas do olhar: Chão da Velha, Cacheiro, Pé-da-Serra, Monte Cimeiro, entre outras, configurando um quadro de povoamento disperso. Do outro lado da imponente crista quartzítica das Portas do Ródão, estrangulando o rio e cortando as comunicações terrestres, e aproximando-nos do leito do Tejo, temos as pendentes montanhosas secundárias que apresentam sempre o monótono coberto de estevas, ainda conservadas nas zonas onde o eucalipto não entrou. Pela Amieira e Arneiro, ou seguindo o Tejo e aproximando-nos de Gavião, temos os terrenos de xisto, ou da pedra lousinha como é vulgarmente conhecida na região, com relevos cavados, matos por vezes impenetráveis e os

[925] Silbert, 1978: 849. Ver também mapa 13.
[926] H. Lautensach, "As características fundamentais da geomorfologia", em Ribeiro & Lautensach, 1987, vol. I: 154.
[927] Vasconcellos, 1942: 554.

típicos vales de meandros, onde correm ribeiras de grande caudal na época das chuvas mas que, em verões mais quentes, secam por completo.

Para o sentido oposto, a paisagem ainda se torna mais declivosa: delimitando a fronteira temos o curso do Sever, um rio muito cavado e cujas margens são extremamente acidentadas. Um relevo ainda mais quebrado, com solos onde o xisto irrompe à superfície e onde hoje temos um coberto vegetal esmagadoramente dominado por eucaliptos, ou seja, um conjunto de condicionantes que quase impossibilitam a progressão no terreno e a consequente identificação de sítios. O povoamento romano parece aqui rarefazer-se, ficando esta zona reservada para grandes povoados da Pré- e Proto-História, alguns romanizados, como os Castelos de Cima e Castelos de Baixo, sobranceiros ao rio, e dos quais já Leite de Vasconcellos dera notícia.[928] Todavia, é ao longo deste corredor que se prolonga para Póvoa e Meadas que temos evidências de povoamento durante a Alta Idade Média, acompanhadas de numerosas sepulturas escavadas na rocha, definindo uma cartografia do povoamento tardio que interessaria conhecer mais profundamente.

À medida que vamos entrando para o interior do concelho a paisagem também se transforma. Ultrapassadas as violentas dobras provocadas pela ribeira de Nisa, com as monumentais elevações de Senhora da Graça ou São Miguel, a entrada em Nisa e na freguesia do Espírito Santo e de Arez traz-nos os relevos mais suaves, a maior transitabilidade, linhas de água superficiais e solos graníticos.

Para os terrenos de Tolosa e Alpalhão entramos no que Vasconcellos[929] denominou as *Safaras*, extensas zonas com relevos suaves, de penedias graníticas, com muitos afloramentos superficiais, onde neles muitas vezes encontramos escavadas sepulturas, que no concelho são em número surpreendentemente elevado. Os solos leves e arenosos são por vezes enriquecidos pelos sedimentos acumulados junto aos numerosos cursos de água que percorrem esta zona, dada a existência de uma rede hidrográfica densa, embora na sua maioria de feição sazonal. Como é evidente, nestes solos graníticos a permeabilidade é muito mais acentuada do que nos relevos xistosos, o que leva à existência de recursos hídricos muito mais abundantes do que alguns quilómetros mais a norte. È muito interessante ver como a fronteira é clara: é a ribeira de Nisa que marca a passagem dos declives xistosos para uma paisagem suave, marcada pelos grandes afloramentos que pontuam o espaço.

Por estas extensões distinguem-se dois cursos de água, correndo parcialmente paralelos, e cuja importância na delimitação do espaço é tão importante que ainda hoje marcam limites concelhios: a ribeira de Sor e a ribeira do Figueiró, que organizam duas pequenas bacias hidrográficas, modelam as formas de atravessamento do território, e criam pequenos terraços fluviais e áreas de exploração mais propensas para a horticultura. O segundo, em particular, assume grande importância, porque corta o concelho sensivelmente pela metade, e se na planície de Alpalhão se apresenta manso e revoltoso, após franquear Nisa encaixa-se nas penedias xistosas e corre com progressivo estrépito e violência.

Este quadro é também originado pela irregularidade do relevo. Em Nisa as elevações estão bem marcadas: se a altimetria é elevada, como os 463m de São Miguel como ponto mais elevado, temos sobretudo algumas marcas muito dobradas na paisagem, ou seja, obstáculos naturais que irrompem quase na vertical, condicionando sobremaneira as possibilidades de paisagem. Aqui, como exemplo paradigmático, temos as Portas do

---

928 "*Castelos de Cima* e *Castelos de Baixo*: são dois cabeços pertencentes à frèguesia de Montalvão, e erguidos à distância de 1 quilómetro, um do outro, sobre a ribeira de S. João, afluente do Sever. [...] Em ambos os *Castelos* de cá apareceu muita caqueirada antiga; nos Castelos de Baixo apareceram a par alguns denários da Republica, e contas de vidro azuis [...]." (1930-1931: 184). Os locais ainda hoje existem, embora muito afectados pelo eucaliptal. São evidentes os buracos feitos por caçadores de tesouros, situação ainda mais lamentável tratando-se de dois sítios que deveriam merecer uma investigação atenta, por testemunharem os complexos fenómenos de romanização da paisagem que, para esta zona, tão mal se conhecem.

929 Vasconcellos, 1942. A origem da denominação, hoje muito presente na toponímia local, deriva certamente das doações das "Terras de Açáfa" nas quais esta zona se inseria. Sobre o assunto ver Cebola, 2005, mas sobretudo Basso, 1988.

Ródão, cujos bruscos declives por vezes se precipitam a altimetrias de mais de duzentos metros quase na vertical. Por isso temos também zonas de passagem estranguladas, como a "Portela do Atalho", mostrando o condicionamento e as imposições que o próprio relevo coloca para os itinerários. Tal torna-se bem evidente nas margens do Tejo, alcantiladas e onde as pendentes são bem vigorosas, tornando difícil a acostagem e a descarga, só possibilitadas em pontos muito determinados.

Em resumo, Nisa corporiza bem uma das tendências da área em estudo: cada concelho acaba por resultar em um mosaico de espaços diferenciados. Mais do que em matizes, devemos falar em transições realçadas com vigor, por vezes mesmo abruptas, resultando na compartimentação do espaço e na difícil transitabilidade entre espaços vizinhos. Em Nisa notamos bem a diversidade. Em poucos quilómetros transferimo-nos dos acentuados relevos do Tejo, terminando em terraços fluviais e depósitos sedimentares nas margens do grande rio, para as fragas de xisto de Amieira, Cacheiro ou Montalvão, e rapidamente nos situamos nos relevos suaves e graníticos de Tolosa e Alpalhão, onde os cursos de água se transpõem a vau e a paisagem, suave, se torna mais monótona. De que forma as marcas humanas no território interagem e se entrelaçam com os milenares retratos da geografia, veremos em seguida.

Sítios e comentários

14.01. Lomba da Barca

CMP 314

1. No local da antiga travessia do rio Tejo, que até tempos recentes era feita pela embarcação cristalizada no topónimo, existem silhares romanos nas duas margens, que configuram a existência de um cais ou de uma estrutura que facilitasse a passagem.

Referências: Carneiro, 2008: 90.

CNS 29230

14.02. Próximo encontra-se "uma exploração mineira onde o curso da ribeira parece ter sido intencionalmente desviado, formando ai uma zona de "caldeira". Abundam na área seixos de pequeno e médio calibre"[930].

Outras referências: Processo IPA 2003/1(538)

14.03. Monte da Tapada da Barca

CMP 314

Materiais da Alta Idade Média sob a estrutura das casas.

Referências: Informação de Jorge de Oliveira

14.04. Conhal do Arneiro

CMP 314 / CNS 12591

"A área arqueológica do conhal, em Nisa, constitui uma vasta área de mineração romana que inclui uma extensa escombreira resultante da extracção de ouro no período romano. Esta área, quer pelo seu interesse e valor patrimonial, quer pelas próprias características paisagísticas - a área em que a mineração foi mais intensa acabou por se tornar numa paisagem quase lunar, resultante dos fragmentos de desbaste de pedra [...]"[931] é, efectivamente, um dos mais relevantes valores – ainda ignorado – da área territorial em apreço. O grande vale do Arneiro, à sombra das Portas do Ródão e beneficiando de uma linha de água secundária, a ribeira do Vale, apresenta um impressionante volume de escombreiras de calhaus rolados de quartzito, que evidenciam a ampla escala da mineração das partículas auríferas do Tejo. Estima-se em cerca de 900 hectares o total de área ocupada por estes montículos e formações de origem antrópica.

930 PDM Nisa, 2000: nº 155, reproduzida em *Endovelico*: CNS 29230.

931 Informação nº 224/DRE/DS/2005 de 05.08.2005, assinada por Margarida Donas Botto. Processo IPPAR 4.12.012

Numerosas dúvidas ainda se levantam em relação a todo o conjunto de problemáticas aqui implicados. Na realidade, é necessário entender o conhal como um conjunto de vestígios materiais ainda hoje evidentes - as escombreiras de cascalho existentes ao longo de cerca de uma centena de hectares – e de infra-estruturas e unidades de apoio que terão existido como apoio a uma actividade tão complexa mas que ainda não foram detectadas. Por exemplo, ainda se conservam as designadas "arcoses da Beira", áreas "em tempos aproveitadas para campos de cultivo, possuindo quase todas um poço para captação das águas"[932], eventualmente de origem mais recente, mas que documentam a possibilidade de aproveitamento de bons solos agrícolas complementados com aquíferos.

Mesmo presumindo uma mineração a céu aberto, com trabalhadores ocupados no seu labor ao longo das margens do rio, procurando as míticas areias douradas do Tejo, é necessário entender o espaço como o *complexo mineiro* que ele realmente foi, e nele perceber as diversas vertentes materiais que este conceito terá implicado: a existência de áreas de habitação, de espaços funerários, de estruturas de trabalho (porque mesmo presumindo a mineração ao ar livre teremos de ter sempre espaços de laboração especializada, como forjas para redução de metal e zonas de produção de materiais essenciais), etc. Registo ainda para o complexo das "levadas" de água (conhecida por Vala dos Mouros), ainda existentes (mesmo que muito alteradas posteriormente), bem como os rasgos ou canais visíveis em fotografias aéreas, que são também testemunho do volume de empreitada que ocorreu nestas áreas.

Referências: PDM Nisa, 2000: nº 154; Processo IPA S-12591 e C-12591; Calado & Calado, 2002.

14.05. Buraco da Faiopa

CMP 314 / CNS 4945

Na freguesia de Santana, na encosta da Serra de S. Miguel, encontra-se em dado ponto uma mina aberta na vertente, com "um labirinto de galerias muito entulhadas, comunicando com um poço, também tapado. É praticável até cerca de 150 metros da entrada. No exterior encontra-se uma certa abundância de fragmentos de limonite".

Referências: PDM Nisa, 2000: nº 125; Processos IPA 2000/1 (078) e 2003/1(538); Henriques & Caninas, 1980.

14.06. Salavessinha (?)

CMP 314 / CNS 2413

Relatos sobre um núcleo urbano mais antigo e entretanto abandonado, em mais uma das míticas "lendas de fundação" ou "de transferência" que sinalizam várias povoações da área em estudo. Não deve ser anterior à época medieval, mas a sua inclusão no presente inventário deve-se ao facto de se situar em cruz de caminhos que provavelmente serão romanos[933]. Também existe uma ara atribuída à localidade[934], bem como um capitel (PDM Nisa, 2000*:* nº 246), pelo que é presumível a existência de pontos de ocupação nas proximidades.

Referências: PDM Nisa, 2000: nº 136; Processo IPA 2003/1 (538); RP6/18 (Salavessa).

14.07. Salgueirinha

CMP 315 / CNS 29473

Área de exploração com conhal atribuída ao período romano.

Referências: PDM Nisa, 2000: 199; Processo IPA 2003/1(538).

14.08. Fonte da Feia [Pêro Galego]

---

932 *Relatório geológico sobre a área do "Conhal" de Nisa.* Parecer elaborado por Bernardo Barbosa e António Barra, IGM, 1999 [policopiado].

933 Enumerados em Carneiro, 2008: 90-91, "De *Ammaia* para *Egitania*".

934 IRCP nº 641; comentários em Carneiro, *Divindades.*

CMP 315 / CNS 2392

Três epígrafes, duas delas dedicadas a *Ivpiter Repvlsor*, outra com a menção de *votvm solvit* mas sem indicação de teónimo. Todas apresentam uma considerável homogeneidade de conteúdos entre si, indicando uma das mais interessantes situações para esta área regional: a existência de um santuário consagrado a esta divindade tópica, que teria uma respeitável adesão das comunidades locais, com um fundo indígena bem evidente nos antropónimos dos dedicantes. O local implicaria portanto uma estrutura cultual que receberia os devotos, e eventualmente poderia albergar outro tipo de elementos de apoio: note-se que todas as aras apresentam exactamente os mesmos protótipos formais, denunciando a mesma oficina de cantaria[935].

Quanto ao sítio em causa, penso que em proposta recente[936] se conseguiram levantar algumas dúvidas que impendiam sobre o correcto local de proveniência do conjunto. Leite de Vasconcellos atribuiu o sítio de Pêro Galego, em "Fonte da Feia, numa vinha"[937]. Em epístola do seu correspondente local, José Fraústo, que as enviou para Lisboa, precisava-se o local do achado: "Comunico hoje a agradavel noticia de que nesta data seguiram para Belem em quatro caixotes, com o peso total de 450 quilogramas, as quatro inscrições romanas [....] três das pedras que seguem foram encontradas no sitio da Fonte da Feia[938]". Duas das epígrafes estariam reaproveitadas nas construções das casas, e a terceira teria aparecido recentemente aquando do plantio da vinha.

Actualmente a designação "Pêro Galego" perdeu-se, sendo o local conhecido como Monte da Feia. O lugar foi visitado em duas ocasiões, tendo a elevação que o domina sido percorrida intensivamente em ambas as situações. O topo chama a atenção pelo amplíssimo domínio visual. Entre o alto e as casas, junto a uma vinha, sobressai a existência de uma fonte de mergulho com abundantíssimo caudal. Certamente as epígrafes teriam sido encontradas algures entre estes dois pontos mais apelativos, mas no terreno nenhum indício foi encontrado. Sem dúvida que, dado o conteúdo religioso do local, seria fundamental a realização de prospecções intensivas na zona.

Registe-se ainda que este conjunto epigráfico, sendo de grande substância e coerência, não é o único na zona do Tejo. A pouca distância, em Valência de Alcântara e Mata de Alcântara, na zona de Cáceres, foram recolhidas duas epígrafes dedicadas à mesma divindade, que também apresentam uma forte homogeneidade formal e antroponímica com o conjunto de Feia. A mesma área, as mesmas crenças.

Outras referências: PDM Nisa nº 182; IRCP 640; RP 6/20; Lambrino 1955; Encarnação 1977: 61-65.

14.09. Horta do Vale

CMP 323

Sítio referido como *villa* (menção a mós, peso de lagar, capitel jónico e fuste de coluna) de onde é proveniente uma estela funerária com onomástica indígena.

Referencia: Murta, 1987: 4; Amaral, 1987.

14.10. Tapada da Fonte do Negro

CMP 323 / CNS 29474

Achado de uma ara. Na prospecção então realizada referem-se cerâmicas comuns e de construção e pedra de granito, em ambiente de xisto.

Referencia: Murta, 1987: 8.

---

935 Não necessariamente nas proximidades deste local, note-se. Ampliando a análise vemos que o conjunto epigráfico de Nisa é todo ele muito semelhante, seja o cariz votivo ou funerário das inscrições. Por exemplo, todas têm o capitel com *foculus*, independentemente do seu cariz. Portanto, é perfeitamente admissível que na zona existisse um atelier de cantaria. Ver Encarnação, 1988: 16.

936 Carneiro, 2009-2010.

937 1930-1931: 184.

938 Correspondente nº 2998, carta 1756, sublinhado original, arquivo JLV em depósito no MNA. Leite de Vasconcellos visitara o local em Abril, pelo que o envio das epígrafes foi imediato.

14.11. Albarrol

CMP 323

Em volta da povoação existem notícias difusas sobre a existência de um povoado, eventual *villa*, enumerando-se os seguintes materiais: "Existem, em abundância, cacos de cerâmica comum, tijolos ("lateres"), telhas rectas e curvas ("tegulae", "imbrices") e pedras de granito aparelhadas. Aqui têm sido recolhidos, entre outros, mós manuais [...], um peso de lagar, um capitel de coluna, o fuste de uma coluna"[939]. Também se mencionam achados próximos da antiga igreja de S. Domingos, ficando por saber se se trata do mesmo sítio (pouco provável) ou de núcleos diferenciados.

14.12. Barca da Amieira

CMP 323

Tal como em Lomba da Barca, também aqui, junto ao rio, se encontram silhares dos dois lados do Tejo. Antigo ponto de travessia entre Santo Aleixo e Amieira.

Referência: Informação de Jorge de Oliveira.

14.13. Cabeças

CMP 323

"Local com materiais de superfície constituídos por fragmentos de *tegula, imbrex,* cerâmicas de grandes recipientes com decorações digitiformes de traços e sepentiformes. Fortes ripagens afectaram profundamente a área"[940]. Possível casal romano junto a Vila Flor.

14.14. Senhora da Graça

CMP 324 / CNS 2420

Um dos mais notáveis complexos simbólico-religiosos do Alto Alentejo, com uma dimensão perpetuada até à actualidade. Os seus conteúdos epigráficos são bem conhecidos: uma ara votiva embutida em lintel da capela da Senhora dos Prazeres[941]; outra também em contexto secundário, embutida no palheiro junto do cruzeiro[942], ambas dedicadas a QVANGEO TANNGO, a mesma divindade que se encontra registada em Salavessa. Infelizmente, nas duas epígrafes em apreço, não se encontram nomeados os dedicantes. Todavia, a epigrafia votiva não é um exclusivo do sítio: existe também uma provável estela funerária (infelizmente perdida) que refere Máxumo, filho de Talabaro[943]. Mencionam-se ainda "muitos tijolos (lateres)", "mós pequenas (molae manuarie)", um fuste de coluna, "um machado de ferro de 0m,19"[944].

A implantação do local é bem conhecida: em elevação dominadora, vigiando a passagem da ribeira de Nisa onde a ponte actual é certamente sucedânea de uma sua congénere mais antiga, encontramos hoje um conjunto de templos que fazem do monte um dos mais concorridos pontos de romaria do Alto Alentejo.

A dimensão histórico-arqueológica é infelizmente menos bem conhecida, apesar das intervenções arqueológicas aqui realizadas (1995 a 1997), infelizmente deixadas a meio e nunca publicadas, pelo apoio da Câmara Municipal de Nisa ter sido interrompido a meio dos trabalhos.

Para a realidade em estudo, a campanha mais reveladora foi a de 1996. Foi implantada uma sondagem no embasamento da parede nascente da capela-mor, onde se suspeitava de uma estrutura pré-existente, dada a volumetria e métrica específicas da

939 Murta, 1987: 6.
940 PDM Nisa, 2000: nº 281.
941 Carvalho, 1987d (FE 23, nº 106).
942 Curado, 1987 (FE 23, nº 103).
943 IRCP, nº 646.
944 Vasconcellos, 1930-1931: 181; Figueiredo [s.d.]: 2 reproduz integralmente esta passagem.

estrutura construída. A sondagem revelou "que, pelo menos, o altar-mor da igreja assentava numa estrutura anterior, nem sempre totalmente coincidente com o perfil do muro do edifício religioso. O embasamento detectado, para além de incorporar, sobretudo nos ângulos, peças de granito aparelhadas, apresentava uma fábrica com elementos pétreos de maiores dimensões e alguns com claros sinais de reutilização, o que, nitidamente, contrasta com o aparelho da igreja" e que configura a existência de uma estrutura de tipo turriforme que, na sua construção, rompeu uma calçada ali existente. Esta situação implicou uma vala de fundação muito ampla onde foram encontrados fragmentos cerâmicos atribuídos à Idade do Ferro e uma moeda romana[945]. Embora não seja conclusiva a cronologia da referida estrutura (que poderá corresponder a uma torre do complexo defensivo desmantelado em 1281), o seu aparelho de construção, com silhares (incluindo um que apresenta orifício de *forfex*), é indiscutivelmente romano, e a sobreposição da actual igreja é evidente.

Em patamar intermédio foi ainda identificada uma muralha da Idade do Ferro, "um alinhamento circular, de blocos de xisto de pequeno porte, muito imbricados entre si"[946], definindo uma área central que provavelmente albergaria o povoado.

Refira-se ainda que os dados históricos mencionam no local a antiga *Nisa-a-Velha*, palco dos conflitos de 1281 entre D. Dinis e o seu irmão, o Infante D. Afonso, que por retaliação da fidelidade da povoação ao monarca empreendeu o desmantelamento das muralhas de protecção.

A primeira campanha, de 1995, permitiu confirmar a existência de uma espessa muralha (três metros, com 180 centímetros de altura preservadas) concordante com os episódios históricos já referidos, hipótese reforçada pela existência de uma grande quantidade de derrubes da estrutura. Trabalhos posteriores irão identificar outros lanços muralhados, recorrendo maioritariamente à justaposição de blocos de xisto unidos com argamassa ou com terra húmida, revelando-se por vezes a contiguidade de até três troços de épocas diferentes. Outra sondagem no alicerce exterior da capela-mor da igreja, na parede nascente, permitiu identificar uma estrutura anterior, turriforme, que por se encontrar sob o templo não foi passível de interpretação. Todavia, incorporava "peças de granito aparelhadas"[947] e blocos pétreos com "claros sinais de reutilização". Uma outra sondagem que acompanhava o edifício a poente revelou "a utilização contínua da estrutura anterior que serviu de embasamento a, pelo menos, parte do actual templo". Aqui se recolheu uma moeda romana e escasso material cerâmico da Idade do Ferro.

As diversas sondagens, infelizmente sem soluções de continuidade quer no tempo de escavação, quer no espaço intervencionado, confirmaram as múltiplas dimensões deste complexo arqueológico: um povoado da Idade do Ferro que é romanizado e monumentalizado, restando saber, nesta época, qual o perfil de ocupação do espaço. Em momento muito posterior o local reforça a sua dimensão estratégica, com a construção de novas muralhas, já relacionadas com as perturbações medievais e com o controlo do território, até à construção do templo cristão que hoje encima a elevação.

A dimensão sacra, de forte raiz indígena, é evidenciada pelas epígrafes, e é plausível que tivesse sido preservada em época romana, com a construção de uma estrutura que polarizasse a fé destas comunidades e servisse como santuário de convergência das comunidades em volta (a julgar pela onomástica dos dedicantes, exclusivamente indígenas). É muito interessante que a menção de *Qvangeio* se tivesse mantido, em lugar de se proceder a uma qualquer *interpretatio*, o que pode indicar a força do culto a esta divindade[948]. Se este

945 Oliveira, J., *Povoado de Nossa Senhora da Graça: relatório de escavação 1996*, p. 4; consultado no Processo do IPPAR 4.12.012., onde se guardam também as memorias das campanhas de 1995 e 1997, alem de um artigo para jornal não identificado. Informações duplicadas em Processo IGESPAR S-2420, no qual acresce o relatório de 1998 que finalizou o projecto.

946 Oliveira, J., *Povoado de Nossa Senhora da Graça: relatório de escavação 1997*, p. 4.

947 Relatório da campanha realizada em 1996.

948 Relembre-se que em Fonte da Feia tal não deverá ter ocorrido, pois *Iupiter Repvlsori* será certamente, pelo epíteto, a *interpretatio* de uma anterior divindade.

povoado terá conservado o seu perfil habitacional, ou se as populações terão sido deslocadas, e aqui se mantivesse uma estrutura cultual isolada, é questão em aberto que conviria esclarecer.

Também é desconhecida a existência de uma continuidade de ocupação que ligasse este povoado com os acontecimentos em época medieval, ou se haveria um hiato na presença humana. Certo é que em 1281, este lugar apresenta documentação que a ele se refere como epicentro de conflitos, situação comprovada arqueologicamente. A dimensão sacra é depois retomada até à actualidade, onde hoje encontramos a capela da Senhora dos Remédios, a capela dos Fieis de Deus, a igreja de S. Tiago e a capela de S. Lourenço (um pouco mais afastada) além, claro, do templo principal consagrada a Nossa Senhora da Graça, configurando um impressionante *tell* de templos sagrados.

Outras referências: PDM Nisa, nº 57 e nº 58; RP 6/33; Vasconcellos, 1930-1931: 180-181.

14.15. Tapada do Severino

CMP 324

Encontrada uma ara em extensa área de vestígios "que abrange, além desta a tapada do ribeiro do Filipe, Horta Velha, Tapada Nova e Tapada de S. João. Daqui, onde não falta a fonte de água férrea e bastantes fragmentos de cerâmica, já foram recolhidos uma base e um capitel de coluna, mós manuais e uma moeda romana. Associado ao local, mais propriamente à Horta Velha, existem duas lendas que nos falam de mouras encantadas e dos tesouros de "libras". Na Tapada do Severino em 1946 foi encontrada uma panela de barro com cerca de uma centena de moedas árabes."[949] Deverá portanto tratar-se de uma *villa* com area de necrópole anexa. Relevante a indicação de continuidade no povoamento (o achado monetário).

14.16. Tapada da Fonte do Freixo

CMP 324

Em meio a uma dispersão de blocos de pedra de média dimensão, talvez utilizados em construção, encontra-se uma grande densidade de cerâmicas de construção e comum, predominando as pastas claras. Foi recolhido um peso de tear.

Referência: Archeoestudos, 2009: ficha nº 105.

14.17. Poço da Lança

CMP 324 / CNS 28371 (duplicada em 4944)

Mina de grandes dimensões que foi atribuída ao período romano: "Conjunto de dois poços murados com cerca de 15m Ø. À superfície abundam fragmentos de quartzo."[950]

Outras referências: Processo IPA 2003/1(538)

14.18. Chão do Pinheiro

CMP 324

Menção de achado de um triente de ouro em 1948.

Referência: Figueiredo, s.d.: 3

14.19. Tapada da Fonte da Cal

Em 1940 foi aqui recolhido um triente de ouro de Juliano I. Estas duas notícias de achados de numismas visigóticos (a que se junta um terceiro, em Coutadinha, local não identificado) são muito curiosas porque ocorrem nos arredores da vila de Nisa, sem que exista um sítio arqueológico ao qual possamos atribuir a proveniência.

Referência: Figueiredo, s.d.: 3

[949] Murta, 1987: 10.

[950] PDM Nisa 2000: ficha 27

14.20. Tapada do PaiAnes

CMP 325 / CNS 3303

Extensa área com cerâmica de construção, encontrando-se também blocos de granito trabalhados. Foi aqui atribuída a epígrafe de *P. Carminius Macer*[951] que eu prefiro localizar no sítio de Mosteiros pelas repartições antigas da propriedade e pela leitura atenta do texto de Leite de Vasconcellos que a noticia[952], conforme já expus em texto próprio[953]. Sem embargo, os trabalhos de campo localizam no concelho de Nisa os vestígios acima referidos, condizentes com um casal ou uma *villa*. A paisagem apresenta um relevo muito acentuado, não tendo possível percorrer muitas das áreas devido ao encerramento de caminhos e à amplitude da propriedade.

Outras referências: PDM Nisa, 2000: nº 105; Processo IPA 2003/1(538); RP 6/35.

14.21. Tapada do Cadete 1

CMP 334

Entre a anta e a necrópole encontram-se materiais cerâmicos de construção e blocos graníticos que deverão ter sido utilizados em edificações.

Referência: PDM Nisa, 2000: nº 280.

14.22. Tapada do Cadete 2

CMP 334

"São visíveis duas sepulturas. A sepultura I é formada por blocos de granito de grandes dimensões (2,10m x 1,20m), num dos blocos laterais está escavado uma pequena depressão circular. A sepultura II deixa-se adivinhar pelos topos das paredes que aforam à superfície com uma orientação idêntica à sepultura I. Em torno surgem ainda três lajes de granito (prováveis coberturas), e um provável silhar em granito. Surgem ainda algumas lajes de xisto cravadas no solo."

Referência: PDM Nisa, 2000: nº 394.

14.23. Laje da Prata

CMP 334 / CNS 28372

Mina atribuída ao período romano: "Poço de mineração. À superfície abundam fragmentos de quartzo."[954] "Mina a céu aberto com planta sub oval. Constituída por um fosso com água e um talude envolvente, produzido com os materiais oriundos do interior. A escombreira está aberta a Este para escoamento de excesso de água. É constituída por quartzo leitoso, hialino e algum rosáceo, muito esmagado e tem a altura aproximada de três metros. Cremos ser este o local designado por Poço da Lança, importante lugar de mineração de "pedras semi-preciosas".

Outras referências: Processo IPA 2003/1(538)

14.24. S. Gens

CMP 334 / CNS 28307

Nas proximidades da antiga ermida encontram-se materiais cerâmicos que apontam para um sítio romano. Não é muito fácil discernir a área de dispersão nem algum núcleo central, pois existem materiais de várias épocas à superfície do solo. A dimensão sacra do local é evidente: além da ermida, encontramos a conhecida anta e um conjunto de sete sepulturas escavadas na rocha. Junto à ribeira, uma poldra marca um antigo caminho de passagem, hoje invadido pelas silvas, mas que ainda é evidente em parte do percurso,

951 IRCP nº 637.

952 1930-1931: 178.

953 Carneiro, 2009-2010.

954 PDM Nisa 1999: ficha 28.

murado nos dois lados. Algures na zona foi recolhido, em 1929, um soldo visigótico em ouro[955].

Outras referências: Archeoestudos, 2009: ficha nº 102; Oliveira, Sarantopoulos & Ballesteros, 1996: 27-30.

14.25. Lameirancha

CMP 334 / CNS 5513

Em sítio indeterminado, "no «couto» do mesmo nome (*Lameir'ancha*), numa explanada em que ha um carvalhal, a pouca distancia do rio Sor (Tolosa)", deixou Leite de Vasconcellos notícia de uma "moradeia", termo com que designava povoados implantados a alguma altura, onde eram visíveis alicerces de casas e um quadro material que avançava desde o Ferro até à Antiguidade Tardia. Situação idêntica a este caso, aliás: "todo o terreno está salpicado de pedaços de *imbrices*, de fragmentos de potes e outras vasilhas. Algumas das *imbrices* tinham desenhos digitais, curvilineos [...]. Tambem aí vi fragmentos de louça pré-romana"[956]. O sítio não é localizável pois a zona de Lameirancha (como o nome aliás indica) é extremamente extensa.

Outras referências: RP 6/51.

14.26. Tapada do Meio Dia (A do Meio Dia 4)

CMP 334 / CNS 21832

Referência ao achado casual de uma sepultura onde foram recolhidas duas taças no meio de uma mancha de incineração. Posteriormente o proprietário descobriu o topo de uma sepultura coberta com tegulas. O sítio localiza-se no alto de um cabeço com boa visibilidade para a planície de Alpalhão. Por informações orais, na horta do sopé do monte haverá um sítio romano. As visitas ao local foram sempre infrutíferas porque o acesso esteve sempre fechado.

Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141).

14.27. A do Meio Dia 5

CMP 334

Área de vinha com baixa densidade de cerâmicas e construção (tegula, imbrices, *dolium*).

Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141)

14.28. Malhada das Cabras

CMP 334

Materiais romanos à superfície. Reproduzo a notícia do relatório: "grande densidade de cerâmica de construção e comum, blocos de granito e alguns fragmentos de mó rotativa". Na visita ao sítio pareceu-me evidente que o troço de caminho murado que segue em linha recta para a passagem da ribeira de Figueiró é um *diverticulum* de ligação para a *villa* de Vale da Bexiga, que fica muito próxima.

Referência: Processo IGESPAR 2006/1(141).

14.29. Sorrilha

CMP 334

Junto ao monte encontram-se materiais romanos dispersos ao longo de uma grande extensão: cerâmica de construção, fragmentos de *dolium* e muitas escórias. É difícil calcular uma área de dispersão ou um núcleo central, pois os fragmentos estão muito erodidos e espalhados no terreno (note-se que se trata de uma zona de hortas, com agricultura muito intensiva). Provável casal.

---

955 Figueiredo, s.d.: 3.

956 Vasconcellos, 1921-1922: 121.

O sítio foi localizado quando se procurava confirmar uma informação oral que aludia à existência de "termas" no vale da ribeira. Encontra-se junto à ribeira de Sôr, em zona com abundantes recursos hídricos (fontes, poços…) e solos de elevada aptidão. Encosta suave, voltada a oeste com boa panorâmica.

Referências: Inédito.

14.30. Patalou

CMP 335

Um sítio de elevado potencial que merece uma leitura atenta. Encontra-se próximo do presumível *vicus* da Barragem de Póvoa e Meadas (concelho de Castelo de Vide) e de algum modo com ele parece partilhar alguns conteúdos. A área de dispersão é muito elevada, em torno a um hectare, em encosta suave, com adequada implantação e visibilidade, tendo na base um curso de água. Um quadro que poderíamos enquadrar dentro dos clássicos parâmetros das *villae*, portanto.

Os materiais estão muito dispersos e por vezes rolados. São constituídos sobretudo por cerâmica de construção dispersa, muito rolada, cerâmica comum e fragmentos de *opus signinum*.

Os dados mais significativos, contudo, encontram-se muito longe dali, depositados em colecção particular. Uma espantosa abundância e qualidade de materiais, como placas de cinturão visigóticas, fíbulas, diversas moedas, pesos em chumbo e um notável prato metálico. Como se depreende, o conjunto tem sido recolhido com recurso a detectores de metais, que vão depredando simultaneamente uma área de habitação e um espaço sepulcral, este intuível dado o estado de conservação de muitas das peças.

Será portanto complexa a proposta de categorização deste local, com ocupação prolongando-se desde o Império até momentos muito tardios. Sem os indicadores de monumentalidade característicos de uma *villa*, mas com a implantação típica e elevados índices de cultura material, será certamente um dos sítios mais aliciantes para uma futura investigação no concelho de Nisa.

Como é frequente neste território, nas proximidades encontram-se várias sepulturas escavadas na rocha.

Referência: Archeostudos 2009: ficha nº 100.

14.31. Horta do Fraguil

CMP 346

Para quem está no local, é impressionante pensar que se trata de um sítio quase inédito, porque só muito recentemente foi identificado. E no entanto estamos a duzentos metros da estrada de alcatrão entre Vale do Peso e Alpalhão. O longo troço de via permanece inédito, e o "tapete" de cerâmicas que "forram" parte da superfície do solo nunca despertou a atenção de um investigador. Para mais trata-se de um sítio bem conhecido entre as gentes de Alpalhão, que falam no *Alpalhão Velho*, em mais uma das lendas de transferência recenseadas na zona em apreço. Em resumo, estes fenómenos sobre o desconhecimento de sítios com tantas evidências de superfície dizem também muito do que tem sido a investigação nesta área regional.

O sítio encontra-se em local de excelentes aptidões paisagísticas. Ocupa um conjunto de elevações suaves, voltadas a sul e este, com óptima visibilidade sobre um vale com solos leves mas férteis, onde hoje predominam pequenas hortas, muitas delas muradas, indiciando uma elevada repartição da propriedade. Os recursos hídricos são abundantíssimos, com a passagem da ribeira de Sôr reforçada por numerosos poços, fontes e, no próprio monte, uma nora antiga[957].

[957] A título de curiosidade, diga-se a este respeito que a primeira visita foi efectuada a 16.09.2009, no final de um Verão muito seco, e que no caminho de acesso vindo de Norte, a partir de Alpalhão, o solo estava encharcado devido à fonte da Raposeira, que corria abundantemente.

Os indicadores estendem-se por uma área não inferior a três hectares, se considerarmos o sítio contíguo de Raposeira, que me parece fazer parte de um todo, apenas actualmente separado pela EN246. Na horta do Fraguil, propriamente dita, surgem os primeiros elementos para quem se aproxima vindo do acesso de terra batida: embora nas construções da casa e da nora não se notem materiais reaproveitados, está um silhar isolado no meio do terreno, e surgem em abundância fragmentos de cerâmica de construção, tegulas, tijolos, ânforas, *terra sigillata* clara D, *dolium* e cerâmica comum. Blocos de *opus signinum* e um fragmento de estuque pintado com vermelho pompeiano foram também encontrados. À medida que vamos subindo, a superfície do solo vai-se tornando progressivamente mais preenchida, até ao impressionante "tapete" que cobre por completo a superfície do solo na encosta voltada para a linha de água secundária. Aqui, no topo virado a sul, nota-se claramente uma plataforma artificial, e a meio dessa encosta surge uma estrutura visível constituída por um muro em *opus latericium* (que contudo não parece ser romana). Os materiais à superfície espalham-se pelo olival em direcção à estrada de alcatrão. São visíveis numerosos fragmentos de ânfora, predominando as Almagro 51c, denunciando uma plena inserção nos circuitos de abastecimento. Outro indicador relevante é o numeroso lote de cerâmicas de construção com sobre-cozedura, que deixam antever a existência de fornos. Também se encontram blocos talhados, de construções, em granito rosa, uma ocorrência geológica que não se encontra na região. Finalmente, em Raposeira encontra-se um outro indicador produtivo: um peso de lagar.

O caminho de acesso é, pelas suas características morfológicas, romano. Extensas rectas, curvas serpenteantes, guardas laterais e marcas de rodados são elementos esclarecedores. Na passagem da ribeira encontra-se uma poldra integralmente de silhares, à excepção de dois dos elementos, que são tambores de colunas. A passagem a vau é facilmente transitável, mas não se encontrou nenhum troço de calçada. O Fraguil está em evidente relação espacial e visual com este percurso.

Em resumo, o que é o Fraguil? Um notável sítio arqueológico, certamente, sem grande monumentalidade (à excepção da estrutura na encosta sul, mais pelo que se presume do que pelo visível) mas com a mais densa concentração de cerâmicas dos sítios constantes deste inventário. Pela dimensão e pela imediata proximidade à via, não proponho a sua classificação como *villa*. Os materiais pétreos são escassos, ocorrendo exclusivamente no já referido granito rosa. Portanto, infere-se um sítio plenamente inscrito nas rotas comerciais, mas onde as pautas materiais são mais monocórdicas. Duas hipóteses: tal pode indicar, ou que as realidades estratigráficas do subsolo se encontram muito bem preservadas (situação que em sítio tão extenso ocorre de forma diferencial, ou seja, naturalmente poderá suceder em certos pontos mas em outros, como na horta, não será tão plausível[958]) e apenas os materiais de grande volume *emergem*, ou então que os abastecimentos eram sobretudo centrados nos conteúdos alimentares dos conteúdos anfóricos, eventualmente em lógica de troca com produções locais.

A tentação de relacionar Fraguil com *Fraxinum* (*mansio* do itinerário XV) é grande, embora cartograficamente se encontre aparentemente descentrado face ao tecido viário principal, como no capítulo respectivo se comenta. Parece evidente que existem três hipóteses: a correspondência com a *mansio*; o facto de se tratar de um *vicus*; ou uma solução pouco corrente na Lusitânia, mas por enquanto plausível, de estarmos perante um espaço de vocação eminentemente comercial, fosse ele *nundina* ou um *macellum*. Seja como for, trata-se de um local promissor para a investigação.

Referências: Archeostudos, 2009: ficha nº25.

[958] Informo que as visitas ao local decorreram em condições de máxima visibilidade da superfície do solo.

14.32. Monte do Marçal Branco

CMP 346

Sítio identificado em recente estudo de impacto ambiental, verificando-se que foram detectados materiais romanos de cerâmica comum e de construção (tegulas, imbrices e tijoleiras) e dois fragmentos de placas de xisto laminados, em zona de afloramentos graníticos. Um pequeno sítio ou uma necrópole.

R*eferência: Processo IGESPAR 2006/1(141).*

Coutadinha *

Sítio não localizável, com topónimo não registado. Aqui foi encontrado um triente de ouro pertencente a Leovigildo[959].

Comentários gerais

A riqueza arqueológica do concelho de Nisa já de há muito constava da informação nacional. Particularmente (re)conhecidos são os seus monumentos megalíticos e as sepulturas escavadas na rocha, que aqui ocorrem em número que seguramente deverá ser superior a uma centena. Curiosamente, tanto em um caso como em outro, a diversidade do suporte é evidente (granitos e xistos) mas não interfere na concretização dos arquétipos estruturais, ou seja, independentemente da matéria-prima encontramos os mesmos modelos, que são reproduzidos de forma mais ou menos conseguida.

Mas o que aqui interessa é a rede de povoamento em época romana e a sua passagem para a Antiguidade Tardia.

Sobre este último momento pouco pode ser dito. Era muito importante que as vagas notícias sobre o achado de numismas visigodos (Coutadinha, Tapada da Fonte da Cal e Chão do Pinheiro) pudessem vir a ser articuladas com a detecção de pontos de povoamento desta época. As evidências são escassas, não podendo ser seguramente articuláveis com sítios concretos, mas a detecção de numismas em três sítios, acrescendo ainda o ocorrido nas vizinhanças de S. Gens, pode ser um indicador de vitalidade nas redes de povoamento e de dinâmicas muito fortes na ocupação desta área. Concedem também a Nisa um inesperado destaque na cartografia de moedas visigodas na região, pois no Alto Alentejo os seus registos são ínfimos[960]. Em Patalou também existem indicadores muito significativos da época, e em Fraguil encontram-se cerâmicas do século V ou VI. Existe ainda o caso das moradeias de Lameirancha, um modelo de povoamento teoricamente representativo de momentos muito tardios. Em resumo, temos em Nisa um conjunto de indicadores muito sugestivos para a existência de uma grande vitalidade nas pautas de ocupação humana em tempos tão avançados.

O panorama é tanto mais interessante quanto nos encontramos em território que aparentemente não é o das grandes *villae*.

De facto, nessa categoria os indicadores são escassos. Nenhum sítio pode ser inequivocamente atribuído a esta classe. Albarrol e Tapada do Severino são os que melhor se coadunam, dada a notícia de indicadores de monumentalidade, como mosaicos e colunas, sempre em granito. Faltam os elementos marmóreos, mas faltam sobretudo as notícias sobre o descritor mais significativo, os tapetes de mosaicos, que no concelho de Nisa não estão noticiados. Do mesmo modo, as pautas da cultura material estão mal conhecidas (ou mesmo com nula publicação) e apenas em Fraguil se notam fragmentos de *terra sigillata*, e quanto a este sítio, as minhas reservas sobre uma possível inclusão na categoria-*villa* já foram expressas na ficha respectiva. Portanto, tal como no vizinho

---

959 Figueiredo, s.d.: 3.

960 Nota ainda para o facto de serem numismas em ouro, demonstrando a inversão da tendência monetária face ao período romano: enquanto durante o Império temos a plena monetarização da economia, ocorrendo moedas de baixo valor em praticamente todos os sítios arqueológicos que foram escavados, e em muitos outros por recolha à superfície, nos tempos seguintes temos muito poucas moedas registadas, mas com algumas em ouro.

concelho de Gavião, poderemos estar perante um outro tipo de fácies de ocupação do espaço, onde as *villae* não estão presentes (ou pelo menos distribuem-se de forma rarefeita), dando lugar a formas alternativas de habitação.

E que modelo de povoamento temos então?

Em princípio temos duas linhas de força.

Por um lado os casais ou unidades agro-pecuárias de algum porte. Existem variados exemplos que consubstanciam uma classe de sítios algures na fronteira entre a *villa* e o casal. Seria conveniente conhecê-los melhor, adquirir outros níveis de competências sobre as estruturas e culturas materiais destes locais.

Junto ao Tejo temos o mais expressivo indicador da outra base económica, o complexo do Conhal, ao qual acrescem alguns outros locais que deverão ter sido prioritariamente dedicados à mineração. Por estas evidências surge a noção de que o aproveitamento deste tipo de recursos terá sido em escala muito elevada, criando aqui uma bolsa de exploração económica de uma dimensão para já absolutamente desconhecida, e onde o modelo de povoamento seria extensivo, não à base de casais, mas de um *pagus metallorum*. Mas claro, aqui estamos no plano dedutivo, pois evidências de terreno não existem.

É de notar que na questão da mineração, e na articulação do povoamento envolvente, o Tejo não foi uma fronteira natural, mas antes um pólo agregador. Aliás, do ponto de vista do quadro geográfico, tal situação já havia sido reconhecida: "as margens esquerda e direita do rio pertencem sempre à mesma unidade morfo-estrutural[961]", mas é interessante ver como também nas dinâmicas antrópicas encontramos esta situação. É evidente que no domínio do paleo-povoamento (seja qual for o momento da diacronia) um rio nunca é uma fronteira ou uma separação, antes um espaço de confluência, mas neste caso específico a Arqueologia tem vindo a demonstrar que, de facto, as duas margens do rio funcionaram como trave mestra do povoamento, organizado em torno de uma actividade económica estruturante. As evidências de escombreiras de enorme dimensão encontram-se no concelho de Nisa, mas também na margem direita do Tejo, nos territórios vizinhos, indicando que o panorama de laboração deveria ser impressionante. Nesta (actual) paisagem lunar teremos de imaginar a presença de trabalhadores, de oficinas, de espaços de habitação, de áreas sepulcrais, de áreas de carga e descarga. Em resumo, uma dimensão infra-estrutural que por enquanto está completamente ausente da paisagem.

Temos portanto um quadro de povoamento disperso, muito vinculado aos pilares da mineração e das actividades agro-pecuárias enquanto elementos predominantes do quotidiano. Um território aberto ao exterior, com numerosos itinerários de passagem (dados os constrangimentos topográficos), mas com uma marca identitária muito vincada.

Na realidade, a substância epigráfica é marcadamente voltada para um conjunto de antropónimos de origem local ou, dito de outro modo, *não-latina*. Ora este aspecto é interessante, embora possa ser enganador dado o ainda relativamente restrito acervo de denominações existente. Mas trata-se de um elemento relevante, pois talvez possa também ser conjugado com a ausência de *villae*, ou seja, com uma persistência dos modelos de povoamento tradicional neste território. Assim, os casais já referidos poderiam de algum modo constituir evoluções de unidades anteriores, ou corresponder a espaços de instalação de comunidades que poderiam viver em povoados de altura e que agora se transplantam para as zonas mais propícias para a agro-pecuária, mas não apropriando os protótipos arquitectónicos itálicos. Claro que neste campo o desconhecimento sobre o *fundo anterior* é imenso, e as expectativas não são favoráveis, dada a plantação de eucaliptos que devastou algumas das áreas mais favoráveis para a implantação de grandes povoados fortificados. Esse tecido do povoamento de altura, não detectado nos trabalhos de campo (à excepção dos dois povoados dos "Castelos" já mencionados) decerto estará irremediavelmente amputado.

---

961 H. Lautensach, "As características fundamentais da geomorfologia", em Ribeiro, Lautensach e Daveau, vol. I, 1987: 135.

Outro elemento de enorme interesse que se encontra sedeado em Nisa reside no universo votivo. Pelo menos duas divindades foram cultuadas, e em um dos casos com forte probabilidade de existência de um santuário. Em Senhora da Graça a persistência devocional é notável, e mantém-se até ao presente. Quanto a Fonte da Feia, causa estranheza como não chamou a atenção da investigação para estudos mais aprofundados. Seja como for, o que estes exemplos nos demonstram será a capacidade latina de reformulação de linguagens religiosas. Ou seja, embora as divindades sejam indígenas (no caso de *Repulsor*, certamente revestindo uma entidade anterior) e os cultuantes também os sejam, os códigos devocionais são já romanizados, com a utilização de aras e do formulário latino. Portanto, em ambos os casos, uma geografia sagrada apresenta-se já com o molde trazido pelo Império, sendo curioso o contraste entre a *reformulação votiva* operada por mão latina, que ocorreu, e a *não-reformulação dos protótipos arquitectónicos*, que não se parece ter verificado.

Em resumo, uma grande diversidade de evidências. De âmbito económico, viário, sagrado, nos domínios da vida e da morte. Um território complexo.

15. Concelho de Ponte de Sôr

Trata-se de um dos poucos concelhos desta área regional que dispõe de uma carta arqueológica publicada[962]. Um trabalho que unificou um feixe de informação dispersa e até aí divulgada de modo muito pontual, pois só episodicamente a investigação arqueológica prestou atenção a este concelho.

Ponte de Sôr foi até meados do século XX um território periférico no todo nacional, como de seguida se comentará. Mesmo assim, dispôs de uma elite local com assinalável dinâmica e dotada de uma certa sensibilidade para as temáticas do património histórico. Neste processo merece referência o nome de Manuel Rodrigues de Mattos Silva, cuja acção empreendedora foi abordada em outro texto, conjuntamente com Martinha Serras[963]. Correspondente local e guia de José Leite de Vasconcellos nas suas visitas ao terreno, teve como aspiração nunca concretizada a criação de um museu local que albergasse o rico espólio que entretanto fôra recolhendo e que, na falta de uma estrutura própria, acabou por ser desbaratado, ou em parte enviado para o museu lisboeta. O então juiz da comarca iniciou mesmo um itinerário autoral[964] rapidamente atalhado, mas ao longo da sua vida permaneceu um fiel informante de terreno, chegando mesmo a realizar algumas escavações em monumentos megalíticos que foram orientadas à distância por Leite de Vasconcellos.

O então director do actual Museu Nacional de Arqueologia foi fortemente motivado por Mattos Silva a visitar a Ponte de Sôr, o que aconteceu em 1910, durante dez dias que foram extraordinariamente produtivos[965]. Para além das antas escavadas e visitadas e das observações etnográficas que tanto estimava, houve oportunidade de reconhecer o traçado da via romana que atravessa o concelho, anotando a existência de nove marcos miliários. A impressão de terreno foi tão forte que em 1912 Félix Alves Pereira, um dos mais fiéis colaboradores de Leite de Vasconcellos, foi enviado ao terreno para reconhecer o traçado da via e publicar a descrição da monumental ponte de Vila Formosa (Alter do Chão). Os ecos da visita prolongam-se no tempo, pois a dedicada acção de Mattos Silva levou a que nos anos seguintes alguns proprietários de espólio arqueológico fizessem doações de materiais ao Museu, que ainda hoje alberga espólio, de cuja proveniência poucas indicações temos. Neste conjunto segue para Lisboa a própria colecção Mattos Silva[966], com o seu

962 PONTIS, 1999.
963 Carneiro & Serras (no prelo).
964 Mattos Silva, 1895; 1896.
965 Vasconcellos, 1910.
966 O Dr. Matos e Silva "*(…) offereceu-me para o Museu Ethnologico toda a collecção de objectos archeologicos que possuia(…)*" (Vasconcellos, 1910: 249).

proprietário desiludido pela falta de receptividade que na sua terra o desejado projecto de exposição das *antiguidades locais* terá tido.

Infelizmente, como em outros casos, o que poderia ter sido o embrião de uma tradição de investigação não sobreviveu ao seu mentor. A partir dos anos vinte do século passado deixamos de ter notícia de qualquer investigação no território pontessorense. Segue-se um longo hiato, quebrado por trabalhos pontuais em monumentos megalíticos, mas que para o período que nos ocupa não trouxe qualquer novidade.

Nos anos oitenta decorrem duas intervenções arqueológicas de vulto, que se irão tornar modelares para o conhecimento do mundo funerário desta área regional: as necrópoles de Santo André e Monte dos Irmãos. Lendo com atenção os textos, contudo, percebe-se mais uma vez como, apesar da receptividade dos proprietários dos terrenos e da aceitação das comunidades locais, os trabalhos decorreram com grandes dificuldades de financiamento e com o alheamento dos poderes institucionais.

Neste panorama merece destaque o levantamento arqueológico realizado por Domingos Cruz na freguesia de Montargil[967], motivado obviamente pela impressionante concentração e monumentalidade do conjunto megalítico aí existente. Nesta década publica-se uma primeira monografia local para Ponte de Sôr[968] à qual se seguirá, quase dez anos depois, uma outra relativa a Galveias[969], escritas em tom memorialístico e com poucas informações arqueológicas e históricas.

E já nos anos noventa temos um dos primeiros casos de acompanhamento de obra em meio urbano, em Galveias, motivado pelo achado fortuito – embora previsível, dadas as notícias antigas sobre espólio funerário na localidade – de uma sepultura em Tapada das Pinheiras. Infelizmente, o que poderia ser o arranque de um projecto mais abrangente acabou por desencadear um processo infeliz para todos os envolvidos, conforme se depreende pela consulta do processo respectivo[970].

Finalmente, no final de década temos a publicação da Carta Arqueológica concelhia, que é actualmente o documento que permite uma análise do que foi povoamento antigo do concelho[971]. Embora seja evidente a existência de numerosas *áreas em branco* que não foram percorridas, fica então sistematizado todo o leque de informações existentes sobre o concelho, permitindo uma análise um pouco mais estruturada. A rarefacção do povoamento surge de forma bem explícita no texto relativo ao período romano inserido no volume da Carta Aqueológica[972]. Na verdade, embora de forma optimista se comece por afirmar que estamos perante "um quadro bastante significativo em relação ao mapa de distribuição dos achados"[973], rapidamente o tom muda para a referência aos testemunhos epigráficos (em especial os marcos miliários) e a menção das três necrópoles até hoje intervencionadas[974]. De facto – e tal não é surpreendente – os espaços de vida são escassíssimos, e sobre eles o inventário que em seguida se apresenta não tem muito a acrescentar ao que em 1999 foi dado a conhecer.

A paisagem do concelho está longe de corresponder ao tipo de exigências que o *espírito romano* requeria. Se lermos com atenção as diversas crónicas de viajantes que ao longo dos tempos modernos por aqui foram atravessando o concelho em busca de outras paragens, vemos como recorrentemente surgem alusões à monotonia da paisagem, à sua aridez, ao despovoamento e à incomodidade que significava o percorrer deste espaço. Esta insegurança levava a que, até bem entrado o século XX, se adoptassem estratégias de

967 Cruz, 1986.
968 Andrade, 1986.
969 Milheiras, 1997.
970 Processo IPPAR 4.13.028.
971 PONTIS, 1999.
972 PONTIS, 1999: 47-49.
973 PONTIS, 1999: 48.
974 Santo André, Monte de Irmãos e Tapada das Pinheiras, p. 49.

transporte que nos parecem saídas de outro tempo[975]. A paisagem permanece inóspita, com um quadro pedológico que não permite uma instalação humana com base na agro-pecuária, e este facto verifica-se ainda hoje na arquitectura tradicional das casas de campo, todas de construção muito recente e pouco relevante quanto à sua traça. O próprio Mattos Silva, instalando-se em uma herdade situada no meio de um território deserto, foi um dos precursores desse movimento de colonização e *domesticação* de um território constituído maioritariamente por estevas e mato rasteiro.

Trata-se de um espaço de formação relativamente recente, relacionado com as alterações na bacia sedimentar do Tejo e a formação dos depósitos terciários. Para quem atravessa este território do interior alentejano em direcção ao grande rio peninsular, surge um relevo que se vai organizando em terraços que vão sendo progressivamente mais baixos, como se estivéssemos lentamente a descer uma enorme escada. Enquanto no extremo leste do concelho temos cotas de 280 metros, nos limites com Abrantes estamos já abaixo dos duzentos metros, descendo ainda mais nos vales fluviais de alguns dos afluentes cujos cursos vão também modelando a paisagem. Estes patamares voltados para o Tejo são compostos de extensas cascalheiras e areias, um manto de conglomerados que transforma o trânsito em tarefa difícil, pois a sua espessura é muito considerável, o que provoca alagamentos com as chuvas e o atascamento de viaturas. Desta forma, atravessar o território não é uma tarefa tão fácil quanto a suavidade da paisagem possa levar a crer; na verdade, apenas em pontos específicos, onde os solos se consolidaram de uma forma mais efectiva, se consegue uma transitabilidade eficaz.

Como resultado, o traçado das vias adquire uma inesperada sinuosidade, serpenteando ao longo da paisagem, frequentemente aproveitando alguns terraços fluviais mais estáveis para a implantação do seu curso. As linhas de água acabam portanto por modelar o traçado dos caminhos: é relativamente fácil viajar na direcção este/oeste, mas é muito complicado fazê-lo para outros pontos, à excepção da depressão de Montargil, espinha dorsal do concelho, cujas dobras se orientam mais viradas a norte. Este espaço funciona portanto como um segundo corredor natural, embora assimétrico, pois enquanto a margem ocidental é suave, do lado oposto temos um relevo escarpado e extremamente inóspito. Toda a área sudeste do concelho – correspondente, grosso modo, à freguesia de Galveias, prolongando-se para o interior do concelho de Avis – é portanto uma zona distinta: uma paisagem de cabeços, por vezes com pendentes acentuadas, criando uma ondulação ritmada logo que saímos da actual albufeira, e acentuando-se progressivamente à medida que vamos subindo na altimetria. Enquanto na margem oposta temos os cascalhos com um coberto vegetal de estevas ou mato rasteiro, por aqui temos uma paisagem monótona, onde impera o montado ou as largas extensões de sobreiro, resultantes do arroteamento de solos e de uma progressiva apropriação pastoril da paisagem.

Em termos gerais, o território é agricolamente pobre. A grande reputação de Ponte de Sôr como centro corticeiro deriva, não apenas da sua posição estratégica de encruzilhada nos trânsitos que demandam o Alentejo interior, o Ribatejo ou a Beira Baixa (funcionando como centro de armazenamento e de distribuição), mas de condicionalismos reais e concretos que impossibilitam outras explorações e conduziram a esta especialização. O sobreiro é a produção mais apta para solos que são maioritariamente de classe E, em especial na faixa a norte, ou de classe D na zona a sul. É interessante salientar que a zona de Santo André, onde encontramos as necrópoles homónima e a de Monte dos Irmãos, está precisamente no centro de uma mancha de solos de classe C, o que certamente

[975] Por exemplo, Manuel Subtil no jornal *Brados do Alentejo* de 10-03-1935 (ano 5, nº 215, p. 1 e 8) refere a prática das "quadrilhas": os condutores de carros de bois juntavam-se em Ponte de Sôr e quando saíam para a direcção do Rossio de Abrantes viajavam em largas filas de carros de bois (as *carretas*): "Como os campos estavam cobertos de mato espêsso e alto, abundavam as quadrilhas de salteadores. Por isso os *carreteiros* não empreendiam aquelas longas, incómodas e perigosas viagens senão reunindo-se em grande número para poderem defrontar-se com os ladrões, em caso de ataque." A linha de caminho de ferro veio facilitar o transporte das cargas e terminar com este hábito.

propiciou a colonização desta zona pelo que parece ter sido um conjunto de pequenos casais.

Por estes motivos, o concelho apresenta-se hoje, ainda, despovoado na sua imensidão rural. Avançar pelos campos da Ponte de Sôr é entrar em terrenos bravios e onde só muito pontualmente encontramos estruturas construídas. Os solos são genericamente leves e de pouca aptidão agrícola. O coberto vegetal é sobretudo constituído por mato rasteiro. Os pontos de água são escassos e geralmente secam mal chega o tempo quente. Aliás, a paisagem apresenta uma acentuada variação: muito seca e pulvurulenta durante o Verão, torna-se pesada e alagadiça mal chegam as chuvas. Este facto é facilitado pelos fracos declives de grande parte do concelho, levando inclusivamente à formação de extensas lagoas ou, pelo menos, ao corte de caminhos pela formação de tapetes de água que cobrem a superfície do solo. Do ponto de vista eco-fisiográfico, estamos já em plena aproximação aos ambientes do Ribatejo, deixando atrás de nós o quadro típico do Alto Alentejo. Pelas charnecas de Montargil ou pelas cascalheiras da Ponte de Sôr o quadro territorial é já distinto, em plenos terraços do Tejo.

Sítios e comentários

15.01. Bufão

CMP 356 / CNS 5794

Sítio referido em primeira instância por Mário Saa na sua descrição do itinerário XIV. Junto ao marco geodésico "houve edifício romano, dados os dispersos fragmentos da usual telharia"[976]. Por esta via surge incluído no inventário de Jorge de Alarcão[977] e naturalmente, na carta arqueológica concelhia, onde não é feito qualquer acrescento informativo[978].

Nos trabalhos de campo o sítio foi por mim visitado em duas ocasiões, confirmando-se a informação do primeiro autor. Inclusivamente acrescento que o local se situa em encruzilhada de caminhos[979], pois aqui se cruza com um caminho antigo que vem de sudoeste e segue em direcção à zona de Gavião (para *Aritium Vetus*?, ou *Tubucci*?, como então escrevi). Na segunda ocasião já os testemunhos eram muito menos evidentes, pois entretanto ocorrera a florestação da zona.

Em resumo, uma mancha de cerâmica de construção com cerca de 1000 m^2, em plataforma próxima do marco geodésico e junto a um cruzamento de caminhos. Certamente que a funcionalidade do sítio está directamente relacionado com o sistema viário: uma *mutatio* ou pequena *mansio*?

15.02. Ponte de Sôr

CMP 356 / CNS 7313

Indicadores difusos que apontam para a existência de um sítio romano sob o actual núcleo urbano da sede concelhia. Todavia, é muito complexo definir que tipo de ocupação aqui teria ocorrido, dada a precariedade da informação.

O principal elemento reside na passagem da ribeira de Sôr, cujo curso aqui exigia a transposição por uma ponte, certamente a que Frei Bronseval ainda atravessou[980]. A actual ponte, datada de 1822, parece aproveitar no seu lanço a oeste alguns silhares da anterior ponte, mas a densidade de reconstruções que a obra de arte sofreu invalida melhor opinião[981].

---

976 1956: 267.

977 RP 6/87.

978 PONTIS, 1999: 356-A nº 1.

979 Carneiro, 2009: 60.

980 Menção à *pontem lapideum*, 1970: 493.

981 Já José de Cornide notara: "Como por aquí debía pasar la vía militar de Lisboa a Mérida y como Resende dice que había hallado al subir de dicho puente una o dos colunas miliarias, me imaginaba yo que este puente podía haber sido romano y conservar algunos señales de tal, pero enteramente ha desaparecido; sólo tuve que observar que el arco que subsiste, aunque de fábrica moderna, conserva en sus piedras señales de haber servido en otro romano, pues para colocarlos de nuevo en el orden que tenían están las más de ellas señalados

O local certamente teria uma componente simbólica muito relevante, não apenas pela passagem de um curso de água bravio e largo, mas também porque eventualmente marcaria a transposição para outro território, talvez definindo a "extrema oriental do *conventus Scallabitanus*" como alude Jorge de Alarcão[982]. Pelo menos a identificação de uma placa marmórea monumental com consagração a [TRA]IANUS assim o indica[983], podendo ter estado encastrada em um arco honorífico. A epígrafe foi encontrada em obras realizadas no Mercado Municipal[984]. Finalmente, Leite de Vasconcellos menciona uma lucerna "achada em Ponte de Sor"[985] sem descriminar se se referia ao aglomerado urbano.

Outras referências: RP 6/88.

15.03. Monte do Barata

CMP 356

Local relacionado com a passagem da via XIV, onde eventualmente a mesma inflectia o seu traçado, no qual Saa atribui a identificação de um miliário no arruinado "Monte dos Casamentos"[986]. Nos trabalhos da carta arqueológica concelhia foi encontrado um sítio com "vestígios de superfície: escória, cerâmica comum e de construção."[987] Como anteriormente foram aqui recolhidos materiais romanos – uma figuração de leão em bronze, uma moeda atribuída a Trajano[988] - é legítimo supor a existência de um ponto de povoamento, talvez próximo ou a curta distancia do itinerário. Nas prospecções realizadas nada foi encontrado, mas as indicações são muito imprecisas.

15.04. Monte dos Cabeceiros 2

CMP 356 / CNS 27096

Pequeno sítio em vertente, na zona de encaixe entre duas linhas de água. Materiais de superfície constituídos por cerâmica de construção, comum, fragmentos de *dolium* e notícia de uma mó.

Referência: PONTIS, 1999: 356B nº 10.

15.05. Capela do Monte Novo/Sr.ª dos Prazeres

CMP 357 / CNS 27115

Local conhecido sobretudo pelas menções de Mário Saa, que aqui situava a "extinta Alperesón"[989]. Indica um povoado posteriormente islamizado e um miliário de Tácito, "junto desta ermida"[990]. Quanto aos vestígios, descreve que "À retaguarda do santuário dos Prazeres, e para nordeste do templo, até distância de 250 m., vêem-se os ténues restos da extinta *Alperesón.* São pedaços de *tegula* e *imbrex,* muros e muita pedra espalhada."[991] Em seguida adianta a hipótese de na abside do templo se encontrar uma torre romana, "cujos cunhais, a descoberto, são de grossa silharia granítica, almofadada ao modo romano".

---

con números arábigos; las más piedras del puente se las han llevado los vecinos y sirven de apoyos a las puertas de sus casas y aún me parece que una de las columnas que vio Resende está, pero muy desfigurada, a la puerta del mesón." Note-se todavia, que a ponte que o autor observara não é a actual; alias, no momento da visita, nem ponte existia: villa que se quedó con el nombre pero sin puente, pues se lo llevó el río, que se fue por otra parte, dejando sólo un arco junto a la última casa del pueblo por esta parte." Em Abascal & Cebrián, 2009: 692.

982 2006: 225.

983 Silva & Encarnação, 1990.

984 PONTIS, 1999: 356B nº 6.

985 1910: 251.

986 Supostamente o miliário de Probo que tem sido genericamente localizado em Ponte de Sôr (IRCP nº 668): Saa, 1956: 270.

987 PONTIS, 1999: 356B nº 5.

988 Em colecção particular, de acordo com a mesma referência.

989 1956: 272 a 276.

990 1956: 272, em capítulo intitulado "Alperesón: a coluna de Tácito. Miliário na p. 275. Ver ainda IRCP nº 666a.

991 1956: 274. Regressa ao local no tomo final, 1967: 34.

As duas visitas efectuadas ao local não confirmaram estes dados tão interessantes. A observação da alvenaria da igreja não foi possibilitada pelo facto de as paredes se encontrarem caiadas, não havendo nenhum elemento particular a realçar. Em ambas as ocasiões fizeram-se prospecções no local indicado por Saa ("a retaguarda", e até "250m"), com boas condições de observação, mas sem quaisquer resultados.

Na geografia sagrada do distrito a Sr.ª dos Prazeres é um local de grande relevância, com uma devoção que atrai fiéis de variadíssimas paragens, em especial de Castelo de Vide. Nesta relação entre espaços tão diferentes, explicada à luz de uma lenda local, é tentador vermos alguma ressonância milenar sobre os territórios de *Ammaia* (se substituirmos Castelo de Vide pela *urbs* tão próxima). Do ponto de vista de uma presença romana, contudo, a questão permanece em aberto.

Outras referências: RP 6/90; PONTIS, 1999: 357-A nº 12.

15.06. Capela do Monte Novo 2

CMP 357

A cerca de 500 metros de distância para leste em relação ao sítio anterior, e implantado na elevação seguinte. Trata-se de um esporão, mais elevado do que o alto onde se encontra o templo, dominando o curso da ribeira do Monte Novo. À superfície encontram-se alguns blocos de granito talhados, tégulas, imbrices, escórias e fragmentos de *dolium*, em meio de cerâmicas mais recentes. 1000 m^2 de área de dispersão[992].

Referência: Inédito.

15.07. Freixial

CMP 357 / CNS 5790

Várias referências imprecisas a achados diversos: moedas, um mascarrão, uma coluna honorífica, *terra sigillata* hispânica, um peso de tear. Deverá tratar-se de um ponto de povoamento – talvez uma *villa* – directamente relacionado com a passagem da via romana. Relembro que este é um local com uma carga simbólica acrescida, pois na base da elevação encontra-se a Fonte do Freixial, "de águas tão frias que fazia saltar os olhos aos peixes".[993]

Referência: PONTIS, 1999: 357 – A s.n.; RP 6/91.

15.08. Fonte da Cruz

CMP 357 / CNS 27116

Ainda se encontram os dois miliários no local, um muito próximo deste sítio, quase enterrado pelas areias depositadas pela ribeira, junto a uma fonte[994], e outro a cerca de 500 metros para montante do curso de água[995]. Mas o que aqui nos interessa é o extenso sítio arqueológico, mesmo junto ao troço da via XIV que serpenteia acompanhando à ribeira de Monte Novo.

O local encontra-se muito próximo da via, com o curso de água em fundo, em local onde existe uma passagem a vau e se encontra o miliário junto à fonte. Voltado a sul, próximo da base da encosta, não dispõe de visibilidade envolvente nem de particulares recursos (à excepção da fonte).

Quanto ao sítio, tem cerca de um hectare. Grande concentração de elementos visíveis à superfície, com cerâmica de construção – imbrices e tegulas -, alguns bojos de cerâmica

---

992 Os materiais visíveis são indiscutivelmente romanos, mas deverá corresponder ao "velho castro" mencionado em Andrade, 1986: 78: "[...] a capela da Senhora dos Prazeres. Ao lado desta, à direita de quem vai, ainda se vêem restos de um pequeno castro que há cinquenta anos estava bem conservado, mas que o tempo e o vandalismo dos homens destruíram."

993 Saa, 1956: 278, a partir das *Memórias Paroquiais* de Seda.

994 N 39º 13' 39.1" / W 007º 54' 02.8". Saa refere-o: "Sobe, com a ribeira do Freixial, até à Fonte da Cruz onde existe, a custo visível, a raiz duma coluna de granito, com 50 cm. de diâmetro." E na nota 2: "Jás [*sic*] 60 metros a leste da fonte, à beira do caminho, e à distância de 4250m. da Sr.ª dos Prazeres."

995 Fonte da Cruz 3 segundo PONTIS, 1999: 357-A nº 9. N 39º 13' 42.8" / W 007º 53' 38.4" Miliário em granito, perfeitamente cilíndrico, semi-oculto na terra. 135cm de altura visível, 46 de diâmetro.

comum e de ânforas e ainda escórias. Encontra-se ainda uma pedra com um orifício circular que corresponde ao encaixe do fecho de uma porta, podendo tratar-se de uma soleira marcando a entrada original, pois daqui se inicia o rectângulo que corresponde às construções no subsolo, notando-se uma ligeira sobre-elevação face ao solo envolvente. Uma informação oral referiu que um curioso da zona procedeu a intensas escavações clandestinas, nas quais colocou à vista uma esquina de um compartimento de grandes dimensões. Nesses trabalhos tem recolhido numerosos pregos e outros objectos de metal, utilizando um detector, e também tigelas de cerâmica comum de tom cinzento. Na verdade, observam-se remeximentos, montes de terra e depressões que confirmam estas escavações clandestinas.

Trata-se de um sítio muito relevante, talvez aquele que no concelho de Ponte de Sôr apresenta maiores indicadores. Por este motivo deveria ser objecto de uma investigação atenta ou, pelo menos, de uma urgente salvaguarda face às depredações que o vão mutilando. A evidente proximidade face à via faz-me propor uma classificação de *mansio* ou uma função relacionada com comércios e abastecimentos.

Referências: RP 6/95; PONTIS, 1999: 357-A nº 13 (mencionado como Fonte da Cruz 2).

15.09. São Marcos

CMP 357 / CNS 5690

Outro caso em que a informação parte de Mário Saa: "no sopé do outeiro de São Marcos [...] à beira da cognoscível via, há alicerces de casas, inclusivamente junto do referido marco se patenteiam ruínas dum edifício romano, de cantaria, com fragmentos de *tegula* e *opus signinum*".[996] O local estaria em cruzamento de caminhos, pois a via XIV intersectava-se com um itinerário em direcção às actuais Galveias.

Em face destes dados, e reconhecido o troço da via XIV, foram feitas extensas prospecções em todas as vertentes expostas a norte na linha de elevações onde se encontra a igreja de S. Marcos (templo que ainda hoje é objecto de peregrinação). Nesse sentido, apenas foi encontrado um sítio que não parece corresponder à descrição de Saa. Tem cerca de 500 m^2 e é facilmente reconhecível por se notar uma plataforma, que quebra a pendente suave da encosta, e que corresponde ao local de implantação. Apenas se encontram fragmentos de tegulas e de imbrices.

A cerca de quinhentos metros, depositada junto ao caminho de terra de acesso, está uma coluna de granito[997].

Outras referências: RP 6/92.

15.10. Tapada das Pinheiras/Galveias

CMP 368 / CNS 1660

Necrópole romana identificada no decurso da abertura de valas para um loteamento municipal. Um dos primeiros processos de arqueologia urbana nesta área regional (decorrido em 1993/1994) que aparentemente não teve um desfecho muito feliz.

O sítio localiza-se em área de expansão urbana da vila de Galveias. Desta freguesia, eventualmente da mesma necrópole, já achados antigos eram conhecidos[998]. Mesmo assim, no decurso de obras foi reconhecida casualmente uma primeira sepultura, com "uma bilha com asa, um púcaro sem asa, vários fragmentos de cerâmica comum, por vezes, muito fina imitando a cerâmica de paredes finas, parte de um espelho de bronze com sinais recentes

---

996 Saa, 1956: 280-281.

997 N 39º 13' 47.6" / W 007º 52' 21.9". Não foi possível medi-la, mas não parece corresponder a qualquer marco miliário, tendo dimensões mais modestas.

998 C. L. 1913, com peças oferecidas ao MNA pelo Sr. José Joaquim da Costa Braga, atribuídas a "Galveias" e de proveniência funerária: duas peças de vidro, uma taça cerâmica (p. 140). Nas listagens de inventário desta instituição não localizei estas peças. Leite de Vasconcellos recebeu outro espólio de Galveias, previsivelmente de zona rural, a julgar pela sua referência, e de um provável familiar do oferente anterior: "O Sr. Cosme Godinho da Costa Braga, por intermédio do Sr. António Paes, presenteou-me com o belo espólio cerâmico de uma sepultura romana aparecida em uma propriedade sua." (Vasconcellos, 1912: 6).

de fractura e fragmentos de vidro"[999], que estaria no interior de uma caixa feita com lajes de xisto. Sob esta encontrava-se uma outra, de estrutura de tijolos, com vários vasos pequenos, colocados sobre uma camada de cinzas e argila. Aparentemente, portanto, duas sepulturas sobrepostas. A obra esteve parada até Abril de 1994, quando decorreu já com acompanhamento arqueológico, não tendo sido identificados mais vestígios. Desconhece-se o ponto de povoamento correspondente. Os resultados da intervenção permanecem inéditos. De notar ainda que de ponto indeterminado da freguesia procedem vários achados em depósito no MNA: vidros, uma lucerna, um fragmento de sítula, um machado e um espelho em bronze e alguns materiais cerâmicos[1000], todos claramente de um ambiente funerário.

Outras referências: Processo IPPAR 4.13.028; Processos IGESPAR S-01660, 88/1(183) e 97/1(005); PONTIS, 1999: 368-B nº 8.

15.11. Montalvo

CMP 380 / CNS 27240

Materiais cerâmicos de construção e de armazenamento provenientes de sítio indeterminado, próximo da povoação.

Referências: PONTIS, 1999: 380-B s.n., p. 163.

15.12. Praia da Tojeirinha

CMP 380 / CNS 12777

Materiais cerâmicos variados recolhidos no regolfo da barragem, havendo referências a um sítio de maiores dimensões actualmente submerso. Aqui foi recolhida uma bilha de cerâmica comum completa, indicando que certamente também haverá uma necrópole na zona. Em 1999 decorreram escavações no local, que se "reveste de particular importância para a compreensão e estudo do espaço rural do período romano.". Foi identificado um "casal romano" com ocupação "num período indefinido entre os finais do século I a primeira metade do século III d.C." No espólio recolhido lê-se: "Fragmentos cerâmicos de época romana: cerâmica comum, grandes recipientes de armazenagem, terra sigillata, ânfora lusitana)"[1001]. De acordo com o relatório produzido[1002], foram identificados dois espaços habitacionais geminados: o designado Ambiente I, com paredes em taipa ou adobe, severamente destruído, a ponto de os seus limites serem unicamente determinados pelos cortes no substrato geológico. O piso seria feito de "argila compactada e alisada", "integralmente queimado e cozido" por um incêndio final. No lado oriental foi identificada uma lareira embutida no pavimento, junto da qual se recolheu um objecto em metal semelhante a uma pá. No Ambiente II a situação de elevada destruição foi também documentada, apenas com o soco oriental conservado. O piso seria idêntico. Foi encontrada uma mó circular e uma panela cerâmica.

A causa do abandono do local terá sido um incêndio, documentado pelas [UE2] e [UE3] com "sinais de inequívoca alteração pela exposição ao fogo". Foi encontrado um numisma de Constantino e fragmentos de *terra sigillata* clara, documentando uma ocupação baixo-imperial no sítio. Apesar de toda a "particular importância", os resultados nunca foram divulgados e o sítio permanece desconhecido.

Referências: PONTIS, 1999: 380-B nº 22; bilha na fig. 46, p. 178; Processo IPA S-12777 e 97/1(005).

---

[999] Informação de Ana Carvalho Dias de 16 de Setembro de 1993, constante do processo no IPPAR.

[1000] Vasconcellos, 1912; Ferreira de Almeida, 1953: nº 191; Alarcão, 1978: 109-112; RP 6/114 (como "Galveias"); imagens dos materiais em PONTIS: 116 a 118.

[1001] Informação retirada de *Endovélico*. A intervenção terá decorrido ao abrigo do "PNTA/98 - Projecto para o Estudo da Pré-História Recente de Ponte de Sôr".

[1002] *Intervenção arqueológica na Praia da Tojeirinha, Montargil, Ponte de Sôr*, de Rui Roberto de Almeida e Mónica Antunes, 2000 [policopiado].

15.13. Santo André 1

CMP 380 / CNS 27168

Vestígios correspondentes a um ponto de povoamento, talvez um casal: elementos de mó.

Referências: PONTIS, 1999 380 –A nº 11.

15.14. Santo André (necrópole)

CMP 380 / CNS 95

A cerca de cem metros do local anterior, identificou-se em 1973, casualmente, uma necrópole que foi escavada e publicada de modo exemplar. Da herdade já se conheciam materiais adquiridos por Leite de Vasconcellos, com um vaso grafitado "MA"[1003].

A escavação permitiu identificar uma área tumular bastante extensa, totalizando sessenta sepulturas, com um espólio diverso, mas colocado de forma muito cuidada, indiciando uma grande preocupação com a deposição funerária. Genericamente de incineração, distinguiram-se cinco tipos: cinzas sem espólio mas com urnas, com espólio mas sem urna, espólio com ossos e/ou cinzas, espólio depositado na terra e urnas isoladas. É muito interessante verificar que o espólio já foi classificado como "pobre em qualidade e diversidade"[1004], mas inclui vidros de importação itálica, diversos fabricos de *terra sigillata*, paredes finas (incluindo importações béticas) e um par de brincos em ouro. A percentagem de lucernas é altíssima, rondando os 52% de presenças nas sepulturas identificadas, quando os valores médios regionais se situam pouco acima dos 10%[1005]. Como tal, deve ser considerada a possibilidade de, embora próximo do sítio 11., corresponder de facto à necrópole de um local ainda não identificado e de maior monumentalidade. O conjunto foi datado entre 50 d.C. e 120 d.C.

Referências: PONTIS, 1999: 380-A nº 12 e p. 207-209; Viegas, Nolen & Ferrer Dias: 1981; Frade & Caetano, 1993; TIR J-29: 142.

15.15. Santo André 2

CMP 380

Outro ponto de povoamento relacionado com a necrópole, embora sem indicadores significativos: cerâmica comum e material de construção. Em pequena elevação, tendo na base a pequena linha de água que serve os sítios anteriores.

Referências: PONTIS, 1999: 380-A nº 13.

15.16. Monte dos Irmãos

CMP 380 / CNS 3557

Necrópole romana identificada no decurso de trabalhos agrícolas, tendo sido objecto de uma pequena escavação. Nesta herdade, certamente no mesmo contexto funerário, já Leite de Vasconcellos adquirira seis vasos cerâmicos e uma fíbula em ómega[1006], depositados actualmente no MNA.

Na década de oitenta do século XX foi aqui realizada uma intervenção arqueológica, identificando-se um contexto muito similar ao de Santo André[1007]. Foi recolhida uma urna contendo uma sepultura de incineração, que compreendia ainda alguns fragmentos de cerâmica comum e um fragmento do que teria sido um copo de vidro. Junto encontrava-se depositada uma lucerna embrulhada em pano de linho. Mais tarde, nos trabalhos da carta arqueológica do concelho, foi identificado um sítio com indicadores de superfície – cerâmica comum, um peso de tear e vidro – em terraço fluvial (hoje em zona pantanosa

1003 Vasconcellos, 1910: 251.
1004 Viegas *et alli*: 29, reproduzido em PONTIS, 1999: 208.
1005 Caetano, 2002b: 209.
1006 Vasconcellos, 1910: 251.
1007 Nolen, 1981.

dado o assoreamento do curso de água), que poderá corresponder a um ponto periférico da necrópole ou a uma unidade de povoamento[1008].

15.17. S. Martinho de Baixo 2

CMP 380

Trabalhos de prospecção localizaram mancha de tamanho não especificado de cerâmica comum e um peso de tear.

Referência: PONTIS, 1999: 380-B nº 54.

15.18. S. Martinho de Baixo 1

CMP 380 / CNS 27226

Na margem oposta da ribeira indica-se cerâmica de construção, cerâmica comum e escória.

Referências: PONTIS, 1999: 380-B nº 56.

15.19. S. Martinho

CMP 380 / CNS 1809

Localizado em parte indeterminada, certamente próximo dos anteriores, embora não seja explícito se corresponde a algum dos sítios já mencionados. Na entrada correspondente do *Endovelico* lê-se que "Perto dos arrozais foram identificados alguns vestígios de materiais de construção, entre os quais estão fragmentos de tegulae, mas encontra-se bastante destruída devido a terraplanagens para o cultivo de arroz." Inexplicavelmente, vem a merecer a classificação de *villa*.

Comentários gerais

O concelho de Ponte de Sôr apresenta um quadro de referências numericamente pouco extensas, com alguns focos de dúvida bastante acentuados, e quando olhamos para a cartografia, com extensas áreas em vazio que naturalmente suscitam muitas interrogações. Mesmo assim apresenta um conjunto de conteúdos que merecem um olhar muito atento.

O primeiro aspecto que capta a atenção tem a ver, obviamente, com a passagem de uma das vias que ligavam a actual Mérida à actual Lisboa. Certamente a que beneficiou de mais investimento, pois a via XIV apresenta um notável conjunto de marcos miliários e a mais imponente obra de arte do sul português, a ponte de Vila Formosa em Alter do Chão. Seria portanto de esperar que o seu traçado funcionasse como uma espinha dorsal articuladora do povoamento.

Aparentemente tal não sucede. É certo que encontramos os mais relevantes sítios do concelho alinhados ao longo do seu percurso, começando logo na entrada oeste com Bufão e terminando na direcção oposta com São Marcos. Temos também dois nós axiais sobre os quais pouco podemos dizer, permanecendo uma *penumbra* incomodativa: em Ponte de Sôr e em Sr.ª dos Prazeres poderíamos ter pontos de povoamento com alguma relevância, mas infelizmente os dados são demasiado imprecisos para que se possa, sequer, afirmar uma segura presença em época romana. E necessariamente a visão de conjunto fica afectada pela dificuldade de leitura que dois pontos potencialmente relevantes apresentam. Afinal, a única certeza é mesmo a passagem da via pelos dois locais. Compreender melhor Ponte de Sôr e Sr.ª dos Prazeres afigura-se portanto como um elemento estratégico para o entendimento do que foi o povoamento romano na região.

Regressemos à estrada, portanto. Ao contrário do que sucede em outras paragens, aqui não encontramos uma estruturação da rede de povoamento em função da via. Encontramos sim, aqueles que à partida terão sido os sítios mais importantes (os já mencionados e ainda Fonte da Cruz, cujas evidências são muito significativas), mas que, com elevado grau de probabilidade desempenhariam funções directamente relacionadas

[1008] PONTIS, 1999: 360-B nº 52.

com a via, podendo falar-se de *mutationes* ou de *mansiones*. Este dado é muito interessante, pois todos os locais que aqui encontramos estão em evidente proximidade à via, e não encontramos o quadro de habitual afastamento a média distância que caracteriza as *villae*, que adoptam uma prudente distância, cumprindo assim os preceitos literários.

Este é outro quadro que caracteriza os sítios que se implantaram neste território: em nenhum encontramos o quadro caracterizador das *villae*. É certo que esta área beneficiava amplamente dos circuitos comerciais alimentados, desde logo, a partir da via XIV, e por isso encontramos cerâmicas de importação – às vezes de paragens bem longínquas – em unidades de povoamento e em necrópoles. É certo também que existe um capitel atribuído a Fonte da Cruz o que, se não comprova uma *villa*, mostra pelo menos uma monumentalização da estrutura arquitectónica. Mas nos sítios do concelho faltam os ambientes característicos das *villae*: em nenhum encontramos uma implantação na paisagem característica, faltam-nos indicadores de *otium* como mosaicos, mármores ou estuques (e mesmo as pedras argamassadas estão completamente ausentes, indicando soluções estruturais feitas provavelmente com os compostos localmente presentes) e mesmo os grandes elementos de exploração não se encontram no local (penso sobretudo nos pesos de lagar tão presentes em tantos sítios do Alto Alentejo).

Estes são os dois eixos centrais do que é hoje para nós a arquitectura do povoamento romano em Ponte de Sôr: a via como elemento definidor de um alinhamento de sítios ao longo do seu traçado e a completa ausência do padrão-*villa* tão característico do Alentejo.

Resta-nos um *case study* interessante: a freguesia de Montargil, que poderia também ser definida por um itinerário de certa importância, a julgar pelas antigas referências literárias. O que aqui temos parece ser um quadro muito curioso, por dois motivos: um povoamento aparentemente disperso; e as relações espaciais entre duas ou mais unidades de povoamento de limitada dimensão e uma necrópole, possivelmente, em posição central relativamente a esta *micro-rede*. Monte dos Irmãos e Santo André parecem polarizar, enquanto espaços sepulcrais, as vivências de comunidades residindo em pequenos casais.

A necrópole de Santo André configura uma situação que encontramos em outras áreas do Alto Alentejo: um conjunto de sepulturas relativamente vasto, depositadas em intervalo temporal bastante curto (aqui, segundo os autores, com balizas inferiores a um século), com um espólio que denuncia uma interessante interacção entre os conjuntos "romanos" e as peças "indígenas".

Do ponto de vista da integração espacial, o dado mais relevante é o facto de não podermos atribuir esta necrópole a um sítio arqueológico concreto. Tal também não é novidade, como veremos em outros concelhos. Os vizinhos sítios de Santo André 1 e 2 parecem, pela descrição, ser pontos de povoamento modestos e relativamente secundários. Duas opções se abrem, então: ou considerarmos que está ausente um local maior – uma *villa* – porque ainda não foi identificada, ou deixarmos a via da *geografia da investigação* e considerarmos os dados da *geografia do povoamento*, entendendo Santo André como a necrópole respectiva de dois (ou mais) lugares de média dimensão, vulgo "casais". E neste caso, aí sim, deveremos considerar que a *geografia da investigação* influi, na medida em que estes são sítios mais dificilmente identificáveis, e que exigem um programa de prospecções aturado e sistemático, que nesta zona falta realizar. Identificando mais alguns sítios desta classe poderemos formar uma malha de povoamento de unidades dispersas que *satelitizam* a necrópole, que seria portanto o ponto referencial comum. Sem ser este o local para a tratar exaustivamente, tal parece depreender-se dos dados da escavação: um conjunto de sepulturas que foram sendo progressivamente depositadas sem uma norma comum (o que é visível, quer pela mancha de dispersão, quer pelas distintas tumulações, quer pela diversidade de espólio), que poderemos associar portanto a grupos familiares distintos com uma relação fluida entre si. Mais: possivelmente um pequeno campesinato, ocupado na laboração agro-pecuária do meio envolvente, pois assim o indica um espólio maioritariamente desta índole; mas cuja actividade lhe permitia um investimento acima do

limiar de subsistência, ou então não teríamos as peças de importação que foram recolhidas nas tumulações. No fundo, uma situação semelhante à de Outeiro do Mouro, em Fronteira.

Em torno de S. Martinho, temos uma situação paralela à observada para Santo André. Junto à ribeira de Sôr – em área hoje infelizmente inundada para a plantação de arrozais e sujeita às descargas da barragem de Montargil, cujo paredão está a menos de um quilómetro – foi identificada uma necrópole, e trabalhos posteriores vieram a reconhecer duas pequenas unidades de povoamento (três, se pensarmos que a mancha do sítio 14 corresponde a um espaço de vida, e não à própria necrópole). Curiosamente, em ambas encontramos indícios de actividades produtivas: peso de tear e escória. Relembro ainda que algures na zona de S. Martinho foi identificado um forno de produção cerâmica de época romana[1009]. Temos portanto mais um caso de pequenos sítios orbitando próximo de um espaço sepulcral.

Aqui define-se um outro modelo de povoamento, que encontramos em outras regiões periféricas, mas o fenómeno que particulariza Montargil é precisamente a correspondência entre o local de vida e o local de morte. Conhecer melhor esta dinâmica através de sondagens arqueológicas nos ditos "casais" afigura-se portanto como um elemento fundamental para percebermos se esta relação é efectivamente sincrónica e efectiva – possibilitando que através do espaço de vida conheçamos melhor o (como dizer?) *outro lado* destas comunidades, completando os dados já recolhidos na necrópole – ou se estamos apenas perante um erro de leitura enganador (o que, diga-se desde já, não parece ser o caso, dada a rarefacção da rede de povoamento).

É certo que este é, de todos os concelhos, aquele que apresenta um ambiente paisagístico mais distante do quadro preferencial das *villae*. Solos arenosos, quase estéreis, paisagens de formação recente, escassos recursos hídricos… Estamos distantes das paisagens mediterrânicas e de um quadro natural que possibilite o franco desenvolvimento de uma base económica agro-pecuária e sobretudo, da suavidade da paisagem que permite a sua contemplação e fruição, de acordo com os valores do *otium* constituintes do espírito latino.

Parece-me ser evidente que aqui estamos em pleno *território ultra-periférico*, para utilizar o vocabulário contemporâneo.

Talvez por isso seja este um território a entrar em precoce desestruturação. Como em outro lugar se comenta, é sabido que em momentos de crise são os locais mais periféricos os primeiros a serem abandonados, dada a contracção demográfica e económica que abala as estruturas de uma sociedade. Esta leitura parece ser válida para a Ponte de Sôr. Por aqui não encontramos qualquer tipo de indicador cronológico tardio. Curiosamente – ou talvez não… - parecem ser os miliários do século III os elementos mais avançados dentro do Império, o que, no mínimo, indica que a via enquanto eixo estratégico era de fundamental manutenção, mesmo que agora progredissem por áreas já desertas. As estruturas de povoamento podiam ser abandonadas, mas a estrada enquanto via de comunicação litoral/interior tinha forçosamente de prosseguir em plano operacional. Se olharmos para os sítios, contudo – e esta opinião pode ser enganadora face à ausência de escavações – temos a completa ausência dos nossos habituais *fósseis directores*: a *terra sigillata* hispânica tardia ou as produções norte-africanas ou as moedas… Se avançarmos mais na cronologia, constatamos um longo vazio, estando completamente ausente qualquer indicador para os séculos V a VIII.

Este fenómeno é relevante. É certo que é necessário olhar com precaução, pois há ainda muito sobre a Ponte de Sôr que desconhecemos em absoluto. Mas o quadro que surge pintado – em pinceladas grossas e imprecisas, note-se – parece apontar para um muito precoce colapso da rede de povoamento, com o total desaparecimento dos sítios. Observe-se que os materiais apontam para um auge entre o século I e o século II: quer nos

[1009] "Leite de Vasconcellos fez pesquisas nas herdades de S. Martinho, tendo colhido muitos utensílios dessa época e, caso curioso, nessas explorações encontraram um forno ainda cheio de louça de barro preto, muito fina." (Andrade, 1986: 33, nota 1).

espaços de vida, quer sobretudo no ambiente funerário, encontramos o que poderá ser caracterizado como um pico de povoamento. Na centúria seguinte, todavia, o olhar começa a encontrar o que parece ser um vazio absoluto. E certamente durante o século IV é este o quadro que deverá ter ocorrido. A partir deste momento, as pessoas continuam a transitar pelo actual concelho, mas o território parece estar despovoado.

Termino este ponto com duas ressalvas. Uma é evidentemente relativa ao patamar da investigação em que nos encontramos em Ponte de Sôr. O quadro que atrás fica esboçado é, bem entendido, hipotético e frágil, porque os dados da investigação assim o são. Faltam-nos escavações, por exemplo: paradoxalmente, aqui conhecemos melhor o ambiente funerário do que as estruturas de povoamento (quando genericamente a situação funciona ao inverso, dada a dificuldade de detecção de necrópoles). Faltam também mais prospecções, pois apesar de dispormos de uma carta arqueológica concelhia, é fácil constatar que ainda existem largas áreas por prospectar e que a massa de dados publicada está ainda longe de se constituir como um retrato exaustivo. Em largas áreas, em freguesias inteiras, os dados faltam, ou são poucos, e estão sobretudo assentes em momentos pré-históricos. A precisão na caracterização dos ambientes romanos foi substancialmente inferior ao de períodos mais recuados, e tal é facilmente constatável na descrição desses mesmos sítios romanos e seus componentes.

Todavia, e esta é a segunda ressalva, é possível que neste tipo de paisagens nós estejamos perante um problema de detecção, no plano metodológico, e não apenas de intensidade de investigação. O que pretendo com isto dizer é que, provavelmente, os sítios romanos de Ponte de Sôr são escassos porque *não são idênticos* aos sítios romanos de outras zonas. Ou seja, as equipas de prospecção estão habituadas a detectar um determinado padrão de ocorrências caracterizadoras de determinados tipos de sítios. No caso de época romana, as cerâmicas (de uso corrente e de construção) e os elementos de monumentalidade (geralmente pétreos). Mas a realidade dos sítios romanos neste ambiente físico poderia ser diferente. Por exemplo, nas alvenarias de construção, onde certamente os adobes e taipas foram utilizados com muito maior intensidade, dada a ausência de materiais pétreos disponíveis localmente[1010]. Esta situação foi já documentada arqueologicamente em Praia da Tojeirinha, onde a descrição das estruturas e a visualização das fotografias constantes do relatório mostram a dificuldade de detecção e delimitação que as estruturas construídas (paredes e pavimentos) implicam. O caso de Fonte da Cruz, talvez o sítio de maior abundância de vestígios à superfície, é paradigmático em termos de prospecção: exceptuando a referida soleira, não encontrei qualquer bloco de pedra que pudesse ter sido embutido em construções, embora a evidência destas exista na plataforma de sobre-elevação que realça a área do sítio face à encosta envolvente. Existem muitos seixos de rio visíveis à superfície e pequenas pedras, mas nenhum bloco de granito, por exemplo. Portanto, poderíamos (e estaríamos certamente) perante métodos de construção que privilegiavam a utilização de materiais disponíveis que assumem uma quase *invisibilidade* nas dinâmicas pós-deposicionais e na formação do registo arqueológico de superfície. E quanto às omnipresentes cerâmicas de construção, que em outros contextos caracterizam imediatamente os sítios, rapidamente se constata que estamos perante fabricos de imensa fragilidade. As pastas de matriz calcárea que encontramos nestes sítios, de tonalidades claras (laranjas, por vezes mesmo amareladas), são de escassa resistência, quer devido à qualidade dos ligantes, quer pelas pastas frágeis, de grande porosidade, com elementos não plásticos de pequeno calibre que não fornecem resistência ao conjunto, quer ainda pelas baixas temperaturas de cozedura, que não concederam coesão às peças. Dominam-se os protótipos formais (as tegulas, por exemplo, são de desenho irrepreensível) mas a qualidade

[1010] Para um quadro mais amplo, de tipo etnográfico, fácil se torna perceber a dimensão do universo de construções rurais descritas em Oliveira, Galhano & Pereira (2004) que recorriam a materiais de construção perecíveis, mesmo em áreas regionais onde existe abundante pedra natural à disposição como material construtivo. Portanto, a utilização de materiais não pétreos em áreas onde o recurso não abunda será necessariamente de considerar, com as implicações que devem ser pesadas nas evidências de superfície.

da matéria-prima é baixa, e a sua resistência, periclitante. Mais uma vez, Fonte da Cruz: imbrices e tegulas esfarelam-se a um toque mais intenso e a sua pasta esboroa-se nas mãos.

O que quer isto dizer? Que a velocidade de apagamento destes indicadores é substancialmente superior à de zonas onde encontramos fabricos mais resistentes. Estando perante um ambiente onde a mobilidade da paisagem é superior (solos leves, pouco consolidados, arenosos), parece-me natural presumir que a possibilidade de estes sítios rapidamente desaparecerem do registo superficial seja substancialmente mais elevada do que em outros ambientes mais estáveis.

Eis portanto onde quero chegar: em paisagens como a Ponte de Sôr é possível que o nosso *registo de detecção* tenha de ser alterado. Ou mesmo que a identificação deste tipo de sítios tenha de ser feita com outras metodologias, recorrendo por exemplo a sistemas de detecção remota ou à análise intensiva de fotografia aérea a pequena escala. Em resumo, poderemos estar perante sítios com um tipo de registo material que foge à norma tradicional, e que colocam novos desafios na forma como se processa a detecção destes mesmos pontos de povoamento.

O que significa que, mesmo com uma carta arqueológica já realizada, o trabalho está ainda no seu início.

16. Concelho de Portalegre

A única capital de distrito englobada no presente trabalho apresenta uma situação muito particular quanto ao grau de conhecimento existente sobre o seu próprio património arqueológico.

Na realidade, trata-se de uma cidade que nunca promoveu o estudo e conhecimento do seu passado – penso não ser exagerado extrapolar o plano estritamente arqueológico para uma perspectiva mais abrangente. Apesar das precoces referências que nos foram legadas por Sotto Maior[1011], no concelho não se originou uma qualquer tradição de investigação que conduzisse ao angariar de registos e de informações sobre o seu passado mais remoto. Tendo inclusivamente albergado uma publicação vocacionada para os estudos históricos[1012], verifica-se na análise dos seus conteúdos que a atenção despendida com o património arqueológico é relativamente baixa[1013]. O panorama de desconhecimentos pode ser avaliado pela consulta do inventário nacional de sítios arqueológicos, *Endovelico*, que em meados de 2010 tinha um total de 34 entradas, sendo que nove eram respeitantes a pontos situados dentro do núcleo urbano. Portanto, temos aqui um dos mais baixos índices numéricos do distrito de Portalegre, e aqui debruço-me sobre o património arqueológico em geral, incluindo todas as entradas do citado inventário, sem descriminação de época histórica. Mesmo em relação aos sítios indicados por Sotto Maior, já não sobrevivem memórias. Em alguns casos os topónimos subsistem, mas no terreno os locais nunca foram identificados. Os escassos pontos de povoamento hoje conhecidos foram-no de modo fortuito, geralmente no decurso de obras públicas em que, como se sabe, as condições para o seu estudo não são as melhores. Portanto, mantém-se o impasse.

É certo que este concelho apresenta zonas pouco aptas para a presença em época romana. Uma extensa fatia pertence às paisagens serranas de S. Mamede, onde nem sequer a prospecção é fácil, dado o alcantilado dos relevos. Outra larga área encontra-se a norte do triângulo entre Fortios, Alagoa e Carreiras, tratando-se de uma zona pouco povoada, repleta de afloramentos, com solos pouco aptos e vegetação arbustiva muito intensa, cristalizada no topónimo de "Mata de Valverde". Para além de pouco propícia ao povoamento humano, é também uma zona de difícil progressão no terreno e onde a

1011 1984, mas originalmente publicado em 1619.

1012 *a cidade. Revista cultural de Portalegre*, com duas séries publicadas.

1013 Exceptua-se o número monográfico dirigido por Carlos Fabião (1999-2000) dedicado aos projectos de investigação em curso sobre o povoamento romano no distrito. Mas mais uma vez, sobre o concelho de Portalegre, em específico, não há qualquer contribuição.

visibilidade não é a melhor. Mas por outro lado, nas planícies a sul de Fortios ou de Urra, a paisagem é suave e amena, com riachos que mansamente correm e com bolsas de solos muito férteis. Mas também por aqui não conhecemos sítios. Apesar de Sotto Maior os nomear, o vazio permanece.

Em Portalegre temos portanto uma grande diversidade de paisagens. É certo que predomina a Serra de S. Mamede, com relevos por vezes muito acentuados como na Serra de Castelo de Vide (culminando no alto do Lobo a 833 metros) que limita o concelho a nordeste. Na terminação de um conjunto de elevações que se distinguem na paisagem, os 654 metros da Serra da Penha erguem-se defronte do núcleo urbano portalegrense, marcando com a sua imponência a imagem da região. Estes relevos prolongam-se para a parte oriental do concelho, e registam mesmo um agravamento nas oscilações altimétricas. Aqui, na zona de Alegrete e até à extrema da Rabaça, uma cunha em território actualmente espanhol, temos paisagens plenamente serranas, com vales encaixados, elevações muito escarpadas e um tecido arbóreo muito mais característico da Beira Baixa do que de paragens alentejanas, tal como temos, aliás, entre Castelo de Vide e Marvão. Só que enquanto nestes concelhos temos alguns sítios arqueológicos, geralmente dedicados a funções agro-pastoris ou mineiras, aqui em Portalegre o vazio é completo. Entre Reguengo e São Julião, ou mais para sul até à freguesia de Mosteiros de Arronches, não temos conhecimento de presença humana em época romana. Um quadro enganador, certamente.

A área norte do concelho é então caracterizada por estes fortes relevos, muito dobrados e alcantilados, que modelam também as zonas de passagem, e será por este motivo que um dos eixos principais estaria ao longo do vale das Carreiras, onde a portela se orienta no sentido noroeste/sudeste.

Este vale, aliás, seria certamente povoado em época romana, mas hoje detém um dos vazios de sítios que já foram mencionados. E afirmo que deve conter sítios, porque aqui se encontra o já referido corredor natural de passagem, mas também um vale ameno e protegido dos ventos de norte pela Serra da Penha, e ainda porque nesta zona se encontram bons solos, de adequada aptidão agrícola. Condições muito propícias do ponto de vista fisiográfico, mas que para já resultam na total ausência de conhecimentos.

Este fenómeno manifesta-se também na área sul do concelho, onde o quadro geográfico é mais suave. Um relevo ameno, com adequados solos agrícolas, em certas áreas repleto de monumentos megalíticos. Nestas paisagens a sul de Portalegre, entre a Estação e Urra, o quadro natural muda substancialmente em relação à Serra, mas o panorama de sítios mantém-se quase vazio. Os terrenos de montado que por aqui se encontram dispõem de férteis várzeas com terraços fluviais largos, propiciando o policultivo que poderia aliar as culturas de sequeiro, onde hoje temos o montado, com a horticultura junto a ribeiras como a de Seda, da Lixosa ou de Almojanda que, embora sem grande caudal ou mesmo secando em estios mais rigorosos, possibilitam uma agricultura de elevado rendimento. Portanto as condições naturais existem. E realmente, na "baixa de Fortios" tão mencionada nos volumes de Mário Saa, existem referências, embora imprecisas, a sítios de época romana, que aliás podem ser conjugados com os já citados de Sotto Maior[1014]. Mas, correndo o risco de me repetir exageradamente, o panorama de sítios conhecidos é confrangedor.

Outros recursos existem. Na Serra ainda hoje se encontram grandes escoriais, de cronologia indeterminada. Em Cubos (Vale de Cavalos[1015]), junto à ribeira, o panorama é mesmo impressionante, assemelhando-se o volume de escórias a um pequeno vulcão que aqui tivesse entrado em erupção, libertando o tapete negro que se encontra à superfície.

[1014] Onde o autor do *Tratado da cidade de Portalegre* aliás situa um mítico tesouro (1984: 121): "E assi se têm achados por esta comarca antre Valença e o Crato e Portalegre, muitos tesouros, e dizem que há ainda muitos por discobrir, principalmente junto à igreja de Sam Domingos [de Fortios], no termo desta cidade. Dizem os mouros, feiticeiros e nigromânticos de África que perto daquela igreja antiga está o maior tesouro junto que há no mundo, porque dizem que estão dous sinos muito grandes cheios de ouro amoedado, enterrados ao pé de ua figueira alvar, como atrás fica dito."

[1015] Oliveira, Bairinhas & Ballesteros, 1996: nº 25.

Todavia, sobre esta actividade que visivelmente teve uma tão grande escala, nada está documentado, nem sequer se sabendo os momentos em que terá ocorrido. Os amontoados de escória denunciam uma actividade relevante do ponto de vista económico, que poderia ser conjugado com outros nichos que os biótopos da Serra permitem, e certamente por aqui teríamos um modelo de povoamento articulado em povoados dispersos, como sucede nos concelhos vizinhos. Futuras prospecções intensivas poderão esclarecer este ponto.

Desta forma o concelho de Portalegre assume-se como um território marcado por uma grande dualidade. A norte os relevos serranos, um quadro ambiental mais próprio de paragens beirãs; a sul os montados de sobro, de relevos ondulados e tranquilos. Condições diferenciadas, a mesma ausência de informação.

Sítios e comentários

16.01. Veloso

CMP 347

Informação sobre um povoado pertencente à Alta Idade Média, identificado quando se procediam a escavações no sítio pré-histórico homónimo. Não foi possível confirmar o local.

Referência: Informação de Jorge de Oliveira.

16.02. Frei Álvaro

CMP 347

Na plataforma antes da descida para a casa encontram-se materiais: imbrices (alguns deformados por excesso de cozedura), tegulas (poucas) e cerâmica comum, em especial grandes contentores. A mancha é relativamente concentrada, com cerca de 1000m^2.

Protegendo a cumeada está uma linha de pedras fincadas, com considerável espessura (60 cm), cuja funcionalidade é indeterminada. Pela implantação poderá corresponder a algum povoado fortificado anterior, ou tão somente a um redil para guarda de gado. O sítio está virado para leste e norte, protegido pela elevação próxima.

Na casa agrícola existem informações sobre mais materiais, no pátio e em moroiços. Nada foi encontrado na visita ao local. Na área existem várias sepulturas escavadas na rocha.

Referência: Informação de Jorge de Oliveira

16.03. Fortios

CMP 347 / CNS 5796

Uma da maiores dúvidas que a área regional em estudo apresenta prende-se precisamente com o sítio de Fortios, sobre o qual tantos indícios existem, mas tão pouco efectivamente se sabe. De concreto existem no local duas epígrafes, uma delas ainda hoje abandonada junto à igreja de S. Domingos[1016]. Ambas apresentam uma onomástica e uma plástica claramente indígenas. Também no corpo da igreja (na parede norte da fachada) se encontra um elemento arquitectónico paleocristão, infelizmente muito fracturado, embutido na alvenaria do edifício. Desta época existem referências a mais elementos no interior da igreja, mas o templo encontra-se hoje entaipado, não sendo possível a entrada.

Temos assim dois elementos cronológicos muito relevantes: uma *bolsa epigráfica* que remete para o fundo anterior, e um testemunho – infelizmente solto e em contexto secundário – que aponta para uma continuidade na ocupação.

Para o entendimento do que terá sido Fortios é ainda necessário notar a sua posição de centralidade viária, que aliás ainda hoje mantém. Existe um eixo que atravessa o conjunto de S. Domingos pela Cova da Onça, vindo de norte, e que se prolonga para sul, facto ainda hoje perfeitamente visível no terreno pela azinhaga murada que segue em direcção a Rua de Crasto, onde os vestígios viários são também evidentes. A sul de Fortios

[1016] IRCP nº 686 e nº 692.

esta via é cruzada pela que segue de Mosteiros, a ocidente, e que prossegue para leste, sempre acompanhando o sopé das elevações da Penha e de Portalegre.

As principais referências chegam-nos de Mário Saa, que vai progressivamente valorizando os testemunhos romanos de Fortios até que, no tomo final, aqui situa a *mansio* de *Fraxinum*, em relação com os sítios de Mosteiros e Rua de Crasto[1017]. Outras referências mais imprecisas registam achados cerâmicos[1018].

Outras referências: RP 6/84.

16.04. Horta do Montinho

CMP 359 / CNS 5933

Forno de época indeterminada, identificado aquando de trabalhos de limpeza do terreno com maquinaria pesada: "A 30 de Outubro [de 1991] desloquei-me ao local, tendo observado parte de uma grelha, em adobe pertencente a um forno. A estrutura inferior mantém-se soterrada, parecendo estar bem conservada. Em redor, viam-se tijolos e blocos de pedra pertencentes à parte superior do forno que foi completamente decapada pela máquina [...]. Não se recolheram materiais arqueológicos que nos permitam datar este forno"[1019]. Efectivamente, a sua cronologia nunca foi aferida, pelo que a sua inclusão no presente inventário é feita a título de registo. Isto porque a prevista intervenção arqueológica, que poderia esclarecer os seus conteúdos fundamentais, acabou por ficar sem efeito por ausência de condições logísticas para a sua realização. Ainda se iniciaram os trabalhos de preparação da escavação: "Marcou-se, com o teodolito, um sistema de eixos perpendiculares com 10m, grosseiramente orientados segundo os pontos cardiais. Iniciaram-se os trabalhos de limpeza das terras revolvidas até ao nível da grelha da fornalha (que se conserva), tendo-se delimitado uma área considerada suficiente para pôr à vista a totalidade da estrutura."[1020] Curiosamente, no seguimento da estrada em direcção a Portalegre, entramos em "Fonte dos Fornos".

Referência: Processo IPPAR nº 4.00.005.

16.05. Rosal

CMP 359

Informação não confirmada sobre um povoado da Alta Idade Média, em zona baixa, junto a uma linha de água.

Referência: Informação de Jorge de Oliveira.

16.06. Herdade da Camareira

CMP 359 / CNS 24754

Sítio que pode ser classificado como um casal: "inúmeros materiais de construção", com tegulas e imbrices, e ainda um peso de tear. Na mancha de materiais encontrou-se ainda uma asa de ânfora e fragmentos de *dolium*. Elementos pétreos aparelhados denunciam a existência de estruturas. Curiosamente, os autores do estudo de impacto ambiental de acompanhamento do gasoduto referem que "foi possível observar uma tira de geotêxtil parcialmente coberto", o que levou a crer em uma anterior intervenção no local.

Referência: Processo IGESPAR 98/1(666).

1017 Saa, 1967, entre as páginas 47 a 98. Aliás, nunca se torna claro se opta entre Fortios, Rua de Crasto ou Mosteiros, mantendo uma hesitação constante. Para os sítios referidos, ver o catálogo de sítios do concelho do Crato.

1018 Como o "Tesouro de Fortios (Portalegre). Parte de um conjunto de 90 peças iguais" (Alarcão & Alarcão, 1970: 76).

1019 Informação de Ana Carvalho Dias, 20.Novembro.1991

1020 Informação de Rafael Alfenim,19.Fevereiro.1992. Assunto: Forno de cerâmica da Horta do Montinho, Fortios (Portalegre)

16.07. Fajardos

CMP 359

No inventário megalítico refere-se, na ficha da anta dos Fajardos, que a mesma se encontra rodeada de "vestígios romanos" não especificados[1021]. Pelo que me foi dado constatar no terreno, a anta foi destruída pela ampliação da zona industrial de Portalegre, e toda a paisagem foi dramaticamente alterada.

16.08. Curral do Funcho

CMP 359

Seguindo a via entre Portalegre e Assumar, Sotto Maior indica-nos um conjunto de povoados onde existiriam "antiguidades" pretensamente de época romana. Em alguns casos o microtopónimo perdeu-se. Este é um desses casos, o primeiro no alinhamento norte/sul que o autor nos apresenta: "É pois de saber que no termo desta cidade, quasi distancia de ua legoa, por baixo do caminho que vai para a vila do Assumar, está ua antigualha e ruínas de edifícios, onde chamamos o Cural do Funcho. É tradição dos antigos que foi ali povoação de mouros, porque ainda parece o circuito da cerca com que a fortaleza estava cercada, e jazem por aquele pavimento e seus derredores muita pedraria lavrada de cantaria, e hoje parece ainda um lagar de uvas com seu couço e dorna, e o peso ou pesga, onde parece que foi aquele lugar ua grande povoação."[1022] E que ali se "achara no caminho que passa junto a esta povoação do Cural do Funcho ua asada cheia de dinheiro amoedado de prata, do tempo de Júlio César"[1023].

16.09. Abrunheira

CMP 359 / CNS 30967

Referencia de Sotto Maior a um sítio junto do antigo caminho para Assumar, perto de "ua fonte de todo o ano que chamamos a fonte da Brunheira, onde também parecem uas ruínas antigas. Vem esta fonte com seu curso e corrente pelo pé daquela povoação antiga"[1024]. E ainda nos deixa outro testemunho: "À minha mão veio ua moeda de cobre do tamanho de um patacão que foi achado na Abrunheira, que tinha de ua parte um leão e da outra um arco a modo de ponte, com uas letras que diziam *Augusta Emerita"*.[1025] Em estudo de impacto ambiental recente foi identificado um sítio que pode corresponder a este local: em "pequena elevação, com "visibilidde priveligiada [sic] da paisagem, junto à ribeira da fedorenta. No local identificou-se a presença de cerâmica de construção, nomeadamente fragmentos de tijolo de burro e de tegulae, dispersa pelo topo da referida elevação. Observou-se ainda a presença frequente de elementos pétreos enterrados no solo, não tendo sido possível compreender o seu eventual alinhamento.[1026]" Pela descrição deverá tratar-se de um casal.

Outras referências: Processo IGESPAR 2007/1(477).

16.10. Teixinha

CMP 359

Mais um caso em que a única informação nos é legada por Sotto Maior: "onde chamam A de Teixinho, aonde esteve outra povoação, achou um criado de Baltazar de Siqueira, andando lavrando, outra asada cheia de prata amoedada [...]."[1027] Ao contrário do sucedido em outros exemplos, aqui é possível localizar o topónimo no Monte da Teixinha,

[1021] Parreira, 1996: 137.
[1022] 1984: 119.
[1023] 1984: 120.
[1024] 1984: 119.
[1025] 1984: 122.
[1026] Informação constante do *Endovelico*, entrada "Herdade da Abrunheira".
[1027] 1984: 120.

mas na propriedade, hoje em pasto de gado bovino, não existe memória de qualquer achado. No vale corre a ribeira de Seda, e o local tem efectivamente uma paisagem muito propícia à implantação de uma *villa*.

16.11. Curral das Colmeias

CMP 359

No seguimento da via, um topónimo que já não é reconhecível: "Mais abaixo, em outro outeiro, estão outras ruínas de edifícios que mostram haver sido povoação grande. Chama-se ali agora o Curral das Colmeias." A referência a "ruínas e pedras lavradas que ainda por aí aparecem" é relevante para atribuir o local à época romana.

Referência: Sotto Maior, 1984: 120.

16.12. São Pedro

CMP 360

Na base da elevação onde se ergue o imponente castelo de Alegrete encontra-se a arruinada ermida de São Pedro. No local existem várias referências ao achado de materiais romanos.

16.13. Barios

CMP 360

De acordo com informação oral, na zona baixa próximo de uma linha de água (onde existe também um poço) encontra-se uma mancha de dispersão de materiais romanos que configuram a existência de um casal agrícola.

Referência: Informação de António Lopes.

16.14. Monte da Cabeça

CMP 372

Na base de um dos contrafortes que marcam a passagem para a Serra de São Mamede, neste caso do alto da Serra da Cabeça, encontra-se no terço inferior da encosta, voltado para sul e oeste e com adequados recursos hídricos nas proximidades. Do local desfruta-se uma ampla panorâmica nessas direcções. Encontra-se uma grande área de dispersão, talvez chegando a um hectare. O que mais capta a atenção é o facto de no topo superior da mancha de materiais, na subida da encosta, encontrar-se uma grande concentração de escória. Curiosamente, nas proximidades encontra-se o topónimo "Ferrenha". O sítio apresenta indicadores importantes: extensa mancha de cerâmica comum e de construção, tijolos de *suspensurae*, estuque de parede, pedras de granito (elemento alógeno ao local) e fragmentos de mármore. O autor da identificação do sítio menciona a existência de memórias sobre o achado de grandes pedras de lagar e ainda de mosaicos.

Pelos indicadores, poderemos presumir a existência de uma *villa* dedicada à exploração dos recursos agro-pecuários e da mineração. Um sítio com relevância, que merece uma monitorização atenta.

Referência: Lopes 2009: nº 1.

16.15. Vale de Monteiro

CMP 372 / CNS 3203[1028]

O sítio implanta-se em encosta de pendente suave voltada para sul e este, próximo de pequenas linhas de água, incluindo uma que hoje está represada com uma charca.

Ao longo de uma grande extensão acompanhando a pendente encontra-se cerâmica de construção em bom estado de preservação: imbrices, tegulas bem marcadas, tijolos e um bojo de ânfora. Vê-se um compartimento inteiro onde os topos dos muros afloram, com

[1028] Atribuído a Arronches no *Endovelico.*

grandes dimensões, não inferior a 100m^2. Logo mais acima na encosta, a duas centenas de metros, encontra-se outro compartimento idêntico. Junto encontra-se, a cobrir um poço, uma tampa de sepultura em xisto que terá vindo da margem oposta da linha de água principal.

A interpretação do sítio como casal agrícola parece consentânea com os dados de terreno. O aflorar das estruturas torna este um local muito adequando para uma intervenção arqueológica.

Note-se todavia que da propriedade de Vale de Monteiro conhecem-se registos antigos: "Cinco fragmentos de uma amphora. Os principaes fragmentos são os da tampa ou operculo, e o do fundo esta perfeitamente conservado [...]. A amphora appareceu, por virtude de exploração, na herdade de Valle de Monteiros, a 5 kilometros de distancia da villa de Arronches, no sítio denominado *Covas Mouriscas* e *Pedras Molares*, e continha limalha de ferro. A cavidade em que se achou a amphora estava coberta por uma pedra e com uma sigla"[1029] e ainda dois fragmentos de "bordos de vaso saguntino", ou *terra sigillata*.

Outras referências: Lopes, 2009: nº 2.

16.16. Ermida de São Bento

CMP 372

Notícias antigas sobre a descoberta de sepulturas no encosta junto ao templo, aquando do plantio de uma vinha ainda existente no local. Contudo, não é certa a sua cronologia romana.

Referência: Informação oral de Emílio Moitas e de António Lopes.

Comentários gerais

A constatação mais óbvia reside naturalmente na debilidade informativa do concelho de Portalegre: quinze sítios, um magro total, com a agravante de uma fatia significativa de referências constar de informações antigas e muito pouco precisas.

Naturalmente que o afirmado para outros casos paralelos é aplicável neste concelho: trata-se evidentemente de uma situação que reflecte apenas o vazio da investigação. Note-se que quando houve um olhar atento, os sítios apareceram: a sequência de sítios apontados por Sotto Maior, em que infelizmente alguns se perdem no tempo, ou os dados por António Lopes, que exclusivamente trabalhou sobre áreas mais a sul, são dois sinais de que esta ausência pode – e deve – ser ultrapassada.

Note-se que muitas das áreas em branco no mapa são terrenos por onde certamente viremos a encontrar sítios, assim que a pesquisa se inicie. Poderá não ser tanto o caso das serranias de São Julião ou de Alegrete, onde realmente o relevo não é muito propício (embora, note-se, as baixas apresentem férteis vales de aluvião e a exploração mineira e de pedra seja um dado a ter em conta); mas não é certamente esse o caso do vale das Carreiras, onde excelentes condições pedológicas existem (mas onde a repartição da propriedade não facilita a prospecção e a conservação de sítios) ou, sobretudo, a baixa que corre de Fortios em direcção à Urra e a Mosteiros, onde no termo da Serra correm importantes vias de circulação, e onde nos concelhos mais a sul encontramos o modelo fundiário das *villae*.

Com estes dados em mente, e perante o panorama oferecido, qualquer tentativa de reconstrução de um cenário credível está irremediavelmente comprometida. Saliento todavia dois aspectos.

Um reside no modo como, estando perante um concelho claramente de transição entre as serranias e os vales, quase todos os sítios se implantam no segundo universo. Não temos qualquer sítio que aponte para o modelo de povoamento de Marvão, mas também é certo que esses são os sítios mais difíceis de identificar, escondidos em áreas marginais. Todos os locais que temos à disposição encontram-se, ou no início da subida de cota –

[1029] Vasconcellos, 1896: 3; Pires, 1901: 221-223.

como o núcleo de Vale de Monteiros ou os sítios junto a Fortios – ou então já nas extensões aplanadas. Uma impressão enganadora, creio, pois a Serra seria certamente um alfobre de matérias-primas que naturalmente seriam exploradas. E a prova reside no único local identificado que foge ao modelo, o sítio de Frei Álvaro, implantado próximo da cota 600.

Outro dado relevante, e este mais fiável, reside na já notada organização das redes de povoamento em torno das vias de circulação. O documento de Sotto Maior é particularmente expressivo neste plano, pois o autor explicitamente menciona este facto. Invertendo a perspectiva, é certo, poderemos sempre afirmar que o autor só refere estes sítios porque transitava pelo caminho e dele não se desviava para procurar outros indícios; mas se ampliarmos a perspectiva, continuamos a ver este sinal. O caminho este/oeste apresenta duas ramificações após Fortios: por uma direcção seguia-se para Urra, e ao longo do eixo apontamos os sítios noticiados por Sotto Maior; inflectindo para norte, seguiríamos em direcção a Mosteiros e Arronches, pelo contraforte da Serra, e por aí continuamos a encontrar sítios, nomeadamente os listados por António Lopes.

Esta *linearização* da rede de povoamento é um testemunho muito relevante que o concelho de Portalegre apresenta, fornecendo para o futuro uma pista: identificar no terreno os paleo-caminhos e, em prospecção, cobrir os corredores laterais a essas vias, poderá certamente vir a permitir a identificação de novos locais.

Quanto à estrutura de povoamento, naturalmente que com dados tão escassos nenhuma conclusão poderá ser sequer esboçada. No levantamento informativo prévio ao início dos trabalhos, o concelho de Portalegre era o único da área em estudo que não apresentava qualquer sítio classificável como *villa*. O universo não se alterou substancialmente, mas a identificação de Monte da Cabeça feita por António Lopes constitui um dado importante, mais ainda porque poderá ser um local que proporcione o estudo de uma unidade voltada para a exploração dos recursos envolventes. Ou seja, uma "*villa* rustica" na qual a componente agro-pecuária e a mineração fossem o sustentáculo da dinâmica económica.

A possível existência de um aglomerado de segunda ordem em Fortios fica por esclarecer, que se tratasse de um *vicus* ou de uma *mansio*. Os dados não são conclusivos, mas a zona envolvente necessita de um programa de investigação que permita esclarecer a larguíssima diacronia de ocupação que os dados (infelizmente muito soltos e descontextualizados) permitem entrever.

A grande maioria dos sítios conhecidos no concelho de Portalegre podem então ser classificados como "casais". Aqui reside um paradoxo, pois em áreas onde a investigação está ainda em nível reduzido, os sítios conhecidos são geralmente lugares que apresentam alguma monumentalidade ou numerosas evidências. Aqui tal não sucede, pois temos um lote de sítios que aparentam ser de nível intermédio, o que se torna uma situação relativamente incomum e que de algum modo evidencia a aleatoriedade da investigação.

No restante, faltam-nos as necrópoles ou a existência de outros tipos de locais. E neste aspecto já se torna fastidioso relembrar a ausência de investigação como explicativo.

Embora os dados não permitam qualquer tipo de análise, é de realçar a impressão que fica de um território com traços de continuidade durante a Antiguidade Tardia. É impossível perceber, neste momento, que sítios permanecem no registo histórico e quais os abandonados ou fundados *ex novo*, pois não temos qualquer dado que permita uma leitura. As informações resumem-se a um elemento arquitectónico paleocristão embutido na parede da igreja de S. Domingos, em Fortios, e ao povoado alto-medieval de Frei Álvaro.

17. Concelho de Sousel

O concelho de Sousel está situado no actual distrito de Portalegre, detendo uma superfície de 278,94 km².

A primeira acção de referenciação do património arqueológico pode ser localizada em 1914, quando Leite de Vasconcellos[1030] efectuou "escavações arqueológicas na vila (local do castelo) e nos arredores (anta da Cabeça da Ovelha)", de resto nunca publicadas e só conhecidas por esta menção, tendo aproveitado para contactar com alguns dos seus informantes locais e permanecido na localidade durante cinco dias. Destas escavações ficou apenas a referida breve notícia, sendo perceptível pela leitura do artigo que o seu interesse já se centrava mais nos aspectos etnográficos que irão marcar o seu final de vida.

É este o único registo de escavações no concelho, constatando-se portanto que, ao contrário de concelhos vizinhos que já possuem um rico historial de investigação, Sousel ficou à margem das dinâmicas de conhecimento. Do ponto de vista histórico, com alguns respigados apontamentos arqueológicos, há apenas a registar a relevante coluna intitulada "Escavações" que Saderaval (José Filipe Lavaredas) publicou durante anos a fio no jornal *Brados do Alentejo* de Estremoz, e que constituem um preciosíssimo repositório de informações sobre o património concelhio, sobretudo do ponto de vista documental, embora por ali também se tivessem anotado algumas descobertas arqueológicas relevantes.

Tirando a visita de Leite de Vasconcellos, que esteve em alguns sítios romanos, deles deixando apenas a identificação toponímica (Freixial, Vale da Junça, São Pedro), Sousel mereceu a atenção de arqueólogos apenas em 1995, por ocasião da elaboração do Plano Director Municipal[1031]. Aqui houve um esforço de reconhecimento genérico do património concelhio, consubstanciado no inventário de cerca de cinquenta sítios arqueológicos de valor muito heterogéneo. Olhando para o inventário do PDM, no entanto, notam-se algumas lacunas, naturais em compilação que não resulta de um esforço sustentado de investigação, mas de um simples inventário de sítios com recurso a um mês de prospecção no campo. Por exemplo, muitos dos cinquenta sítios listados são achados isolados (oito no total) ou já se encontravam destruídos ou entulhados (no caso de silos) no momento da redacção (catorze no total). Alguns dos mais emblemáticos sítios encontram-se ausentes, como a Horta de São Pedro (o "Sousel Velho" como é conhecido entre a população), que no PDM surge como possivelmente localizado no Cano, em Quinta de São Pedro. Da mesma forma, os sítios mencionados sumariamente por Leite de Vasconcellos em 1914, como tendo sido por si visitados, e com ocupações romanas, não foram então localizados – Vale da Junça, Alçarias e Freixial – ficando a sua implantação por determinar.

Entre Abril de 2008 e Outubro de 2009 a Câmara Municipal de Sousel promoveu o projecto de investigação *CACOS*[1032], que procurou realizar de forma sistemática um registo geo-referenciado e uma avaliação patrimonial dos sítios arqueológicos e evidências de presença humana antiga no concelho de Sousel. Neste âmbito, e embora condicionado ao prazo de dezoito meses, interessava definir uma abordagem sistémica ao concelho, entendendo-o como um todo, embora definindo áreas de prospecção que seriam prioritárias. Como se compreende, o universo em estudo era mais vasto do que o período romano, o que levou a que o entendimento das zonas prospectadas fosse muito amplo, com propósitos intensivos e conduzisse necessariamente a muitos dias de trabalho de campo orientados para a detecção de outras realidades.

Embora se considere que os resultados obtidos, nas mais diversas vertentes, estejam longe de reflectir o número total de sítios arqueológicos, constitui o mais completo e fiável

---

1030 1914: 390.

1031 Calado, Manuel (1995) *Plano Director Municipal de Sousel. Caracterização/ Património*. Sousel, Câmara Municipal de Sousel [policopiado].

1032 Acrónimo de *Carta Arqueológica do Concelho de Sousel*, aprovado no âmbito do PNTA/08.

retrato da Arqueologia souselense de que dispomos, e uma base de trabalho para o futuro, com 133 sítios arqueológicos identificados.

O espaço em causa constituía um território muito relevante e complexo para a execução de um projecto de âmbito territorial como o pretendido. O concelho de Sousel é relativamente pequeno mas apresenta uma assinalável diversidade morfogenética, com distintas paisagens sucedendo-se em rápidas transições. Trata-se de um espaço muito variado, com uma tremenda dinâmica nas formas de relevo e de coberto de superfície, o que, para o conhecimento das redes e estratégias de povoamento antigas, o tornava um laboratório muito aliciante, mas exigia também um esforço de compreensão muito superior ao existente para paisagens mais monótonas.

Ou seja, o concelho colocava problemáticas reais e concretas que exigiam uma abordagem multivariada, o que obrigava a uma percepção muito apurada das realidades de superfície.

Que dinâmicas são essas?

O concelho encontra-se no termo noroeste do designado anticlinal de Estremoz, funcionando como limite de um conjunto de enrugamentos que marcam decisivamente a paisagem a norte da Serra d'Ossa. No terreno, essas alterações consubstanciam-se na passagem, e no termo, da Serra designada de S. Miguel, com as suas derivações, que constituem um fortíssimo marco na paisagem. Nos topos que por este território se erguem – com destaque para S. Bartolomeu (374m) e S. Miguel da Serra (387m) – encontramos sucessões de povoados pré- e proto-históricos, que desfrutam de uma amplíssima visibilidade, proporcionada pelo facto de esta ser a sucessão de elevações mais destacada na paisagem até à ocorrência, muito mais a norte, da Serra de S. Mamede. Para além disso, e fruto da sua posição terminal no anticlinal, estas serras são uma verdadeira reserva de recursos, que aqui se extinguem: desde alguns tipos de pedra calcárea e marmórea passíveis de serem empregues em construções, até à existência de abundantes recursos de cal (que marcou a recente história económica do concelho, e que se materializa em mais de quarenta fornos com estruturas ainda visíveis) ou à ocorrência de um coberto vegetal muito específico desta serra (e que origina espécies florísticas próprias, que permitem obter um mel de elevada qualidade, alem de uma fauna de médio porte que é também muito particular desta serra, ainda hoje uma reputada reserva de caça).

Nesta larga faixa encontramos grandes elevações, por vezes mais distanciadas entre si, originando vales abertos e portelas de passagem, ou em outros casos, mais estreitas, criando-se um relevo mais ritmado mas que, por força da elevada erosão a que o substrato geológico é sujeito (e sua permeabilidade, criando grande retenção de reservas de água), nunca é áspero ou quebrado. Este género de formações encontramos antes nos vales xistosos, em outros pontos do concelho, como na freguesia de Casa Branca, onde já temos este tipo de paisagem. As ocorrências de xisto criam perfis angulosos, zonas de difícil passagem, cursos de água que correm serpenteando entre as fragas. A ribeira de Almadafe, o principal elemento de drenagem nesta freguesia, é um bom exemplo, com margens por vezes inacessíveis, onde inclusivamente, aproveitando grutas e refúgios naturais, as comunidades, ou simples indivíduos, se procuraram ocultar.

Entre a Serra e as paisagens de xisto temos a extensa planície do Cano, que constitui a terminação de uma zona plana que atravessa toda a face oeste do anticlinal de Estremoz, prolongando-se por este concelho. Na freguesia do Cano encontra o seu limite, mas em termos de superfície ocupa quase toda a metade ocidental do território souselense. Cria uma paisagem difícil para o trânsito e para a percepção das dinâmicas de povoamento antigo: um ambiente monótono, extensamente plano, por vezes terminando de forma alongada e espraiada em ribeiras, que aqui correm em margens muito amplas (e onde se encontram sítios do Paleolítico, aproveitando as matérias-primas aqui depositadas). E difícil de ler também porque, no uso do solo, ocorrem duas situações: ou uma agricultura de regadio, recorrendo ao lençol de água subterrâneo que se estende por toda esta área (uma das maiores reservas naturais da região, embora muito depauperada pelas exigências da rega e

do represamento dos aquíferos), que levou à limpeza de solos e ao apagamento de vestígios; ou, inversamente, nos campos em que se verifica o abandono da prática agrícola e da manutenção da vegetação, ao crescimento de um coberto desordenado, que dificulta a prospecção, quer pelos obstáculos que coloca à progressão, quer pela dificuldade de observação da superfície. É todavia nestas áreas que encontramos as maiores *villae* do concelho, pela existência de bons solos agrícolas (embora por vezes demasiado argilosos e barrentos para a tecnologia então disponível) e de abundantes recursos hídricos.

A metade oriental do concelho é feita de contrastes com o restante território. A freguesia de Sousel, e o eixo centro/norte do concelho (se assim pode ser designado), é claramente uma zona de transição, um longo espaço muito heterogéneo e pouco característico. Encontramos as diversas paisagens aqui consubstanciadas: a ribeira de Sousel ora se espraia por margens amplas, ora corre apertada, por vezes vigiada por povoados pré-históricos de altura como S. João da Ribeira. Os solos variam muito, desde áreas com pouca aptidão agrícola e muita cascalheira superficial, até bolsas mais ricas, que podem sustentar pontos de povoamento de média intensidade. A paisagem altera-se, do montado predominante até à ocorrência de férteis hortas que motivam uma maior repartição da propriedade, como na zona de Horta de São Pedro, junto à grande *villa* romana. Em resumo, um espaço de grande diversidade, que funciona como condensador dos diversos ambientes do concelho.

Finalmente a zona de Santo Amaro. A franja oriental do concelho apresenta uma paisagem muito específica: os substratos graníticos que descem de norte, da área de Fronteira/Vale de Maceiras, prolongam-se para esta zona, criando relevos ondulados e suaves, com solos leves e fáceis de trabalhar, embora nem sempre ao gosto romano, que prefere uma densidade maior. Não será por acaso que encontramos nestas zonas pequenos pontos de povoamento romano, mais marginais; em contrapartida, os povoados pré-históricos, bem como outras marcas arcaicas, sucedem-se ao longo deste espaço.

Em resumo, a diversidade do concelho de Sousel é uma marca muito específica e característica deste espaço. A alteração de paisagens sucede-se com grande ritmo e com elevados cambiantes, permitindo simultaneamente uma variada gama de recursos à disposição. O modo como o quadro natural se reflecte na realidade do paleo-povoamento será analisado em seguida.

Sítios e comentários

17.01. Curral da Mosca

CMP 396

Uma informação oral forneceu um conjunto de indicações muito precisas sobre um extenso sítio onde foi encontrado um relógio de Sol em mármore, onde se viam alicerces de casas, e foram também encontrados "azulejos", sepulturas, tijolos e lajes. Implantava-se em zona alta ("gume de terreno"), em zona actualmente muito despovoada e sem actividade agrícola. Por mais de uma vez os terrenos foram prospectados, sem sucesso, mas a paisagem é fechada e a propriedade muito ampla. Outros trabalhadores agrícolas corroboraram esta informação, pelo que o assunto permanece em aberto.

Referência: Inédito.

17.02. Monte dos Pintos 2

CMP 396

Pequena plataforma situada já no curso terminal da sequência de elevações, junto à ribeira de Alcórrego. Encontra-se uma mancha de materiais romanos com cerca de 200m^2, constituída por tegulas, fragmentos de *dolia* e alguns escassos imbrices. Deverá tratar-se de um ponto relacionado com a *villa* da Represa, da qual não dista grande distância, embora actualmente exista uma separação de propriedades.

Referência: Inédito.

17.03. Monte dos Caliços 1

CMP 396

Encontram-se tegulas, imbrices, tijoleiras, numerosos fragmentos de *dolium*, alguns apresentando decoração a carretilha. Também alguns imbrices estão decorados, com motivos a pente, em linhas finas. Em visita posterior encontrou-se um grande bordo de *dolium* com arranque de asa. Provável casal, em elevação com excelente visibilidade envolvente.

Referência: Inédito.

17.04. Aravia 1

CMP 396

Materiais muito dispersos, fragmentados e rolados, mas claramente percebendo-se que são de época romana. São todos muito homogéneos em termos de fabrico e de pastas. Tegulas, imbrices e cerâmica comum de grande espessura. Talvez um casal, junto a uma pequena linha de água e protegido a norte.

Referência: Inédito.

17.05. Represa

CMP 396

Sítio ocupando diversos núcleos, dispersos ao longo do espaço, denunciando diversos pólos funcionalmente especializados. O principal, contudo, encontra-se no cimo de uma pequena elevação que se implanta na sequência de um conjunto de cabeços suaves, ondulando ao longo do vale da ribeira de Alcórrego. Controla o encaixe de um pequeno curso de água secundário, que na zona foi represado por um açude recente, na linha de água principal. A plataforma está virada a leste, com bom domínio visual sobre o vale da ribeira.

A elevação a leste apresenta uma extensa área de dispersão de materiais, com grande densidade, tornando-se mais escassos na progressão para outros sectores, mas voltando a ocorrer em dois ou três pontos nas imediações. Na zona baixa, junto à Ribeira de Alcórrego, encontram-se materiais romanos dispersos, certamente depositados por arrastamento. Na zona principal a mancha é muito extensa, com pelo menos um hectare.

Encontra-se uma grande densidade de material arqueológico, algum bem conservado: tijoleiras, tegulas e imbrices com boa qualidade de fabrico e algumas com excesso de cozedura. Nas cerâmicas comuns vêem-se frigideiras e panelas de cor cinzenta. Encontra-se alguma escória. Nos materiais pétreos estão presentes blocos de granito, lajes de xisto cortadas, *opus signinum* e pedras argamassadas. Foi ainda encontrado um bordo liso e horizontal de *terra sigillata* clara D, mas a cerâmica de importação é escassa. Foi confirmada a informação do PDM sobre sítio na margem esquerda da ribeira: tegulas, imbrices, blocos de granito, alguma escória e cerâmica com excesso de cozedura.

Junto às ruínas do antigo Monte da Represa encontram-se numerosos silhares em granito aparelhados mas fracturados, bem como blocos de granito reaproveitados e embutidos na alvenaria da casa.

Um pouco para montante encontra-se a grande barragem da Represa dos Mouros, também conhecida como a "Ponte dos Mouros", embora a sua função de contenção do curso de água seja evidente, bem como a área do regolfo.

A Represa será um dos sítios de maior valor patrimonial do concelho de Sousel, ainda com evidências bem conservadas apesar da agricultura intensiva. Claramente uma *villa* de perfil agro-pecuário, com vários núcleos ocupando uma larga extensão, mostrando um sítio fortemente vinculado à exploração do entorno.

Referências: PDM, 1995: 2.11; Quintela, Cardoso & Mascarenhas, 1999.

17.06. Capela 1

CMP 396

Um dos mais impressionantes sítios inéditos que foram identificados no decurso da Carta Arqueológica.

Ocupa uma larga extensão. Entre duas linhas de água e um poço, beneficiando de abundantes recursos hídricos, em suave elevação virada a norte de onde se desfruta de boa visibilidade sobre o vale, com excelentes solos nas imediações.

No terreno recém-lavrado encontra-se uma extensa mancha de dispersão, com vestígios ainda em bom estado de preservação, indicando que o sítio, até ao recente arranjo para o olival, se encontrava em condições muito interessantes. Ainda não é possível fazer um cálculo da sua extensão, mas é seguramente superior a um hectare.

À superfície encontram-se tegulas, tijolos, imbrices, fragmentos de *dolia* de grandes dimensões (com bordos muito revirados para o exterior), ânforas, cerâmica comum cinzenta e vermelha; fragmentos de *terra sigillata* hispânica e clara D, e ainda muitas lajes de xisto.

O local é seguramente, pelos vestígios e pela implantação, uma *villa* de elevado potencial.

Referência: Inédito.

17.07. Monte da Capela 4

CMP 396

Pequeno sítio no início da descida de uma encosta suave voltada para leste, com linha de água hoje apresentando um pequeno açude. Trata-se de uma pequena mancha de 200 m^2, alterada pela dispersão das lavras, contendo cerâmica de construção (imbrices) e cerâmica comum (asa de bilha e bojos indiferenciados). Também fragmentos de escória.

Pequeno ponto de povoamento correspondente a uma cabana de época romana, relacionado sem dúvida com a *villa* de Capela, da qual dista 500 metros. Poderá tratar-se de uma pequena oficina metalúrgica.

Referência: Inédito.

17.08. Monte do Alcatruz

CMP 396

O sítio encontra-se em pequena elevação, no encaixe entre duas linhas de água com contacto visual com o Monte de Alcatruz, que fica a oeste. Está junto de um poste de electricidade, no meio de um olival, mas em zona onde não se encontram árvores.

500 m^2 de cerâmica de construção romana muito dispersa: imbrices, tegulas e tijolos, muito fragmentados, rolados e de mau fabrico, alguns com sobre-cozedura.

Vêem-se lajes de xisto e o terreno encontra-se ondulado, formando depressões. Poderá corresponder a uma necrópole.

Referência: Inédito.

17.09. Catarina Velha

CMP 397

Em elevação no encaixe de três linhas de água, sendo a principal a ribeira de Sousel, na elevação fronteira ao monte. Tem boa visibilidade para o terreno envolvente, embora não para todas as direcções.

No terreno é perfeitamente visível uma plataforma que deve corresponder a estruturas no subsolo. No aglomerado de pedras, e à superfície, temos tijolos, tegulas e imbrices, todos muito homogéneos nas características. Encontram-se pedras argamassadas e blocos de granito talhados que indicam estruturas de maior dimensão. Um bloco de *opus signinum* pode apontar para um tanque. A mancha de materiais estende-se por meio hectare, indicando um casal com alguma dimensão.

Referência: Inédito.

17.10. Monte da Rabasquinha Pequena 4

CMP 397

Junto à vedação de separação de propriedades encontra-se uma mancha de materiais com cerca de 200m^2, porém muito dispersos: cerâmica de construção, com tegulas, imbrices e alguns tijolos, e alguma cerâmica comum de pastas claras.

Referência: Inédito.

17.11. Monte da Rabasquinha Pequena 1

CMP 397

Um pouco acima do monte, no sentido da estrada de alcatrão, novamente em encosta suave voltada a este e norte, com excelente domínio visual apesar do local não se encontrar em cota muito elevada. Fomos conduzidos ao local pelo proprietário, que nos informou que aquando da abertura de uma vala para rega do olival, a sensivelmente 1,20m de profundidade a máquina desenterrou telhas e cerâmicas. Efectivamente encontra-se depositada uma mancha de imbrices de larga dimensão, com boa qualidade de fabrico. É impossível avaliar a mancha de dispersão, mas parece tratar-se de um conjunto pertencente a um sítio de médias dimensões, de tipo casal; também se encontra cerâmica comum, como grandes contentores e alguidares.

É necessário notar que o grau de preservação dos materiais - telhas quase completas, grandes bordos de cerâmica - indica que o sítio poderá estar bem preservado. Da mesma forma, a sua qualidade de fabrico e execução, e o seu elevado número, podem levar a crer que poderemos estar perante um sítio de grandes dimensões, eventualmente uma *villa*, embora a sua inclusão na classe "casal" pareça mais prudente. As condições de implantação são as habituais neste tipo de sítio (meia-encosta, com linha de água na base e proximidade de recursos hídricos), mas encontra-se exposto a norte.

Referência: Inédito.

17.12. Abrunheira

CMP 397

Noticiada a descoberta de uma necrópole com sepulturas cobertas com lajes de xisto. Nem a equipa integrada na elaboração do PDM de Sousel nem eu próprio encontrámos no terreno qualquer tipo de evidência, embora o terreno tenha sido percorrido a pé com boas condições de visibilidade.

Referências: PDM, 1995: 2.15.; Carneiro, 2004: nº 73.

17.13. Carapelha 1

CMP 397

O elemento mais surpreendente é a sua implantação, mesmo no topo, junto ao marco geodésico, com domínio visual impressionante para todas as direcções. Aí se encontra uma mancha de 500m^2 ainda intensa mas já arrastada pelas lavras. Os materiais incluem cerâmica de construção com imbrices (alguns digitados), tegulas e tijolos. As tegulas têm deficiente fabrico, com pouca curvatura e uma impressão geral de maus acabamentos. Referência a "*opus signinum*, pedras com vestígios de talhe, *dolia* e cerâmica comum"[1033].

Referências: PDM, 1995: 2.20.

17.14. Herdade do Mestre Vasco

CMP 397

Encontrados materiais romanos junto a uma crista do afloramento xistoso. Como é hábito neste tipo de sítios, os materiais são escassos, circunscritos a uma pequena área de

[1033] Processo IGESPAR 2006/1(141).

500m^2, sobretudo visíveis junto ao afloramento, na terra livre de pasto, e em séries monótonas - cerâmica de construção com imbrices, tegulas e eventuais tijolos, com muitos e.n.p. e aspecto grosseiro.

Referência: Inédito.

17.15. Taleigo Velho 2

CMP 397

Na plataforma virada para leste encontra-se o terreno mais plano, antes do declive, e aí são visíveis cerâmicas de construção e fragmentos de *dolia* pertencentes a um sítio de época romana. O moroiço próximo apresenta materiais, incluindo uns blocos de granito que poderão pertencer a este local.

A observação do terreno permite avaliar a existência de uma plataforma, justamente onde se encontram os materiais arqueológicos, o que poderá indicar estruturas no subsolo. Área de dispersão de materiais de 1000m^2.

Referência: Inédito.

17.16. Ferroa

CMP 397

Notícias antigas sobre a descoberta de um cemitério romano onde "foram encontradas moedas, objectos de cerâmica e outros ornamentais em cobre."[1034] O local deve encontrar-se na actual Rua da Ferroa, na saída este da vila, onde alguns habitantes do Cano mencionaram o achado de sepulturas aquando da abertura da via. No local nada foi encontrado, o que é natural, dado tratar-se de um ambiente com infra-estruturas urbanas.

17.17. Vale da Junça 1

CMP 397

Em encosta suave virada a norte, onde se implanta numa plataforma com cerca de 500m^2.

Por essa zona distribui-se uma mancha de blocos de pedra e fragmentos de imbrices, alguns digitados. Em determinado ponto encontram-se blocos de pedra de média dimensão, aflorando em alinhamento, que certamente pertencerão a estruturas enterradas no subsolo.

Referência: Inédito.

17.18. Vale da Junça 3

CMP 397

Por uma larga extensão de terreno são visíveis fragmentos de cerâmica de construção dispersos. Todavia, próximo de um topo, em plataforma que se encontra virada a norte, a duzentos metros a oeste do sítio 1, surge uma mancha mais concentrada com cerca de 1000m^2 de área. No meio de muitos pequenos blocos de pedra encontram-se fragmentos de tijolos e imbrices. Encontram-se também lajes de xisto: aliás, entre a encosta e a zona baixa há um talude de separação onde foram depositados grandes exemplares. Os materiais prolongam-se pela encosta abaixo, onde os alvéolos de alguns sobreiros arrancados permitem observar bastantes imbrices, sempre muito fragmentados. Alguns têm excessiva cozedura.

Um casal rústico, eventualmente o sítio referido por Leite de Vasconcellos[1035].

17.19. Vale da Junça 4

CMP 397

Sítio semelhante a Vale da Junça 1, na implantação e nas evidências de superfície. Situa-se em zona elevada, mas exposto a sul, em área plana entre duas elevações. Encontra-se uma mancha de cerca de 500m^2 com imbrices – alguns com digitações – tijolos e pedras

[1034] Maximiano Filipe, "Vila do Cano. Um pouco da sua história" *Brados do Alentejo* de 24-09-1967, nº 1891.
[1035] 1914: 390.

de médio calibre, algumas de xisto e outras em blocos de quartzo. A mancha é muito intensa e concentrada. Também se encontrou um provável movente de mó em granito.

Referência: Inédito.

17.20. Horta de S. Pedro

CMP 397 / CNS 4610

Conhecido localmente como "Sousel Velho". Implantação em zona alta, sem domínio nem destaque, mas desfrutando de ampla visibilidade em especial para leste e norte. Entre dois cursos de água, dispõe de bons solos agrícolas, em zona de hortas, com variados recursos pedológicos nas imediações, que permitem uma economia de policultivo.

Os materiais concentram-se no topo, onde aliás é visível uma plataforma. Embora dispersa pelos trabalhos agrícolas, a mancha central tem uma grande concentração de materiais: cerâmica de construção (tegulas, imbrices, tijoleiras, todos com boa qualidade de fabrico, alguns com sobre-cozedura), *dolium*, bojos e asas de ânfora, cerâmica comum, em especial de contentores de pastas escuras, *terra sigillata* clara D e um fragmento de hispânica com decoração de rodas dentadas. A mancha tem pelo menos um hectare. Uma informação oral menciona que aqui foi encontrado um tanque e um canal de rega, e na realidade existem pequenos fragmentos de *opus signinum*.

Ao longo dos muros que marginam o caminho de acesso encontram-se tijolos de quadrante (vários) e também outros pertencentes aos arcos de um hipocausto de edifício termal. Um elemento de mó em granito. No portão de acesso à Horta de São Pedro estão dois fragmentos de lintel ou de uma platibanda em mármore.

Na elevação próxima do Monte da Delfina há fortes sinais de construções. No olival encontram-se inúmeras pedras, algumas de granito, mas a maioria em xisto local, com abundante cerâmica de construção, incluindo imbrices digitados. No terreno, uma grande base de coluna partida ao meio[1036]. Muito próximo foi encontrado e recolhido um ábaco paleocristão. A quantidade de pedra no chão fez inicialmente supor uma eira, mas deve pertencer a construções.

Segundo informação oral, foram encontradas sepulturas, com lajes em cutelo, de lado e à cabeceira, formando uma caixa, e no interior contendo um esqueleto. Outras continham espólio em cerâmica e recipientes em vidro[1037]. Na extrema da herdade, logo na bifurcação do caminho, e em outro ponto entre a casa e o sítio arqueológico já identificado, também foram encontradas sepulturas, parecendo haver mais do que um núcleo. As sepulturas encontradas há mais tempo estavam junto ao Monte da Horta de São Pedro, mas em 2006 foi encontrada mais uma em pleno olival, o que configura uma situação de invasão do espaço habitacional pelas estruturas funerárias. Os achados verificaram-se em vários momentos.

A igreja que baptizou o local estaria no alto de uma elevação e foi derrubada aquando da construção da linha do caminho-de-ferro. Os trabalhadores destruíram-na e cobriram o terreno com cal. Nesse local indicado, no alto da elevação, encontra-se efectivamente um rectângulo perfeito, onde a vegetação não cresceu. Em torno há grande concentração de tijolos de quadrante (inteiros), tegulas, grande densidade de cerâmica de construção muito fragmentada, e muita pedra, de vários tipos, que foi utilizada como alvenaria.

Estranhamente o sítio não surge listado no PDM, apesar dos vestígios bem evidentes, do conhecimento entre a população e da referência bibliográfica.

1036 Fracturada a meio, com 40 cms (círculo da coluna) e 50 (quadrado da base).

1037 De algum modo confirmando assim a notícia da imprensa local: "Na estação romana de S. Pedro (Terras da Igreja), continuam a aparecer sepulturas. A encontrada agora é duma criança, tendo lá dentro uma pequena tijela de barro branco, apesar de ser vermelho o desta região, e ainda uns pequenos vasos de vidro azulado, um anel e cadeia de ouro, carvão e muitos tijolos com a configuração da quarta parte de um círculo." Da autoria de Saderaval, *Brados do Alentejo* de 02-11-1947, ano XVI, nº 853, p. 6.

Nota ainda para o facto de os materiais romanos e visigóticos atribuídos por Leite de Vasconcellos a Sousel poderem na realidade provir deste espaço, dada a recolha em prospecções do ábaco já mencionado[1038].

Resta fazer o balanço geral da situação. A presença romana é bem evidente no alto da elevação principal, onde os indicadores apontam para uma *villa*. Em momento tardio este local parece ter sido utilizado como espaço funerário, pois já aqui foram encontradas sepulturas. Mas a necrópole imperial estaria na outra vertente da linha de água, em local onde mais tarde se irá erguer um edifício de culto cristão. Em época medieval uma igreja irá marcar a continuidade da presença, embora edificada em outro ponto, mais elevado, o que possibilitava que fosse visualizada a partir de Sousel.

Referências: RP 6/172; Vasconcellos, 1914: 390; Ferreira de Almeida, 1953: nº 41 e 258.

17.21. Albardeira 1

CMP 397

Sítio referenciado como tendo "vestígios de habitat", foi relocalizado apresentando materiais dispersos e rolados, sem um núcleo definível, com séries monótonas de algumas tegulas e imbrices (por vezes com digitações). Pequeno topo, sobranceiro a uma linha de água.

Referência: PDM, 1995: 2.18.

17.22. Pigorrinhas 2

CMP 397

Pequeno sítio romano nas proximidades de um outro de época medieval, que do primeiro reaproveita alguns materiais. Implantação em topo com boa visibilidade sobre a ribeira de Sousel. Encontram-se materiais romanos (de construção, tegulas e imbrices) dispersos em 200m^2.

Referência: Inédito.

17.23. Outeiro da Mina

CMP 397

A um quilómetro das casas do Freixial (o que pode levar a pensar ser este o local mencionado por Leite de Vasconcellos[1039]), no sentido Noroeste, seguindo um conjunto de elevações. A informação oral referia muitas "telhas espessas", e realmente no local encontra-se uma mancha muito concentrada de imbrices e tijolos, mas não foram encontradas tegulas. Um fragmento de *opus signinum*. No total, mancha de dispersão de cerca de 5000m^2 (mas as condições de observação não foram as desejadas), estando o topo da plataforma muito aplanado, o que será sinonimo de construções. Próximo, sob uma árvore, está uma grande coluna de mármore branco[1040]. Também se encontrou uma mó girante de granito.

O local poderá corresponder a uma *villa*, dados os indicadores de monumentalidade, mas as impressões de terreno não estão ainda devidamente sustentadas. A área disponível para construções não é muito ampla e a implantação um pouco atípica, mesmo no topo de uma elevação muito exposta a norte e um pouco distante dos recursos hídricos. Todavia, até serem mais obtidas mais informações, a proposta de *villa* parece a mais plausível.

[1038] "- Uma lápide lusitano-romana, com inscrição funerária, proveniente de Souzel (Alentejo). - Uma pedra com decoração visigótica, também proveniente de Souzel (Alentejo)
[nota 166/167 - Oferta do Sr. Augusto de Sousa e Meneses Calça e Pina ao director do Museu, que as depositou, para estudo, neste estabelecimento] Mencionados em Machado, 1964: 121; nas listagens consultadas no depósito da instituição não se encontram referenciados, desconhecendo-se o paradeiro.

[1039] 1914: 390.

[1040] Cerca de 110cm por 40 de espessura

17.24. Cabana do Olival

CMP 397

Pequeno sítio romano, com materiais muito dispersos e rolados pelas duas vertentes da elevação. Apenas se encontra cerâmica de construção, com acabamentos e pastas grosseiras, denunciando fabricos de fraca qualidade. Incluindo as escorrências terá 1000 m^2 de área, sendo difícil definir uma área central.

Referência: Inédito.

17.25. Capela

CMP 398

A ficha do PDM menciona a existência de um sítio romano do tipo "habitat indeterminado", mas possivelmente um casal ("cerâmicas de construção e comuns") com notícia do achado de sepulturas hoje destruídas.

Nas visitas efectuadas ao sítio nada foi encontrado, apesar da excelente visibilidade do solo (encontravam-se tractores em trabalhos).

Referências: PDM, 1995: 2.26.; Carneiro, 2005: nº 74

17.26. Vale de Maceiras 3

CMP 398

Curiosa situação de um ponto de povoamento actualmente dividido entre dois concelhos (Fronteira e Sousel). Mancha de cerâmica de construção com cerca de 1000m^2 situada em pequena plataforma a meio de uma encosta. Os vestígios circunscrevem-se a cerâmica de construção (imbrices e tegulas) e a uma asa com três caneluras centrais pertencentes a um grande recipiente contentor[1041].

Referências: Carneiro, 2004: nº 57; Carneiro, 2005: nº 116.

17.27. Herdade dos Condes 2

CMP 398

Materiais dispersos ao longo de uma área de 500m^2. Encontra-se cerâmica de construção, cerâmica comum e uma tampa de pedra em xisto. O sítio deverá ser romano ou alto-medieval, não sendo os materiais muito característicos.

Encontra-se em plataforma virada a oeste, não tendo contacto directo com a ribeira, pois está um pouco recuado.

Referência: Inédito.

17.28. Herdade dos Condes 4

CMP 398

Concentração de imbrices, tijolos e tegulas ao longo de uma extensão considerável (mais de 2000m^2). Os materiais são de fabrico grosseiro. Encontram-se ainda muitos blocos de pedra de pequena dimensão. Nota-se uma plataforma com um perímetro de 1000m^2. O sítio encontra-se voltado a sudeste, a média distância da linha de água, com amplo horizonte nessa direcção.

Referência: Inédito.

17.29. Monte dos Cevados

CMP 398

Encontra-se uma mancha de 500 m^2 de materiais, que por vezes se apresentam em concentração densa, com imbrices, alguns digitados, e uma tegula de triângulo muito abatido, quase vestigial. Por estes dados, um sítio enquadrável na Antiguidade Tardia.

[1041] Marcando a divisão do concelho existe um caminho antigo com o leito escavado na rocha, observando-se vestígios de calçada. O caminho possui guardas laterais. Tem uma largura média de 310cm.

Tem uma implantação dominadora, com amplo alcance visual e destaque na paisagem. Certamente constituiria um pequeno abrigo para vigilância de gado.

Referência: Inédito.

17.30. Poço dos Vieiras

CMP 411

"[...] os trabalhos da terraplanagem para a reconstrução da antiga estrada denominada de Evora em direitura a Portela. Numa trincheira aberta num filão de calcário branco entre os olivais de Santo Antonio [onde o autor situa uma antiga ermida] e dos Poços dos Vieiras, a metro e meio de profundidade apareceram ossadas humanas em sepulturas abertas no referido calcário, o que facilitou a sua abertura, o que seria difícil ali próximo visto o terreno estar todo vestido de lindo mármore branco e azul. Tinham estas ossadas alguns lacrimatórios juntos, como os romanos usavam."[1042]

Já foram percorridos alguns dos terrenos onde a necrópole se situaria mas, como implícito pela descrição, o local deve ter sido destruído no momento da identificação.

17.31. Torre do Álamo

CMP 411 / CNS 5717

O sítio romano encontra-se dos dois lados do caminho de acesso, a cerca de duzentos metros a leste da imponente Torre de Camões. Em larga extensão, muito superior a um hectare, encontra-se grande quantidade de cerâmica de construção – tegulas, imbrices, tijolos, tijoleiras, algumas com digitações, tijolos paralelipipédicos - numerosos fragmentos de *dolium*, dois pesos de tear, *terra sigillata* africana clara C e hispânica, bem como restos de conchas (fauna malacológica). Nota-se a escassez de cerâmica comum. A estes indicadores há que juntar dois fragmentos de peso de lagar (em mármore?) embutidos na porta da Torre, uma mó e blocos de *opus signinum*.

É de notar que a norte do caminho a preservação do sítio será menos adequada, porque o afloramento é visível à superfície em certos pontos, mas mais junto à linha de água estará em melhores condições.

O sítio está em plataforma que acompanha um pequeno curso de água (havendo manchas dos dois lados), mas em cota baixa e sem grande visibilidade. No entanto, está junto de solos de excelente aptidão agrícola.

A grande área de extensão de vestígios, que ainda necessita de ser mais bem definida, permite pensar numa *villa* romana de elevada dispersão, confirmando a importância atribuída por Mário Saa[1043].

Outras referências: PDM, 1995: 2.39; RP 6/200 (Torre do Almo); Saa, 1962: 269.

17.32. Freixial

CMP 411

Um dos sítios referidos sumariamente por Leite de Vasconcellos[1044] como tendo "antiguidades luso-romanas" e que foi possível relocalizar no terreno.

Junto ao monte encontra-se uma pia de granito, eventualmente reaproveitando uma coluna, pois tem uma secção semi-hemisférica.

No topo da elevação encontra-se um sítio romano. Tem uma implantação atípica, em posição cimeira, desfrutando de um grande alcance visual para norte. A maior concentração de materiais encontra-se entre os afloramentos de grandes dimensões, mas pela encosta norte descobrem-se cerâmicas.

1042 Saderaval, "Escavações" *Brados do Alentejo* de 03-08-1947, ano XVI, nº 840, p. 7.

1043 1960: 269: "Incrível quantidade de fragmentos de telharia romana, a par de muros velhos, se dispersa na planície da Torre do Almo!", fazendo transitar por aqui um itinerário secundário.

1044 1914: 390.

Grande área de dispersão, mas em geral os materiais estão muito divididos e também muito rolados: predominam telhas, muitas mostrando digitações, e também se encontram grandes contentores e fragmentos informes pela erosão. Área de dispersão de 1000 m^2.

Em posterior visita ao local[1045] verificou-se que o solo foi revolvido e implantados alguns buracos para uma vedação, que deixavam ver materiais de construção ainda *in situ*, mas sem mostrar qualquer organização (de tipo derrube) ou estruturas. De resto, a superficialidade do afloramento era evidente.

17.33. S. Lourenço

CMP 411

"Vestígios de habitat romano (cerâmicas de construção e comuns, mós circulares e blocos de granito afeiçoados). [...] A tradição oral afirma que neste local se ergueu uma ermida de S. Lourenço."[1046] Cartografado no PDM, o sítio foi objecto de prospecções intensivas no terreno mas não foi relocalizado, nem recuperadas memórias da ermida.

Comentários gerais

A primeira impressão relativa ao concelho de Sousel reside no facto de os recentes trabalhos no âmbito da Carta Arqueológica terem permitido um salto significativo no volume de informação existente. Este aspecto já foi salientado na introdução mas deve novamente ser relembrado na análise global, uma vez que a fiabilidade desta depende em grande medida da *sedimentação* que a investigação vai construindo sobre os sítios e seus conteúdos. Se alguns destes locais só muito recentemente foram registados e caracterizados, e em alguns casos só foram avaliados por uma única ocasião, então necessariamente muitos dos comentários apresentados individualmente (e, por extensão, em conjunto) estarão sujeitos a revisões futuras. Dir-se-á que este é um factor contingente, e inerente a qualquer análise de dados obtidos em prospecção, mas deve ser realçado em situações em que as informações ainda não foram devidamente amadurecidas.

Mais do que o número de sítios inéditos – alguns dos quais, em rigor, nem o saberemos se são, dada a identificação de dois ou mais sítios em cada ponto correspondente às menções de Leite de Vasconcellos – o plano em que se registam avanços reside na possibilidade de se criar um quadro de análise completamente novo e distinto do panorama anterior. Porque foram relocalizados sítios de conteúdos muito relevantes; porque se conjugaram fontes ainda não exploradas e realidades de terreno correspondentes; porque se procedeu a uma caracterização global, face à descrição sintética das fichas de 1995 (que se compreende inteiramente dada a filosofia de realização de um PDM que não é, nem tem de ser, um documento descritivo). Ou seja, pela primeira vez o concelho de Sousel tem um lote de elementos sobre os quais lançar um primeiro olhar. O que é significativo, pois este foi sempre um concelho periférico dentro de uma região já de si periférica.

Deixemos estas considerações e passemos à análise.

Dois dados surgem desde logo, em dois patamares distintos. No plano cartográfico, o modo como uma extensa parcela do território está em branco: a franja sudeste, nas elevações da Serra de Sousel, onde o coberto arbustivo cerrado impediu leituras conclusivas, mas onde seguramente o quadro paisagístico terá repelido qualquer presença mais significativa. Solos pobres, escalvados, irregulares, que não terão sido apelativos para a fixação em época romana. Desta forma, o mapeamento de sítios deixa-nos a curiosa impressão de uma concentração puxada para norte, com um corredor vazio que surge como uma área de transição e de passagem.

O segundo elemento reside na detecção de um território muito estratificado, com distintos sítios cumprindo distintas funções.

[1045] Primeira visita em 23.07.2008, segunda em 11.09.2009.

[1046] PDM, 1995: 2.50.

Um conjunto de grandes *villae* que se apresentam como extensos sítios ocupando um ou dois hectares. Por vezes temos vários núcleos, ou uma *satelitização* do povoamento, com manchas de povoamento (funcionalmente especializadas, a julgar pelos dados de superfície) articuladas em torno do ponto principal. Estas grandes unidades fundiárias exploravam os territórios de elevada aptidão agrícola na sua envolvente, notando-se uma repartição espaçada ao longo do concelho (mostrando extensos *fundi* com *salti* de permeio), com as *villae* mais próximas de manchas de solos muito férteis. Todos os sítios que encaixam nesta categoria estão mesmo junto a bolsas de capacidade A ou B, que aliás escasseiam no território souselense. Ou seja, em todas estas grandes explorações se nota que a vocação é eminentemente agro-pecuária. É certo que por aqui se encontram distintos elementos que demonstram uma elevada capacidade de aquisição e inserção nas correntes comerciais da época, notando-se o uso do mármore ou de cerâmicas de importação: *terra sigillata*, ânforas, cerâmica de paredes finas. Mas não surge ao olhar a impressão de estarmos perante *villae* de *otium* ou de *contemplatio*, de lugares de elevada monumentalidade, requinte e ostentação; o padrão material e de indícios aponta antes para sítios com uma vertente rural muito marcada. Ora este dado é deveras sugestivo, porque raro nesta área regional: parece estarmos longe dos circuitos da romanidade (e apesar dos esforços de Mário Saa, eu não vejo neste espaço mais do que itinerários secundários, ou mesmo somente de serventia local) no sentido mais amplo do termo. Ou seja, tal não significa que estes locais não dispusessem de uma plena inserção nas correntes de abastecimento; significa antes, a meu ver (e no momento presente da investigação), que a marca identitária das *villae* assenta no cariz rústico (no sentido latino do termo) da exploração económica do meio envolvente.

Segue-se um conjunto de outros sítios, empurrados para áreas marginais e terrenos menos férteis, onde possivelmente se dedicariam à exploração agro-pecuária da envolvente. Alguns apresentam sinais de poderem estar bem preservados. São os designados "casais", o elemento intermédio da arquitectura do povoamento em meio rural, e que encontramos bem presentes no concelho de Sousel, com um lote significativo de testemunhos.

Finalmente, os pontos de povoamento mais pequenos e indistintos, caracterizados por aglomerados de telhas, por vezes com blocos de pedra com sinais de inserção em socos de construções. São a base da pirâmide, mas o seu número é ainda uma pálida amostra da realidade total, dada a dificuldade da sua detecção. Alguns dos sítios encontrados no campo foram eliminados do presente inventário porque neles não foram encontrados materiais inequivocamente romanos que permitissem fazer a destrinça da sua cronologia (o que não significa, obviamente, que alguns dos sítios aqui considerados não sejam afinal posteriores, reutilizando materiais de época imperial; como em outras coisas, a realidade interpretada pode ter ocorrido, mas o seu inverso também é plausível); portanto, o total será seguramente superior.

Claro que o conhecimento da realidade souselense está muito condicionado pela ausência de outros suportes informativos. Note-se a ausência epigráfica, por exemplo: nem um exemplar é conhecido. A informação existente limita-se unicamente às realidades de terreno agora identificadas, o que naturalmente impede uma leitura de largo espectro.

O mesmo pode ser afirmado em relação à evolução das unidades de povoamento deste território.

Durante o final do Império e Antiguidade Tardia o concelho de Sousel terá continuado a ser ocupado. Os dados são poucos, mas a recolha de um ábaco paleo-cristão em São Pedro, que faria parte de um edifício de culto que aí terá existido (eventualmente demonstrando um momento entre a *villa* e a posterior ermida entretanto destruída), e a recolha de cerâmica norte-africana em algumas das *villae* aponta para essa continuidade. Também alguns pequenos pontos de povoamento apresentam materiais de construção que parecem poder ser integrados em momentos tardios, com tegulas de fabrico muito irregular e imbrices quase planos, sem curvatura.

18. Concelho de Vila Viçosa

Tal como o vizinho concelho de Borba, Vila Viçosa apresenta-se como uma unidade territorial relativamente restrita, com apenas 194,62 km^2 de área. Por circunstâncias várias, sobretudo de âmbito fisiográfico, apresenta-se contudo como um território muito dividido e compartimentado, com cinco freguesias e uma vincada diversidade ao nível local.

No concelho temos a terminação da formação geológica conhecida como o anticlinal de Estremoz, que na sua orientação noroeste/sudeste corre paralela à Serra d'Ossa, embora com características geológicas muito diferentes. O anticlinal condiciona fortemente o relevo do concelho, assumindo-se como verdadeira espinha dorsal que, com as suas oscilações muito dobradas, modela de forma muito vigorosa a paisagem. A pressão tectónica, e as fracturas daí decorrentes, que originaram esta formação, conduziram à presença actual de curvas de nível ainda muito acentuadas e de grandes elevações que, como a Serra da Vigaária, se constituem como bloqueadores naturais de passagem e de circulação. Como nos concelhos vizinhos, em Vila Viçosa temos vales muito cavados e curvas de nível muito acentuadas, contrariando a imagem pré-concebida de um Alentejo plano.

Este panorama também é válido – *mutatis mutandis* – para as outras áreas do concelho onde o anticlinal não se manifesta, mas em que temos uma periferia fortemente cavada, mostrando as tremendas pressões tectónicas que se manifestaram geologicamente na modelação da paisagem. Na área leste do concelho, para lá de Pardais e já na área de S. Romão, o relevo encontra-se acentuadamente declivado. A circulação entre pontos vizinhos é muito difícil, sendo escassas as áreas de transitabilidade. As ribeiras de Borba e da Asseca correm muito encaixadas, rolando entre as fragas xistosas com grande estrépito no Inverno, mas secando quase totalmente no Verão. Como os declives são pronunciados, e os subsolos xistosos predominam, os solos não se encharcam de água, que escoa directamente para os cursos de água que, por isso, aumentam significativamente o seu caudal. Aqui a paisagem é dominada pelos afloramentos de xisto e pelas estevas, que monopolizam o coberto vegetal. Neste extenso corredor, paralelo a leste ao anticlinal de Estremoz, encontramos os grandes povoados da Idade do Ferro e de época republicana, como o Castro da Brioa ou o fortim do Outeiro Pintado. Mas não se cartografa o povoamento imperial, acomodado em torno de ambientes menos inóspitos.

Mais do que nos concelhos vizinhos de Estremoz ou Borba, em Vila Viçosa a extracção de mármore terá influenciado decisivamente a economia antiga e as estratégias de povoamento subsidiárias. A área ocupada pelas pedreiras é muito extensa, dominando toda a faixa ocidental e o corredor central do território. A qualidade do mármore e a sua pureza são aqui de um índice muito elevado, conferindo a Vila Viçosa e a Pardais uma reputação mundial. Observa-se uma variação em relação ao âmbito estremocense e borbense, pois a partir da zona de Peixinhos (no limite sudeste do aglomerado urbano da sede de concelho) e até Pardais ocorrem os designados mármores escuros da Ruivina, formados em ambiente redutor sobrejacente aos mármores "clássicos". Esta mancha declina para sudoeste em direcção a Bencatel, Barro Branco e terminando a norte na zona da Glória de Estremoz, sendo por isso muito localizada. A diversidade marmórea em tão curtas extensões é outro traço indicador desta heterogeneidade já mencionada.

Infelizmente, é também a continuidade desta exploração que nos veda a percepção da realidade romana. A intensidade no aproveitamento dos mármores, em escala industrial na segunda metade do século XX, levou à delapidação das evidências anteriores. Onde anteriormente teríamos os cortes superficiais, temos agora profundas crateras; onde se encontravam os pontos de povoamento, estão agora pavilhões industriais.

Um dos elementos mais relevantes a reter centra-se na existência de importantes recursos geológicos e mineralógicos no concelho. Em vários pontos do espaço calipolense existem relatos sobre explorações de filões de minério ou de outras rochas ornamentais,

para além do mármore. O caso mais conhecido será a mina de Miguel Vacas junto a Pardais, onde durante o século XIX se procedeu à exploração de cobre, de chumbo e de zinco. O local é conhecido mundialmente pela ocorrência de cristais de malaquite, aqui acorrendo especialistas no domínio da Geologia com a intenção de os ver. Estes pontos de afloramento de mineralizações são bastante frequentes no anticlinal, embora nem sempre ocorram com densidade suficiente para propiciar uma exploração mais efectiva.

Em outros locais também se referem explorações mineiras, como na Serra das Correias e em Coroados, já próximos de Juromenha, em elevações em cujo sopé se situa a *villa* da Torre do Cabedal. Também na mina de Veiros ou de Vieiros, já próximo de Pardais, se fez extracção em galerias. E em notícias antigas fala-se de "os altos das Ferrarias com muitos poços de exploração de minas de cobre do tempo dos Romanos; e para o poente está o outeiro da Almagreira com a sua mina de ferro manganés, tendo mais perto de si o vilar mais pequeno"[1047], próximos também de Pardais.

Outra riqueza do concelho é a fertilidade dos seus solos, que aliás originaram o seu topónimo. Ricos vales, com solos barrentos e argilosos (demonstrados pela existência de um "Barro Branco", predominam em todo o território, exponenciados pela densa rede hidrográfica. A agricultura de horta atinge aqui elevados índices, propiciando um policultivo muito intenso. É certo que em algumas áreas os terrenos estão condicionados pelo relevo ou pela exploração dos mármores, mas nos espaços livres as possibilidades são muito grandes.

Assiste-se ainda a uma rede hidrográfica orientada para a bacia do Guadiana. Alguns cursos apresentam grande caudal, como a ribeira de Muros, que por vezes serpenteia de forma muito cavada entre as depressões xistosas. Do lado oposto, o principal curso é a ribeira de Tera, que por vezes circula com grande estrépito na base da Serra d'Ossa. Em todo o concelho encontramos aquíferos, por vezes muito abundantes, como por exemplo acontece em Bencatel, onde a toponímia ainda hoje fossilizou várias "azenhas".

Embora a sede de concelho tenha sempre sido um reconhecido pólo de produção de saber e conhecimento, essencialmente originadas na órbita eclesiástica, nunca se assistiu a um olhar mais profundo sobre o conhecimento do passado romano que permitisse romper a cortina da tradicional leitura da existência de *Callipole* e de um santuário a Proserpina. Em Vila Viçosa o passado confunde-se com a lenda, e esta alimentou uma mitologia local que acabou sempre por prevalecer sobre um estudo mais sério e sustentado que permitisse comprovar, de facto, as pretensas antiguidades heróicas. Tendo sido o lugar de depósito de materiais e elementos provenientes de outros locais, incluindo do santuário de *Endovelico*, a vila acabou por nunca se constituir como uma entidade criadora de um saber mais estruturado em torno do conhecimento concreto das realidades de terreno. Desta forma existem várias extrapolações abusivas, construídas a partir de elementos materiais emblemáticos que aqui foram depositados, mas que provavelmente não foram aqui encontrados (como as epígrafes de Proserpina ou o marco miliário da via XII), referenciando-os como emblemas de um ilustre passado local, que assim legitimava uma grandeza contemporânea. Esta projecção do presente no passado, ou a apropriação de materiais recolhidos no entorno mas não na localidade, sustentando uma história mítica local, acabou por ser mais lesiva do que benéfica, pois misturou o plano da realidade com o da lenda, contribuindo para o afastamento de um efectivo conhecimento histórico.

A obra em que mais claramente vemos este propósito é, contudo, a mais útil pela profusão de informações de campo nela contida. Mas são dados empolados, artificialmente engrandecidos e utilizados em favor do enaltecimento do passado local. Com redacção iniciada em 1865 e publicação em 1885, as *Memórias de Vila Viçosa* do Padre Joaquim José da Rocha Espanca[1048] são ainda hoje o melhor testemunho para o conhecimento dos achados e realidades de terreno, mas onde é tarefa complexa destrinçar o facto da lenda. Porventura a passagem mais emblemática será a da ligação da colonização do Alentejo às

[1047] Espanca, 1983: 33. Todas as citações são retiradas do fascículo nº 2 salvo menção em contrário.
[1048] Espanca, 1983.

narrativas bíblicas, com os descendentes de Jafet, filho de Noé, a entrarem na região a partir de 2800 da Criação do Homem, ou 1200 a.C.[1049], fundando então Vila Viçosa, seguindo de perto, aliás, a via já trilhada por André de Resende, de quem utiliza abundante informação. A obra vale ainda por conceder informação sobre um conjunto de sítios entretanto devorados pelo crescimento das pedreiras, e que desta forma ficaram unicamente testemunhados pela prosa de Espanca[1050].

Este profundo trabalho de tessitura de um passado mítico alicerçado nas evidências de terreno mais notáveis (independentemente da sua proveniência) poderia ter desencadeado um movimento de estudos, de referenciações e de análise que envolvesse a massa critica que a vila sustentava. Mas ficou como exemplo isolado, como paradigma reflexivo futuro que, no entanto, não deixou descendência. À sua sombra alicerçou-se a memoria mítica de um passado grandioso. Encontramos em outros concelhos outros paralelos: em Portalegre, por exemplo, com a memória transferida de uma mítica *Medobriga* a partir do testemunho de Frei Amador Arrais; mas talvez o local onde este fenómeno se tornou mais emblemático seja precisamente aqui, em Vila Viçosa, onde o paradigma ainda hoje persiste, pairando sobre a perspectivação do que foi o passado local. Deste contraste desmotivante resulta um vazio de investigação; os dois únicos documentos existentes demonstram e lamentam este paradoxo[1051].

Os trabalhos de terreno mais recentes são escassos e genericamente não publicados. Na década de oitenta o Grupo de Estudos da Serra d'Ossa (GEO) pretendeu concretizar uma *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Viçosa*. Aparentemente por falta de condições logísticas o projecto não teve seguimento. Da mesma forma, embora o primeiro Plano Director Municipal de 1995 não apresente descritores na área do património arqueológico, entre 1998 e 1999 terão sido conduzidos alguns trabalhos na sequência da sua primeira revisão, conduzidos por Manuel Calado, mas que também não foram noticiados, sendo que a revisão de 2005 não os inclui. Por estes motivos, considera-se que o volume de informações existente sobre o concelho encontra-se ainda longe de poder fornecer uma informação fiável e representativa.

Sítios e comentários

18.01. Vigária[1052]

CMP 426 / CNS 5835 e 29083

Na pedreira encontram-se testemunhos já deslocados em contexto secundário, mas que remetem para a exploração do mármore: blocos com cunhas e rolos de mármore inacabados, talvez para colunas e sarcófagos. Não há memória de existência de quaisquer indicadores de povoados ou de necrópoles; apenas das evidências de exploração, com blocos apresentando cortes e outros negativos de extracção, que se encontravam a uma cota superficial muito elevada e que por isso foram imediatamente destruídos pelo início da laboração contemporânea. Também se encontravam à superfície capiteis e colunas inacabados, além do elemento mais representativo e que foi salvaguardado, uma estátua de um togado, também inacabada (hoje guardada em armazém).

O elemento mais emblemático será talvez o baixo-relevo com a figuração de uma divindade aquática que foi encontrado ainda *in situ*, sendo então removido em bloco. Sob o elemento brotava uma nascente, que na sua escorrência se depositava em uma cavidade, formando então uma piscina natural, que na altura ainda se mantinha. Desse mesmo local salvou-se também a estátua inacabada de um togado.

[1049] Página 20 e seguintes.

[1050] Por exemplo, as descrições em torno de Bencatel e de Pardais (p. 30-33).

[1051] *PDM Vila Viçosa - Revisão 2005* (ProEngel - projectos de arquitectura & Engenharia); *Plano de Pormenor do Núcleo Histórico de Vila Viçosa* - História urbana de Vila Viçosa, GTL Vila Viçosa, 1999-2001 (autoria de Paula Mendes Rosado).

[1052] Ao Eng. Barros, da Solubema, agradeço a amável visita guiada ao local e todas as informações gentilmente prestadas sobre a paisagem existente antes do início da exploração da pedreira actual.

A laboração iniciou-se pelo menos em meados do século I d.C., a julgar por alguns materiais soltos aqui recolhidos[1053]. Na obra de P.e Espanca apenas surge uma menção a este local indicando o achado de sepulturas[1054].

18.02. Herdade do Padrãozinho

CMP 427 / CNS 1310

Um conjunto muito vasto de sepulturas intervencionadas (no total, 189) e dadas a conhecer por Dias de Deus, Henrique Louro e Abel Viana[1055] pertencentes a um "complexo" "conjunto de necrópoles" como afirmaram os próprios. Dois conjuntos com sepulturas de inumação espacialmente distantes em 200 metros (necrópole nº 1 com 54 sepulturas, das quais apenas cinco com espólio, denunciando uma cronologia muito tardia, e nº 3, não intervencionada e com topos de sepulturas aflorando), e também dois conjuntos espacialmente próximos, mas com o rito de incineração, sendo as coberturas feitas com lajes, com tegulas ou com pedras sobre as urnas, sendo aparentemente uma ainda da Idade do Ferro (necrópole nº 2, com sete sepulturas); na necrópole nº 4 foram escavadas 128 sepulturas de incineração com grande diversidade formal e de espólio). Destaca-se a grande quantidade de espólio, em especial de artefactos em metal. Desconhece-se o ponto de povoamento correlacionado, embora se mencione um local com "vestígios de cimientos de edifícios" onde existiriam silhares de granito e um capitel em mármore[1056]. Quanto à(s) necrópole(s), trata-se de um conjunto fulcral que merece uma reavaliação, de modo a entender esta longuíssima diacronia de um espaço funerário onde uma vasta comunidade se fez tumular.

Outras referências: RP 6/246; TIR J-29: 122; Viana, 1953; Viana & Deus, 1955a; Alarcão, 1967: 2; Alarcão & Alarcão, 1976: 73; Nolen, 1985: passim; Frade & Caetano, 1993.

18.03. Fonte da Horta do Soares

CMP 427

Fonte térrea localmente considerada como romana. A seguir ao período da Reforma Agrária, um tractor colocou à vista uma laje de mármore de grandes dimensões. Logo nesse momento foi feita uma escavação, tendo sido encontrado uma necrópole romana na baixa do terreno, junto da fonte. No local não se encontram vestígios, embora no momento da visita[1057] a vegetação impedisse uma correcta observação.

Referência: Inédito.

18.04. Pomar d'El Rei

CMP 427 / CNS 5286

Necrópole correspondente à *villa* da Torre do Cabedal. As primeiras referências são muito antigas, mas passaram despercebidas:

"Pomar d'El-Rei

Na herdade da Torre do Cabedal. Quando ha poucos annos se demoliu um forno que havia defronte da entrada do casal, achou-se um fragmento de campa romana em que apenas se liam estas letras:

LAEL

F.AN

1053 RP 6/244: fragmento de *terra sigillata* galo-romana com marca GEMINV e um fragmento de cerâmica de paredes finas pré-flaviano. Ver também TIR J-29: 163.

1054 "Em 1886 [...] na herdade da Vigária, próximo do Monte do Barrinho, grande lajões de piçarra e de mármore de um jazigo redondo com cinco metros de diâmetro. Fui vê-lo a 8 de Março; e observei que no centro jaziam muitos crâneos, tíbias e tornozelos, cobertos de pedras grossas colocadas sem ordem, parecendo cadáveres mortos numa batalha. Mais abaixo estava um túmulo já arrombado." (Espanca, 1983: 81.

1055 1955: 570 e 577, nota 2.

1056 Viana & Deus, 1955a.

1057 24.03.2008.

S.T.

Foi enviada à secção archeolog. da Biblioth. municipal. "[1058]

Muito recentemente foram descobertas e escavadas clandestinamente mais sepulturas, por ordem da proprietária.

Outras referências: RP 6/247.

18.05. Torre do Cabedal

CMP 427

Um dos mais monumentais e ignorados sítios do Alto Alentejo. Conhecido de há muito, escavado sem que alguma memória tivesse sido produzida, mas hoje remetido ao silêncio.

A *villa* romana encontra-se sob a atalaia reconvertida em Monte, "un gran área residencial, que debería ocupar la plataforma donde se construyó el caserío de la actual propriedad"[1059]. As estruturas apresentam ainda hoje uma impressionante monumentalidade e estado de conservação, mas a profusão de elementos construídos torna complexa uma interpretação, embora pareçam fazer parte de um edifício termal, notando-se ainda uma *natatio* com duas pequenas escadarias laterais, entre outros espaços mais difíceis de relacionar.

Outra notícia surge proveniente de um correspondente de Leite de Vasconcellos, Lereno Antunes: "Sou e resido em Elvas, e pela minha vida de lavrador (agricultor) percorro muito os campos onde tenho encontrado muitos restos arqueológicos de que desejo que V. Exª tome conhecimento [...].

Existe na herdade de Torre de Cabedal, vestígios de uma luxuosa e grande "villa" romana. Foi rendeiro muitos anos desta herdade meu pae, e por s/ morte continua-a explorando minha mãe e irmãos. Ha anos perto do monte levantaram os arados um bocado de mosaico; e, motivado talvez mais pela minha curiosidade, procedeu-se a escavações, conseguindo por-se a descoberto o pavimento de mosaicos de um balneário romano muito bem conservado, com primorosos desenhos, destacando-se à roda do ralo, que era de marmore e estava deslocado, uma cercadura com peixes. Pouco mais se escavou, e por motivo de minhas ausencias longas, não se continuaram mais os trabalhos. Sempre foi meu desejo que estes mosaicos fossem para o Museu Municipal de Elvas. Infelizmente assim sucedeu. Digo infelizmente porque a pessoa, que na sua qualidade de conservador do museu, dirigiu os trabalhos de levantamento, não conseguiu que fosse retirado convenientemente e hoje vejo com muita magoa minha, a impossibilidade de se reconstituirem, e terem que se perder algumas partes por ser retirado muito fragmentado, sendo hoje um quebra-cabeças sem resultado a sua reconstituição.

Eu desejava que o local fosse visto por pessoa entendida, porque me parece que devem dar resultado, umas explorações metodicas e bem dirigidas. Em tempos convidei, quando ainda no Museu Ethnologico o Dr. Virgilio Correia, que fora meu condiscipulo, mas a sua prometida visita nunca chegou a realisar-se. Não sendo meu desejo entrar em descripções e suposições não quero deixar de dizer que o monte da Torre de Cabedal tem

---

[1058] Almada, Vol. 45: Pica-Porta. O autor menciona, na mesma entrada, que "O Pe Carvº na Chorog. Port., tratando de V Viçosa diz que no pomar del Rei havia a ermida de S. Paio no seu tempo". Notícia da descoberta e impressões de terreno dadas pelo autor em *O Elvense* nº 52, 05.Junho.1881, p. 2 [coluna de notícias]. Mais tarde surge divulgada da seguinte forma:

"26. Fragmento de uma campa romana (de marmore branco) em que distinguem as seguintes letras da inscripção:

LAEL....

.F.AN...

...ST...

[...] encontrada [...] no entulho proveniente da demolição de um forno, no Pomar de El-Rei, da herdade da Torre do Cabedal,

concelho de Villa Viçosa. [...]" (Pires, 1901: 216). Ver também IRCP nº 457.

[1059] Reis, 2004: nº 125.

uma torre muito antiga cuja epoca não sei determinar, e que bastante perto existem mais duas, e ao redor tem sido descobertas muitas sepulturas, uma ou umas das quais deram bastantes peças de vidro, que possuo, que existem muitos alicerces, e o terreno está cheio de fragmentos de telha romana, argamassas, etc."[1060]

Mais tarde o local foi intervencionado em extensão, daí que algumas estruturas estejam hoje visíveis. Contudo, nenhum registo existe sobre estes trabalhos. O referido mosaico, com figurações piscícolas, encontra-se hoje na colecção do futuro Museu de Arqueologia de Elvas.[1061]

18.06. Lagoa[1062]

CMP 440

Único local da área regional em que ainda se encontram *in situ* vestígios de exploração do mármore em época romana: alinhamentos de orifícios para inserção de cunhas e o negativo da remoção de um sarcófago. O local foi poupado pelas explorações industriais modernas que o rodeiam em todas as direcções.

18.07. Vilares da Galharda

CMP 440 / CNS 5137

A realidade de Bencatel é confusa, dada a diversidade de notícias sobre sítios romanos no seu termo. Para uma análise mais concreta, convém proceder à individualização das referências.

Vilares da Galharda corresponde certamente a um *vicus marmorarius*. Não há qualquer evidência de monumentalidade que aponte para uma *villa*, e em contrapartida são bem impressivas as evidências de laboração.

Área estimada em quatro hectares, muito próximo da linha de água e de recursos aquíferos. Uma mancha quase contínua com materiais bem conservados. Todavia, só se encontram materiais de construção[1063]: muitos tijolos, alguns quase inteiros, tegulas e poucos imbrices, muitos blocos pétreos (xistos com sinais de terem sido utilizados em construção e blocos marmóreos, possíveis restos inacabados de laboração). É visível uma plataforma que talvez se deva a construções[1064].

Já surge mencionado em notícias antigas, com indicadores concordantes com os actualmente visíveis: "Dá-se este nome a uma porção de terra de lavoura pertencente à Herdade da Galharda [...]. Aqui as ruínas são mais abundantes do que nas hortas e cerrados vizinhos, cobrindo elas quase toda a superfície do solo; [...] nos Vilares, assim como na herdade das Nogueiras (fora das hortas), não só há ladrilhos e telhões com alguns mármores talhados, mas também muitíssima pedra miúda e alguma grossa."[1065] Do local conhecem-se algumas epígrafes funerárias[1066].

Outras referências: RP 6/245; Saa, 1956: 119-122.

1060 Correspondente 152; carta de 10-02-1926 (738).

1061 Descrição em Mourão, 2008: 104-105.

1062 Agradeço a Luís Lopes a visita ao local e todas as explicações técnicas prestadas.

1063 Curiosamente, de alguma forma de corrobora a afirmação de Mário Saa (1956: 119): "Os «vilares» representam assentos de antigas povoações romanas, de maior ou menor extensão, mas notáveis, onde, de tempos a tempos aparecem legendas latinas e objectos de toda a espécie. O chão é juncado, em vasta área, de fragmentos de *tegula*." Ou seja, são de facto os fragmentos de cerâmica de construção que se encontram omnipresentes por vasto campo.

1064 A curva de nível é tão marcada que está definida na CMP 440.

1065 Espanca, 1983: 72. O mesmo autor refere achados de sepulturas na pág. 79.

1066 IRCP nº 438, de âmbito votivo e dedicada a *Fontano et Fontana*, e IRCP nº 451. Existe também uma inscrição paleocristã, o epitáfio de *Domitia*, que terá sido encontrada no mesmo local da anterior (Alves Dias & Gaspar, 2006: nº 110, com bibliografia).

18.08. Aldeia das Freiras

CMP 440

Numerosas referências a vestígios situados a sul de Bencatel, variando entre "Aldeia das Freiras" e "Fonte das Freiras".

Espanca menciona que "Na Fonte das Freiras, desde o nascente até cerca da vila do Alandroal, estava outro vilar, onde aparecem vestígios de telhões, mármores e moedas romanas.[1067]" Adiante descreve outros achados, com mais pormenor, incluindo o que interpreta como "um grande pórtico", uma possível estrutura cultual e um edifício que interpreta como "termas ou banhos"[1068]. Na segunda foi encontrada "uma sereia" e a dedicatória ao par *Fontano et Fontanae*, conforme notícia confirmada por José Leite de Vasconcellos[1069], o que pode confirmar a existência de uma estrutura de âmbito cultual que o anterior autor apontava. Finalmente, existe ainda uma inscrição paleocristã descrita pelo autor[1070]. Quanto a Mário Saa, também dedicou alguma atenção aos «Vilares», não os distinguindo da Galharda, como se fossem uma mancha contínua, e prolongando-os para Santa Ana, onde radica a dedicatória votiva, mas conforme já adiantei[1071], em prospecções neste último local nada de relevante encontrei. Quanto a Aldeia das Freiras, o autor afirma alguns dados que na essência repetem as indicações de Espanca[1072].

Apesar das várias prospecções e de inquéritos junto da população, não foi possível confirmar este conjunto de notícias. Como se compreende, torna-se difícil interpretar estes achados desconexos, na medida em que é difícil perceber se estão relacionados com o ponto de povoamento anterior (como uma sua extensão) ou funcionam como uma área de prestação de serviços e equipamentos públicos para os trabalhadores da laboração do mármore – hipótese que pessoalmente prefiro, e então teríamos nos arredores de Bencatel um verdadeiro núcleo, já com características semi-urbanas, na linha de um *vicus marmorarius*.

Note-se que deste local, ou do anterior, são provenientes várias epígrafes, incluindo a já referida dedicatória votiva. A diversidade de dedicantes é muito significativa[1073]: encontram-se cidadãos da tribo *Galeria*, indígenas e libertos, em diversidade etnogénica que certamente estará relacionada com a actividade nas pedreiras, que atrairia para este lugar gente das mais variadas proveniências.

Outras referências: Frade, 1997: 305-306.

1067 1983: 32.

1068 Espanca, 1983: 80. Um pouco antes (p. 74) o autor mencionara "ladrilhos de arcadas pequenas", eventualmente de termas. É esta a passagem: "1º - Uma grande pedra de doze palmos de comprimento por três de largura, a qual tinha no centro dos extremos uma cavidade como de rodízio ou couceira de porta, e junto dessa cavidade outra menos para gato de ferro. Era inquestionavelmente ali um grande pórtico. [...]. 4º Uma outra não apurada a cinzel ou escoda estava empinada e sobre ela tinham posto os trabalhadores um busto de mármore, cuja cabeça padecera a lesão de uma lasca tirada na face esquerda, compreendendo boca, nariz e olho direito. [...] várias pedras grossas junto do pórtico referido e ao longo dos alicerces de uma capela ou templo, indicando serem bases sobre que se erguiam colunas ou grossas pilastras. Seria aqui algum templo de Fontano e Fontana?... Deus o sabe. Na traseira deste edifício apareceram alguns canos de chumbo em perfeita conservação. Eram aquedutos de pequena porção de água e, segundo parece, de umas termas ou banhos quentes, pois mais adiante estava um tanquinho ou banheira de argamassa duríssima, além de cinzeiros perto dos canos. [...] admirei novos mármores, inculcando serem alicerces de outros [...] tábuas de mármore alvíssimo talhado à serra, pedaços de cornija, florões de cimento [...]"

1069 1905: 256; ver também Carneiro, 2009-2010: XXIII.

1070 Espanca, 1983: 78; ver também Alves Dias & Gaspar, nº 110.

1071 Carneiro, 2009-2010: XXIII.

1072 Saa, 1956: 122: "O *opus signinum,* os fragmentos de *tegula* e *imbrex,* pedaços de silharia marmórea, e cacos de objectos do uso doméstico, dispersam-se, aí, numa área de dezenas de hectares, na margem esquerda do pequeno ribeiro, mas caudaloso, que, nascendo no lugar de Bencatel, aflui ao Lucefécir, com 5 km. de curso. Move muitas azenhas. Nas suas origens há um terreno denominado as *Fontanas*." Pela menção às "azenhas" percebe-se que se refere a este local.

1073 Para as epígrafes ver IRCP nº 438, nº 443, nº 452, nº 455 e nº 467. Ver também os comentários em Lambrino, 1967.

18.09. Santa Ana

CMP 440

Local onde, segundo a tradição, se implantou o primitivo aglomerado urbano de Bencatel, e onde ainda hoje se encontram os alicerces da antiga ermida, hoje sobrepujada por uma irrelevante construção agrícola. Na base da elevação encontra-se uma nascente com elevado caudal, brotando do chão.

Mário Saa refere que "Onde realmente houve muita pedra mármore de aparelho, como ainda se vê por fragmentos, foi no local da extinta ermida de S.ta Ana, 1,5 km. a sul do sinal geodésico da Galharda"[1074], relacionando o templo cristão com uma estrutura pagã de invocação ao par *Fontanus* que, como já vimos, foi recolhido em Aldeia das Freiras, de onde a distância ainda é significativa. Todavia, existe também menção à descoberta de sepulturas: "No estio de 1877, o lavrador de Santa Ana, Manuel Gomes Caeiro, mandando murar a horta da herdade e abrir um leito novo ao ribeiro para lhe não devastar a dita horta, achou muitas sepulturas com tigelas (disse ele) à cabeceira de cada uma [...]."[1075]

A visita ao local não permitiu confirmar qualquer ocupação anterior em época romana, não se observando nenhum vestígio.

18.10. S. Marcos

CMP 440 / CNS 2704

Um dos locais em que mais é possível avaliar a dimensão da perda causada pela laboração recente do mármore. A antiga ermida, pretérita sede de procissões relacionadas com o gado e a transumância, ergue-se ainda solitária, em meio às crateras produzidas por uma das mais activas áreas de exploração de mármore nesta região[1076]. Situação bem diferente até aos anos cinquenta: "A «cidade» dos Vilares, como aqui se diz, existira em torno da capela ou ermida de S. Marcos. A «cidade» desenvolvia-se para leste da capela, por terrenos extraordinàriamente impregnados de fragmentas de telhas, no largo espaço que compreende Fonte da Moura e Fonte Soeiro. Colunas de mármore (pedra da região), silharia, pavimentos do costumado mosaico policrómico (em profusa quantidade), ladrilhos, objectos, inscrições, tudo aí aparece, e muito mais apareceu noutras idades, como referem monografias locais.[1077]"

Localmente foram confirmadas estas informações. Assim, todos os vestígios encontravam-se a leste do monte, onde hoje estão as pedreiras. Não há testemunho de elementos arqueológicos para oeste e norte, onde se situa uma horta e uma extensão ainda liberta. Junto às casas ali existentes foram encontradas algumas sepulturas, onde estavam ossadas com um recipiente cerâmico no topo. Em 1966 foi encontrada uma pulseira de ouro, entretanto perdida. Mais para sul, junto à Fonte da Moura, no monte ainda existente (mas onde nada é visível no terreno), encontrava-se o possível sítio de habitação, havendo referência a pedras trabalhadas e a um lagar.

O testemunho obtido interpretou a presença da laboração antiga no local de acordo com a existência uma área de ocorrência de mármore onde as placas afloram ao alto, e não em bancadas, e portanto, cuja extracção é mais simples por ocorrer superficialmente em laminação natural.

18.11. Monte das Freiras

CMP 440

Uma epígrafe funerária daqui proveniente indicando um contexto de necrópole. Não se conhece o local exacto do achado, nem algum eventual ponto de povoamento

---

1074 Saa, 1956: 123.

1075 Espanca, 1983: 79.

1076 Duzentos metros a sul encontra-se a que actualmente ostenta o poço de exploração mais profundo, neste momento superior a cento e trinta metros.

1077 Saa, 1956: 138.

correspondente. Na atribuição do topónimo talvez exista alguma confusão com a Azenha das Freiras.

Referências: IRCP nº 445.

18.12. Fonte Soeiro

CMP 441 / CNS 4634

De concreto encontra-se pelo menos um testemunho de ocupação romana no local. Situa-se mesmo junto ao aglomerado de Fonte Soeiro. Fica no vale que corre no seguimento de S. Marcos, mas entre os dois pontos a distância é ainda significativa. A mancha de materiais corresponde a um acidente topográfico muito amplo, uma lomba que quebra o relevo e que marca o local onde seguramente existirão construções. Aqui se encontra numerosa cerâmica de construção (tegulas, imbrices e tijolos), escória, vários tipos de cerâmica comum, fragmentos de ânforas lusitanas e *terra sigillata* hispânica. No meio da tapada murada encontra-se um grande silhar. Diz-se também que por aqui aparece "cimento branco", eventualmente *opus signinum*. A mancha de materiais é claramente cortada pelo uso actual do terreno: a leste pela estrada de acesso às casas de Fonte Soeiro e a norte pelo limite das pedreiras. O sítio é atravessado por um caminho recto, em longa linha definida por árvores, e que se conta localmente que "dava caminho para Espanha". Hoje estão conservados menos de cem metros do traçado.

Nas propriedades em volta há também notícias várias. A parcela a oeste denomina-se Covões e refere-se também o achado de vários materiais. Entre as duas, e mais acima topograficamente, existem notícias que apontam para a existência de uma necrópole de incineração, entretanto destruída.

18.13. Pardais

CMP 441 / CNS 4641

São numerosas as notícias sobre o passado romano de Pardais. Aliás, a própria denominação parece provir da deturpação de "paredais", como já Mário Saa apontara.

Os testemunhos são-nos deixados pelo P.e Espanca: "Na planície de Pardais, que desce o outeiro da Torre até à fonte do Soeiro, e principalmente na herdade da Fonte da Moura, há também vestígios de povoação Romana e bastante notáveis. Segundo o testemunho de um antigo lavrador, apareceu na dita herdade da Fonte da Moura, cerca de 1824, uma campa, cujo epitáfio terminava pelo usual romano STTL [...]. Na eminência da mesma Pardais, situada ao poente do bairro chamado - Aldeia - e da planície da Fonte da Moura, ou ao sul da moderna Igreja Paroquial, esteve outro vilar, cujas ruínas são bem reconhecíveis e ocupam uma área de não menos de quinhentos metros em quadro, estendendo-se mais para o sul em direcção à herdade, que tem o nome de Santa Helena ou Misericórdia. Deste vilar ou do precedente era um capitel de ordem coríntia, que se acha encaliçado à porta de umas casas do bairro das Casas Novas."[1078] O autor fala explicitamente na "margem direita da ribeira", diferenciando assim este núcleo do de S. Marcos ou da Fonte Soeiro, e nesta zona haveria "tantos os ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de sumptuosos edifícios. Todo o terreno ocupado por eles não mede menos de um quilómetro quadrado."[1079]

Efectivamente parte da aldeia parece assentar sobre um aglomerado anterior, mas nas prospecções feitas não se encontraram vestígios. Do local conhecem-se mosaicos, colunas de mármore e canos de chumbo que estão em depósito no Museu da Fundação Casa de Bragança em Vila Viçosa.

Embora a menção não seja inequívoca, presume-se que do local seja também proveniente uma epígrafe votiva dedicada a *Salus*[1080].

[1078] Espanca, 1983: 32.

[1079] Espanca, 1983: 33.

[1080] Almeida, 1964; IRCP nº 375; Carneiro, 2009-2010: XXVI.

Comentários gerais

O dado mais curioso e porventura mais surpreendente que pode ser retirado da arquitectura do povoamento romano neste concelho reside no seguinte: à excepção de Torre de Cabedal – inserida já em contexto paisagístico e fisiográfico diferente – nenhum sítio calipolense pode ser claramente interpretado como *villa*.

Aparentemente temos três grandes classes de pontos: necrópoles e/ou sepulturas; pedreiras/locais de extracção; e uma categoria indefinida que poderíamos genericamente designar de povoados abertos ou, mais especificamente, de *vici marmorarii*. E se já em outros concelhos havíamos entrevisto a sua presença, é em Vila Viçosa que assumem uma dimensão numérica muito significativa.

Olhando para as descrições deixadas pelos autores que os procuraram recensear no terreno – ou seja, o P.e Espanca e também Mário Saa, embora este último pareça replicar a informação do primeiro – temos aparentemente uma realidade linear. São os «vilares», extensos povoados que ocupam uma extensão gigantesca no terreno, embora o primeiro dos autores se esforce sempre por individualizar os principais núcleos, particularizando e circunscrevendo geograficamente estas realidades[1081].

Que realidades são estas? Uma aparente convivência próxima entre espaços de habitação e espaços de povoamento; o aparecimento de indicadores de monumentalidade em pontos específicos, mas não em todos; esses indicadores não são muito diversos, consistindo especificamente em capiteis e em um pé de estátua[1082] (notando-se a ausência de mosaicos[1083]); e é certo que o autor fala em "ladrilhos e telhões Romanos, que formam camadas de uns sobre outros, indicando serem relíquia de *sumptuosos edifícios*"[1084], mas menciona esta sumptuosidade no sentido da abundância e da quantidade (a propósito de ladrilhos e telhões), não no sentido dos indicadores de requinte e de ambientes áulicos. Em todos os sítios sublinha-se a grande dispersão territorial dos vestígios de superfície. E escreve-se "Lugarejos e aldeias romanas", mas nunca se alude à existência de palácios ou edifícios monumentais[1085]. Surgem indicações da presença de mármore, mas tal é evidente para quem no terreno passeie nos sítios: tratam-se de blocos informes ou com marcas de talhe, resultantes certamente da laboração e do corte. No restante, os elementos de superfície são os omnipresentes "telhões" e ocasionalmente moedas. O facto de por vezes se indicar que as ruínas são bem reconhecíveis pode levar a pensar na existência de alicerces ou de topos de muros aflorando, que captariam a atenção de curiosos que, em alguns casos, terão empreendido acções de depredação dos elementos materiais. Mas a tónica é sempre colocada no «vilar» ou «povoação», termos neutros que apontam para povoados em lugar de *villae*, hipótese que, devidamente crivado o texto, não pode ser comprovada pela prosa do autor.

1081 Por exemplo: "Em resumo: há dois vilares em Pardais" (Espanca, 1983: 33). Ou seja, a perspectiva inverte-se ao restante da obra: mais do que aglutinar diversas realidades, procurando enaltecer a grandiosidade passada, a perspectiva de Espanca centra-se na autonomização dos distintos pontos de povoamento, separando-os e olhando-os como realidades diferenciadas e desconectadas geograficamente. Claro que a perspectiva também é panegírica, mostrando assim como a região foi densamente povoada na Antiguidade e como o mármore atraiu tantos habitantes, mas o que se torna curioso (para a época e para o perfil da obra) é precisamente a inversão da perspectiva.

1082 [...] "pé de estátua pequena de côr avermelhada, e que não há nestes sítios" que foi recolhida na Herdade de Nogueiras no concelho de Borba (Espanca, 1983: 72).

1083 Apenas Mário Saa indica "profusa quantidade" de "mosaicos policrómicos" em relação ao núcleo de São Marcos/Fonte da Moura/Fonte Soeiro próximo de Pardais; mas em seguida cita "monografias locais" (Saa, 1956: 138), seguramente o P.e Espanca, pelo que presumo que escrevesse sem conhecimento de terreno da realidade, o que aliás também me parece válido para a sua descrição de Bencatel. No Museu de Vila Viçosa guardam-se fragmentos de mosaicos com a designação genérica de "Pardais", o que impede a correspondência com um ponto em concreto.

1084 Espanca, 1983: 33; itálico da minha responsabilidade.

1085 Espanca, 1983: 65, nº 1.

O único ponto onde a descrição centra-se em estruturas de aparato encontra-se em Azenha das Freiras, a sul de Bencatel: um ambiente termal, com poço, canalizações, aqueduto, banheiras; e também um santuário com uma epígrafe votiva, um pórtico e "colunas ou grossas pilastras". Eventualmente um balneário público, servindo os *marmorarii* laborando em volta?

Note-se que eu não pretendo negar a existência de *villae* no epicentro da exploração marmórea neste concelho. O que me parece importante sublinhar é que, olhando para os diversos pontos de povoamento cartografados, os indicadores da existência de *villae* são, afinal, efectivamente escassos. Mosaicos, de facto, existem em Torre do Cabedal – claramente uma estrutura fundiária, distante em termos económicos deste universo – e os mosaicos de Pardais, cuja proveniência não é assegurada. Indicadores de monumentalidade são alguns – vários capitéis enunciados por Espanca – mas a sua origem tanto pode residir em ambientes áulicos privados, como em edifícios públicos ou semi-públicos pertencentes a unidades de povoamento que prestassem serviços congregando os habitantes e trabalhadores das pedreiras.

Mas olhando de outra perspectiva, a discussão entre *villae* e povoados abertos/*vicus* nesta área remete para uma outra, mais ampla, e que tem a ver com a estratégia de exploração económica de um recurso fundamental para o mundo romano (no sentido mais amplo do termo).

No fundo, o que aqui se discute é o modelo de gestão e de organização da exploração marmórea. Presumir que existem *villae* neste espaço – hipótese, a meu ver, que carece de sustentação – é partir da premissa de que esta laboração se alicerçava em iniciativa privada, no âmbito de *domini* que, no lugar de optar por investimentos de cariz agro-pecuário, direccionavam a sua atenção para o mármore. Partir do princípio que existiam povoados, ou *vici*, será admitir que esta gestão se efectuava em âmbito público ou em parcerias público/privadas, o que implicava a existência de áreas de laboração e pontos de povoamento que prestassem serviços a todos os intervenientes no processo, desde o escravo incumbido das tarefas mais pesadas, ao *marmorarius* especializado, ou ao legado que receberia os impostos e taxas. Mas implicava também edifícios que prestassem serviços a todas estas pessoas, edifícios que encontramos na descrição de Espanca a propósito de Azenha das Freiras e que poderão corresponder a espaços de âmbito público – ou pelo menos *não correspondem apenas a espaços de âmbito privado,* podendo efectivamente ser prestadores, funcionando em outro tipo de enquadramento diferenciado em relação ao que os investigadores tradicionalmente neles vêem.

O acomodamento das imensas moles humanas que laboravam nestes espaços teria de ser conseguido através de povoados dispersos, que ocupavam certamente uma larga extensão no terreno. Os mesmos que ainda se conseguem identificar em alguns pontos, como Galharda ou Fonte Soeiro, e que em outros lugares parecem ter desaparecido por completo, engolidos pelo avanço das pedreiras ou sepultados sob núcleos urbanos actuais. Mas onde eles sobreviveram os indicadores são semelhantes: largas extensões (em Galharda muito ampla, com hectares) com acidentes topográficos criando plataformas artificiais (situação também mencionada por Espanca) com cerâmica de construção, fragmentos de mármore e um ou outro elemento diferenciador (mais variação em Fonte Soeiro do que em Galharda). Embora a amostra seja escassa, parece não haver grandes variações em relação à descrição de Espanca. Mas sobretudo nota-se a proximidade dos locais em relação a dois componentes fixos: as pedreiras, sempre contíguas, e abundantes recursos hídricos. E uma congregação que já seria esperada, ou seja, os sítios aproximam-se em função destes recursos estratégicos, deixando de haver uma repartição equilibrada da propriedade, o que conduziria ao ajuntamento de uma grande densidade populacional em espaços mais reduzidos.

Infelizmente o silêncio epigráfico é aqui penoso, porque uma boa forma de avaliar este universo seria através de alguma inscrição, que nos permitisse perceber quem aqui laborava e, indirectamente, como estas unidades funcionavam, ou ainda se existia alguma

superintendência ou uma cadeia de produção mais elaborada. Não é contudo esse o caso. Mesmo assim, as epígrafes demonstram-nos a heterogeneidade social aqui presente, com gentes de distintas origens, fundos e filiações, que conviviam juntas em espaços onde se exigiam diversas competências e se criavam múltiplas oportunidades.

A evolução para o final do mundo clássico não está testemunhada em Vila Viçosa, à excepção de um importante documento: a inscrição paleocristã de Azenha das Freiras descrita por Espanca[1086] e cujo contexto seria conveniente averiguar. A sua simples presença indica-nos uma continuidade de povoamento, e eventualmente também na laboração das pedreiras. Se for possível relacioná-la com o suposto ambiente termal descrito pelo autor, será crível supor a transformação do local em basílica paleocristã ou, pelo menos, na existência de um ambiente funerário formal que enquadrasse este testemunho solitário.

Claro que para a obtenção de uma visão mais profunda do povoamento romano de Vila Viçosa temos ainda muito trabalho de campo. Muitas informações deixadas por Espanca não puderam ser confirmadas, faltando em alguns casos já a memória toponímica, não correspondente com a paisagem actual. Extensas áreas apresentam um incómodo vazio, sendo que em alguns casos a fertilidade dos solos e a densidade da rede hidrográfica fazem supor que existam unidades de povoamento não identificadas. E sobretudo urge realizar prospecções em torno de Bencatel e de Pardais, confirmando as informações de Espanca, construindo uma nova noção da rede de sítios, percebendo as descontinuidades existentes ou as eventuais presenças de áreas de ocupação diferenciadas ou complementares. Desta forma é necessário superar os vazios e modo a perceber o que efectivamente se passou no *pagus marmorarius* calipolense, seguramente uma das mais originais manifestações de uma estratégia de povoamento muito específica e original.

[1086] 1983: 78; ver também Alves dias & Gaspar, nº 110.